

CONTATO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - CEP 90040-00 - Centro
Porto Alegre/RS - Brasil | Telefone: +55 51 3308.3769
e-mail: ufrgsmun@ufrgs.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

UFRGSMUN: UFRGS Model United Nations: desafio o sistema, construa o amanhã/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais - Vol. 1 (2013) - Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGEEI, 2013 -

Anual.

ISSN 2318-3195

1. Relações Exteriores: política. 2. Relações Internacionais. 3. Diplomacia. 4. Conflito internacional.

Responsável: Núcleo de Publicações, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

CAPA POR FAÍSCA DESIGN JÚNIOR
DIAGRAMAÇÃO POR NATHÁLIA LUIZE DE FARIAS

APOIO



ABOUT THE JOURNAL

UFRGS Model United Nations Journal is an academic vehicle linked to UFRGSMUN, an Extension Project of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). It aims at contributing to the Brazilian scientific research and production in the fields of International Relations and International Law, as well as in related areas, through the study of pressing topics of the international agenda. The journal publishes original articles in English and in Portuguese regarding topics on peace and security, human rights, world economy, international law, regional integration and defense. The journal's target audience are undergraduate and graduate students. All of the contributions to the journal are subject to careful scientific revision by postgraduate students. The journal seeks to promote the debate on such important topics.

SOBRE O PERIÓDICO

O presente periódico acadêmico é vinculado ao UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN), projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele almeja, por meio do estudo de temas internacionais contemporâneos, contribuir para a produção acadêmica brasileira no campo das Relações Internacionais, do Direito Internacional e de áreas correlatas. O periódico publica artigos originais em Inglês e em Português, abordando temáticas relacionadas à paz e à segurança, aos direitos humanos, à economia internacional, ao direito internacional, à integração regional e à defesa nacional. O público-alvo das publicações consiste em estudantes de graduação ou já graduados(as). Todas as contribuições ao periódico são objeto de cuidadosa revisão científica por parte de alunos(as) pós-graduandos(as), visando a contribuir da melhor maneira possível para o debate acerca dos mais importantes tópicos da agenda internacional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretora: Prof^a Dra. Maria de Lurdes Furno da Silva

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenadora: Prof^a Dra. Veronica Korber Gonçalves

EDITOR-CHEFE

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

CONSELHO EDITORIAL

Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Guilherme Ziebell de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Henrique Carlos de O. de Castro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Jacqueline Angélica Haffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Tatiana Vargas-Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Verônica Korber Gonçalves (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO CONSULTIVO

Boris Perius Zabolotsky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Brunna Baggio (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Bruno Magno (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Camila Andrade (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Cecília Maieron Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Gabriela Ruchel (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Rodrigo Führ (Universidade de Brasília)

CONSELHO EXECUTIVO

Júlia Silveira Pereira
Lara Tomazzini
Nathália Luize de Farias
Rafael Both Richinitti
Vítor Oliveira

SUMÁRIO

COMISSÃO DE DESARMAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS	9
Guerras cibernéticas	10
<i>Nathália Luíze de Farias e Victor de Lucena Santos</i>	
Controle da proliferação ilegal de armas de pequeno calibre e ligeiras na África	32
<i>Gabriel Daros e Gabriela Gampe Bonness</i>	
ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE XANGAI	64
Os efeitos de uma nova onda de refugiados afegãos	65
<i>Geovanne Menezes Caetano de Souza e Henrique Leal de Moura</i>	
Tianxia: busca por hegemonia ou incentivo ao desenvolvimento conjunto?	102
<i>João Pedro Lopes Gonçalves e Roberta Grehs Faller</i>	
PARLAMENTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO	138
Segurança na Amazônia: da soberania latino-americana à proteção ambiental	139
<i>Vicente Carpi Nejar e Vítor Oliveira</i>	
A situação carcerária na América Latina	172
<i>Laura Fernandes da Cunha e Thais Lysakowski Ness</i>	
UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL	200
Sexual violence as a weapon of war	201
<i>Amandha Jobim Machado Martins and Júlia Silveira</i>	
Climate change and environmental displacement	241
<i>Lucas Isdra and Natália Horst Bitencourt</i>	
UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL	296
The Russia-Ukraine War	297
<i>Ana Luíza Loh and Luísa Malfussi Horst</i>	
Tigray conflict: The Ethiopian Civil War	322
<i>Diego Flávio Fontoura José and Mariana Missiaggia dos Reis</i>	

EDITORIAL

Concebido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o UFRGS Model United Nations é um projeto de extensão construído e idealizado pelas alunas e alunos, especialmente, dos cursos de Relações Internacionais, Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Econômicas e Jornalismo. Este ano, o projeto completa dezenove anos de história. Todas as edições, embora compartilhassem os mesmos objetivos e ideais, apresentaram suas próprias particularidades na medida em que novas pautas e desafios eram introduzidos à sociedade. Com isso, cada edição do UFRGSMUN torna-se o reflexo dos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea a ela, bem como dos anseios da equipe que a conformou.

Na XVIII edição do projeto, nos reinventamos diante de uma pandemia e das situações adversas que ela nos impôs. Frente à dificuldade, buscamos manter o projeto ativo, pois quanto maiores são os desafios impostos à sociedade, maior se torna a urgência de discuti-los. Com isso, após dois longos anos de trabalho, celebramos a edição anterior em um evento online, representativo da vontade de todas(os) aquelas(es) que idealizam, compõem, participam e dialogam com o UFRGSMUN.

Neste ano, retomamos o modelo tradicional do projeto, a partir do qual há uma imersão no debate internacional. Embora falemos em retomar, a realidade em que o projeto se insere hoje é, indubitavelmente, distinta daquela em que encerramos a última edição presencial, em 2019. Nos parece que, a cada ano, se torna mais relevante fomentar o debate entre os estudantes. Os desafios são crescentes, mas as possibilidades de soluções também, sobretudo, quando pensadas em conjunto por aqueles que construirão o mundo pelos próximos anos. Nesse sentido, enquadra-se o tema desta edição: Desafie o sistema. Construa o amanhã.

Cumprе ressaltar que esta democratização do conhecimento das alunas e alunos da UFRGS ao público externo é possível em razão do apoio que tanto a Universidade quanto seu corpo docente nos garantem. A concepção, construção e consolidação do projeto seriam impossíveis sem esse suporte e, por isso, registramos o maior e mais sincero agradecimento às instituições atreladas ao projeto: a Faculdade de Ciências Econômicas e as Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão. A formação de excelência que a universidade nos reserva reflete no desempenho deste Guia de Estudos.

O Guia de Estudos do XIX UFRGSMUN compreende o trabalho de graduandas(os), pós-graduandas(os) e docentes, os quais se dedicam e retribuem com o seu melhor à universidade. Os tópicos apresentados refletem discussões relevantes à conjuntura internacional, sob uma perspectiva crítica e,

especialmente, a partir do Sul Global. Com esta leitura, esperamos assegurar a vocês os instrumentos fundamentais às discussões, para que possam mobilizá-los e agregá-los no decorrer do debate. Por fim, almejamos despertar o pensamento crítico, fiel à realidade, mas sempre com o anseio de melhorá-la.

Nathália Luize de Farias
Secretária Geral do XIX UFRGSMUN

Érico Esteves Duarte
Professor Coordenador do UFRGSMUN

COMISSÃO DE DESARMA- MENTO DAS NAÇÕES UNIDAS (CDNU)



GUERRAS CIBERNÉTICAS

Nathália Luize de Farias¹

Victor de Lucena Santos²

RESUMO

Este trabalho discute a regulamentação das armas cibernéticas pelo Direito Internacional. Para tanto, por ser um instrumento ainda recente no contexto de conflitos armados é necessário o avanço da discussão multilateral. A guerra cibernética pode ser entendida como complementar às guerras cinéticas ou convencionais, de maneira a multiplicar as forças, inclusive de Estados menores e atores não estatais, tendo em vista sua mais fácil acessibilidade. Diante da prevalência das guerras assimétricas no Pós-Guerra Fria, as armas cibernéticas passaram a ser ainda mais exploradas por esses atores. A disseminação do seu uso impôs discussões sobre suas repercussões humanitárias e a aplicação do Direito Internacional Humanitário a tal contexto. Com isso, este guia usa da literatura e do corpo normativo existente para avançar no debate sobre a necessidade de regulamentação das armas cibernéticas em conflitos armados, considerando suas particularidades, como a aproximação entre objetivos civis e militares no contexto da guerra cibernética e a dificuldade de atribuição e responsabilização pelos ataques.

¹ Nathália é graduanda do último ano de Relações Internacionais na UFRGS e do terceiro ano de Direito na FMP.

² Victor é graduando do primeiro ano de Relações Internacionais na UFRGS.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos armados representam parte marcante da história da humanidade. Das disputas nas quais se utilizavam instrumentos extremamente rudimentares da pré-história até os grandes exércitos, bombas, armas e tanques atuais, as guerras sempre foram o meio mais utilizado para a resolução de conflitos, conquista de território e demonstrações de força e poder por parte de civilizações, reinos, impérios e países. Compreender os grandes conflitos armados que fizeram parte da história é parte essencial do estudo acerca de quaisquer territórios, povos ou nações. Não fosse o uso das armas, grandes civilizações, impérios e países, como o Antigo Egito, o Império Romano e o Império Britânico não teriam tomado tão grandes proporções quanto fizeram em suas respectivas épocas.

Ao longo dos séculos, as estratégias e armamentos utilizados dentro desses conflitos evoluíram gradativamente até os modernos equipamentos atuais. Com isso, a complexidade e a diversidade da forma com que ocorrem as guerras evoluiu paralelamente à tecnologia do armamento utilizado. Armamentos terrestres, aéreos e marítimos têm se tornado cada vez mais eficientes e destrutivos. Nas últimas décadas, a evolução tecnológica e, conseqüentemente, da forma de fazer a guerra foi tamanha a ponto de possibilitar a utilização de uma nova maneira de desestabilizar o adversário: o ciberespaço. Ataques cibernéticos, invasões de bases de dados, entre outras formas de se utilizar o ciberespaço se tornam cada vez mais frequentes e tem se mostrado extremamente eficientes e prejudiciais ao oponente (Nunes 2019).

No primeiro dia da invasão russa à Ucrânia, em fevereiro de 2022, um expressivo ataque cibernético foi realizado. O alvo foi a infraestrutura de comunicação ucraniana, que sofreu danos significativos e teve informações importantes excluídas pelo sistema utilizado no ataque. Por ser um instrumento ainda recente no contexto de conflitos armados, o uso do ciberespaço ainda não pode ser considerado bem regulamentado e, apesar das evoluções nesse quesito da última década.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE GUERRA, DESENVOLVIMENTO BÉLICO-TECNOLÓGICO E O CIBERESPAÇO ENQUANTO QUINTO DOMÍNIO DA GUERRA

Desde a Idade Antiga, a guerra tem sido um elemento fundamental da história humana. As primeiras civilizações que obtiveram grande extensão territorial e foram poderosas em suas épocas tinham uma característica em comum: força militar e capacidade de conquistar territórios e derrotar outros exércitos

através da guerra. Civilizações como o Egito, a Assíria e a China apenas puderam perdurar por tanto tempo e representar parte tão significativa da história antiga por conta de sua grande capacidade de se expandir, bem como de se defender de eventuais ataques em seus territórios. Contudo, a maneira com a qual essas civilizações disputavam territórios e usavam de sua capacidade militar era diferente da forma como os conflitos e guerras ocorrem atualmente.

Com o passar dos séculos, a evolução da tecnologia bélica e das estratégias de guerra remodelou a forma com que os conflitos armados ocorrem ao longo da história. Grandes exércitos como os de Alexandre o Grande e o Império Romano foram pioneiros em diversos aspectos que contribuíram significativamente para essa evolução. Com a queda do Império Romano do Ocidente, em 456, tem início a Idade Média e o processo de consolidação do modelo feudal, diminuindo representativamente o número de guerras entre grandes exércitos na Europa, o que culminou em uma considerável estagnação na evolução dos modelos de guerra e da tecnologia bélica utilizada.

Apesar de, em grande parte do período medieval, os grandes exércitos não terem sido comuns, conflitos entre feudos e reinos não deixaram de ocorrer. Na época, eram recorrentes os enfrentamentos com exércitos liderados por cavaleiros, algo pouco frequente na idade antiga, época em que eram mais comuns as batalhas corpo a corpo. Embora ainda não fossem utilizadas em grande escala, são da era medieval os primeiros indícios do advento das armas de fogo. Acredita-se que a primeira arma de fogo tenha sido desenvolvida logo após a invenção da Pólvora, no século IX, na China. A invenção teria sido aperfeiçoada pelos árabes, quatro séculos depois, e sua utilização se tornou mais comum na idade moderna. Feitas inicialmente com Bambu, essas armas foram aperfeiçoadas com o passar do tempo, se transformando em utensílios de madeira e, posteriormente, de metal, o que as tornou mais resistentes e confiáveis, embora ainda um tanto simples em relação ao equipamento militar atualmente utilizado.

A transição da Idade Moderna para a Idade Contemporânea foi marcada por uma escalada no número de conflitos militares ao redor do mundo. As guerras que resultaram na independência dos Estados Unidos, as revoluções burguesas na França e no restante da Europa, além do período em que Napoleão Bonaparte esteve no poder e das independências na América espanhola, fizeram, mais uma vez, com que o mundo se tornasse palco de grandes batalhas. Nessa altura, as armas de fogo já eram portáteis, embora ainda não muito práticas. Um soldado era capaz de atirar poucas vezes por minuto e ainda precisava carregar a arma novamente toda vez que o fizesse. Além disso, o equipamento era relativamente pesado. Em 1835, com o advento do revólver, mais uma vez a guerra foi modernizada. Uma década depois, esse tipo de arma já havia se tornado automático.

No ano de 1884, mais um importante tipo de armamento surge: a metralhadora começou a ser usada por exércitos nos primeiros anos do século XX.

O principal motivo para uma evolução tão acelerada, não só no aspecto bélico, mas, também, em questões relacionadas à comunicação, transporte e construção naval, foi a revolução industrial, que, desde o final do século XVIII, vinha transformando os modos de produção na Europa e no mundo. O século XIX foi marcado, também, pela unificação de Itália e Alemanha, cujos conflitos originários foram os primeiros a contar com poderosas frotas navais, consolidando o mar como outro importante espaço dentro das guerras.

Apesar das grandes evoluções dos últimos séculos, nenhum representou um avanço tão grande na indústria bélica quanto o século XX. Conflitos como a Primeira e Segunda Guerra Mundial, os confrontos da Guerra Fria, as independências do continente africano, entre outros, resultaram no advento de novas armas, tanques, aviões e bombas nucleares. Ao final do século, além da terra e do mar, as guerras ocorriam, agora, no espaço aéreo. A evolução dos aviões possibilitou um uso estratégico e essencial de aeronaves.

Ao final do século XX, era notável uma evolução acelerada em outro importante aspecto: a internet. A construção de uma rede de comunicação capaz de transmitir informações em uma velocidade nunca antes vista e interligar redes ao redor de todo o mundo foi responsável pelo surgimento de um novo importante protagonista em conflitos recentes. O espaço cibernético, ou ciberespaço, tem sido cada vez mais visado e parte cada vez mais importante em cenários de guerra. Desde 2007, ataques cibernéticos extremamente destrutivos têm sido registrados (Fernandes 2016).

2.2 CONCEITOS IMPORTANTES RELACIONADOS ÀS GUERRAS CIBERNÉTICAS

Para compreender este novo espaço, é necessário apropriar-se de conceitos importantes relacionados a ele. Trata-se, ainda, de um campo bastante novo, especialmente em âmbito acadêmico, o que pode trazer modificações nas formas de se conceituar certos termos e ocorrências relacionadas ao espaço cibernético.

Segundo Galoyan (2019), o ciberespaço pode ser definido como:

uma fusão de todas as redes de comunicação, bancos de dados e fontes de informação, em um vasto e diverso emaranhado de intercâmbio eletrônico. [...] O ciberespaço não é apenas virtual, mas também é baseado na realidade física composta de servidores, cabos, computadores, satélites e outros meios tecnológicos. Tendemos a usar os termos ciberespaço e Internet de forma quase intercambiável, mesmo que a Internet seja apenas uma parte do ciberespaço, embora certamente a mais importante nos dias de hoje (Galoyan 2019).

Pelo fato de agregar um número cada vez maior de informações, o ciberespaço tem se tornado protagonista no âmbito das relações internacionais. Em diversas ocasiões recentes, foi possível observar a forma como o domínio sobre o espaço cibernético adversário, em especial de infraestruturas de comunicação,

foi fundamental para o êxito de operações militares conduzidas por grandes potências. Os exemplos mais claros do uso de ataques cibernéticos como auxiliares em conflitos militares foram as invasões russas à Ucrânia em 2014 e 2022. Sobre ataques cibernéticos, Galoyan (2019) afirma que

Existem três tipos de ações que os hackers podem fazer com um computador: roubar os dados, usar credenciais de forma inadequada e roubar recursos importantes. Com a grande dependência de tecnologia na humanidade, um ataque qualquer pode causar muitos danos. Dados roubados podem revelar os planos estratégicos de um país ou minar a competitividade de toda uma indústria. As credenciais roubadas podem dar a capacidade de alterar ou destruir códigos e dados, alterar folhas de pagamento e muito mais.

Um exemplo de ataque cibernético destrutivo foi o ocorrido em 2007, na Estônia. Na ocasião, o país báltico sofreu severos ataques, provavelmente orquestrados pela Rússia, que prejudicaram toda a rede de internet do país, deixando inúmeros sites fora do ar por alguns dias. Desde então, esse tipo de ataque vem sendo realizado com uma frequência cada vez maior e se mostra uma ferramenta de enorme potencial.

2.3 ATAQUES CIBERNÉTICOS RECENTES

O ataque sofrido pela Estônia, em 2007, pode ser considerado o primeiro grande ataque cibernético contra um Estado. O evento demonstrou os efeitos que ações promovidas através do ciberespaço podem causar a uma nação, inclusive no tocante à estabilidade social e econômica. Desde então, o número de ataques cibernéticos cresceu exponencialmente, nos últimos quinze anos. A Rússia, após ter sido acusada de protagonizar o ataque, negou a atribuição. Em 2008, a Geórgia foi alvo de um severo ataque cibernético. O evento destaca-se por ter sido a primeira ocasião em que uma operação militar convencional foi precedida por uma operação cibernética, visto que, pouco tempo depois, o país foi invadido pela Rússia. Com seus sistemas de comunicação bastante enfraquecidos após o ciberataque, a Geórgia pouco pôde fazer para evitar e se defender dos ataques russos. Após a invasão, duas regiões separatistas georgianas declararam independência. Contudo, apenas a própria Federação Russa passou a reconhecer as regiões como independentes (Nunes 2019).

Em 2010, o programa nuclear iraniano sofreu grandes impactos oriundos de um ataque cibernético. A ação teria sido conduzida por Israel, com o apoio dos Estados Unidos. O ataque foi efetuado através das ações do vírus Stuxnet e afetou milhares de computadores, prejudicando o funcionamento de todo o programa nuclear do país, especialmente os sistemas utilizados para o enriquecimento de urânio. A ação, considerada o primeiro ataque cibernético direcionado a um sistema industrial, também afetou outros países, como China, Índia, Indonésia e Paquistão. Ainda, em 2014, a operação russa na Crimeia também foi acompanhada por potentes ataques cibernéticos. Forças de segurança

ucranianas acusaram a Rússia de prejudicar a comunicação via telefone celular no país. Em contrapartida, um grupo de hackers ucranianos relatou ter tirado do ar o site de uma emissora de televisão russa. Apesar das tentativas de defesa e contra-ataque efetuadas pela Ucrânia, a superioridade russa no meio cibernético ficou evidente, uma vez que seus ataques e invasões foram muito mais destrutivos e prejudiciais à infraestrutura Ucraniana.

Nos últimos quinze anos, diversas empresas privadas também sofreram com ataques cibernéticos. Além do Yahoo, que foi afetado pelo maior ciberataque da história, com três bilhões de contas atingidas, empresas como o estúdio cinematográfico Sony Pictures e a Microsoft também foram atacadas. Na mais recente invasão russa ao território ucraniano, neste ano, os ataques cibernéticos também ganharam destaque. No dia 23 de junho, a Microsoft disponibilizou um relatório, de autoria da própria empresa, que descreve detalhadamente as formas com que a Rússia tem utilizado do ciberespaço para enfraquecer ainda mais as forças de defesa da Ucrânia. O relatório afirma que os aspectos cibernéticos da guerra vão muito além da Ucrânia e refletem a natureza única do ciberespaço. Além disso, o documento descreve a forma como a defesa ucraniana tem sido eficiente nesse caso, sendo que parte considerável dos ataques realizados foi anulada ou minimizada, especialmente através da hospedagem de diversos servidores locais em sistemas e nuvens de outros países.

No entanto, os esforços russos para conseguir domínio sob o espaço cibernético também são notáveis não somente na Ucrânia, mas em diversos outros territórios ao redor do mundo. Sobre isso, o relatório da Microsoft afirma que detectaram esforços russos de invasão de rede em 128 organizações em 42 países fora da Ucrânia. Embora os Estados Unidos tenham sido o alvo número um da Rússia, essa atividade também priorizou a Polônia, onde grande parte da logística de entrega de assistência militar e humanitária está sendo coordenada. As atividades russas também têm como alvo países bálticos, e nos últimos dois meses houve um aumento da atividade semelhante direcionada às redes de computadores na Dinamarca, Noruega, Finlândia, Suécia e Turquia. Também houve um aumento nas atividades semelhantes direcionadas aos ministérios das Relações Exteriores de outros países da OTAN (Nunes 2019). Com isso, destaca-se a relação dos ataques cibernéticos e das guerras convencionais, que será melhor explorada na próxima seção.

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

3.1. GUERRAS CIBERNÉTICAS: SUPERAÇÃO OU COMPLEMENTARIDADE ÀS GUERRAS CONVENCIONAIS?

A possibilidade de um Estado infligir danos ao inimigo usando armas

cibernéticas, em vez de armas convencionais, e alcançar objetivos estratégicos semelhantes pode implicar uma nova revolução na arte da guerra, bem como a sua expansão para um quinto domínio: o ciberespaço (Mallick 2021). Nesse sentido, assim como as primeiras revoluções industriais incrementaram a lesividade, velocidade e potencialidade dos armamentos e meios de guerra, a Era da Informação inaugurou novos meios de menor custo, mas que podem garantir ganhos estratégicos substantivos (Kumar 2013; Taddeo 2014). Conforme Dipert (2010), a guerra cibernética é a primeira grande nova forma de guerra desde o desenvolvimento de armas nucleares e mísseis intercontinentais.

As armas cibernéticas podem atingir a capacidade militar de um adversário, mas também alvos estatais estratégicos, como infraestruturas de comunicação e energia. Ou seja, as guerras cibernéticas também pode resultar em consequências físicas, podendo afetar alvos intangíveis como informações e dados ou tangíveis como sistemas operacionais e de infraestrutura, bem como, direta ou indiretamente, a vida humana (International Committee of the Red Cross 2013; Mallick 2021; Robinson, Jones e Janice 2015).

Diante disso, emerge a discussão sobre a relação de superação ou complementaridade entre a guerra cibernética e a convencional, sobre a qual há divergência na literatura. Discute-se que, por enquanto, a guerra cibernética se apresenta de maneira complementar à guerra convencional, por exemplo, no caso dos ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas que precederam a invasão russa da Ucrânia e da Geórgia. As armas cibernéticas passam a ser uma alternativa atraente às armas convencionais devido à sua acessibilidade, haja vista que o avanço da tecnologia e a proliferação de ferramentas cibernéticas diminuiu as barreiras de acesso e que questões logísticas restritivas aos armamentos convencionais não são impedimentos. Isto é, as armas cibernéticas são de baixo custo ao agressor, fácil acesso, podem ser altamente eficazes e facilmente implantáveis globalmente (Mallick 2021; Suciú 2014).

Com isso, as armas cibernéticas estão mais facilmente ao alcance de muitos países pequenos, grupos extremistas ou terroristas e outros atores não estatais (Mallick 2021). Portanto, sobretudo no contexto das guerras assimétricas, predominantes no século XXI, nas quais as capacidades militares e financeiras relativas dos beligerantes diferem significativamente, as armas cibernéticas se integram à guerra cinética, atuando como multiplicadoras de forças (Mallick 2021). Ainda quanto à acessibilidade, sua comercialização também se torna mais fácil em relação aos armamentos convencionais, tanto por questões logísticas de transporte e armazenamento quanto pelo seu uso duplo, isto é, a priori, não se pode afirmar que a aquisição de uma ferramenta cibernética, como um software, se destina a atos de guerra, com isso, a regulamentação sobre este mercado também passa a ser mais branda (Suciú 2014).

Em 2018, o mercado global de armas cibernéticas foi avaliado em 45,12 bilhões de dólares, cuja estimativa é de 65,13 bilhões até 2027. Além disso,

as empresas mais avançadas no desenvolvimento de ferramentas cibernéticas, as quais podem ser mobilizadas como armas cibernéticas, como BAE Systems, CISCO Systems ou Israel Aerospace Industries (IAI), concentram-se, principalmente, nos mercados competitivos dos Estados Unidos, Israel e Europa. Nesse sentido, especialistas discutem a iminência de uma corrida armamentista cibernética, pois sempre que os atores, neste caso estatais e não estatais, começam a aumentar suas capacidades ofensivas, há a possibilidade de escalada (Mallick 2021). O uso duplo das ferramentas cibernéticas, além de facilitarem seu desenvolvimento e comercialização, também têm implicações na escalada de eventuais guerras cibernéticas. Uma vez que os meios de acesso aos sistemas e redes costumam ser os mesmos tanto para coletar informações quanto infligir danos, ainda que o adversário detecte a invasão, ele não pode ter certeza da intenção do invasor, podendo interpretar erroneamente uma tentativa de operação de inteligência como um ataque, dando início ao conflito (Mallick 2021).

Quanto às características das armas cibernéticas, também cabe destacar que essas se adequam ao imediatismo do campo de batalha. De um lado, as operações cibernéticas acontecem na velocidade da luz, sem que haja necessidade de deslocamento de tropas e armamentos. Por outro, as operações cibernéticas podem ganhar tempo para o planejamento, mobilização e recuperação de ataques, pois são adequadas para ataques a redes logísticas e instalações de comando e controle, capazes de induzir a paralisia operacional, reduzindo a capacidade do adversário de mover e coordenar forças no campo de batalha (Mallick 2021).

Referente aos efeitos das operações cibernéticas, se extrai da literatura distintas possibilidades, como desestabilização, sabotagem e roubo de dados. A desestabilização se refere aos ataques à infraestrutura crítica, que abrange sistemas de transporte, bancários, redes elétricas, abastecimento de água, barragens e hospitais, os quais estão cada vez mais suscetíveis a ataques em razão da adoção da internet das coisas (Suciu 2014; Taddeo 2014). A sabotagem se aproxima do aspecto de complementaridade à guerra convencional referido anteriormente. Os ataques cibernéticos podem sabotar os sistemas de computadores dos governos e as comunicações oficiais, tendo como alvo informações sobre a localização das tropas, armas e equipamentos usados. Por fim, o roubo de dados serve a distintas finalidades durante a guerra, podem ser usados para inteligência, retidos para resgate, vendidos, usados para incitar escândalos ou até mesmo destruídos (Suciu 2014).

Tais operações são especialmente vantajosas aos países menores, pois são mais baratas e permitem que esses realizem ataques sem tanto risco de serem responsabilizados e sem maiores repercussões quando são. Isso diz respeito ao problema de atribuição: desde que sejam tomadas as medidas apropriadas para ocultar identidades, é muito difícil determinar a origem dos ataques cibernéticos e, mesmo que seja encontrada, é custoso acusar uma nação de um ato de guerra deliberado, especialmente devido à falta de uma estrutura legal.

Além disso, os Estados podem alegar que os ataques foram originados dentro do seu território, mas seus governos não os iniciaram, pois é difícil estabelecer a cadeia de comando (Dipert 2010; International Committee of the Red Cross 2013; Khawaja 2022). Também, na guerra cibernética, há baixo risco pessoal, pois os ataques podem ser conduzidos de praticamente qualquer lugar, ainda dentro dos limites e da relativa segurança das fronteiras de um Estado-nação (International Committee of the Red Cross 2013). Assim, ainda que possam ser complementares, as guerras cibernéticas têm características que não se aplicam às guerras convencionais, como a referida dificuldade de atribuição dos ataques, o uso duplo das ferramentas cibernéticas e a atratividade para países menores e atores não estatais, como uma arma assimétrica.

Por fim, distintamente dos ataques convencionais, os cibernéticos podem não ser letais ou resultar em danos permanentes a objetos físicos, existindo, inclusive, a possibilidade de revertê-los. Por exemplo, as armas cibernéticas podem ser desenvolvidas com contramedidas ou formas de restaurar a operacionalidade ou os dados, que podem ser liberadas ao inimigo, se a provocação cessar ou se as armas cibernéticas acidentalmente causarem danos a sistemas de informação estritamente civis. De acordo com Dipert (2010), o único aspecto da guerra convencional que poderia ser comparada a essa reversão seria a produção conjunta de armas químicas e antídotos.

3.2. CONSEQUÊNCIAS HUMANITÁRIAS DO USO DE OPERAÇÕES CIBERNÉTICAS EM CONFLITOS ARMADOS

Com as guerras assimétricas, que mobilizam atores estatais e não-estatais, a distinção entre combatentes militares e civis foi estreitada. Em seguida, as guerras cibernéticas amplificaram tal movimento, uma vez que se tornou mais difícil tanto identificar quem são os combatentes envolvidos, tendo em vista que não são necessariamente militares e incluem hackers e operadores de ferramentas cibernéticas, quanto restringir seus efeitos a alvos militares, haja vista que os sistemas operacionais civis e militares podem se confundir (Finkelstein e Govern 2015). Historicamente, a população civil era mantida fisicamente separada da guerra pelo fato de que os combates ocorriam em um campo de batalha. Hoje, Finkelstein e Govern sustentam que a guerra moderna é caracterizada pela perda do locus tradicional de batalha. Conforme os autores, na guerra cibernética, esta dificuldade em separar militares e civis foi exacerbada. Isso dificulta a aplicação do princípio da distinção, preconizado pelo Direito Internacional Humanitário (DIH)³, a partir do qual se proíbe ataques contra bens civis, como hospitais, infraestrutura civil crítica e administrações públicas civis (Khawaja 2022).

Os ataques cibernéticos podem provocar danos em um nível que apenas

³ Internacional Humanitário (DIH) é o conjunto de leis que busca, por razões humanitárias, limitar os meios e métodos de guerra. O DIH foi elaborado a partir da guerra cinética tradicional (Kharel 2022).

os ataques cinéticos tornaram possível até agora. Conforme destaca o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) (2019), quando as redes e sistemas de um Estado são atacados, infiltrados ou bloqueados, pode haver o risco de os civis serem privados de bens essenciais, como água potável, assistência médica e eletricidade, ainda, se houver apagão no sistema de tráfego aéreo ou se os sistemas GPS forem paralisados, podem ser interrompidas operações de voo de resgate e pode haver a queda de aeronaves (Khawaja 2022). Da mesma forma, barragens, usinas nucleares e sistemas de telecomunicações também são vulneráveis a ataques cibernéticos. Soma-se a isso, o fato de que as redes são tão interconectadas que pode ser difícil limitar os efeitos de um ataque contra uma parte do sistema sem danificar outras ou interrompê-lo por inteiro (ICRC 2019).

Diante disso, faz-se importante o princípio da proporcionalidade, o qual restringe ataques que possam causar danos acidentais excessivos, em relação à vantagem militar concreta e direta prevista pelo ataque, a civis e infraestruturas civis (ICRC 2013). No ciberespaço, uma vez que a globalização é caracterizada pela alta interconectividade e que existe apenas um ciberespaço, compartilhado por usuários militares e civis, os danos acidentais podem ser mais facilmente generalizados e transcendem tanto os espaços militares quanto as fronteiras nacionais (Dipert 2010).

Por isso, o CICV (2019) expressa reiteradamente sua preocupação com o crescente uso de operações cibernéticas durante conflitos armados (Dipert 2010). Diante das possíveis consequências humanitárias, o comitê ressalta que as guerras têm regras e limites, que se aplicam tanto ao uso da guerra cibernética quanto ao uso de fuzis, artilharia e mísseis, as quais, por sua vez, podem ser aplicadas às forças armadas dos Estados, grupos armados não estatais e àqueles que participam diretamente das hostilidades durante um conflito armado, incluindo hackers voluntários e outros civis (ICRC 2019). Quanto aos últimos, o CICV sustenta que os hackers perdem sua proteção legal contra ataques diretos durante a execução do ataque cibernético e das suas medidas preparatórias.

Em contrapartida, tendo em vista a obrigação dos Estados de evitar ou pelo menos minimizar as baixas civis incidentais e os danos à infraestrutura civil e de dispor dos meios menos prejudiciais disponíveis para atingir seus objetivos militares, as armas cibernéticas podem ser menos invasivas e prejudiciais, em comparação às cinéticas. Com isso, pondera-se que, com a evolução tecnológica, o desenvolvimento de armas cibernéticas poderia causar menos baixas e menos danos colaterais do que as armas tradicionais, para alcançar a mesma vantagem militar. Para tanto, urge discutir a regulamentação das armas cibernéticas, tendo em vista a maximização da aplicação do DIH (Finkelstein e Govern 2015; International Committee of the Red Cross 2013).

3.3. RESPOSTAS ÀS GUERRAS CIBERNÉTICAS CONFORME O DIREITO INTERNACIONAL

Tendo em vista as implicações econômicas, materiais e humanitárias das operações cibernéticas e os princípios orientadores da guerra discutidos na seção anterior, a CICV enfatiza que as guerras cibernéticas devem ser reguladas pelo DIH durante conflitos armados, assim como quaisquer outros meios ou métodos de guerra empregados. Contudo, os tratados internacionais de DIH foram redigidos tendo como base as guerras convencionais, por isso, embora na literatura e no CICV possa haver consenso sobre a necessidade da sua aplicação, ainda discute-se a forma de aplicá-los, considerando as particularidades das operações cibernéticas, discutidas nas seções anteriores.

Conforme o princípio da distinção, apenas objetivos militares podem ser visados durante um conflito armado, sendo o ataque deliberado a civis uma violação do DIH que equivale a um crime de guerra. Contudo, a definição tradicional de objetivos militares abrange alvos que, por sua natureza, localização, finalidade ou uso, contribuam efetivamente para a ação militar e cuja destruição, captura ou neutralização total ou parcial ofereça uma vantagem militar definida. Assim, em um contexto de confusão entre os sistemas e infraestruturas civis e militares se torna mais difícil a identificação do uso estritamente militar do alvo. Por exemplo, se, durante um conflito armado, Estados ou atores não estatais hackearem sistemas governamentais, com dados médicos, biométricos, de previdência social, registros fiscais, contas bancárias, arquivos de empresas ou registros eleitorais, pode ser considerado uma violação do princípio da distinção, ao atingir alvos civis (Khawaja 2022).

Ainda, outra questão que se impõe, a partir da aplicação do princípio da proporcionalidade às guerras cibernéticas, diz respeito ao dever de que não seja usada mais força do que a necessária para repelir um ataque ou cumprir objetivos militares legítimos. Nesse caso, questiona-se sobre a correspondência entre ataques cinéticos e cibernéticos: como poderia ser determinado o que constitui uma resposta necessária a um ataque cibernético (Finkelstein e Govern).

Cabe ressaltar, ainda, que as questões acima só podem ser levantadas porque o DIH é um corpo normativo adaptativo. A partir do artigo 36 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, determina-se que os Estados realizem uma revisão legal de uma nova arma, meio ou método de guerra para determinar se seu emprego seria proibido pelo direito internacional. Ou seja, esse dispositivo vincula as novas tecnologias independentemente de terem sido explicitamente abordadas nas disposições da norma. Assim, quando os Estados aderem aos tratados de DIH, concordam com a regulação dos seus conflitos presentes e futuros (Taddeo 2014). Ainda assim, a prática, novamente, impõe óbices. Esta revisão legal não acontece de forma imediata à emergência dos novos instrumentos. Com isso, pode-se questionar sobre se os problemas da guerra

cibernética exigem novos tratados e definições legais, semelhantes ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Como foi muito discutido em relação às usinas nucleares, as quais podem ter finalidade bélica ou não, qualquer computador é uma arma cibernética em potencial e qualquer pessoa com conhecimento avançado de sistemas de informação é um combatente cibernético em potencial, o que torna o seu simples banimento impossível, cabendo, apenas, uma regulamentação adequada (International Committee of the Red Cross 2013).

As guerras cibernéticas também repercutem nas noções de territorialidade e soberania dos Estados-nações. Conforme a Carta da ONU, os Estados-membros não podem ameaçar ou usar da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer outro Estado. Contudo, ao centrarmos a discussão no ciberespaço, emergem questionamentos sobre a aplicabilidade e a abrangência desse dispositivo. A dimensão territorial e os limites fronteiriços têm sua importância reduzida em operações cibernéticas, por exemplo, um vírus eletrônico projetado para destruir a infraestrutura tecnológica sem exigir a infiltração cinética do território de outra nação poderia violar sua soberania? (Finkelstein e Govern 2015). Muitos países defendem que sim, pois o espaço cibernético também existe no espaço real, com seus componentes físicos essenciais, como computadores, equipamentos de rede, dispositivos de armazenamento e usuários humanos. Como tal, também estariam sujeitos aos controles do Estado territorial, como tribunais e forças policiais (Mallick 2021).

Ainda assim, conclui-se que a aplicação do Direito Internacional já é comumente difícil, considerando a anarquia entre os Estados, e torna-se ainda mais no contexto das guerras cibernéticas. Primeiro, pela questão discutida na seção 3.1, referente à dificuldade de atribuição diante do anonimato dos ataques cibernéticos. Segundo, há ainda lacunas em termos da regulamentação a ser aplicada. O Manual de Tallinn, que será abordado na próxima seção, foi o material mais completo escrito até hoje sobre como as leis já existentes se aplicam às guerras cibernéticas, mas não resolveu todos os dilemas (Robinson, Jones e Janice 2015). Nesse sentido, Joseph Nye (2019) sintetizou pontos caros ao avanço da discussão: a dificuldade de limitar as ferramentas cibernéticas, uma vez que o mesmo programa pode ser usado para fins legítimos ou beligerantes; a necessidade de uma melhor atribuição forense, a fim de garantir a responsabilização pelos ataques; e o desenvolvimento de melhores defesas, por meio de criptografia ou aprendizado de máquina, capazes de dificultá-los, uma vez que a legislação e sua aplicação não atendem às demandas reais.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

4.1 CONSEQUÊNCIAS INTERNACIONAIS DOS ATAQUES CIBERNÉTICOS

O ataque cibernético sofrido pela Estônia, em 2007, foi o responsável por fazer com que, pela primeira vez, o tema do ciberespaço e a forma como esse poderia ser usado militarmente fosse evidenciada na comunidade internacional. Após o ataque, o país avançou no processo de criminalização de ações como a sabotagem e a interferência em redes de computadores. Destaca-se ainda o impasse internacional, quando a Estônia solicitou ajuda à Rússia para investigar os ataques, com base em um tratado de assistência jurídica firmado entre elas, mas essa se recusou. Então, desde 2008, as autoridades russas negaram qualquer cooperação investigativa às autoridades estonianas, impedindo que os investigadores que se enquadravam na jurisdição russa fossem levados a julgamento.

Em decorrência dos ataques, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) realizou uma avaliação interna de sua segurança cibernética e de infraestrutura, elaborou uma política de defesa cibernética e criou o Centro de Excelência em Defesa Cibernética Cooperativa da OTAN (CCDCOE), em maio de 2008. As preocupações quanto ao ataque também implicaram a evolução do Direito Internacional no que diz respeito ao ciberespaço, tendo sido desenvolvido, posteriormente, o Manual de Tallinn sobre o Direito Internacional Aplicável à Guerra Cibernética, tratado na seção seguinte.

Além disso, as operações militares protagonizadas pela Rússia na Geórgia, em 2008, e na Ucrânia, em 2014 e 2022, também obtiveram repercussão internacional, em razão do uso do espaço cibernético como um importante apoio à ação das forças militares convencionais. As forças russas usaram desse para enfraquecer a comunicação e dificultar respostas por parte de Geórgia e Ucrânia. Especialmente nos casos ucranianos, em retaliação aos ataques efetuados, a Rússia também sofreu danos cibernéticos, especialmente provocados por grupos de hackers independentes. Neste ano, a Guerra Russo-ucraniana registrou um número considerável de ataques cibernéticos à Ucrânia, mesmo antes da invasão militar russa ao território ucraniano. A partir de março, a Rússia intensificou o número e a frequência dos ataques, mas muitos não tiveram o sucesso esperado. Tais fatos fomentam a discussão a respeito da aplicação do Direito Internacional às guerras cibernéticas, para proteção dos países atacados.

Apesar dos esforços realizados nos últimos quinze anos, a regulamentação de ataques cibernéticos ainda está muito longe de ser um assunto encerrado. As divergências entre as posições dos atores internacionais sobre o uso do ciberespaço também tem sido um relevante impeditivo para o avanço à regulamentação, embora medidas sejam tomadas em torno de ataques específicos (Talihärm 2013).

4.2 MANUAL DE TALLINN SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL APLICÁVEL À GUERRA CIBERNÉTICA

Conforme referido na subseção anterior, em 2013, o Centro de Exce-

lência em Defesa Cibernética Cooperativa da Organização do Tratado do Atlântico Norte elaborou o Manual de Tallinn sobre o Direito Internacional Aplicável à Guerra Cibernética, buscando implementar o Direito Internacional Humanitário existente no ciberespaço. Em 2017, a segunda edição foi publicada, a partir do avanço do entendimento a respeito, enfatizando o grau de destruição física que os ataques cibernéticos podem alcançar e seu escopo crescente.

Ambos os documentos não são juridicamente vinculativos, ainda assim, buscam orientar a aplicação de tratados já existentes sobre este novo domínio, uma vez que ainda não há normas internacionais que tratem especificamente do emprego das armas cibernéticas (Khawaja 2022; Mallick 2021). Primeiro, o manual buscou elucidar o conceito de armas cibernéticas, como meios cibernéticos de guerra projetados, usados ou destinados a causar ferimentos ou morte de pessoas, ou danos ou destruição de objetos. Ainda há muito a discutir sobre o que deve ser entendido como dano no mundo cibernético, podendo ser apenas aquilo que reflete no mundo físico ou incluir violações a dados e informações (International Committee of the Red Cross 2013).

Embora não cumpra esgotar a matéria do tratado, cabe ressaltar que há o exercício de adaptação e aplicação das normas do DIH às guerras cibernéticas, com as suas peculiaridades e desafios. Nesse sentido, a título de exemplo, o princípio da proporcionalidade do DIH, referido anteriormente, está expresso nele, ao dispor que é proibido empregar meios ou métodos de guerra cibernética de forma indiscriminada, isto é, quando não são dirigidos a um objetivo militar específico ou limitados em seus efeitos, conforme exigido pela Lei de Conflitos Armados (Robinson, Jones e Janice 2015).

Nessa perspectiva, de acordo com o Manual de Tallinn, o princípio da proporcionalidade também é aplicável às operações cibernéticas, contudo, a questão de como aplicá-lo persiste, pois existem sistemas com dupla utilização que podem ter uso militar e civil. Por exemplo, usinas de energia que fornecem energia para áreas civis e militares e sistemas de controle de tráfego aéreo que dão suporte a bases civis e militares. Com isso, embora possam ser considerados alvos militares, a sua utilização civil pode impor a incidência do princípio, tornando um ataque a eles desproporcional. Ademais, importam, à ponderação da proporcionalidade do ataque, os efeitos indiretos. Devido ao grau de interconectividade do ciberespaço, torna-se difícil determinar como os ataques podem afetar aqueles que estão fora da esfera inicial de ataque, sendo capazes de ampliarem-se ao campo civil (Khawaja 2022).

Por fim, destaca-se, a partir da discussão acima, que embora o tratado reflita um esforço de regulamentação e adaptação das normas pré-existentes às guerras cibernéticas, há gargalos quanto a sua aplicabilidade. Isso decorre não apenas da ausência de obrigatoriedade jurídica, mas também da falta de adesão dos Estados. Cumpre ressaltar que o manual foi produzido no âmbito de uma aliança militar intergovernamental ocidental (OTAN) e as suas regras refletem

os manuais militares de quatro países: Canadá, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. Isto é, o manual foi influenciado pelo pensamento ocidental de guerra e DIH, sem que a discussão comportasse players internacionais importantes, como a Rússia e a China, bem como países que têm experienciado os efeitos dos ataques cibernéticos (Robinson, Jones e Janice 2015). Com isso, torna-se imperativo avançar nas discussões a respeito.

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Islâmica do Afeganistão**, comandada pelo governo do Talibã desde a retirada dos Estados Unidos, utiliza-se de fortes alianças com países que possuem estruturas tecnológicas mais robustas e, consequentemente, maior presença no ciberespaço, como China e Rússia. Ambos os países, em especial o segundo, possuem infraestrutura tecnológica instalada em território afegão. A China se destaca pelos serviços de telecomunicações oferecidos por suas empresas dentro do Afeganistão. Por isso, embora não disponha de ampla estrutura de segurança cibernética, o Afeganistão não pode ser considerado um alvo fácil, muito menos inofensivo, no contexto do espaço cibernético (Ashraf 2022).

A **República Federal da Alemanha** defende que a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional Humanitário sejam aplicados sem reservas no contexto do ciberespaço. Sustenta que, devido a origem de todas as atividades cibernéticas nas ações dos seres humanos que utilizam alguma infraestrutura física, o ciberespaço não é um domínio desterritorializado. Com isso, dentro de suas fronteiras, um Estado tem o direito exclusivo de exercer plenamente sua autoridade sobre atividades cibernéticas. Dito isso, a Alemanha concorda essencialmente com a visão apresentada no Manual de Tallinn 2.0, de que as operações cibernéticas atribuíveis a um Estado que levam a efeitos físicos e danos no território de outro Estado constituem uma violação da soberania territorial desse. Por fim, posicionou-se também sobre a aplicação do princípio da distinção, ao dispor que a distinção entre objetivo civil ou militar deve considerar o efeito causado pelo ataque cibernético (International Cyber Law 2022).

A **Comunidade da Austrália** defende que a Carta das Nações Unidas e as regras do DIH se aplicam às atividades cibernéticas dentro de um conflito armado, uma vez que essas, enquanto ataques, seriam incompatíveis com a proibição da ameaça ou uso da força por um Estado contra a integridade territorial ou a independência política de outro. Ainda assim, destaca que a obrigação de buscar a solução pacífica de controvérsias e a não-intervenção não afeta o direito inerente de um Estado de agir em legítima defesa em resposta a um ataque armado. Esse direito se aplica tanto no domínio cibernético quanto no físico (International Cyber Law 2022).

A **República Federativa do Brasil** reconhece que o Direito Internacio-

nal Humanitário (DIH) e a Carta das Nações Unidas são aplicáveis à atividade dos Estados relacionadas às Tecnologias da informação e comunicação (TIC) no ciberespaço. Enfatiza, ainda, que são essenciais para manter a paz e a estabilidade e promover um ambiente de TIC aberto, seguro, pacífico e acessível. Com isso, a discussão deve concentrar-se não mais se, mas como o DIH se aplica ao uso das TIC pelos Estados, pois o fato de uma arma específica ter sido inventada após o desenvolvimento da norma não o isenta de regulamentação (International Cyber Law 2022).

Enquanto países como os EUA defendem que a Lei de Conflitos Armados se aplica ao domínio cibernético, Estados como a **República Popular da China** e Rússia questionam se essa é adequada e defendem o desenvolvimento de uma nova legislação específica (Mallick 2021). Conforme o posicionamento oficial chinês, a comunidade internacional, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais, deve realizar discussões no âmbito da ONU sobre como o direito internacional se aplica ao uso das TICs pelos Estados, levando em consideração suas peculiaridades, destacadas no decorrer deste texto, e desenvolver ainda mais entendimentos comuns sobre essa questão. Deve-se, assim, elaborar novos instrumentos jurídicos internacionais, com base na ampla participação de todos os Estados, para evitar transformar o ciberespaço em um novo campo de batalha e manter a paz e a estabilidade duradouras no ciberespaço (International Cyber Law 2021).

Para o **Reino da Espanha**, a segurança global tornou-se uma prioridade fundamental, sendo os desafios como o combate ao terrorismo e ao crime organizado e a cibersegurança essenciais para a política externa espanhola. Por isso, o Conselho de Segurança Nacional espanhol incluiu a segurança cibernética como uma prioridade da Estratégia Nacional de Segurança, sendo discutida por meio da Estratégia Nacional de Cibersegurança, que visa estabelecer medidas adequadas de prevenção, defesa, detecção, resposta e recuperação face a ameaças cibernéticas, e do Plano Nacional de Cibersegurança, que define as formas de implementá-la. No âmbito multilateral, o governo destaca que as oportunidades e riscos que a evolução das atividades cibernéticas acarreta exigem cooperação entre os países para alcançar um ciberespaço seguro e confiável (Ministerio de Assuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación 2022).

Em 2012, a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa dos **Estados Unidos da América** reconheceu o ciberespaço como um domínio crítico de operações e sua proteção como uma questão de segurança nacional. A tecnologia de guerra cibernética foi implementada pelo governo Bush e o governo Obama expandiu ainda mais seu uso: ataques cibernéticos já eram empregadas contra a Al Qaeda, mas o uso de técnicas avançadas tornou-se mais evidente nas operações contra o Irã (Suciu 2014). Os EUA defendem que a Lei de Conflitos Armados se aplica ao domínio cibernético, nesse sentido, o Manual da Lei de Guerra do Departamento de Defesa dos EUA permite operações ofensivas no

espaço cibernético, para fins prejudiciais ou destrutivos, desde que sejam conduzidas de acordo com as leis internacionais de guerra (Mallick 2021).

A **República Democrática Federal da Etiópia** é relevante no âmbito continental no que diz respeito ao espaço cibernético e seu uso militar. O país, há alguns anos, enfrenta tensões envolvendo outros países da região, como Egito e Sudão, por conta da construção de uma grande barragem no Rio Nilo, e sofre com ataques cibernéticos, possivelmente, associados a essas. Em 2020, o sistema governamental foi invadido e foram feitas publicações relacionadas ao conflito no Rio Nilo nas redes sociais oficiais. Websites do governo também foram inutilizados por alguns dias. As autoridades acusaram um grupo de hackers egípcios de ter protagonizado o ataque. Desde então, outros incidentes semelhantes foram registrados no país, que demonstra grande preocupação. Os ocorridos evidenciam, de maneira geral, a exposição aos riscos de ataques cibernéticos no continente africano (Samme-Nlar 2020; Tekle 2022).

Conforme o Ministério da Defesa da **República Francesa**, diante de ameaças cibernéticas cada vez mais prevalentes e permanentes e sistemas cada vez mais vulneráveis pela digitalização e interconectividade, a regulação do ciberespaço devem se tornar uma prioridade para estabelecer uma ordem coletiva e multilateral capaz de preservar a paz e a segurança internacionais. Nesse sentido, defende que as normas e princípios internacionais que decorrem da soberania do Estado e do DIH se aplicam ao uso das TICs pelos Estados. O governo francês garante exercer sua soberania sobre os sistemas de informação localizados em seu território e que ataques à infraestrutura de TIC estão sujeitos à sua jurisdição territorial (International Cyber Law 2022).

Recentemente, o ciberespaço se tornou uma questão relevante para os conflitos na **Líbia**, os quais sofrem influência de diversos países como Arábia Saudita, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Estados Unidos da América, bem como de atores não estatais, fato que dificulta o rastreamento e a atribuição dos ataques cibernéticos. Em resposta ao aumento do uso militarizado do ciberespaço, no contexto dos conflitos internos, a Líbia criou a Autoridade Nacional de Segurança e Proteção da Informação (NISSA), que busca promover o uso seguro das TICs, bem como avançar na prevenção, detecção e resposta a ataques cibernéticos (Herbert 2019; National Information Security and Safety Authority 2022).

Os **Estados Unidos do México** sofreram, em setembro deste ano, com um ataque cibernético. Hackers divulgaram dados confidenciais do governo, como o monitoramento das ações do embaixador estadunidense no país, mensagens eletrônicas das forças armadas e informações sobre a saúde do presidente Andrés Manuel López Obrador. Isso evidenciou a insuficiência das forças de ciberdefesa do México, colocando o Ministério da Defesa em alerta. Segundo Obrador, o ataque teria ocorrido por conta de uma alteração na infraestrutura do exército nacional, que deixou o sistema mais vulnerável a invasões externas.

O México é o país que mais sofre com ataques cibernéticos na América Latina e, com isso, tem aumentado os seus esforços para se defender dessas ações. Contudo, a recente experiência ainda aponta óbices à segurança nacional (Golden 2022; Oré 2022).

A **República Federal da Nigéria** está entre as nações africanas que mais sofrem com as ações de grupos terroristas. Nos últimos anos, eles passaram a utilizar o espaço cibernético para realizar ataques, como a invasão ao site do órgão responsável pelas eleições nigerianas, no dia da eleição. À vista disso, o governo nigeriano tem buscado fortalecer sua estrutura de defesa e resposta aos ataques. Recentemente, o exército nigeriano estabeleceu o Comando de Guerra Cibernética do Exército da Nigéria (NACWC), encarregado da proteção de dados e prevenção do terrorismo cibernético. Nesse sentido, também foi criada a Escola de Guerra Cibernética do Exército da Nigéria, que treina militares para atender aos objetivos do Comando (Nigerian Army 2021; O’Flaherty 2018).

A **República Islâmica do Paquistão** é considerada um dos alvos mais visados para ataques cibernéticos, já tendo sido registrados ataques contra diversas estruturas fundamentais do governo nos últimos anos. Um dos fatores mais problemáticos nesse sentido é o fato de que grande parte da tecnologia que opera no território paquistanês pertence a empresas de outros países, especialmente asiáticos. O Paquistão possui uma estratégia consolidada para denúncia e rastreamento de cibercrimes dentro de seu território, mas carece de recursos para conter e responder ataques cibernéticos de grandes proporções. Ataques recentes direcionados ao setor nuclear, à infraestrutura da marinha, entre outros setores vitais para o governo, tornaram evidente a necessidade de aumento do investimento em segurança cibernética, além da criação de um aparato mais robusto no tocante à ciberguerra (Khalil s.d).

O **Reino Unido** sustenta que o ciberespaço não é uma zona cinzenta ou sem lei, pois, uma vez que as operações cibernéticas são capazes de violar a proibição de ameaça ou uso da força contra os Estados, a lei aplicável aos conflitos armados também deve ser aplicada ao uso de ferramentas cibernéticas como meios de travar a guerra. Ainda, defende que, da mesma forma que um país pode se defender, legalmente, quando atacado militarmente, deve se defender de ataques cibernéticos, em defesa da sua soberania (International Cyber Law 2022).

Enquanto países como os EUA defendem que a Lei de Conflitos Armados se aplica ao domínio cibernético, Estados como a **Federação Russa** e a China questionam se essa é adequada e defendem o desenvolvimento de uma nova legislação para guerras cibernéticas (Mallick 2021). Tendo em vista a natureza jurídica específica do ciberespaço, notadamente o fato de que as atividades nele podem ser anônimas, a aplicação do direito internacional às atividades cibernéticas não deve ser automática e não deve ser realizada por simples analogia. Portanto, é necessário discutir substantivamente a questão de como os instrumentos específicos do direito internacional existentes se aplicam, bem como elaborar

novos mecanismos e, sobretudo, uma abordagem universal para esse assunto sob os auspícios da ONU (International Cyber Law 2021).

Na **República Federal da Somália**, grupos terroristas e milícias, bem como forças de oposição, são bastante influentes. Embora as ações cibernéticas não sejam numerosas, elas têm se tornado mais frequentes nos últimos anos e são atribuídas aos envolvidos nos conflitos locais. Para sua contenção, o governo somali criou o Departamento de Segurança Cibernética, responsável por proteger, monitorar e defender o ciberespaço e ativos cibernéticos valiosos da Somália, bem como orientar os provedores governamentais de infraestrutura crítica nacional. A criação desse departamento representa um avanço importante para o país, assim como para o continente, cujas nações, em boa parte, ainda não dispõem de estruturas semelhantes (National Communications Authority s.d).

Estando envolvida em conflitos cibernéticos com a sua vizinha Rússia, a **Ucrânia** participa das iniciativas internacionais de combate às ameaças cibernéticas, enquanto também promove o desenvolvimento de iniciativas regionais. Destaca-se também que o país está trabalhando com o Fundo Fiduciário de Defesa Cibernética da OTAN para aprimorar as suas capacidades técnicas no combate às ameaças cibernéticas, o que abrange o estabelecimento de um centro de gerenciamento de segurança para incidentes de tecnologia (Global Cyber Expertise Magazine 2017).

QUESTÕES A PONDERAR

- 1 Quando um ataque cibernético equivale a um ato de guerra?
- 2 Como distinguir objetivos e atores civis e militares diante da interconnectividade do ciberespaço?
- 3 Como o Direito Internacional Humanitário pode regular as operações cibernéticas durante um conflito armado?
- 4 A corrida de armas cibernéticas exige tratados semelhantes ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares?
- 5 Um ataque cibernético seria justificado em resposta a um ataque convencional inimigo, bem como um ataque convencional seria justificado por um ataque cibernético inimigo?

REFERÊNCIAS

- Ashraf, Mubenn. 2022. "Does the Taliban Pose a Cyber-Threat?" Tribune Magazine. May 21, 2022. <https://tribune.com.pk/story/2357683/does-the-taliban-pose-a-cyber-threat>.
- Dipert, Randall. 2010. "The Ethics of Cyberwarfare." Journal of Military Ética 9(4), 384-410. DOI: 10.1080/15027570.2010.536404.

Fernandes, Hugo Miguel Moutinho. 2016. As novas guerras: o desafio da guerra híbrida. Lisboa: IUM. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/36182>.

Finkelstein, Claire Oakes e Govern, Kevin H. 2015. “Introdução: Cibernética e a Mudança da Face da Guerra”. Penn Carey Law: Legal Scholarship Repository 1566. Disponível em: https://scho.larship.law.upenn.edu/faculty_scholarship/1566.

Global Cyber Expertise Magazine. Cybersecurity in Ukraine: National Strategy and international cooperation. Última modificação em 06 de junho, 2017. Disponível em: <https://thegfce.org/cybersecurity-in-ukraine-national-strategy-and-international-cooperation/>

Golden, Lianna. 2022. “US-Mexico Border Summit Addresses Cyber Security Threats at Border amid Russia-Ukraine War.” KFOX. February 24, 2022. <https://kfoxtv.com/news/local/us-mexico-border-summit-addresses-cyber-security-threats-at-border-amid-russia-ukraine-war>.

Herbert, Matt. 2019. “Libya’s War Becomes a Tech Battleground.” ISS Africa. October 8, 2019. <https://issafrika.org/iss-today/libyas-war-becomes-a-tech-battleground>.

International committee of the red cross. 2013. What limits does the law of war impose on cyber attacks? <https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/faq/130628-cyber-warfare-q-and-a-eng.ht>. Acesso em 30 de maio, 2022.

———. 2019. “Cyber warfare: IHL provides an additional layer of protection”. 10 de setembro, 2019. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/cyber-warfare-ihl-provides-additional-layer-protection>.

International Cyber Law. 2021. National position of People’s Republic of China (2021). Última modificação em 25 de novembro de 2021. Disponível em: [https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_the_People%27s_Republic_of_China_\(2021\)](https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_the_People%27s_Republic_of_China_(2021))

———. 2021. National position of the Russian Federation (2021). Última modificação em 25 de novembro de 2021. Disponível em: [https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_the_Russian_Federation_\(2021\)](https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_the_Russian_Federation_(2021))

———. 2022. National position of Germany (2021). Última modificação em 20 de outubro de 2022. Disponível em: [https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_Germany_\(2021\)](https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_Germany_(2021))

———. 2022. National position of Australia (2020). Última modificação em 01 de abril de 2022. Disponível em: [https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_Australia_\(2020\)](https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_Australia_(2020))

———. 2022. National position of Brazil (2021). Última modificação em 02 de outubro de 2022. Disponível em: [https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_Brazil_\(2021\)](https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_Brazil_(2021))

———. 2022. National position of France (2019). Última modificação em 01 de abril de 2022. Disponível em: [https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_France_\(2019\)](https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/National_position_of_France_(2019))

———. 2022. National position of the United Kingdom (2022). Última modificação em 20 de junho de 2022. Disponível em: <https://cyberlaw.ccdcoe.org/wiki/Nation->

- Taddeo, Mariarosaria. 2014. "What Ethics Has To Do With the Regulation of Cyberwarfare". *Ethics and Armed Forces*. Disponível em: <http://www.ethikundmilitaer.de/en/full-issues/20142-cyberwar/taddeo-what-ethics-has-to-do-with-the-regulation-of-cyberwarfare/>.
- Talihärm, Anna-Maria. United Nations UN Chronicle. 2013. Towards Cyberpeace: Managing Cyberwar Through International Cooperation. <https://www.un.org/en/chronicle/article/towards-cyberpeace-managing-cyberwar-through-international-cooperation>.
- Tekle, Tesfa-Alem. 2022. "Ethiopia 'Fails' Cyber-Attack on Nile Dam, Financial Institutions | the East African". *The East African*. 2022. <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/rest-of-africa/ethiopia-fails-cyber-attack-on-nile-dam-3803726?view=htmlamp>.

CONTROLE DA PROLIFERAÇÃO ILEGAL DE ARMAS DE PEQUENO CALIBRE E LIGEIRAS NA ÁFRICA

*Gabriela Gampe Bonness¹
Gabriel Luiz da Rosa Daros²*

RESUMO

O presente artigo busca tratar da problemática da proliferação ilegal de armas pequenas e leves no continente africano. Por meio dele, irá se discutir a emergência dessas armas, sua circulação na África, sua capacidade de desestabilizar o continente e as ações tomadas pelos países para reverter tal cenário. Veremos que o continente africano é especialmente atingido por essa questão por conta da porosidade de suas fronteiras, além dos inúmeros conflitos de âmbito social, religioso e político existentes em seu território. Dessa forma, o guia tem como objetivo servir de instrumento para o debate sobre a temática das armas de pequeno porte e de armas ligeiras no continente africano, a fim de compreender as razões pelas quais a problemática é atual e quais medidas devem ser tomadas a fim de resolvê-la.

¹ Gabriela é graduanda do 2º ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
² Gabriel é graduando do 2º ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

Durante e, principalmente, após o período da Guerra Fria, as autoridades ficaram mais atentas no controle e regimentos de armas como as nucleares, em decorrência dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e dos tratados de não-proliferação de armas. Isso, no entanto, abriu caminhos para que surgisse um grande arsenal de armas leves e ligeiras, já que estas não possuíam um controle mais rigoroso. Dessa maneira, grandes potências, como Rússia e Estados Unidos, começaram a vendê-las e distribuí-las para países do chamado “terceiro mundo”, pois, como tinham um grande estoque em decorrência da corrida armamentista e que agora não era mais útil, precisavam se desfazer delas. Mesmo com o fim da Guerra Fria essas armas continuaram a existir e passaram a se proliferar nas mais diversas regiões do mundo, através da distribuição para os países da periferia do Sistema Mundial. Dado a porosidade das fronteiras e os inúmeros conflitos existentes em seu território, o continente africano foi e ainda é um dos mais atingidos pela proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras distribuídas ao longo dos seus países, o que implica uma problemática social. Esses armamentos são agentes motivadores de instabilidade política, social, securitária e religiosa, pois facilitam os embates e os crimes cometidos por civis, por serem de fácil manuseio (Gamba 1997; Velasco 2016).

Nesse cenário, os Estados africanos estão agindo para que essa situação se reverta. Há alguns anos são implementados programas chamados Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), por iniciativas de organizações regionais, além da União Africana, que tem como finalidade o desarmamento e reintegração de ex-combatentes de guerras civis ou grupos paramilitares africanos, assim como a desmobilização de grupos criminosos que não fazem parte da ação estatal. A execução desses programas por parte do Estado não é completamente eficaz, uma vez que é custoso e muitas vezes não se obtém sucesso no processo, além disso, a escassez de infraestrutura, tanto organizacional como física, é um fator dificultador, entre outros motivos nesse sentido. Sendo assim, outras ações e decisões se fazem necessárias, tanto dos países africanos como da comunidade internacional, uma vez que essa questão implica em problemas políticos e de segurança para o sistema internacional (Gamba 1997; Peixoto 2006; Velasco 2016).

Ademais, percebe-se que existem diferentes problemáticas que dificultam o controle da proliferação das armas de pequeno calibre e armas ligeiras, como a passagem de armas do comércio legal para o ilegal, o falho monitoramento das fronteiras, o crescimento do número de crimes transnacionais decorrente do aumento dessa proliferação, interesses externos que fomentam instabilidades e, por fim, a fragilidade na atuação dos Estados Africanos no assunto. Desse modo, é importante considerar que todos esses fatores são condicionados pela herança histórica do continente, a qual explica a vulnerabilidade institucional e infraestrutural africana, e que as problemáticas de cunho nacional impactam, frequen-

temente de maneira direta, na soberania e na autonomia de outros Estados do continente.

O presente guia de estudos está, portanto, estruturado da seguinte forma: (i) contextualização histórica, seção na qual se explica as origens do aumento da proliferação e os fatores que levaram ao surgimento das atuais dificuldades de resolução de conflitos no continente e, então, (ii) apresentação do problema, na qual se desenvolvem os principais tópicos que devem ser discutidos a fim de corroborar para o aumento do controle da proliferação desse tipo de armamento.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Nesta seção, se apresentará o contexto histórico do uso de armas de pequeno porte no continente africano. De início, se discutirá o uso dessas durante e após a Guerra Fria, marco temporal importante para a problemática das armas leves. Em um segundo momento, mostraremos como se dá o emprego desses armamentos nos conflitos regionais da África. Por fim, passaremos por algumas ações tomadas pelos Estados africanos para conter o uso do arsenal de armas provenientes do período da Guerra Fria.

2.1. PROLIFERAÇÃO DO USO DAS ARMAS DE FOGO DE PEQUENO PORTE DURANTE E APÓS A GUERRA FRIA

Nos anos 1950, durante a Guerra Fria, houve uma massiva produção e distribuição de armas de pequeno porte ao redor do mundo, uma vez que essas eram mais práticas - são fáceis de obter, carregar, usar e esconder - para as guerras regionais que vigoravam. Esses armamentos, então, possuíam dois propósitos: serem utilizados em guerras e para manter a ordem do local (Gamba 1997). Nesse período, não havia políticas que restringissem a produção e distribuição das armas de fogo de pequeno porte - diferentemente para as armas de grande porte, que eram uma preocupação da época. No entanto, isso se alterou no fim do período da Guerra Fria, nos anos de 1990, juntamente com o cenário internacional. Nesse momento, então, essas políticas tomaram forma. Porém, o cenário estava montado: o mundo tinha um grande depósito de armas de pequeno porte, um arsenal que foi sendo redistribuído para outros locais, aumentando sua presença em diversas regiões. Ademais, a exportação dessas armas pelas repúblicas que formavam a União Soviética e pelas indústrias da Europa ocidental foi significativa, uma vez que agora eles não tinham um inimigo de fato e não precisariam mais do grande estoque que possuíam (Gamba 1997; Velasco 2016).

Sendo assim, antes das políticas de controle de armas de fogo de pequeno porte endurecerem, essas armas foram passando de região para região, de

modo que a comunidade internacional começou a se preocupar com questões relativas ao desarmamento, destruição, administração e controle desse material bélico. Além da preocupação dos países, as políticas de controle dessas armas se consolidaram também porque certas organizações não-governamentais internacionais, interessadas em controlá-las, começaram a agir. Somado a isso, alguns organismos internacionais assumiram o pedido do secretário geral das Nações Unidas na época, de fazer o desarmamento das armas de pequeno porte, pedido também acatado pelos países africanos que enfrentavam essa problemática (Velasco 2016). Desse modo, os Estados nacionais passaram a ser os principais atores nos debates sobre desarmamento (Gamba 1997).

Com o fim da Guerra Fria, por conseguinte, muitos países estavam passando por mudanças internas, transições políticas que muitas vezes não eram pacíficas. Na África, os Estados não tinham uma boa capacidade de administração e justiça, o que beneficiou as atividades criminosas e a economia paralela de armas ilícitas, o que foi alavancado também pela porosidade das fronteiras. No continente, que estava envolto em conflitos civis, muitas armas de fogo de pequeno porte passaram para grupos dedicados ao crime organizado e para a população civil, que as utilizavam para trocar por dinheiro, alimentos ou outros tipos de bens para sobreviver (Gamba 1997; Velasco 2016). Para sintetizar o que foi exposto até aqui, utilizamos as palavras de Gamba (1997):

As articulações entre o comércio legal de armas convencionais e a proliferação ilegal de armas leves não são difíceis de achar. Depois de tudo, muitas das armas que fluem sem controle através das fronteiras em África, Ásia, América Latina e Europa são remanescentes do círculo vicioso de armar as facções ideologicamente opostas durante a época da Guerra Fria. As potências, com interesses criados nos diferentes conflitos regionais, que refletiam suas esferas de influência, inundaram regiões inteiras com armas, tanto legalmente como ilegalmente (Gamba 1997, 44, tradução nossa).

Sendo assim, pode-se observar que um grande volume de armas de pequeno porte foi produzido durante o período da Guerra Fria, em virtude da não-regulamentação e de serem armas fáceis de manejar, sendo estas, então, utilizadas em conflitos, principalmente conflitos civis no continente africano. Os principais produtores eram as grandes potências na qual o conflito girava em torno: Estados Unidos e União Soviética (Gamba 1997; Velasco 2016). Esses armamentos chegaram de duas maneiras no continente africano: uma durante a Guerra Fria e outra após ela. No período da Guerra, portanto, a interferência externa foi o principal fator que fez deslocar esse material de outras partes do mundo para a África. Um momento que representa bem esse fluxo foi quando o presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, implementou a política de Conflitos de Baixa Intensidade que, basicamente, consistia na delegação dos combates para parceiros regionais dos estadunidenses, que defenderiam seus interesses. Nesse sentido, armas foram exportadas para países africanos (além de outros continentes), chegando na mão de grupos contra revolucionários, de forma legal

ou ilegal (Visentini, Ribeiro e Pereira 2020). A URSS também armava movimentos revolucionários, nesse sentido, então, essas armas ficaram no continente, na mão de civis.

Em outro cenário, após a Guerra Fria, as armas chegaram na África também pela exportação de outros países de fora do continente, só que agora era por motivos diferentes. Como explicitado anteriormente, os países não tinham mais um inimigo aparente e, por isso, não tinham o porquê manter o grande arsenal de armas que tinham, de modo que distribuíram para aliados por várias regiões do globo, também sendo uma forma de obter lucros (Gamba 1997; Velasco 2016). Nesse cenário, então, o controle da proliferação ilegal de armas de fogo de pequeno porte se torna um desafio para a comunidade internacional, uma vez que a utilização desse tipo de armamento por organizações criminais transnacionais resulta em um problema direto para a capacidade governamental dos Estados e, também, para a segurança transfronteiriça.

2.2. O EMPREGO DAS ARMAS DE FOGO DE PEQUENO PORTE EM CONFLITOS REGIONAIS AFRICANOS

Conforme mencionado anteriormente, as armas de fogo de pequeno porte chegaram na África, em sua maioria, entre os anos 1950 e 2000. Com os variados conflitos pelas independências nacionais e pelas disputas territoriais que ocorreram no continente africano África na época, tem-se como resultado a desestabilização dos Estados, tornando-se mais fácil a comercialização desse armamento para os grupos dentro desses países. Consequentemente, os armamentos foram chegando aos grupos civis de libertação nacional e de guerrilha, criando-se uma grande concentração desses equipamentos em todo o continente africano, problema que perdura até hoje, principalmente devido à alta demanda de grupos armados em zonas de conflitos etno-religiosos, fronteiriços e guerra civis de maior ou menor intensidade. Esses combates exigem que sempre se tenham recursos adequados – nesse caso, as armas de pequeno porte. Esse armamento pode ter origem tanto em países de fora do continente como de dentro dele, o que permite os crimes transnacionais na África, como o tráfico de drogas, de pessoas, pirataria e inúmeras violações dos direitos humanos. Essa conexão entre as armas e crimes transnacionais está presente em países como Somália e Nigéria, além de outros (Falode 2020).

As guerras civis na Nigéria e na República Democrática do Congo, nos anos 60, foram travadas fundamentalmente com esse tipo de armamento. No que tange a outros tipos de crimes, como a pirataria que acontece nos mares do Golfo da Guiné e do Chifre da África, também são realizadas com essas armas. Outros exemplos de países em que vigora o uso dela são Camarões, Chade, Níger e Quênia, com a presença de grupos civis como o Boko Haram, Al-Shabaab, além de outros grupos terroristas da África Oriental, Central e Ocidental. O uso

desse tipo de armas é chamativo para esses grupos e países pois elas têm algumas características em comum, como baixo custo, grande oferta, a porosidade das fronteiras africanas, o fácil manuseio e mantimento, e a facilidade de transporte. Elas, então, por estarem disponíveis em grande quantidade nos países, contribuem para sua instabilidade, seja política, econômica ou social (Falode 2020).

Para analisarmos concretamente o envolvimento de países fora do continente na problemática do emprego de armas de pequeno porte em conflitos africanos, analisamos os seguintes dados: no ano de 1991, empresas estadunidenses estavam vendendo cerca de vinte bilhões de dólares em armas para clientes latinos, africanos e asiáticos, o que era extremamente lucrativo para os norte-americanos (Pearson 1991). Além disso, os países terceiro-mundistas têm a tendência de vender e trocar armas entre si, em decorrência da dificuldade de fabricá-las, o que implica na reutilização delas, formando-se, também, um mercado de armas usadas (Pearson 1991).

2.3. AÇÕES TOMADAS PELOS PAÍSES AFRICANOS PARA CONTROLAR O USO DESSAS ARMAS

Para manter a paz e diminuir o índice de armas leves na África, diversos países africanos, no pós Guerra Fria, implementaram um programa chamado Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Focando-se na parte de desarmamento, o programa consiste em incentivar a deposição das armas leves – além de munições e explosivos – de combatentes e ex-combatentes, para que no futuro não se tenha eventuais milícias ou afins. Essas armas, então, são devolvidas ao Estado ou vendidas a países estrangeiros de diferentes lugares do mundo (Marshall 2020). Esse tema passou a ser de interesse da Organização das Nações Unidas, também a partir dos anos 90. Podemos observar isso quando, em 1995, no Suplemento para uma Agenda para a Paz, é citado a importância do desarmamento e a reintegração de ex-combatentes em suas sociedades, desse modo, reforçando o DDR (Peixoto 2006). Em 1999, então, a ONU lançou as diretrizes para o DDR, como uma espécie de guia que os Estados deveriam seguir. Na prática e na maioria das vezes, a abordagem de desarmamento do programa consiste em coletar as armas pequenas, leves e pesadas de dentro das zonas de conflito, somado com o agrupamento e o acantonamento de ex-combatentes. Além disso, também existe o desenvolvimento de programas de gerenciamento de armas, de armazenamento seguro e de destruição delas. A retirada de minas do território também faz parte da ação (Peixoto 2006). Após essa etapa de desarmamento, vem as duas etapas seguintes do DDR: desmobilização e reintegração.

Para alguns pesquisadores, esses são passos essenciais para a transição de um cenário de guerra para um de paz. Porém, o desarmamento pós-guerra é muito mais complexo do que aparenta ser, pois nesse momento, segundo Peixoto (2006), “Em um ambiente pós-conflito, em que diferentes grupos armados

estão divididos por animosidades e enfrentam um dilema de segurança real ao entregar as armas enquanto as estruturas da sociedade civil estão desmoronadas e a economia está estagnada (Peixoto 2006, 7). O autor acrescenta:

No Caso do DDR, os ex-combatentes enfrentam um dilema de segurança típico: se entregarem as armas e desmobilizarem-se e a outra parte do conflito não o fizer, eles ficam extremamente vulneráveis. Por isso é fundamental que haja garantias de que as hostilidades não serão retomadas – o que pode ser, em parte, obtido através do monitoramento do acordo de paz pelas Nações Unidas. (Peixoto 2006, 7).

O continente africano é repleto de milícias decorrentes dos conflitos civis e exércitos nacionais enfraquecidos. Por isso, em um continente diverso como a África, é necessário que haja programas eficientes de desarmamento. Apesar da existência do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração ainda há um enorme índice de arsenal de armas leves e pequenas no território do continente. A seguir, passaremos por alguns países que implementaram, tentaram ou tentam implementar o DDR em seus territórios.

No ano de 2012 estavam em vigor iniciativas de DDR em 10 países africanos – como no Sudão do Sul (recém formado), na Costa do Marfim, em Uganda, no Mali e em países da Região dos Grandes Lagos, e a necessidade de iniciar com o programa estava presente em muitos outros. Em 2011, após as revoltas da chamada Primavera Árabe que levaram à queda de Kadafi, na Líbia, surgiram vários grupos milicianos, o que chamou para a emergência da aplicação do DDR, porém o governo local teve dificuldades para implementá-lo, por resistência dos grupos armados. Nesse mesmo ano, a Costa do Marfim também enfrentou problemas do mesmo âmbito, em decorrência de uma crise pós-eleitoral (Africa Center for Strategy Studies 2013).

No entanto, para aplicar o programa, também é necessário agilidade do governo local. Na República Centro-Africana, por sua vez, cerca de 20 mil ex-combatentes aguardam, desde 2009, a organização do DDR. Esse problema incrementa ainda mais a questão das armas leves, pois cansados de esperar, as milícias voltam à ativa. Na Guiné-Bissau também existe um problema de demora de execução do programa, que há anos está sendo adiado, mesmo sendo considerado prioridade no país (Africa Center for Strategy Studies 2013).

Como citado em parágrafos anteriores, ainda há um enorme arsenal de armas leves na África. Apesar de programas como o DDR, os resultados de desarmamento e dos outros passos do programa às vezes não são efetivos. Por exemplo: sua implementação na Região dos Grandes Lagos custou cerca de 500 bilhões de dólares, e desarmou apenas 300 mil combatentes em 7 países diferentes. Além disso, ainda se registra conflitos violentos na região. Também, outro caso relevante para entendermos as pendências do programa é a revolta causada por grupos anteriormente desmobilizados na República Democrática do Congo, que resultou em mortos e feridos. Percebemos que existem insatisfações e resistência dos ex-combatentes perante o programa, o que pode resultar em uma

“cascata” de desestabilizações em regiões próximas (Africa Center for Strategy Studies 2013).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A presente seção apresenta a problemática relacionada ao tópico de controle de proliferação de armas de pequeno porte e armas leves na África. Assim, discute-se o comércio legal de armas e a sua relação com o tráfico, a questão da porosidade das fronteiras como um fator que dificulta o controle, e o crescimento do número de crimes transnacionais decorrente da proliferação desse tipo de armamento.

3.1. O COMÉRCIO LEGAL DE ARMAS E A SUA RELAÇÃO COM O TRÁFICO

Primeiramente, cabe ressaltar a diferença entre armas leves e armas pequenas (do inglês *Small Arms and Light Weapons*), que são duas definições sobre armas portáteis para um ser humano. Existem diferentes concepções sobre, por exemplo: para a Marinha do Brasil, armas leves são as que contêm calibre de até 15,24 mm, já para a Organização das Nações Unidas (ONU) armas leves, em termos gerais, são as projetadas para uso individual, como revólveres, pistolas, espingardas, rifles, metralhadoras, entre outras. As armas pequenas, então, podem ser os dispositivos que “lançam”, como um lança-granadas, um lança-chamas, em que todas essas são transportáveis (Leske 2016).

Dentro do contexto do mercado ilegal de armas de fogo, a aquisição feita por terroristas e organizações criminosas pode ocorrer de diferentes formas. Embora uma parcela seja obtida a partir de fabricantes ilegais, a maior parte é obtida a partir do desvio da produção legal para o mercado ilegal. Essas armas lícitas podem ser desviadas durante o processo de transporte, de vazamentos das fábricas, de estoques do governo ou de indivíduos ou traficadas de fora do país. Um exemplo dessa problemática é o caso do governo da Líbia em 2011, quando diversas armas foram obtidas por meio de estoques do próprio governo. Além disso, muitas armas são convertidas em ilegais após passarem por modificações (Strazzari e Zampagni 2018).

Nesse sentido, a maior parte das armas traficadas são produzidas e vendidas no mercado legal e, então, entram no comércio ilegal. Em alguns casos, mesmo havendo a aquisição legal, a distribuição é ilegal. Frequentemente, isso ocorre pela distorção dos dados do usuário final do produto por intermédio, por exemplo, da falsificação do Certificado do Usuário Final (EUC). Aliado a isso, é comum que as armas legais sejam adquiridas em estoques de governos, podendo ser roubadas ou vendidas por oficiais corruptos (MAY 2017, 16). Embora muitos países africanos tenham adotado políticas de controle armamentista, a

continuidade da proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras é um indicativo de uma rede de crime transnacional organizado no continente. As associações criminosas exploram as lacunas nos sistemas regulatórios, a porosidade das fronteiras e os fracos procedimentos de aplicação da lei (Tar e Adejoh 2021).

Os estoques de governo representam um dos principais meios de acesso a armas na África. Apesar desses estoques serem, supostamente, bem protegidos, houveram casos nos quais rebeldes, insurgentes e outros grupos criminosos invadiram e pilharam arsenais estatais, levando a consideráveis perdas de armas e insegurança. Inclusive, não são incomuns os casos nos quais militares da alta hierarquia fornecem armas e munição a grupos rebeldes. Um exemplo disso ocorreu na República Democrática do Congo, na qual o presidente, Joseph Kabila, teve de remover um comandante das forças terrestres por conta de acusações de que ele esteve envolvido no fornecimento de armas para o grupo M23, causando a vitória deste contra forças do governo em Goma (Kwaja 2021).

Outro exemplo claro da problemática envolvendo a conversão do comércio legal em ilegal é percebido na Nigéria. Nesse Estado, a corrupção entre agências de segurança como a alfândega, a polícia e as instituições militares exacerba a proliferação de armas. Há diversos casos de fornecimento de armamentos por profissionais desses setores, incluindo a venda de armas de fogo por oficiais do governo para grupos criminosos. Um relatório conduzido pelo Escritório do Auditor Geral da Federação em 2016/2017 demonstra que muitas das armas pertencentes à polícia nigeriana não podiam ser rastreadas (Malami, Abdullah e Yusoff 2021).

Também é importante destacar o fator de lucratividade do comércio de armas de pequeno calibre e armas ligeiras, em especial para os países que exportam para o continente africano. Globalmente, os lucros obtidos a partir da exportação desse tipo de armamento chegam a 4 bilhões de dólares. Os principais exportadores são a Áustria, a Bélgica, o Brasil, a Alemanha, a Itália e os Estados Unidos da América. Só os membros da União Europeia exportam cerca de 350 milhões de euros anualmente, garantindo lucros exorbitantes para fabricantes que decidem exportar armamentos (Mashi e Mohammed 2021).

3.2 A POROSIDADE DAS FRONTEIRAS COMO UM FACILITADOR DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE PEQUENO CALIBRE E ARMAS LIGEIRAS

A porosidade das fronteiras denota uma condição entre a permeabilidade total e a impermeabilidade absoluta. Nesse sentido, a porosidade se refere a uma situação de fluidez transnacional da faixa de fronteira, incluindo a ideia de fluxos permitidos na fronteira. A porosidade, enquanto conceito, também se relaciona aos fluxos ilegais presentes nas fronteiras, sendo esse um problema maior

quanto menor for a força de atuação do Estado. Entretanto, é importante frisar que a porosidade é produzida pela legislação. Assim, a porosidade demonstra uma contradição, visto que ao mesmo tempo em que o Estado libera as fronteiras, pode perder o controle na circulação que ocorre através dela (Silva 2018).

Para a compreensão do aspecto da porosidade das fronteiras e de sua relação com a proliferação de armas de pequeno calibre e armas leves, é primordial compreender a evolução histórica das fronteiras na África, traçando como marco inicial a Conferência de Berlim (1884 - 1885). As fronteiras delimitadas separaram diversas etnias e comunidades, formando grupos difíceis de serem administrados pelos governos africanos. Tendo isso em vista, quando uma fronteira não é administrada propriamente, há a formação de um ambiente propício para trocas comerciais entre drogas e metais preciosos ou armas de pequeno calibre e armas leves. Os indivíduos envolvidos no tráfico desse tipo de armamento comumente utilizam as mesmas rotas e itinerários que os que transportam outros bens ilegais através de fronteiras (Rufus 2021).

A maioria das armas que são importadas para a África atravessam fronteiras marítimas e terrestres, processo facilitado pela corrupção e por subornos feitos aos agentes de fronteiras. O fluxo de armas de pequeno calibre e armas leves através de agentes não-estatais tem se demonstrado um desafio à habilidade dos governos africanos de garantirem a segurança das fronteiras terrestres e marítimas e a segurança das vidas e das propriedades de seus cidadãos. Dentro do Oeste da África, as armas são transportadas entre países africanos ou da Europa e das Américas para esses Estados. No trajeto, os traficantes empregam diferentes táticas, escondendo armas em sacos de grãos e de cimento, caixões, baldes de tinta e em compartimentos do próprio carro. Logo, percebe-se a facilidade de transporte desse tipo de armamento através das fronteiras africanas, dificultando a solução do problema (Mashi e Mohammed 2021).

As nações africanas não estão em posição de lutar contra o crime organizado transnacional de modo individualizado. É necessário colocar em prática um sistema de comunicação conjunta que possa rastrear de forma eficaz o movimento de criminosos ao longo das regiões fronteiriças, visto que um sistema dinâmico e eficaz de informação aumentaria a segurança nas fronteiras. Nota-se, então, que a característica porosa das fronteiras na África facilita o tráfico não só de armas de pequeno calibre e armas leves, mas também de drogas e de pessoas, prejudicando o desenvolvimento político e socioeconômico do continente (Rufus 2021).

Embora a proliferação de armas de pequeno calibre e armas leves seja parcialmente um desafio à governança, ela também revela as lacunas nas políticas de imigração e de comércio armamentista. Além disso, revela a fraqueza institucional dos agentes de fronteira. Mesmo que a promoção de trocas comerciais regionais gratuitas tenha como objetivo expandir o mercado africano e facilitar negociações de cunho mercantil, a precária implementação de sanções

para prevenir futuras atividades econômicas ilegais, especialmente no comércio armamentista, impede a redução dos conflitos regionais. É fato que algumas dessas armas são transportadas através de largos carregamentos e de vias aéreas. Porém, mercadores, em especial do Ocidente, capitalizaram sobre a deficiente inspeção das cargas decorrente da corrupção e sobre as instalações ineficientes para sustentar o mercado de armas em diversas partes da África, em especial zonas de conflito (Kwaja 2021).

3.3 CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CRIMES TRANSNACIONAIS NA ÁFRICA DECORRENTE DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE PEQUENO CALIBRE E ARMAS LIGEIRAS

Crimes transnacionais consistem na prática de atos ilícitos com a violação de ordenamentos jurídicos nacionais devendo, obrigatoriamente, interferir na jurisdição de outro ou de outros países. Sendo assim, o ato criminoso deve envolver mais de um país, havendo diferentes possibilidades dessa ocorrência: ser cometido em mais de um Estado; ser cometido em um Estado, mas com parte de sua composição em outro; ser cometido em um Estado, mas com participação de grupo que pratica atividades criminosas em mais de um Estado ou, por fim, ser cometido em um Estado, mas com efeitos substanciais em outro (Galícia 2018).

A maioria dos crimes transnacionais são praticados com a utilização de armas de pequeno porte e de armas leves. Esse tipo de armamento se refere a armas que podem ser carregadas por uma ou duas pessoas, incluindo revólveres, rifles e submetralhadoras. O emprego de armas de pequeno calibre e de armas ligeiras tem contribuído para o desrespeito à legislação, às instituições e à vida política e socioeconômica em todo o continente africano. Os principais impactos desse tipo de armamento na África se relacionam ao colapso de instituições estatais, a emergência e a prevalência de guerras civis, crises étnico-religiosas, pirataria e conflitos entre agricultores (Falode 2020).

As consequências que as armas de pequeno calibre e armas ligeiras trouxeram para a África se concentram no cenário pós-Guerra Fria, coincidindo com a emergência de diversos conflitos violentos como o genocídio em Ruanda, as guerras civis em Burundi, República Democrática do Congo e Sudão, guerra interestatal entre a Eritreia e a Etiópia e o colapso do governo da Somália. Nesse sentido, a inserção de armas de pequeno calibre nos conflitos pós-Guerra Fria teve um impacto fundamental no Sul Global, transformando a natureza de conflitos contemporâneos. As armas de pequeno calibre, desse modo, passam a funcionar como facilitadoras não só de conflitos locais, mas também da internacionalização da violência no âmbito territorial africano (Grip 2017).

Ademais, os conflitos na África estão constantemente evoluindo. Esse processo é exacerbado pelo fluxo não-regulado de armas. A maioria dos conflitos

atuais envolve relações complexas de atores e processos transnacionais, assim como a sua crescente regionalização e internacionalização. A generalidade desses conflitos se dá em um nível subestatal com o uso de armas de pequeno calibre e armas ligeiras não-reguladas. Visto que os atores não-estatais não possuem autoridade legal para comprar ou portar armas, eles recorrem a métodos ilícitos para a obtenção do armamento (Adeniyi 2017).

Nessa lógica, embora os conflitos intraestatais não sejam necessariamente causados pelas armas de pequeno calibre e armas ligeiras, a circulação ilícita delas em zonas de conflito exacerba os níveis de violência, resultando em mais mortes. Exemplo disso é a proliferação dessas armas de fogo na Somália, fenômeno que se configura como uma das principais causas de instabilidade no país. Mesmo que o motivo gerador do conflito nesse Estado não sejam as armas de pequeno calibre e armas ligeiras, a facilidade de aquisição ilegal desse armamento acentua a gravidade do conflito (Adeniyi 2017).

Um dos principais grupos que demanda armas de pequeno calibre e armas ligeiras são governos nacionais que, em dados casos, fornecem esses armamentos para milícias contratadas justamente para lutar contra determinados grupos opositores e rebeldes. Nesse sentido, também há o cenário em que Estados armam grupos políticos insurgentes em países vizinhos como uma forma de desestabilização tática a qual está relacionada à dinâmica regional e à competição. Em ambos os casos, excedentes armamentistas entram em economias que se configuram como uma situação de depressão e que apresentam um ambiente social instável (Sa'ad e Idakwoji 2021).

3.4 O PAPEL DA FRAGILIDADE ESTATAL E DOS ESPAÇOS NÃO GOVERNADOS NO COMBATE À PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE PEQUENO CALIBRE E ARMAS LIGEIRAS NA ÁFRICA

Estados em desenvolvimento estão contribuindo para o crescimento de inseguranças regionais e globais de maneira crescente. Um Estado é considerado frágil quando não é capaz de garantir a ordem pública através do uso legítimo da força dentro de suas fronteiras, falhando em dar suporte ao sistema internacional e à ordem global. Dessa forma, Estados frágeis podem favorecer a ocorrência de ameaças de segurança, incluindo terrorismo, proliferação nuclear, crime organizado transnacional, conflitos armados e fluxo de refugiados (Kabandula e Shaw 2018).

Em Estados estáveis, dificilmente ocorre a proliferação ilegal de grande quantidade de armas de pequeno calibre e armas ligeiras, visto que existem controles institucionais para regular a sua transferência e emprego, incluindo as restrições impostas pelo direito internacional. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais podem impedir o fluxo de grandes quantidades de armas para atores não estatais ou determina-

dos Estados, geralmente sob embargo. Por conseguinte, um Estado legitimado que provocasse a proliferação de um modo considerado ilegal pela comunidade internacional poderia sofrer sanções ou até mesmo uma resposta militar, o que provoca incentivos para que Estados reconhecidos impeçam ou restrinjam a distribuição de ALPC (Danczuk 2017).

Pode-se, dessa forma, relacionar a questão da fragilidade estatal com a proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras. Nesse sentido, outro ponto importante que se relaciona com a fragilidade estatal é a questão dos espaços não governados. Essa terminologia é empregada para descrever um território físico ou um espaço político não-físico no qual há a soberania ou controle estatal efetivo. Entretanto, podem haver outras formas de governança, visto que o termo se refere exclusivamente à ausência de governança do aparelho estatal. Tendo em vista que a maioria dos conflitos africanos está intimamente ligado a atores não-estatais, pode-se inferir que a proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras baseada na governança estatal ineficaz de territórios tem contribuído substancialmente com o aumento da violência no continente (Suleiman; Onapajo; Mustapha 2021).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

A presente seção apresentará algumas ações internacionais que foram tomadas para amenizar a problemática das armas de pequeno porte no continente africano. Dessa forma, será tratado sobre a Reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas que ocorreu em 2010 e tratou sobre o assunto. Além dela, também será discutido sobre a ação *Silencing the guns by 2020* iniciada pela União Africana.

4.1. REUNIÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU (2010)

Tendo em vista o cenário das armas de pequeno porte no continente africano e a consequente violência que essas trazem, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas se reuniu em março de 2010 para tratar dessa questão. A iniciativa foi tomada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) - e presidida pelo Gabão -, que apresentou ao Conselho as suas preocupações e a situação dos armamentos de pequeno porte na África (United Nations Office on Drugs and Crime 2010).

O diretor executivo do UNODC à época, Antonio Maria Costa, alertou que na África, sendo o mercado mais lucrativo para o contrabando de armas, é onde existe o maior número de mortes e vítimas por causa das pequenas armas. Além disso, chamou a atenção para esse cenário ao relembrar que “nas mãos erradas, mesmo um pequeno número de armas pode minar o progresso socioe-

conômico de uma nação, quebrar o monopólio do Estado sobre o uso da força ou ainda criar um impasse político ou militar” (United Nations Office on Drugs and Crime 2010).

Ainda, o diretor executivo exemplificou como essas armas são bens duráveis, diferentemente das drogas. Desse modo, o tráfico de armas se perpetua por muito tempo e por longas distâncias, mesmo com pouco material, de forma imprevisível e com um fluxo ocasional, uma vez que elas vão de países com grande estoque para países que necessitam delas. Outro ponto abordado foi a questão da corrupção no comércio de armas, o que possibilita a transferência aparentemente legal. Além disso, ao chegar nos destinos finais, esses armamentos muitas vezes são trocados por drogas, petróleo, pedras preciosas, metais e madeiras, o que fomenta os conflitos nas regiões (United Nations Office on Drugs and Crime 2010).

Sendo assim, Antonio Maria Costa se posicionou em um pedido aos países-membros da Organização das Nações Unidas para que promovessem o desenvolvimento e a segurança, de maneira que reduzissem a procura de armas ilegais (por parte de outros atores que não os Estados) no mundo e, consequentemente, no continente africano. Ademais, destacou o fato de que a ONU já obtém um protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, que foi aprovado em 2001, pela resolução 55/255 da Assembleia Geral das Nações Unidas e colocado em vigor em 2005. De acordo com a ONU, o protocolo, sendo o primeiro ato judicial sobre tal aspecto, tem por objetivo “promover, facilitar e reforçar a cooperação entre os Estados Partes, a fim de prevenir, combater e erradicar a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições” (United Nations Office on Drugs and Crime s/d).

O protocolo em questão, está interligado com a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que possui mais dois protocolos além do citado anteriormente. São eles: Protocolo para prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças e o Protocolo contra o contrabando de migrantes por terra, mar e ar (Convención de las Naciones Unidas contra la delincuencia organizada transnacional y sus protocolos 2000).

Dessa forma, os Estados que ratificaram o protocolo, como Nigéria, Brasil, Líbia, Etiópia, México, Arábia Saudita, Venezuela, Uganda, Chile, Japão, África do Sul, Alemanha, China, Turquia, Portugal, Espanha, Reino Unido, França, Ucrânia, Itália, Austrália, Gana e Índia, sendo alguns com reservas, têm por obrigação adotar legislações nacionais que impedem a circulação dos armamentos que estão submetidos a ele. Nesse sentido, Costa finalizou convocando os Estados-membros em um ato de apaziguamento da África na questão das armas ilícitas de pequeno porte, para isso, ele citou seis pontos que deveriam ser cumpridos:

1. preencher as lacunas existentes nas legislações nacionais;
2. reforçar o controle ao transporte marítimo e aéreo de armas;
3. desenvolver bases de dados regionais sobre as apreensões;
4. promover a cooperação interinstitucional entre as alfândegas, a aviação civil, as autoridades portuárias e as de licenças de exportação;
5. registrar carregamentos suspeitos;
6. compartilhar informações com outros países para verificar o cumprimento dos acordos internacionais (United Nations Office on Drugs and Crime 2010).

Por fim, diante disso e da ideia de que a maioria dos países africanos não exportam armas, mas sim as importam, esses Estados devem ficar atentos ao reforço dos controles e fiscalizações de importações. Do mesmo modo, devem ser proativos ao Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, uma vez que eles já mostraram aceitação ao protocolo ao ratificá-lo (United Nations Regional Centre for Peace and Disarmament in Africa s/d).

4.2. INICIATIVA SILENCIANDO AS ARMAS NA ÁFRICA DA UNIÃO AFRICANA

Em 2013, os chefes de Estado e de governo da União Africana se reuniram em Addis Ababa e adotaram a quinquagésima Declaração Solene de Aniversário, na qual juraram silenciar armas e acabar com todas as guerras até 2020. Isso fez parte de um esforço conjunto a fim de promover uma África integrada, próspera e pacífica. A resolução dos conflitos contribuiria, nesse contexto, com as metas da Posição Comum Africana na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e da Agenda Africana 2063, as quais buscam reapropriar o continente e sedimentar a sua capacidade de liderança própria através do pan-africanismo e da Renascença Africana (Khadiagala 2015).

Três anos após essa reunião, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana desenvolveu um conjunto de objetivos concretos para orientar os Estados-membros no cumprimento da meta estabelecida: o Roteiro Mestre da UA de Passos Práticos para Silenciar as Armas até o Ano 2020, UA Master Roadmap of Practical Steps to Silence the Guns by Year 2020, também conhecido como Roteiro Mestre Lusaka de 2016 Master Roadmap of 2016. O documento foi responsável por traçar diretrizes para enfrentar os fatores políticos, econômicos, sociais, ambientais e legais identificados como contribuidores para os conflitos ou empecilhos à resolução deles. No documento, o tráfico ilegal de armas foi apontado como sendo um desses principais fatores (Karssen 2020).

O Lusaka Roadmap priorizava a manutenção de um diálogo estratégico entre a Organização das Nações Unidas e a União Africana, dado que os esforços conjuntos das duas organizações já obtiveram sucesso no passado na resolução de conflitos e em operações multinacionais de paz na África. Nesse sentido, em 2017, a UA e a ONU assinaram o Quadro Conjunto da ONU-UA para uma

Parceria Reforçada em Matéria de Paz e Segurança. Esse acordo representou um avanço na cooperação entre as organizações, e delimitou diversos mecanismos para aprimorar o trabalho conjunto em matéria de medidas preventivas de conflitos, operações de paz e processos de consulta (Karssen 2020).

Em 2022, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento lançou um relatório o qual indicava caminhos para o cumprimento da iniciativa Silencing the Guns in Africa. Na temática da paz, o documento recomenda a parceria da ONU com o Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança (PAPS) da União Africana, o qual busca promover a mediação e a prevenção de conflitos. No passado, o departamento foi responsável por estratégias de mitigação em conflitos na Zâmbia e em Gana. Ademais, o relatório aponta que países enfrentando momentos de transição política apresentam mais chances de passarem por crises. Assim sendo, a exposição defende o estabelecimento de mecanismos que forneçam suporte a essas transições no continente africano e que permitam que Estados em processo transitório possam se recuperar dele (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2021).

Por fim, a iniciativa Silencing the Guns da União Africana não apenas mostrou a relação existente entre a proliferação de armas de pequeno calibre e porte leve e conflitos no continente africano, mas também inferiu que diversas políticas visando ao combate do fluxo ilegal dessas armas estão em vigor sem apresentarem resultados eficazes. Destarte, é mais apropriado tratar dos precipitadores da proliferação dessa categoria de armamento, dentre os quais se encontra a falha das lideranças políticas africanas em cumprir com os deveres estatais para com os seus cidadãos. Portanto, há uma relação intrínseca entre a falha da função incumbida ao Estado e o fluxo ilícito de armas na África (A. tar e Adejoh 2021).

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

Apesar de existir uma rigorosa lei que diz respeito ao controle da circulação de armas de pequeno porte, a **República da África do Sul** é o país africano onde mais se encontram esses armamentos, principalmente quando falamos de armas ilegais, de acordo com o jornal Deutsche Welle. Esse material bélico provém, em sua maioria, dos mercados legais, em que acontecem roubos ou perdas. Mesmo com a lei em vigor desde 2002, esse problema ainda perdura, porém, o número de assassinatos por armas de pequeno porte diminuiu em relação a antes da entrada da lei, o que pode ser considerado um avanço positivo. O ativista Joseph Dube defende que a África do Sul deve ser um exemplo de controle e fiscalização de armas de pequeno porte no continente, uma vez que não isso não existe na maioria dos países. Por fim, o movimento “África do Sul Livre de Armas”, além de fazer um importante trabalho contra essas armas, certificam, através de investigações, que a maioria delas vem da Europa e são introduzidas

na África do Sul de forma legal (Deutsche Welle 2012).

A **República Árabe do Egito** foi um dos países que mais recebeu armas de pequeno calibre e de porte ligeiro como consequência da guerra civil da Líbia em 2011. Durante esse conflito, diversos manifestantes contrários ao governo da época se envolveram em transações ilícitas desse tipo de armamento, visto que não havia um governo com capacidade efetiva de regular tais trocas. Nesse contexto, o Conselho Nacional de Transição, organização formada durante a revolta na Líbia, foi incapaz de tomar ações concretas para frear a proliferação desses armamentos, o que teve impactos diretos na segurança interna do Egito. Desse modo, o Egito se coloca como um Estado que busca formas de conter a proliferação de armas de pequeno calibre e de porte leve, embora careça de meios suficientemente eficazes para isso (Gambo 2021).

A **República Democrática Federal da Etiópia** assinou diversos acordos visando à contenção da proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras. Entre eles, pode-se citar o Programa de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Calibre e Ligeiras em Todos os seus Aspectos em 2001. Entretanto, mesmo com diferentes tratados, o acesso a esse tipo de armamento ainda se trata de um problema no país, com uma ampla rede ilícita de tráfico que atravessa as fronteiras porosas. Isso se deve, em partes, às características das fronteiras, fracamente policiadas e através das quais o contrabando é feito de todas as direções (Love 2021).

A **República do Gana** tem um sério problema com armas de pequeno porte ilegais. Estima-se que cerca de um milhão de civis têm porte de arma ilegal, o que é uma ameaça para a segurança humana do país e da região. Porém esse número pode ser maior, uma vez que o governo não tem acesso aos números oficiais por causa da ilegalidade. Nesse sentido, o país tem uma comissão nacional para armas de pequeno porte e ligeiras, de modo que possa erradicar gradualmente o problema, juntamente com organizações da sociedade civil (United Nations Development Programme 2020).

A Guerra Civil do **Estado da Líbia** de 2011 levou à captura e à pilhagem de uma ampla gama de armas e munições por atores não-estatais, os quais não possuíam controle sobre o seu uso ou a sua distribuição. Quantidades significativas de armas e munições proliferaram da Líbia para o mercado ilegal, a região do Sahel e para as mãos de milícias e coalizões contrárias ao governo. Outra dimensão do problema foi a emergência do tráfico via web, facilitando o acesso a armamentos de pequeno calibre e de porte leve. Desse modo, pode-se afirmar que houve o aumento da proliferação dessa categoria de armamento na Líbia pós-Gaddafi, governante do país até o ano da revolta. Assim sendo, o controle da proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras exige a regulação interna, reformas no setor de segurança e cooperação internacional. Ademais, deve-se incrementar o controle nas fronteiras (Abubakar e Wapmuk 2021).

A **República Federal da Nigéria**, segundo Yahaya, possui cerca de um a

três milhões de armas de pequeno calibre e porte ligeiro em circulação, sendo que a maior parte delas está nas mãos de civis. Nesse Estado, essa categoria de armamento foi usada para graves violações de direitos humanos, como facilitadora da prática de má governança, para subverter constituições, para conduzir golpes de Estado e produzir insegurança e instabilidade. Ademais, a Nigéria implementou a Convenção sobre Armas de Pequeno Porte e Armas Ligeiras, produzida pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a qual visava ao controle da proliferação desse tipo de armamento. Desse modo, o país se preocupa em reverter o atual cenário de descontrole (Yahaya 2019).

A **República Federal da Somália**, desde os anos 1960, tem enfrentado com a proliferação de armas de pequeno porte e armas ligeiras. Esse tipo de armamento tem dominado os espaços de conflito, com cerca de 550000 a 750000 armas em mãos civis. Desse total, somente 14000 foram adquiridas legalmente, conforme apontado por Yerima e Mustapha. Uma das principais consequências desse fluxo ilegal é a intensificação de conflitos entre clãs e milícias de defesa particular. Soma-se a isso a ressurgência de terrorismo violento e demais formas de criminalidade (Yerima e Mustapha 2021).

No caso da **República de Uganda**, a proliferação de armas de pequeno calibre e armas leves começou antes mesmo da administração colonial britânica. Um dos principais fatores que contribuíram para a proliferação foram os conflitos em países vizinhos como Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Ruanda, Burundi e Somália. Visto que as suas fronteiras são altamente porosas, o influxo de imigrantes desses países desde o começo dos anos 1950 fez com que um grande número de armas entrasse no Estado (Omana e Ayegba 2021). Logo, nota-se que a Uganda foi um dos Estados africanos mais afetados pela proliferação de armas de pequeno calibre e armas leves, sendo um dos principais países interessados em conter esse fluxo.

O **Emirado Islâmico do Afeganistão** é um Estado que, recentemente, passou por uma troca de governança. Em 2021, com a retirada de tropas dos Estados Unidos da América, o grupo fundamentalista islâmico Talibã tomou o poder no país. As tropas estadunidenses, ao se retirarem, deixaram para trás um volume considerável de armamentos e munições no país, os quais estão sendo aproveitados pelos membros do grupo (G1 2021). O colapso do governo do Afeganistão entregou cerca o equivalente a 24 bilhões de dólares em equipamento dos EUA - incluindo cerca de 600000 armas pequenas e peças de artilharia, 75898 veículos e 208 aeronas - ao Talibã, sem garantia de que esse maquinário não passará às mãos de grupos que podem estar operando no continente, como o Estado Islâmico Coraçone (Thrall e Cohen 2021).

O **Reino da Arábia Saudita** se configura como um dos maiores importadores de armas do mundo, ocupando a primeira colocação entre eles e uma parcela de cerca de 12% do volume total de importações de armas globalmente (Tomé 2020). O seu principal fornecedor é os Estados Unidos da América. O

país se destaca por ter apresentado um incremento de 14% no seu volume de importações entre 2010 e 2019, consolidando-se no top 5 no ranking mundial e possuindo cerca de 62 bilhões de dólares em despesas militares neste último ano citado (Tomé 2020). Desse modo, percebe-se a importância que o comércio e, em especial, a compra de armamentos possui para a Arábia Saudita, sendo um fator relevante para a sua segurança e economia.

A **República do Iêmen** é considerada indispensável para a estabilização do Oriente Médio, além de ser um canal importante para a chegada de ajuda humanitária ao Chifre da África. O país tem enfrentado há anos uma guerra civil - iniciada a partir do conflito entre um grupo xiita e Abd-Rabbu Mansour Hadi e a coalizão sunita que o apoiava - a qual é mantida pelo grande suprimento de armas. Potências como Estados Unidos da América, Arábia Saudita, Irã e, inclusive, Brasil são fornecedores consideráveis para os grupos no país. Isso levou a um alto custo humano, com diversas mortes de civis, majoritariamente relacionadas a combates (Muggah 2015). Assim, a entrada de armamentos no país tem acentuado o cenário já instável de conflito.

A **República Popular da China**, para além das cooperações diplomáticas e econômicas, é um importante fornecedor de armas para os exércitos africanos, ocupando o segundo lugar de exportação - atrás da Rússia. Isso pode ser considerado contraditório, uma vez que a China declarou apoio à iniciativa Silencing the Guns by 2020 da União Africana. Ademais, existem muitos soldados chineses em missões de paz no continente africano, além de possuir uma base militar localizada no Djibuti, sendo essa sua primeira base estrangeira, o que acelera ainda mais a transferência de armamentos. Acontecem várias viagens de representantes africanos para a China e vice-versa, tudo em torno do interesse chinês de manter a paz no continente, em função de seus interesses econômicos e políticos (Schwikowski 2019). A maioria das armas de pequeno porte que existem na África são provenientes da China, sendo elas fabricadas lá (Almaraz Sánchez 2022). As exportações desse material bélico são difíceis de identificar, porém, os registros disponíveis mostram que o governo chinês autoriza as transferências, nesse sentido, nem todo armamento entra no continente de forma ilegal, mas, após estar no continente, ele pode ser desviado para o contrabando (União Africana 2019).

A **República da Índia** é um dos países que, entre 2010 e 2019, aumentou o seu orçamento de defesa visando a contrabalançar o poderio estratégico chinês, apresentando um crescimento de 37% de gastos em armas nesse período. Assim, em 2019, a Índia foi o terceiro país com os maiores gastos militares do mundo, além de se configurar como o segundo maior importador de armas de 2015 até 2019, atrás apenas da Arábia Saudita (Tomé 2020). Desse jeito, com base nesses dados, nota-se a relevância que o comércio armamentista possui para esse país, sendo um fator de peso em sua dinâmica securitária e econômica.

Há muitos anos o **Japão** não exportava armamentos, cenário que mudou

em 2014 com a aprovação de uma resolução que autoriza a exportação de armas do país, porém, sob certas condições. As ressalvas são as de não exportar para países em conflitos ou que violem princípios das Nações Unidas. Além disso, foi imposto um sistema de acompanhamento para garantir que esses armamentos não cheguem em lugares diferentes aos quais foram designados no princípio e que não caiam em terceiras mãos - aqui pode ser entendido como milícias -, de modo a garantir a transparências das exportações para a opinião pública, que se mostrou resistente, no início, à ideia de exportar material bélico. Nesse sentido, autoridades japonesas declararam que desejam contribuir para a paz e avanço tecnológico do mundo, porém, sem permitir, de modo algum, conflitos ou obtenção de ganhos econômicos por terceiros (Agência Brasil 2014).

A **República Islâmica do Paquistão**, nos últimos anos, vem se especializando ainda mais na produção de armas e na sua exportação. O que antes era apenas uma indústria de armas pequenas agora, com a ajuda da China, está se tornando uma indústria de armas mais tecnológicas. Nesse sentido, para adentrar mais ainda no mercado de exportações de armamentos, o Paquistão terá de contar com os mercados africanos, que possuem restrições orçamentárias em comparação com os outros continentes. Como exemplo, cumpre citar a Nigéria como um dos primeiros alvos na parceria econômica pro Paquistão, pois comprou três aviões paquistaneses recentemente (Bokhari 2019).

A **República Federativa do Brasil**, durante o governo Dilma Rousseff, assinou o Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA), que regulamenta as transferências internacionais de armas convencionais e suas munições e que foi aprovado pelo Senado em 2018. O tratado se mostra como um esforço do governo brasileiro em prevenir o comércio ilícito ou o desvio de armas convencionais. O Brasil, enquanto signatário, deve manter um sistema nacional de controle para regular as exportações de munições, além dos componentes empregados na fabricação de armas (Senado Federal 2022). Logo, percebe-se um esforço do Estado brasileiro em limitar o comércio ilegal de armamentos, apresentando mecanismos para controlar a exportação de munições e componentes armamentícios.

A **República do Chile** é um dos países afetados pelo comércio de armamentos. Esse Estado, em conjunto com o Brasil, a Venezuela e a Colômbia, foram os que mais compraram legalmente armas de fogo no período entre 2001 e 2010. A compra de armamentos nos mercados ocidentais aponta para uma tendência do país de subir o seu status militar padrão, o que contribuiria para uma parceria estratégica com os Estados Unidos da América. Desse modo, percebe-se que o Chile passou por um intenso período de rearmamento e de importação de armas de parceiros ocidentais (Teixeira e Karolczak 2015).

A **República Bolivariana da Venezuela** é um dos principais países importadores de armas de fogo da América Latina, em especial de pequeno calibre e armas ligeiras. Durante o período entre 1984 e 1993, foi o principal

Estado adquirente de armas legais, majoritariamente advindas de empresas estadunidenses, investindo cerca de 364,4 milhões de dólares nessas compras. Posteriormente a esse período, passou a fundar empresas estatais de fornecimentos militares visando à produção, importação e comercialização de armas para uso civil e militar. Assim, estabeleceu-se um mercado de armas de fogo e munições no país (Cáceres 2016).

Os **Estados Unidos Mexicanos** têm sofrido, também, com a falta de controle sobre a proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras. Atualmente, conforme Durazo, estima-se que cerca de 15 milhões de armas estão se movimentando pelo México, sendo que 85% delas adentraram no país através de vias ilegais. Além das armas ilegais serem usadas em 67,4% dos homicídios intencionais nesse Estado, também impactam a economia do país, representando uma atividade com alto movimento de capital. Assim, percebe-se que o México defende medidas mais eficazes de controle sobre a importação de armas de fogo, visto que tem sido um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento de violência criminal nos últimos anos (Durazo 2020).

Os **Estados Unidos da América** é o maior exportador de armas do mundo, ocupando cerca de 39% do volume global de exportações entre 2017 e 2021 (D. Wezeman, Kuimova e T. Wezeman 2022). Os EUA entregaram armamentos para 103 Estados dentro desse período, com o Oriente Médio representando 43% do total de importações desse país. Atualmente, os EUA possuem grandes projeções para o seu setor de exportação de armamentos, com entregas previstas para a próxima década (D. Wezeman, Kuimova e T. Wezeman 2022). Assim sendo, é do interesse dos EUA facilitar o comércio internacional legal da indústria armamentista, visto que apresenta retornos econômicos consideráveis para o país.

A **República Federal da Alemanha**, oficialmente, tem uma política de não exportar armas para zonas de conflito, devido a sua história do século XX, porém, esse princípio já foi violado algumas vezes. Desde 1993 a Alemanha é uma grande exportadora de armamentos para o continente africano, em especial para a região norte, onde existem vários conflitos (Lenneffer 2015). Ainda, a Alemanha recursou a concessão de licenças legais para exportar para o Chade, de modo que facilitou a exportação de forma ilegal, pois a transferência de armamentos ocorrerá com ou sem a autorização do Estado. Essas exportações ilegais são, em grande parte, feitas pelas empresas do país, que obtém facilidades para realizá-las, de forma que o governo da Alemanha é consciente dessas exportações (Red África Europa Fe Justicia 2011). Por fim, recentemente foi noticiado que quase 50% do armamento vendido pela Alemanha foi para o Egito, país que está envolvido no conflito do Iêmen e da Líbia (MEMO Monitor do Oriente Médio 2022).

O **Reino da Espanha** tem um histórico considerável de exportações de armas, principalmente quando falamos de armas leves. No ano de 2010, im-

portantes ONGs de defesa dos direitos humanos fizeram um apelo ao governo espanhol para rever suas exportações de materiais bélicos ao norte da África, uma vez que essa região se encontrava em conflitos e existiam muitas violações dos direitos humanos. Os ativistas alegaram que as armas espanholas estavam sendo usadas para cometer essas violações e, portanto, exigiam que o governo da Espanha revisasse suas exportações para a região e proximidades. Nessa época, a Espanha aumentava cada vez mais o volume de suas exportações de armamentos (Instituto de Estudios sobre Conflictos y Acción Humanitaria 2011).

Por uma questão histórica, a **República Francesa** contribui significativamente para os materiais bélicos dos países do norte do continente africano, lhes fornecendo armas e outros tipos de materiais usados em conflitos. Apesar disso, os franceses apoiam as iniciativas comuns da União Europeia no que tange às regras de exportação de armas, além de pressionar a favor de um tratado e mecanismos de penalização com aplicações sólidas (aqui, as leis nacionais) no cenário do tráfico de armas (Amnistia Internacional 2012). Recentemente, o Mali enviou carta à ONU acusando a França de armar grupos terroristas do país que vive uma profunda instabilidade, o país europeu, no entanto, investiu muito em ações contra o terrorismo na região do Sahel (A Referência 2022).

O Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo notificou que grupos de defesa do **Reino Unido** utilizavam de estratégias no sul da África para burlar as leis nacionais e da União Europeia (pré-Brexit) que impedem a exportação de armas para regiões propensas ao conflito (Red África Europa Fe Justicia 2011). No entanto, legalmente os ingleses foram o primeiro país do Conselho de Segurança da ONU a apoiarem o projeto do Tratado sobre o Comércio de Armas, o que os tornou líderes do processo e fez aumentar o apoio entre os europeus (Gómez Marqués 2014). Ainda, a Inglaterra é uma forte apoiadora do Instituto das Nações Unidas para Pesquisa de Desarmamento (United Nations 2021).

Podemos observar uma transferência de armas de pequeno porte em 2007 pela **República Italiana** para o Camarões. Essa transferência, no entanto, foi realizada por meio do Registro de Armas Convencionais das Nações Unidas (UNROCA). Para além de Camarões, os italianos também exportaram para outros países da África (Red África Europa Fe Justicia 2011). Ainda, em 2020 foi notificado que a Itália mantinha fortes relações econômicas de vendas de armas para o Egito, que pode ser considerado um país com governo autoritário. Nesse cenário, observadores internacionais apontam que os italianos estão fazendo pressão política em torno das denúncias de autoritarismo dos egípcios para garantir melhores posições nos seus negócios (MEMO Monitor do Oriente Médio 2021). Dessa forma, é observável que a Itália mantém relações de troca de armamentos com o continente africano, de forma que lhe é benéfico.

A **República Portuguesa**, ao ser comparado a outros países europeus, não é uma grande exportadora de armamentos à África. Ainda assim, podemos

verificar exportações portuguesas de material bélico ao Níger, Angola, Chade, Tunísia, Marrocos e Líbia (Red África Europa Fe Justicia 2011). No início deste século, criou-se um movimento para tornar mais transparente as exportações, e até mesmo o tráfico, de armas de pequeno porte portuguesas para o continente africano existentes. A sociedade civil alegava que era muito difícil ter acesso a esses dados, diferentemente de outros países, que eram considerados bem mais transparentes. Uma petição foi criada, assinada e enviada aos líderes portugueses (Público 2002). Portugal é o país europeu que mais confisca armas de pequeno porte ilegais que estão no país, por meio de ações contra o tráfico de drogas (United Nations 2020).

Ao longo da história é fácil observar o quanto a **Federação da Rússia** foi e é parceira dos países ditos do terceiro mundo. Dessa forma, os russos são grandes parceiros econômicos, diplomáticos, políticos e bélicos dos países do continente africano, sendo a Rússia a maior fornecedora de armas da África, por meios legais. Nesse sentido, não é cabível à Federação Russa ser contra o fluxo de armamentos, sejam eles leves ou não, ao continente africano, uma vez que, assim, até os mercenários russos se aproveitam de tal cenário para ganhar influência, ajudando as milícias locais (Cascais 2022).

A **República da Turquia** também é uma exportadora de armas ao continente africano. Em 2007, exportou armas ligeiras e de pequeno porte à Gana, assim como outros armamentos à Nigéria (Red África Europa Fe Justicia 2011). Nos últimos tempos, o país está explorando mais ainda esse mercado de exportações para a África, de modo a fortalecer os laços militares com os africanos. O presidente da Turquia, Erdogan, convocou líderes africanos para reunião sobre o assunto em 2021, em Istambul. Essa relação com a Turquia é interessante para a África pois oferece preços mais baixos e menos burocracia, além dos drones tecnológicos produzidos pela Turquia. O país formou uma rede de escritórios militares no continente africano, sendo essa uma estratégia para aprofundar mais ainda o comércio e as relações com o continente (AFP 2021).

Sendo uma ex-república soviética, a **Ucrânia** possuía um considerável arsenal proveniente da União Soviética. Esses estoques, no entanto, deveriam ser destruídos, porém não foi o que aconteceu. Certificou-se que a Ucrânia os vendeu aos países africanos - muitos deles em conflitos -, pois enxergavam como uma forma de lucrar já que a regulamentação sobre essas vendas era quase inexistente (Red África Europa Fe Justicia 2011). Ademais, na década passada também foi identificado uma grande transferência de armas da Ucrânia para a África subsaariana, que foram utilizadas pelas forças armadas dos países desta região, muitas vezes contra grupos rebeldes armados (Holtom 2011). Recentemente, o secretário-geral da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal) declarou que o grande arsenal enviado pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para a Ucrânia, em decorrência do conflito, servirá posteriormente para o tráfico ilegal, como já aconteceu anteriormente no conflito

como uma forma de lucrar já que a regulamentação sobre essas vendas era quase inexistente (Red África Europa Fe Justicia 2011). Ademais, na década passada também foi identificado uma grande transferência de armas da Ucrânia para a África subsaariana, que foram utilizadas pelas forças armadas dos países desta região, muitas vezes contra grupos rebeldes armados (Holtom 2011). Recentemente, o secretário-geral da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal) declarou que o grande arsenal enviado pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para a Ucrânia, em decorrência do conflito, servirá posteriormente para o tráfico ilegal, como já aconteceu anteriormente no conflito da Criméia, em que esse território se tornou em um polo de tráfico ilegal de armas (Frontliner 2022).

Recentemente, foi revelado que a **Comunidade da Austrália**, em aprovação do governo, estava vendendo armamentos para o Mali no mesmo instante em que a Organização das Nações Unidas estava alertando que isso criava um desastre humano em decorrência da violência que esses materiais causavam (Knaus e Doherty 2020). Além disso, desde 2015, os australianos estão se empenhando em ser um dos grandes exportadores de armamentos. Isso pode ser observado no caso do Mali e de outros países que estão recebendo material bélico da Austrália, muitas vezes, de acordo com especialistas, de maneira não-ética. Foi monitorado vendas para países que não respeitam os direitos humanos, por exemplo, ao usar crianças em suas forças armadas (Trask 2021).

QUESTÕES A PONDERAR

1 De que forma os países africanos podem amenizar a problemática da porosidade fronteiriça, visto que ela facilita o tráfico de armas de pequeno calibre e armas ligeiras?

2 Como o Sistema Internacional pode contribuir para que a situação das armas de pequeno porte na África não seja um problema para o continente, visto que países não-africanos também contribuem para o problema?

3 Quais medidas devem ser tomadas para impedir que os grandes produtores globais de armamentos exportem volumes consideráveis para países africanos em conflito?

4 Como a eficácia do rastreamento de armas de pequeno calibre e armas ligeiras pode ser melhorada visando ao monitoramento de sua distribuição nos diferentes mercados africanos?

5 O que mais a União Africana e a Organização das Nações Unidas podem fazer para que essa problemática se resolva?

REFERÊNCIAS

- A. Tar, Usman, Sunday Adejoh. “The Theoretical Parameters of the Proliferation and Regulation of Small Arms and Light Weapons in Africa”. In *The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa*. Palgrave Macmillan, 2021.
- Abubakar, Dauda, e Sharkdam Wapmuk. “Libya: The Proliferation of Small Arms Post-Gaddafi”. In *The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa*. 2021.
- Adeniyi, Adesoji. 2017. “The human cost of uncontrolled arms in Africa.” Oxfam Research Reports: 7 - 9. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620205/rr-human-cost-uncontrolled-arms-africa-080317-en.pdf;jsessionid=C3C49D15ADEBAC503148A878D145C9AB?sequence=1>.
- Adeniyi, Adesoji. 2017. “The human cost of uncontrolled arms in Africa.” Oxfam Research Reports: 9 - 10 . <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620205/rr-human-cost-uncontrolled-arms-africa-080317-en.pdf;jsessionid=C3C49D15ADEBAC503148A878D145C9AB?sequence=1>.
- Adejoh, Sunday. Usman A. Tar. 2021. “The Theoretical Parameters of the Proliferation and Regulation of Small Arms and Light Weapons in Africa”. *The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa*, edited by Usman A. Tar and Charles P. Onwurah, 42. Londres: Palgrave Macmillan.
- Adewuyi, Taye Oluwafemi e Daful, Mwanret Gideon. 2021. “Mapping of Conflicts and Small Arms and Light Weapons Proliferations in Africa”. In: Tar, U.A., Onwurah, C.P. (eds) *The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa*, 133-160. Cham: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-62183-4_7
- Africa Center for Strategy Studies. 2013. “DDR em África: Lições e Limites.” *Resumo de segurança de África ?* (24): 1-8. <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASB24PT-DDR-em-%C3%81frica-Li%C3%A7%C3%B5es-e-Limites.pdf>
- AFP. 2021. “Turquia explora venda de armas para África, com drone como carro-chefe.” *Estado de Minas*, 15 de dezembro de 2021. https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/12/15/interna_internacional,1331359/turquia-explora-venda-de-armas-para-africa-com-drone-como-carro-chefe.shtml
- Agência Brasil. 2014. “Japão autoriza exportação de armas pela primeira vez em quase 50 anos.” *Agência Brasil*, 01 de abril de 2014. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-04/japao-autoriza-exportacao-de-armas-pela-primeira-vez-em-quase-50-anos>
- Almaraz Sánchez, Sergio Íñigo. 2022. “Tráfico de armas pequeñas y ligeras: el coste de subestimar la amenaza.” *Instituto Español de Estudios Estratégicos*, 10 de outubro de 2022. https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2022/DIEEO88_2022_SERALM_Armas.pdf
- Amnistia Internacional. 2012. “Los “seis grandes” exportadores de armas.” *Amnistia Internacional*, 11 de junho de 2012. <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2012/06/big-six-arms-exporters/>
- africano”. Última modificação em 18 de agosto de 2022. <https://areferencia.com/africa/>

- Bokhari, Farhan. 2019. "With China as its mentor, Pakistan triples arms exports." Nikkei Asia, 9 de novembro de 2019. <https://asia.nikkei.com/Politics/With-China-as-its-mentor-Pakistan-triples-arms-exports>
- Cáceres, Magaly Andreina Villasmil. 2016. "Los cambios y continuidades de la política pública de control de armas de fuego en Venezuela". Trabajo de Grado, Instituto de Altos Estudios Nacionales de la Universidad de Posgrado del Estado. <https://repositorio.iaen.edu.ec/bitstream/handle/24000/5013/TESIS-MAGALY%20VILLASMIL.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.
- Cascais, António. 2022. "A relação da Rússia com África compensa." Deutsche Welle, 10 de março de 2022. <https://p.dw.com/p/48HR8>
- Convención de las Naciones Unidas contra la delincuencia organizada transnacional y sus protocolos, Nova Iorque, 15 de novembro de 2000, resolução 55/25 <https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro/UNTOC.html>
- Danczuk, Ten Josef. 2017. "A Disseminação Global de Armas: A Relação entre o Colapso Estatal, a Proliferação de Armas Portáteis e os Conflitos Mundiais." Army US Press: 2. <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/DanczukPorOnlineApril2017.pdf>.
- Deutsche Welle. 2012. "África, "Meca" das armas ilegais." Deutsche Welle, 15 de março de 2012. <https://p.dw.com/p/14LHR>
- Durazo, Alfonso. 2020. "Tackling the Firearms Trafficking to Mexico". Revista Mexicana De Política Exterior, n.º Especial 2020 (junho): 23-26. <https://revistadigital.sre.gob.mx/index.php/rmpe/article/view/133>.
- Falode, Adewunmi James. 2020. "Small arms and light weapons (SALW) and transnational crime in Africa". Vestnik RUDN. International Relations 20 (1): 158-169. DOI: 10.22363/2313-0660-2020-20-1-158-169
- Falode, Adewunmi James. 2020. "Small Arms and Light Weapons (SALW) and Transnational Crime in Africa." RUDN University, no. 1: 159. <https://journals.rudn.ru/international-relations/article/view/23329/18041>.
- Frontliner. 2022. "Interpol: arsenal na Ucrânia vai desenvolver mercado negro de armas". Última modificação em 02 de junho de 2022. <https://www.frontliner.com.br/interpol-arsenal-na-ucrania-vai-desenvolver-mercado-negro-de-armas-na-europa/>
- G1. 2021. "Talibãs exibem armas em desfile militar após a saída das tropas americanas do Afeganistão". G1, setembro 1, 2021. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/01/talibas-exibem-armas-em-desfile-militar-apos-a-saida-das-tropas-americanas-do-afeganistao.ghtml>.
- Galícia, Caíque Ribeiro. 2018. "Crime e globalização: reflexões sobre crimes transnacionais e a cooperação jurídica internacional na contemporaneidade." Revista Eletrônica de Direito Processual, no. 1: 45 - 46. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/30184/23716>.
- Gamba, Virginia. 1997. "El control de la producción y del tráfico ilícito de armas livianas: la agenda global". Colección 3 (6): 35-65. <https://repositorio.uca.edu.ar/>

- Gómez Marqués, Germán. 2014. "El proceso hacia el tratado sobre el comercio de armas." Trabajo de fin de Grado, Universidad De Salamanca. <http://hdl.handle.net/10366/124435>
- Graphic News. 2014. "MILITARY: Global small arms trade infographic". Accessed July 01, 2022. <https://www.graphicnews.com/en/pages/31934/armamento-comercio-global-de-arms-ligeiras>
- Grip, Lina. 2017. "Small arms control in Africa" Academic diss., Helsinki University. <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/182803/Smallarm.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Holtom, Paul. 2011. "Ukrainian Arms Supplies to Sub-Saharan Africa." SIPRI Background Paper, fevereiro de 2011. <https://www.sipri.org/sites/default/files/files/misc/SIPRIBP1102.pdf>
- Idakwoji, Blessing, Suleiman Sa'ad. 2021. "Economics of Armed Violence in Africa: Supply and Demand Sides of Small Arms and Light Weapons Proliferation". The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa, edited by Usman A. Tar and Charles P. Onwurah, 634. Londres: Palgrave Macmillan.
- Instituto de Estudios sobre Conflictos y Acción Humanitaria. 2011. "Exportaciones españolas de armas a países del Norte de África y Oriente Próximo." Instituto de Estudios sobre Conflictos y Acción Humanitaria (IECAH), 01 de março de 2011. <https://iecah.org/exportaciones-espanolas-de-armas-a-paises-del-norte-de-africa-y-orientes-proximo/>
- Kabandula, Abigail. Timothy M. Shaw. 2018. "Rising powers and the horn of Africa: conflicting regionalisms." Third World Quarterly: 6 - 7. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2018.1527684>.
- Kamau, Edward Ng'ang'a. "Effects of globalization on regional security in East Africa: a case study of East African community." Research diss., University of Nairobi. http://erepository.uonbi.ac.ke/bitstream/handle/11295/104745/Kamau_Effects%20of%20Globalization%20on%20Regional%20Security%20in%20East%20Africa-%20a%20Case%20Study%20of%20East%20African%20Community.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Karseen, Julian. "Silencing the guns in Africa: Achievements and stumbling blocks". Africa Portal, 7 de fevereiro de 2020. <https://www.africaportal.org/features/silencing-guns-africa-achievements-and-stumbling-blocks/>.
- Knaus, Christopher e Ben Doherty. 2020. "Australia sold weapons to Mali as UN warned violence creating 'humanitarian disaster'" The Guardian, 10 de março de 2020. <https://www.theguardian.com/australia-news/2020/mar/11/australia-sold-weapons-to-mali-as-un-warned-violence-creating-humanitarian-disaster>
- Kuimova, Alexandra, Pieter D. Wezeman e Siemon T. Wezeman. 2022. Trends in International Arms Transfers, 2021. Estocolmo: Stockholm International Peace Research Institute.
- Kwaja, Chris M. A. 2021. "The Context of Small Arms Proliferation in Africa: State Fragility and Management of Armed Violence". The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa, edited by Usman A. Tar and Charles P. Onwurah,

122. Londres: Palgrave Macmillan.

- Kwaja, Chris M. A. 2021. "The Context of Small Arms Proliferation in Africa: State Fragility and Management of Armed Violence". The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa, edited by Usman A. Tar and Charles P. Onwurah, 116. Londres: Palgrave Macmillan.
- Lenneffer, Barbora. 2015. "German Arms Transfer to North Africa and the Middle East from 1999 to 2013." Young Initiative on Foreign Affairs and International Relations e.V., 7 de fevereiro de 2015. <https://ifair.eu/2015/02/07/english-german-arms-transfer-to-north-africa-and-the-middle-east-from-1999-to-2013/>
- Leske, Ariela Cordeiro. 2016. Armas e munições leves e pesadas e explosivos. Em Mapeamento da Base Industrial de Defesa, 1-97. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9671>
- Love, Roy. "Ethiopia: Political Volatility and Small Arms Proliferation". In The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa. 2021.
- M. Khadiagala, Gilbert. "Silencing the Guns: Strengthening Governance to Prevent, Manage, and Resolve Conflicts in Africa". International Peace Institute, 2015. https://www.researchgate.net/profile/Gilbert-Khadiagala/publication/277364330_Silencing_the_Guns_Strengthening_Governance_to_Prevent_Manage_and_Resolve_Conflicts_in_Africa/links/556c179208aec226830383e7/Silencing-the-Guns-Strengthening-Governance-to-Prevent-Manage-and-Resolve-Conflicts-in-Africa.pdf.
- Malami, Salisu, Abdullah, Nor Anita. Yusoff, Zuryati Mohamed. 2021. "The Proliferation of Small Arms and Light Weapons in Nigeria: Corruption a Major Challenge." University Utara Malaysia: 99. <http://journalarticle.ukm.my/18098/1/44075-172348-1-PB.pdf>.
- Marshall, Grace. 2020. "Success and Shortcomings: Disarmament, Demobilization, and Reintegration in Eastern and Central Africa", Honors Program Theses, Rollins College. <https://scholarship.rollins.edu/honors/107>
- May, Channing. 2017. "Transnational Crime and the Developing World" Global Financial Integrity: 16. <https://respect.international/wp-content/uploads/2017/03/Transnational-Crime-and-the-Developing-World-Global-Financial-Integrity-2017.pdf>.
- MEMO Monitor do Oriente Médio. 2021. "Egito é o maior comprador de sistemas de armas da Itália, diz rede pela paz." Última modificação em 29 de abril de 2021. <https://www.monitordooriente.com/20210429-egito-e-o-maior-comprador-de-sistemas-de-armas-da-italia-diz-rede-pela-paz/>
- MEMO Monitor do Oriente Médio. 2022. "Vendas de armas da Alemanha atingem recorde com quase metade do armamento indo para o Egito". Última modificação em 19 de janeiro de 2022. <https://www.monitordooriente.com/20220119-vendas-de-armas-da-alemanha-atingem-recorde-com-quase-metade-do-armamento-indo-para-o-egito/>
- Mohammed, Habu. Mubarak Ahmed Mashi. 2021. "Customs, Contrabands and Arms Control in Africa". The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa edited by Usman A. Tar and Charles P. Onwurah, 540. Londres: Palgrave Macmillan.
- Mustapha, Ahmed Badavi. Hakeen Onapajo. Muhammed Dan Suleiman. 2021. "Exter-

nal Influence, Failed States, Ungoverned Spaces and Small Arms Proliferation in Africa”. The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa, edited by Usman A. Tar and Charles P. Onwurah, 164. Londres: Palgrave Macmillan.

Muggah, Robert. 2015. “Armas brasileiras abastecem guerra no Iêmen” El País, novembro 13, 2015. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447441086_369498.html.

Nanven Gambo, Audu. “Egypt: Arab Spring, Regime Crisis and the Proliferation of Small Arms”. In The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa. Palgrave Macmillan, 2021.

Omona, David Andrew, Samuel Baba Ayegba. “Uganda: Protracted Conflict, Insurgency and SAWLS proliferation”. In The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa. Palgrave Macmillan, 2021.

Pearson, Frederic S. 1991. “El mercado de armas en el periodo de la posguerra fría y los estados menos desarrollados”. Colombia Internacional ? (16): 19-21. <https://doi.org/10.7440/colombiaint16.1991.01>

Peixoto, Aline. 2006. “O desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes no âmbito das Nações Unidas”. Dissertação de graduação, Centro de Ensino Unificado de Brasília.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. “Silencing the Guns: A Developmental Approach”. 2021. <https://www.undp.org/africa/publications/silencing-guns-developmental-approach>.

Público. 2002. “Portugal é “placa giratória” de tráfico de armas ligeiras para África” Público Jornal, 6 de junho de 2002. <https://www.publico.pt/2002/06/06/sociedade/noticia/portugal-e-placa-giratoria-de-trafico-de-armas-ligeiras-para-africa-149310>

Red África Europa Fe Justicia. 2011. “Exportación y Transferencias de Armas desde Europa a África” Red Africa Europa Fe Justicia - AEFJN, janeiro de 2011. https://cidafucm.es/IMG/pdf/EXPORTACIONES_Y_TRANSFERENCIAS_DE_ARMAS_Eur-Afr.pdf

Resolución 55/255 de la Asamblea General, Protocolo contra la fabricación y el tráfico ilícitos de armas de fuego, sus piezas y componentes y municiones, que complementa la Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional, A/RES/55/255 (8 de junho de 2001), disponível em <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/A-RES%2055-255/55r255s.pdf>

Rufus, Anthony Israel. 2021. “Borderland Security and Proliferation of Small Arms and Light Weapons in Africa”. The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa, edited by Usman A. Tar and Charles P. Onwurah, 189. Londres: Palgrave Macmillan.

Schwikowski, Martina. 2019. “China em África: Armas pela paz?” Deutsche Welle, 18 de julho de 2019. <https://p.dw.com/p/3MGro>

Senado Federal. “Tratado internacional sobre comércio de armas convencionais é promulgado”. Senado Federal, 16 de agosto de 2022. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/16/tratado-internacional-sobre-comercio-de-ar>

mas-convencionais-e-promulgado.

- Silva, Leonardo Luiz Silveira da. 2018. "As condições espaço-temporais das fronteiras dos Estados." *Geosul*, no. 68: 326 - 27. https://www.researchgate.net/profile/Leonardo-Luiz-Silveira-Silva/publication/327755444_As_condicoes_espaco-temporais_das_fronteras_dos_Estados/links/5ba2a4b0a6fdccd3cb631362/As-condicoes-espaco-temporais-das-fronteiras-dos-Estados.pdf.
- Strazzari, Francesco. Zampagni, Francesca. 2018. "Illicit firearms circulation and the politics of upheaval in North Africa". *Flemish Peace Institute*: 438 - 39. https://flemishpeaceinstitute.eu/safte/files/project_safte_eu_neighbourhood_north-africa.pdf.
- Teixeira, Carlos Gustavo Poggio, Rodrigo Moura Karolczak. 2015. "Uma corrida armamentista na América Latina? Uma abordagem subsistêmica do rearmamento militar na última década". [s.l.]: *Revista de Ciências Militares*. [https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/CIDIUM/Revista%20Ciências%20Militares/RCM%20Vol.%20III%20N.º2%20-%20Carlos%20Teixeira%20&%20Rodrigo%20Karolczak%20-%20nov.%202015%20-%20Uma%20Corrida%20Armamentista%20...%20\(PT\).pdf](https://www.ium.pt/s/wp-content/uploads/CIDIUM/Revista%20Ciências%20Militares/RCM%20Vol.%20III%20N.º2%20-%20Carlos%20Teixeira%20&%20Rodrigo%20Karolczak%20-%20nov.%202015%20-%20Uma%20Corrida%20Armamentista%20...%20(PT).pdf).
- The Fund for Peace. 2021. "Fragile States Index." Acessado 3 Julho, 2022. <https://fragilestatesindex.org>.
- THRALL, A. Trevor; COHEN, Jordan. Afghanistan and the Danger of Small Arms Transfers. Cato Institute, Washington, 2 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cato.org/commentary/afghanistan-danger-small-arms-transfers>. Acesso em: 10 set. 2022.
- Tomé, Luis. 2020. "Corrida aos armamentos, de novo." In *As Relações Internacionais em contexto de pandemia*, 44. Lisboa: Janus 2020-2021. https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4925/1/Janus_20_1_18_LT.pdf
- Trask, Steven. 2021. "Australia is cashing in on munitions sales to Africa under a 'grotesque' government plan." *SBS News*, 14 de outubro de 2021. <https://www.sbs.com.au/news/dateline/article/australia-is-cashing-in-on-munitions-sales-to-africa-under-a-grotesque-government-plan/rnwhyhlp2>
- Ubale Yahaya, Jibrin. "An overview of the security implication of inflow of Small Arms and Light Weapons: A Nigeria Perspectives". *Journal of Social and Political Science* 1, n.º 8 (2019). https://www.researchgate.net/profile/Jibrin-Yahaya-3/publication/340870416_An_overview_of_the_security_implication_of_inflow_of_Small_Arms_and_Light_Weapons_A_Nigeria_Perspectives/links/5ea19a9f299bf14389407f5b/An-overview-of-the-security-implication-of-inflow-of-Small-Arms-and-Light-Weapons-A-Nigeria-Perspectives.pdf.
- União Africana. BÚSSOLA DE ARMAS Mapeamento dos Fluxos de Armas em África. Suíça: Small Arms Survey, 2019. <https://reliefweb.int/report/world/weapons-com-pass-mapping-illicit-small-arms-flows-africa-enarpt-january-2019>
- United Nations Development Programme. 2020. "Small arms and light weapons control: role of CSOs critical." *United Nations Development Programme*, 9 de outubro de 2020. <https://www.undp.org/ghana/news/small-arms-and-light-weapons-control-role-csos-critical>
- United Nations, Meetings Coverage and Press Releases, Rapid Spread of Small Arms, Light Weapons Still Threatening World Peace, Exacerbating Plight of Civilians in Conflict Zones, Disarmament Chief Tells Security Council. SC/14656, 6 de outubro de 2021, <https://press.un.org/en/2021/sc14656.doc.htm>

United Nations Office on Drugs and Crime. s/d. “Prevenção ao Crime e Justiça Criminal: marco legal”. <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>

United Nations Office on Drugs and Crime. 2010. “UNODC apresenta ao Conselho de Segurança da ONU situação das armas de pequeno porte na África Central”. Última modificação em 23 de março de 2010. <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/03/23-unodc-apresenta-ao-conselho-de-seguranca-da-onu-situacao-das-armas-de-pequeno-porte-na-africa-central.html>

United Nations, ONU News, Mundo apreendeu 550 mil armas de fogo entre 2016 e 2017, diz relatório da ONU, 16 de julho de 2020. <https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720291>

United Nations Regional Centre for Peace and Disarmament in Africa. s/d. “The Arms Trade Treaty, number of African States signatories/parties”. <https://www.unrec.org/default/index.php/en/treaties/316-arms-trade-treaty-africa>

Velasco, Carla Álvarez. 2016. “Armas pequeñas y países pequeños: armas de fuego en la agenda de seguridad internacional”. *Revista de Ciencias Sociales* ? (55): 139-159. doi: <http://dx.doi.org/10.17141/iconos.55.2016.1941>

Visentini, Paulo Fagundes, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira. 2020. *História da África e dos africanos*. Petrópolis: Vozes.

Yerima, Haruna, Mala Mustapha. “Somalia: State Collapse and the Proliferation of Small Arms and Light Weapons”. In *The Palgrave Handbook of Small Arms and Conflicts in Africa*. Palgrave Macmillan, 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPE- RAÇÃO DE XANGAI (OCX)



OS EFEITOS DE UMA NOVA ONDA DE REFUGIADOS AFGÃOS

Geovanne Menezes Caetano de Souza¹

Henrique Leal de Moura²

RESUMO

O histórico de migrações na região da Ásia Central se mostra como um fenômeno presente em grande parte da história do desenvolvimento social e político da região. Com a interferência externa constante, o caso do Afeganistão aparece como uma peça chave na compreensão desse cenário de migrações elevadas, o qual se estende ao século XXI. Além disso, com as atuais mudanças sociais, políticas e militares no país, provenientes da complexificação de conflitos internos e externos, eventuais novas ondas de refugiados no Afeganistão trazem a necessidade de entender quais as consequências dessas migrações, tanto dentro quanto fora do território afegão. Nesse sentido, o objetivo deste guia de estudos é promover uma base para o debate acerca dos efeitos de uma nova onda de refugiados deste país, de maneira a contextualizar a situação interna do Afeganistão, assim como apresentar a importância desse tema para a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e as consequências dessa atividade migratória no Sistema Internacional.

¹ Geovanne é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Henrique é estudante do primeiro ano de Administração na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

Em perspectiva inicial, no continente asiático, principalmente no Oriente Médio, sabe-se que foram formados barris de pólvora que explodiram um por um após a Segunda Guerra Mundial, causando desde choques do petróleo até desastres humanitários. O Afeganistão, enquanto país que conecta três regiões da Ásia (Oriente Médio, Sul Asiático e Centro Asiático), também não escapa deste padrão de disputa beligerante, tanto no âmbito internacional quanto no de grupos internos, como na recente tomada de poder pelo grupo Talibã (Lee 2018). Por isso, este primeiro tópico do guia se torna relevante ao direcionar os debates a fim de oferecer soluções à problemática dos novos refugiados afegãos na Ásia sob um ponto de vista que representa os desejos dos Estados representados na Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e também dos próprios migrantes em suas diversas etnias nacionais.

Para isso, este guia irá trazer um breve contexto histórico sobre a história do Estado afegão e das diversas, e também recorrentes, guerras e invasões que ocorreram principalmente a partir da segunda metade do século XX e duraram basicamente de maneira ininterrupta até o ano passado, com a enfim retirada das tropas norte-americanas (Miakhel 2021). Estas guerras tiveram como uma das principais consequências a falência do Afeganistão em prover insumos de necessidades básicas que foram e possivelmente serão buscados fora de suas fronteiras.

Entretanto, veremos que haverá interesses e necessidades que deverão ser atendidas a partir de cada Estado-participante, os quais serão afetados por essa nova onda de refugiados e pelo novo governo Talibã em maior ou menor intensidade, sendo este um assunto presente no título sobre a apresentação do problema. Tal temática será detalhada principalmente acerca dos seguintes tópicos: no que consistem estes efeitos, como por exemplo a melhoria na qualidade de vida dos refugiados; a situação legal e as políticas dos países receptores; e a soberania do Afeganistão e dos outros membros da OCX quanto às políticas internas. Para deixar mais claro estes pontos, se fará também estudos de caso em três países (Irã, Paquistão e Turquia) que previamente já receberam muitos refugiados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO AFEGÃO

A história anterior à formação do Estado afegão faz parte de um contexto milenar. Ainda que o território tenha sido comandado como um único país apenas em 1747, devido à fundação do Império Durrani (Wahab e Youngerman 2010), essa região apresenta uma longa história quando se trata de povos e im-

périos que se instalaram no local que hoje se conhece como Afeganistão.

De forma breve, diversos impérios tiveram suas raízes estruturadas em parte do território afegão. Durante a Antiguidade Oriental, por exemplo, o historiador romano Arriano relata que os primeiros povos do Oriente Médio que conquistaram o território afegão foram os Assírios. Entretanto, a partir dessa conquista, o Império Persa, o Império Macedônico, o Império Máuria, o Império Cuchana e outros povos também se instauraram nessa região (Wahab e Youngerman 2010).

A importância desse território é vista quando analisada a sua localização geográfica, que se dispõe entre o Oriente Próximo e a Índia, de modo a ser uma importante passagem para comerciantes e conquistadores. Então, em meio a rotas comerciais de grande relevância, essa região foi alvo de diversas investidas militares e se tornou um frequente campo de batalha, fazendo com que o território sofresse grande influência de vários grupos populacionais (Cunha, Oliveira e De Melo 2020). Com essa perspectiva prévia, é possível visualizar a pluralidade cultural da região, e o contexto inicial do desenvolvimento do Estado afegão. Porém, é importante compreender em mais detalhes o período que antecedeu diretamente o nascimento do Afeganistão.

A transição da Antiguidade à Idade Média no continente asiático tem um marco importante que pode ser utilizado como referência: a morte de Maomé e a movimentação dos árabes em direção ao Crescente Fértil. A expansão do poder, da cultura e da religião desse povo não apenas deixou seu legado em grande parte do continente asiático, mas também ajudou a formar a base do Estado afegão, que foi construído de maneira muito voltada para a religião, expressa atualmente em grupos conservadores como o Talibã (Wahab e Youngman 2010).

No território que hoje entendemos como Afeganistão, o crescimento do Islamismo dominou os legados culturais e religiosos da população, e impossibilitou a propagação em massa de outras religiões. Com isso, o árabe se tornou a língua da religião Islâmica, o que, por consequência, fez com que os antigos sistemas de escrita do Afeganistão fossem substituídos pelo alfabeto árabe. Na prática, o Islamismo se mostrou como o fator mais forte na construção de uma identidade cultural comum entre as diferentes etnias do território (Wahab e Youngman 2010).

No âmbito político, entretanto, a história não se mostrou tão linear. Antes do estabelecimento do Império Durrani, o território em questão esteve sob posse do Império Mongol e Persa, fato que foi alterado apenas em 1747 com a chegada de uma entidade política afegã independente destes impérios que antes estavam presentes na região. É fato que todas essas transições de impérios e mudança de lideranças na região não se deram de maneira completamente pacífica, assim como as disputas não deixaram de ocorrer após a constituição do Império Durrani.

Inclusive, nesse sentido, os primeiros anos do império se mostraram como importantes fatores para o crescimento territorial do governo, uma vez que as disputas resultaram em conquistas de outros povos próximos à região do Império Durrani. Entretanto, essa supremacia não se deu de maneira ilimitada; após a Terceira Batalha de Panipat (1761), ainda com a vitória do Império Durrani, o declínio do império começou a ser visualizado, mesmo que brevemente (Lee 2018).

Com o fim do Império Durrani, a história do Afeganistão continuou sendo construída, mas agora por parte do Emirado do Afeganistão. O período que se deu entre 1823 e 1926 foi palco para a expansão dos interesses coloniais europeus e conflitos entre Inglaterra e o Império Russo, cujo objetivo visava a supremacia dessas nações na Ásia Central, no que foi chamado de o “Grande Jogo”. Durante essas décadas, a interferência externa se mostrou como aspecto chave do território afegão: os britânicos, por exemplo, desmembraram o território na tentativa de dominar a região com mais facilidade (Lee 2018).

Outro aspecto chave do período do Emirado do Afeganistão foi o conflito entre etnias durante a formação do Estado. Lee (2018) mostra que conflitos envolvendo os hazaras³ trouxeram a morte de cerca de 50% dos homens desse grupo étnico no Afeganistão. Ainda, Lee (2018) explica que esses conflitos vieram como consequência de um poder político conservador e supremacista que representava uma minoria étnica na região dos hazaras, além dos aspectos do preconceito e desvalorização já existentes nesse grupo, os quais tiveram suas terras expropriadas e foram retratados como inferiores pelas classes superiores.

A partir dessas perspectivas, torna-se possível compreender parte do contexto inicial do Afeganistão, de forma a trazer à tona a compreensão dos próximos pontos a serem explicados. Com isso, é importante, antes de referenciar as demais características da história do Estado afegão, explicar em alguns detalhes os aspectos culturais que já estavam sendo construídos no país e que se estendem até a atualidade.

2.1.1 A DIVERSIDADE ÉTNICA DO POVO AFEGÃO

Além do cenário multicultural apresentado na contextualização do desenvolvimento do Estado afegão, a diversidade étnica desse povo também é representada por outros fatores. Assim como o Afeganistão não possui barreiras naturais significantes em suas fronteiras, o território também não possui nenhuma característica unificadora na região, como o Rio Nilo no caso do Egito. Nesse sentido, é possível que um dos principais fatores que uniu o povo afegão no passado seja o histórico de lutas contra estrangeiros como fatores que moldaram a ideia de nação afegã (Wahab e Youngman 2010).

³ Grupo étnico afegão considerado originalmente dos povos turcos e mongóis. Representam a terceira maior etnia do Afeganistão em porcentagem de população (Wahab e Youngman 2010).

Ao longo do território em questão, entre os quase 40 milhões de habitantes, não é possível afirmar que há uma etnia que representa uma maioria absoluta. Essas diferentes etnias constroem um cenário político, cultural e territorial diverso no que tange ao cenário social do país. Enquanto uma parcela da população é representada pelos pashtuns, as outras parcelas se identificam como tadjiques, hazaras ou outras etnias. Cada um desses grupos possui seus costumes, dialetos, e origens, o que torna a compreensão sobre a diversidade étnica do povo afegão consideravelmente complexa (Wahab e Youngman 2010).

Portanto, torna-se importante destacar alguns aspectos sobre as etnias presentes aqui abordadas. Em primeiro lugar, como a etnia que representa a maior parcela da população, é importante caracterizar o histórico dos pashtuns. É estimado que eles representem um pouco mais de 40% da população do país, onde grande parte deles são muçulmanos sunitas⁴ que falam pashto. Ao longo da história do Afeganistão, os pashtuns têm o histórico de controlar o Estado e o Exército. No quesito geográfico, a expansão dessa etnia é acompanhada por uma área que vai desde a fronteira com o Paquistão, região leste do país, até a fronteira com Irã, ao sul. Devido a essa predominância política e cultural, conflitos com outras etnias do Afeganistão são acontecimentos frequentemente vistos no país (Wahab e Youngman 2010).

Em seguida, outro grupo étnico que representa uma parcela considerável da população afegã são os tadjiques. Esse grupo representa cerca de 25% da população local e fala dari. Além disso, grande parte de sua presença territorial é vista ao oeste e ao norte do país. Os tadjiques possuem alguns destaques quanto à resistência anti-soviética e do Talibã, e, assim como os pashtuns, os tadjiques já tiveram representantes na liderança do Estado afegão (Wahab e Youngman 2010).

Em continuação, os hazaras se mostram como o próximo grupo predominante no território afegão em percentual populacional, com cerca de 10% da população sendo representada por essa etnia. Sua presença territorial é majoritariamente vista na região central do Afeganistão, ainda que sejam considerados originalmente dos povos turcos e da Ásia Central. Um aspecto importante desse grupo é que eles são representados por uma minoria xiita⁵, e sofrem perseguições há séculos tanto por parte do Talibã — que os consideram hereges — quan

to por parte da parcela jihadista do Estado Islâmico, que promovem a chamada “Guerra Santa” muçulmana (Wahab e Youngman 2010).

Ademais, há também a etnia dos uzbeques. Ainda que sejam uma minoria, eles representam cerca de 10% da população do país, e têm sua presença territorial concentrada principalmente ao norte, na fronteira com o Uzbequistão.

4 Grupo muçulmano que representa uma das correntes do Islamismo. Os sunitas representam a maioria populacional quando comparado com a porcentagem de xiitas no Afeganistão (Wahab e Youngman 2010).

5 Grupo populacional que representa uma das vertentes do Islamismo. Ao contrário dos sunitas, os xiitas se apresentam como uma menor parcela da população afegã em números absolutos (Wahab e Youngman 2010).

Em grande parte, são muçulmanos sunitas que mantêm forte conexões linguísticas e culturais com a Turquia. Por fim, é importante citar que outros grupos étnicos também são encontrados ao decorrer do território Afegão e muitas diferenças podem ser visualizadas entre as múltiplas etnias aqui citadas.

2.2 GUERRA FRIA

Desde o período de desenvolvimento do Estado afegão já era possível visualizar os diferentes fatores externos que o país teve que combater, como as ambições expansionistas do Império Britânico e do Império Russo na Ásia Central. Entretanto, partindo-se da independência do Afeganistão, em 1919, uma sequência de acontecimentos possibilitou a aproximação do país com a União Soviética. Nesse sentido, sendo a URSS a primeira a reconhecer a independência afegã, abriram-se portas para a aproximação entre as duas nações, o que fez com que o Afeganistão estivesse sob influência econômica, política, ideológica e posteriormente, militar da União Soviética (Cunha, Oliveira e Morais2020).

À medida que os anos passaram, os resquícios do controle britânico foram desaparecendo e a dependência em relação aos russos foi aumentando. Nesse cenário de dominação na região um novo poder no Sistema Internacional emergiu como contestador da influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da ideologia comunista: os Estados Unidos. Durante a Guerra Fria, houve uma disputa de poder entre essas superpotências pelo alinhamento dos demais países, no qual o Afeganistão assumiu uma postura oficial de neutralidade, embora recebesse auxílios econômicos e militares soviéticos (Cunha, Oliveira e Morais 2020).

Em meio à postura de “neutralidade”, o Afeganistão tentou manter as suas relações com a URSS, ao mesmo tempo em que tentou desenvolver laços com os Estados Unidos para a busca de contribuições econômicas estadunidenses. Um dos objetivos de integração com os Estados Unidos era a integração do país ao bloco anticomunista do Pacto de Bagdá⁶ (1955), mas essa integração acabou não sendo realizada, o que ocasionou um estreitamento ainda maior da relação do Afeganistão com a União Soviética. Ainda assim, isso não impediu que o país fosse financiado pelos dois blocos, embora as contribuições soviéticas fossem maiores (Cunha, Oliveira e Morais 2020).

Com essa influência soviética desenvolvida, novos cenários políticos começaram a surgir. Em abril de 1978, após o homicídio de Akbar Khayber, redator do jornal e líder comunista em Cabul, houve uma grande mobilização social e os grandes centros eclodiram em manifestações. Os protestos contra o Primeiro Ministro afegão, Mohammed Daoud, fizeram com que ele tomasse medidas violentas para conter a população e por conta da situação revoltosa,

6 O Pacto de Bagdá foi uma aliança militar fundada em 1955 que objetivava a cooperação e proteção mútua entre os países membros.

Mohammed Daoud se refugiou no palácio presidencial, o qual dias depois foi invadido por tropas afegãs e resultou na sua morte e de sua família, além de um golpe de Estado por parte dos comunistas. Após o golpe, foi proclamada a República Democrática do Afeganistão e anunciada a Revolução de Saur (Cunha, Oliveira e Morais 2020).

O novo governo era composto pelas duas facções que constituíam o Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA). Embora parecesse haver uma cooperação e homogeneidade entre as facções num primeiro momento, com o decorrer dos meses, este governo representou mais as rivalidades internas que o interesse do país como um todo e congestionou a política estatal (Cunha, Oliveira e Morais 2020).

A partir dessa instabilidade política e social, problemas começaram a imergir junto com o que seria uma guerra de nível devastador no Afeganistão. Nesse sentido, Goodson (1998) mostra que não era possível prever facilmente que as rebeliões que aconteceram em 1978 iriam se desenvolver e tornar-se uma guerra de destruição nacional. Ainda assim, esses eventos de golpe de estado e de intervenção soviética marcaram um início do primeiro estágio da Guerra do Afeganistão (Goodson 1998).

Posteriormente, a partir de 1986, com o recebimento de mísseis estadunidenses de terra-ar (Stinger Missile) por parte de alguns grupos de resistência vinculados aos mujahedins — grupo que posteriormente viria a se tornar o Talibã — a guerra muda seu curso, indo de um destaque do poder soviético para um realce do poder de combate dos mujahedins. Essas mudanças bélicas induziram os soviéticos a mudarem suas estratégias no que tange aos ataques aéreos, o que representou uma redução nas missões aéreas por parte dessas tropas e relutância por parte dos batalhões soviéticos em voar em baixas altitudes. Isso foi essencial para desestabilizar o ideal de impunidade que os guerrilheiros tinham em mente ao operar ataques que anteriormente eram complexos de combater (Goodson 1998).

2.3 O REGIME TALIBÃ E A POLÍTICA NORTE-AMERICANA DE GUERRA AO TERROR

Partindo da emergência de um conflito interno no Afeganistão, no qual forças externas exercem grande participação e influência, é possível perceber que o conflito no território afegão não se trata mais apenas do país em questão, mas sim da demonstração de poder das outras potências envolvidas na briga pela hegemonia local (Cunha, Oliveira e Morais 2020).

Essa interferência direta de duas potências mundiais complexificou ainda mais as disputas já existentes entre os diferentes grupos afegãos. Gomes (2008) comenta que esses conflitos já estavam nas raízes do Afeganistão, uma vez que a ameaça iminente de interferências externas faz parte da história do

território afegão, mas agora esses conflitos tomaram uma escala que antes não havia sido atingida no Estado. Nesse contexto, o Talibã — grupo pan-islâmico oriundo dos rebeldes mujahedins — surge como uma tentativa de estabelecimento de uma ordem no Afeganistão por meio do seguimento da lei islâmica (Laub 2014).

Mesmo após a retirada das tropas soviéticas, em 1989, o Afeganistão manteve a instabilidade política, que foi potencializada pelos longos anos de guerra civil e disputas internas pelo poder. Foi através desse cenário, e por meio de apoio popular, que o Talibã ascendeu ao poder na capital Cabul e em boa parte do território afegão em 1996. (Gomes 2008).

Numa perspectiva inicial, as potências estrangeiras viam de forma positiva essa mudança de poder e esse novo grupo em ascensão, uma vez que o Talibã se mostrava um grupo político com objetivos diretos e ideais claros, o que possibilitaria, enfim, a estabilidade que o país buscava. Entretanto, em pouco tempo, os ideais iniciais deixaram de corresponder às atitudes praticadas pelo Talibã, e isso fez com que as nações fossem gradualmente retirando seu apoio ao novo poder. O novo governo direcionou sua política ao extremismo islâmico sunita, e trouxe como consequência de suas políticas um ataque aos direitos humanos da população afegã, principalmente no que tange às minorias étnicas, religiosas e às mulheres (Gomes 2008).

Nesse cenário já extremo, o apoio do novo governo afegão ao grupo terrorista Al-Qaeda fez com que os aspectos políticos e diplomáticos do país entrassem em uma precarização cada vez maior, com os países estrangeiros adotando uma posição de divergência às políticas do Afeganistão, ou até de hostilidade.

Entretanto, em 2001, a situação se tornou ainda mais hostil. No dia 11 de setembro, dois aviões comerciais foram jogados contra as Torres Gêmeas em Nova York, um outro avião atingiu o edifício do Pentágono em Washington e o último foi destruído antes de entrar em choque com o Capitólio dos Estados Unidos. Essa movimentação terrorista foi feita pelo grupo Al-Qaeda, o que, por possuir apoio do Talibã, gerou um conflito entre a nação americana e a nação afegã (BBC 2021).

Por conta do constante apoio que o Talibã proporcionava ao grupo Al-Qaeda, disponibilizando esconderijos e apoio logístico, o presidente americano George W. Bush declarou guerra ao Afeganistão. A partir disso, em apenas um mês, o regime talibã foi destituído pelas forças invasoras americanas e substituído por um governo transitório (Gomes 2008).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção serão apresentados, em 5 seções, diversas perspectivas sobre o problema enfrentado pelos afegãos, dentro e fora dos limites do Afeganistão.

A primeira seção introduz sobre a situação do Afeganistão e do novo governo Talibã após a tomada da capital em agosto de 2021. A segunda seção descreve as justificativas e também as rotas das migrações para os países vizinhos, favorecendo um diálogo conjunto com a terceira seção focada em três subseções que conjecturam a qualidade de vida, direitos e adaptação dos refugiados aos países vizinhos. A quarta seção está centrada na visão dos países vizinhos e da OCX sobre os desafios e perigos que a instabilidade do Afeganistão traz. Por fim, na última seção há os estudos de caso de 3 países (Paquistão, Irã e Turquia) que demonstram todos os aspectos trazidos nas outras seções em exemplos onde nota-se a existência de uma comunidade e corrente migratória afegã.

3.1 OS PROBLEMAS QUE O AFEKANISTÃO ENFRENTA SOB O REGIME TALIBÃ

Conforme visto na contextualização histórica, invasões e guerras civis no território afegão ocorreram diversas vezes ao longo do século XX, tornando o atual Afeganistão um caldeirão de etnias, matrizes religiosas derivadas do islã e de grupos armados e influentes em suas comunidades, os quais em conjunto com a influência estrangeira impediram a centralização e debilitaram a capacidade administrativa do governo sobre todo o território, já fragmentado pela luta em guerrilhas. Este cenário é explorado pelo cientista político e especialista em Afeganistão e Turquia contemporâneos chamado Gilles Dorronsoro (Dorronsoro 2009).

Dorronsoro (2009) também irá destacar o quanto o Talibã é revolucionário dentro de seu país. Ainda que estejamos acostumados a ligar revolução à libertação e a ideias liberais, o Talibã fornece uma solução, ou melhor, uma via oposta a estes ideais ligados ao governo anterior, podendo se tornar uma ordem ao caos instaurado. Essa “revolução” tem como um dos seus pilares a própria estrutura de comando do Talibã enquanto grupo, pois esta favorece uma linha hierarquizada e de lealdade, no qual líderes locais se reportam aos regionais e em seguida ao líder do Talibã.

Esta organização política praticada pelo Talibã em seu governo e depois na guerra de resistência à ocupação foi diferente da tentativa “democrática” de prática política durante a ocupação estadunidense. A articulação política no período de ocupação era permitida pela interlocução entre o local e o nacional, que ocorria por meio de muita corrupção entre os líderes locais, que mesmo com pouco poder real, eram pouco fiéis à frágil figura do governante. Isso possibilitou que se desviasse muitos recursos da reconstrução da infraestrutura dessas regiões para os bolsos destes líderes, não sendo apenas um fato percebido por Dorronsoro, mas também considerado um problema ainda presente pela SIGAR (Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction) no último parecer de agosto de 2021, mesmo mês da retirada dos Estados Unidos (SIGAR 2021).

A organização política e a suposta moralidade dos líderes pró-talibã não seria algo a se considerar relevante caso não fossem efeitos da maior arma que possibilita essa vantagem na governabilidade do Talibã: a propaganda. Esta, através de redes de rádio e das conexões com jihadistas no exterior (Jihad é um conceito muçulmano que significa esforço ou luta, aquele que segue este princípio é um jihadista ou mujahidin), espalha suas ideias radicais contra os interventores estrangeiros ao mesmo tempo em que aplica a Sharia (sistema de leis muçulmana com base no Alcorão e na Sunna), que agrada a população do campo pouco estudada, não conectada com o exterior e que é também suspeitosa para com as populações das grandes cidades. Por isso, estes discursos possibilitam o recrutamento de “soldados” e simpatizantes da nação, ao contrário de sua antiga filiação, a qual limitava-se apenas a seguir o poder tribal-local de sua respectiva etnia. Vale ressaltar que, atualmente, essa última forma de submissão perdeu um pouco de espaço, mas ainda existe. (Dorronsoro 2009; SIGAR 2021).

Entretanto, agora este grupo se encontra com o poder e controle de um Estado falido, por isso, Shahmahmood Miakhel (2021) aponta que há quatro problemas principais que o Talibã deve lidar: o primeiro problema é a legitimação internacional do governo atual, pode não parecer importante, pois a soberania deveria ser respeitada, mas apoio e acesso a crédito e produtos do exterior são cruciais neste momento de fragilidade e de quebra da acumulação de capital necessária à produção no capitalismo.

O segundo problema é de ordem securitária. Como citado anteriormente, o Talibã não era o único grupo existente, havia outros que atuavam mais ao norte onde há etnias Tajiques e Uzbeques, distintas das terras do centro-sul onde se concentravam etnias pashtuns e hazaras que cediam e tinham maior adesão às rotas de ação dos talibãs. Consequentemente, essas rotas serão novamente disponibilizadas para diversos grupos agirem em diversas fronteiras as quais o Talibã não tem total controle, como com relação ao grupo Islamic State Khorasan Province (ISKP) (Webber 2022).

O terceiro problema é lógico e correlato aos dois primeiros, a governabilidade está em risco, a economia está congelada nos dois âmbitos, no exterior o U.S Federal Reserve congelou os dólares contidos nas divisas estrangeiras do Afeganistão, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e também o Banco Mundial cessaram pagamentos e oferta de dinheiro (O Globo 2021). Por outro lado, internamente a dívida assumida pelo antigo governo cresceu, tendo seu ápice quando não puderam pagar os salários atrasados dos funcionários públicos e por isso optaram por enxugá-los da folha de pagamento, tendo o Talibã retomado os pagamentos no final de 2021 (Deutsch Welle 2021).

O que fez com que consequentemente aumentasse o desemprego e também com que o governo não tivesse recursos humanos (burocratas) suficientes para se autogerir e fornecer qualidade de vida. Sendo o funcionalismo público uma das principais fontes de renda das famílias afegãs, já que o setor privado se

encontra fragilizado e de baixa escala produtiva, sobra como alternativa para a sobrevivência uma quantia de dinheiro enviada por membros destas famílias que trabalham no exterior, demonstrando a atual fragilidade do Estado em fazer algo pela articulação interna da economia. (OIM 2021)

Finalmente, o último grande problema apresentado por Miakhel (2021), que nos é mais relevante neste guia, é a crise humanitária e das migrações derivadas de todos estes problemas citados acima, que afetam a capacidade do Estado afegão em fornecer bens públicos como segurança, saúde, educação, alimentação e emprego.

Por essa falta de infraestrutura e insumos básicos à sobrevivência em um mundo contemporâneo, muitas pessoas recorreram, e irão fazer o mesmo em um futuro próximo, à emigração temporária de seu país, Afeganistão, rumo a países com oportunidades de renda e qualidade de vida mais elevadas (Miakhel 2021). Resultando, assim, na possibilidade de uma nova onda de refugiados e migrantes internos que afetam não somente o Afeganistão em si por meio de sua débil governança e soberania posta em cheque por um cenário internacional não favorável, mas, como veremos nos seguintes tópicos, que também afetarão de algumas maneiras os países no continente asiático receptores deste fluxo populacional (BBC 2021).

3.2 OS DESTINOS DE MIGRAÇÃO DOS AFEGÃOS

Relembrando que o Afeganistão é um país localizado bem ao centro do continente asiático, onde a imensa maioria da população irá seguir o islamismo – sunita em sua maioria e xiita em cerca de 10 a 20% –, onde se predominam espaços tradicionalmente ocupados por etnias organizadas em tribos. Essa distribuição espacial das etnias facilita para as famílias a tomada de decisão sobre para onde se deslocar. (Shavazi 2008).

Geralmente o fator da oportunidade de ganho de renda e prosperidade, em conjunto com a adaptação à cultura e etnias presentes no país escolhido são fatores também levados em consideração. No caso da Turquia, que tem similaridades étnicas com os povos turquicos do Afeganistão, foi perguntado para os migrantes afegãos os principais motivos para a escolha deste país. Foi respondido que cerca de 45% iriam reunir a família e que a partir da Turquia seria mais fácil receber asilo tanto no próprio país quanto depois, na Europa; cerca de 35% responderam que era a opção mais segura e teriam uma qualidade de vida maior. (MMC 2020).

Por um lado, é comum pensar em migrantes e refugiados e conectá-los a Europa, por causa da crise de refugiados no Mediterrâneo e das atuais tentativas destes países de manter um maior controle e de mandar os afegãos negados de asilo de volta para o Afeganistão, como vem ocorrendo desde 2015, quando os sírios eram o maior grupo de refugiados. Estes planos de controle por parte

da Europa têm dado resultado, segundo o European Council on Refugees and Exiles (ECRE) (2017).

Por outro lado, devemos nos ater ao fato de que o maior destino de migração dos afegãos, ao longo de sua recorrente história, foi em direção aos países do entorno, como indica a Mixed Migration Center (2020). E, ao contrário da Europa, não há uma organização internacional forte e ampla como a União Europeia que preveja suporte e direcionamento de políticas na Ásia, sendo a OCX uma das poucas organizações internacionais que poderia oferecer tal ordenamento e estrutura burocrática. Logo, a OCX pode fornecer um plano para seus membros afetados, principalmente para o Irã e Paquistão, onde se encontram as mesmas etnias que no Afeganistão e por isso se tornam um principal destino.

Estes dois países serão os mais afetados, mas não os únicos. Afinal, nas últimas ondas ambos representam 88% do destino desses migrantes (MMC 2020). Somente o Paquistão recebeu mais de 3 milhões de migrantes, dos quais 82% são etnicamente Pashtuns que já existiam no Paquistão anteriormente; também no caso do Irã, para onde os hazaras irão se deslocar em peso, 67% dos 800 mil migrantes reconhecidos pela ACNUR que residem no país serão dessa etnia, segundo a International Organization for Migration (2014). Após terem chegado nestes países, muitas vezes ilegalmente, essas etnias entram em contato com outras culturas, onde encontraram problemas de adaptação e identidade, principalmente quando se leva tanto tempo para retornar ao país de origem. Por isso, este será nosso próximo tópico.

3.3 PROBLEMAS DE ADAPTAÇÃO E IDENTIDADE

Havendo um grande número de estrangeiros em um outro país, como no caso de afegãos nos países vizinhos, é possível criar conflitos de identidade e repressão como outros vistos no mundo todo, mas tendo como base que os afegãos escolhem os países por afinidade e proximidade é interessante questionar se eles conseguem se encaixar em outras sociedades ou não. Para tentar resolver esse questionamento, nesta seção da apresentação do problema será abordado em três subseções: a primeira versa sobre a relação que o status de refugiado com seus privilégios e deveres que os países receptores têm de fornecer e como isso incentiva as políticas de repatriação; a segunda é sobre o acesso que os refugiados têm de acessar infraestrutura e serviços públicos como educação e empregos formais; a última fala sobre a adaptação dos refugiados em grupos opostos como 1 e 2 geração de refugiados e os que tiveram acesso ou não a infraestrutura pública relatada na segunda subseção.

3.3.1 DILEMA DA REPATRIAÇÃO

Como introduzido no tópico anterior, poucas vezes na história haverá

uma oportunidade de aceitação e oferta de documentação por grande parte dos países receptores desses migrantes e refugiados. Geralmente, é preferível para os países manter um controle do número de sua população, ainda que países como o Irã tenham se beneficiado da migração dos afegãos em ilegalidade que trabalharam nas indústrias e na agricultura durante a primeira onda de refugiados em 1970 e que ainda trabalham em subempregos(trabalhos de baixa produtividade e baixos salários, como diaristas catadores e outros) (Zullo 2019). Entretanto, vão preferir não dar documentação para todos a fim de evitar compromissos para com essa população. No Irã, por exemplo, no que constam os dados de 2005, o número de pessoas sem qualquer tipo de documentação ligada à estadia legal neste país era de 16%, relativamente baixa (IOM 2014).

Esses números de pessoas sem documentos que os legalizassem eram menos comuns antes de 2002; neste ano começa o apelo da ACNUR pela repatriação dos refugiados afegãos após a queda do regime Talibã. O programa de repatriação voluntária buscava oferecer uma solução duradoura que melhor eximisse as capacidades de recebimento para com estes migrantes (Cândido 2014).

Porém, o que ocorreu de fato foi uma facilitação da repatriação compulsória, onde pessoas sem documentos foram mandadas de volta para o Afeganistão mesmo que fossem pessoas da segunda geração de afegãos nascidos no Paquistão, pois mesmo o status de refugiado, que é diferente dos outros migrantes e recebe maior proteção do Estado que os asila, é entendido como um privilégio que pode ser cessado quando as causas alegadas pelo pedido de refúgio se extinguem (Cândido 2014). Logo, estes que têm opção de voltar para o Afeganistão ou de ficar nos países que lhes acolheram têm de pesar na balança diversos fatores que serão exemplificados neste tópico.

3.3.2 ACESSO À INFRAESTRUTURA

O primeiro ponto a se ponderar é a infraestrutura do local onde se encontram, se há escolas, por exemplo, e se estas estão disponíveis e de livre acesso para os afegãos, povo este que costuma ter uma alta taxa de fecundidade e representa uma média de idade populacional muito baixa por isso (Ferreira 2021). Dependendo do país haverá uma política de acesso à educação diferente para com os afegãos de segunda geração nascidos em seu território. No caso do Irã, por exemplo, em Shavazi (2008) nos é informado que há sim uma melhor oportunidade de estudo ao se comparar a escolaridade dos migrantes entre 15-29 anos, que representam os migrantes da segunda geração, em relação aos migrantes da primeira geração, com mais de 30 anos.

Neste caso de estudantes no Irã, porém, a regulamentação das escolas públicas iranianas é excludente para com as crianças sem documentos, estas têm de procurar escolas autônomas administradas por afegãos que não perdem no quesito qualidade e oferecem uma educação cultural natural de sua comunidade,

mas essa exclusão impede uma integração com o país receptor (Shavazi 2008). A organização European Asylum Support Office aponta cenário semelhante em relação aos jovens estudantes de origem afegã no Paquistão (EASO 2020).

Por conta dessa dificuldade de acesso, cerca de 30% dos migrantes de segunda geração são analfabetos, menor que os 55% das pessoas com mais de 30 anos encontrados em Shavazi (2008). Apesar da melhora relativa destes dados entre a primeira e a segunda geração, em “Refugee movement and development – Afghan refugees in Iran” (Hugo, Shavazi e Sadeghi 2012) é demonstrado que ainda há uma lacuna na taxa de alfabetização entre os de segunda geração e os cidadãos iranianos de cerca de 10%. Essa falta de oportunidades de educação irá interferir na procura de empregos, que é o próximo passo para entender se vale a pena ficar ou não.

Os empregos geralmente ocupados por afegãos nos países onde decidiram migrar são empregos com remuneração baixa e no mercado informal, disponíveis para os sem documentos, sendo pertencentes geralmente ao setor de vendas de produtos têxteis, agricultura ou como “faz-tudo”, conforme indicam de maneira muito semelhante em (EASO 2020; Hugo, Shavazi e Sadeghi 2012; Shavazi 2008). Logo, é demonstrado também que após a conclusão do primário as chances de conseguir uma maior remuneração se iguala entre aqueles que pararam de estudar no secundário com aqueles que têm pelo menos graduação, gerando uma falta de incentivo para o seguimento dos estudos nessa comunidade de segunda geração, aumentando a força de trabalho entre os mais jovens, menores que 15 anos, e favorecendo uma expectativa em relação ao retorno para o Afeganistão (Shavazi 2008).

3.3.3 VIDA SOCIAL E RESPOSTA AO DILEMA EM CADA GRUPO

Renda, educação e emprego foram os principais critérios avaliados até agora porque estão envoltos em ambientes de alto contato com a comunidade local por meio da socialização presente na escola e emprego, diferente das comunidades, onde vivem cercados por iguais. Esse ambiente gera uma imagem do que é um afegão, uma afegã e do Afeganistão para os migrantes em outros países. Quando entrevistados em Shavazi (2008), os jovens de segunda geração conectam a ideia de um ser simples e muito trabalhador a ser um homem afegão, enquanto, em relação às mulheres, descreveram como mulheres analfabetas, oprimidas, dependentes e desmotivadas.

Em virtude desse estereótipo imaginário que molda a percepção de identidade, surgirão problemas de identidade tanto para aqueles que se integraram facilmente e não pretendem voltar quanto para os outros que não se adaptaram. Essa diferença de adaptabilidade ocorre, segundo Shavazi (2008), porque dentro do Afeganistão as relações sociais são etnocentradas e tribalistas, diferentemente das relações entre os afegãos e os cidadãos do país receptor, onde

a classe socioeconômica será quem ditará as interações. Logo, aqueles que recebem mais bens públicos como educação, saúde e empregos tendem a moldar-se melhor entre a sua comunidade atual e cultura originária do que aqueles que não o recebem e que ainda tenham família no Afeganistão, onde apesar dos riscos de permanecerem lá por conta da segurança, ao menos poderiam receber empregos vinculados aos laços tribais-familiares.

Condições sociais também foram significativas muitos daqueles que decidiram sair e não voltar mais para o Afeganistão. Muitas mulheres se sentem mais seguras e menos presas ao não ter de usar os costumes e vestimentas restritivas da Sharia e ainda seguir o Islã em uma comunidade que entende sua religião (Shavazi 2008; Kohzad 2021). A segurança com relação à integridade física é outro fator que é levado em conta para o retorno, onde pelo menos 35% deles colocam tal fator como requisito para efetuar a repatriação, já que, anteriormente, 46% deles afirmaram que saíram de seu país natal por motivos de segurança (RIPORT 2012).

Finalmente, temos que, apesar de obterem uma qualidade de vida relativamente melhor sendo migrantes legais, apenas cerca de 30% estariam dispostos a deixar o país em que se encontram para voltar para o Afeganistão se oferecessem garantias como comida, abrigo e segurança no trajeto, afirma a Regional Institute of Policy Research and Training (RIPORT 2012). Apesar de não representar a maioria, essa situação acende um alerta para os fazedores de políticas sobre não só a possibilidade de uma nova onda de migração de dentro do Afeganistão para fora, mas também um contrafluxo pela alta adesão da repatriação, caso os pontos negativos a serem superados pelo atual governo, citados aqui em uma subseção anterior, sejam solucionados. Tais visões sobre os fazedores de políticas serão explorados na próxima subseção.

3.4 SITUAÇÕES ADVERSAS QUE A SITUAÇÃO DE INSTABILIDADE NO AFGANISTÃO PODE OFERECER AOS MEMBROS DA OCX

Para completarmos as visões sobre os principais problemas a serem explorados neste guia, temos o que poderia acontecer com os países membros da OCX caso a situação de instabilidade no Afeganistão prossiga por esta década. Os principais problemas surgirão pela visão de insegurança estratégica (United Nations Office on Drugs and Crime 2006). A falta de controle do território, das armas e das leis por parte do Estado afegão possibilita que diversos grupos desestabilizadores surjam e transitem livremente pela Ásia Central. Dentre estes grupos podemos citar: terroristas; criminosos, como traficantes de ópio, heroína e cannabis; traficantes de armas de baixo calibre financiado pelo dinheiro do tráfico de drogas, as quais geralmente entram e saem do mercado ilegal pelo Afeganistão (que sozinho teria cerca de 10 milhões delas); além do tráfico de humanos, como o infantil e o de mulheres para fins sexuais, que alcançam alguns

milhares todos os anos; e, por fim, os secessionistas (United Nations Office on Drugs and Crime 2006).

Essa área é justamente sobreposta pela OCX, e, graças a esses desequilíbrios, muitos países terão gastos para reforçar medidas contra estes grupos. Nesse sentido, a China é um dos países mais afetados: desde 2006 o país foi e continua sendo atormentado pelo crescimento do tráfico de ópio e heroína, que já foram muito maiores e mais presentes há alguns séculos, em conjunto com o crescimento do extremismo de cunho religioso separatista nas suas regiões fronteiriças a oeste (Jureńczyk e Nicharapova 2020).

Logo, a OCX, que tem seu início a partir dessas demandas por segurança, sendo posteriormente otimizada para atingir outros objetivos, tem o dever de fornecer soluções para estabilizar o Afeganistão por vias econômicas, técnicas e sociais, diferente das medidas militares e interferências estrangeiras, que só têm se mostrado equivocadas ou insuficientes para auxiliar o país. Sobretudo agora, cujo maior empecilho, a presença norte-americana, saiu de cena.

3.5 ESTUDOS DE CASO

Dentre todos os países que recebem afegãos há dois que historicamente se destacam, Irã e Paquistão, por serem países de fronteira e terem diversas similaridades étnicas e culturais. O outro país relativamente distante o qual optamos por fazer um estudo de caso é a Turquia, apesar de não ser membro da OCX, tem conexões com diversas etnias no Afeganistão e mais recentemente tem se tornado rota de refugiados a caminho da Europa. Logo, para abranger os diversos escopos destes países deverá incluir ainda que brevemente as dinâmicas das relações interestatais destes países com o Afeganistão, história e período da migração e políticas dos países receptores para com os refugiados.

3.5.1 PAQUISTÃO

O Paquistão é um país de maioria muçulmana, localizado no sul da Ásia, e faz fronteira com o Afeganistão. As relações entre os dois países foram conturbadas por questões de distribuição de população e de território, principalmente pelos limites territoriais criados em 1893. Marco fronteiriço criado durante a ocupação britânica no sul da Ásia, a Linha Durand foi rechaçada e teve o seu valor negado por todos os governantes afegãos desde 1947, sendo validada apenas pelo governo paquistanês, o que acarretou em duas questões principais. A primeira foi a divisão da etnia-tribal Pashtun, presente atualmente em dois países, acarretando em uma situação onde um número significativo de pessoas terão que atravessar fronteiras múltiplas vezes durante a vida para visitar parte de sua família; a segunda é justamente a porosidade que essa fronteira tem de ter para escapar de conflitos diretos entre os governos e para com os grupos que

tradicionalmente migravam como comerciantes, agricultores e nômades (EASO 2020).

A Linha Durand, entretanto, teve um grande afluxo de pessoas sendo obrigadas a ultrapassar a fronteira a partir de 1979, quando a União Soviética interveio na guerra civil afegã. O Paquistão, aproveitando a situação de caos advinda dessa guerra, passou a treinar os Jihadistas, que se encontravam nos campos de refugiados nos limites entre os dois países. Com o fim da intervenção soviética no Afeganistão, em 1989, o país ainda assim não se arrefece, ascendendo ao poder o governo comandado pelo Talibã, após uma intensa luta entre as facções reminiscentes, fator que impactou em uma segunda onda de refugiados. Tais refugiados, por sua vez, não foram bem recebidos como anteriormente, favorecendo a política das próximas duas décadas de incentivar a repatriação, que teve seu ápice durante a ocupação estadunidense, onde mais de 1,5 milhão de refugiados retornaram somente em 2002, situando-se entre 300 a 400 mil retornados por ano (EASO 2020).

Sobre os migrantes, já havíamos introduzido que a escolha do país para se migrar será determinada pela proximidade geográfica e étnica tribal que as populações afegãs têm em relação à outra nação. No caso do Paquistão não será diferente, a EASO (sigla para European Asylum Support Office) (2020) constatou que dentre aqueles que têm um cartão de estadia, 85% dele são representados por Pashtuns, que já existiam no Paquistão, 6% por Tajiques, 3% por Uzbeques, Hazaras 2% e Turcomenos e Balúchis por 1% cada. Nada muito discrepante do encontrado por Margesson (2007), que apontava dentre os principais grupos étnicos 81,5% de Pashtuns, 7,3% de Tadjiques e 2,3 % de Usbeques, o que confirma os dados da EASO, que também indicavam que os números após o grande retorno da repatriação dos anos 2000 se mantiveram tanto em caráter quantitativo, com uma média estável de 1,5 milhão de refugiados no Paquistão, quanto em um critério qualitativo sobre quem seria essa população do ponto de vista étnico.

Considerando que já houve um decréscimo populacional dentre os migrantes afegãos dentro do Paquistão, tem-se que entender as políticas feitas por este país com relação a este grupo. Relembrando que após da derrota do Talibã nos anos 2000 houve um incentivo para que se repatriasse grande parte dos migrantes; entretanto, Margesson (2007) nota que eles figuraram uma mão de obra barata e abundante, que invadiu o mercado de trabalho nos setores de transporte e construção e inclusive na agricultura, figurando entre suas centenas de milhares de trabalhadores ativos como uma ameaça aos trabalhadores do Paquistão, ou pelo menos é isso que os políticos populistas afirmam. Outra ameaça representada por eles refere-se à segurança de fronteira, assim como o Paquistão treinou grupos mujahideens anteriormente, hoje o país teme que os campos de refugiados funcionem como campos de treinamento de terroristas, grupos secessionistas e de traficantes (Margesson 2007).

Para contornar estes dois problemas há a política de distribuir passaportes, cartões que comprovem a cidadania afegã ou que tenham o status de refugiado. Possibilitando, com esse sistema, que se jogue para a marginalidade os que não têm nenhum tipo de documento, essa situação acomete cerca de 30% dos afegãos (EUAA 2022). Considerando-se que há uma elevada taxa de analfabetismo e uma população tribal sem acesso aos mecanismos de governo capazes de conceder o documento de identidade necessário para esse pedido, é possível que essa porcentagem seja ainda maior que 30%.

A distribuição e os direitos auferidos por estes documentos estão ligados à legislação interna do Paquistão, a partir do ato dos estrangeiros de 1946, que se refere genericamente a todos os grupos de migrantes estrangeiros como imigrantes, impedindo certos direitos. Estes direitos foram cerceados ainda que a ACNUR tenha intervindo positivamente em favor dos afegãos nos anos 1990 e depois em 2011 com o The regional Solutions Strategy for Afghan Refugees (SSAR), que oferecem soluções para o Irã, Paquistão e Afeganistão (EUAA 2022).

Logo, num cenário onde pode surgir, mais uma vez, uma onda de refugiados semelhante às últimas, cujas pessoas estão fugindo da Sharia e da perda de direitos. Será necessário para o Paquistão, que há muito se encontra saturado de refugiados afegãos, que busque medidas multilaterais que possam suavizar os impactos populacionais negativos e humanitários em sua fronteira.

3.5.2 IRÃ

O Irã é um país de renda média no Oriente Médio, um dos únicos que têm maioria muçulmana xiita, ao contrário dos outros países sunitas. Com relação ao Afeganistão e suas fronteiras em comum, nunca se teve grandes problemas, pois o trânsito era composto, sobretudo, por peregrinos religiosos da etnia Shia e por comerciantes em suas rotas. No século passado um fluxo que ocorreu de maneira limitada foi o de trabalhadores que vieram atraídos pelo crescimento econômico, principalmente advindo da indústria petrolífera (Margesson 2007), se consolidando nas cidades onde vivem a maior parte dos refugiados atualmente, situação diferente do Paquistão, onde ficam em zonas rurais ou em campos de refugiados (Shavazi 2008).

Entretanto, assim como no Paquistão, em 1979 a guerra causada pela invasão da União Soviética trouxe um grande número de refugiados, de pelo menos 1,5 milhão provenientes de zonas rurais. Estes refugiados permaneceram migrando em massa em virtude de outros conflitos, cujo resultado foi de cerca de 3 milhões de refugiados até 2000 (Margesson 2007). Estes números são conflitantes com os apresentados por Shavazi (2012) que indica que somente entre 1979 e 1989 teriam saído em direção ao Irã 3 milhões de pessoas, que retornaram imediatamente após 1989 em um número próximo de 1,4 milhão e,

depois, mantendo um número estável de refugiados, advindos das cidades, com picos nos primeiros anos da guerra civil e posteriormente à dos Estados Unidos.

Este desencontro de dados pode estar relacionado a fatores que estes dois autores, Margesson (2007) e Shavazi (2012), descrevem na dificuldade do Irã em nomear estes migrantes. Há dois exemplos dessas dificuldades. Primeiramente, o histórico de migração por motivos econômicos em busca de trabalho (como o ocorrido em 1970), o outro exemplo é o não seguimento de normas internacionais sobre a nomenclatura e deveres para com os refugiados, contidos na Convenção de refugiados de 1951, a qual o país é signatário preferindo-se atribuir aos refugiados afegãos de 1979 a nomenclatura interna de “migrantes religiosos involuntários” ou *mohajerin* (título que fornecia status e direitos maiores do que os do refugiado simples, como parte da política interna e externa presente no Irã pós revolucionário).

Já introduzido anteriormente, vemos que a escolha do país para migrar se encontra baseada na etnia, na religião e na qualidade de vida. No Irã, as etnias que se destacaram foram os *hazaras* e os *Tajiques*. Segundo Shavazi (2008), apesar de ter uma discrepância entre dados de 2005 e da amostra coletada por ele em relação a estes números, os *hazaras* representavam, em outro estudo de 2005, 39% da população, enquanto em seu estudo o número foi de 57%. Os *Tajiques*, por sua vez, eram 21% e 37%, porém, não é possível afirmar que os números estejam completamente equivocados, visto que a primeira pesquisa de 2005 inclui cerca de 30% de pessoas que não declararam sua etnia, enquanto na segunda amostragem apenas 2% não declararam.

Apesar de se encaixarem bem em sua primeira e segunda geração de refugiados, como demonstrados em outros tópicos deste guia, o governo iraniano não deseja mais tantos refugiados e imigrantes econômicos em seu território, principalmente porque o país não tem tido um crescimento econômico suficiente para suprir as demandas por emprego de todos os seus cidadãos. Por isso, em conjunto com a ACNUR e outros países, o Irã se juntou ao programa de repatriação voluntária dos refugiados afegãos a partir de 2002. Este programa é muitas vezes mal visto (EUAA 2022; Shavazi 2008; Shavazi 2012), pois figura como uma oportunidade para abusos policiais, extradição em massa de não portadores de documentos e preconceito anti-afegão. As autoridades iranianas, inclusive, afirmavam que se esperava que até 2006 todos os refugiados afegãos se voluntariassem para voltar a seu país. Isso parece irreal e impossível, visto que já se está em vias de existir uma terceira geração de refugiados afegãos no território, os quais sequer chegaram a pisar no Afeganistão, o que demonstra uma pressão e descontentamento para com os refugiados.

Entretanto, para concluir, deve-se deixar claro que a política do Irã ainda é bem mais permissiva com relação às liberdades e acesso aos bens públicos do que em outros países, fornecendo o suficiente para que se tenha estudo, trabalho e renda maiores, principalmente para os mais adaptados e aos quais foi

permitido que estivessem imersos na vida urbana que o Irã oferece. Por isso, essa quarta onda de refugiados afegãos, que virá principalmente dos núcleos urbanos que tradicionalmente repudiam o Talibã, tende a se deslocar novamente para o Irã, que terá de adaptar suas políticas rumo a uma empregabilidade destes refugiados para além dos cargos de baixa remuneração, isto quando não ligados à informalidade (Shavazi 2008). O Irã pode, assim, minimizar os seus custos com essas reformas internas ao se utilizar da OCX e outras organizações internacionais multilaterais para gerar uma solução para este novo fluxo ou então escolher por reforçar a “The regional Solutions Strategy for Afghan Refugees (SSAR)”.

3.5.3 TURQUIA

A Turquia, assim como o Irã, também é um país de renda média localizado no Oriente Médio, mas diferente do seu vizinho é de maioria sunita. É um país que não tem fronteiras com o Afeganistão, mas dentro da Ásia, a Turquia e o Afeganistão estão ligados com um fluxo razoável de migrantes, sobretudo por conta de sua posição privilegiada próxima à Europa. Logo, a história da migração em direção à Turquia não começa ao mesmo tempo e tampouco tem a mesma intensidade que tinha em direção ao Paquistão e ao Irã em 1979. Ela vem fragmentada a partir das tentativas de repatriação dos refugiados afegãos que não ocorreu de maneira bem sucedida a partir de 2002, sendo provenientes do Irã, principalmente. Deste modo, as maiores justificativas do fluxo em direção à Turquia concentram-se em imigrantes ilegais; aqueles que vão para juntar dinheiro para seguir viagem rumo à Bulgária, Grécia e ao Chipre; os refugiados de fato, na maioria sírios e não afegãos; e, por fim, os migrantes regulares que irão estudar e trabalhar (MMC 2020).

Os números referentes aos fluxos de entrada anuais de afegãos é relativamente baixo, entre 2011 e 2019 ficou entre 10 a 50 mil de maneira legal; entretanto, a Think Tank MMC (sigla para Mixed Migration Centre) (2020) indica que 38% dos migrantes ilegais são afegãos, o que elevaria o número para algo próximo a 100 e 250 mil anualmente, fazendo com que em 2017 os afegãos se tornassem o maior grupo com migrantes ilegais adentrando o território Turco. As principais respostas dadas por refugiados sobre porque escolheram a Turquia foram de que essa jornada até a Turquia era necessária para se reunirem com a família, em 48% das entrevistas; a segunda maior razão de escolha, 45%, foi porque era (mais) fácil receber o asilo a refugiados; ademais, também se figuraram as oportunidades econômicas melhores em 41% das entrevistas; a Turquia como opção mais segura em 37% e, por fim, a qualidade de vida melhor em 34% (MMC 2020).

Para se precaver dos efeitos negativos da migração, em particular a ilegal, desde a metade dos anos 2000 o governo da Turquia criou departamentos em diversos ministérios apenas para atender a causa dos refugiados e migrantes

prevendo espaço e apoio de ONG's. Alguns desses ministérios foram responsáveis, com apoio da União Europeia, pela criação de programas de assistência como o "Emergency Social Safety Net (ESSN)", ou o "Conditional Cash Transfer For Education (CCTE)", que beneficia 1,7 milhão de refugiados com uma renda de 17 dólares mensais no caso do ESSN, e o CCTE, que distribui entre 5 e 9 dólares a cada dois meses, dos quais a maioria dos que recebem são sírios (89%), mas que também beneficia um número não desprezível de afegãos, cerca de 50 mil, ou seja, 3,3% do total de beneficiados (MMC 2020).

Apesar de a Turquia ser mais acessível em relação a fornecer a cidadania e outras documentações, a língua é um problema para a maioria dos refugiados que continuam ilegais, pois também acabam ficando sem emprego, acesso a hospitais e outros benefícios ao não falarem o idioma. Isso gera, inclusive, uma desigualdade entre os refugiados, onde aqueles que falam línguas turcomanas, como o Uzbeque, têm maior facilidade para se integrar na sociedade turca do que os demais, além de receberem empregos com maior remuneração para pagar os altos preços por moradia e alimentação na Turquia (MMC 2020).

Sendo apenas um membro observador da OCX, esta nova onda de refugiados poderia ser um impulsionador da sua entrada definitiva ao prometer um assento na discussão sobre estes refugiados. Além disso, politicamente poderia garantir para si um apoio financeiro e técnico por parte dos países da OCX que estão interessados em evitar os novos grandes fluxos, como o Paquistão e o Irã, semelhante ao que lhe foi garantido com a União Europeia, que também estava interessada em assegurar a permanência de refugiados na Turquia e não na Europa.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Sendo os problemas decorrentes de migrações algo não exclusivo do momento contemporâneo, há ações internacionais que moldam o que pode e talvez o que não deve mais ser feito. Na primeira seção é visto o sucesso da política europeia de financiamento de programas sociais para refugiados na Turquia dividindo em duas partes, nas quais cada parte representa um programa social. Na segunda se foca na "Estratégia Regional de Solução para os Refugiados Afegãos", feita pelo Irã e Paquistão com suporte posterior de agências da ONU. Por último, introduzimos as ações da Organização para Cooperação de Xangai, um dos focos da nossa discussão, para com os refugiados, governo e a tentativa de retirar o Estado do Afeganistão fora da condição de caos.

4.1 AJUDA AOS REFUGIADOS PELA UNIÃO EUROPEIA

Durante os anos de 2014-2016 houve uma grande onda de refugiados

advindos da África subsaariana, do norte da África, e também do Oriente Médio e Ásia em direção à Europa, em especial nos países do mediterrâneo, como Grécia, Itália e Malta. Isso ocasionou uma grave crise humanitária em torno do fenômeno de migração forçada, sobretudo por conta das guerras, algo que não acontecia na Europa há mais de meio século após o término da Segunda Guerra Mundial (Oliveira, C.R. et al. 2017).

Por isso, em 8 de setembro de 2016, foi anunciado pela União Europeia um pacote de programas de “Infraestrutura para os refugiados na Turquia” (Facility for Refugees in Turkey, em inglês). Foram fornecidos para este programa 3 bilhões de euros, provenientes da própria União Europeia, em 1/3 do dinheiro arrecadado, e por diversos Estados membros da organização europeia que estariam interessados em assentar os refugiados na Turquia e assim evitar que eles ultrapassassem o mediterrâneo na altura da Grécia (European Commission 2016).

4.1.1 O PROGRAMA ESSN

Um destes programas foi a “rede emergencial de segurança social” (Emergency Social Safety Net, sigla: ESSN) para os refugiados na Turquia, dentre eles sírios, afegãos e outros do Oriente Médio. Este programa foi lançado em 2017, tendo um orçamento de 348 milhões de euros, com o intuito de fornecer uma renda entre 120 e 600 Liras Turcas mensais para os refugiados que necessitavam de produtos de necessidade básica, cuja estimativa é de cerca de 1.7 milhão de pessoas beneficiadas.

Entre os anos de 2018 e 2019 foi acrescido para mais de 600 milhões de euros o orçamento para a ESSN, e o mesmo foi esperado em 2020, quando se enfrentou a pandemia de Covid-19, foram feitos repasses únicos de 1000 Liras Turcas feitas em duas parcelas, segundo a Social Protection Approaches to COVID-19: Expert Advice (SPACE 2021), muito semelhante ao auxílio emergencial feito no Brasil.

Enquanto isso, em 2022 é esperada uma perda na qualidade de vida e poder de compra dos refugiados em decorrência da alta inflação da Turquia, a qual beira os 80%, muito superior à inflação registrada no início do programa, que é advinda de problemas internos crônicos da economia turca dos últimos 20 anos e de problemas externos decorrentes da guerra da Ucrânia, que ocorre muito próxima do seu território (Reuters 2022).

Por isso, tomando este exemplo de ação, pode ser útil para a Organização para Cooperação de Xangai formar um programa de financiamento parecido ao da União Europeia, para então conseguir uma melhora na qualidade de vida dessas populações ao mesmo tempo em que se impediria um grande fluxo de migrantes pela Ásia, caso fosse aplicado em países como o Afeganistão, Irã e Paquistão.

4.1.2 O PROGRAMA CCTE

Outro programa similar ao ESSN é o CCTE, que pode ser traduzido como: “Transferência Monetária Condicionada da Educação para os Sírios e Outros Refugiados” (Conditional Cash Transfer for Education, em inglês.). Este programa faz parte do Pacote Financeiro Europeu para Infraestrutura Turca, e é também uma ampliação do programa nacional de transferência de dinheiro para as famílias vulneráveis que mantiverem seus filhos com alta frequência nas escolas formais.

Dentre os benefícios se encontram as remessas mensais de Liras Turcas que se situam em um valor abaixo do ESSN, sendo cerca de 35-60 Liras por criança. Há uma pressão da UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância) para que se aumentassem os benefícios em cerca de 10 a 15 Liras por aluno (onde procura possibilitar um benefício maior para meninas) e também fornecesse um resgate único no início de cada semestre no valor de 150 Liras para cobrir custos com uniforme e materiais que são usualmente pagos pelos pais (Ring. et al. 2020).

Levando em consideração que quase metade dos 4 milhões de refugiados na Turquia, dos quais 3.6 milhões são sírios, têm menos de 18 anos, houve uma adesão considerável ao programa, com 668 mil estudantes refugiados participantes em 2017. O único grupo que é visto com risco de abandonar o programa são os dos beneficiários que têm entre 13 e 18 anos, quase 25% deles têm maior probabilidade de largar os estudos, número este em média maior que o dos cidadãos turcos (Ring. et al. 2020).

Logo, a educação será um fator crucial para ajudar na reconstrução do Afeganistão e das sociedades e famílias afegãs espalhadas pela diáspora nos países vizinhos. Através de programas como este, que visam reduzir o analfabetismo e melhorar a infraestrutura das escolas, pode-se tirar proveito da pesquisa científica no futuro em parceria com diversos países da OCX, além de oferecer essa saída monetária como uma barganha contra as decisões do governo talibã em reprimir o estudo das mulheres, possibilitando um diálogo com os países ocidentais para sanar a crise de legitimidade.

4.2 THE REGIONAL SOLUTIONS STRATEGY FOR AFGHAN REFUGEES – SSAR

Esta iniciativa foi feita através da necessidade dos 2 países que mais receberam refugiados afegãos em fornecer uma solução para o problema demográfico e de infraestrutura física após receber uma população tão grande e jovem incapaz de adentrar o mercado de trabalho além da informalidade. Outro problema que se forma é o securitário, uma das acusações dos Estados vizinhos ao Afeganistão é que a situação atual de guerra civil e falta de controle de uma força

unificada facilitava a ação dos terroristas e traficantes, que passavam sem controle pelas fronteiras, o que despertou os governos vizinhos a agirem para controlar melhor as fronteiras e o deslocamento interno dessas populações. O Irã impedia o livre movimento de estrangeiros em alguns locais sob pena de deportação e aprisionamento, este ponto pode ser visto em Danish Refugee Council (2018):

Evocando as preocupações sobre a segurança nacional, o Irã mantém reservas quanto a lei de 1951 sobre as garantias à liberdade de movimento, e desde 2001, vêm aumentando as restrições de locais onde estrangeiros- incluindo todos os afegãos sejam refugiados ou ilegais- podem legalmente residir. Os locais proibidos representam aproximadamente dois terços do país, exigindo aos afegãos que se realoquem para áreas designadas, deste modo, quebrando as conexões econômicas e sociais desta comunidade (tradução nossa).

Uma das ações dessa estratégia regional é o plano de incentivo à repatriação criado e implementado a partir de 2001 com o apoio da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), já abordado anteriormente nos tópicos de estudos de caso e da apresentação do problema, que foi responsável pela volta de milhões de refugiados do Irã e Paquistão para o Afeganistão (Shavazi 2008)

Muito recentemente, para possivelmente prevenir ações para a nova onda de refugiados afegãos, também houve a primeira reunião do Grupo Central, em 07 de outubro de 2021, que foi criado com o intuito de dar suporte técnico, político e financeiro para as próximas decisões dentro da SSAR. O Grupo Central, ou Core Group em inglês, é formado predominantemente por países ocidentais e organizações internacionais como: União Europeia (como líder temporária), Banco Asiático de Desenvolvimento, Dinamarca, Alemanha, Itália, Japão, Qatar, República da Coreia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Estados Unidos da América e Banco Mundial (EU external action 2021).

Apesar de ser um grupo recentemente formado, o momento chave após a retirada dos Estados Unidos e retomada do Talibã no Afeganistão é propício para pensarmos na agilidade da Europa em se precaver dos efeitos negativos da falta de voz nas decisões sobre os refugiados afegãos, porém o mesmo não ocorre com a OCX. Não há um engajamento geral entre os países da OCX que são vizinhos do Afeganistão em gerar uma determinação clara; no entanto, onde há uma falha há também a oportunidade de corrigi-la (Weinbaum 2006).

4.3 INSTABILIDADE POLÍTICA E A BUSCA POR UM NOVO AFGANISTÃO

Para pensar em ações internacionais prévias que buscaram estabilizar politicamente o Afeganistão, é importante ressaltar o papel das organizações internacionais dentro da Ásia Central. Especialistas afirmam que o foco da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) se mostra primordialmente em

atuar em ações de segurança, principalmente no que tange ao terrorismo, separatismo e extremismo, além de desempenhar um papel destaque na manutenção da estabilidade da Ásia Central no cenário pós-2014 (Reeves 2014).

Entretanto, a presença militar nessa região não é de exclusividade da OCX, muito pelo contrário, a participação militar dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) tem sido destaque e tem representado certos empecilhos para a OCX atuar como agente estabilizador nessa região (Jureńczyk e Nicharapova 2020).

Ainda assim, a OCX apresenta uma abordagem comum para a instabilidade afegã durante todo o período de sua atividade e mantém relações especiais entre si (Huasheng 2012). Um exemplo dessa busca por cooperação foi o Protocolo sobre o Estabelecimento do Grupo de Contato OCX-Afganistão entre a OCX e a República Islâmica do Afeganistão, feito em 2005. Tal protocolo tinha como objetivo fornecer um mecanismo para que os Estados Membros da OCX contribuíssem em conjunto para a reconstrução e para a estabilidade afegã (Khan 2009).

A partir dessa cooperação em busca de estabilidade, em 2012, o Afeganistão recebeu o status de Estado observador na OCX, e na mesma época, o Uzbequistão propôs o envolvimento dos seis vizinhos diretos do Afeganistão, além da Rússia, dos Estados Unidos e da OTAN para a solução do problema afegão (Jureńczyk e Nicharapova 2020).

Desde então, a conexão entre o Afeganistão e a OCX vem se intensificando, com a constante promoção de atitudes visando a estabilidade do país. Em março de 2009, por exemplo, foi realizada uma Conferência Especial da OCX sobre o Afeganistão. O plano de ação OCX-Afganistão estipulado requeria esforços e operações conjuntas no combate ao terrorismo, ao tráfico de drogas e ao crime organizado; o envolvimento gradual do Afeganistão na colaboração de toda a OCX no combate ao terrorismo da região; assim como o convite às instituições estatais afegãs relevantes a participar de exercícios de aplicação da lei conduzidos pela OCX. Todas essas medidas foram projetadas para instalar cintos de segurança antinarcóticos, antiterrorismo e lavagem de dinheiro no Afeganistão (Khan 2009).

Assim, como destaque, é importante ressaltar que a OCX apresentou suas opiniões sobre o direcionamento da política afegã, levando em conta os problemas que o país vinha enfrentando. Os maiores pontos de desenvolvimento da nação afegã deveriam girar ao redor da estabilidade política e desenvolvimento econômico; da construção de um Afeganistão livre de terrorismo, narcóticos e pobreza; e do incentivo à construção de um ambiente favorável à formação de um ambiente harmonioso com os países vizinhos (Jureńczyk e Nicharapova 2020).

Mesmo com toda essa busca por melhorias nas relações da Ásia Central como um todo, já era previsto por estudiosos que o maior papel da OCX seria,

de fato, no desenvolvimento do Afeganistão pós-2014. Tendo isso em vista, e percebendo a crescente atenção da China com o país, tornou-se visível a intenção chinesa de proporcionar esforços para ajudar a garantir a estabilidade regional conectada à estabilidade do Afeganistão. Nesse sentido, o ex-Presidente chinês Hu proferiu a fala de que “a China continuará participando ativamente da cooperação internacional e regional no Afeganistão” (Jureńczyk e Nicharapova 2020). Assim, o posicionamento da OCX acerca da situação de instabilidade afegã foi de que essa problemática não poderia ser resolvida por meios militares, mas sim por meios econômicos através da construção de infraestrutura e através de uma assistência econômica e social (Jureńczyk e Nicharapova 2020).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

O **Emirado Islâmico do Afeganistão** é o país foco de instabilidade, tanto securitária, como reduto para terroristas e traficantes, quanto humanitária, para as três regiões: Oriente Médio, Sul da Ásia e Ásia Central. Logo, Hibatullah Akhundzada, atual líder supremo do Talibã (após 2016, quando a liderança anterior foi assassinada) e agora do Afeganistão, terá de garantir o status quo interno ao resolver a crise social-humanitária que vem trazendo caos para diversas regiões. Ademais, também terá que conseguir apoio ao governo por parte do norte do país, composto por outras minorias além dos Pashtuns (Thomas 2022), e garantir, também, a legitimidade externa se comprometendo a pôr fim às ações de diversos grupos terroristas em seu território que afetam a si próprios e que recentemente afetaram países vizinhos como o Tajiquistão, Uzbequistão e Paquistão (Mir 2022 e Putz 2022). O Afeganistão não é membro pleno da OCX, sendo ainda um membro observador, mas para garantir sua posição talvez inicie um processo de conversação com os três grandes países da OCX: Índia, China e Rússia, a fim de adquirir fundos e garantias para a reconstrução do país e o cessamento das crises sociais que impulsionam a migração para outros países.

Apesar de não ter fronteiras com o Afeganistão, o **Reino da Arábia Saudita**, é um dos países que mais influenciam na esfera geopolítica regional do Oriente Médio e sul da Ásia, junto com o Irã (Steinberg e Woerner 2013). Para manter sua relevância na região, desde 1980, financia grupos paramilitares no Afeganistão com o intuito de retirar influências de outras potências, seja contra a União Soviética ou o Irã, tendo sido um dos primeiros a apoiar o primeiro governo talibã nos anos 90 (Steinberg e Woerner 2013). A situação com o Irã decorre das tentativas de quebra do Estado pelos grupos xiitas existentes no litoral do Golfo Pérsico saudita. Entretanto, após o 11 de setembro e a Guerra ao terror, teve de se posicionar contra o Talibã, mesmo eles sendo chave da política anti-xiita naquela região (Steinberg e Woerner 2013). Por isso, quanto ao novo governo do Afeganistão, é indefinido se a Arábia Saudita seguirá os EUA e iro-

nicamente o Irã em não apoiá-los, ou se é possível seguir uma posição neutra ou de apoio diante de um novo alinhamento com o Paquistão e a Rússia, que vem gerando vínculos devido o petróleo cru e a importação saudita para refino desde a guerra da Ucrânia (Laron 2022). Quanto aos refugiados, a preocupação aparece nos aeroportos do Golfo Pérsico em 2021, onde deixaram claro que estes novos refugiados não são bem vindos, provavelmente serão empurrados para o Catar, Bahrein e Emirados Árabes Unidos (The Arab Weekly 2021).

A **República de Belarus** possui um posicionamento não muito ativo quanto às questões do Afeganistão. De certa forma, ela compartilha das mesmas declarações feitas pela OCX e pela OTSC, muito por conta da sua relativamente baixa influência dentro dessas organizações. Assim como a Rússia, a Bielorrússia tem interesse no fim do conflito armado no Afeganistão e na sua estabilização, e isso vem como fruto da participação desse país da OTSC. Sobre a questão dos refugiados, a Bielorrússia utiliza as ondas de refugiados como uma arma apontada para a Europa, assim como a Turquia,. Desde as demonstrações de força da Rússia, surgiu uma nova rota de migração para a fronteira da Polônia, na qual mais de 1800 refugiados afegãos já pedem asilo (NFP 2022). No que tange ao posicionamento da OCX, a República de Belarus compartilha do sentimento de necessidade de estabilização do Afeganistão e da emergência da solução dos problemas internos do país para que se controle propagação no ambiente externo ao Afeganistão, ou seja, na Ásia Central como um todo, sendo ambígua sua posição com relação aos refugiados, os quais ela pretende estancar ao mesmo que se utiliza da onda de refugiados e das crises humanitárias (Morris and Dixon, 2021).

O posicionamento da **República do Cazaquistão**, por também fazer parte da OTSC, é muito similar ao posicionamento de alguns outros países da OCX. Existe uma vontade maior de resolver conflitos armados, assim como de estabilizar a região do Afeganistão, buscando, por consequência, estabilizar a região da Ásia Central. O país também divide o posicionamento geral da OCX, que deve ser objetivado, em conjunto, com a estabilização e reabilitação do território afegão. Um diferencial do país é a relação com a Rússia, principalmente no que tange às atividades de estabilização e ajuda nos conflitos armados, que acabam por intensificar as questões migratórias do Afeganistão. Existe a conversa entre melhorar a cooperação de segurança entre Cazaquistão e Rússia, e que a academia da OTSC no Cazaquistão deveria ser estabelecida (Jureńczyk e Nicharapova 2020). Relacionando com uma nova onda de migrações, deve-se visualizar a conexão de que conflitos e problemas internos podem promover conflitos e problemas externos. Assim, as questões armamentistas e a instabilidade política dentro do Afeganistão, como mostramos ao longo deste guia, acabam influenciando o aumento da escala dos problemas migratórios; assim, controlar essas disputas internas pode acabar auxiliando nas questões migratórias.

República Popular da China, um dos grandes países que proporcio-

nam posicionamentos constantes quanto à situação do Afeganistão, possui um posicionamento relativamente pacífico, ainda que altamente ativo no que tange às atividades e busca por soluções. No fórum da OCX, em junho de 2012, a China deixou claro seu desejo de desempenhar um papel maior para a estabilização do Afeganistão ao lado da Rússia (Khan 2015). O papel da China consistiria em uma espécie de gerência dos assuntos regionais contra os choques causados por turbulências fora da região e isso também incluiria a reconstrução do Afeganistão e a reabilitação da população afegã (Jureńczyk e Nicharapova 2020). Assim, o posicionamento se mostra como tendo um foco em solucionar as questões do Afeganistão com um conjunto de esforços dentro da OCX, não fora dela. Segundo o Sr. Zhang Deguang, Presidente da Fundação Chinesa de Estudos Internacionais (CFIS), “a OCX pode e terá um papel maior no Afeganistão após a retirada da OTAN” (Bryanski e Buckley 2012). Outro fator importante é que, em 28 de março de 2014, uma reunião da Diretoria do RATS (órgão permanente da OCX chamado Estrutura Antiterrorista Regional) tomou uma decisão sobre medidas de proteção contra a ameaça terrorista que emanava do Afeganistão devido à retirada das tropas de coalizão do país. Muitos dos Estados membros da OCX têm programas de assistência ao Afeganistão em uma base bilateral. A China dá os passos mais ativos nessa direção, já que sua força nesse quesito, em comparação com a Rússia e os Estados Unidos, é de que ela tem uma reputação de jogador neutro (Jureńczyk e Nicharapova 2020).

A **República Árabe do Egito**, assim como a Arábia Saudita, não possui fronteira direta com o Afeganistão, mas possui grande influência e um posicionamento ativo quanto à situação do Afeganistão. Em agosto de 2021, por exemplo, o Egito, em conjunto com outros países como o Japão, concordou em cooperar na busca pela estabilização do Afeganistão após a retirada das tropas americanas da região (MEMO 2021). O papel do Egito nesse cenário se apresenta muito mais como um mediador do que como um participante ativo de conflitos externos e internos. Inclusive, o papel de Cairo, e consequentemente do Egito, como mediador da região tem crescido nos últimos tempos (The Africa Report 2021). Entretanto, ainda como mediador, a maior preocupação da República Árabe do Egito, e a justificativa para suas ações internacionais, se baseiam no medo de que o espaço deixado pelos Estados Unidos talvez contribua para o aumento dos atentados terroristas na região, o que busca ser evitado (The Washington Institute for Near East Policy 2021).

A **República da Índia** tem atuais aspirações no sul da Ásia, muitas vezes conflitam com os interesses gerais e também dos interesses de rivais na região, como a China e o Paquistão, por isso, é costume nas relações internacionais da Índia que a bilateralidade seja o principal foco para atingir seus objetivos (FES 2021). Para com o Afeganistão as relações da Índia não foram diferentes. Interessada em usar o Afeganistão como chave para a Ásia Central, escapou da influência dos EUA e da OTAN e não apoiou diretamente o governo oposto ao

Talibã, ao mesmo tempo em que fez acordos bilaterais e enviou armamento em defesa do status quo daquele momento por temor de que os talibãs, ao chegarem ao governo, pudessem ocasionar um aumento das incursões ideológicas-religiosas em forma de terrorismo contra a Índia (Ganguly 2012). Por isso, a formulação de um plano de contenção ao terrorismo é relevante para a Índia neste contexto, bem maior que o interesse nos refugiados em si. Entretanto, ainda há um pragmatismo nas decisões do primeiro-ministro Narendra Modi para com o Afeganistão; mesmo após a tomada do Talibã, percebe-se que a ajuda humanitária acordada segue de pé. Além das 50 mil doses de vacina da Covid-19, foram enviadas pelo menos 40 mil toneladas de trigo para o país em meio à crise mundial dos grãos em decorrência da guerra na Ucrânia (BS 2021).

A **República Islâmica do Irã** é um dos países mais afetados pela migração forçada dos afegãos em períodos de instabilidade, como as inúmeras guerras desde a década de 1960. Essas ondas ocorrem em direção a este país em virtude da sua proximidade com o Afeganistão e pela qualidade de vida superior aos países da região. Portanto, há um interesse estratégico em estabilizar politicamente o Afeganistão para conter as ondas de refugiados. O outro interesse presente desde o fim do século passado era trocar o mercado ilegal de ópio por uma construção de mercado consumidor para os produtos iranianos. Para isso, a estabilidade do Estado nas mãos do 2º líder supremo, Ali Khamenei, possibilitou que se mantivessem os investimentos bilionários em infraestrutura ao longo de décadas (Laipson 2012). Estes interesses podem agora ser cumpridos ou incrementados através da OCX, pois a maior barreira para as relações Irã-Afeganistão era a intervenção dos Estados Unidos, que é um rival iraniano de longa data, já que o Irã possui a característica de se considerar um país com políticas anti-imperialistas. Outra característica relevante é a identificação e alinhamento entre as culturas persas da vertente muçulmana xiita, o que envolve o próprio Irã, o Tadjiquistão e os Shia hazaras do Afeganistão (Akbarzadeh 2014). Por isso, muitas disputas ocorrem com o Paquistão, que defende grupos extremistas sunitas da etnia Pashtun, sendo raros os planos efetivos conjuntos com este país, com exceção da SSAR, descrita nas ações prévias (Laipson 2012). É esperado, então, um alinhamento com a Índia e a China, com os quais o Irã tem grande interdependência. Em relação à solução de paz e estabilidade para o Afeganistão, países “persas” ou que tem etnias persas em seus territórios podem barganhar com o Irã por uma resolução favorável às etnias e refugiados persas do Afeganistão, mas uma abertura de fronteiras será impossível no futuro próximo.

A **Mongólia** também se mostra um país com posicionamento e atitudes não muito presentes dentro do conflito e da busca por soluções para o Estado Afegão. Mesmo assim, o posicionamento do país ainda é existente e será guiado pela expectativa da construção do corredor Rússia-Mongólia-China, em convergência com a necessidade de buscar por alternativas de estabilizar o Afeganistão como fator principal. Uma vez que visualizado que a expansão dos conflitos e

problemas migratórios do Afeganistão trará problemas para todos os países próximos do território afegão, a vontade de combater esses contratempos é primordial, principalmente se abrir brechas para o financiamento de grandes pacotes de infraestrutura dentro da OCX (ZOI 2020).

A **República Islâmica do Paquistão** é outro país enormemente afetado pela onda de migrantes afegãos ocasionada pelas guerras. Anteriormente, sob o mandato colonial britânico, a região fronteiriça do Afeganistão era palco de disputa e conflito, porém, após a separação do Paquistão com a Índia, sua fronteira pouco vigiada deixou de representar um problema e se tornou uma oportunidade de para atividades ilegais e movimentações de mercadorias e cidadãos Pashtuns (etnia existente nos dois países), pois agora a Índia se tornou a principal rival do Paquistão (Weinbaum 1991). O Afeganistão, então, se torna um irmão mais novo para o Paquistão e o grande apoio Pashtun aos talibãs indicava um alinhamento entre Cabul e Islamabad, isso até a guerra ao terror, onde o Paquistão, para se defender internacionalmente, prezou por um alinhamento com os EUA. Hoje, nota-se um retorno dos conflitos nas fronteiras onde o grupo TTP (Tehreek-e-Taliban Pakistan ou simplesmente Talibã Paquistani) tem causado mortes militares (Mir 2022) desde a queda de Cabul, em agosto de 2021. Então, sendo impossível o controle total da fronteira para barrar os refugiados, a medida a ser tomada é a de tentar pacificar e estabilizar o Afeganistão, sendo possível até mesmo um acordo com alguns de seus rivais.

Já por parte da **República Quirguiz**, a aliança com a OTSC também fortalece os aspectos securitários e o respaldo armamentista do país. Com a saída das forças dos EUA/OTAN do Afeganistão em 2014, o Quirguistão recebeu o equivalente a 1 bilhão de dólares em assistência militar da Rússia para fortalecer as fronteiras do país com o Afeganistão (Jureńczyk e Nicharapova 2020). Temos de ressaltar que, com relação ao Afeganistão, este país se porta de uma maneira intermediária entre a interferência Uzbeque mais clara e o grande distanciamento antagonista do Tajiquistão, optando por abrir um canal de diálogo desde o primeiro mês após a tomada de Cabul (Putz 2021). Portanto, o posicionamento de buscar por uma resolução dos conflitos internos ao Afeganistão ainda é presente no país, não só no que tange às questões securitárias, mas na estabilização completa do Afeganistão e na busca por resolução de conflitos internos, como a questão das migrações para fora do país.

A **Federação Russa**, assim como a China, prefere atribuir o papel central da fase pós-2014 às Nações Unidas. Mas a Rússia, ainda assim, se demonstra interessada em manter a OCX como uma maneira de resolver o conflito e instruir a estabilidade da região. Isso vem da visão de que quase todos os países ao redor do Afeganistão são membros ou observadores da OCX, ou seja, problemas de imigração ou armamentistas no Afeganistão podem se tornar problemas para os outros países da Ásia Central. Entretanto, o papel da Rússia no Afeganistão, e consequentemente da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC),

por conta da grande participação russa nessa organização, se limita muito à cooperação econômica, como fornecer apoio bélico, equipamentos e treinamento no setor de segurança afegão. A Rússia, no final das contas, tem um interesse grande em apoiar soluções políticas que possam proporcionar a estabilização do Afeganistão, principalmente no que tange ao fim de um grande conflito armado (Jureńczyk e Nicharapova 2020).

Há três grandes preocupações da **República do Tajiquistão** para com a atual situação afegã sob o novo regime Talibã. A primeira preocupação é a legitimidade do governo Talibã. O Tajiquistão deu suporte para as milícias étnicas e para o Fronte Unido Anti-Talibã durante as décadas passadas em uma sinalização de conformidade com as grandes potências neste quesito (Rubin 2003). A segunda preocupação é verificar as vontades e efetividade dos talibãs em pacificar os grupos terroristas e criminosos no seu país; o grupo Islamic State Khorasan Province (ISKP), atuante principalmente na fronteira do Paquistão-Afeganistão, atacou com foguetes o Tajiquistão em maio e tem expandido sua influência e propaganda pela Ásia Central após a tomada de Cabul pelo Talibã em agosto de 2021 (Webber 2022). Para se defenderem de eventuais ameaças, o Tajiquistão e o Uzbequistão fizeram exercícios militares conjuntos na fronteira do Afeganistão em agosto de 2022 (Putz 2022). Essas desconfianças podem tensionar as atuais relações entre o Afeganistão e o Tajiquistão e impedir grandes medidas de suporte aos refugiados que configuram o terceiro e último foco de preocupação. O presidente do Tajiquistão, Emomali Rahmon, havia demonstrado interesse em defender os refugiados afegãos da etnia Tadjique em seu território, porém após os ataques terroristas com foguetes, em maio, foram deportados centenas de refugiados sem causa nem julgamento através da fronteira (Eurasianet 2022). Logo, este país tentará se alinhar aos outros da Ásia Central e à Rússia para solucionar o problema do terrorismo e da ajuda humanitária para os migrantes, principalmente visando sua etnia no Afeganistão.

O Afeganistão e a **República da Turquia** sempre demonstraram uma boa relação por conta de suas fortes conexões culturais e históricas. Por exemplo, logo após o Afeganistão conquistar sua independência, em 1919, o país já começou a estabelecer relações diplomáticas com a República da Turquia (Doğan 2011). O posicionamento da Turquia, por conta disso, projeta esforços que representam aspectos culturais e sociais, ao invés de aspectos militares. O argumento utilizado pelo país para justificar esses esforços é que uma ajuda puramente militar não é suficiente para garantir a segurança e estabilidade do Afeganistão (Doğan 2011). Nesse sentido, assim como o Paquistão, a Turquia afirmou, antes do Talibã retomar o controle sobre Cabul, que trabalhariam para estabilizar o Afeganistão, a fim de reduzir os fluxos de migração do país (Loft 2021). Entretanto, ainda que esse esforço tenha sido citado, em agosto de 2021, o Ministro de Relações Exteriores da Turquia comentou que o país não possui mais recursos para aceitar mais imigrantes do Afeganistão (Al Monitor 2021).

Ainda, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, afirmou que espera que a construção de um novo muro na fronteira pare totalmente as imigrações. A construção de um muro de 81km foi concluída em dezembro de 2020, com um plano de estender essa construção ao sul do país (Loft 2021).

A **República do Uzbequistão** encontra-se numa situação muito semelhante à do seu vizinho Tajiquistão, país ao qual o Uzbequistão tentará se alinhar juntamente com a Rússia. No final do século passado O Uzbequistão havia se aliado à aliança anti-talibã no norte do Afeganistão e dado apoio e armamento de origem russa para as milícias etnicamente uzbeques, com o intuito de impedir que o Talibã chegasse ao poder e trouxesse a possibilidade do crescimento do terrorismo e crimes transfronteiriços (Rubin 2003). Quando houve a queda daquele regime no Afeganistão, havia começado, então, a mudança de política externa na tentativa de integração e cooperação em detrimento da política securitária e belicosa anterior (Umarov 2021). Entretanto, com a volta do Talibã e dos ataques terroristas com foguetes, como o do grupo Islamic State Khorasan Province, (ISKP) em abril de 2022 (Webber 2022), é posta em xeque essa recente política externa para com o Afeganistão, voltando-se à anterior quando em agosto de 2022 o Uzbequistão e o Tajiquistão fazem um exercício militar conjunto na fronteira comum com o Afeganistão (Putz 2022). Ao contrário do Presidente do Tajiquistão, que demonstrou interesse em defender os tadjiques do Afeganistão, o Presidente Shavkat Miromonovich, do Uzbequistão, deixou claro desde novembro de 2021, após a queda de Cabul, que os refugiados afegãos – mesmo os de etnia Uzbeque – não seriam aceitos dentro de suas fronteiras (Eurasianet, 2021). Logo, acordos sobre os refugiados serão difíceis de levarem ao comprometimento e ratificação por parte deste país.

QUESTÕES A PONDERAR

1 Os afegãos são realmente representados em suas diversas etnias e religiões pelo seu Estado?

2 Há ou deveria haver limites à permeabilidade de fronteiras? Quais consequências essas políticas trazem para as relações diplomáticas e humanitárias?

3 Quais são as políticas referentes aos refugiados e quais são seus resultados na sua qualidade de vida?

4 Até que ponto o governo do Talibã é responsável por essa nova onda de imigração? A responsabilidade sobre as consequências das questões migratórias fica a cargo de qual país ou governo em questão?

5 Qual limite de interferência externa é válido para a consolidação de um cenário humanitário positivo?

REFERÊNCIAS

- Abbasi-Shavazi, Mohammad Jalal, Diana Glazebrook, Gholamreza Jamshidiha, Hossein Mahmoudian, Rasoul Sadeghi. 2008. "Second-generation Afghans in Iran: Integration, Identity and Return. Tehran: Afghanistan Research and Evaluation Unit".
- Akbarzadeh, Shahram. 2014. "Iran's Policy towards Afghanistan: In the Shadow of the United States". *Journal of Asian Security and International Affairs* DOI: 10.1177/2347797013518402.
- Al Monitor. 2021. "Turkey won't accept 'refugee burden' from Afghanistan". *Al Monitor*. August 30, 2021. <https://www.al-monitor.com/originals/2021/08/turkey-wont-accept-refugee-burden-afghanistan>
- British Broadcasting Corporation (BBC) News Brasil. 2021. "Atentados de 11 de setembro: a tragédia que mudou os rumos do século 21". BBC News Brasil, acessado em 5 de julho de 2022. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55351015>
- British Broadcasting Corporation (BBC). 2021. Afghanistan: How many refugees are there and where will they go? British Broadcasting Corporation, August 31, 2021. <https://www.bbc.com/news/world-asia-58283177>
- Bryanski, Gleb; Buckley, Chris. 2012. "China's Hu Sees Role for Regional Bloc in Afghanistan". *Chicago Tribune*. <https://www.reuters.com/article/us-china-russia-hu-afghanistan/chinas-hu-seesrole-for-regional-bloc-in-afghanistan-idUSBRE85504T20120606>.
- Business Standard. 2022. "Over 40,000 mt of wheat dispatched to Afghanistan so far: India at UN". *Business Standard*, August 30, 2022. https://www.business-standard.com/article/current-affairs/over-40-000-mt-of-wheat-dispatched-to-afghanistan-so-far-india-at-un-122083000084_1.html.
- Butler, Daren. 2022. "Turkish inflation hits almost 80%, peak might be near". *Reuters*, August 3, 2022. <https://www.reuters.com/world/middle-east/turkeys-annual-inflation-hits-fresh-24-year-high-796-2022-08-03/>
- Cândido, Monica Tse. 2014. "A Repatriação de Refugiados Afegãos: do Paquistão ao Leste do Afeganistão (2002-2013)". Pós graduação (mestrado), San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC/SP).
- Catarina Reis Oliveira, João Peixoto e Pedro Góis. "A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias". DOI <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0016>.
- Collins, Joseph J. 2011. "Understanding War in Afghanistan". Washington: National Defense University Press.
- Cunha, Ana Paula Gonçalves, Emily de Freitas Oliveira, Raquel Gonçalves Vieira Machado de Melo Moraes. 2020. "A invasão Russa no Afeganistão (1979-1989): Os impactos do conflito na História Afegã". *Brazilian Journal of Development*. Curitiba. 6 (11): 86671-86688. DOI: 10.34117/bjdv6n11-188.
- Danish Refugee Council. 2018. "Protection for forcibly displaced Afghan populations in Pakistan and Iran: Briefing Note". Borgergade.

- Deutsche Welle. 2021. Talibã começa a pagar servidores públicos do Afeganistão. Deutsche Welle, novembro 20, 2021. <https://www.dw.com/pt-br/talib%C3%A3-come%C3%A7a-a-pagar-servidores-p%C3%BAblicos-do-afeganist%C3%A3o/a-59892146>
- Dorransoro, Gilles. 2009. "The Taliban's Winning Strategy in Afghanistan". Washington: Carnegie Endowment for international peace.
- Doğan, Salih. 2011. "Turkey's Presence and Importance in Afghanistan." USAK Yearbook of Politics and International Relations. 367-370.
- Eurasianet. 2021. "Uzbekistan: Afghans fleeing Taliban get cold shoulder from Tashkent". Eurasianet, November 18, 2021. <https://eurasianet.org/uzbekistan-afghans-fleeing-taliban-get-cold-shoulder-from-tashkent>
- Eurasianet. 2022. "Tajikistan expelling Afghan refugees in their hundreds". Eurasianet, September 7, 2022. <https://eurasianet.org/tajikistan-expelling-afghan-refugees-in-their-hundreds>.
- European Asylum Support Office (EASO). "Pakistan Situation of Afghan refugees". Brussels: Belgian Centre for Documentation and Research, 2020.
- European Commission. "EU announces more projects under the Facility for Refugees in Turkey: €348 million in humanitarian aid to refugees in Turkey". Brussels, 2016. Link de acesso: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_16_2971
- European Council on Refugees and Exiles (ECRE). EU Migration Policy and Returns: Case Study on Afghanistan. Brussels.
- European Union Agency for Asylum (EUAA). 2022. Pakistan - Situation of Afghan refugees. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Union External Action. 2021. "Afghanistan: Statement by the Chair of the SSAR Core Group on continuing support for increased displacement needs in Afghanistan and for neighbouring countries hosting refugees". Acesso em: 31 de agosto de 2022. https://www.eeas.europa.eu/eeas/afghanistan-statement-chair-ssar-core-group-continuing-support-increased-displacement-needs_en.
- Ferreira, Vanessa Cardoso. 2021. "Demografia do Afeganistão: presente e futuro de treze províncias selecionadas". Doutorado diss, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Friedrich Ebert-Stiftung (FES) Afghanistan and Institute of War and Peace Studies (IWPS). Reset or rivalry? India and Afghanistan post-2021. Berlin, 2021.
- Ganguly, Sumit. 2012. Sources of Tension in Afghanistan and Pakistan: A Regional Perspective: India's Role in Afghanistan. Barcelona: Barcelona Centre For International Affairs (CIDOB).
- Gomes, Aureo de Toledo. 2008. "Do colapso à reconstrução: Estados Falidos, operações de Nation-Building e o caso do Afeganistão no pós-Guerra Fria". Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- Goodson, Larry P. 1998. "Periodicity and intensity in the Afghan War". Central Asian Survey, 17:3, 471-488, DOI: 10.1080/02634939808401048

- Grare, Frédéric and Maley, William. 2011. "The afghan refugees in Pakistan". Levallois-Perret: Fondation Pour la Recherche Stratégique.
- Hasan, Khurshid. 1962. "Pakistan-Afghanistan Relations." *Asian Survey* 2, no. 7 (1962): 14–24. <https://doi.org/10.2307/3023688>.
- Huasheng, Zhao. 2012. China and Afghanistan. China's interests, stances, and perspectives, A report of the CSIS Russia and Eurasia program.
- International Organization for Migration (IOM). 2014. Afghanistan Migration Profile. Kabul: International Organization for Migration for Afghanistan.
- Jureńczyk, Łukasz and Jildiz Nicharapova. 2020. "As Atitudes da OTAN, OCX e OTSC em Relação à Situação no Afeganistão Após 2014". *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 163-188.
- Jureńczyk, Łukasz e Jildiz Nicharapova. 2020. As atitudes da OTAN, OCX e OTSC em relação à situação no Afeganistão após 2014. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 163-188.
- Khan, Raja M. 2015. China's Economic and Strategic Interests in Afghanistan. *FWU Journal of Social Sciences*, Special Issue. 104-111.
- Khan, Simbal. 2009. "Stabilization of Afghanistan: US-NATO regional strategy and the role of the SCO". Institute of Strategic studies. Islamabad. http://www.issi.org.pk/wp-content/uploads/2014/06/1299137179_72323919.pdf.
- Kohzad, Nilly. 2021. 'Ninguém confia no que vem do talibã': relatos de mulheres afegãs sob o regime'. *Cable News Network (CNN)*, agosto 8, 2021. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ninguem-confia-no-que-vem-do-taliba-relatos-de-mulheres-afegas-sob-o-regime/>
- Laipson, Ellen. 2012. *Engaging Iran on Afghanistan*. Washington: Stimson Center.
- Laron, Guy. How Saudi Arabia Tamed Russia: The political economy behind recent OPEC oil production cuts. *The american Prospect*, October, 10, 2022. <https://prospect.org/world/how-saudi-arabia-tamed-russia-pec-oil-prices/>
- Laub, Zachary. 2014. "The Taliban in Afghanistan". Council on Foreign Relations. <https://www.cfr.org/afghanistan/taliban-afghanistan/p10551>
- Lee, Jonathan L. 2018. "AFGHANISTAN: A History from 1260 to the Present". London: Reaktion Books Ltd.
- Loft, Philip. 2021. "Afghanistan: Refugees and displaced people in 2021." House of Commons Library Research Briefing 16.
- Marsden, Peter. 2001. "Afghanistan: Minorities, Conflict and the Search for Peace". London: Minority Rights Group International.
- Miakhel, Shahm Mahmood. 2021. "For the Taliban, Governing Will Be the Hard Part". United States Institute of Peace (USIP).

- Middle East Monitor (MEMO). 2021. "Japan, Egypt agree to cooperate on maintaining stability in Afghanistan". Middle East Monitor. August 17, 2021. <https://www.middleeastmonitor.com/20210817-japan-egypt-agree-to-cooperate-on-maintaining-stability-in-afghanistan/>
- Mir, Asfandyar. 2022. "Pakistan's Twin Taliban Problem.". United States Institute of Peace, May 4, 2022. <https://www.usip.org/publications/2022/05/pakistan-twin-taliban-problem>.
- Mixed Migration Centre. 2020. MMC Middle East Research Report. Available at www.mixedmigration.org
- Mohammad Jalal Abbasi-Shavazi, Graeme Hugo, & Rasoul Sadeghi (2012). Refugee movement and development – Afghan refugees in Iran, *Migration and Development*, 1:2, 261-279. <http://dx.doi.org/10.1080/21632324.2012.749741.4>
- Morris, Loveday and Dixon, Robyn. 2021. "Trapped between Poland and Belarus, 32 Afghans — and their cat — have become symbols of Europe's new border crisis". The Washington Post, September 3, 2021. https://www.washingtonpost.com/world/europe/afghan-refugees-poland-belarus/2021/09/03/396c2fe0-0c00-11ec-a7c8-61bb7b3bf628_story.html
- Notes From Poland. 2022. "Asylum applications rise in Poland amid surge of Afghan and Belarusian refugees". Notes From Poland, January 12, 2022. <https://notesfrom-poland.com/2022/01/12/asylum-applications-rise-in-poland-amid-surge-of-afghan-and-belarusian-refugees/>
- O Globo. 2021. Depois do FMI, Banco Mundial suspende recursos para o Afeganistão. O Globo, agosto 25, 2021. <https://oglobo.globo.com/mundo/depois-do-fmi-banco-mundial-suspende-recursos-para-afeganistao-25169657>
- Organização internacional para as migrações (OIM). "Mais do que nunca, as remessas ao Afeganistão são a salvação em tempos de crise". Brasília: Setembro de 2021. <https://brazil.iom.int/pt-br/news/mais-do-que-nunca-remessas-ao-afeganistao-sao-salvacao-em-tempos-de-crise>.
- Putz, Catherine. 2021. "Kyrgyz Officials Meet With Taliban Acting Foreign Minister in Kabul". The Diplomat, September 24, 2021. <https://thediplomat.com/2021/09/kyrgyz-officials-meet-with-taliban-acting-foreign-minister-in-kabul/>
- Putz, Catherine. 2022. "Military Exercises in Uzbekistan and Tajikistan Illustrate Regional Cooperation and Concerns". The Diplomat, August 10, 2022. <https://thediplomat.com/2022/08/military-exercises-in-uzbekistan-and-tajikistan-illustrate-regional-cooperation-and-concerns/>
- Reeves, Jeffrey. 2014. The Shanghai Cooperation Organization: A tenable provider of security in Post-2014 Central Asia? Asia-Pacific Center for Security Studies. <https://apcss.org/wp-content/uploads/2014/06/SCO-REEVES-2014.pdf>.
- Regional Institute of Policy Research and Training (RIPORE). "Report on Issues faced by afghans refugees during repatriation". Peshawar: University Town, 2012.
- Ring, Hannah. Rothbard, Victoria. Seidenfeld, David. Stuer, Francesca. Kamto, Kevin. 2020. Programme Evaluation of the Conditional Cash Transfer for Education (CCTE) for Syrians and Other Refugees in Turkey. Washington: American Institutes for Research Press.

- Rubin, Barnett R., and Andrea Armstrong. 2003. "Regional Issues in the Reconstruction of Afghanistan." *World Policy Journal* 20, no. 1 (2003): 31–40. <http://www.jstor.org/stable/40209845>.
- Social Protection Approaches to COVID-19: Expert Advice. COVID-19 and the Emergency Social Safety Net (ESSN) and Conditional Cash Transfers for Education (CCTE) programmes. London: FCDO, GIZ and DFAT, 2021.
- SSAR Support Platform. Afghanistan. Acesso em 31 de agosto de 2022. <https://ssar-platform.org/support-platform/afghanistan>.
- SSAR Support Platform. Chair of Core Group. Acesso em 31 de agosto, 2022. <https://ssar-platform.org/core-group/chair>.
- Steinberg, Guido e Woermer, Nils. 2013. EXPLORING IRAN & SAUDI ARABIA'S INTERESTS IN AFGHANISTAN & PAKISTAN. BARCELONA CENTRE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS (CIDOB).
- The Africa Report. 2021. "Afghanistan: How Qatar swapped roles with Egypt to serve US interests". The Africa Report, September 8, 2021. <https://www.theafricareport.com/123774/afghanistan-how-qatar-swapped-roles-with-egypt-to-serve-us-interests/>
- The Arab Weekly. Afghan refugee flow raises concerns in Arab Gulf countries. The Arab Weekly, August 21, 2021. <https://the arabweekly.com/afghan-refugee-flow-raises-concerns-arab-gulf-countries>.
- The Washington Institute for Near East Policy. 2021. "Cairo Acts on Its Fears of Radicalization After Afghanistan". The Washington Institute for Near East Policy, September 24, 2021. <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/cairo-acts-its-fears-radicalization-after-afghanistan>
- U.S Congressional Research Service of the Congress. Afghanistan: Background and U.S. Policy: In Brief. Clayton Thomas. Order Code R45122. 2022, <https://crsreports.congress.gov/R45122>.
- U.S Congressional Research Service of the Congress. "Afghan refugees: Current Status and Future Prospects". Rhoda Margesson. Order Code RL33851. Washington: CRS, 2007, <https://sgp.fas.org/crs/row/RL33851.pdf> (accessed June 30, 2022).
- U.S Congressional Research Service of the Congress. "Taliban Government in Afghanistan: Background and Issues for Congress". Clayton Thomas. Order Code R46955. 2021, <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46955>.
- Umarov, Akram. 2021. The "Afghan Factor" in Uzbekistan's Foreign Policy: Evolution and the Contemporary Situation. *Asian Affairs*. <https://doi.org/10.1080/03068374.2021.1957321>
- United Nations Office on Drugs and Crimes, UNODC, An assessment of transnational organized crime in Central Asia (New York: United Nations, 2007). https://www.unodc.org/documents/organized-crime/Central_Asia_Crime_Assessment.pdf
- Wahab, Shaista and Barry Youngerman. 2007. "A Brief History of Afghanistan". New York. Facts on File.
- Webber, Lucas e Valle, Ricardo, 2022. "Islamic State Khorasan's Expanded Vision in South and Central Asia". *The Diplomat*, August 26, 2022. <https://thediplomat.com/2022/08/islamic-state-khorasans-expanded-vision-in-south-and-central-asia/>
- Weinbaum, Marvin G. 1991. "Pakistan and Afghanistan: The Strategic Relationship." *Asian Survey* 31, no. 6 (1991): 496–511. <https://doi.org/10.2307/2645079>.

TIANXIA: BUSCA POR HEGEMONIA OU INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO CONJUNTO?

*João Pedro Lopes Gonçalves¹
Roberta Grehs Faller²*

RESUMO

O atual sistema internacional vem sendo construído de modo a perpetuar com a hegemonia dos Estados Unidos, apoiados pelos seus aliados do Norte global – países desenvolvidos – e evitar que as demais regiões acabem afetando a balança de poder atual. Entretanto, a China propõe uma alternativa a esse modelo, já que seus objetivos de ascensão baseados no conceito básico do Tianxia, buscando um comportamento equilibrado e de desenvolvimento compartilhado, vão de encontro a competição e exploração vistos até então. Em busca dessa nova configuração, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) é um dos exemplos concretos que exemplificam a troca entre os países do Sul global – emergentes – e os impactos dessa aliança, o que não ocorre, necessariamente, de modo totalmente pacífico, já que nem todos os Estados concordam com a liderança chinesa nesse novo cenário. Logo, esse guia se propõe a explicitar certos aspectos que levaram a China a adotar esse posicionamento, além do papel da OCX nessa caminhada e as possíveis desavenças que existem ou que venham a surgir.

¹ João é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Roberta é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início dos séculos XX e XXI, a China vem demonstrando uma capacidade de planejamento estatal amplamente pautada na flexibilidade adaptativa diante das recorrentes transformações da conjuntura global. É notável que a experiência chinesa vem atravessando mudanças estruturais que somente podem ser compreendidas num horizonte estratégico de longa duração, pautado pela busca da harmonia nos planos interno, com a melhoria das condições de vida da sua população, e externo, através da multipolarização do poder, premissas essas que são básicas do conceito tradicional chinês chamado Tianxia (Wang e Li 1999, 2011).

Com o objetivo de atingir as aspirações e metas traçadas por essa ideologia milenar, a China busca, primeiramente, enraizar suas relevância e importância regionais e, em seguida, ampliar a sua influência para o mundo todo, fortalecendo sua posição de grande potência. É importante destacar que a China pretende alcançar esse prestígio internacional através de uma política cooperativa, harmoniosa e não exploratória, ideias também essenciais segundo o Tianxia, assim incentivando o desenvolvimento mútuo com todos os Estados com os quais pretende firmar acordos e parcerias (Rodrigues 2020).

Nesse sentido, a China busca, paulatinamente, se inserir na dinâmica internacional e, para isso, dá prioridade para seu objetivo de fortalecimento político-econômico-diplomático em âmbito regional. Por isso, o Estado chinês conta com propostas muito relevantes para o desenvolvimento e a integração do continente asiático. Dentre elas, é importante darmos destaque para a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), a qual é um mecanismo de rede de apoio e de desenvolvimento liderado pelos chineses, em resposta a um cenário internacional dominado pelo ocidente (Lima 2019).

Portanto, com o intuito de entender mais e fomentar o debate sobre organizações como essa e sobre suas implicações tanto internas quanto externas, este guia irá trazer uma breve contextualização sobre a história da China, permeada por invasões estrangeiras; será trazida uma maior elucidação sobre o conceito de Tianxia e sua influência no comportamento nacional e internacional chinês; serão trazidas informações sobre a OCX e seus impactos na geopolítica chinesa, assim como serão exploradas as ações da China na Ásia no âmbito da sua projeção internacional como nação líder e a resposta de outros atores importantes, como Rússia e Índia, a essa nova realidade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Os primeiros povos a se assentarem no território chinês o fizeram há cerca de sete mil anos e construíram suas vilas ao redor do Rio Amarelo, um dos rios mais importantes da China. Com uma população cada vez maior, esses aglomerados fizeram necessária uma administração a partir de governantes, os

quais muitas vezes se sucediam no poder através de seus graus de parentesco — as chamadas dinastias —. De 221 a.C até o século XIX, compreende-se o período conhecido como Era Imperial, protagonizado pela governança da China por diversas dinastias e caracterizada de forma sólida pela diferente concepção chinesa de internacionalidade e de fronteiras definidas, tendo como dominante a visão de infinidade do espaço e do tempo (Guichard 2014). Essa maneira propriamente chinesa de interpretar a realidade se dava, em grande medida, pelo caráter tributário do Estado chinês (Munhoz 2015).

Como afirma Guichard (2014), “o respeito pela hierarquia e o reconhecimento da superioridade chinesa eram, portanto, pré-requisitos para a abertura de relações com a China, império que projetava uma visão de si mesmo como centro do mundo”. Ou seja, mesmo que o Império Chinês percebesse os reinos e povos ao seu redor como diferentes, ele via a si mesmo como força dominante e reforçava essa centralidade através da tributação dos demais.

As principais características deste sistema são a extração direta do excedente campesino e a organização do poder baseada na hierarquia. Ou seja, quanto maior a centralização do poder, maior a centralização do excedente, que se dava pela cobrança de impostos. É importante destacar que o feudalismo na Europa também era uma forma de organização tributária, mas a sua diferença para o modelo chinês era a magnitude da centralização do poder e, consequentemente, da extração do excedente, que era significativamente menor em comparação com o que se dava no Império Chinês (Munhoz 2015).

Ao longo de grande parte desse período (do século III a.C ao século XVI), a China e o Oriente Médio, sociedade com governos mais centralizados, eram os que produziam maior quantidade de excedente na produção agrícola e, portanto, eram os que mais participavam nos intercâmbios comerciais mundiais (Amin 1997). Assim, por essa perspectiva de análise, a Ásia, com destaque para a China, constituía o centro do comércio mundial, ao passo que a Europa, de modelo feudal — o qual não era tão centralizado e portanto não captava tantos excedentes de produção — fazia parte da periferia. Por esse motivo, era necessário para a Europa que ele mantivesse contato direto e constante com a China, o que se dava majoritariamente pela antiga Rota da Seda (Munhoz 2015). Consequentemente, esse maior intercâmbio possibilitou o acesso dos europeus à tecnologia chinesa, que foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, e da capacidade militar, na Europa.

A partir disso, de acordo com Kennedy (1989), o surgimento do capitalismo, sua expansão e sua consolidação global tiveram como grande propulsor o empreendimento das Grandes Navegações, no século XVI. Por volta da mesma época, o Império Chinês passa a priorizar o desenvolvimento de sua força militar terrestre, e o período que vai da dinastia Ming à dinastia Qing (século XIV ao século XIX) é o período de maior expansão das fronteiras sob controle chinês (Munhoz 2015). Ao longo desse lapso temporal, de formação de esferas de

influência em torno da China, o modelo tributário deixou de subordinar apenas pequenos povos e vilas ao controle chinês, mas também reinos inteiros passaram a prestar tributos (Kang 2010).

2.1 EXPANSÃO TERRITORIAL CHINESA

Ao longo dos séculos, o pensamento de um funcionamento hierárquico do mundo com a China ocupando uma posição central se manteve e foi fundamental para que o Império Chinês ampliasse sua zona de atuação e influência através do seu sistema de tributação para os demais povos. Dessa forma, o território chinês atingiu sua maior extensão durante o século XVIII, durante a dinastia Qing (1644 - 1912 d.C), quando, além da China, faziam parte do império Manchúria, Mongólia, Xinjiang e Tibete, além de diversos territórios mantidos como protetorados e tributários.

2.2 O IMPERIALISMO ESTRANGEIRO: O SÉCULO DA HUMILHAÇÃO

A China passa por uma transformação em seu modelo tributário e no seu conceito de internacionalidade a partir de 1839 com a Guerra do Ópio (1839-1842), conflito entre China e Grã-Bretanha envolvendo a busca dos europeus por um maior controle sobre o mercado chinês (Munhoz 2015). O modelo de organização do Estado chinês baseado na tributação — não havia a clara divisão de territórios, e sim um cenário de subordinação de todas as autoridades em torno da China ao imperador chinês — era estranho aos europeus, que, com a ascensão do capitalismo, passaram a adotar o sistema westfaliano³ e buscaram difundir-lo internacionalmente, em benefício próprio (Kennedy 1989).

Dessa forma, deu-se início ao “século de humilhação”, que durou de 1839 até 1949, com a Revolução Chinesa. Ao longo desses mais de cem anos, o governo central foi progressivamente enfraquecido, a economia chinesa cada vez mais fragilizada e houve frequentes invasões estrangeiras. No mesmo período, a China foi forçada a assinar diversos tratados desiguais, em que perdia cedia territórios e vantagens econômicas sem que houvesse uma retribuição equivalente. Tanto as intervenções externas quanto os acordos desiguais contribuíram para o desmantelamento do sistema tributário chinês, além de causar uma grande crise econômica e uma crise de organização interna no Império, que passou a enfrentar diversas revoltas em seu interior (Munhoz 2015).

Ademais, entre 1894 e 1895, a China entra em um violento confronto contra o Japão pelo controle da Coreia e perde a disputa, tendo como consequência

3 O Sistema de Westfália, instaurado em 1648, na Europa, definiu que os Estados europeus seriam soberanos sobre seus respectivos territórios - com superioridade doméstica e insubmissão externa - e que não haveria uma hegemonia de poder de uns em relação a outros, mas sim uma distribuição de iguais direitos e obrigações através do continente europeu.

ência a perda de territórios e a abertura forçada de seus portos pelos japoneses, o que aumentou ainda mais as tensões internas e deslegitimou a Dinastia Qing (Munhoz 2015). Com os portos abertos e a consequente ampliação do domínio estrangeiro no território chinês, a população, insatisfeita, iniciou, em 1900, uma rebelião em prol da expulsão das forças invasoras. Entretanto, essa revolta foi fortemente reprimida por soldados britânicos, japoneses, russos, franceses, alemães, italianos, estadunidenses e austro-húngaros, que puseram fim ao conflito, impuseram mais sanções econômicas e ocuparam ainda mais o território chinês (Sampaio 2015).

Na Primeira Guerra Mundial, o Japão torna a apropriar mais territórios chineses, quando declara guerra à Alemanha para tomar suas posses no território chinês e quando impõe ao governo da China uma série de demandas desiguais que previam, sobretudo, a ampliação dos direitos de controle territorial do Japão sobre Manchúria, Mongólia Interior e Shandong (Munhoz 2015). A China, enfraquecida, foi obrigada a aceitar tais acordos, em 25 de maio de 1915, dia que ficou conhecido como o da “humilhação nacional” (Munhoz 2015). Em relação a isso, a diplomacia chinesa fracassou totalmente no Tratado de Versalhes (1919), visto que nele foi mantido o direito de posse dos japoneses sobre Shandong, o que foi só mais um revés para a desordem crescente na China.

A insatisfação geral quanto aos frequentes resultados negativos para a China teve seu estopim no movimento de Quatro de Maio de 1919, o qual consistiu-se em uma série de protestos em Pequim, na Praça da Paz Celestial, pelo fim das instituições tradicionais chinesas, vistas como símbolos do atraso da nação. Duas grandes figuras desse evento — Chen Duxiu e Li Dazhao — criaram em 1921 o Partido Comunista Chinês (PCCh), que logo em seguida foi alinhado ao Komintern russo com o objetivo de libertar a China do domínio estrangeiro (Munhoz 2015). Ao longo desse processo de retomada da China o PCCh se uniu ao Kuomintang, liderado por Jiang Jieshi (Chiang Kai-shek), fornecendo um caráter comunista e nacionalista a essa união, mas logo instaurou-se uma série de disputas entre os dois partidos, visto que o Kuomintang combatia a presença comunista na China por considerá-la perigosa.

Um novo conflito entre chineses e japoneses, em 1937, marcou o início da Segunda Guerra Sino-Japonesa, que, inicialmente marcada pela clara superioridade militar japonesa, não foi suportada pelo Japão, que foi expulso do território chinês por conta do início da Segunda Guerra Mundial — e principalmente por causa da entrada dos Estados Unidos no conflito. Com a expulsão japonesa, o PCCh e o Kuomintang tentam formalizar um acordo para a reorganização do país, mas não obtém sucesso nessa reconciliação. Então, a partir daí, é retomada a guerra civil, que é vencida em 1949 pelo PCCh após este tomar as principais cidades chinesas. Por isso, fugindo, Jiang Jieshi e os apoiadores do Kuomintang (cerca de dois milhões) migram para Taiwan (Munhoz 2015).

Após esse histórico de intervenções estrangeiras, causadoras de enfra-

quecimento governamental externa e internamente, a China viu necessária uma reinterpretação sobre sua internacionalidade e o inegável peso da influência das relações internacionais sobre seu comportamento político-diplomático. Tal momento histórico, aliado às revoluções internas chinesas, introduziu na China diversas ideias ocidentais, como os conceitos de soberania e nacionalismo, a substituição de seu sistema tributário pelo sistema ocidental westfaliano (Guichard 2014). A partir desses novos pressupostos a política chinesa passou a ser mais ativa internacionalmente, transformando-se de acordo com as novas dinâmicas da globalização internacional (Guichard 2014).

2.3 MUDANÇA DO COMPORTAMENTO POLÍTICO INTERNACIONAL CHINÊS NO SÉCULO XX

Após décadas de isolamento forçado, a China de Mao Zedong, em 1949, voltou-se para a luta contra o imperialismo, representando tanto os países do Bloco Soviético, quanto os enquadrados no Terceiro Mundo, o que foi consolidado com a ocorrência da primeira conferência Afro-Asiática, em 1955 (Dittmer 2010). A partir de 1960, com a China já mais relevante no cenário internacional, ocorre um período de ruptura nas relações com a União Soviética, ao criticarem duramente o revisionismo adotado pelos líderes soviéticos e a política de coexistência pacífica adotada por Kruchtchev – que defendia o processo de desestalinização, além de se recusar a apoiar os movimentos de luta contra o imperialismo, de fornecimento e produção de bombas atômicas chinesas, visando a manutenção do duopólio nuclear da URSS e dos Estados Unidos – (Pacaut e Bouju 1979). Incapaz de enfrentar diretamente uma disputa de poder com o bloco soviético, a China constrói, ao longo dos anos, um envolvimento com os países revolucionários do Terceiro Mundo, chegando a contribuir com quase o dobro do valor das demais repúblicas comunistas em doações para esses países se desenvolverem (US\$ 709 milhões), buscando também uma mudança de lealdade que beneficiasse Beijing na votação para ser admitida na ONU, futuramente (Dittmer 2010).

Nesse contexto, em 1970, as relações diplomáticas entre China e Estados Unidos se intensificaram, levando à histórica visita do presidente Nixon ao território chinês em fevereiro de 1972, quando a política americana se voltou para a necessidade de manter boas relações com Pequim (Pacaut e Bouju 1979). A China do século XX passou a ter um papel muito mais aparente no cenário internacional, envolvendo-se no conflito do Vietnã e com a questão de Taiwan, um problema a ser resolvido a longo prazo caso necessário, mas que levou à retirada do território do Conselho de Segurança de ONU, sendo substituído pela China em ascensão, mesmo com a oposição dos Estados Unidos, que desejavam manter Taiwan (Pacaut e Boujou 1979). Entretanto, essa aliança entre EUA e China – que a potência capitalista esperava que levasse à expansão do modelo

para o território – logo se desestruturou, já que a liderança passada para Deng Xiaoping trouxe algumas mudanças na política internacional chinesa, que passou a buscar mais independência, além da lenta volta do relacionamento estratégico com a URSS, o que levou ao fortalecimento do papel de ambos em regiões com conflitos crescentes e, posteriormente, a uma maior cooperação após o colapso da URSS. Esses elementos foram essenciais para o fim dessa estrutura na relação EUA e China – permanecendo em muitos setores de cooperação econômica –, mas que, a partir desse ponto, adquire um novo caráter, por vezes mais competitivo (Harris 2017).

2.4 FILOSOFIA TRADICIONAL CHINESA E O TIANXIA

Dentre os elementos que moldaram o posicionamento da China ao longo dos séculos, a filosofia tradicional e seus desdobramentos civilizatórios deram origem a um conceito que se traduz no preceito da harmonia como ponto central de um Novo Sistema, visando a garantia da ordem universal como objetivo político, o Tianxia. Esse modelo teria como característica o desenvolvimento conjunto e não-imperialista, com a liderança chinesa à frente, o que se diferenciaria do atual sistema liderado pelos Estados Unidos como líder orientado por pretensões hegemônicas (Rodrigues 2020). A seguir, aspectos aprofundados sobre a influência desse fator guia serão explicitados e referenciados ao modo de atuação da China na atualidade.

2.4.1 ORIGENS

A origem do termo Tianxia – que significa “tudo sob um céu” –, se relaciona fortemente ao zhongguo – o centro do mundo, ou estado central –, surgindo originalmente na literatura com um caráter “cosmográfico”, o que deu origem a uma vertente teórica que separava o mundo entre “a dominação do céu” e a “subordinação à terra”. Ou seja, a China teria um papel de apoiar os países do centro e da periferia por estar mais próxima do céu, sendo natural que se tornassem o centro do mundo, durante a Dinastia Han (Wang 1999). Ao longo desse período, a China utilizou-se dessa noção do Tianxia como guia para a liderança e ocupação de outros espaços que não seguissem a cultura chinesa, evoluindo a interpretação do termo dentro dos ideais políticos.

Durante a Dinastia Han, a China adota uma postura fortemente voltada para a expansão da cultura “han”⁴ para os “não-han” – todos os espaços que não seguissem o Confucionismo recém adotado e tradições semelhantes às chinesas – separando o mundo de modo a colocar a cultura han acima das demais, com uma postura etnocêntrica. Entretanto, alguns historiadores analisam que havia

4 Os chineses de etnia han, o maior grupo étnico da China, formando cerca de 92% da população, costumam ser referidos apenas como “chineses” em outras línguas, porém existem dúzias de outros grupos étnicos na China, relacionados ou não aos han (Google Arts and Culture).

uma distinção no modo de aplicar essa noção de superioridade na prática, o que levou o Império a “conduzir as relações com os países vizinhos na base da igualdade quando aconselhável ou necessário” (Tao 1988). Esse comportamento não tornou os demais países iguais aos olhos da China, mas foi uma alternativa às dominações militares etnocêntricas, ainda mantendo o Império como centro, espalhando sua moral e virtude por meio do ensino da cultura, o que se aliou com muitos pressupostos do Confucionismo, chegando até a criar uma repulsa à dominação por guerras. Nesse período, a China pretendia expandir sua influência para o Norte e Sul, adotando um comportamento mais pacífico quando houvesse uma maior aceitação da cultura Han, enquanto aos “bárbaros” eram destinadas táticas militares para a conquista do espaço (Wang 1999).

2.4.2 CRÍTICAS À ASCENSÃO PACÍFICA E O USO DO TIANXIA

Ao longo da última década, o debate em torno da ascensão pacífica ou conflituosa da China recebeu ainda mais atenção, já que esse era um tema de crescente interesse por conta dos possíveis desenrolares desse evento. Muitos acadêmicos da Escola ocidental mostraram-se contrários ao ideal de pacificidade que parecia permear os discursos de Pequim ao longo do tempo, uma ideia construída com Deng Xiaoping – “esconder nossas capacidades e esperar nosso momento, mas também fazer algumas coisas”⁵ (Kastner, Pearson e Rector 2018) – mas que evoluiu até a chegada do atual presidente, Xi Jinping, ao poder. Aqui, observou-se um discurso e ações voltadas para o crescimento chinês e para a promoção da China como expoente no Sistema Internacional de modo mais concreto, fator já apontado por Wen Jiabao – ex-primeiro ministro de 2003-2013 – com a proposta de Cooperação Sul-Sul sem “amarras políticas” (Li e Worm 2011).

Como abordado por Mearsheimer⁶, os principais pontos utilizados para contrapor a abordagem da ascensão pacífica da China giram em torno da sua comparação ao processo de crescimento dos Estados Unidos, pois defende-se que ela tentará, do mesmo modo que a potência ocidental fez no hemisfério, dominar toda a Ásia, ação que seria impedida pelos vizinhos Rússia e Índia, por exemplo, causando incentivos à guerra, já que os chineses não seriam mais dotados de “princípios, ética ou menos nacionalistas”. Nesse sentido, Pequim passaria a buscar o distanciamento e a maximização de seu poder em detrimento dos demais, com o objetivo de obter a hegemonia no território, o que de antemão preocuparia os países vizinhos que não desejam uma superpotência próxima de si (Mearsheimer 2014).

Por outro lado, esses elementos do Confucionismo, como a força moral, a cooperação e o equilíbrio, são vistos como essenciais na consolidação de

5 Hide our capacities and bide our time, but also get some things done (tradução nossa).

6 Principal nome da Teoria Realista nos Estados Unidos.

uma ascensão pacífica, atribuídas ao Tianxia. Com a criação da OCX como um todo, percebe-se um afastamento, em muitos pontos, do modelo de construção hegemônico utilizado pelos Estados Unidos e ao qual autores ocidentais, como os citados acima, tentam atribuir ao crescimento chinês. Entretanto, a adoção de uma abordagem propriamente chinesa leva ao uso do Tianxia para explicar essa alternativa à visão ocidental, devido aos projetos de desenvolvimento e ao uso de soft power⁷ que fundamentam na prática essa outra abordagem à questão e justificam a escolha dessa terminologia para contrapor o modelo vigente no Sistema Internacional, pautado na interferência e na imposição de força pela potência ocidental, com uma organização de mundo mais “civilizada” (Xuetong 2001). Nesse sentido, os autores Li e Worm apontam que um dos principais pontos de influência pacífica da China poderia se dar exatamente pela atração proporcionada pelos benefícios econômicos de uma aliança com o país⁸ (Li e Worm 2011).

2.4.3 NO GOVERNO DE XI JINPING

Para consolidar essa visão de ascensão pautada no modelo pacífico, documentos oficiais do Partido Comunista Chinês (PCC), denominados de “China’s Peaceful Development” – Desenvolvimento pacífico da China –, foram colocados à público para mostrar o posicionamento chinês não-ofensivo que permearia o modo de atuação da política externa do país. A diplomacia e as ações de Pequim, nesse sentido, estariam de acordo com a defesa do seu desenvolvimento cooperativo, e não de caráter militar e expansivo, como alegado por acadêmicos e governos (China Internet Information Center 2005).

Xi Jinping também, nas metas do país, colocou o conceito de fuqiang – próspero e forte – como um dos principais pontos, o que se relaciona, em parte diferente do resto dos objetivos de desenvolvimento do mundo, muito com o cenário interno da China, voltando para a riqueza – fu – e o poder – qiang –, ambas necessidades do país em si, que visa esse enriquecimento e o aumento de relevância no cenário internacional. Relacionado ao Tianxia, também percebe-se uma construção de discurso voltado para essa noção de a “China como líder global”, por conta da sua unidade nacional e a força referente a essa, assim como pela influência global que o país obtém com o passar das décadas, muito diferente do cenário de humilhação vivido no passado. Esse papel de liderança, entretanto, baseia-se fortemente em um “futuro compartilhado para a humanidade”, voltado para a busca por atender aos interesses das individualidades de cada país, já que os “interesses comuns” são um tema abordado desde 1997 a

7 Modelo de influência sem o uso de armamentos e ações diretas. Aqui, os autores utilizam seis aspectos: cultura, modelo de desenvolvimento, atração econômica, valor da política doméstica e papel nas instituições internacionais.

8 Aspecto fundamental na OCX, em que a China é responsável por proporcionar grande apoio financeiro aos demais membros.

2002, pelo ex-presidente Jiang Zemin (BBC News e Zhang 2017, 19).

Na comemoração de 70 anos do Partido Comunista Chinês (PCCh), o presidente Xi Jinping reiterou a busca do país pelo desenvolvimento pacífico, porém também explicitou o desenvolvimento militar para a garantia de sua soberania e segurança dentro do Sistema Internacional (Reuters 2019). Já no 50º aniversário da presença chinesa como membro do Conselho de Segurança da ONU, o presidente Xi Jinping discursou sobre a importância do desenvolvimento pacífico, da reforma e abertura, além do foco no multilateralismo e na defesa da “ordem internacional” (Xinhua 2021). Novamente, em um discurso oficial, o Ministro das Relações Exteriores retomou esse ideal de busca pela paz, comparando-a ao “ar e ao sol” como fator essencial, mas que por vezes não é devidamente reconhecido enquanto existe. Ao reforçar a importância do diálogo como meio de resolução de conflitos e explicitar os perigos de proxy wars, o membro do governo chinês explicita o posicionamento da busca pela pacificidade, cooperação e a oposição à conflitos do mandato de Xi Jinping (FMPRC 2022).

Esses pronunciamentos oficiais, logo, são fortemente relacionados ao ideal do Tianxia apresentado anteriormente, por reforçarem o comprometimento do país com a cooperação. Do mesmo modo, essas falas exemplificam a busca pela liderança chinesa, mas de modo essencialmente pacífico, elemento difundido no mandato de Xi Jinping, trazendo para a atualidade a referência milenar ligada ao Confucionismo. A seguir, a abordagem desses aspectos, principalmente na atuação da OCX, será feita de modo mais específico.

.3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Referente aos tópicos abordados acima, a tendência à ascensão pacífica da China, por meio do Tianxia, é um fator central na busca de alternativas ao modelo estadunidense de governança global. Entretanto, é preciso analisar os aspectos referentes à OCX e seus objetivos para esclarecer essa possível influência por cooperação no Sistema Internacional, além das possíveis oposições em relação à liderança chinesa e seu modo de operação. Nesse sentido, seria a estratégia do Tianxia a melhor alternativa para os membros da OCX? Esses elementos serão devidamente aprofundados a seguir.

3.1 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA ÁSIA HOJE

Atualmente, o continente asiático é dividido em seis grandes regiões:

Oriente Médio⁹, Ásia Central¹⁰, Ásia Meridional¹¹, Sudeste Asiático¹², Extremo Oriente¹³ e Ásia Setentrional¹⁴. Cada região (e os países que a compõem) possui características políticas, econômicas e sociais particulares e possui relevância, em maior ou menor grau, para as dinâmicas que permeiam o continente asiático. No âmbito de apresentar a organização e a divisão territorial do continente asiático, faz-se importante apresentar instituições responsáveis por integrar economicamente, militarmente e politicamente ainda mais o continente, como, em especial, é o caso da Organização para Organização de Xangai (OCX), ou em inglês Shanghai Cooperation Organization (SCO).

3.2 A OCX E SUAS VANTAGENS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO TIANXIA

Para obter os resultados trazidos pelos ideais do Tianxia, a participação da China em organizações como a OCX se torna um mecanismo fundamental de colaboração com os demais países vizinhos para que se possa criar uma rede de apoio e de desenvolvimento liderada pelos chineses. Em meio a um cenário internacional dominado pelo ocidente, a existência de uma organização bem estruturada surge como uma resposta para que se possam obter mudanças.

3.2.1 ORIGEM E FUNÇÕES DA OCX

Inicialmente nomeada, em 1996, de os “Cinco de Xangai” – Cazaquistão, China, Quirguistão, Rússia e Tadjiquistão – a organização buscava resolver os conflitos existentes após a dissolução da URSS, o que alterou o cenário fronteiriço. Porém, em 2001, a entrada do Uzbequistão criou uma nova dinâmica e o nome foi alterado para Organização de Cooperação de Xangai (OCX), buscando uma relação de confiança e cooperação mútua entre os membros participantes (Lima, Viana e Fonseca, 2019). Assim, a OCX é uma organização intergovernamental internacional integrada por China, Rússia, Índia, Tadjiquistão, Uzbequistão, Paquistão, Cazaquistão, Quirguistão e o Irã, que aguarda a oficialização de sua entrada a partir de 2023. Segundo os autores Lima, Viana e Fonseca (2019), inicialmente a OCX foi fundada para resolver questões fronteiriças, mas, com o passar dos anos, passou a tratar de projetos de grande escala relacionados a transporte, energia, telecomunicações, segurança, militarismo, defesa, negócios estrangeiros e cultura, atingindo, por isso, projeção e relevância enormes no cenário mundial. Ademais, contando com oito países membros, a OCX abrange

9 Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrain, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria e Turquia.

10 Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão.

11 Paquistão, Índia, Bangladesh, Butão, Nepal e Sri Lanka.

12 Brunei, Mianmar, Camboja, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Vietnã, e Timor-Leste.

13 China, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Taiwan, Hong Kong, Mongólia e Macau.

14 Rússia.

as regiões Norte, Sul, Oriental e Central da Ásia (mais de 80% do território asiático), além do fato de que seus países membros compõem mais de 40% da população do planeta e 1/4 do PIB mundial. Portanto, tendo como base esses números, a OCX pode ser considerada a maior organização regional do mundo no que tange a questões de território e população (Lima, Viana e Fonseca 2019)

Além dos oito membros efetivos, ainda há na OCX quatro países com status de observadores, que são Afeganistão, Bielorrússia e Mongólia, e seis países com o status de parceiros, sendo eles Azerbaijão, Armênia, Camboja, Nepal, Turquia e Sri Lanka. Dessa forma, a Organização se estende do Oceano Índico ao Ártico e do Oceano Pacífico ao Mar Negro.

Assim, de acordo com Lima (2019), esse caráter continental e a aderência de múltiplos países à OCX acabam fortalecendo-a em termos geopolíticos, econômicos e demográficos. Logo, ela busca organizar sua política interna de modo a seguir os princípios de confiança, benefícios, igualdade, consultas, respeito pela diversidade cultural mútua, além de dividirem o desejo de ampliar seu desenvolvimento. Já na externa, utiliza-se dos princípios de não-alinhamento, não ter como alvo um terceiro país e de manterem os membros abertos para as questões. Em 2004, Chung analisou que um dos principais objetivos da China na OCX seria o de buscar aliados na Ásia Central para lidar com as regiões separatistas, como a de Xinjiang (Chung 2004).

3.2.2 ESTRUTURA DA OCX

A OCX funciona com duas sedes permanentes, sendo elas em Beijing (China) o Secretariado e em Tashkent (Uzbequistão) o Conselho da Estrutura Antiterrorista Regional, com seus líderes sendo escolhidos a cada três anos pelo Conselho de Chefes de Estado, responsável por decidir o direcionamento e as diretrizes acerca dos assuntos da organização. Há o Conselho de Chefes de Governo, encarregado de debater as estratégias para a consolidação da cooperação entre os países e as áreas que receberão mais destaque. Além deles, existe outra série de reuniões entre chefes de parlamento; secretários de Conselhos de Segurança; ministros de relações exteriores, defesa, emergência, economia, transporte, cultura, educação, saúde; chefes de agência de aplicação de leis e tribunais supremos e arbitrários, além de procuradores da república, coordenados pelo Conselho de Coordenação Nacional. A partir de 2006, quando foram formadas as bases para a cooperação econômica, também criou-se o Conselho Empresarial e a Associação Interbancária, aprovando investimentos do setor privado nos Estados por meio da SCO Business Council (Lima, Viana e Fonseca 2019).

3.2.3 OS BENEFÍCIOS DA OCX PARA A CONSOLIDAÇÃO DO TIANXIA

Partindo do pressuposto de que o Tianxia se fundamenta nas bases horizontais e pacíficas, há uma necessidade de se criar uma frente capaz de se opor ao modelo neoliberal atual, que se difere fortemente do objetivo chinês, já que perpetua um ciclo de hegemonia pautado na exploração do Sul Global. A consolidação desse Novo sistema estabeleceria diversas mudanças estruturantes, seja pelo fato de a China possuir 20% da população mundial, seja pelas pressões que isso causaria nos padrões atuais de política externa, criando um cenário de possível transição para um sistema orientado pela China (Rodrigues e Martins 2020).

Logo, para alcançar esses objetivos, a OCX surge como uma forma de aliar as potências aos países que desejam a concretização da multipolaridade, sendo um contraponto à atual liderança do sistema internacional – os Estados Unidos – e seus aliados. Essa contraposição “revela-se como uma grande disputa entre Estados Unidos e aliados na OTAN, de um lado, e OCX, com China e Rússia (principalmente), do outro, que deve ter impacto determinante no futuro geopolítico global” (Padula 2018, p. 369). Nesse contexto, as ações chinesas na OCX, investindo e apoiando os demais países que necessitam dessa aliança para crescerem, mostram-se como meios práticos de distribuir poder na região, visto que proporcionam um crescimento equilibrado ao mesmo tempo em que beneficiam a China por colocá-la como propulsora desse desenvolvimento, e assim garantem a ela um forte apoio dos demais países da organização (Lima 2019). De fato, garantir uma vasta rede de aliados ao redor do globo se mostra vantajoso para a China, já que garante a ela um maior reconhecimento diplomático internacional e aumenta sua força decisória nas principais instituições internacionais, facilitando a execução de seus planos de desenvolvimento pautados na multipolaridade, em consonância com o Tianxia (Rodrigues e Martins 2020).

3.3 AÇÕES DA CHINA NA ÁSIA E SUAS IMPLICAÇÕES

A história do Estado chinês é marcada, em grande parte, por uma postura de forte isolamento quanto às relações internacionais do país. Devido ao objetivo de manter a coesão interna e a estabilidade do país, ideias muito inspirados no conceito do “He” (equilíbrio), a China ao longo da maior parte da sua história se mostrou um país que focava em políticas que priorizavam o mercado interno, mesmo mantendo relações com outros povos (Guichard 2014).

No entanto, é importante notar que essa postura foi sendo gradualmente modificada — com mais intensidade nos séculos XVIII e XX — por conta de inúmeras revoltas internas e invasões de nações estrangeiras, acontecimentos que ameaçaram a sobrevivência da soberania do Estado chinês. Por esse motivo,

se fazia necessária uma mudança de comportamento por parte da China e seus governantes, principalmente no âmbito internacional, a fim de reforçar o poder do Estado chinês e garantir sua manutenção frente a um, na visão chinesa, ameaçador contexto internacional (Fairbank e Goldman 2008).

Nos últimos três milênios, a China muitas vezes ocupou a posição das civilizações mais avançadas tecnologicamente do mundo, mas sempre prezando pelo bem-estar de seu povo e adotando uma postura exterior mais reservada (Munhoz 2015). Nas últimas décadas, esse comportamento internacional chinês foi transformado para uma ação externa mais ativa, o que, de acordo com Guichard (2014), confere à China o status de grande potência econômico-política, uma vez que esse título está relacionado aos potenciais físicos, humanos e econômicos¹⁵, e às capacidades de influência de um Estado, fatores com os quais ele atua ativamente no contexto global, e não só como um Estado que tenta sobreviver aos desafios do meio internacional. Com o recente processo de ascensão da China, percebe-se o aumento dos investimentos do país em questões de segurança, dado a desconfiança que possui em relação às respostas das demais potências internacionais (Guichard 2014).

Justamente para evitar possíveis ofensivas vindas do exterior, a China busca agir internacionalmente de forma muito estratégica e cautelosa, seguindo principalmente as premissas do Tianxia de um desenvolvimento discreto e constante (Kissinger 2011). Assim, o objetivo primordial da China é fortalecer cada vez mais sua influência regional — e, em seguida, sua influência mundial —, para que, paulatinamente, possa realizar sua “ascensão pacífica”¹⁶ e para que possa se consolidar como grande potência no meio internacional. (Rodrigues 2020) Por conta disso, a China, no século XXI, optou por se tornar protagonista dos assuntos geopolíticos, vindo a idealizar e firmar alianças dos mais variados tipos e com os mais variados países, mas buscando priorizar acordos com aqueles do continente asiático (Rodrigues 2020).

3.3.1 PROPOSTAS

Além da Organização para Cooperação de Xangai, sobre a qual já foi discorrido anteriormente, a China, historicamente, conta com outras propostas muito relevantes para o desenvolvimento e a integração regional do continente asiático. Dentre elas, principalmente, há as propostas de criação de instituições mais tradicionais, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), fundada em 1967, e da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), surgida em 1989; e há as propostas de criação de instituições mais recentes, como os BRICS, fundados em 2009 (Lu 2020).

¹⁵ Por exemplo, a China possui o terceiro maior território mundial, possui a maior população do planeta, com 1,4 bilhões, e detém notável produção industrial.

¹⁶ O termo “ascensão pacífica” foi substituído por “desenvolvimento pacífico” nos pronunciamentos oficiais chineses, supostamente porque a noção de “ascensão” era ameaçadora.

A ASEAN, por mais que tenha sido fundada por Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura e Tailândia, Estados do Sudeste Asiático, tem a China como seu maior parceiro político-comercial (Lu 2020). Mesmo que tenha sido inicialmente concebida como instrumento de garantia da paz e da estabilidade regionais, essa instituição tem, ultimamente, dado maior ênfase a questões econômicas, como forma de incentivo ao desenvolvimento de seus membros (Marchiori 2004). Além disso, em 1976, foi adotado o Tratado de Amizade e Cooperação, promovendo o respeito de todas as partes pelo direito dos Estados na condução de sua existência nacional, sem interferências externas, ingerência nos assuntos internos dos demais países e ameaça ou uso de força (ASEAN 1976). Assim, a China, como maior apoiadora da ASEAN, uma associação que integra toda a região sudeste da Ásia, acaba reforçando e fortalecendo sua influência sobre toda essa região específica, o que contribui para a sua projeção continental e também internacional (Lima e Lu 2019, 20).

Em relação à APEC, ela foi fundada com a finalidade de promover a liberalização do comércio, a facilitação dos negócios e a cooperação econômica tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento na região Pacífico-asiática (Lima 2019). Essa instituição é composta por Estados da Ásia, da Oceania e das Américas e, de seus 21 membros, 13 são asiáticos, com destaque para China, Japão e Rússia como membros-chave dessa aliança. Dessa forma, é importante destacar que a China, como participante central de acordos intercontinentais poderosos como a ASEAN e a APEC, acaba reiterando sua posição de liderança regional e, por conseguinte, reafirmando seu status de potência político-econômica no ambiente internacional (Marchiori 2004).

Sobre o grupo de países denominados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é um tipo de parceria que visa a fortalecer países emergentes que enfrentam dificuldades em um sistema internacional dominado por potências centrais, como os Estados Unidos (Rodrigues 2020). Justamente nesse sentido, foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) — instituição voltada a dar suporte financeiro aos membros do BRICS, e a outros países emergentes — como uma alternativa aos modelos tradicionais, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (Lima 2019). Dessa forma, a China, por ser um Estado central de uma instituição como o BRICS, capaz de contestar as estruturas tradicionais e oferecer apoio aos Estados em desenvolvimento, acaba adquirindo uma enorme capacidade de negociação com as potências vigentes, um aprofundamento da cooperação econômica entre países emergentes, e uma maior estabilidade nas regiões dos parceiros dos BRICS (Niu 2013).

Além dessas principais instituições formadas ao longo dos séculos XX e XXI, a China vê a região da Ásia Central como crucial em termos de segurança energética e de suprimento de minerais estratégicos para os interesses chineses (Kastner 2018). Isso se dá muito por conta do fato de os Estados Unidos dominarem passagens marítimas estratégicas na trajetória Ásia-Pacífico, como o

Estreito de Malaca, por exemplo, o que induz os chineses a se inclinarem para a busca de rotas comerciais terrestres ao invés de marítimas (Padula 2018). É nesse viés que surge o megaprojeto de construção de uma sofisticada rede de infraestrutura, transporte e comunicação pela Eurásia, tendo como principal expoente o projeto geoeconômico da Nova Rota da Seda (NRS)¹⁷, ou em inglês Belt and Road Initiative (BDI).

Sobre a Nova Rota da Seda, ela consiste no maior conjunto de obras da história da humanidade e foi proposta pelo presidente chinês Xi Jinping em 2013 como uma possibilidade real de alterar o jogo da economia global: um modelo de “globalização inclusiva” baseada na interconectividade, nos investimentos em infraestrutura e em uma superestrutura institucional financeira controlada pelos Estados, características essas que vão de acordo com a premissa do desenvolvimento pacífico, baseada na ideologia do Tianxia (Rodrigues 2020). Com essa nova super proposta, a China objetiva fortalecer os laços econômicos com Ásia, África, Europa e América Latina com investimentos de bilhões de dólares em infraestrutura marítima, aérea e terrestre que venham a favorecer a conexão e o comércio entre os Estados dessas regiões. De maneira geral, como afirma Rodrigues (2020), “a construção da BRI faz parte da geopolítica econômica chinesa como agenda de desenvolvimento, de sustentação da sua expansão econômica e influência política regional e global”.

3.3.2 INVESTIMENTOS E BENEFÍCIOS COMERCIAIS

Os principais investimentos chineses são voltados a estabelecer uma ideia de multilateralidade e de incentivo ao desenvolvimento dos demais, sem estabelecer relações comerciais pautadas na exploração e no endividamento de países mais vulneráveis (Lima e Rodrigues 2019, 20). Nesse contexto, a criação, em 2015, do Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB), foi realizada objetivando o financiamento de diversos projetos de infraestrutura na Ásia Central, no Sudeste Asiático e no Sul da Ásia, sendo uma manifestação dessa busca pela multilateralidade por parte da China (Hung 2018).

Em relação à ASEAN, os benefícios estabelecidos entre a China e essa instituição são de enorme vantagem para ambos. Em 2010, foi estabelecida a Área de Livre Comércio (ALC) da China e da ASEAN, a maior ALC regional do mundo em termos populacionais e que zerou os impostos para mais de 90% das mercadorias comercializadas entre as duas partes do acordo (Embaixada da República Popular da China no Brasil 2017). Na época do estabelecimento dessa ALC, a meta era de, até 2020, ampliar o comércio bilateral entre China e ASEAN para US\$ 1 trilhão, e, até o ano de 2014, esse valor girava em torno dos US\$ 400 bilhões.

17 O termo Nova Rota da Seda faz alusão à antiga Rota da Seda chinesa, um emaranhado de rotas comerciais que conectava a China ao Oriente Médio e à Europa durante as dinastias Han e Tang.

Em relação aos investimentos chineses no BRICS, vamos nos prender às iniciativas da China em Brasil, África do Sul e Índia. Antes de tudo, é importante destacar que os chineses contribuíram com US\$ 40 bilhões para a fundação, em 2014, do novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, sediado em Xangai (Garcia 2020). Agora, começando pelo Brasil, suas relações comerciais com a China passaram de US\$ 3 bilhões para US\$ 70 bilhões entre 2001 e 2015 e os investimentos chineses no Brasil, entre 2007 e 2018, chegaram a quase US\$ 60 bilhões, dos quais 82% foram destinados ao setor energético brasileiro (Garcia 2020). Ademais, segundo Garcia (2020), os investimentos da China na África do Sul, entre 2003 e 2014, cresceram quase oitenta vezes, passando de US\$ 500 milhões para US\$ 33 bilhões, os quais se destinam principalmente aos setores de finanças (29%), desenvolvimento (24%) e metais (14%). Sobre a relação sino-indiana, as transações comerciais entre os dois países passaram de US\$ 3 bilhões para US\$ 70 bilhões entre 2000 e 2015. Além disso, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) de origem chinesa na Índia mostrou uma tendência de crescimento entre 2011 e 2016, com cerca de US\$ 10 bilhões investidos no último ano em questão, dos quais 74% se destinam à infraestrutura indiana (Garcia 2020).

Quanto às propostas financeiras chinesas para a Nova Rota da Seda, o orçamento chinês previsto para a NRS até a finalização do projeto em 2049 gira em torno de US\$ 1 trilhão em investimentos voltados às necessidades básicas — infraestrutura de energia, transportes e comunicações — de muitos países (Rodrigues 2020). Por meio desse empreendimento, a China investe de forma cumulativa no alcance do seu objetivo de desenvolvimento harmonioso e cooperativo, projetando sua influência através da simpatia para seus potenciais parceiros. Nos anos atuais, segundo Mendonça (2021), mais precisamente entre os anos de 2013 e 2020, o Investimento Estrangeiro Direto chinês em países da Nova Rota da Seda foi de aproximadamente US\$ 300 bilhões, distribuídos em diversos setores.

Além disso, a Nova Rota da Seda funciona como um meio de inserção internacional da China e é financiada por diversas fontes, como bancos de desenvolvimento, bancos comerciais e fundos de investimento. Dentre essas fontes, as duas principais são o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (CHEXIM). Ambas as instituições lideram os empréstimos chineses no exterior e, desde 2009, têm se expandido de forma significativa, atingindo abrangência global e providenciando grande parte do financiamento para projetos em países da BRI (Mendonça 2021). Também, de acordo com Mendonça (2021), entre 2008 e 2019, o CDB e o CHEXIM investiram US\$ 462 bilhões em mais de 800 projetos no exterior, tendo a Ásia como foco dos investimentos.

3.4 ESTUDO DE CASO

Em um cenário de polaridade protagonizado pelos Estados Unidos e apoiado pelo Ocidente, a ascensão da China surge como uma resposta direta, provocando rupturas e transformações na ordem desse sistema. Entretanto, ela não é a única a buscar uma maior influência internacional capaz de alterar a balança de poder vigente, o que pode ser observado no comportamento de países como a Rússia e a Índia (Visentini 2019). O Governo russo, hoje liderado por Vladimir Putin, busca uma consolidação de sua soberania e um espaço de proteção das ameaças ocidentais. Enquanto isso, os indianos, que tem como presidente Ram Nath Kovind e primeiro-ministro Narendra Modi, almejam maior influência mundial. Nesse sentido, essa sessão servirá para explicitar o posicionamento e as implicações dessas disputas por poder no território euroasiático, questões fundamentais para a compreensão de possíveis discordâncias e das alianças entre os países destacados com a China, já que ambos são fatores que causam atritos entre os membros da OCX.

3.4.1 RELAÇÃO COM A RÚSSIA

Em um cenário de dominação estadunidense, as relações entre China e Rússia perpetuam e se adaptam de modo a criar uma aliança que beneficie o aumento de influência pelos espaços globais. Porém, de acordo com Paulo Visentini, essa aliança é categorizada como “*ma non troppo*”¹⁸, já que ambos os países divergem em certos pontos, além de estarem em constante competição pela região. A Rússia, além de uma potência energética, é também uma forte protagonista da semi-periferia¹⁹, crescendo sua presença internacional por meio da internacionalização de empresas da área e no setor de armamentos. Por outro lado, a abordagem chinesa apresenta um forte foco econômico no continente africano e na América Latina, assim como a consolidação de novos projetos como a Nova Rota da Seda ou “One Belt, One Road” (OBOR), recriando conceitos básicos da geopolítica aliados aos fatores econômicos. (Visentini 2019)

Ambos os países são potências nucleares e membros do Conselho de Segurança da ONU, porém a China mantém seu socialismo combinado com um forte projeto desenvolvimentista multifacetado e globalizado, intercalado com incrementos no setor da tecnologia e da defesa, o que a colocou no posto de segunda maior economia do mundo, gozando de estabilidade interna e de autonomia internacional. Ademais, o “socialismo de mercado” chinês possui fortes conexões comerciais, financeiras e tecnológicas tanto com países capitalistas desenvolvidos, tanto com os em desenvolvimento, o que cria uma nova dinâmica,

18 Do italiano: “mas não muito”.

19 As grandes nações emergentes constituem uma espécie de semi-periferia, onde a acumulação prévia de capital os coloca numa posição de projeção econômica global, gerando uma situação em que o crescente peso econômico conflitua com a ordem política mundial preexistente (Visentini 2019).

principalmente nas regiões periféricas. Por outro lado, a Rússia aparece no cenário internacional como uma “potência reemergente”, visando a ascensão no mundo atual após a queda da URSS. Para Visentini, ela é “o único Estado com capacidade de rivalizar estrategicamente com os Estados Unidos”, já que segue tendo uma forte base tecnológica, aeroespacial, armamentista e de capacidade de defesa. Contudo, no âmbito político, não há um partido estruturante e sua sociedade ainda se recupera das fortes transformações e fragmentações, consequência do desmonte do bloco soviético (Visentini 2019).

Nesse contexto, a Rússia observa que a melhor configuração para o sistema internacional seria o de multipolaridade, já que conservaria a autonomia e a liderança do país, o que é consolidado exatamente pela presença russa nas organizações asiáticas, como a OCX (Adam 2011), o que não extingue o fato de no início do governo de Putin, o bilateralismo era alternativa principal ao sistema hegemônico em relação ao espaço pós-soviético, de modo a reafirmar a região como zona de influência russa. Porém, esses dois posicionamentos aparentam, à primeira vista, serem contraditórios, mas que segundo Sakwa são apenas uma resposta de Moscou para se adaptarem a realidade atual, recorrendo ao multilateralismo para atender aos interesses russos, mesmo que o foco seja a de manutenção dos Estados soberanos (Skawa e Adam 2004, 11).

Em busca dessa multipolaridade, apoiada pelos países em ascensão como a China, há a necessidade de criar uma frente capaz de se proteger de ofensivas ocidentais, pois o posicionamento estratégico das bases da OTAN no entorno do território russo são um fator preocupante. Em Junho de 2022, a organização também se manifestou acerca da China, classificando-a como um “desafio de defesa”, o que levou à resposta chinesa de que ela “não é o desafio sistêmico imaginado pela OTAN” e que essa é o “verdadeiro desafio sistêmico para a paz e a estabilidade do mundo” (O Globo 2022). Esses comportamentos das frentes ocidentais e seus aliados alimentam a aproximação da Rússia com a China, já que o crescimento da presença asiática no cenário internacional é uma grande oportunidade para se modificar a balança de poder atual (Visentini 2019).

A questão é que esse modo de atuação da OTAN induz a retirada de empecilhos nas relações entre Rússia e China, situação que poderia se encaminhar de modo diferente caso não houvesse a necessidade de se formar uma nova rede de apoio e cooperação, considerando que ambas as potências desejam aumentar sua influência e seus relacionamentos com aliados na região asiática – principalmente na Ásia Central – e possuem planos de crescimento, o que a longo prazo pode acarretar em um desafio de soberania entre elas (Visentini 2014).

3.4.2 RELAÇÃO COM A ÍNDIA

Contrariando a tendência esperada de que uma colaboração entre a Índia e a China não seria possível devido às divergências entre os países em

relação ao Sul da Ásia, ambos acabaram por criar uma agenda de cooperação em conjunto, fato visto na aliança da OCX. Desde 1950, a Índia vem adotando um posicionamento voltado para o Sul Global, sendo necessário para o desenvolvimento manter um ambiente pacífico na região (Assis, 2019), projeto que foi afetado pela queda da URSS – seu maior parceiro comercial – e ao aumento dos valores do petróleo, o que os afastou da estabilidade desejada. A partir de 1980, a Índia já havia iniciado seu processo de aproximação tanto com a China, quanto com os Estados Unidos, que inclusive apoiava a indústria militar no país. Entretanto, visando uma melhora no relacionamento com Beijing, em 2007 a parceria foi cortada, já que aumentava o nível da desconfiança entre as duas potências em ascensão, o que prejudicava os objetivos indianos de boas relações. (Ganguly & Pardesi, Vieira e Basrur 2009; 13, 17). O objetivo indiano, contudo, tem como principal foco a redução da sua dependência e o estabelecimento de alianças com outros países emergentes (Assis 2019).

Além disso, a eleição de Modi – de 2014 até o atual momento – criou uma nova dinâmica na região, pois seu partido tinha como diretriz a prática da Hindutva, um modelo direcionado pelo hinduísmo, o que acarretaria em uma política externa voltada para a proeminência indiana dentro do cenário internacional. A adoção desses ideais levariam o país a conquistar a “Grande Índia”, o que incluiria o Paquistão e Bangladesh, aumentando as instabilidades na região e criando um aumento dos tensionamentos para com a China, que já voltam a aparecer devido a reativação da aliança militar com o Japão e os Estados Unidos. Esse comportamento pode, em certos aspectos, ser comparado ao que hoje é chamado de “realismo ofensivo”,²⁰ que levaria os Estados a seguirem se expandindo por conta da necessidade de defender sua soberania em meio aos incessantes conflitos que se propagam pelo mundo (Basrur 2017).

Esse comportamento indiano tem como objetivo, segundo Basrur, obter as melhores vantagens dentro do sistema mundial, e é por isso que o país tende a não se envolver nos conflitos entre parceiros, para que possa se aliar tanto ao eixo ocidental (EUA), quanto ao eixo asiático (China e Rússia). No entanto, a Índia não busca uma posição balanceadora, mas sim de liderança, o que se difere do modo de atuação dos chineses, baseado no Tianxia, fato que altera fortemente o modo com que as alianças são estruturadas. Nesse aspecto, a busca por mais influência internacional reflete nas propostas indianas de entrada no Conselho de Segurança da ONU, fornecendo “capacetes azuis”, o que, não declaradamente, cria um afastamento com Beijing, já que a potência tende a rejeitar a entrada na Índia, pois o relacionamento entre os países vêm enfrentando problemas com o agravamento das questões fronteiriças e disputas marítimas na região de Aksai

20 In its simplest form, my theory maintains that the basic structure of the international system forces states concerned about their security to compete with each other for power. The ultimate goal of every great power is to maximize its share of world power and eventually dominate the system. In practical terms, this means that the most powerful states seek to establish hegemony in their region of the world while also ensuring that no rival great power dominates another area (Mearsheimer, 2014).

Chin e Arunachal Pradesh. Contudo, a China segue sendo essencial para o crescimento da Índia como potência influente no cenário mundial (Basrur e Assis 2017, 19).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Em busca da consolidação do objetivo chinês por meio do Tianxia, é perceptível que a OCX se torna um meio para esse se concretizar. Nesse sentido, a China é responsável por protagonizar uma série de projetos multi e bilaterais que respeitam os interesses nacionais dos países aliados e buscam o desenvolvimento de áreas importantes para a autonomia desses espaços. Esses projetos colaborativos, muito voltados para o âmbito da infraestrutura, são formas essenciais de aumentar a influência chinesa e criar laços de aproximação política baseados na confiança mútua de obtenção de resultados benéficos para todos. Pode-se citar, então, a “Nova Rota da Seda” – ou “One Belt One Road” – como principal ação já iniciada, além do “China-SCO Local Economic and Trade Cooperation Demonstration Area” em parceria com o “Sino-Russian Energy Investment Private Equity Fund Management” e outras organizações financeiras, assim como projetos voltados para o transporte ferroviário e segurança (Silk Road Briefing 2022).

Em relação ao megaprojeto da Nova Rota da Seda (BRI), ele se divide em duas rotas principais: uma terrestre, chamada “Cinturão Econômico da Rota da Seda”, e outra marítima, chamada “Rota Marítima do Século XXI”. Pela via terrestre, o objetivo é integrar o oeste chinês à Rússia, à Ásia Central, à Ásia Ocidental e à Europa, por meio da construção de infraestruturas e ferrovias que servem de artérias irrigadoras da integração econômica. Pela via marítima, através, majoritariamente, de estruturas portuárias, a meta é integrar a China aos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), com um foco ainda maior nos países próximos ao sul chinês (CAI 2017). Dentro da Nova Rota da Seda, se fazem presentes seis corredores econômicos internacionais: i) China-Mongólia-Rússia; ii) Nova Ponte Terrestre da Eurásia; iii) China-Ásia Central-Ásia Ocidental; iv) Bangladesh-China-Índia-Mianmar (BCIM); v) China-Península da Indochina; e vi) China-Paquistão.

É importante ressaltar que a Nova Rota da Seda é financiada por diversas fontes financeiras, com destaque para o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (Chexim), peças-chave para os objetivos a longo prazo da BRI, visto que lideram os investimentos externos chineses (Jenkins 2019). Estima-se que entre 2008 e 2019 esses dois bancos investiram cerca de US\$ 470 bilhões em quase 900 projetos no exterior. Esses aportes financeiros englobam a construção e modernização de rodovias, ferrovias, gasodutos, usinas termelétricas, hidrelétricas, nucleares, infraestrutura urbana, entre outras iniciativas (Mendonça 2021). Sobre o Investimento Es-

trangeiro Direto da China, entre 2005 e 2021, seu montante chegou a cerca de US\$ 1,2 trilhão, em quase 2000 operações ao redor do mundo todo, e a Ásia apresenta-se como o destino de 25% desse valor (US\$ 330 bilhões).

Ademais, os contratos de construção da China sob a BRI concentram-se em três tipos de infraestrutura (rodovias, ferrovias e usinas de energia), que correspondem a 87% do total. Os outros 13% subdividem-se em logística intermodal, dutos de energia (oleodutos e gasodutos), linhas de transmissão de energia e portos. É importante destacar que a Ásia conta com a maior parte desses contratos, com cerca de 60% deles (Mendonça 2021). Por exemplo, o Paquistão é o principal destino dos recursos aplicados pela China e totaliza quase US\$ 8 bilhões em contratos, além de contar com a construção do Corredor China-Paquistão (CPEC), que traz enormes benefícios para a região. Assim, de acordo com Ker (2017), essa “diplomacia dos contratos de infraestrutura” projetaria influência política chinesa e aprofundaria seus laços bilaterais, além de estimular as exportações, o que contribuiria para tornar a China um líder global na comercialização de recursos. Do ponto de vista chinês, a promoção internacional desses projetos de infraestrutura através dos contratos de produção contribui para os objetivos globais de impulsionamento da China buscados pela Nova Rota da Seda, e que vão de acordo com as premissas do Tianxia (Mendonça 2021).

Para concretizar esse projeto da “Nova Rota da Seda”, a China busca uma nova plataforma para tal desenvolvimento, sendo ela um projeto com os membros da OCX chamado de Organização de Cooperação da Economia Local e Cooperação de Comércio da China-Xangai (China-Shanghai Cooperation Organisation Local Economic & Trade Cooperation Demonstration Area – SCODA). Essa proposta, voltada para as Zonas Industriais, seria uma maneira de expandir os locais onde ocorrem investimentos e aumentar a colaboração entre os países membros, além da troca de conhecimento acerca de novas tecnologias fundamentais e do processo de produção. O projeto já conta com seu primeiro fundo de investimento estrangeiro, chefiado por Qingdao – cidade sede – e nomeado de Qingdao’s Qualified Domestic Limited Partnership (QDLP), para facilitar esse processo comercial. Entretanto, a China não age sozinha nesse fundo, já que há a colaboração com a Rússia, por meio do Sino-Russian Energy Investment Private Equity Fund Management (Qingdao) Co Ltd, Kazakhstan’s Astana International Financial Centre, CICC Capital, e outros, visando aumentar o fluxo de capital entre fronteiras.

Ademais, a OCX já é reconhecida pelos seus centros de tecnologia e manufatureiros, assim como pela posse de riquezas minerais por parte de seus membros, o que amplia as possibilidades produtivas – desde setores primários de extração até produções de alto valor agregado – e leva a questões envolvendo a preservação ambiental, aspecto chefiado pela China, que se comprometeu internacionalmente sobre. Logo, o meio ambiente torna-se outro ponto de cooperação, já que é necessário buscar alternativas para o atual modelo de produção e

desenvolvimento. Ou seja, há uma grande expectativa em relação à concretização dessas alianças entre os membros da OCX para que eles possam desenvolver ainda mais suas economias nacionais e reduzir os riscos envolvendo crises globais — e seus impactos sociais (Alimov 2018).

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Islâmica do Afeganistão** possui relações calorosas e conturbadas com a China. Os dois países estabeleceram conversas diplomáticas com maior envolvimento a partir de 1955, as quais se mostravam promissoras, mas essa situação mudou drasticamente após a China apoiar, em 2001, a intervenção estadunidense em território afegão. Esse apoio por parte da China partia da desconfiança que ela possuía em relação à conexão entre os separatistas muçulmanos da região de Xinjiang, em especial com os extremistas uigures, como observado na questão do Paquistão (BBC News 2021), a noroeste do território chinês, e os talibãs do Afeganistão. Depois da expulsão do regime talibã por parte dos Estados Unidos em 2001, as relações com a China melhoraram muito e, desde 2010, o Afeganistão vem recebendo investimentos chineses de forma crescente. A retomada do talibã ao poder em 2022, por mais estremecedora que seja, está sendo vista, em partes, com bons olhos pela China, que se mostrou disposta a colaborar com o novo grupo no poder e ajudar no processo de reconstrução após a retirada dos Estados Unidos. A longo prazo, se o país conseguir se recuperar, a China se interessa pelas riquezas minerais que podem existir no subsolo afegão e que serão de extrema importância para seus objetivos de desenvolvimento. Por isso, por mais que as relações entre os dois países se encontrem incertas e nebulosas, exatamente pela instabilidade da ascensão de grupos extremistas em Xinjiang, que possam ser motivados pela tomada de poder do Talibã, é visível que ambos buscarão apoiar-se mutuamente para que saiam fortalecidos em futuros acordos de parceria. (Jureńczyk 2022).

O **Reino da Arábia Saudita** possui relações com a China na questão energética, já que o país é um grande consumidor. Além disso, desde 2017 ela mantém e intensifica sua aliança com a Rússia, principalmente influenciada pelo impacto das sanções de 2018 — por conta do assassinato de um membro contrário ao regime saudita — as quais levaram ao estreitamento do relacionamento da Arábia Saudita com o espaço euroasiático, também beneficiando a economia russa com os investimentos nas fontes de combustíveis fósseis (Bianco 2018). Isso levou a um aumento das alianças do país com membros da OCX, culminando na entrada oficial como parceiro de diálogo. Com isso, aumentou-se a presença de governos de maioria islâmica na Organização, o que pode ser um fator de influência para a questão da atual tomada de poder pelo Talibã no Afeganistão (Silk Road Briefing 2021). Entretanto, é preciso analisar que o país, ainda assim, mantém fortes vínculos com os Estados Unidos, uma relação de décadas, mas

que pode se afastar por conta de questões nacionais e externas envolvendo o petróleo, em que a China e outros países membros surgem como uma alternativa a esse mercado (Folha 2022).

A **República de Belarus** possui relações militares e econômicas diretas com a Rússia, sua maior parceira regional, principalmente como uma resposta às pressões ocidentais que minariam a autonomia e a soberania do país. Entretanto, em 2020, essa aliança passou por uma crise causada pelas acusações de Belarus de que Moscou estaria pressionando o território e mentindo acerca da questão envolvendo um grupo de “mercenários”, o que acabou sendo superado exatamente pela crescente ameaça ocidental e fortaleceu os laços, principalmente no âmbito securitário. Hoje, a China surge como uma alternativa, tendo em vista que percebem a Bielorrússia como um Estado estável e previsível, o que levou ao estabelecimento de Beijing como o segundo maior parceiro comercial. Além disso, a concretização de projetos como o parque industrial “Great Stone” eleva o relacionamento entre os dois países, que se vê parceiro tanto da China quanto da Rússia (Sang e An 2022).

Quarto maior país em extensão da Ásia e um dos cinco membros dos “Cinco de Xangai”, organização que deu origem à atual OCX, a **República do Cazaquistão** se mostra historicamente um importante aliado estratégico da China. Além do fato de ambos terem sido os co-fundadores da Organização de Cooperação de Xangai, com o objetivo de fortalecer a parceria regional para segurança e desenvolvimento, os dois países vêm realizando enormes progressos nos seus acordos comerciais e econômicos. Isso ocorre pelas gigantes necessidades energéticas da China, a qual, para suprir suas demandas internas, vem investindo de forma pesada no aproveitamento dos recursos energéticos (principalmente petróleo e gás natural) do Cazaquistão, o qual é um dos países com maior abundância de recursos minerais e energéticos do mundo (Curado 2021). Além disso, o território cazaque é considerado pela China como a porta natural da Nova Rota da Seda, conectando o continente euroasiático. Por conta disso, investimentos astronômicos vêm sendo feitos na região, com vistas a desenvolver principalmente sua infraestrutura para que possa suportar o megaprojeto chinês. Ademais, é importante destacar o Memorando de Entendimento assinado por ambos os países em 2013, selando internacionalmente seu apoio internacional mútuo (Chung e Curado 2004, 21). Por fim, a intervenção das forças armadas de paz da OCX para conter a tentativa de golpe de Estado, do dia 10 de janeiro de 2022, se mostrou significativa. O atual presidente do Cazaquistão, Kassym Jomart Tokayev, denunciou que o país foi “atacado por grupos de combatentes armados que aproveitaram as manifestações contra o aumento dos preços dos combustíveis como desculpa para agir”, ressaltando que “seu objetivo principal era minar a ordem constitucional, destruir as instituições do governo e tomar o poder, tratando-se de uma tentativa de golpe de Estado” (Estado de Minas 2022). O governo cazaque contou com a ajuda de tropas aliadas, principalmente

da Rússia e da OCX, que obtiveram êxito para conter as insurgências militares (Estado de Minas 2022). Sabendo que seu país passa por instabilidades, o governo do Cazaquistão precisará contar com o apoio de aliados estratégicos, como é o caso dos membros da OCX, e para isso precisará manter laços estreitos com eles.

Como a maior economia do continente asiático, e segunda maior economia do mundo, a **República Popular da China** vem crescentemente ocupando uma posição de protagonismo internacional. O seu grande objetivo é o de se consolidar como potência internacional, mas para isso adota uma estratégia de desenvolvimento discreto e gradual, visando a não chamar a atenção dos grandes atores do plano internacional para evitar qualquer tipo de revés. Os dois principais meios adotados pela China para que ela atinja seu objetivo são a promoção, e a reiteração, da ascensão (ou desenvolvimento) de forma pacífica e a busca pelo fortalecimento da integração, primordialmente, regional. Para o seu plano de desenvolvimento regional iniciativas como a Organização para Cooperação de Xangai, aliada à Nova Rota da Seda, se mostram ferramentas extremamente potencializadoras, visto que promovem o desenvolvimento econômico, social, infraestrutural e político de todos os países envolvidos, o que promove um crescimento de forma conjunta e uma aliança mútua entre os envolvidos. Assim, a China não se vê como uma potência em busca de hegemonia e dominação regionais, mas sim como aquela destinada a guiar as demais em direção ao progresso e ao desenvolvimento de forma equilibrada e harmônica, premissas muito marcantes da filosofia Tianxia, base do pensamento político chinês (Guichard, Rodrigues e Martins 2014, 20).

Sobre a **República Árabe do Egito**, sua entrada na OCX como Parceiro de Diálogo também influencia no aumento da presença islâmica dentro da organização. Além disso, o Egito representa um importante passo de desenvolvimento para a região do MENA (Oriente Médio e Norte da África) que já tem seu espaço visado há décadas pela China e pela Rússia, que construíram alianças de cooperação para infraestrutura e zonas de livre comércio (Silk Road Briefing 2021). Por outro lado, o Egito segue sendo um aliado essencial para os Estados Unidos, já que é amplamente apoiado diplomática e militarmente para garantir a estabilidade na região árabe, além de seu papel de aproximação com Israel. Nesse sentido, ele pode se mostrar resistente a um futuro aumento da influência chinesa no espaço – já que essa aproximação poderia desencadear sanções por parte dos EUA – o que cria incerteza sobre o futuro do Egito na OCX e na escalada do Tianxia (Arab Center DC 2021).

Como analisado na seção anterior, a **República da Índia** pode ser uma possível antagonista da liderança chinesa por meio do Tianxia, já que os indianos desejam um maior papel internacional baseado na sua liderança, e não como balanceadores. Essa característica da política da Índia pode se intensificar com o aumento da influência da China nos diversos espaços globais, minando

o protagonismo indiano de se consolidar, além do fato da participação do país no QUAD (Diálogo de Segurança Internacional) com os Estados Unidos, o que pode ser visto como um desafio ao crescimento chinês, já que é uma estratégia estadunidense no indo-pacífico de explícita contenção chinesa (The White House 2022). Nesse sentido, elucubra-se que a Índia seria o “segundo fronte” contra a China, na opinião de oficiais estadunidenses (The Eurasian Times 2022). A Índia, desse modo, deseja um caminho de independência em relação a essas duas potências, e não de submissão. Já em relação a outros membros da OCX, como a Rússia, o país demonstrou seu descontentamento em relação ao Conflito da Ucrânia por conta da crise alimentícia e de energia, ressaltando a necessidade de se “diversificar as fontes” (SCO 2022), além de ter ressaltado que “os tempos de hoje não são tempos de guerra” (The Diplomat 2022). Entretanto, isso não significa que o país irá buscar conflitos abertos, já que para o seu desenvolvimento atual é mais benéfico buscar aliança com todas as potências do que criar possíveis consequências que afetem negativamente a Índia. Além disso, é inegável a existência de relações entre os países, já que, junto com a Rússia, eles compõem os BRICS e a OCX (Ganguly & Paredesi e Vieira 2009, 13).

A **República Islâmica do Irã** foi uma grande potência no passado antigo, reduzida a um caráter de quase colônia desde o século XIX e extremamente prejudicado pelas sanções impostas pelos Estados Unidos desde a década de 1980. Além disso, suas relações diplomáticas com a China, que se iniciaram em 1971 e se intensificaram nos últimos trinta anos, envolvem aspectos políticos, militares e, principalmente econômicos, uma vez que a China é o principal aliado do Irã para ajudá-lo a sobreviver às sanções e ao isolamento internacional impostos pelos EUA. O Irã possui significativas reservas energéticas e de recursos naturais, elementos vistos como essenciais para a estratégia de desenvolvimento chinesa. No entanto, sua parceria não se limita somente ao âmbito energético, englobando também a indústria bélica, a cooperação em defesa e o apoio contra possíveis ataques vindos dos Estados Unidos. Para se ter ideia, em 2021 foi assinado um acordo bilateral que prevê um investimento de cerca de US\$ 400 bilhões por parte da China para o Irã ao longo de 25 anos (Salvi 2021). Dessa forma, o Irã vê sua aliança com os chineses como fundamental e acredita que uma maior integração regional sob a liderança da China é positiva para sua própria resistência em relação às investidas estadunidenses, além do papel da Rússia na consolidação do país (Veja 2022) – somado ao estreitamento de relação com a venda de mísseis no Conflito da Ucrânia, em que o Irã sofreu sanções pelo ato – o que coloca o Irã em posição de buscar uma conciliação.

Como analisado na seção anterior, a **Federação da Rússia** passou a se aproximar da China em busca de mudança para um sistema multipolar baseado na independência. Ambos os países possuem características complementares, sendo o potencial energético e industrial, além do arsenal militar mantido pelos russos, enquanto os chineses buscam um aumento na sua capacidade dissuasiva.

Entretanto, nenhum dos países deseja manter o posto de menor poder dentro dessa aliança, o que impede a evolução dessa estrategicamente. Há um descompasso que evita que se conquiste o equilíbrio entre eles, pois antigamente a Rússia superava a China, situação que já se reverteu atualmente, corroborando para a manutenção desse cenário (Visentini 2015). Logo, um crescimento no poder chinês como liderança na base do Tianxia pode desequilibrar ainda mais essa aliança, causando um descontentamento nos russos que desejam que seu país seja respeitado internacionalmente e tenha um maior protagonismo no sistema mundial. Por outro lado, o Conflito da Ucrânia – em 2022 – marcou um período de expectativa em relação ao futuro da aliança sino-russa, já que, em um primeiro momento, a China tentou manter sua neutralidade em relação ao evento, para evitar impactos de sanções. Porém, com a necessidade russa de redirecionar sua venda de gás, o parceiro chinês foi o maior destaque, sendo fundamental para a estabilidade do país – o que é reconhecido pelo governo russo –, somado ao fato de que é preciso evitar o avanço de bases da OTAN nos territórios euroasiáticos (CNN, Fundação FHC, Shullman & Kendall-Taylor 2022).

A **República Islâmica do Paquistão** é um aliado histórico da China, visto que, desde 1951, os dois países desfrutaram de uma relação mutualística de apoio diplomático e militar. No ano de 2011, uma reunião entre os primeiros-ministros de ambos reafirmou seu bom relacionamento e, desde lá, seus laços se estreitam mais a cada ano, fato comprovado com a fala dos representantes de cada país, que afirmaram ser “amigos de ferro”, em 2019. No âmbito militar, a China é a maior parceira do Paquistão quanto ao fornecimento de recursos e materiais bélicos, além do fato de que os dois países compartilham esforços em relação a questões de segurança. Ademais, o território paquistanês se mostra um palco chave para os objetivos da Nova Rota da Seda, motivo que levou à elaboração do Corredor Econômico China-Paquistão (CECP), o qual trouxe enormes impulsos econômicos, vigorosos intercâmbios entre seus povos e, principalmente, o aprofundamento contínuo da cooperação pragmática. Dessa forma, o Paquistão está firmemente comprometido com as iniciativas externas chinesas, apoiando-a em prol de seus interesses nacionais e regionais (Fialho 2019), o que não significa que não possua parcerias com os Estados Unidos. Por outro lado, a presença da Índia na OCX é uma questão para o país, que possui conflitos por questões territoriais e étnico-religiosas (BBC News 2022), o que levanta questionamentos sobre como serão conciliadas as visões para que se construa a cooperação entre os membros. Do mesmo modo, a influência do país sobre o Afeganistão e o complicado relacionamento com a questão do Talibã – sobre a qual o ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Shah Mahmood Qureshi, se posicionou contrário à total culpabilização deles pelos “males” do país – que pode vir a movimentar a organização de grupos extremistas uigures, fato temido pela China pelo aumento de instabilidade em Xinjiang (BBC News 2021).

A **República Quirguiz** é outro país que vem aumentando sua aliança

com a China, também pelo projeto da Nova Rota da Seda, que iria ligar o território a Xinjiang e ao Uzbequistão. Considerando a grande parceria econômico e de desenvolvimento entre os dois países, além da crescente aproximação por conta das sanções aplicada à Rússia – após o conflito com a Ucrânia – que trouxeram um tom de incerteza acerca dos impactos atuais e futuros delas no país (The Korea Times 2022), a tendência é que o Quirguistão seja um apoiador da liderança chinesa do Tianxia. O relacionamento positivo mútuo é visto no apoio do país ao “Uma só China”, e no apoio chinês ao desenvolvimento adequado às capacidades e características nacionais (Zhang e Lu 2019). Esse cenário de ainda mais destaque da China no âmbito internacional poderia proporcionar maiores benefícios para a República, que trilharia um caminho de maior relevância e autonomia. Entretanto, é preciso considerar que a Rússia ainda possui influência sobre o território – fruto do período da União Soviética – mesmo que essa venha diminuindo ao longo das últimas décadas, além de ser uma grande potência regional (Visentini 2015).

De modo semelhante, a **República do Tadjiquistão** vem fortalecendo seus laços com a China, que também promete ao país um desenvolvimento nacional e na esfera agrícola. Em 2019, quando o Tadjiquistão era presidente da CICA (Conferência sobre Interação e Medidas de Construção da Confiança na Ásia) e sediou a assembleia, o governo chinês parabenizou-os e prometeu colaborar para aumentar a cooperação entre os membros. Além disso, eles têm projetos de desenvolver ainda mais áreas em sua aliança, com a China apoiando esse estreitamento das relações e visando a concretização da Nova Rota da Seda em parceria com o vizinho (Xinhua 2019). Em 2021, o presidente do Tadjiquistão agradeceu à China pela sua responsabilidade em liderar a OCX e disse que quer continuar ligado aos chineses no desenvolvimento da organização de modo próximo. Esse estreitamento das relações sino-tadjiques demonstra o direcionamento favorável ao aumento da influência chinesa no país, que provavelmente se manterá como um apoiador desse cenário (Zhang 2021).

A **República da Turquia** é um dos nove parceiros de diálogo da Organização para Cooperação de Xangai, mas busca, cada vez mais, uma aproximação com a China e com essa grande organização. A partir da cúpula da OCX, no dia 16 de setembro de 2022, o próprio presidente turco, Recep Erdogan, afirmou que uma potencial oferta para o ingresso da Turquia na OCX seria estrategicamente muito relevante, uma vez que permitiria ao Estado turco uma atuação equilibrada no sistema internacional. Com sua possível adesão como membro da OCX, a Turquia seria o primeiro Estado a fazer parte tanto da OTAN quanto da OCX, o que ampliaria a margem de negociação turca com Ocidente e Oriente (Bloomberg Línea 2022). Além disso, China e Turquia vêm estreitando seus laços político-diplomáticos de forma crescente. Sobre isso, o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, afirmou que “a China valoriza o papel único da Turquia nos assuntos regionais e internacionais, estando disposta a

fortalecer a cooperação para (...) salvaguardar os interesses comuns das economias” (Poder360). Inclusive, mostra-se essencial a inter-relação econômica entre ambos os países, principalmente em projetos de desenvolvimento tecnológico (Poder360). Por fim, com seu potencial ingresso na OCX, a Turquia busca uma presença internacional mais autônoma e soberana, sem se submeter aos interesses de potências mais poderosas tanto do Leste quanto do Oeste mundiais (Leães 2014).

Em relação à **Mongólia**, o país tem um relacionamento com a Rússia datado do período soviético. Entretanto, após o fim da URSS, ele passou a se aproximar da China, estreitando as relações ao longo das últimas décadas por conta do rápido crescimento chinês, que seria benéfico para os interesses de desenvolvimento mongól. Em um cenário de pandemia da COVID-19, esses laços se intensificaram ainda mais e impulsionaram o desenvolvimento de ambos os países, através do projeto da Nova Rota da Seda e, principalmente, com a “Iniciativa de Estrada de Desenvolvimento da Mongólia”. Considerando esses elementos, a tendência é que a Mongólia busque a manutenção dessa aliança e da confiança política que consolidou com a República Popular da China, já que o Estado chinês traz um projeto de desenvolvimento atrativo para a Mongólia (People’s Daily 2021).

A **República do Uzbequistão** estabeleceu relações diplomáticas com a China em 1992, e desde lá suas tratativas vêm se tornando cada vez mais alinhadas. Com o plano de promover uma integração regional consolidada, a China buscou estabelecer um bom relacionamento com praticamente todos os países do continente asiático. O Uzbequistão é um deles. No ano de 2005, ambos assinaram o “Tratado de Amizade e Cooperação China-Uzbequistão”, o que comprova esse compromisso mútuo entre os dois. Atualmente, a China é o maior parceiro comercial dos uzbeques, sendo sua principal fonte de importações e exportações, fato que é comemorado pelo primeiro-ministro uzbeque, Abdulla Aripov, o qual, em 2019, afirmou que “a República Popular da China é o parceiro mais próximo do Uzbequistão”. Além disso, o território uzbeque é localizado em uma zona de transição entre Oriente Médio, Ásia Setentrional e Europa, e por isso é visto pela China como um território pivô (e, assim) crucial para os interesses da Nova Rota da Seda. Por esse motivo, imensos investimentos estão sendo trazidos para o Uzbequistão, o que está fortalecendo ainda mais a sua relação com os chineses, vistos como ótimos aliados (Lima 2019).

QUESTÕES A PONDERAR

1 Considerando a OCX como uma alternativa aos mecanismos liderados pelos Estados Unidos de expansão, como a OTAN e outras alianças militares, seria a liderança chinesa do Tianxia a melhor forma de se enfrentar esses desafios?

2 Em busca de um caminho mais autônomo em relação à China, como a Rússia e a Índia irão reagir em relação ao aumento de influência chinesa em espaços considerados como “zonas de interesse” (Ásia central e vizinhos da Índia)?

3 Seria interessante para a Ásia Central essa continuidade do crescimento das relações com a China, considerando que, no momento atual, os países ainda buscam um cenário de múltiplas alianças em busca de apoio para seu desenvolvimento?

4 A expansão da filosofia do Tianxia como mecanismo de liderança cooperativa com a frente chinesa pode ser observado desse modo pelos países membros da OCX? Esse meio pode ser percebido como, no futuro, um empecilho para os interesses nacionais dos outros parceiros ou é a melhor resposta para as questões regionais?

5 Portanto, qual será o posicionamento dos membros da OCX na manutenção do Tianxia como meio norteador das ações chinesas? Como a questão será encaminhada: apoiar ou não essa alternativa ao ocidente?

REFERÊNCIAS

Adam, Gabriel Pessin. 2011. A Rússia e os Países da Comunidade dos Estados Independentes no Início do século XXI. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). Uma Longa Transição: vinte anos de transformação na Rússia. Brasília: Ipea. Cap. 2. p. 39-79.

Alimov, Rashid. 2018. The Shanghai Cooperation Organisation: Its Role and Place in the Development of Eurasia. *Journal of Eurasian Studies* 9, no. 2 (July 2018): 114–24. <https://doi.org/10.1016/j.euras.2018.08.001>.

Amin, Samir. 1997. Los Desafíos de la Mundialización. México: Siglo XXI.

ASEAN. 1976. 1976 Declaration of Asean Concord. Disponível em: https://www.icnl.org/wp-content/uploads/Transnational_1976Declaration.pdf. Acesso em: 9 jan. 2022.

Arab Center DC. 2021. Agreements and Tensions in US-Egyptian Relations. Disponível em: <https://arabcenterdc.org/resource/agreements-and-tensions-in-us-egyptian-relations/>

Assis, Caroline Chagas de. 2019. Ascensão dos BRICS: uma nova geopolítica mundial? Rio Grande do Sul: Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Basrur, Rajesh. 2017. Modi's foreign policy fundamentals: a trajectory unchanged. Oxford University Press: International Affairs, v. 93, n. 1, p.7-26.

BBC News. 2017. Xi Jinping: ‘Time for China to take centre stage’. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-41647872>

BBC NEWS. 2021. Os interesses de EUA, China, Rússia, Irã e Paquistão no futuro

do Afeganistão. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58242038>

BBC News. 2022. Índia x Paquistão: 3 questões para entender divisão dos 2 países há 75 anos e as consequências até hoje. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62546859>

Bissio, Beatriz. 2017. Novos cenários geopolíticos: A aliança entre a Rússia e a China pode mudar o futuro da Eurásia. Rio de Janeiro. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://doi.org/10.15175/1984-2503-20179308>.

Cai, P. 2021. Understanding China's Belt and Road Initiative. Lowy Institute, 22 Mar. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2UIS5xf>>. Acesso em: 12 ago.

China Internet Information Center. 2005. White Paper on Peaceful Development Road Published. Disponível em: <http://www.china.org.cn/english/2005/Dec/152669.htm>

Chung, Chien-peng. 2004. The Shanghai Co-Operation Organization: China's Changing Influence in Central Asia. The China Quarterly, no. 180: 989–1009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20192414>.

CNN. 2022. Rússia reforça apoio da China em meio a retirada na Ucrânia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-reforca-apoio-da-china-em-meio-a-retirada-na-ucrania/>

Curado, P. R. F.; Ribeiro, G. G. 2021. O Cazaquistão entre as potências: um balanço da política externa multivetorial durante os anos Nazarbaev (1991-2019). Rev. Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, e1175. Disponível em: <http://doi.org/10.21530/ci.v16n3.2021.1175>.

Dittmer, Lowell. 2010. China's Rise, Global Identity and Developing World. In: DITTMER, Lowell; YU, George T. (Ed.) China, the Developing World and the New Global Dynamic. London: Lynne Rienner Publishers. p. 203-230.

Embaixada da República Popular da China no Brasil. 2017. China e ASEAN impulsionam comércio e investimentos com ALC atualizada. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cebr//por/szxw/t1493223.htm>.

Estado de Minas. 2022. Distúrbios foram 'tentativa de golpe', diz presidente do Cazaquistão. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/01/10/interna_internacional,1336541/disturbios-foram-tentativa-de-golpe-diz-presidente-do-cazaquistao.shtml

Fairbank, J. K.; Goldman, Merle. 2008. China: uma nova história. Porto Alegre: L&PM.

Fialho, V. L.; Ferrari, A. E. 2019. Porto de Gwadar: o eixo geoestratégico do corredor econômico China-Paquistão. Artigo de periódico. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.96336>.

Folha. 2022. EUA reavaliam relação com Arábia Saudita após Opep+ definir corte na produção de petróleo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/10/eua-reavaliam-relacao-com-arabia-saudita-apos-opep-definir-corte-na-producao-de-petroleo.shtml>

- FMPRC. 2022. Making Every Effort for Peace and Development and Shouldering the Responsibility for Solidarity and Progress. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/202209/t20220925_10771160.html
- Fundação FHC. 2022. As relações entre a China e a Rússia pós-invasão da Ucrânia. Disponível em: <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/as-rela%C3%A7%C3%B5es-entre-a-china-e-a-r%C3%BAssia-p%C3%B3s-invas%C3%A3o-da-ucr%C3%A2nia-9b797d475a0>
- Ganguly, Sumit; Pardesi, Manjeet S. 2009. Explaining Sixty Years of India's Foreign Policy. *India Review*, Bloomington, v. 8, n. 1, p.4-19, 10 fev. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14736480802665162>.
- Ganguly, Sumit; Pardesi, Manjeet S. 2009. Explaining Sixty Years of India's Foreign Policy. *India Review*, Bloomington, v. 8, n. 1, p.4-19, 10 fev. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14736480802665162>.
- Garcia, Ana Saggiaro. 2020. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. Artigo de Periódico. *Revista Tempo do Mundo*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/240/208>.
- Google Arts and Culture. Povo chinês. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/entity/g1q6lpd1h7?hl=pt>
- Guichard, Daniel Oliveira. 2014. Reconstruindo o Tianxia: a China e a elaboração de sua própria teoria das relações internacionais. Trabalho de Conclusão de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento.
- Guichard, Daniel Oliveira. 2014. Reconstruindo o Tianxia: a China e a elaboração de sua própria teoria das relações internacionais. Trabalho de Conclusão de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento.
- Harris, Peter. China in a Global Context over Half a Century. *New Zealand International Review* 42, no. 2 (2017): 22–25. <https://www.jstor.org/stable/48551987>. <http://portuguese.people.com.cn/n3/2021/0223/c309809-9821190.html>
- Jenkins, R. 2019. How China is reshaping the global economy: development impacts in Africa and Latin America. Oxford: Oxford University Press.
- Jing-Shen Tao, 1988. Two Sons of Heaven: Studies in Sung-Liao Relations. Tucson: University of Arizona Press. p. 8
- Jureńczyk, Łukasz. 2022. A contribuição chinesa para a estabilização do Afeganistão “democrático”. Porto Alegre: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais.
- Kang, David. 2010. East Asia Before the West: Five Centuries of Trade and Tribute. New York: Columbia University Press.
- Kastner, Scott L., Margaret M. Pearson, and Chad Rector. 2018. Order in Central Asia: From Accept to Invest. Chapter. In *China's Strategic Multilateralism: Investing in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, .
doi:10.1017/9781108695725.004.

- Kennedy, Paul. 1989. *The Rise and Fall of Great Powers*. United States: Random House
- Ker, M. 2017. *China's high-speed rail diplomacy*. Washington: US-China Economic and Security Review Commission, (Staff Research Report). Disponível em: <<https://bit.ly/39ICcLq>>.
- Kissinger, Henry. 2011. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Leães, Ricardo Fagundes. 2014. A política externa turca sob o AKP. Porto Alegre: Revista InterAção.
- Li, Xin; Worm, Vernon. 2011. Building China's Soft Power for a Peaceful Rise". *Journal of Chinese Political Science* 16(1):69-89. DOI:10.1007/s11366-010-9130-2
- Lima, Marcos Costa. 2019. A geopolítica asiática e seus desdobramentos globais: a Organização para Cooperação de Xangai. Artigo de periódico. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v14n2.2019.911>.
- Lima, Marcos Costa; Viana, Deisiane; Fonseca, Pedro. 2019. A geopolítica asiática e seus desdobramentos globais: a Organização para Cooperação de Xangai. Artigo de periódico. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v14n2.2019.911>.
- Lu, Renato, 2020. ASEAN se torna maior parceiro comercial da China. Portuguese. Portuguese People CN. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2020/0618/c309807-9701851.html>.
- Marchiori, Frederico. 2004. Duas variantes de uma mesma abordagem: a relação ASEAN-APEC. Artigo de Periódico, Grupo de Estudos Asia-Pacífico, PUC/SP. Disponível em: <https://www.pucsp.br/geap/artigos/art2.PDF>.
- Mearsheimer, John J. 2014. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York, NY: WW Norton.
- Mendonça, Marco Aurélio Alves de. 2021. A Nova Rota da Seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento, fluxos de Investimento Externo Direto (IED) e contratos de construção. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/211207_pub_preliminar_nt_dinte_a_nova_rota_da_seda.pdf
- Mendonça, Marco Aurélio Alves de. 2021. A Nova Rota da Seda e a projeção econômica internacional da China: redes de financiamento, fluxos de Investimento Externo Direto (IED) e contratos de construção. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/211207_pub_preliminar_nt_dinte_a_nova_rota_da_seda.pdf.
- Munhoz, Athos. 2015. *A Ascensão da China e os seus impactos para o Leste Asiático*. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre: UFRGS.
- Niu, Haibin. 2013. A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.197-229.

- O GLOBO. 2022. Após menção em documento da OTAN, China diz que aliança tem mãos manchadas de sangue. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/06/apos-mencao-em-documento-da-otan-china-diz-que-alianca-tem-maos-manchadas-de-sangue.ghml>.
- Pacaut, Marcel; BOUJU, Paul. 1979. O Mundo Contemporâneo, 1945-1975. Lisboa: Estampa. p. 185-209; 431-444.
- Padula, Raphael. 2018. A geopolítica estadunidense e a Eurásia. Sobre a guerra. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 340-370.
- Reuters. 2019. China's Xi says country will stay on path of peaceful development. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-china-anniversary-xi-idUSKBN-1WG2LC>
- Rodrigues, B. S.; Martins, Carlos E. R. 2020. O sistema TIĀNXIÀ (天夏) como estratégia do ZHONGGUO (中国) – reflexões sobre a transição hegemônica mundial no longo século XXI. Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 166-195. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p166>.
- Rodrigues, B. S.; Martins, Carlos E. R. 2020. O sistema TIĀNXIÀ (天夏) como estratégia do ZHONGGUO (中国) – reflexões sobre a transição hegemônica mundial no longo século XXI. Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 166-195. Disponível em: <http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p166>.
- Sakwa, R. 2004. Putin, Russia's choice. Londres, Nova York: Routledge.
- Salvi, Rafael. China assina acordo com Irã e aprofunda relação comercial e militar entre os países. Gazeta do Povo, 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/china-assina-acordo-com-ira-e-aprofunda-relacao-comercial-e-militar-entre-os-paises/>.
- Sampaio, Thiago Henrique. 2015. As considerações de Marx sobre as Guerras do Ópio e suas consequências na sociedade chinesa (1839-1860). Artigo de Periódico. Revista Espaço Acadêmico. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27534>.
- Sang, Huynh Tam; An, Pham Do . 2022. Belarus' Burgeoning Ties with Russia and China. China Observers. Disponível em:
- SCO. 2015. About SCO: The Shanghai Cooperation Organisation. Disponível em: http://eng.sectsco.org/about_sco/.
- SCO. 2022. English Translation of Remarks by Prime Minister, Shri Narendra Modi at the SCO Summit. Disponível em: <http://eng.sectsco.org/archives/20220919/913585/English-Translation-of-Remarks-by-Prime-Minister-Shri-Narendra-Modi-at-the-SCO-Summit.html>
- Shullman, David O., and Andrea Kendall-Taylor, Best and Bosom Friends: Why China-Russia Ties Will Deepen after Russia's War on Ukraine. Edited by Jude Blanchette and Hal Brands. Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2022. <http://www.jstor.org/stable/resrep41887>.
- Silk Road Briefing. 2022. Shanghai Cooperation Organisation Establishes Economic Cooperation Zones. Disponível em: <https://www.silkroadbriefing.com/>

- The Diplomat. 2022. Despite Difficulties, SCO Underscores Growing Indian, Chinese and Russian Convergence. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/09/despite-difficulties-sco-underscores-growing-indian-chinese-and-russian-convergence/>
- The Eurasian Times. 2022. 2nd Front Against China – US Says India Presents A ‘Two Front’ Problem For Beijing; Can PLA Sustain Dual Pressure? Disponível em: <https://eurasiantimes.com/2nd-front-against-china-us-says-india-presents-a-two-front-problem-for-beijing-can-pla-sustain-dual-pressure/>
- The Korea Times. 2022. Why China is likely to focus more on Central Asia as US rivalry intensifies. Disponível em: https://www.koreatimes.co.kr/www/world/2022/06/501_330853.html
- The White House. 2022. Quad Joint Leaders’ Statement. Disponível em:
- Veja. 2022. UE aprova novas sanções contra Irã por venda de drones à Rússia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/ue-aprova-novas-sancoes-contra-ira-por-venda-de-drones-a-russia/>
- Vieira, Máira Baé. 2013. A emergência da Índia como potência: ruptura ou continuidade?. In: VISENTINI, Paulo Fagundes et al. BRICS: As potências emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Rio de Janeiro: Vozes. Cap. 3. p. 77-121.
- Vieira, Máira Baé. 2013. A emergência da Índia como potência: ruptura ou continuidade?. In: VISENTINI, Paulo Fagundes et al. BRICS: As potências emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Rio de Janeiro: Vozes. Cap. 3. p. 77-121.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2015. O Caótico séc. XXI. Editora: Alta Books.
- Visentini, Paulo. 2014. “China e Rússia, aliadas ma non troppo”. Gaúcha ZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/11/Paulo-Fagundes-Visentini-China-e-Russia-aliadas-ma-non-troppo-4643752.html>
- Visentini, Paulo. 2019. Eixos do poder mundial no Século XXI: uma proposta analítica. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.8, n.15, Jan./Jun. p. 9-25.
- Wang, Q. Edward. History, Space, and Ethnicity: The Chinese Worldview. Journal of World History 10, no. 2 (1999): 285–305. <http://www.jstor.org/stable/20078782>.
- Xinhua. 2019. China e Tadjiquistão concordam em aprofundar laços para prosperidade comum. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2019-06/16/c_138146503_2.htm
- Xinhua. 2021. Xi reiterates China’s commitment to peaceful development, reform and opening-up, multilateralism. Disponível em: http://www.news.cn/english/2021-10/25/c_1310266996.htm

PARLAMENTO LATINO- AMERICANO E CARIBENHO (PARLATINO)



SEGURANÇA NA AMAZÔNIA: DA SOBERANIA LATINO- AMERICANA À PROTEÇÃO AMBIENTAL

*Vicente Carpi Nejar¹
Vitor Oliveira²*

RESUMO

A América Latina é historicamente constituída como um espaço de disputas internacionais devido a seus grandes recursos naturais. Destaca-se, dentro desta realidade, a situação da floresta amazônica, que com o crescente debate referentes às mudanças climáticas do século XXI vem se tornando o foco de importantes conflitos no cenário mundial, abarcando questões políticas, econômicas, comerciais, sociais e ecológicas. Junto deste debate, salienta-se a questão da soberania dos Estados-nacionais da região amazônica, que encontram-se pressionados por grandes potências internacionais que visam intervir em questões internas que estão diretamente relacionadas à Amazônia; fazendo, então, com que os tópicos mencionados venham a representar uma ameaça à soberania dos países sul-americanos. Este guia, portanto, visa estabelecer as relações entre a constituição geopolítica do espaço Amazônico e a manutenção da soberania nacional dos Estados sul-americanos na atualidade, sobretudo no que tange à influência dos debates sobre proteção ambiental.

1 Vicente é graduando do quinto semestre de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2 Vitor é graduando do quinto semestre de Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia é vista como uma região estratégica desde os primórdios da colonização europeia nas américas, e o espaço amazônico hoje serve como um dos três “eldorados” da humanidade, em conjunto à Antártica e o fundo dos oceanos. Esses três elementos, juntos, formam os principais tópicos de debate acerca da preservação ambiental e da luta contra as mudanças climáticas no século XXI; por isso, são questões de alta relevância global. No entanto, diferentemente dos outros dois, a Amazônia ocupa um espaço territorial que está sob a proteção de Estados nacionais, fazendo com que as questões relacionadas a ela passem, primeiramente, pela soberania de países sul-americanos. Dessa forma, é significativo o papel da região amazônica na construção do cenário político e econômico internacional, que atualmente vem ganhando destaque da mídia tradicional e da comunidade ocidental a respeito do compromisso no equilíbrio ambiental do planeta. O papel da região da Amazônia na constituição do cenário político e econômico internacional é de extrema relevância, e vem ganhando destaque na atualidade com o enfoque da mídia tradicional e da comunidade ocidental sobre seu papel no balanceamento ambiental do planeta (Bellintani e Lira, 2014).

Neste sentido, este guia procura elucidar as questões que envolvem a segurança do espaço amazônico, passando por questões políticas e sociais que envolvem tráfico transnacional, interferência estrangeira na soberania dos países envolvidos, até tópicos ambientais com a atuação de agentes internacionais na manutenção da floresta e de seus recursos naturais. Num primeiro momento, será explorado o contexto histórico da Amazônia como região estratégica, observando a evolução do seu papel dentro do comércio internacional e de seu destaque para os países locais, chegando até as problemáticas contemporâneas que envolvem a segurança da floresta. Também serão abordados assuntos como o posicionamento dos países envolvidos em questões centrais para a análise aqui feita, bem como ações internacionais tomadas para debater e solucionar esses problemas no âmbito internacional.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para entender as principais questões contemporâneas que envolvem a Amazônia, é fundamental contextualizar seu passado de modo a indicar os desdobramentos mais recentes, além da persistência de determinados personagens e abordagens. A sua história é marcada pela diversidade, com grandes alterações a partir da chegada dos europeus e da consequente colonização. Em um primeiro momento, a Amazônia serviu como lar para comunidades originárias que viviam integradas ao meio ambiente; no entanto, acabaram por ser subjugadas a um sistema de dominação do homem sobre a natureza a partir do século XVI, com o extrativismo transformado em prática elementar. Paralelamente ao desenvol-

vimento da exploração econômica, também há a formação da Amazônia como espaço geopolítico. Se considerarmos a geopolítica como o estudo das relações entre espaço geográfico e poder, como propõe Becker (2005), historicamente a Amazônia foi um palco para afirmações de poder de diferentes atores e Estados. Inicialmente isso ocorreu em um contexto colonial entre as monarquias europeias, com protagonismo das ibéricas, em especial Portugal. Em sequência, a Amazônia integra os projetos dos Estados independentes da América do Sul, tornando-se com o tempo uma área de interesse – seja por motivos econômicos, estratégicos ou até mesmo ambientais, como se tem visto nas últimas décadas – dos governos de cada nação, o que a torna um tema polêmico devido às diferentes interpretações sobre o que se deve e se pode fazer com ela (Homma, 2001; Bellintani e Lira, 2014).

2.1. A AMAZÔNIA COMO ESPAÇO GEOPOLÍTICO

Antes da Amazônia ser ocupada pelas potências ultramarinas europeias, o que só ocorreu a partir do século XVI, a floresta teve uma longa trajetória marcada pela multiplicidade de povos indígenas interligados pelo meio fluvial. Ao contrário do senso comum que se consolidou na América Latina sobre a Amazônia pré-colonial, de que esta seria um vazio selvagem pronto para ser conquistado pelo ser humano e sua ciência, a região contava com uma agricultura capaz de proporcionar subsistência para as comunidades e o desenvolvimento de amplas relações humanas, especialmente entre aqueles residentes das densamente povoadas várzeas amazônicas. Tendo em conta os fatores naturais da floresta e as pesquisas arqueológicas recentes, há um consenso de que a Amazônia já tinha entre 6 e 10 milhões de habitantes antes da chegada dos europeus (Bellintani e Lira 2014, Homma 2001, Gonçalves e Filippi 2022, Rodrigues 2022).

O século XVI marca o início da transformação desse cenário, quando a empreitada marítima das coroas portuguesa e espanhola, as mais destacadas do período no convulsionado continente europeu, alcança o seu ponto mais significativo: a exploração das Américas. Com o interesse de dividir o controle territorial das regiões pouco conhecidas por eles, Portugal e Espanha estabeleceram um marco na história das relações internacionais com o Tratado de Tordesilhas, de 1494. Os termos desse documento foram negociados diretamente entre portugueses e espanhóis, quebrando a prevalência da Igreja nos interesses internacionais. Posto isso, o modelo de interações entre Estados que se estabeleceria a partir da replicação do modelo europeu no restante do mundo, marcado pela diplomacia, é antecipado pela partilha dos territórios das Américas (Sampaio 2015).

Com as áreas de exploração pré-estabelecidas pelo acordo de 1494, Espanha e Portugal iniciam um padrão político e econômico próprio de colonização. Os espanhóis moldaram seu modelo a partir do sucesso imediato na

mineração de metais preciosos nos Andes e na bacia do Prata, os quais garantiram um fluxo de riqueza extraordinário para a Espanha, tendo em vista a importância dessas mercadorias no mercado europeu. No entanto, o centro dessas ações se encontrou em uma região de costas para o vasto centro sul-americano, sem tentativas de interligação. Desse modo, o destino da Amazônia no período colonial foi definido, mesmo que indiretamente, pelos termos desse acordo histórico. Portugal, por sua vez, ocupou o litoral atlântico da América do Sul que o pertencia, instalando a sua burocracia em cidades como Salvador e Olinda, no Nordeste brasileiro. Ao contrário dos espanhóis, que logo encontraram ouro e prata, a colônia de Portugal operou essencialmente com a extração de madeira, matéria-prima de maior importância nos primeiros anos do Brasil colonial, a destacar o pau-brasil. Em função disso, ao mesmo tempo em que mantiveram o seu centro de operações no Nordeste brasileiro, os portugueses não cessaram a exploração do território, o que favoreceu o processo de interiorização em busca de riquezas naturais (Gadelha 2002, Sampaio 2015).

De 1580 até 1640, a monarquia portuguesa manteve uma união política com a espanhola, com preponderância da segunda, mais poderosa. Apesar disso, as possessões coloniais seguiam sendo administradas separadamente entre aquelas de posse do rei português e do rei espanhol, até como um modo de Felipe II, governante espanhol, manter satisfeita a aristocracia portuguesa. Desse modo, as questões americanas desse período envolviam embates entre as casas monárquicas ibéricas e as demais forças europeias, como a Inglaterra e a França. Um evento extremamente relevante para o começo da intervenção estatal na Amazônia foi a frustrada tentativa francesa de conquistar o litoral do Maranhão, área de posse da coroa portuguesa, mas que até então não tinha colônias assentadas. Em 1612, os franceses criaram um povoado na ilha de São Luís, o que mobilizou as forças coloniais portuguesas a iniciar uma operação de combate que garantiu a posse do forte do povoado em 1615. Essa ameaça aos seus territórios mais ao norte da América do Sul impulsionou a elaboração de planos para a Amazônia, a oeste, por parte dos portugueses. No entanto, consolidar o poder sobre esse espaço era um desafio para Portugal. A estratégia precisaria tanto afugentar as embarcações exploratórias de outros países, que tinham a capacidade de desafiar a divisão do mundo entre os dois vizinhos ibéricos, como também garantir a viabilidade de sobrevivência em um contexto especialmente hostil para os europeus, que desconheciam a geografia regional e entravam em conflitos violentos com os povos originários das florestas. Com esses objetivos, determinou-se a criação de fortificações militares ao longo da bacia amazônica a partir do século XVII, fundamentais para a futura configuração de poder regional (Gadelha 2002, Costa 2016).

O primeiro forte português fundado na Amazônia foi nomeado de Forte do Presépio de Belém, em 1616, na área onde se formou a cidade de Belém do Pará. No mesmo século, surgiram mais seis fortificações na bacia amazônica,

sendo cinco localizadas em locais hoje pertencentes ao estado do Pará e uma em Manaus (AM), construída em 1669 (Costa 2016). Em suma, o poder sobre a região se entrelaça historicamente com a presença militar. Mais ainda, esse movimento português, favorecido pelo desejo de boas relações com a coroa portuguesa durante a União Ibérica, garantiu que a Amazônia permanecesse em larga escala sob o domínio português até a independência do Brasil, quando as possessões amazônicas de Portugal foram enfim transferidas para a recém criada nação sul-americana (Gadelha 2002).

Quando os europeus chegaram à região amazônica, a demografia e a dinâmica das relações humanas descritas anteriormente se alteraram de modo significativo em pouco tempo. As primeiras expedições resultaram no estranhamento entre modos de vida tão diferentes, amplamente documentado pelos ibéricos. A população das comunidades indígenas, não só da Amazônia, mas de todo o continente sul-americano, diminuiu drasticamente em virtude dos embates com as armas e as doenças trazidas pelos estrangeiros. Apenas a resistência à invasão e através do conhecimento do território possibilitaram que esses povos continuassem a existir e perpetuar sua cultura, ancestralidade e tradição até os dias de hoje, considerados atores essenciais para compreender cada episódio da história da floresta amazônica (Homma, 2001).

Em vista disso, o elemento militar da colonização na Amazônia, que impôs essencialmente uma relação bélica com a população nativa, logo recebeu um complemento tão importante quanto: o elemento religioso. Os portugueses recorreram à catequização como estratégia de controle social da população indígena existente, convocando a Companhia de Jesus, jesuíta, para fundar missões na bacia amazônica, as quais ainda teriam função econômica de destaque por meio das “reduções”. Depois que a pioneira missão começou a funcionar no rio Negro, em 1657, essa estrutura de imposição de valores tornou possível, social e economicamente, a continuidade do processo de interiorização da coroa portuguesa na Amazônia, reafirmada pelos termos do Tratado de Madrid, de 1750. A presença estatal, contudo, manteve-se escassa no final do período colonial. Tanto é que os bandeirantes, homens que viviam do contrabando de mercadorias e escravizavam indígenas, ganharam proeminência e tornaram-se disruptivos à ordem das missões jesuíticas (Gonçalves e Filippi 2022, Sampaio 2015).

No final do século XVIII, os pensamentos republicanos que ecoaram a partir da independência norte-americana e da Revolução Francesa chegaram na América do Sul e no Caribe. Em função do domínio das elites econômicas das possessões coloniais da Espanha sobre a política, essas que realizaram os primeiros movimentos independentistas da região. Todavia, esses novos Estados prosseguiram com a mesma postura de indiferença da gerência colonial espanhola em relação aos territórios amazônicos que constavam em seus interiores, os quais sequer eram analisados, com foco exclusivo para o Pacífico ou para a bacia do rio da Prata. A última relação de poder na Amazônia em um contexto

colonial foi a tomada de Caiena, na Guiana Francesa, pelos luso-brasileiros, de 1809 a 1817, em função do conflito entre Portugal e França. Ao contrário de apontar uma maior projeção do Norte da América do Sul, esse episódio apenas tornou evidente o desinteresse dos governantes. Quando as tropas compostas por portugueses e brasileiros invadiram Caiena, elas almejavam apenas fechar a rede comercial adversária, anulando o fluxo de mercadorias francesas no porto de Caiena até 1815 e devolvendo o território após o término das tensões na Europa (Cardoso 2009, Souza 2019).

A independência do Brasil, país herdeiro da estrutura colonial portuguesa na América do Sul, ocorreu em 1822. O Império brasileiro não se desintegrou da mesma forma que a América espanhola, as administrações locais existentes da Amazônia – a de Grão-Pará, com sede em Belém, e sua subordinada do Rio Negro, em Manaus – seguiram como áreas periféricas, não como centros com motivações políticas próprias. Isso garantiu, no século XIX, a conservação daquilo que já existia nessas províncias, com baixa mobilização para alterar a demografia e a infraestrutura da região que era considerada pelos líderes nacionais como um lugar exótico e de difícil acesso. (Souza 2019). Dessa forma, a Amazônia chega ao século XX sendo vista como um “vazio geográfico” pelos próprios Estados, termo usado nos Acordos de Washington entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Esse discurso serviu como base para as transformações que começaram naquele século e continuam até os dias de hoje, além de ser notável que historicamente os governantes desconsideravam, até mesmo em declarações oficiais, os direitos dos povos indígenas sobre a floresta (Gonçalves e Fillipi; 2022;).

A grande alteração geopolítica para a Amazônia ao longo do século XX pode ser explicada pela junção de dois eixos principais: as novidades tecnológicas e o pensamento estratégico. Os transportes mais avançados do século XIX, os navios a vapor e as ferrovias, chegaram vagarosamente aos rios e às terras, limitando-se a uma entrada restrita de embarcações internacionais na bacia amazônica brasileira a partir da década de 1860 e a custosos projetos de estradas de ferro, como a Madeira-Mamoré, entre Brasil e Bolívia, inaugurada apenas em 1907 (Souza 2019).

O ciclo das seringueiras na floresta amazônica, que será destacado no subtópico 2.2, surge como prelúdio da transição global dos meios de circulação, com a predominância da ascensão dos veículos terrestres. Coube às rodovias o papel de fortalecer os laços estatais dos governos centrais com a isolada Amazônia, contribuindo sobremaneira na consolidação dos interesses dos Estados nos assuntos da floresta. As estradas também possibilitaram, por causa da vocação em integrar de modo contínuo os espaços nacionais, a formação de um pensamento político que associava a territorialidade com o poder: a geopolítica. O pensamento geopolítico na América do Sul teve enfoque dentro dos exércitos nacionais, influentes ao longo de todo século XX no subcontinente. A partir da

interação dos militares sul-americanos com as obras clássicas europeias sobre o tema, forma-se uma noção de defesa que considera a integração interna de seu território como fundamental para efetivamente manter o seu poder sobre todo o país. No Brasil, destacam-se os autores Mário Travassos e Golbery da Silva, este último associado à Escola Superior de Guerra (ESG), os quais sustentaram a importância da região amazônica para os planos sul-americanos (Nogueira e Neto 2016).

Para essas ideias se tornarem realidade, era necessário investimento estatal, o que raramente aconteceu na primeira metade do século XX. Não só as elites políticas tinham prioridades ligadas a outras partes de suas nações, como também faltava poder econômico para os países, sobretudo os andinos. Somente na década de 1960 que o Brasil acelera a profunda transformação da paisagem e da sociedade amazônica, na qual se constrói a estrada Belém-Brasília, responsável por ligar o Norte do país à capital federal. A economia se tornou mais dinâmica, integrada aos demais núcleos brasileiros, e em consequência disso, o interior da Amazônia brasileira passou a ser ocupado, não mais somente as cidades ribeirinhas. Além disso, esse movimento de valorização estratégica aumentou a oferta de direitos básicos para os cidadãos da região, que já contava com uma população crescente desde o ciclo da borracha, datado do final do século XIX, quando muitos migrantes da região Nordeste buscaram trabalhos precários na floresta amazônica, região que passou muito tempo desassistida – visto que até hoje os estados amazônicos apresentam alguns dos piores índices de desenvolvimento humano do Brasil, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2020 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, realizado com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e da Fundação João Pinheiro. Apesar da infraestrutura construída como exercício de poder, essa também trouxe ônus importantes para a floresta amazônica. A construção das estradas causava impactos ambientais e sociais, cujos trajetos abriram caminho para o avanço da agricultura, pecuária e do setor madeireiro no Norte, rumo às selvas fechadas da Amazônia. De 1975 até 1999, a área desmatada da Amazônia Legal brasileira saltou de 15 milhões para 57 milhões de hectares (Nogueira e Neto 2016, Homma 2001, PNUD 2020).

Os demais países que constituem a Amazônia, enquanto isso, tinham limitações muito significativas para acompanhar igualmente os investimentos brasileiros, apesar das mudanças significativas nas áreas amazônicas. A Venezuela, com uma economia dependente do petróleo, patrocina a muito custo a “Conquista del Sur”, um projeto que visa facilitar a exploração econômica da sua porção da Amazônia, estratégia reativa aos projetos rodoviários brasileiros que se associavam com a Guiana, país fronteiriço com o qual a Venezuela manteve uma relação conflituosa. No Peru e na Colômbia, a grande concentração de terras no meio rural, característica compartilhada por todos os países sul-americanos, obrigou a adoção de políticas governamentais que, para evitar manifestações a

favor da reforma agrária, incentivaram a ida de agricultores para as partes menos povoadas, não por coincidência a porção amazônica dessas nações. A chegada massiva de colonizadores, a partir da década de 1950, gerou embates com os povos indígenas, ao mesmo tempo que os agricultores não encontraram meios favoráveis para produzir e distribuir o produto de seu trabalho. A pobreza dessas pessoas, aliada à falta de planejamento estatal, favoreceu a expansão do cultivo de coca nessas áreas, especialmente na Amazônia colombiana. Com isso, a figura do contrabandista, que é forte desde os sertanistas aos bandeirantes nos primeiros séculos de colonização, ganharam sua face contemporânea: a do traficante de drogas, associado ao tráfico internacional dessas mercadorias ilegais (Gonçalves e Filippi 2022, Souza 2019).

Outros desdobramentos geopolíticos importantes são os megaprojetos e o regionalismo estratégico. Os megaprojetos estão intimamente relacionados com o Brasil, capazes de gerar mais dinâmica para a Amazônia Legal. Alguns exemplos dessas iniciativas são o Programa Grande Carajás e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ambos extremamente estratégicos para o Brasil, localizados no interior da Amazônia, além das melhorias na infraestrutura regional a fim de escoar produtos como a soja, madeira e minérios. Afora a diferença de escala e capital, esses projetos têm como característica serem acompanhados de políticas de compensação, por continuarem gerando impactos para a biodiversidade e para a existência dos povos originários na Amazônia (Homma 2001).

Por sua vez, o regionalismo estratégico descende da tendência global de integração regional aplicada à América do Sul. Pela Amazônia estar presente em nove dos treze países sul-americanos, a elaboração e o fortalecimento de empreendimentos em comum entre os Estados sul-americanos ocorreram a partir de parcerias multilaterais na construção de infraestrutura na região. Exemplo mais evidente desse processo é a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que já resultou em projetos rodoviários entre a Amazônia brasileira e a boliviana, e obras para estimular a conexão entre Brasil, Guiana e Suriname, demonstrando que o Brasil se tornou referência geopolítica na região em função de sua porção amazônica. No geral, a iniciativa não é tão viável em função da dificuldade de encontrar consensos, tendo em vista a instabilidade política no subcontinente e os descontentamentos de caráter social e ambiental que as grandes obras de infraestrutura causam (Correa 2012, Cuéllar et al 2015).

Sendo assim, a geopolítica na Amazônia durante o século XX, ao passo que soterrou o passado de insulamento da região na América do Sul, também gerou grandes problemas para os Estados que possuem territórios amazônicos. Os altos índices de desmatamento da maior floresta tropical do planeta acenderam o alerta de organizações internacionais e de governos estrangeiros dentro de um contexto de combate às mudanças climáticas. Atualmente, as partes preservadas da floresta são vistas como “capital natural”, o que aumenta a relevância da

Amazônia na política internacional. No entanto, ao contrário dos recursos estratégicos tradicionais, se presume que a preservação das características biológicas e de manejo da fauna e flora limitem as possibilidades de expansão econômica. A pressão externa, tendo em vista a importância global do tema, gera um debate interno no subcontinente acerca dos planos nacionais para a Amazônia. Esse duelo tem se manifestado com alguns trunfos dos grupos de interesse que exploram a região, especialmente os associados ao governo Bolsonaro. Em contrapartida, também há resistência de movimentos ambientalistas e principalmente, de grupos indígenas, que utilizam as novidades tecnológicas de comunicação para estimular laços que deixam o local e alcançam escala global. Por outro lado, o tráfico de drogas na região gera problemas sociais expressivos e influencia a postura dos Estados, o que fortalece o caráter securitário das fronteiras sul-americanas (Becker 2005, Fearnside 2019, Gonçalves e Filippi 2022).

2.2. EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO AMAZÔNICO

No momento em que a colonização inicia na Amazônia, a imposição do modelo mercantil europeu causou, além de mudanças ligadas ao poder desses Estados, a introdução de uma característica social essencial para o padrão de exploração econômica desse espaço nos séculos seguintes. As populações indígenas pré-colonização, restritas às conexões locais, seguiam um estilo de vida baseado na integração com a natureza, sem distinção hierárquica entre homem e meio ambiente. O uso de recursos era voltado à subsistência dessa população, com notável sustentabilidade. Quando os europeus alcançaram os territórios americanos e começaram a ocupação, já pensaram em usá-los conforme seus desejos de circulação de mercadorias no seu continente, com notável distância entre a sociedade, superior, e a natureza a ser dominada e alterada. A posição periférica da América do Sul nesse sistema introduziu como base da exploração econômica o paradigma de que os recursos dessa área são infinitos, o qual incentiva a busca incessante por novos territórios com a finalidade de continuarem a gerar riqueza para a sociedade. Esse fundamento para o uso econômico da região pode ser observado em todos os ciclos subsequentes, desgastado a partir do final do século XX, tendo em vista a ameaça dos impactos climáticos decorrentes da transformação do meio ambiente, além da contestação daqueles efeitos históricos sobre as populações originárias da floresta (Becker 2005, Homma 2001).

O primeiro povoamento organizado por um Estado na Amazônia, fundado pelo povo português, teve caráter militar por consequência do baixo interesse em utilizar a região para objetivos econômicos. Mesmo assim, os núcleos que se formaram em torno das fortificações, a destacar Belém e Santarém, e das missões jesuíticas, foram incentivadas pela Coroa com fins colonizadores e exploraram as possibilidades extrativas da região com o intuito de colocar a localidade nas redes mercantis dos séculos XVII e XVIII. O produto símbolo da

economia amazônica nesse período foi o cacau, que chegou a representar mais de 90% do valor das exportações no principal porto da região, em Belém, na década de 1730. Paralelamente ao extrativismo, que inseriu a região na economia colonial e fez crescer o interesse sobre a Amazônia, também se destacaram propriedades voltadas para o cultivo de arroz e cana-de-açúcar, diversificando os produtos primários exportados (Cuéllar et al 2015, Homma 2001).

Na segunda metade do século XIX, o ciclo econômico que serviu como marco inicial das grandes modificações econômicas na Amazônia foi o da seringueira. Em virtude das indústrias na Europa e nos Estados Unidos, a borracha se tornou um produto extremamente estratégico em um mercado globalizado. Sua exploração manteve a característica extrativista pouco planejada da Amazônia, com trabalho precário e ação predatória sobre as áreas que mantinham a matéria-prima. Apesar disso, os resultados econômicos desse ciclo, que teve uma ascensão tão rápida quanto a sua queda, modificaram a importância da Amazônia na maioria dos países amazônicos (Cuéllar et al. 2015).

No Peru e na Bolívia, economias pouco voltadas à floresta tropical, a extração do látex proporcionou retornos em escala nunca antes vista na sua porção da floresta tropical. Não por acaso, a área desses dois países começa a receber projetos de infraestrutura especialmente voltados à interligação do interior amazônico com os portos do Norte do Brasil. Neste lugar, o ciclo da borracha foi ainda mais marcante. Em 1910, o produto representou 25% do total de exportações nacionais, o que colocou a Amazônia brasileira pela primeira vez como região fundamental para a projeção internacional do país. O potencial de enriquecimento por meio da Amazônia enfim parecia se tornar realidade, com a formação de uma forte elite local nas grandes cidades, com destaque para a de Manaus, e pelo grande fluxo de trabalhadores do Nordeste que chegaram para trabalhar na extração dessa matéria-prima (Homma 2001, Souza 2019).

No entanto, esse período de bonança chega ao fim com a quebra do monopólio da Amazônia sobre a produção de borracha. Isso só foi possível porque chegaram, por meio de roubo praticado por um inglês em 1876, sementes de seringueira do Brasil ao Sudeste Asiático, região que começa a exportar o produto a partir de 1910. Tendo em vista a maior produtividade asiática, o impacto foi imediato na Amazônia, com rápida desintegração dos pilares que sustentavam a economia do local. A letargia na extração da seringueira somente seria interrompida brevemente no final da Segunda Guerra Mundial, quando os conflitos na Ásia forçaram os Estados Unidos a buscar o produto no Brasil, que voltou a ser um parceiro essencial no fornecimento desse material estratégico até o final da década de 1940 (Souza 2019).

Depois do término do ciclo da borracha, na segunda metade do século XX, se inicia o próximo momento da economia amazônica, fortemente influenciado pela ideia de economia de fronteira. Os projetos de infraestrutura, ligados ao pensamento geopolítico, facilitaram a expansão das diversas fronteiras agrí-

colas nacionais. O discurso desenvolvimentista legitima as transformações com a promessa de um futuro melhor. A indústria agropecuária, a exploração madeireira e a mineração logo se tornam os responsáveis por grandes recompensas econômicas às custas de uma mudança radical da geografia local. A inserção das plantações de soja e das criações de gado nas áreas da Amazônia Legal do Brasil são fundamentais para as exportações brasileiras de bens primários a partir da década de 1970. No final do século XX, a Bolívia também é impactada com o avanço do setor agropecuário brasileiro – tendo em vista os baixos custos na Amazônia boliviana, empresários dessa área começam a ingressar no país. Os bolivianos também são favorecidos pela maior conectividade dos meios de transporte contemporâneos, e a criação de gado em grandes propriedades na sua porção da Amazônia também se torna relevante para o país. No Peru e na Colômbia, a colonização do interior amazônico nesse período gerou uma exploração econômica com resultados mistos para os interesses dos Estados, posto que o cultivo de coca para fins associados ao tráfico internacional de drogas fomentou o mercado ilegal e gerou problemas sociais para a região (Becker 2005, Cuéllar et al 2015, Souza 2019).

Outra questão econômica essencial para a Amazônia, além da agrícola, é o descobrimento do potencial da mineração em meados da década de 1960, ao se considerar as grandes reservas de ferro, bauxita, alumina e ouro no Brasil, em especial no estado do Pará. Esses recursos estratégicos no mercado mundial garantiram políticas do Estado brasileiro para o aproveitamento dessas riquezas, o que deixou a Amazônia como um local de interesse para a projeção internacional brasileira (Amin 2015).

Em síntese, a economia amazônica passou de uma região inexpressiva para os interesses comerciais dos Estados sul-americanos, até a metade do século XIX, a uma de grande peso estratégico ao final do século XX, tendo em vista os recursos minerais de crescente importância, o agronegócio fortalecido e a plataforma que se torna para projetos de infraestrutura centrais para a integração dos países. Esse processo histórico, todavia, ocorreu de maneira desigual entre os Estados e causou impactos ambientais que dificultam a continuidade de certas práticas na Amazônia contemporânea – tanto que Brasil, Bolívia e Peru lideram a lista de desmatamento da floresta, enquanto Guiana e Suriname, menos intervenientes, ocupam as últimas posições (Cuéllar et al. 2015).

2.3. INTERESSES ESTRANGEIROS NO USO ECONÔMICO DO ESPAÇO AMAZÔNICO

Os planos econômicos para a Amazônia pelos seus Estados nacionais, apresentados no subtópico anterior, foram muito influenciados pelos interesses estrangeiros sobre o potencial da região. Construída como uma região periférica desde a época colonial, as independências dos países sul-americanos não alteram

suas posições de fornecedores no sistema mundial, seguindo os desejos e os investimentos oferecidos pelas nações mais ricas (Becker 2005).

O ciclo da borracha, por exemplo, não pode ser explicado sem a expansão industrial na Europa e nos Estados Unidos, que justifica a chegada de capital desses países para planos ousados de infraestrutura – algumas das ferrovias que foram construídas, apesar do desafio de serem em uma região de difícil acesso e de baixa densidade demográfica, foram financiadas por grandes empresas dos países industrializados. A motivação para todo esse esforço estrangeiro de incentivar a extração e possibilitar o transporte era a excepcionalidade do produto extraído na Amazônia. Desse modo, foi possível um crescimento econômico mesmo com pequeno controle por parte dos governos nacionais – o que gerou problemas quando os estrangeiros se desinteressaram na região, visto que não tinham vínculos para dar continuidade à estrutura anterior (Gonçalves e Filippi 2022; Souza 2019).

Entretanto, a história na Amazônia demonstra inúmeros casos em que o interesse original estrangeiro diverge do nacional, especialmente quando o Estado não atua de modo a proteger sua soberania. O episódio de biopirataria mais impactante foi o cometido por Henry Alexander Wickham, em 1876, quando o inglês estava no Norte do Brasil e levou consigo para Londres 70 mil sementes de seringueiras, as quais seriam plantadas pelos ingleses no Sudeste Asiático, onde a exportação da borracha na década de 1910 geraria profundos impactos socioeconômicos na sua antiquada concorrente, a Amazônia. Ademais, a relação de empresas farmacêuticas com os recursos naturais da floresta também demonstrou uma falta de paridade. Em países como o Equador, o acesso irrestrito a bens naturais relevantes para essa indústria ocorria em troca de pagamentos irrisórios para a população local no início do século XX (Homma 2001, Souza 2019).

As práticas que se tornaram preponderantes na Amazônia a partir da década de 1960 e que persistem até hoje – o agronegócio e a mineração – estão inseridas em um contexto diferente do capitalismo. As grandes empresas do agronegócio, apesar de nacionais, contam com apoio expressivo do capital internacional por meio de suas ações. A mineração, por sua vez, conta com duas empresas estrangeiras transnacionais entre as quatro mais atuantes na Amazônia: a Belo Sun Mineração, subsidiária da canadense homônima, e a Anglo American, fundada na África do Sul e com operações na Ásia, África e América do Sul. Desse modo, há um interesse estrangeiro menos explícito, mas que de todo modo pode moldar os processos econômicos com grandes impactos ambientais e sociais na região amazônica (APIB 2019, APIB e Amazon Watch 2022).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Após a apresentação do contexto histórico, parte-se para a discussão

dos problemas vigentes envolvendo o espaço da Amazônia. Tais problemas se caracterizam de diversas formas e em diferentes graus, visto a dimensão territorial da região amazônica e as problemáticas históricas já vistas. Nesta seção, serão apresentadas as questões políticas e sociais que envolvem a Amazônia hoje — apresentando-se, primeiramente, suas características gerais —, problemas de segurança internacional percebidos na região, fatores como a atuação de governos, entidades não-governamentais, organizações internacionais e sua devida relação com os itens relacionados, acrescido também tópicos como exploração de recursos naturais na atualidade e o debate referente aos povos originários.

3.1. A SEGURANÇA DA AMAZÔNIA NA ATUALIDADE: QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Atualmente, a segurança na região da Amazônia envolve uma série de fatores: i) social, com o debate da proteção aos povos originários e do desenvolvimento da qualidade de vida dos centros urbanos da região; ii) políticos, com a segurança das fronteiras naturais dos países e dos problemas relacionados ao tráfico internacional; iii) econômico, com os limites da integração econômica ocasionada pela infraestrutura da região amazônica, bem como da atuação de empresas estrangeiras e nacionais que visam a utilização da riqueza natural local como fonte de extração de renda; e iv) o problema ambiental, pela crescente destruição do bioma amazônico associado à expansão do agronegócio (Souza 2019; Schwertner 2021).

Para compreender melhor esses fenômenos na atualidade, é necessário, primeiramente, entender como o espaço sociopolítico da Amazônia se apresenta no século XXI. Tida como a maior floresta tropical do mundo, o bioma amazônico estende-se por nove países da América do Sul, sendo eles Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa (França), Peru, Suriname e Venezuela. Ocupando um espaço de mais de 7.000.000 km² — dos quais 61% pertencem ao território brasileiro — a floresta conta com uma ampla cobertura vegetal densa, rica e diversificada, além de recursos minerais abundantes nas regiões ainda preservadas da floresta (Souza Filho et al. 2006; Schwertner 2021).

Em relação à sua população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), a região conta com aproximadamente 21 milhões de habitantes, sendo destes, 18 milhões de brasileiras e brasileiros. Apesar de se apresentar como uma região de baixa densidade populacional e com uma população absoluta consideravelmente baixa, sobretudo em comparação a outras regiões sul-americanas, o espaço amazônico se constitui como predominantemente urbana — devido a suas condições geográficas e ambientais — podendo ser até mesmo categorizada como uma “floresta urbanizada” (Becker 2008). De seus principais núcleos urbanos, destacam-se as cidades brasileiras de Manaus e Belém como as mais povoadas da região; no entanto, outras cidades dos demais

países também constam como importantes centros populacionais da região amazônica, a exemplo de Riberalta, na Bolívia; Iquitos e Pucallpa, no Peru; Leticia, na Colômbia; Puerto Ayacucho e Ciudad Bolívar, na Venezuela; Georgetown, na Guiana; e Paramaribo, no Suriname (Schwertner 2021; World Population Review 2022).

No que tange às questões securitárias da região amazônica, atenta-se para a existência de vários graus de complexidade e relevância desses fatos. Primeiramente, a área se encontra em uma situação de pacificidade geral entre os Estados envolvidos. Embora existam questões relevantes que levem a atritos diplomáticos, tais disputas não evoluem a um grau que represente uma possível ameaça à segurança regional latino-americana. Dentre elas, observa-se a questão da demarcação marítima entre Chile e Peru; disputas entre Colômbia e Nicarágua por ilhas caribenhas; desacordos entre Bolívia e Chile por acesso ao oceano pacífico, entre outras (Bellintani e Lira 2014).

Neste sentido, os fatores apontados quanto debate-se a segurança regional do espaço amazônico estão intrinsecamente relacionados a duas questões: crimes transnacionais e interferência estrangeira na soberania nacional dos países da região (Bellintani e Lira 2014; Vargas da Costa e Alves 2018). Em relação ao primeiro, sua presença na Amazônia está diretamente ligada à dificuldade dos Estados nacionais atuarem com mais força e integração na área devido à sua natureza geográfica, fazendo com que este vácuo seja preenchido por atuações ilegais de tráfico transnacional de armas, drogas, mercadorias, recursos naturais e até mesmo tráfico de pessoas (Bellintani e Lira 2014; Couto 2014;).

Sendo considerado um dos negócios ilegais mais lucrativos da atualidade, o tráfico de drogas, tem sua presença constante na região da Amazônia. O estudo de sua fabricação e comercialização se relaciona diretamente ao estudo da segurança do espaço sul-americano, sobretudo o amazônico, uma vez que a região da floresta representa o ponto principal de conexão entre produção, comercialização e distribuição de drogas — principalmente a cocaína (Couto e Oliveira 2017). Esses pontos se reúnem na Amazônia pela junção de três fatores. Em primeiro lugar, pela proximidade com pontos tradicionais de produção de droga no continente, normalmente relacionados aos fabricantes colombianos; em segundo, pela geografia amazônica proporcionar fácil escoação da produção das mercadorias ilícitas pelos seus rios navegáveis; e por último, pela proximidade com o forte mercado consumidor de drogas existente no Brasil e nos outros países da América do Sul (Couto 2014; Couto e Oliveira 2017).

Tendo isto em vista, o debate sobre um dos pontos principais que envolvem a segurança do espaço amazônico compreende diretamente o estudo do tráfico internacional na região. A incapacidade dos Estados sul-americanos em imporem políticas efetivas para erradicar tal problema se tornou um dos pontos principais de estudos estratégicos e de segurança nacional na área, uma vez que as tradicionais disputas entre países, automaticamente relacionadas a questões

securitárias, não se fazem presentes, apesar do paulatino desenvolvimento das forças armadas dos países citados (Bellintani e Lira 2014; Couto 2014).

O segundo fator mencionado sobre segurança na Amazônia é a soberania nacional dos países que constituem este território. Como exposto previamente, a região amazônica é, desde o período do colonialismo europeu no continente americano, fruto de interesse econômico, político e estratégico internacional. Devido à sua grande riqueza em recursos naturais, minerais e hídricos, a floresta vem sendo alvo da recorrente exploração de seus bens naturais para a comercialização nas demais partes do globo, sobretudo a serviço de países considerados mais desenvolvidos. No entanto, perto da virada do século, este processo encontrou uma dualidade: a necessidade comercial dos países — aqui incluso forças econômicas brasileiras — em explorar os recursos da Amazônia e o debate a respeito da preservação do bioma, decorrente da crescente pressão internacional pela conservação da floresta (Vargas da Costa e Alves 2018).

Tais questões, que entendem a Amazônia como peça central para a efetivação de políticas internacionais que visem o freamento do aquecimento global, levam a posicionamentos e ações de demais países que podem ser vistas como um desrespeito à soberania dos Estados amazônicos. Recentemente, o presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou publicamente que a Amazônia seria um “bem comum” da humanidade e que as demais potências mundiais deveriam atuar para prevenir o seu desflorestamento (G1 2019). Esta fala se relaciona diretamente com os debates sobre a internacionalização da Amazônia e sua securitização, pois carrega consigo marcas claras do desacato à soberania dos países detentores de territórios na região (Souza 2019).

Dentro desta lógica, é percebida a atuação das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Sua presença na Amazônia é manifestada de forma bastante intensiva, e recentemente vem ganhando destaque pela atuação no cenário de queimadas e desmatamento intensivo da floresta. Manifestando o interesse de garantir a preservação absoluta do bioma, a presença das ONGs pode ser entendida, como parte da manifestação dos interesses internacionais no espaço sul-americano, uma vez que seu financiamento e administração estão diretamente associados a entidades estrangeiras — sobretudo do Norte global (Procópio 2007). Do mesmo modo, é importante ressaltar que a atividade destas entidades não ocorre de maneira livre e totalmente desassistida. Os países estabelecem regulações para atuação das Organizações Não-Governamentais a fim de observar suas práticas em seus locais de atuação, e neste sentido, não podem ser vistas como simples livre manifestação estrangeira em território nacional. No entanto, Maretti (2020) reforça que apesar da legislação vigente, dificilmente tais entidades representariam os interesses locais tanto dos povos indígenas quanto das populações nacionais dos países sul-americanos; atendendo, em um primeiro momento, as vontades de seus financiadores internacionais.

Em suma, é percebido que o processo constante de internacionalização

e comercialização do espaço amazônico é problemático tanto para questões ambientais, quanto para segurança nacional dos Estados integrantes de tal região. Como descrito por Rodrigues (2010), pode ser visto que a mercantilização do território da Amazônia constrange a soberania nacional dos países sul-americanos, submetendo-os às pressões do capital internacional que visa continuar a explorar seus recursos naturais para fins lucrativos. Com o advento das pautas climáticas nos séculos XX e XXI, outros fator adentra o debate da soberania nacional: o de globalização da responsabilidade sobre a Amazônia, assumindo papel análogo a região antártica, ou ao fundo dos oceanos, porém diferenciado, ao se constituir como região terrestre associada a Estados-nação, que teriam sua soberania limitada pela terceirização dos debates referentes à administração de seus próprios territórios (Rodrigues 2010; Becker 2012).

3.2. LEVANTAMENTO SOBRE A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA NA ATUALIDADE

A exploração da Amazônia no século XXI, é sem dúvida, um dos assuntos mais comentados e elevados ao nível da política institucional,. Para compreender melhor estes dados sobre a extração de recursos da floresta e a utilização indevida de suas riquezas naturais, será realizado um levantamento quantitativo sobre tais acontecimentos.

Embora o processo de utilização do bioma amazônico como local de exploração para fins comerciais e econômicos seja prática sistêmica e antiga, constata-se que o rápido crescimento de sua exploração e desmatamento teve início no século XX, pela expansão da criação de gado no cerrado brasileiro até a Amazônia (Fearnside 2020). Em 2003, 16% da floresta original havia sido desmatada, e anualmente, percebe-se que a quantidade de área desmatada é constantemente superada, aumentando o grau de destruição da floresta (Fearnside 2020; Imazon 2022).

As atividades de exploração e destruição ocorrem, sobretudo, na lógica extrativista de bens de consumo. Madeiras e minerais são os principais produtos extraídos da floresta para comercialização, assim como o tráfico de animais silvestres (Fearnside 2020). A criação de gado, a produção de soja e a extração de borracha natural e castanha também são práticas que alteram de forma irresponsável o meio ambiente para fins comerciais — principalmente de maneira ilegal (Souza Filho et al 2006; Fearnside 2020).

No que se refere à exploração mineral, quase metade da floresta apresenta uma formação geológica propensa a apresentar minerais de ferro, manganês, cobre, alumínio, ouro prata e outros metais preciosos. Esta realidade expõe que as áreas de mineração se expandam constantemente, aumentando o desmatamento e o atrito com tribos indígenas, uma vez que seus territórios estão, muitas vezes, sobrepostos a essas regiões de forte presença mineral (Souza Filho

et al 2006).

Como resultado desses processos de desmatamento e manipulação dos recursos naturais da floresta para fins financeiros, os impactos ambientais vis-
tos são instantâneos e muito prejudiciais. Além da liberação de gás carbônico
na atmosfera pela queima da floresta e da criação de gado nesses novos locais
de pastagem, a destruição da Amazônia resulta em queda da biodiversidade do
bioma; na mudança no regime hidrológico da floresta, diminuindo seu potencial
de reciclagem da água; além da perda de produtividade da floresta, da ameaça à
qualidade de vida da fauna local, bem como da população que tem contato diário
com o meio amazônico (Fearnside 2020).

4 Ações Internacionais Prévias

Neste momento, serão analisadas ações dos governos de países per-
tencentes ao espaço amazônico tomadas no âmbito internacional para solucio-
narem questões referentes à segurança da região. Levando em conta o aspecto
securitário e ambiental que moldaram as discussões deste guia de estudos, serão
observados o Tratado de Cooperação Amazônica; a Organização do Tratado de
Cooperação Amazônica; e o Fundo Amazônia. Tendo em vista tais medidas já
estabelecidas, espera-se que os delegados possam basear melhor seus argumentos
para atuar na formulação de políticas efetivas para a região.

4.1 TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

O Tratado de Cooperação Amazônica foi uma iniciativa do governo
ditatorial brasileiro de fortalecer a soberania nacional dos países da região da
Amazônia frente a uma série de investidas estrangeiras vistas que viriam a pre-
judicar o controle dos Estados-nacionais sobre suas respectivas áreas geográficas.
Envolvendo oito países que detêm a floresta dentro de seu território — Bolívia,
Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela — o tratado
serviu inicialmente como um instrumento jurídico para promover o desenvol-
vimento e a integração da região, prevendo a colaboração entre os países para
a pesquisa científica e tecnológica, troca de informações, utilização de recursos
naturais, incremento do turismo e outros demais tópicos. Assinado no ano de
1978 em Brasília, desde seu início até meados dos anos 1980 o TCA permane-
ceu com baixa relevância e praticamente inoperante (Torrecuso 2004; Ricupero
1984).

A partir da segunda metade da década de 1980, o TCA teve uma mu-
dança substancial do regime que dele seguia: inicialmente planejado como uma
tentativa de garantir a soberania dos Estados sul-americanos, passou paulati-
namente a servir como regulador de temas sobretudo ambientais, de desen-
volvimento sustentável e interdependência comercial internacional. Nos anos

seguintes, o tratado passou por um desenvolvimento institucional maior. Isto significa que foram realizadas demais parcerias entre países e organizações internacionais; até chegar na emenda de 1988 que viria a criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, analisada a seguir. Em suma, percebe-se que o TCA propiciou a maior interação entre seus membros signatários e apresentou equidade na elaboração das políticas de colaboração entre seus atores, além da abertura da questão securitária a pautas comerciais e ambientais internacionais que mostram a capacidade de negociação presente no tratado (Torrecuso 2004).

4.2. ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) surge em decorrência do Tratado de Cooperação Amazônia. Formalizada em dezembro de 1995, a Organização vem atuando sobretudo no que tange às problemáticas ambientais da América do Sul, alinhada a um desenvolvimento harmônico da região. Com uma Secretaria Permanente instaurada no ano de 2003, a OTCA possui na atualidade os seguintes quesitos como eixos principais de atuação: proteção e conservação da floresta amazônica; gestão sustentável dos recursos hídricos da região; melhora na qualidade de vida da população local; gestão de conhecimento e troca de informações, ações conjuntas para combater as mudanças climáticas na região (OTCA 2022). Ela serve, portanto, como um regime de governança transnacional que visa construir instrumentos capazes de promover a coesão de políticas públicas internacionais para a Amazônia Continental (Silva 2006). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável também se faz presente dentro dos debates para a OTCA, junto aos demais acordos moldam estratégias de trabalho da Organização com viés essencialmente ambientalista na atualidade (OTCA 2022).

4.3 FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia é uma iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil, composto por um comitê técnico nomeado pelo Ministério do Meio Ambiente cujo objetivo é captar recursos e garantir o financiamento de ações voltadas à proteção ambiental da Amazônia. As capacidades de investimento do fundo estão ligadas a ações de controle e fiscalização ambiental; gestão de florestas; atividades de desenvolvimento econômico sustentável; e conservação da biodiversidade (Fundo Amazônia 2022).

Os financiamentos do fundo são principalmente ligados a investimentos estrangeiros. O governo da Noruega é responsável por 93% do fundo, e o governo da Alemanha por cerca de 6%. A respeito dos investimentos nacionais, a Petrobras é a grande responsável, provendo cerca de 0,5% do fundo, que no

ano de 2019 era de R\$3 bilhões. Com o início do governo Bolsonaro no Brasil, uma série de tensões foram levantadas em relação ao Fundo Amazônia, uma vez que o presidente acusou a existência de corrupção por parte de Organizações Não-governamentais e fez acusações diretas aos governos norueguês e alemão por intervirem na Amazônia sem cuidar do seu próprio meio ambiente (Folha de S.Paulo 2019; Mazui e Garcia 2019).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

A **República Argentina**, grande parceira comercial do Brasil e aliada na elaboração de políticas regionais, tem apresentado divergência com o seu vizinho quando o assunto é a Amazônia. Essa situação é amplificada pelo distanciamento ideológico entre o governo de Alberto Fernández, presidente argentino, e de Jair Bolsonaro, seu análogo brasileiro. Em visita ao chefe de Estado francês, Emmanuel Macron, Fernández destacou que mantém exatamente a mesma preocupação dos franceses nos rumos da preservação da Amazônia, tema sensível para o governo brasileiro, em especial naquele momento em que os líderes do Brasil e da França trocavam acusações sobre os elevados índices de desmatamento na floresta brasileira (Ministério das Relações Exteriores 2021; RFI 2021).

Localizado no Caribe, **Aruba** é um país constituinte do Reino dos Países Baixos. Com isso, seu governo não é responsável pela política externa e defesa nacional. Consequentemente, os representantes de Aruba têm foco na construção de políticas internas para garantir uma boa governança e a garantia de serviços básicos para a população. Nesse sentido, a preocupação com o meio ambiente e a preservação de sua natureza, principal atrativo do forte setor do turismo em Aruba, é ressaltada por meio de legislação construída com o apoio da Dutch Caribbean Nature Alliance (DCNA), organização não-governamental idealizada pelo Ministério da Economia neerlandês para superar a dificuldade de viabilizar financiamento internacional e interno para a preservação do meio ambiente caribenho. Essa parceria, na década de 1990, impulsionou a aprovação de regulação sobre proteção ambiental e a criação do Parque Nacional de Arikok, que cobre 18% do território insular (Parque Nacional Aruba 2015; Reino dos Países Baixos 2019; DCNA 2022).

O **Estado Plurinacional da Bolívia** reforça a importância dos organismos multilaterais para o desenvolvimento da Amazônia. Participante da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica desde a sua fundação, recentemente o embaixador boliviano Diego Pary Rodríguez, representante permanente do país na Assembleia Geral da ONU, pediu o status de observador na assembleia para a OTCA, o que demonstra a intenção da Bolívia de aumentar a reputação desse projeto em comum dos países amazônicos. Ademais, o posicionamento oficial do Estado boliviano sobre questões ambientais é um dos mais combativos da América Latina, principalmente nos anos que está no poder o Movimento ao So-

cialismo (MAS), atual partido governante. Em 2010, na COP-16 realizada em Cancún, a Bolívia foi a única nação presente a votar contra o documento final, um protesto para se opor às concessões que foram colocadas nas negociações. A delegação boliviana denunciou como simpáticas somente aos interesses das grandes empresas transnacionais, desprezando o esforço necessário para impedir as mudanças climáticas. Em termos de legislação nacional, o governo de Evo Morales, em 2013, promulgou a Lei da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral para Bem Viver, a qual valoriza os saberes tradicionais das comunidades locais para manejar a fauna e a flora e desafia os latifúndios, que estabelecem uma relação exploratória com a natureza. Ao mesmo tempo, a Bolívia ativamente defende os planos da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), pois percebe que os investimentos são fundamentais para as pretensões ousadas de desenvolvimento econômico do país, que tem um dos menores PIB per capita da região. Com isso, grandes projetos rodoviários na Amazônia boliviana têm sido utilizados pelos líderes do país como exemplos de sucesso na área estratégica e econômica, apesar de deixarem de lado a contradição envolvendo questões ambientais e sociais (Bolívia 2022; Calla 2012; RAISG 2015; Tavares 2015; OTCA 2022).

A **República Federativa do Brasil** é protagonista internacionalmente na construção de políticas e planos para a região amazônica. O país foi assinante do Tratado de Cooperação Amazônica em 1978 e capitaneou, vinte anos depois, a formação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônia, cuja sede se localiza em Brasília, capital federal brasileira. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana é um exemplo mais recente, a qual foi desenhada por interesses brasileiros e se torna possível pela importância da sua economia. Além disso, a imponência da maior floresta tropical no mundo e a diversidade de povos indígenas historicamente formaram um trunfo na projeção internacional brasileira, o que justificou a liderança nas pautas ambientais globais quando o ambiente político interno se tornou favorável. Exemplo disso é a emblemática Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, por ter sido realizada na cidade do Rio de Janeiro. Neste evento, que ocorreu de 3 a 14 de julho daquele ano, foi fortalecida a fiscalização internacional sobre os dados nacionais de proteção ambiental, especialmente com a consolidação da presença de organizações não-governamentais, e o reconhecimento da responsabilidade dos países mais industrializados nos efeitos não desejados sobre o planeta. Esse retrospecto, no entanto, gerou posicionamentos diversos ao longo do tempo. O Fundo Amazônia, iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que busca recursos para medidas de preservação do meio ambiente na Amazônia, é um exemplo de ação que segue a linha de que o apoio internacional pode vir junto com a fiscalização da proteção ambiental – tanto é que mais de noventa por cento do valor arrecadado vem de um acordo com o Reino da Noruega, país especialmente enfático nas temáticas

sustentáveis. Na atualidade, sob o governo de Jair Bolsonaro, tal medida tem perdido credibilidade, com suspeitas de que o valor arrecadado esteja congelado em função de mudanças nas estruturas burocráticas. Somam-se a isso as respostas do atual presidente do Brasil às críticas externas pelo crescente desmatamento na porção brasileira da floresta amazônica, as quais têm um teor nacionalista e de repúdio ao interesse internacional, especialmente dos países europeus e de organizações não governamentais, no desenvolvimento de políticas ambientais na região (Agência Amazônia 2022; Barreto 2009; Correa 2012; Marcovitch e Pinsky 2014).

A **República do Chile**, por sua vez, reposiciona-se internacionalmente depois da eleição do presidente Gabriel Boric, em 2022, que leva em seu programa de governo a importância da cooperação internacional para efetuar políticas bem sucedidas na área de economia, meio ambiente e bem-estar social. Exemplo disso é a liderança do atual mandatário chileno na Primeira Conferência das Partes (COP 1) do Acordo de Escazú, o qual estabelece medidas para garantir a justiça e o acesso a informação em questões relativas ao meio ambiente de modo a combater a “falsa dicotomia entre proteção de meio ambiente e desenvolvimento econômico”. Essa postura do Chile é divergente da mantida pela República Federativa do Brasil em relação aos rumos da Amazônia, em especial pelo distanciamento brasileiro dos planos traçados anteriormente de maneira multilateral, que previam um desenvolvimento sustentável baseado na fiscalização (CEPAL 2018; Nações Unidas Brasil 2022).

A **República da Colômbia** possui a terceira maior parte da Amazônia e é um agente importante na formação de políticas internacionais para a preservação florestal. Abrigo de diversos povos indígenas, o país apresenta legislação que assegura a posse de territórios para essa população. Não obstante, o destaque é a grande proporção de terras privadas na Amazônia, a maior taxa entre os países da OTCA. Desse modo, há uma disparidade notória entre os impactos ambientais sobre as áreas privadas, onde são mais elevados pela ação ainda limitada da mineração, e nas áreas indígenas. Percebe-se também alinhamento nacional à tendência de cooperação nas pautas ambientais. Em 2016, a Colômbia fundou o plano Amazonian Vision, o qual promove um desenvolvimento sustentável e filiado às populações indígenas, além de introduzir um sistema de pagamentos por resultados com o apoio de Noruega, Canadá e Reino Unido para atingir uma taxa ideal de desmatamento no prazo de cinco anos. Em 2022, com a eleição de Gustavo Petro à presidência, o governo assume pautas progressistas de modo ainda mais acentuado, a destacar a ambiental. Para a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, prevista para o mês de novembro de 2022, Petro pretende propor um fundo expressivo, de 500 milhões de dólares anuais, aos países mais ricos do planeta para direcionar à população local da floresta em forma de salário, a qual seria capaz de recuperar o que já foi afetado e preservar a biodiversidade amazônica (Visión Amazonía 2021; Gonçalves e

Filippi 2022; France Presse 2022).

A **República da Costa Rica** se destaca na América Latina como uma nação proeminente na defesa de sistemas multilaterais para a resolução de questões políticas e a garantia do desenvolvimento regional. No entanto, essa visão de mundo tem sido abalada recentemente em função da eleição do presidente Rodrigo Chaves, o qual afirmou que não irá ratificar o Acordo de Escazú, o que é surpreendente, tendo em vista que este recebeu o nome da cidade costarriquenha onde foi assinado inicialmente em 2018. A justificativa de Chaves, político com formação em Economia, é de que as leis nacionais já contemplam boa parte dos artigos, com exceção daqueles que prejudicam a ação da iniciativa privada no caso de possíveis danos ambientais. Em relação à sustentabilidade, a Costa Rica tem um longo histórico de recuperação de suas florestas a partir da instituição de legislação nacional precisa. No século XX, depois de décadas de forte destruição de seu meio ambiente, o Ato Florestal de 1986 e o de 1995 foram capazes de transformar a realidade do país, que tinha apenas 21% de seu território conservado com vegetação nativa, e proporcionou que o índice de cobertura florestal aumentasse para 52% em 2010 (CEPAL 2018; Deutsche Welle 2022).

A política externa da **República de Cuba** atua em prol da legitimação do poder governamental sobre assuntos internos e contra as ingerências externas. Isso pode ser explicado pelo isolamento que esse país sofre em virtude de seu regime político, considerado anti-democrático pelos Estados Unidos da América e seus aliados na América Latina. Sendo assim, Cuba é próxima de dois Estados amazônicos, Bolívia e Venezuela, que sofrem de acusações similares pelos mesmos atores. A política ambiental também é um tema de interesse para a inserção internacional cubana. Cuba constantemente questiona o financiamento limitado dos países mais ricos, os quais lideram os índices de emissão de gases do efeito estufa, para o combate aos efeitos climáticos nos países latino-americanos, nos quais tende a ser mais grave a crise. Para consolidar seu argumento, o governo cubano demonstra o trabalho executado através do Tarea Vida, documento aprovado em 2017 que mobiliza a comunidade científica nacional para responder aos problemas ambientais com foco local, entendendo as particularidades das questões para mitigar os efeitos destrutivos aos seus recursos naturais (Silva e Arce 2013, Yaffe 2022).

Constituinte do Reino dos Países Baixos, **Curaçao** é um país que tem adotado medidas contra as mudanças climáticas e a destruição do meio ambiente. O seu governo reconhece as transformações do clima como uma ameaça existencial - o sul do Caribe deve ter amplificação de temporadas secas e o aumento da temperatura média, o que pode gerar efeitos drásticos na biodiversidade da ilha e a condição de vida dos seus habitantes, segundo relatório da Dutch Caribbean Nature Alliance. Ademais, a temporada de furacões de 2019 no Caribe incentivou a comunicação entre os governos locais e a UNESCO para avaliar a crise climática de modo contextualizado. O Plano para o Meio Ambiente de

Curaçao - 2016 a 2021, que prevê medidas para reduzir o risco de desastres e a busca política por um desenvolvimento sustentável, já é influenciado por esse momento (UNEP 2016, MDC 2020).

A **República de El Salvador** tem passado por transformações no seu posicionamento nas relações diplomáticas latino-americanas. Após um longo período de proximidade com a Nicarágua, Venezuela e Cuba contra as denúncias feitas pelos governos liberais da região e das organizações internacionais, El Salvador passou a se aproximar dos Estados Unidos da América e de novos parceiros políticos na América Central durante a presidência de Nayib Bukele. No entanto, o país continua sendo visto como uma nação dominada pela corrupção, apesar do discurso governamental de combate contra esse problema, o que torna esses novos laços instáveis - o presidente rejeita as intervenções externas à essa questão. Outro problema enfrentado por El Salvador é o desmatamento, que disparou nos anos de 2016 e 2017, chegando a dez vezes o valor do biênio anterior. Mesmo assim, o nível voltou a cair a partir de 2018 e demonstra uma tendência de regularidade em um nível próximo do histórico durante o governo de Bukele (Villacorta 2021, CEPAL 2021)

A **República do Equador** tem feito ações afirmativas em relação à proteção da sua porção amazônica, as quais tiveram importantes repercussões internacionais. A nova Constituição Equatoriana de 2008 inseriu a ideia de direitos da natureza e de sua restauração, a qual é considerada uma medida sem precedentes na América Latina e capaz de sustentar novas ideias de desenvolvimento que sejam compatíveis com a sustentabilidade. Ademais, o Equador se consolida como exemplo por ter apresentado taxas de desmatamento de sua floresta amazônica menores no século XXI do que os seus vizinhos Colômbia e Peru – 1,4% em comparação com 2,6% e 2,2%, respectivamente, contrariando o padrão do século anterior. Um tópico sensível para o Estado equatoriano é que a exploração de petróleo e gás do país está concentrada na Amazônia, o que propulsiona os impactos ambientais que ainda persistem. Ambientalistas denunciam que a região afetada é especialmente rica em biodiversidade e não deve ser palco da indústria petrolífera, mas a importância estratégica dos recursos para a economia do Equador mantém a posição governamental de apoio à exploração (Gudynas 2009, Gonçalves e Filippi 2022, Sollitto 2022).

Entre o mar do Caribe e o Oceano Pacífico, a **República de Honduras** é um país com crescentes preocupações ambientais. Em comunicado oficial no dia 28 de fevereiro de 2022, a Secretaria de Recursos Naturais, Meio Ambiente e Mineração oficializou o cancelamento das aprovações anteriores a atividades extrativistas que lesam os recursos naturais do país e declara o país livre da mineração a céu aberto, permitindo apenas os empreendimentos lícitos nos quais não são identificados irregularidades. Tais ações estariam em consonância com o plano governamental da presidente Xiomara Castro, o qual discorre sobre justiça climática e a defesa do meio ambiente (Secretaria de Recursos Naturales,

Ambiente y Minas 2022).

A **República da Guatemala** compartilha uma característica com os países amazônicos: a presença expressiva de uma população indígena, a quarta maior da América Latina. Segundo dados oficiais, 41% dos seus 17 milhões de habitantes fazem parte de povos originários. Com isso, a defesa de interesses nacionais também entra em choque com a posse legítima dos indígenas sobre os territórios que ocupam há anos. A constituição desse país, no caso, garante a consulta dos locais sobre esses impasses, o que pode ser comprovado na tensão causada pelo projeto de mineração Fénix no nordeste do país, em 2021, e as inclinações do povo Q'eqchi', a qual terminou com o direito de nova consulta governamental aos moradores da cidade (CEPAL 2014, Chávez 2022).

Os **Estados Unidos Mexicanos**, durante o governo de Andrés Manuel López Obrador, presidente desde 2018, têm marcado a sua política externa pelo princípio de solidariedade a todos os países latino-americanos. Em 2022, o governante mexicano alegou que não participaria da Cúpula das Américas, reunião promovida pelos Estados Unidos da América, porque a organização não convidou Cuba, Nicarágua e Venezuela, decisão justificada pela visão do governo estadunidense de que seus governos não chegaram ao poder por meio de eleições democráticas. Desse modo, o México assegura o conceito de autodeterminação dos povos da região sem comprometer o diálogo com diferentes posicionamentos. Quanto à questão ambiental, o governo mexicano tem mostrado resistência para seguir as recomendações externas - de todos os países do G20, apenas Brasil e México devem emitir mais gases do efeito estufa em 2030 do que emitiam em 2010, segundo suas metas oficiais (Ferrari e Cunha 2022; Dantas 2021).

A **República da Nicarágua** apresenta como eixo central de sua política externa a defesa firme da soberania nacional frente aos interesses estrangeiros, o qual é sustentado pelo discurso anti-imperialista, em especial contra os Estados Unidos da América. O presidente nicaraguense Daniel Ortega, no poder desde 2007, utiliza desse recurso para se proteger das críticas externas ao seu governo. Isso torna o país isolado das principais iniciativas de cooperação regional e das principais economias americanas, inclusive gerando atritos políticos com Costa Rica, México, Chile e Colômbia. Para contornar os efeitos negativos que o isolamento internacional pode gerar à Nicarágua, o governo fortaleceu os laços na última década com a Venezuela e Cuba, o que possibilitou apoio não só político, mas também econômico (Bergez 2018).

Localizada na América Central, a **República do Panamá** se tornou o primeiro país dessa região rica em biodiversidade a reconhecer em sua legislação que a natureza possui direitos próprios. A lei 287 foi ratificada pelo presidente Laurentino Cortizo no dia 24 de fevereiro de 2022, inspirado especialmente no pioneiro movimento do Equador em relação a esse tema na América Latina (Chávez 2022).

A **República do Paraguai** abriga parte expressiva do Gran Chaco, con-

siderado o segundo maior ecossistema florestal da América do Sul, atrás apenas da Amazônia, posicionada ao norte de seu território. Com isso, tem feito esforços para reduzir o desmatamento florestal em conjunto com organizações internacionais. Em 2019, recebeu um benefício de 72 milhões de dólares do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente como recompensa dos resultados dos anos de 2015, 2016 e 2017. Em relação a sua política, o atual presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez, aproxima-se com países do Mercosul, especialmente o Brasil, governado por Jair Bolsonaro. Em encontro com seu par brasileiro, em 2022, Benítez e Bolsonaro ressaltaram a convergência ideológica e discursaram sobre o potencial da região ser uma produtora de alimentos para o restante do mundo, apesar de ser “visada pelos estrangeiros”, como dito pelo presidente brasileiro. O líder paraguaio, por sua vez, concordou com o brasileiro, mas destacou a necessidade de responsabilidade ambiental para garantir a segurança alimentar (UNEP 2019; Benthke 2022).

Detentora do segundo maior território amazônico, que gira em torno de 10% do total da floresta, a **República do Peru** tem uma trajetória afirmada na criação de políticas internacionais para a Amazônia. Na década de 1970, foi o primeiro parceiro que o governo do Brasil buscou para moldar as bases do TCA e organizar a mobilização dos demais países da bacia amazônica. A relação bilateral entre esses dois países, a propósito, influencia até hoje a dinâmica da Amazônia peruana, tal como se percebe no encontro realizado em 2022 entre Jair Bolsonaro, presidente brasileiro, e Pedro Castillo, presidente do Peru, no qual se determinou a criação de um grupo de trabalho para planejar novos fluxos de comércio na área fronteira amazônica entre Peru e Brasil (Gonçalves e Filippi 2022, Ministério das Relações Exteriores 2022). Em 2010, o Ministério do Ambiente do Peru fundou o Programa Nacional de Conservação de Florestas para a Mitigação da Mudança Climática, com o objetivo final de manter preservados 540.000 km² da floresta nativa, o qual surge dentro de um contexto global de planos contra a destruição do meio ambiente. Mesmo assim, o Peru tem um crescimento econômico muito dependente da sua agricultura, a qual ainda deixa o país entre os três que mais derrubam áreas de florestas tropicais no mundo (Red Amazônia De Información Socioambiental Georreferenciada 2015).

A **República Dominicana** está localizada na América Central, que, como ocorre na região amazônica, possui uma floresta tropical fundamental para a ecologia global e é sensível às atividades econômicas humanas. Em contraste com o Haiti, que passou por destruição quase total de suas florestas, a República Dominicana não destoa dos demais países latino-americanos e apresenta sinais de melhoras em relação à preservação de seu meio ambiente. Entre 1990 e 2020, a taxa de mudança da cobertura florestal do país foi positiva e próxima a 100%, o que indica o sucesso da aplicação da Lei Geral sobre Meio Ambiente e Recursos Naturais, criada em 2000 (República Dominicana 2000, CEPAL 2021).

Saint Martin é um país constituinte do Reino dos Países Baixos, localizado em uma pequena ilha do mar do Caribe compartilhada com a França. Saint Martin tem a tradição de trabalhar de maneira próxima com acadêmicos e organizações não-governamentais para elaborar suas políticas para o meio ambiente, os quais tomam protagonismo nesse processo. Lançado pelo governo do país, O Plano para a Natureza de Saint Martin para o período de 2021 a 2025, que planeja inserir o debate ambiental ao desenvolvimento da ilha que se urbanizou rapidamente nas últimas décadas, recebeu a colaboração da Dutch Caribbean Nature Alliance, da Coastal Zone Management do Reino Unido e de ecologistas ligados à pesquisa sobre a preservação marinha e de áreas tropicais (Sint Maarten 2021).

Com apenas 586 mil habitantes, a **República do Suriname** é um caso peculiar na história política da América do Sul. Distante da bacia do Prata e da região andina, nas quais as relações comerciais são mais intensas, esse país sul-americano teve a sua inserção nas relações entre os Estados sul-americanos essencialmente ligada aos projetos de infraestrutura e desenvolvimento para a região amazônica. Com isso, o Suriname ganha alguma projeção nas agendas de política externa dos demais países da região a partir de 1978, com a assinatura do TCA, tendência que segue até o século XXI com a sua entrada na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) em 2012. Tendo em vista o crescimento econômico acelerado nos últimos anos, o governo de Suriname age em defesa do aprofundamento desses planos multilaterais para acessar recursos essenciais de jeito a garantir infraestrutura à sua economia, que tem um potencial grande, ainda pouco explorado, no setor energético e de mineração (IIRSA 2022, Visentini 2010).

A **República Oriental do Uruguai** tem uma história muito importante na construção de políticas conjuntas na América Latina. A sede do Mercosul, tentativa avançada de integração sul-americana, localiza-se na capital Montevideu, além do governo garantir políticas comerciais e tarifárias que transformam o país em um dos maiores motores da aproximação regional, segundo análise do Banco de Desenvolvimento da América Latina. O Uruguai também participa de ações que se relacionam com a própria Amazônia, tal como a IIRSA, a qual é dividida entre diferentes eixos, desde o extremo Sul argentino até a floresta amazônica. Em termos ambientais, a projeção do Uruguai no mundo é muito ligada a sua natureza e a sua agropecuária. O Ministério do Meio Ambiente uruguaio se destacou na década passada por transformar a matriz energética nacional, consolidando o uso de fontes renováveis, e atualmente se preocupa com a sua agroindústria, para que essa esteja de acordo com os selos e normas impostas por organizações e governos estrangeiros (CAF 2022, Sartori 2021).

A **República Bolivariana da Venezuela**, no século XXI, tem cada vez mais inserido a sua Amazônia como uma parte fundamental dos planos nacionais. Com isso, a presença governamental tem sido reforçada por meio do go-

verno executivo, o que é expressa pela criação por decreto da Região Estratégica para o Desenvolvimento Integral Guayana em 2013, a qual contempla todos os estados amazônicos do país. Essa ação possibilita que o Estado aja diretamente tanto sobre questões econômicas quanto ambientais, as quais podem ser identificadas na Lei das Florestas, aprovada no mesmo ano, que dá ao governo venezuelano a competência sobre o manejo florestal. Quanto à economia, à medida que a crise econômica se agrava no país, a Venezuela tem utilizado o poder do Estado para fomentar a mineração legalizada no seu território, inclusive na Amazônia, o que mobiliza as Forças Armadas do país em direção a essas áreas e concede benefícios para as empresas de modo a garantir um ambiente favorável à exploração. De acordo com os líderes venezuelanos, essa política, fortemente criticada por grupos indígenas, é necessária para combater a mineração ilegal que já tinha se multiplicado nos últimos vinte anos (Red Amazônica De Información Socioambiental Georreferenciada 2015, WRM 2021).

QUESTÕES A PONDERAR

1 Levando em conta os fenômenos políticos e sociais analisados que desestabilizam a política internacional sul-americana, o que pode ser feito para melhorar a segurança regional do espaço amazônico?

2 Como melhor administrar o debate internacional sobre mudanças climáticas, ressaltando-se o papel fundamental da floresta Amazônica, sem submeter os Estados da América do Sul às agendas dos países desenvolvidos, ferindo sua soberania nacional?

3 São válidas as medidas internacionais, sobretudo as que partem dos países do Norte global, que visam garantir a preservação dos espaços naturais de países do Sul global?

4 Podemos considerar que a diplomacia dos países latino-americanos, principalmente dos países do espaço amazônico, é afetada de maneira negativa pelas tensões envolvendo tráfico ilegal na região da floresta?

5 Quais medidas seriam mais efetivas para conter o fluxo de contrabando internacional na região da floresta amazônica?

REFERÊNCIAS

Agência Amazônia. 2022. “Fundo Amazônia: Governo Bolsonaro Colocou Em Risco Financiamento Que Tem R\$ 3,2 Bilhões ‘Congelados’, Aponta CGU” TV Cultura. https://cultura.uol.com.br/cenarium/2022/06/30/197391_fundo-amazonia-governo-bolsonaro-colocou-em-risco-financiamento-que-tem-r-3-2-bilhoes-congelados-aponta-cgu.html.

Amin, Mario Miguel. 2015. “A Amazônia Na Geopolítica Mundial Dos Recursos Estratégicos Do Século XXI.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no. 107 (Setembro): 17–38. <https://doi.org/10.4000/rccs.5993>.

- APIB e Amazon Watch. 2022. “Cumplicidade Na Destruição IV” Cumplicidadedestruicao.org. 2022. <https://cumplicidadedestruicao.org/>.
- APIB. 2019. “Cumplicidade Na Destruição II” Cumplicidadedestruicao.org. 2019. <https://cumplicidadedestruicao.org/>.
- Barreto, Pedro. 2009. “História - Rio-92.” IPEA. 2009. https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid.
- Becker, Bertha K. 2005. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, v. 19, n. 53 , pp. 71-86. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.
- Becker, Bertha K. 2012. Amazônia: desenvolvimento e soberania. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Behnke, Emily. 2022. “Bolsonaro E Presidente Do Paraguai Se Encontram Em Foz Do Iguaçu.” Poder360. August 31, 2022. <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-e-presidente-do-paraguai-se-encontram-em-foz-do-iguacu/>.
- Bellintani, Adriana Iop e Américo de Lira. 2014. Amazônia: defesa e segurança da região prioritária. Revista Eletrônica da ANPHLAC.
- Bergez, Tomás González. 2018. “LA POLÍTICA EXTERIOR de DANIEL ORTEGA LAS RELACIONES INTERNACIONALES de NICARAGUA DESDE 2006.” JSTOR. CLACSO. 2018. https://www.jstor.org/stable/j.ctvnp0jft.15?seq=5#metadata_info_tab_contents.
- Bolivia, Plurinational State of. 2022. “Request for the Inclusion of an Item in the Provisional Agenda of the 77th Session ”: Digital Library. August 2, 2022. <https://digitallibrary.un.org/record/3984842?ln=en>.
- CAF. 2022. “Uruguai Entre Os Países Que Mais Promovem a Integração Regional” Caf. com. 2022. <https://www.caf.com/pt/presente/noticias/2022/03/uruguai-entre-os-paises-que-mais-promovem-a-integracao-regional/>.
- Cardoso, Ciro Flamarion. 2010. “A Tomada de Caiena Vista Do Lado Francês.” Navigator 6 (11): 13–23. <http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/319/297>.
- CEPAL. 2014. “Os Povos Indígenas Na América Latina Avanços Na Última Década E Desafios Pendentes Para a Garantia de Seus Direitos.” https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf.
- Chávez, Suchit. 2022. “América Central Avança Para Melhorar Governança Ambiental” Dialogo Chino. May 17, 2022. <https://dialogochino.net/pt-br/mudanca-climatica-e-energia-pt-br/53970-america-central-avanca-para-melhorar-governanca-ambiental/>.
- Correa, Paulo Gustavo Pellegrino. 2012. “Regionalismo E (In)Seguridad En La Amazonia Transnacional: Proyectos de La Iniciativa Para La Integración de La Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) Y Potencial de Conflictos.” Revista Científica General José María Córdova 10 (10): 163. <https://doi.org/10.21830/19006586.232>.

- Costa, Gracieta Guerra da. 2016. “Fortes Portugueses Na Amazônia Brasileira.” Tese (pós-doutorado), Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21809>.
- Couto, Aiala Colares e Isabela de Souza Oliveira. 2017. *A Geografia do Narcotráfico na Amazônia*. UEL.
- Couto, Aiala Colares. 2014. *Geopolítica, fronteira e redes ilegais na Amazônia*. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Porto Alegre: Editora Letra1.
- Cuéllar, Saúl et al. 2015. *Deforestación En La Amazonía : (1970-2013)*. São Paulo, Brasil. Raisg, Red Amazónica De Información Socioambiental Georreferenciada.
- Cunha, André Moreira, e Andrés Ferrari. 2022. “A Cúpula Das Américas: A Ilusão E a Farsa.” *Análise: Conjuntura Nacional E Internacional*. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/248437/001148815.pdf?sequence=1>.
- Dantas, Carolina. 2021. “México E Brasil São Únicos Do G20 Com Metas Contra O Aquecimento Que Levam a Mais Emissões Para 2030, Diz ONU.” G1. October 26, 2021. <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2021/10/26/mexico-e-brasil-sao-unicos-do-g20-com-metas-contra-o-aquecimento-que-levam-a-mais-emissoes-para-2030-diz-onu.ghtml>.
- Deutsche Welle. 2022. “Presidente Electo de Costa Rica Descarta Acuerdo Ambiental de Escazú” DW.COM. 2022. <https://www.dw.com/es/presidente-electo-de-costa-rica-descarta-acuerdo-ambiental-de-escaz%C3%BA/a-61680313>.
- Fearnside, P.M. 2020. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e consequências. 7-19. In: Fearnside, P.M. (ed.) *Destruição e Conservação da Floresta Amazônica*, Vol. 1. Editora do INPA, Manaus, Amazonas. 368 p.
- Folha de S.Paulo. 2019. “Norway and Germany Reject Proposed Changes to Amazon Fund” Folha de S.Paulo, June 12, 2019. <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/scienceandhealth/2019/06/norway-and-germany-reject-proposed-changes-to-amazon-fund.shtml>.
- France Presse. 2022. “Colômbia Deve Propor Fundo Internacional Para Preservação Da Amazônia.” G1. 2022. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/18/colombia-deve-propor-fundo-internacional-para-preservacao-da-amazonia.ghtml>.
- Fundo Amazônia. 2022. Disponível em <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>>. Acesso 28 ago. 2022.
- G1. 2019. Para Macron, Amazônia é ‘bem comum’ e pede ‘mobilização de potências’ contra desmatamento. G1, 09 jul. 2022.
- Gadelha, Regina Maria A. Fonseca. 2002. “Conquista E Ocupação Da Amazônia: A Fronteira Norte Do Brasil.” *Estudos Avançados* 16 (45): 63–80. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200005>.
- Gonçalves, Veronica Korber, and Eduardo Ernesto Filippi. 2022. *Amazônia No Século XXI : Temas de Estudos Estratégicos Internacionais*. UFRGS/FCE. <https://www.ufrgs.br/ppgee/wp-content/uploads/2022/05/Amazonia-no-Seculo-XXI-Temas-de-Estudos-Estrategicos-Internacionais.pdf>.

- Gonçalves, Verônica Korber, e Eduardo Ernesto Filippi. 2022. *Amazônia No Século XXI: Temas de Estudos Estratégicos Internacionais*. UFRGS/FCE. <https://www.ufrgs.br/ppgeei/wp-content/uploads/2022/05/Amazonia-no-Seculo-XXI-Temas-de-Estudos-Estrategicos-Internacionais.pdf>.
- Gudynas, Eduardo. 2009. “La Ecología Política Del Giro Biocéntrico En La Nueva Constitución de Ecuador.” *Revista de Estudios Sociales*, no. 32 (Abril): 34–47. <https://doi.org/10.7440/res32.2009.02>.
- Homma, A. K. O. 2001. “Evolução Histórica Dos Macrossistemas de Produção Na Amazônia.” *Www.alice.cnptia.embrapa.br*. <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/403385>.
- IIRSA. 2022. “Detalle Do Projeto” *Iirsa.org*. http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=200&x=9&idioma=PO.
- Imazon. 2022. Desmatamento na Amazônia cresce 29% em 2021 e é o maior dos últimos 10 anos. Imazon, 09 jul. 2022.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2019. *Anuário Estatístico do Brasil*, v. 17. <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-29-em-2021-e-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/#:~:text=Apenas%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202020,em%202021%20foi%2029%25%20maior>
- Marcovitch, Jacques e Vanessa Cuzziol Pinsky. 2014. “Amazon Fund: Financing Deforestation Avoidance.” *Revista de Administração* 49 (2): 280–90. <https://doi.org/10.5700/rausp1146>.
- Maretti, Claudio. 2020. *Necessitamos de mais um marco regulatório para o controle da atuação das ONGs na Amazônia?* *Jornal da USP*.
- Mazui, Guilherme e Garcia, Guilherme. 2019. “Bolsonaro Sugere à Noruega Usar Verba Do Fundo Amazônia Para Reflorestar Alemanha,” *G1*, August 15, 2019, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/15/bolsonaro-sugere-a-noruega-usar-verba-do-fundo-amazonia-para-reflorestar-alemanha.ghtml>.
- MDC. 2020. “Curacao Climate Change Policy Assessment.” *Meteo.cw*. 2020. https://meteo.cw/publications_reports.php?Lang=Eng&St=TNCC.
- Ministério das Relações Exteriores. 2021. “Comunicado Conjunto Brasil-Argentina Por Ocasão Da Visita a Brasília Do Ministro Das Relações Exteriores, Comércio Internacional E Culto Da Argentina.” *Ministério Das Relações Exteriores*. 2021. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-brasil-argentina-por-ocasio-da-visita-a-brasil-do-ministro-das-relacoes-exteriores-comercio-internacional-e-culto-da-argentina.
- Nações Unidas Brasil. 2022. “Presidente Do Chile Inaugurará a Primeira Reunião Da Conferência Das Partes Do Acordo de Escazú.” *Brasil.un.org*. 2022, <https://brasil.un.org/pt-br/177978-presidente-do-chile-inaugurara-primeira-reuniao-da-conferencia-das-partes-do-acordo-de>.
- Nogueira, Ricardo Jose Batista e Thiago Oliveira Neto. 2016. “GEOPOLÍTICA E RODÓVIAS NA AMAZONIA BRASILEIRA” *Revista Da Anpege* 12 (17): 55–83. <https://doi.org/10.5418/ra2016.1217.0003>.

- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. 2022. Disponível em <<http://otca.org/>>. Acesso 28 ago. 2022.
- Pnud Brasil, Ipea, e FJP. 2020. “Atlas Do Desenvolvimento Humano No Brasil.” Www.atlasbrasil.org.br. <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>.
- Procópio, Argemiro. 2007. Degradação Ambiental e ONGs na Amazônia. Meridiano 47.
- RFI. 2021. “Em Paris, Alberto Fernández, Da Argentina, Diz Que Compartilha Com França Preocupação Pela Amazônia.” G1. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/12/em-paris-alberto-fernandez-da-argentina-diz-que-compartilha-com-franca-preocupacao-pela-amazonia.ghtml>.
- Ricupero, Rubens. 1984. O Tratado de Cooperação Amazônica. Revista de Informação Legislativa. Brasília.
- Rodrigues, Edmilson Brito. 2010. Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Rodrigues, Fábio. 2022. “Arqueologia Da Amazônia: Descobertas Reescrevem a História Da Floresta E Seus Povos.” Um Só Planeta. June 15, 2022. <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2022/06/15/arqueologia-da-amazonia-descobertas-reescrevem-a-historia-da-floresta-e-seus-povos.ghtml>.
- Sampaio, Synesio. 2015. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Um Ensaio Sobre a Formação Das Fronteiras Do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre De Gusmão.
- Sartori, María Paz. 2021. “Novo Ministro Do Meio Ambiente Do Uruguai: ‘Quero Um Ministério Que Seja Respeitado’” Dialogo Chino. January 13, 2021. <https://dialogochino.net/pt-br/nao-categorizado/39123-novo-ministro-do-meio-ambiente-do-uruguai-quer-o-um-ministerio-que-seja-respeitado/>.
- Schwertner, C. 2021. Amazônia em Foco: Uma Análise das Políticas Brasileiras de Preservação da Região. Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional, 14(26).
- Secretaría de Recursos Naturales, Ambiente y Minas. 2022. “COMUNICADO. Disposiciones 28 Febrero 2022.” Www.miambiente.gob.hn. February 28, 2022. <http://www.miambiente.gob.hn/htrds21>.
- Silva, Alberto Teixeira da. 2006. A OTCA e a Governança da Amazônia Continental. 5 Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte.
- Silva, Marcos Antonio Da, e Anatólio Medeiros Arce. 2013. “Política Externa E Integração Regional: A Diplomacia Venezuelana Entre a ALBA E a UNASUL.” <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/viewFile/3324/2760>.
- Sint Maarten. 2021. “First Nature Policy Plan 2021-2025 as Country on Public Review for One-Month” Www.sintmaartengov.org. June 2, 2021. <http://www.sintmaartengov.org/PressReleases/Pages/First-Nature-Policy-Plan-2021-2025-as-Country-on-Public-Review-for-One-Month.aspx>.
- Sollitto, André. 2022. “Por que o Equador explora petróleo na Amazônia?” VEJA. 2022. <https://veja.abril.com.br/ciencia/por-que-o-equador-explora-petroleo-na-amazonia>.

nia/.

- Souza Filho, Pedro Walfir Martins et al. 2006. Sensoriamento remoto e recursos naturais da Amazônia. *Ciência e Cultura*, 58 (3), 37-41.
- Souza, Elany Almeida de. 2019. Emergências Globais Do Clima: Soberania e a Geopolítica Ambiental Sul-Americana. *Conjuntura Austral* (10.52): 59-79. DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.95206>.
- Souza, Márcio. 2019. *História Da Amazônia : Do Período Pré-Colombiano Aos Desafios Do Século XXI*. Rio De Janeiro: Editora Record. p. 555.
- Tavares, Elaine. 2015. “A Lei Da Mãe Terra: Um Novo Momento Da Luta Na Bolívia.” IEIA - Instituto de Estudos Latino-Americanos. 2015. <https://iela.ufsc.br/noticia/lei-da-mae-terra-um-novo-momento-da-luta-na-bolivia#:~:text=Com%20ela%2C%20o%20Estado%20pretende>.
- Torrecuso, Paolo Alves Dantas. 2004. O Tratado de Cooperação Amazônica e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: Análise da criação, evolução e eficácia de um regime internacional. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- UNEP. 2016. “Environmental Policy, Plan Curaçao 2016 – 2021. | UNEP Law and Environment Assistance Platform.” Leap.unep.org. 2016. <https://leap.unep.org/countries/national-legislation/environmental-policy-plan-curacao-2016-2021>.
- Vargas da Costa, J. F., & Sanmartin Moreira Alves, N. 2018. Os recursos estratégicos da Amazônia brasileira e a cobiça internacional. *Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional*, 11 (20).
- Villacorta, Jimena. 2021. “La Política Exterior de Bukele Acerca El Salvador a Estados Unidos.” *Global Affairs and Strategic Studies*. 2021. <https://www.unav.edu/web/global-affairs/detalle/-/blogs/la-politica-exterior-de-bukele-acerca-el-salvador-a-estados-unidos>.
- Visentini, Paulo. 2010. “GUIANA E SURINAME; UMA OUTRA AMÉRICA DO SUL.” *Conjuntura Austral* 1 (1). <https://doi.org/10.22456/2178-8839.16168>.
- Visión Amazonía. 2021. “What is the payment for results? – Visión Amazonía.” MinAmbiente. 2021. <https://visionamazonia.minambiente.gov.co/en/what-is-the-payment-for-results/>.
- World Population Review. 2022. South America Cities By Population 2022. <https://worldpopulationreview.com/continents/cities/south-america>
- WRM. 2021. “Mineração Predatória Na Venezuela: O Arco Mineiro Do Orinoco, Economias de Enclave E O Plano Nacional de Mineração” WRM. 2021. <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/mineracao-predatoria-na-venezuela-o-arco-mineiro-do-orinoco-economias-de-enclave-e-o-plano-nacional-de>.
- Yaffe, Helen. 2022. “Cuba Mostra Como Agir Contra as Mudanças Climáticas.” *Jacobin Brasil*. January 15, 2022. <https://jacobin.com.br/2022/01/cuba-mostra-como-agir-contra-as-mudancas-climaticas/>.

A SITUAÇÃO CARCERÁRIA NA AMÉRICA LATINA

Laura Fernandes da Cunha¹

Thaís Lysakowski Ness²

RESUMO

A necessidade de uma mudança no sistema carcerário da América Latina é um tema em voga, que se mostra uma preocupação para diversos órgãos e organizações, como a Organização das Nações Unidas. Isso porque a violência e escassez que fazem parte desse meio não apenas ferem os direitos humanos, mas também afetam a reinserção social dos detentos. Dessa forma, por entender a existência de um problema estrutural, que carrega consigo uma visão punitivista sobre o cárcere na América Latina, o Parlamento Latino Americano tentou trazer maior visibilidade ao tema. Portanto, o presente artigo questiona os papéis de gênero dentro das prisões e a eficácia desses espaços para a reintegração dos detentos à sociedade. Ademais, apresenta a perspectiva das instituições penitenciárias no que concerne à pandemia da Covid-19.

¹ Laura é graduanda do segundo ano de Relações Internacionais na UFRGS.

² Thaís é graduanda do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS.

1 INTRODUÇÃO

A América Latina é uma região vasta, composta por mais de 20 países que, séculos atrás foram colonizados por europeus. Isso faz com que essa região conte com problemas estruturais que geram o subdesenvolvimento, as instabilidades políticas e demais problemas sociais e econômicos. Segundo relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apesar do crescimento que a região vinha apresentando ao longo do início do século XXI, a América Latina passou por um período de estagnação na segunda década do século. Houve o aumento nos níveis de desigualdade e a diminuição nas taxas de crescimento, dados preocupantes para uma região onde as desigualdades são notáveis. Esse retrocesso, levando a índices mais elevados de pobreza e vulnerabilidade, aumenta também a criminalidade e a violência.

Tais dados são reforçados após o surgimento da pandemia da Covid-19. Tanto a situação sanitária como econômica latino americanas tornaram-se críticas: segundo a CEPAL, o investimento estrangeiro direto baixou consideravelmente durante a pandemia, colocando em xeque o desenvolvimento da região. Além disso, os latino americanos foram os que mais sofreram nesse momento, em se tratando de saúde pública. Os número de mortos foram alarmantes, demonstrando as fragilidades dos países ao lidar com uma crise dessa proporção (CEPAL 2021). Diante desse cenário, iniciou-se uma crescente preocupação com as camadas latinas marginalizadas. A Organização das Nações Unidas (ONU) demonstrou grande preocupação com a situação das prisões da região, tendo em vista o agravamento da situação dos presos após a Covid-19 (Nações Unidas 2020). A situação carcerária latino americana, que por si só já é tema de debate em fóruns de direitos humanos, sofreu uma brusca piora com a chegada do coronavírus.

Portanto, entendendo que uma situação econômica e social fragilizada influencia as ondas de criminalidade, e que é urgente uma mudança estrutural nas prisões latino americanas, o comitê do Parlamento Latino Americano propõe uma discussão a respeito da situação carcerária na América Latina. A fim de debater sobre as diversas problemáticas que se apresentam no cárcere, o presente guia se divide em cinco seções. Seguindo a introdução, a segunda seção traz o contexto histórico sobre o cárcere e o sistema punitivo. Em seguida, a terceira seção apresenta as problemáticas vividas no cárcere latino americano, com foco em questões de gênero, situação pandêmica e barreiras para a reinserção social da pessoa encarcerada. Por fim, tem-se as ações internacionais desenvolvidas até o momento para combater tais problemáticas e o posicionamento dos países latino americanos em relação a elas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

2.1 DECLARAÇÃO DE CRIME: A ORIGEM DAS PUNIÇÕES

O Estado possui o poder de impor um sistema de controle social no qual quando uma regra é burlada constitui-se o crime. Nesse sentido, existe uma coerção social para a padronização dos comportamentos, ao existir um desviante social ocorre a caracterização do crime e como consequência a sua punição. A origem da palavra “crime” vem do latim *cernō*, que significa “eu decido, eu julgo”, que tem como raiz a palavra *crimen* que significa “acusação” (Ferreira 1986).

O conceito de crime tem origens e moldes próprios, onde para algumas comunidades religiosas ele é derivado do pecado, a exemplo do cristianismo que considera a origem de Adão e Eva e o Pecado original como um crime contra a moral mas para algumas civilizações antigas que já detinham um código penal (Bertoni 2022). O crime é uma violação contra a sociedade e direitos civis, possuindo origem em sociedades que podem se considerar a base do conceito de crime para a sociedade atual.

Os primeiros registros documentados de uma sociedade com códigos penais são os dos sumérios, originando-se com o rei Ur-Nammu na Antiga Mesopotâmia. Ele criou o código de Ur-Nammu datado de 2100 aC – 2050 aC, sendo esse um conjunto de leis para controlar e organizar a sociedade, não sendo apenas para regular todas as atividades dos homens e sim um conjunto sentencial com objetivo de regular casos excepcionais. Ur-nammu acreditava que a lei descendia dos deuses e o rei era intermediário dessas leis, então ele transcreveu um sistema de penalidades com 32 artigos, sendo esse o mais antigo código transcrito na história, que citava crimes como o adultério, a fuga de escravos e o falso testemunho, sendo essas infrações com penas mais duras para os sumérios. O código de Ur-Nammu é transcrito em tábuas e foi traduzido por Samuel Kramer em 1952 (Kramer 1952):

Se um homem comete um assassinato, esse homem deve ser morto.

Se um homem cometer um roubo, ele será morto.

Se um homem cometer um sequestro, ele deve ser preso e pagar 15 siclos de prata (Código de Ur-Nammu, Kramer 1952, tradução nossa).

Em seguida, complementando o código de Ur-Nammu, é importante conhecer o código de Hamurabi, criado pelo Rei Hamurabi da Babilônia, em aproximadamente 1700 aC, baseado nas Leis de Talião “Olho por olho, dente por dente” (Knight et al.). Esse código é um conjunto de leis que controla e organiza a sociedade, estabelecendo que todo criminoso seria devidamente punido de forma proporcional a transgressão cometida. Tais punições seriam dadas de acordo com a hierarquia social dos indivíduos envolvidos, fazendo assim com que fossem diversas. As leis estabeleciam punições para o não cumprimento de

regras e, para consolidar essas leis na sociedade, o rei babilônio distribuía cópias das leis pelo império, assim consolidando o discurso das leis para a população (Driver & Miles 1952). O Código, traduzido por Hugo Winckler, decreta:

Se uma pessoa roubar o filho menor de outra, o ladrão deverá ser condenado à morte.
Se alguém enganar a outrem, difamando esta pessoa, e este outrem não puder provar, então aquele que enganou deverá ser condenado à morte.
Se uma pessoa roubar o filho menor de outra, o ladrão deverá ser condenado à morte.” (Código Hamurabi, Hugo Winckler 1902).

No entanto, percebe-se que tanto no código de Ur-nammu quanto no código de Hamurabi crimes como assassinato, roubo, adultério e estupro eram capitais, sendo punidos com a morte e as punições eram infligidas de acordo com o status social dos envolvidos. Assim, as punições mais graves eram infligidas a criminosos da sociedade não privilegiados e, nos códigos sumérios, as punições eram mais centradas na pena de morte. Portanto, o encarceramento era apenas utilizado na espera do indivíduo pelo julgamento.

2.2 O ENCARCERAMENTO COMO EFEITO DAS INFRAÇÕES

A prisão é um método de isolar indivíduos que não se encaixam como parte de um sociedade em um Estado, processo pelo qual um Estado ou instituição privada detém legalmente uma pessoa, removendo sua liberdade naquele momento. O encarceramento começou a ser utilizado como método punitivo na Grécia antiga com as ideias de Platão, sendo pensado como um método de reforma para os infratores, em contrapartida às ideias dos sumérios em relação a punições, que geralmente eram voltadas a punições envolvendo morte e tortura física (Allen 2013).

Na idade Antiga, do século VIII a.C até a queda do Império Romano do Ocidente em V a.C, o ato de encarceramento apresentava a prisão como um ato de pena e também uma garantia de manter os indivíduos infratores sob o domínio físico para sofrer as punições. Esses locais eram caracterizados como calabouços, ruínas e torres de castelo, eram lugares insalubres, com má iluminação, sem higiene e impróprios para moradia. As masmorras são exemplos desses modelos de cárcere, onde com a más condições apresentadas existiam grandes riscos de infecção e doenças, o que deixava os presos debilitados e com o risco de morte antes mesmo de passar pelos julgamentos e condenações. Nessa fase, a prisão era ao mesmo tempo um acessório de tortura e um local de espera de julgamento (Carvalho Filho 2002).

Durante a Idade Média, no entanto, surgiram duas formas de encarceramento: o cárcere promovido pelo Estado, tendo a liberdade do indivíduo privada até o momento de sua punição; e o cárcere promovido pela igreja, sendo o cárcere eclesiástico, destinado a os clérigos rebeldes, onde eles ficam retidos em mosteiros para que, por meio da reclusão, se arrependessem do mal e alcan-

çassem a correção divina, sendo essa a origem do termo “penitenciária”, sendo considerada a fonte primária do termo (Focault 1975).

Somente no século XVIII com o surgimento da influência do iluminismo e da crise econômica que estava atingindo a população, o cárcere começou a passar de uma preservação do corpo do condenado para a punição, para a privação da liberdade do indivíduo como pena, consequência da alta taxa de miséria que predominava na época, que trouxe consigo o aumento do número de delitos contra os patrimônios. O crescimento do iluminismo também surge como um fator de mudança, pois ele trazia o ideário do uso da razão e da maior liberdade econômica e política, visando uma mudança de melhoramento do estado e da sociedade (Focault 1975).

Então surgiu o que hoje é a forma mais comum de punição, responsabilizando o Estado pela maneira como essa punição e a supervisão são realizadas, por meio da segregação e privação da vida de familiares e amigos, buscando que esses detentos reflitam sobre seu próprio comportamento criminoso, visando a prevenção do crime e a readaptação dos criminosos. Ainda no século XVIII, John Howard, em 1777, publica “The State of Prisons in England and Wales”, ou “O Estado de Prisões na Inglaterra e País de Gales”, em tradução nossa, livro que traz críticas à realidade prisional na Inglaterra e Gales, tecendo uma série de propostas que visavam propor uma mudança nas condições dos presos, sendo uma delas a criação de instituições específicas para a nova visão de cárcere que estava sendo introduzida. Sendo assim, no século XIX surge no estado da Filadélfia nos Estados Unidos os primeiros presídios, seguindo um modelo chamado celular, onde o infrator ficava isolado em sua cela, em reclusão total, sem contato com outros presos e sem contato com o mundo externo. No ano de 1820, surge também nos EUA o sistema Auburn, que adotava a reclusão e o isolamento apenas no período noturno, sendo as refeições e o trabalho sendo feitos no coletivo (Di Santis e Engbruch 2016).

2.3 O SURGIMENTO DAS PRISÕES NA AMÉRICA LATINA

Assim como era visto na Europa, as mais movimentadas cidades coloniais na América Latina detinham prisões e espaços de tortura. Embora essas prisões não usufríssem da centralidade na ordem punitiva dessas sociedades, elas ainda ocupavam um lugar importante no longo processo de nortear a padronização dos poderes e formas de punição. Essas notórias prisões formaram uma extensa rede de instituições que, apesar da falta de uma natureza penal adequada, não deixaram de ser, em maior ou menor medida, espaços de expressão e exercício do poder. Instituições essas que se caracterizavam como locais de tortura física e psicológica e faziam parte de uma rede de reclusão, que contava com o sofrimento e abandono de delinquentes e pessoas consideradas indesejáveis, notoriamente conhecidos e apontados pelos moradores das cidades. Essa rede

detinha também postos policiais e militares, casas religiosas para mulheres, cárceres privados em fazendas e plantações, ilhas e presídios, entre outras formas menos convencionais (Aguirre 2009, Oliver Olmo, 2005).

O país pioneiro na América Latina a iniciar a construção de uma penitenciária aos moldes da Europa e dos Estados Unidos com o intuito da reclusão como punição foi o Brasil. Construída em 1834 na cidade do Rio de Janeiro, a Casa de Correção do Rio de Janeiro foi concluída em 1850, mas o país já detinha instituições para esse fim em postos do império nas principais províncias do território. São Paulo, sendo outro centro que já se encaminhava para esses novos projetos reformistas, em 1837 já detinha verbas para uma Casa de Correção iniciada em 1838 e concluída em 1852. Outras províncias do Brasil também começaram a construção de suas Casas de Correção, como Recife, com início em 1851 e finalização em 1866 e outras como Porto Alegre, Goiás e Minas Gerais (Araújo 2009; Moreira 2009; Pimentel Filho; Mariz; Fonteles Neto 2009; Salla 2006).

Outro país que também ganha destaque na criação das penitenciárias na América Latina é o Chile. Iniciada em 1844, a penitenciária de Santiago nasceu como a primeira casa de correção no Chile, sendo inaugurada em 1847 e sendo seguida pela reorganização da Casa Correccional de Mujeres, em 1864. Sendo seguido pelo Peru, tendo a construção de sua primeira penitenciária em 1856, construída em Lima e concluída em 1862 (Aguirre 2005).

A Argentina, assim como o Brasil, com sua reforma de inovação carcerária, se destacou assumindo um posto como símbolo do que existia de mais avançado na América do Sul no século XIX e inaugurou sua primeira penitenciária em 1877, considerada uma instituição modelo. O Uruguai, com seus projetos reformistas, adotou em 1888 um regulamento para manter as penitenciárias sob um controle cotidiano com sua “cárcere preventiva, correccional e penitenciária”, tendo como exemplo a construção da instituição da “Cárcel Correccional de Mujeres y Menores”, em 1897 (Barrán, 1991).

Apesar do registro da criação de penitenciárias na América Latina serem datadas no mesmo período de tempo, alguns países tiveram suas instituições criadas mais tardiamente. O México só teve sua primeira penitenciária inaugurada em 1900, sendo visto como uma construção de maior demora em consequência de problemas político-econômicos enfrentados no país no tempo analisado. A Colômbia é outro exemplo tardio, tendo sua implementação de penitenciárias a partir de 1934. Cuba inaugurou sua primeira penitenciária em 1926 aos moldes da prisão argentina e de São Paulo. El Salvador teve sua primeira prisão em pleno funcionamento em 1905 (Herrera Mena 2007).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

3.1 MASCULINIDADE NO ESPAÇO CARCERÁRIO

A masculinidade, sendo entendida como uma construção social, faz com que os indivíduos do sexo masculino se comportem e ajam de uma forma pre-determinada. Isso porque é esperado desses indivíduos comportamentos como força, rudeza, valentia, virilidade, agressividade. Dessa forma, a demonstração de emoções, sentimentalismo e vulnerabilidade fazem com que o sujeito entendido como homem seja visto como dissociado da ideia de masculinidade (León, Díaz, Zarco 2020).

Tal visão da masculinidade se tornou hegemônica, atingindo homens de todo o mundo. Na América Latina, por exemplo, os termos macho e machismo se tornaram populares na metade do século XX, e eram aplicados principalmente a homens de camadas mais baixas dessa região. Dessa forma, esses termos tinham conotações baseadas em questões culturais e sociais – muitas vezes ligados a demonstrações de virilidade, força e poder. Por isso, é socialmente esperado que os homens vistos como machos mostrem domínio e controle tanto de si como de outros, e não são educados para se mostrarem vulneráveis (Galindo 2001; León, Díaz, Zarco 2020).

Levando em consideração essa construção em torno da imagem do masculino, entende-se que a violência se faz presente em meios frequentados por homens. Pode-se considerar que a violência faz parte da identidade do gênero masculino. Portanto, quando se pensa em espaços majoritariamente masculinos, como uma prisão, é inerente pensar que esses são também espaços de violência, de dominação de um ser sobre o outro. Quando se fala de machismo, ou do patriarcado, cria-se a imagem da dominação do ser masculino sobre o feminino, porém, em espaços como o cárcere, essa dominação se dá também do homem mais forte sobre o homem mais fraco (León, Díaz, Zarco 2020; Jewkes 2005).

Isso se desenvolve pois existe um entendimento de que os prisioneiros – chegando ao cárcere muitas vezes devido ao uso da violência do lado de fora – estão sempre a um passo de usarem a violência também do lado de dentro. Em vista disso, o ideário da masculinidade se faz ainda mais forte e mais presente dentro das prisões, fazendo com que todos os prisioneiros sejam vistos sob uma mesma ótica, pois é esperado que todos tenham os mesmos comportamentos e ações. Isso exclui qualquer especificidade de pensamento e emoções do indivíduo prisioneiro – todos são vistos como perigosos e necessitam das mesmas disciplinas e formas de controle (Curtis 2014).

Destarte, é criado um clima de tensão e medo dentro das prisões. É justamente esse clima que leva à dominação dos mais fortes pelos mais fracos. Com isso, vão se formando grupos que são vistos como dominantes dentro desses ambientes, e que conseguem ser mantidos, normalizados e legitimados pelos

demais presos – ou até mesmo pelos carcereiros. Através de ameaças, do bullying e da agressividade, vão se estabelecendo reputações de indivíduos e grupos, que passam a ser os dominantes dentro do cárcere. Portanto, quando se trata sobre questões carcerárias, é importante tratar também sobre a questão de gênero, pois há uma intrínseca ligação entre a construção social em torno do ideário da masculinidade e o comportamento dos prisioneiros homens. Esse comportamento influencia fortemente na qualidade de vida dos encarcerados, em especial em questões de saúde física e psicológica (Jewkes 2005; León, Díaz, Zarco 2020).

3.2 MULHERES NO CÁRCERE

A América Latina viu, nas últimas décadas, um expressivo aumento no número de mulheres encarceradas. Isso se deu especialmente ao endurecimento das leis de drogas, e de uma maior atenção policial aos crimes relacionados a elas. Essa ligação das mulheres com os delitos de drogas ocorre devido às situações de desigualdade econômica, que são muito fortes na América Latina. Essa é uma região na qual muitas mulheres possuem baixa escolaridade, trabalhos precários e ainda são as únicas responsáveis por seus filhos ou parentes idosos, tendo em vista o alto número de lares monoparentais, que fazem com que essas mulheres sejam as chefes de suas famílias (Giacomello 2013).

Dada essa situação do aumento do número de mulheres reclusas, surge o problema da falta de centros femininos para atender essa demanda. Portanto, por muitas vezes as mulheres encarceradas são enviadas para centros longe de sua residência e de sua família. Isso gera problemas em relação aos seus laços familiares, pois dificulta que recebam visitas, tendo em vista a necessidade de deslocamento por parte da família. Outro problema da falta de prisões femininas é a superlotação. Um estudo feito por Ariza e Iturralde na Colômbia em 2015 mostra que de 141 prisões existentes no país, apenas 6 são prisões femininas. Dessa forma, pelo menos metade das mulheres presas se encontram reclusas em prisões mistas (Ariza, Iturralde 2015; Giacomello 2013).

Tanto essa superlotação como a presença de mulheres em centros voltados para o cárcere de homens resultam em problemas de saúde para as presas. O atendimento médico, na maioria dos casos, não supre as necessidades femininas, a exemplo de exames preventivos como de câncer de mama, ou de exames rotineiros de saúde sexual e reprodutiva. Além disso, mulheres grávidas e lactantes também acabam por não receber o devido atendimento dentro do cárcere. Outro ponto crítico encontrado na América Latina é a falta de absorventes nas prisões que recebem mulheres, algo que também faz parte do cuidado com a saúde feminina – no Brasil, há relatos de presas que usam miolo de pão para substituir o item (Giacomello 2013; Rosa 2021; Queiroz 2015).

Além dessas questões de estrutura pelas quais as mulheres são submetidas quando reclusas, existem também as questões sociais, que levam a um abalo

psicológico das presas. Assim como os homens passam por uma pressão social em torno da masculinidade, as mulheres encarceradas também, tendo em vista a construção social que se dá em relação ao papel da mulher na sociedade. As mulheres presas são vistas como sujeitos que romperam com a feminilidade, pois estão na contramão do cuidado com a família e com o lar. Também, a questão da maternidade leva inclusive a transtornos físicos e mentais, devido à separação da mãe e seus filhos, ou pela falta de estrutura para as crianças que vivem com suas mães no cárcere. Existe, então, uma pressão social de que essas mulheres não são boas mães, levando-as ao desenvolvimento de tais transtornos (Rosa 2021; Ariza, Iturralde 2015).

Ademais, a questão do gênero se reforça pelas atividades de aprendizado e trabalho que as mulheres exercem dentro das prisões. Em primeiro lugar, essas são atividades que envolvem serviços de cozinha, limpeza, costura, cuidado com as roupas, dentro outras que são socialmente ligadas ao papel feminino, reproduzindo os papéis de gênero. Porém, esses aprendizados não levam em consideração o mercado de trabalho que as espera quando deixarem a reclusão. Dificilmente esses indivíduos irão conseguir empregos que lhes garantam estabilidade financeira para si e suas famílias, problema que foi justamente o que as levou ao encarceramento. Portanto, as prisões podem ser vistas, em última instância, como instituições que reforçam os papéis de gênero, perpetuando a vulnerabilidade social das mulheres (Rosa 2021).

3.3 TRANSEXUAIS E TRAVESTIS ENCARCERADOS

A sociedade atual, apesar de se encontrar mais aberta às questões LGBT, ainda possui uma alta heteronormatividade, que faz com que pessoas transexuais³ e travestis⁴ sofram diversas violências e vivam à margem da sociedade. Isso as leva a se envolverem no mundo das drogas e da prostituição para que possam sobreviver economicamente. Portanto, muitas acabam encarceradas e, dentro das prisões, encontram mais uma vez um mundo de violência e discriminação (Fonseca, Cancela 2016).

Esse é um fato que leva a América Latina a possuir altos números de transfobia e transfeminicídio, a exemplo de países como o México e o Brasil (Constant 2020; Santos 2020). Assim, essa realidade se repete também nas prisões latino-americanas, onde a situação não é diferente das ruas. Em primeiro lugar, a decisão do espaço no qual o sujeito trans/travesti irá cumprir sua pena se dá, em geral, pelo entendimento do sexo biológico do indivíduo. Dessa forma, muitas mulheres trans acabam em prisões masculinas e vice-versa. Isso resulta

3 Transsexual é o indivíduo que não se identifica com seu gênero de nascimento, que é definido pelo seu sexo. Portanto, mulheres trans são pessoas do sexo masculino que se identificam com o gênero feminino, e vice-versa (Transcendemos s.d).

4 Travesti é uma identidade de gênero feminino. Ou seja, representa indivíduos que foram designados homens, mas se entendem como mulheres. Pode ser entendido, também, como um terceiro gênero, em caso de o indivíduo não se identificar nem como homem, nem como mulher (Miyashiro e Leão 2022).

na vulnerabilidade dessas pessoas, principalmente em se tratando de mulheres transexuais, tendo em vista que elas são mais propensas a sofrerem violência sexual – tanto dos guardas como dos demais presos – além da violência física e mental. Por isso, muitas dessas mulheres buscam proteção se relacionando com presos considerados influentes e poderosos. Por vezes, essas relações se tornam uma situação de posse e controle sobre o corpo das presas trans, uma vez que é exigida a exclusividade da relação. O medo, a submissão e a violência física e simbólica então permanecem na vida dos indivíduos transexuais (Constant 2020; Fonseca, Cancela 2016; Santos 2020).

Dessa forma, pode-se entender que a heteronormatividade presente na sociedade se estende ao poder judiciário, que acaba por reforçar a ideia da cis-normatividade - dividindo o cárcere em espaços de homens e mulheres. Com isso, segundo Constanto (2020), depreende-se que “a ordem heteronormativa produz um conjunto de violências de gênero que estrutura relações dentro e fora da prisão, e a prisão funciona como uma lupa que concentra e aumenta fortemente os mecanismos de opressão baseados no gênero” (Constant 2020 p. 239). Portanto, é necessário que haja uma maior qualificação tanto do poder judiciário como dos agentes que trabalham no cárcere, visto que, segundo Santos (2020), a falta de treinamento para os casos envolvendo questões de gênero aumentam ainda mais a vulnerabilidade dos presos, fazendo com que os presídios sejam um espaço de deterioração da saúde física e mental, estando longe de serem um espaço de ressocialização (Constant 2020; Santos 2020).

3.4 PENITENCIÁRIAS NA PANDEMIA DA COVID-19

A América Latina, apesar de ser uma região que abrange uma grande área e diversos países, tem arraigada em suas penitenciárias características comuns compartilhadas por toda essa extensão. As estruturas do cárcere latino americano são precárias - os espaços são fechados e há pouca circulação de ar e ventilação, facilitando a proliferação de doenças -, além da escassez de financiamento, de recursos humanos capacitados, de bens e de serviços. Ademais, as altas taxas de encarceramento e de reincidência levam à superlotação, fazendo com que os problemas citados anteriormente evidenciem-se ainda mais repetidamente (Marmolejo et al. 2020; Romero, Stalman e Solá 2021).

Tendo isso em vista, entende-se que a chegada da pandemia da Covid-19 aumentou ainda mais os problemas que já eram enfrentados pelos presidiários. Dadas as condições de vida dentro desses espaços, a superlotação e a falta de acesso a itens básicos de higiene foram pontos críticos no que diz respeito à prevenção do vírus, pois as medidas básicas para sua prevenção - manter o distanciamento social e manter hábitos de higiene básica - se mostraram impossíveis. Dessa forma, uma das medidas tomadas pelos Estados latinos foi a suspensão das visitas, evitando assim que o vírus circulasse para dentro e para fora dos presí-

dios. Porém, ressalta-se que tal medida não se torna eficaz quando, ao mesmo tempo, carcereiros e demais funcionários dessas instituições se encontram indo e vindo desses espaços, podendo eles serem os vetores da propagação da Covid. Portanto, o perigo da doença continuava presente para esses trabalhadores e para as pessoas em reclusão (Marmolejo et al. 2020; Romero, Stalman e Solá 2021).

Em resposta a essa situação alarmante, as prisões da América Latina viraram palco de diversos motins realizados pelos prisioneiros. São exemplos disso os acontecimentos no Brasil e na Argentina, nos quais houve inclusive feridos durante os atos. Segundo Bayerl e Fioravante (2020), essa foi uma forma encontrada pelos presos de serem ouvidos pela sociedade e pelo governo, considerando a invisibilidade na qual vivem esses indivíduos e na qual foram postos diante de um isolamento social que não os protegia de fato, mas apenas os segregava ainda mais. É interessante refletir que, em muitos casos, o acesso dos encarcerados a comida e itens de higiene básica depende desse convívio com familiares e amigos, e que a suspensão das visitas leva, ainda, a uma supressão desses itens e a uma consequente piora na qualidade de vida (Marmolejo et al. 2020).

Algumas outras medidas tomadas pelos Estados para mitigar o problema da Covid-19 dentro das prisões dizem respeito ao aumento da disponibilidade de água e produtos de higiene e limpeza. Ainda, em países como o Paraguai e o Brasil, os presidiários foram alocados em atividades de confecção de máscaras para os reclusos e os trabalhadores das prisões. Também, a superlotação foi foco dos governos, que trabalharam para a redução das populações prisionais. Dessa forma, foram soltos diversos indivíduos com maior vulnerabilidade de contrair o vírus e aqueles que não cometeram crimes graves, e que já haviam cumprido a maior parte de sua pena. Apesar dessa medida parecer bastante significativa, ressalta-se que uma parcela muito pequena da população carcerária foi beneficiada, e que os demais problemas mantiveram-se como uma realidade (Romero, Stalman e Solá 2021).

3.5 MEDIDA PARA GARANTIR A REINserÇÃO DO PRESO NA SOCIEDADE

A instituição carcerária e o cárcere em si são, ainda hoje, vistos de forma muito negativa para a sociedade latino americana. As prisões não são vistas como espaços reformadores daqueles que cometeram delitos, mas sim espaços de punição, onde os indivíduos são castigados pelos seus crimes. Como visto anteriormente, esses espaços carregam dentro de si muita violência e é comum que haja diversas formas de violação dos direitos humanos. Isso acaba criando um ciclo vicioso - a ideia da prisão como um espaço de punição leva à perpetuação dessas violências e violações, enquanto essas últimas, da mesma forma,

perpetuam o cárcere como espaço de punição (Torrijo 2019).

Como consequência à falta de esforços dessas instituições para mudar a vida do prisioneiro, os números de reincidência na América Latina são bastante altos. A volta desses indivíduos ao cárcere afirma a falta de efetividade desses espaços, que acabam servindo apenas de reclusão, mas sem realmente reinserir um ser humano melhor na sociedade. Conforme afirma Torrijo (2019), a punição não resolve crimes, muito menos reabilita os encarcerados. Dessa forma, é importante entender quais são os meios que favoreceriam tanto o preso com sua passagem pelo cárcere, como a sociedade, que recebe esse indivíduo após o cumprimento de sua pena. Segundo as Nações Unidas (2022), dentre os princípios básicos para o tratamento dos reclusos, encontram-se o “direito de participar de atividades educativas a fim de desenvolver sua personalidade humana”, e a “realização de atividades laborais, que sejam remuneradas e úteis para a facilitação de sua reinserção no mercado de trabalho”, para que esse indivíduo tenha condições de sustentar a si e à sua família (Nações Unidas 2022).

Além disso, é importante entender o que se entende por “reinserção social”. Espinoza (2016), expõe esse conceito diante de três perspectivas:

sentido valórico, que faz alusão à necessidade de aceitar e integrar na sociedade livre aquelas pessoas que infringiram a lei; desde um sentido prático, centrando-se na prestação de serviços no processo de reintegração à comunidade; e como processo dinâmico bidirecional, no qual as pessoas regressam à vida em liberdade e, ao mesmo tempo, o conjunto de instituições que participa na sociedade facilita dito processo (Espinoza 2016, 99, tradução nossa).

Aqui, está se tratando, especialmente, do terceiro tipo de reinserção, ou seja, preocupa-se com o que as instituições estão desenvolvendo para que o indivíduo encarcerado volta à vida em sociedade de forma que as chances de reincidência sejam baixas ou quase nulas. Dois meios a serem utilizados são a educação e o trabalho. Na América Latina, particularmente, em geral dá-se prioridade para a reintegração através do trabalho, entendendo-se que as habilidades adquiridas durante o período de reclusão podem ser utilizadas após a soltura do preso (Torrijo 2019).

Porém, uma questão de debate quanto ao trabalho dos presos nas penitenciárias diz respeito à presença de empresas privadas inseridas dentro desses espaços. Em geral, os salários pagos são baixos, fazendo com que tais empresas se aproveitem de uma mão de obra barata e sem direitos. Apesar do reconhecimento desse fator como um problema, a visão negativa que se tem dos indivíduos encarcerados ajuda na aceitação e legitimação dessa exploração por parte da sociedade e dos governos. Mas isso não significa que a reinserção através do trabalho seja algo negativo, muito pelo contrário. Muitos detentos ajudam suas famílias com os salários que recebem de seus ofícios, e também guardam seu ordenado para seu futuro fora do cárcere. O problema, então, está nessa exploração, na qual os salários não são suficientes nem para os gastos do próprio indivíduo dentro da reclusão. Dessa forma, se os trabalhos não forem fiscalizados

a fim de garantir a dignidade do trabalhador, o objetivo da reinserção não será atingido, uma vez que esse trabalho será também usado como punição, e não como uma porta para um futuro melhor (Rangel 2017).

Ademais, é essencial que se garanta que as atividades desenvolvidas no cárcere sejam úteis para o mercado de trabalho da sociedade. Isso porque o objetivo deve ser a inserção do indivíduo ex-presidiário no mercado de trabalho, portanto ele deve adquirir habilidades que estejam de acordo. Atualmente na América Latina, as atividades desenvolvidas ainda são bastante manuais, como a carpintaria e a costura, principalmente em se tratando do público recluso feminino. Portanto, atividades educacionais se tornam também essenciais, para garantir que, inseridos no mercado de trabalho, os ex-presidiários encontrem empregos que garantam seu sustento e de sua família (Espinoza 2016; Rangel 2017).

Tendo em vista o papel da educação e do trabalho na reinserção dos detentos, vale ressaltar também os cuidados com a saúde mental, especialmente de mulheres e pessoas trans, que são os que mais sofrem com abusos e violência. Ainda, existe a necessidade de cuidar do psicológico dos adictos, tendo em vista que o uso de drogas favorece a reincidência. Dessa forma, é imprescindível que todas essas medidas - trabalho, educação, saúde mental e dependência química - sejam tomadas logo que o detento entra no cárcere. Isso, além de ajudar a diminuir os índices de violência dentro das penitenciárias, também ajuda no preparo do indivíduo ao seu convívio social, fazendo com que enxergue o futuro com com maior otimismo e esperança, diminuindo também os níveis de reincidência (Espinoza 2016).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

4.1 EDUCAÇÃO PRISIONAL

A educação de detentos se constitui como uma preocupação da ONU - e em especial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) - desde a criação de ambas, em 1945. Dessa forma, foram criadas diversas normas internacionais que tratam sobre o assunto, a exemplo das Regras Mínimas para o Tratamento de Presos, adotadas em 1955, que recomendam que todos os reclusos devem receber educação nos espaços de cárcere, de forma que, inclusive, possam aproveitar essa educação para continuar os estudos após sua soltura (Silva e Masson 2018).

Com isso, os países ao redor do mundo foram voltando seus olhos para a problemática da educação prisional. Assim, surgiram projetos também fora do âmbito da ONU, graças à cooperação de Estados e regiões. Nos países latino americanos, essa preocupação se fortaleceu na década de 1990, quando o empobrecimento da população e o consequente aumento da criminalidade e do encarceramento

Com isso, os países ao redor do mundo foram voltando seus olhos para a problemática da educação prisional. Assim, surgiram projetos também fora do âmbito da ONU, graças à cooperação de Estados e regiões. Nos países latino americanos, essa preocupação se fortaleceu na década de 1990, quando o empobrecimento da população e o consequente aumento da criminalidade e do encarceramento se fazem cada vez mais notáveis (Silva, Masson 2018). Em função disso, surge o Projeto EUROsocial de Educação nas prisões, que nasceu da cooperação da União Europeia com a América Latina. O primeiro encontro do projeto ocorreu em 2006, na Colômbia, e contou com a presença de representantes dos ministérios da Educação da Argentina, Bolívia, Brasil, Honduras e Nicarágua (Unesco 2009).

Esse encontro gerou como resultado a criação da Rede Latino-americana de Educação nas Prisões (RedLECE). Segundo a Unesco (2009. p. 22) “a Rede Latino-americana de Educação nas Prisões tornou-se um fórum especializado de análises, intercâmbio e cooperação técnica entre os países latino-americanos”. Dentre seus objetivos estava a prestação de apoio aos responsáveis pela criação de políticas para educação, de modo que houvesse melhorias no acesso à educação por parte dos detentos. Apesar da importância do projeto para a região latino americana, o RedLECE acabou por deixar de funcionar, em 2009 devido à falta de apoio financeiro (Silva, Masson 2018).

Mesmo com a curta existência tanto do RedLECE quanto do EUROsocial, ambos projetos foram reconhecidos como ações de grande eficácia para que houvesse a garantia do direito dos presos à educação em diversos países da América Latina (Leal 2022). Com isso, teve-se um avanço na região no que diz respeito às políticas de educação nas prisões, demonstrando a necessidade de continuar a debater o assunto e agir de forma cooperativa para transpor as barreiras da educação de sujeitos privados de liberdade.

4.2 AÇÕES DURANTE A PANDEMIA

O distanciamento social durante a pandemia do COVID 19, mostrou ser praticamente impossível. As Penitenciárias e unidades socioeducativas são insalubres e superlotadas em sua maioria nos países da América Latina e do Caribe como o do Haiti, Bolívia, Guatemala, El Salvador e Honduras, onde as taxas de encarceramento variam de 200 a 400% da capacidade oficial, unidades essas que entregam péssimas condições de higiene e um ambiente perfeitamente suscetível a propagação do vírus da COVID-19 (Human Right Watch 2020b).

Os principais órgãos internacionais de direitos humanos, como ONU (Organização das Nações Unidas), OMS (Organização Mundial de Saúde) e OEA (Organização dos Estados Americanos) trouxeram uma série de medidas a ser seguidas pelos governos para assegurar a saúde dos encarcerados, para a OMS, preservar a saúde desses indivíduos é importante porque, entre outras questões, os esforços para controlar a Covid-19 na comunidade provavelmente falharão caso o mesmo cuidado também não seja tomado nos locais de detenção (Protocolo da OMS).

A redução imediata da superlotação é essencial para evitar infecções generalizadas, o SPT (Subcomitê da ONU para a Prevenção da Tortura), em seu relatório expõe ser necessário uma redução dos números da população carcerária, sendo implementado formas de liberação antecipada, provisória ou temporária, em casos de detentos que não representem risco elevado, seguindo as medidas não privativas de liberdade prevista nas Regras Mínimas Padrão das

Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade, conhecidas como Regras de Tóquio, tendo como exemplos países como a Irlanda do Norte, Etiópia e Irã que adotaram medidas como essas para a redução (Advanced Unedited Version, 2020).

Os cuidados com a saúde física, o relatório lembra que o Estado é responsável pelos cuidados dos indivíduos que estão sob custódia “Os presos devem usufruir dos mesmos padrões de assistência médica disponíveis na comunidade e devem ter acesso aos serviços de assistência médica necessários gratuitamente, sem discriminação com base em seu status legal” (Regras de Mandela).

Organizações internacionais ressaltam a importância de levar em conta as peculiaridades das respostas psicológicas e comportamentais dos presos. “O confinamento solitário e a detenção prolongada ou indefinida, incluindo décadas de detenção em prisões ou outros ambientes fechados, influenciam negativamente a saúde mental e o bem-estar”, disse o Relatório Especial da ONU sobre Saúde Mental (UN Human Rights Council, 2017). O relatório afirma que os encarcerados detêm taxas altíssimas de suicídio e péssimas condições de saúde mental, sendo piores do que na população em geral, não possuindo apoio considerado necessário. Para ampliar o apoio emocional nesta situação de crise, é aconselhável compartilhar informações sobre a doença de forma transparente, garantindo a continuidade da conexão com os familiares.

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **República Argentina** surgiu com uma série de medidas para melhorar o sistema penitenciário do País, possuindo aproximadamente 30 mil encarcerados, o país detém 6,1 mil pessoas que cumprem pena em estabelecimentos federais de Buenos Aires. A Argentina se apresenta como um exemplo de administração penitenciária, tendo em Olmos em La Plata como um exemplo, onde 80% dos encarcerados já sentenciados, a instituição oferece serviços de ensino integrado à rede pública educacional, em aulas de cursos primários e orientação secundária, constando também disponibilidade de rede de comunicação externa com telefones públicos e rádio comunitária. A educação nas prisões é incorporada em uma nova Lei Nacional de Educação Argentina, onde o direito a estudos funciona apenas como sinônimo de bom comportamento (Novo 2017). Durante a pandemia da COVID-19 o governo da Argentina liberou ou concedeu prisão domiciliar a cerca de 1% da população carcerária, o País implementou medidas para conceder prisão domiciliar ou outras alternativas de encarceramento para alguns grupos de presos, como os indivíduos que aguardam ainda julgamento por crimes de menor riscos e não são considerados violentos e presos com maior risco de complicações que o COVID-19 poderia proporcionar (Human Rights Watch 2020a).

Aruba detém apenas uma prisão a Het Korrektie Instituut Aruba (KIA), que é precedida pela má reputação, apresentando más condições com o local e os presos, um relatório altamente crítico de 2014 do Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura ou Tratamentos ou Penas Degradantes (CPT), impulsionou o governo a começar tentativas de melhorias (inspectie justitie en veiligheid, 2018). O governo de Aruba adotou medidas em resposta à pandemia de coronavírus, como o uso obrigatório de máscaras faciais em todos os espaços públicos interiores, mas em decorrência do país ser discreto em divulgar informações, não se tem uma visão direta das práticas de segurança com o vírus no único presídio do País.

O **Estado Plurinacional da Bolívia** possui um sistema de educação prisional considerado novo no País, o modelo se diferencia dentro do sistema educacional prisional, sendo proporcionado um aprendizado diferenciado de educação escolar, mantém os mesmos moldes de aprendizado mas proporcionando oportunidade de substituir o conhecimento criminal que os encarcerados tem por formação científica e tecnológica trazendo a ideia de uma proposta que procura proporcionar uma educação prisional para o sistema nacional de ensino, da ciência para contribuir para a reintegração social do preso e o epistemológico entre educação, filosofia e direito (Alvarez 2014). Com a pandemia do COVID-19 a Constituição Política do Estado (CPE) e a Lei 2298 sobre Execução e Supervisão Penal (LEPS, 2001), reestabeleceu os direitos dos presidiários, o direito de todos à saúde e a obrigação do Estado de garanti-la, sendo também garantidas uma série de obrigações do estado como assistência médica nos prédios, transferência de presos que apresentem ser de grupos de risco e precisando de atenção médica de fora da instalação, ajuda psicológicos e de assistência social ou ou providenciar a prisão domiciliar enquanto recebem atendimento (Guimarães, Soruco e. Eguivar 2020).

A **República do Brasil**, possui compromisso com a educação prisional, contendo a a Lei de Execução Penal (nº 7.210/1984), que prevê a educação escolar no sistema prisional, ela se compromete em proporcionar educação escolar e formação profissional para os presos, capacitá-los com habilidades para que possam conviver e serem reintegrados em sociedade e se estabelecerem fora da vida marginal, potencializando o direito à saúde, ao trabalho e a participação deles como cidadãos, contendo iniciativas que procuram desenvolver a importância deles e a importância que as escolhas deles podem resultar (Novo 2017). No Brasil O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), suspendeu as visitas nos presídios, procurou criar apresentação para as orientações a respeito da prevenção e dos cuidados sobre o COVID-19 na penitenciária, proporcionou atendimento médico, inclusive a definição do fluxograma de atendimento a presos com sintomas, condução à Unidade de Pronto Atendimento do município se necessário e implementou medidas sanitárias necessárias para evitar a proliferação do vírus (Benetti et al. 2021).

A **República do Chile** com suas políticas de educação prisional, tem objetivo de preparar os encarcerados melhor para a vida que os espera do lado de fora, depois do cumprimento de suas sentenças, tendo comprometimento com fornecimento uma educação básica e também tentando proporcionar aos indivíduos encarcerado o desenvolvimento de hábitos de trabalho e aprendizado em algumas área técnica (Castillo 2022). Assim como outros países da América Latina as prisões do Chile sofrem de superlotação e com a pandemia do COVID 19, o governo agiu reduzindo o número de encarcerados das prisões, aprovando processos de liberdade condicional, prisão domiciliar e outros casos de semi aberto (Defensoria Penal Pública 2020) e o governo concedeu um indulto presidencial para libertação de presos nos mesmos moldes para presos que se provassem vulneráveis a contrair o vírus da COVID 19 (Marmolejo et al 2020).

A **República da Colômbia** possui um sistema de educação prisional que incentiva a educação prisional, o País desenvolveu um modelo diferente do habitual, que tem como diferencial um currículo educativo elaborado por universidades do País, tendo profissionais altamente capacitados que o projetaram, a Colômbia também possui um programa de remição de pena pelos estudos de acordo com a artigo 97 do Código Penitenciário de 1933, a cada cinco dias de aulas cumpridas, um dia a menos para cumprir (Novo 2018), assim, auxiliando e incentivando os encarcerados a novas perspectivas (Torrijo 2019). Durante

a pandemia do COVID 19, sofreu com motins em suas prisões com os encarcerados alegando a falta de assistência do governo em controlar a pandemia nas prisões (Bergman et al., 2020; Colectivo de Estudios de Drogas y Derecho [CEED], 2020), em resposta a essas ações o Ministério da Justiça da Colômbia manifestou o Decreto 546 que concedia liberdade aos encarcerados, sob prisão domiciliar de modo temporário para a população considerada vulnerável nas prisões (Marmolejo et al 2020).

O governo da **República da Costa Rica**, com o departamento de Educação de jovens e Adultos (DPEJA), desenvolveu propostas educacionais diferentes, chamada de Educação em centros de Atenção Institucional (educai), que tem o objetivo de enquadrar a educação de jovens e adultos em ambientes prisionais de uma forma diferente de outros desenvolvidos até agora, como promover a auto-aprendizagem, incorporação em ambientes acadêmicos, disciplinas de aprendizado com uma educação geral básica com o objetivo de desenvolvimento pessoal, participação de oficinas de artes, esportes e recreação, sendo componentes que ajudariam na inserção dessa população na sociedade (Ministerio de Educación Pública 2016). O governo da Costa Rica com o Ministério Da da justiça e Paz, junto a uma equipe médica de emergência começou a trabalhar junto ao ministério da saúde, com o objetivo de estabelecer uma agenda de protocolos para a gestão do covid 19 nas prisões, foram estabelecidos três protocolos para evitar a proliferação do vírus, sendo oferecido atendimento preventivo, medidas em caso de infecção maciça e transferência de pacientes em casos graves, cada unidade penitenciária detinha uma unidade de saúde, presos que saem das instalações por mais de 24 horas eram colocados em isolamento, os presos eram separados em grupos para evitar contato e a Comissão de Emergência estabeleceu a possibilidade de visitas virtuais para os presos (Prison Insider 2021).

A **República de Cuba** após a Revolução Cubana se comprometeu em corrigir o sistema anterior prisional que não detinha políticas adequadas e levou como missão corrigir e educar os encarcerados, levando a eles estímulos de mudanças em relação ao trabalho, a respeito de leis e normas de convivência em sociedade, o governo cubano se comprometeu a implementar programas de educação prisional nas prisões, com o plano de alcançar o desenvolvimento educacional ideal nas prisões, que visam levar os presos a reabilitação e reintegração social (Pérez et al. 2019). Com a pandemia do COVID 19, o governo cubano implementou um plano de medidas para combater o vírus, o plano tinha séries de protocolos que cobria ações de prevenção a o vírus, cuidados médicos adequados, investigações de rastreio do vírus, criação de isolamento, seguindo as recomendações da OMS e em casos de presos em situações de risco como idade, comorbidades e mulheres grávidas, eram designados lugares isolados nas prisões para essas pessoas (Alvarez 2021).

O Território Insular de **Curaçao** possui apenas uma penitenciária, o Curaçao Centro de Detenção e Correção (SDKK), contando também com uma ala feminina, a fim de melhor atender às necessidades dessa população encarcerada (Council of Europe 2015). Essa penitenciária conta com diversos programas voltados para a educação e a reabilitação dos detentos, através da alfabetização, do estudo de matemática, escrita e leitura, e também do ensino de atividades envolvendo setores de eletrônicos, automotivo, de construção, dentre outros, para preparar esses indivíduos para o mercado de trabalho, e assim, realizar uma efetiva ressocialização (Niles 2000). Durante a pandemia da Covid-19, o governo optou pelo isolamento de diversos blocos para acomodar os presos infectados, e as visitas foram suspensas (Curaçao Chronic 2022).

A **República de El Salvador** possui a Direção Geral de Centros Penais

,que se compromete como uma instituição com a missão de planejar e organizar atividades educativas para pessoas encarceradas e o Plano Cuscatlán criado pelo governo ,que tem como objetivo a reabilitação e reinserção dos presos na sociedade, assim garantindo acesso a uma educação prisional de qualidade (Botello e Centeno 2021). O sistema prisional de El Salvador sofre de superlotação e falta de estrutura de qualidade como a má qualidade de alimentos, ar e acesso inconsistente a água potável, o País estabeleceu estratégias para contenção do vírus nas prisões do País apesar das dificuldades como o bloqueios de transferências de presos para outras instituições de encarceramento, limites de atividades dentro das prisões e protocolos de cuidados sanitários para o COVID 19 (The Conversation 2020).

A **República do Equador**, assim como a Colômbia, possui o modelo de redução de pena por estudo , que se sustenta como um incentivo aos encarcerados , sendo válido a prática de sete dias de estudo , sendo revertidos em um dia de pena cumprida na sentença , sendo uma prática inacessível para presos sentenciados por assassinatos e narcotráficos de acordo com o coordenador-geral do Ministério da Educação e Cultura do Equador (NOVO 2017). O Equador é conhecido como um País com grandes índices de superlotação em prisões , fato que prejudica o esforço para barrar a proliferação do COVID 19 nas prisões mas o governo do Equador, seguindo as recomendações dos órgãos internacionais , teve um sistema de liberação de presos para cumprimento de regime semiaberto , na tentativa de diminuir a superlotação (Pacheco e Guerrero 2021).

A **República das Honduras** tem como grande preocupação acabar com a superlotação dos presídios de seu país. Além disso, está em curso a desmilitarização desses espaços - que começou em 2010 - com o intuito de diminuir a violência e garantir os direitos humanos dos presos. Essa ação tem por objetivo também garantir que não haja homens trabalhando em penitenciárias femininas, pois a lei hondurenha garante que os serviços de tais espaços sejam desenvolvidos totalmente por mulheres (Maradiaga 2022). É importante ressaltar, também, que a questão da educação prisional é pauta para o governo hondurenho, e que o país participou do RedLECE, numa tentativa de garantir a melhoria da educação dos presos. Durante a pandemia da Covid-19, algumas medidas tomadas foram a prisão domiciliar para aqueles que ainda não haviam sido condenados e para presos de grupos vulneráveis, e muitos detentos tiveram sua pena reduzida e foram libertos (Romero, Stalman e Solá 2021).

A **República da Guatemala** é um País que enfrenta alguns problemas em relação ao sistema carcerário, especialmente em se tratando da superlotação dos presídios. Por isso, foram atendidas diversas orientações dadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a fim de melhorar as condições de vida dos detentos. Dentre as medidas, foram feitas ações em prisões femininas a fim de diminuir o risco de conflitos entre grupos rivais. Além disso, alguns centros de detenção foram aumentados, tendo em vista a necessidade de mais espaços de ar livre (García 2017). Durante a pandemia, medidas como a suspensão de visitas e a promoção da higiene e do distanciamento social foram algumas das maiores preocupações do governo no que concerne a espaços carcerários (Centro de Observancia en Seguridad Ciudadana 2020).

Os **Estados Unidos Mexicanos**, tendo em vista sua preocupação na melhoria da vida dos presos e na garantia dos direitos humanos, conta com a privatização de diversas de suas penitenciárias. Isso ajudou na construção de mais centros de detenção, diminuindo assim a pressão sobre as já existentes (Gómez 2021). Ainda, com a preocupação da reinserção do preso à sociedade, o México tem como estratégia de seu sistema penitenciário a capacitação e o

trabalho. Para isso, o País tem apoio de empresas privadas, e acredita estar beneficiando tanto os detentos como os empresários (Hugo 2017). Em relação à chegada da pandemia da Covid-19, foi promulgada a Lei da Anistia, dirigida aos réus primários que cometeram crimes não graves, com o objetivo de reduzir a superlotação das penitenciárias (Romero, Stalman e Solá 2021).

A **República da Nicarágua**, com o Sistema Penitenciário Nacional, está incentivando o programa de educação para encarcerados, o programa busca incluir os indivíduos no sistema de aprendizado de alfabetização, ensino fundamental, médio e superior com o apoio da Universidad Nacional Agraria UNA e El Instituto Nacional Tecnológico INATEC, buscando incentivar os indivíduos em situação de cárcere a se integrarem na sociedade após o fim de sua sentença, ajudando também no aperfeiçoamento das técnicas de comunicação e comércio deles através da ação de organizações e instituições públicas e privados do país (Otras Voces en Educacion 2016). O governo da Nicarágua, entrando em choque com as recomendações da ONU e da OMS, optou por ignorar as diretrizes de precaução e combate ao COVID 19, não havendo iniciativas do governo para impedir a proliferação do vírus nas prisões, o sistema se recusou a tomar as medidas necessárias (El Espectador 2020).

A **República do Panamá** vem se preocupando cada vez mais com a questão prisional de seu país. Entre 2010 e 2017, recebeu apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime para implementar uma reforma prisional, que teve como objetivo garantir a proteção dos direitos humanos dos detentos e a reabilitação e reinserção deles (UNODC s.d.). Além disso, o Panamá foi o primeiro país da América Central a lançar um programa de educação superior para detentos (Hoyporhoy La Prensa 2016). Ademais, para lidar com a crise sanitária trazida pela Covid-19, o governo decretou a libertação de diversos presos com doenças crônicas, acima de sessenta anos ou que já houvessem cumprido dois terços de sua pena. Essa foi uma forma encontrada para diminuir o problema da superlotação, algo recorrente nas prisões panamenhas (Romero, Stalman e Solá 2021).

A **República do Paraguai** se encontra preocupada em fazer uma reforma em seu sistema penitenciário - em especial a fim de diminuir a violência, principalmente em se tratando de grupos criminosos dentro dos presídios (Comitê Internacional da Cruz Vermelha 2016). Para isso, vem contando com a cooperação do Brasil em relação a políticas públicas de sistemas penitenciários, para melhorar a infraestrutura, a segurança e a educação nesses espaços (Loose 2020). Para lidar com a pandemia da Covid-19, as visitas foram suspensas, e uma forte campanha de conscientização foi feita dentro do espaço carcerário. Assim que possível, foram realizadas campanhas de vacinação em massa nesses espaços (Jiménez 2020).

A **República do Peru**, preocupada com a questão da reinserção do preso na sociedade, foi um dos participantes da Rede Latino-americana de Educação nas Prisões (RedLECE). Além disso, o Instituto Nacional Penitenciário do Peru criou o projeto Oficina Prisão-Escola, a fim de mudar a perspectiva dos presos quanto à sua reinserção laboral. No projeto, os detentos têm a possibilidade de aprender diversas habilidades, produzindo artesanato, produtos em couro, entre outros, que ajudam em seu sustento (World Bank 2014). Também, o Instituto se preocupa com a situação das detentas mulheres, por isso adotou um protocolo para o tratamento delas nas prisões, com o objetivo de atender melhor às necessidades femininas dentro do cárcere (Dorigo 2016). Com a chegada da Covid-19, a maior do governo teve relação com a propagação do vírus dentro das penitenciárias, o que levou à suspensão das visitas. Ainda, foi aprovado um

plano para criar espaços isolados dentro dos centros de detenção, para a compra de equipamentos de proteção individual (Fair Trials 2020).

A **República Dominicana** criou o Plano de Humanização do Sistema Penitenciário, que tem por objetivo proporcionar maior humanidade e dignidade aos indivíduos privados de liberdade. Para isso, foi criada a Escola Nacional Penitenciária, que forma agentes penitenciários preparados para reabilitar e reinserir os presos na sociedade (Justice Trends 2018). Durante a pandemia, o governo dominicano decidiu por suspender as visitas, na tentativa de diminuir a propagação do vírus, porém manteve os programas educativos e esportivos dos detentos (Procuraduría General de la República 2022).

O Território Insular de **São Martinho** sofreu muito com o furacão Irma, ocorrido em 2017, que deixou um rastro de destruição na ilha. O furacão afetou a estrutura prisional do país, a Pointe Blanche Prison, um prédio bastante antigo que passou por um grande desgaste com o ocorrido. Contudo, apesar do apontado associado ao quadro da pandemia da Covid-19, o governo do território insular vem se esforçando para melhorar a qualidade de vida de seus detentos. Por isso, os sistemas de segurança estão sendo reparados, e, tanto os detentos como os agentes de dito sistema possuem programas de educação e treinamento (Souliga Newsday 2022).

A **República do Suriname**, em tese as condições prisionais estão alinhadas com os direitos humanos, inclusive os direitos do homem a educação mas se percebe pouco incentivo do governo e dos presos aderir esse projetos, sendo motivos de não haver escolas, não ter aulas, não possuir vagas ou não estar disponíveis opções para seu nível de instrução, um fator diferencial no modelo do Suriname que apesar da falta de incentivos, existe um grande número de presos que trabalham na penitenciária de forma remunerada em comparação a outros países do Caribe, fato esse que auxilia nas relações pessoais, melhorando suas expectativas para a volta na sociedade (Inter-American Development Bank (IDB), 2020). O COVID 19 mostrou como as condições prisionais do Suriname não estavam sendo eficientes, apesar de seguir as indicações de órgãos internacionais, surtos de COVID 19 nas penitenciárias foram relatados, pela falta de material de limpeza e água, levando a falta de condições para evitar o vírus, as visitas foram restritas também sendo um meio na tentativa de barrar a proliferação do vírus (U.S department of state 2021).

A **República Oriental do Uruguai** tem agido fortemente em relação à educação de seus detentos. Dessa forma, um dos objetivos do governo é erradicar o analfabetismo nesses espaços, através de um plano educacional - o País entende que, acabando com o analfabetismo, os números de reincidência serão muito menores. Ademais, desde 2018, é uma preocupação do governo uruguaio que as prisões do país sejam centros efetivos de reabilitação dos presos, por isso o País envia esforços para auxílio em questões psicológicas, sociais e educacionais dos detentos (MarcoPress 2021). Para lidar com a crise sanitária da Covid-19, o uso de máscaras era obrigatório para todos que circulavam nas penitenciárias, e foi garantido que todos os detentos possuíssem seu sabão para higiene. Além disso, as prisões tinham espaços de isolamento para presos que contraíram o vírus e não necessitavam de atendimento médico. Também, foram estimuladas atividades ao ar livre (Ministério del Interior s.d.).

A **República Bolivariana da Venezuela** acredita que a educação nas prisões é um processo necessário e importante para atingir os objetivos essenciais do estado, evidenciando o compromisso com os direitos humanos. O país desenvolveu uma forma de educação, trabalho e inclusão social, incentivando os presidiários a entrar em programas educacionais, estimulando estudos sobre

meio ambiente, línguas e os princípios da ideologia venezuelana, presentes no Código Orgânico Penitenciário (CEO), além disso, o país também estimula a população carcerária a entrar em universidades (Víctor Román 2020). Durante a pandemia do COVID 19, as informações sobre a situação da doença no país foram escassas por implicações políticas (El País 2020).

QUESTÕES A PONDERAR

1 Como contornar os problemas estruturais existentes hoje nas prisões da América Latina?

2 Quais abordagens os órgãos governamentais dos países deveriam seguir para conter a violência nas prisões?

3 Como melhorar o acesso a higiene e a saúde física e mental dos detentos?

4 De que modo pode-se proporcionar o acesso a educação de qualidade nas prisões?

5 Como inserir os encarcerados no mercado de trabalho, qualificando-os para reinserção na sociedade?

REFERÊNCIAS

- Advanced Unedited Version. n.d. 2020. "Advice of the Subcommittee on Prevention of Torture to States Parties and National Preventive Mechanisms relating to the Coronavirus Pandemic". <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/HR-Bodies/OPCAT/AdviceStatePartiesCoronavirusPandemic2020.pdf>
- Aguirre, Carlos. 2005. "The criminals of Lima and their worlds: the prison experience, 1850-1935". Durham; London: Duke University Press.
- _____. 2009. "Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940". In: MAIA, Clarisa Nunes et al. (Org.). História das prisões no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco. 38-39
- Allen, Danielle S. 2013. "Punishment in Ancient Athens". Harvard University, Center for Hellenic Studies. 3 de Dezembro, 2022. <https://web.archive.org/web/20131203002347/http://chs.harvard.edu/wa/pageR?tn=ArticleWrapper&bd-c=12&mn=1192>
- Araújo, Carlos Eduardo Moreira de. 2009. "Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro: seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861". Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Ariza, Libardo José, Manuel Iturralde. 2015. "Una perspectiva general sobre mujeres y prisiones en América Latina y Colombia". Revista de Derecho Público, no 35, 1-25. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5589626>.
- Barrán, José Pedro. 1991. "Historia de la sensibilidad en el Uruguay: el disciplinamiento (1860-1920)". 5. reimp. Montevideo: Banda Oriental. pages 97, 137, 210, 221.
- Bayerl, Monique Vassoler, Karina Eugenia Fioravante. 2020. "Nos negamos a morrer na prisão": A pandemia de covid-19 e a (in)visibilidade dos espaços carcerários. Revista Ensaios de Geografia 5, no 9 (maio): 124-129.
- Bertoni, Faoro Felipe. 2022. "Adão e Eva (e a pena de prisão)". Canal Ciencias Criminais, Agosto 11, 2022. <https://canalcienciascriminais.com.br/adao-eva-pena-de-prisao/>
- CARICOM. 2020. Covid-19 in Haiti prisons: CARICOM impacts and the United Kingdom taking urgent measures to control the spread. <https://caricom.org/covid-19-in-haiti-prisons-caricom-impacts-and-the-united-kingdom-taking-urgent-measures-to-control-the-spread/>.

- Carvalho Filho, Luiz Francisco. 2002. "A prisão". 1 Edição. São Paulo: Publifolha.
- Castillo, Daniel. 2022. Desafios Y Fundamentos Para Una política Educativa Penitenciaria En Chile Desde El Enfoque De Los Derechos Humanos. *Revista Fermentario* 15 (2):47-61. <https://doi.org/10.47965/fermen.15.2.4>.
- Centro de Observancia en Seguridad Ciudadana. 2020. "El Sistema Penitenciario en tiempos de Covid-19". <https://www.fundesa.org.gt/content/files/mg/Tema-del-mes-julio-2020-vf.pdf>.
- CEPAL. 2019. Social Panorama of Latin America 2019. <https://www.cepal.org/en/publications/44989-social-panorama-latin-america-2019>.
- CEPAL. 2021. Em meio à crise da COVID-19, a América Latina e o Caribe receberam em 2020 o menor valor de investimento estrangeiro direto da última década. <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/meio-crise-covid-19-america-latina-o-caribe-receberam-2020-o-menor-valor-investimento>.
- CESAR, Tiago da Silva. 2013. "Estado, sociedade e o nascimento da prisão na América Latina". *História & Cultura*, v. 12, n.23. <https://core.ac.uk/download/pdf/236124021.pdf>
- Código de Hamurabi. n.d. Portal dhnet Direitos Humanos. Acessado 29 Agosto,2022. <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>
- Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 2016. Paraguai: Projeto de artesanato empodera mulheres detidas. <https://www.icrc.org/pt/document/paraguai-projeto-de-artesanato-empodera-mulheres-detidas>
- Comité Internacional de la Cruz Roja. 2015. Haití: mejorar las condiciones de vida de los detenidos. <https://www.icrc.org/es/document/haiti-mejorar-las-condiciones-de-vida-de-los-detenidos>.
- Constant, Chloé. 2020. The dispositif of prison sexuality: transphobic violence in a Mexican male prison. *Journal of Criminological Research, Policy and Practice* 6, no. 3 (setembro): 231-241. <https://doi.org/10.1108/JCRPP-01-2020-0015>.
- Council of Europe. 2015. Report to the Government of the Netherlands on the visit to the Caribbean part of the Kingdom of the Netherlands carried out by the European Committee for the Prevention of Torture and Inhuman or Degrading Treatment or Punishment (CPT) from 12 to 22 May 2014. <https://rm.coe.int/1680697831>.
- Curaçao Chronic. 2022. Cell blocks SDKK in isolation due to Covid-19 outbreak. Cell blocks SDKK in isolation due to Covid-19 outbreak.
- Curtis, Anna. 2014. "'You Have to Cut it off at the Knee': Dangerous Masculinity and Security inside a Men's Prison". *Men and Masculinities* 17, no 2, (junho): 120-146. <https://doi.org/10.1177/1097184X14533641>.
- Di Santis, Bruno Moraes, Werner Engbruch. "A Evolução Histórica do Sistema Prisional". Acessado em 20 de Setembro, 2022. https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=%2F174595%2Fmod_resource%2Fcontent%2F1%2F1.%20A%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3rica%20do%20sistema%20prisional%20e%20a%20Penitenci%C3%A1ria%20do%20Estado%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf
- Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-prisional-no-brasil>
- Dorigo, Maria Eva. 2016. Peru has adopted a protocol for the treatment of women in prison based on the UN Bangkok Rules. 5 de agosto de 2016. <https://www.penal-reform.org/blog/peru-has-adopted-a-protocol-for-the-treatment/>.
- Driver, Godfrey R.; Miles, John C. (1952). *The Babylonian Laws: Edited with Translation and Commentary. Vol. 1: Legal Commentary*. Oxford, England: Clarendon Press. ISBN 9781556352294. OCLC 493362814.

- El Espectador. Julianne Weegels 2020. “La respuesta gubernamental ante el COVID-19 en las cárceles de Nicaragua”. Acessado em 27 de outubro de 2022. <https://www.elespectador.com/judicial/la-respuesta-gubernamental-ante-el-covid-19-en-las-carceles-de-nicaragua-article/>.
- EL PAÍS. 2020. “Coronavirus desencadeia tempestade perfeita na Venezuela”. Acessado em 20 de Outubro de 2022: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-27/coronavirus-desencadeia-tempestade-perfecta-na-venezuela.html>
- Espinoza, Olga. 2016. “Mujeres privadas de libertad: ¿Es posible su reinserción social?”. Caderno CRH 29, no 3, 93-107. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792016000400007>.
- Fair Trials. 2020. Commentary: The response to COVID-19 in Peru’s prisons. 3 de setembro de 2020. <https://www.fairtrials.org/articles/news/commentary-response-covid-19-peru-prisons/>.
- Ferreira, A. B. H. 1986. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. p. 498.
- Fonseca, María Isabel Burgos, Aitziber Penas Cancela. 2016. “Travestis en cautiverios, algunas consideraciones”. Comunicación apresentada no III Foro Latinoamericano de Trabajo Social, La Plata, Argentina, 2016. <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/64670>.
- Foucault, Michel. 2008. “Vigiar e Punir: nascimento das prisões.” Tradução Raquel Ramalhete. 35. ed. Petrópolis, RJ : Vozes.
- García, Sergio. 2017. “Guatemala acoge algunas recomendaciones de la CIDH sobre sus cárceles”. Anadolu Agency, 09 de agosto de 2017. <https://www.aa.com.tr/es/mundo/guatemala-acoge-algunas-recomendaciones-de-la-cidh-sobre-sus-c%C3%A1rceles/880842>.
- Giacomello, Corina. 2013. Mujeres, delitos de drogas y sistemas penitenciarios en América Latina. London, United Kingdom: International Drug Policy Consortium. https://www.unodc.org/documents/congress/background-information/NGO/IDPC/IDPC-Briefing-Paper_Women-in-Latin-America_SPANISH.pdf
- Gómez, Mara. 2021. “¿Qué tal han funcionado las cárceles privadas en México?”. México Evalúa, 21 de janeiro de 2021. <https://www.mexicoevalua.org/que-tal-han-funcionado-las-carceles-privadas-en-mexico/>.
- GUIMARAES, Alice Soares; MACLEAN SORUCO, Enrique; EGUIVAR, Mario A. 2020. “Cárcel, derechos humanos y salud pública en el contexto de la pandemia COVID-19”. *rlde, La Paz*, n. 34. Disponível em <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2074-47062020000200003&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 25 Outubro 2022.
- Herrera Mena, Sajid Alfredo. 2007. “No que muera, sino que se arrepienta el criminal y viva: el debate sobre el trabajo penitenciario en los impresos salvadoreños, 1880-1900”. “Los rostros de la violencia: Guatemala y El Salvador, siglos XVIII y XIX”. San Salvador: UCA Ediciones. 198-199
- Hoyporhoy La Prensa. 2016. Education the key to freedom. <https://www.newsroompanama.com/unoversity-of-panama-prisoner-graduation/opinion-education-key-freedom>.
- Human Rights Watch. 2020a. “América Latina: Reduza a superlotação nas prisões para combater a COVID-19”. <https://www.hrw.org/pt/news/2020/04/02/340125>
- . 2020b. “Como evitar surtos de Covid-19 nas prisões da América Latina” <https://www.hrw.org/pt/news/2020/05/21/375157>
- Inspectie Justitie en Veiligheid. n.d. 2018. Geen verbetering omstandigheden in gevangenis Aruba. Acessado em 28 de Outubro de 2022. Disponível em : <https://www.>

- Inter-American Development Bank (IDB). n.d. IDB study highlights ways to reduce prison population in the Caribbean. Acesso em 29 de Outubro de 2022. Disponível em <https://www.iadb.org/en/news/idb-study-highlights-ways-reduce-prison-population-caribbea>.
- Jewkes, Yvonne. 2005. "Men Behind Bars: "Doing" Masculinity as an Adaptation to Imprisonment". *Men and Masculinities* 8, no 1 (julho): 44-63. <https://doi.org/10.1177/1097184X03257452>.
- Jiménez, Ximena López. 2020. Una crisis dentro de otra. Derechos Humanos Paraguay, 2020. <https://ddhh2020.codehupy.org.py/una-crisis-dentro-de-otra/>.
- Juan Carlos Mendoza Pérez, Aymara Jarrosay Veranes, Vladimir Naranjo Gómez e Lisandra Sierra Luque. 2019. Programas educacionais nas prisões de Guantánamo: utopia ou realidade?, *Caribbean Journal of Social Sciences* (dezembro 2019). Online: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/12/centros-penitenciarios-guantanamo.html/hdl.handle.net/20.500.11763/caribe1912centros-penitenciarios-guantanamo>.
- Justice Trends 2018. República Dominicana: un ejemplo de reforma penitenciaria a seguir. 27 de setembro de 2018. <https://justice-trends.press/es/3534-2/>.
- Kersten, Vinicius Mendez. n.d. "O Código de Hamurabi através de uma visão humanitária". *Revista mbito Jurídico*. Acessado em 29 Agosto, 2022. http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4113
- Knight, Douglas A.; Amy-Jill Levine. 2012. "The meaning of the bible : what the Jewish scriptures and Christian Old Testament can teach us". HarperCollins. Acessado em 20 Agosto, 2022. https://archive.org/details/isbn_9780061121753/mode/2up
- Kramer, Samuel Noah. 1958. "History Begins at Sumer". Thames & Hudson.
- _____. 1969. "Mesopotâmia: o Berço da Civilização". Rio de Janeiro: José Olympo.
- Larrea Alvarez, Rosario Martha. 2014. 'De las políticas penitenciarias invisibilizadas a un nuevo modelo de educación en el sistema carcelario. Fides et Ratio - Revista de Difusión cultural y científica de la Universidad La Salle en Bolivia". Acessado em 26 de outubro de 2022 http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2071-081X2014000200004&lng=es&tlng=es.
- Leal, Leila. 2022. "América Latina avança em políticas de educação em prisões". EPSJV/Fiocruz, 01 de julho de 2022. <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/america-latina-avanca-em-politicas-de-educacao-em-prisoes>.
- León, Omar García Ponce de, Omar Huertas Díaz, Raúl Antonio López Zarco. 2020. "Violencia, masculinidad y vulnerabilidad coexistentes en el hábitat carcelario del Cereso Morelos (México)". *Via Inveniendi Et Iudicandi* 16, no 1, (janeiro-junho): 1-35. <https://doi.org/10.15332/19090528>.
- Lina Marmolejo, Daniela Barberi, Marcelo Bergman, Olga Espinoza & Gustavo Fondevila. 2020. Respondendo ao COVID-19 nas prisões latino-americanas: os casos da Argentina, Chile, Colômbia e México, vítimas e infratores, 15:7-8, 1062 -1085, DOI: 10.1080/15564886.2020.1827110
- Loose, Cris. Americanos vão auxiliar Paraguai a fazer "reforma no sistema penitenciário". <https://www.crisloosecompartilha.com/2020/02/13/americanos-va-auxiliar-paraguai-a-fazer-reforma-no-sistema-penitenciario/>.
- Maradiaga, María Celeste. 2022. "Desmilitarización en cárceles comienza a paso lento y sin garantías de detener violencia". *Contra Corriente*, 12 de abril de 2022. <https://contracorriente.red/2022/04/12/desmilitarizacion-en-carceles-comienza-a-paso-lento-y-sin-garantias-de-detener-violencia/>.

- MarcoPress. 2021. Gobierno uruguayo lanza plan de alfabetización para reclusos. 19 de outubro de 2021. <https://es.mercopress.com/2021/10/19/gobierno-uruguayo-lanza-plan-de-alfabetizacion-para-reclusos>.
- Marmolejo, Lina et al. 2020. "Responding to COVID-19 in Latin American Prisons: The Cases of Argentina, Chile, Colombia, and Mexico". *Victims & Offenders* 15, no 7-8 (outubro): 1062-1085. <https://doi.org/10.1080/15564886.2020.1827110>.
- Ministerio de Educación Pública. Flor Segura Valerio Álvaro Vargas Ocampo. 2016. Condiciones en que se brinda el servicio educativo a la población privada de libertad en los diferentes Centros de Atención Institucional del país. Acessado em 28 de Outubro de 2022. Disponível: <https://mep.janium.net/janium/Documentos/11222.pdf>.
- Ministerio del Interior. s.d. Instituto Nacional de Rehabilitación emite protocolo de actuación ante el coronavirus. <https://www.minterior.gub.uy/index.php/unicom/noticias/7571-instituto-nacional-de-rehabilitacion-emite-protocolo-de-actuacion-ante-el-coronavirus>.
- Miyashiro, Kelly; Luiza Leão. 2022. Além de Linn da Quebrada no BBB 22: Qual a diferença entre trans e travesti? Uol, 2022. <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/atitude/alem-de-linn-da-quebrada-no-bbb-22-qual-diferenca-entre-trans-e-travesti-74173>.
- Moreira, Paulo Roberto Staudt. 2009. "Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX". Porto Alegre: Armazém Digital. 120-121.
- Nações Unidas. 2020. ONU preocupada com piora em prisões na América Latina após pandemia. <https://news.un.org/pt/story/2020/05/1712612>.
- . 2022. "Principios básicos para el tratamiento de los reclusos". <https://www.ohchr.org/es/instruments-mechanisms/instruments/basic-principles-treatment-prisoners>.
- Niles, Bradley, Ayodeji Bernard. 2000. Beginning Again: Approaches to Education for Rehabilitation in Caribbean Prisons. Education for all in the Caribbean: Assessment 2000 Monograph series 24. encurtador.com.br/DKO39.
- NOVO, Benigno. 2017a. A EDUCAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000110, 23/08/2017.
- . 2017b. "A Educação Prisional no Mercosul. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVII". Nº. 000109. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-prisional-no-mercosul>.
- . 2017c. A Importancia Da Educação Prisional na Recuperação no Mercosul, Unidade Prisional de Bom Jesus, Estado do Piauí, Brasil. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, ano MMXVII, Nº. 000109. Acessado em: 27 de Outubro de 2022. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-da-educacao-prisional-na-recuperacao-no-mercosul-unidade-prisional-de-bom-jesus>.
- . 2018. A educação prisional como instrumento de recuperação. *Jus*. Acessado em 28 de outubro de 2022. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70774/a-educacao-prisional-como-instrumento-de-recuperacao>.
- Oliver Olmo, Pedro. 2001. "Cárcel y sociedad represora: la criminalización del desorden en Navarra (siglos XVI-XIX)". Bilbao: Universidad del País Vasco. 73-91
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2009. Educação em prisões na América Latina: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, OEI, AECID. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162643_por/PD-F/162643por.pdf.multi.
- Otras Voces en Educación. n.d .2016. "Nicarágua: Sistema Penitenciário fortalece progra-

- ma de educação.”Acessado em 27 de Outubro de 2022. <https://otrasvoceseneducacion.org/archivos/169282>.
- Pacheco, Mauricio Enrique, y Brenda Viviana Guerrero Vela. 2021. La COVID 19 Y El Sistema Carcelario Del Ecuador: Diagnóstico En épocas De Pandemia. *Revista Jurídica Crítica Y Derecho* 2 (3.):30-43 <https://doi.org/10.29166/cyd.v2i3.3187>.
- Pimentel Filho, José Ernesto, Silvana Fernandes Mariz, Francisco Linhares Fonteles Neto. 2009. “Cárceres, cadeias e o nascimento da prisão no Ceará”. In: MAIA, Clarisa Nunes et al. (Org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Prison Insider. 2021. Costa Rica: managing uncertainty. Acessado em 28 de Outubro de 2022. Disponível em:<https://www.prison-insider.com/en/articles/costa-rica-managing-uncertainty>.
- Procuraduría General de la República. 2022a. Plan de Humanización del Sistema Penitenciario. <https://pgr.gob.do/plandehumanizacion/>.
- Procuraduría General de la República. 2022b. Sistema Penitenciario alfabetizó a casi cuatro mil privados de libertad y otros miles completaron sus ciclos de estudio en 2021. <https://pgr.gob.do/sistema-penitenciario-alfabetizo-a-casi-cuatro-mil-privados-de-libertad-y-otros-miles-completaron-sus-ciclos-de-estudio-en-2021/>.
- Protocolo da OMS sobre vigilância para COVID-19 em presídios. Monitoramento e notificação de COVID-19 em presídios e outros locais de detenção. 2021. Brasília, D.F.: Organização Pan-Americana da Saúde. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.
- Queiroz, Nana. 2015. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record.
- Rangel, Hugo. 2017. “Conciliar educación y trabajo en las prisiones latinoamericanas. Por una reinserción integral”. *Trabalho & Educação* 26, no 1, (janeiro-abril): 93-103. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9567>.
- Rojas Botello, E., & Fregoso Centeno, A. 2021. Educación en contexto de encierro punitivo: los casos de El Salvador, Honduras y México: primeros apuntes para un análisis comparado. Acessado em 28 de outubro de 2022. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376928>.
- Román, V. 2020. La Educación Universitaria en las Organizaciones Penitenciarias. *Revista Memorialia*. N.19. <http://www.postgradovipi.50webs.com/archivos/memorialia/20201/Ensayo%2015.pdf>
- Romero, María Luisa, Luisa Stalman, Azul Hidalgo Solá. 2021. “The Covid-19 pandemic and prison policy in Latin America”. *The Dialogue*, Washington, DC, 2021. <https://policycommons.net/artifacts/1567927/the-covid-19-pandemic-and-prison-policy-in-latin-america/2257708/>.
- Rosa, Luz Anamar González de la. 2021. “La situación penitenciaria de las mujeres en América Latina”. *Latinoamérica en el contexto internacional. Una realidad comparada*, no 23 (setembro): 83-92. https://www.researchgate.net/publication/354779551_LA_SITUACION_PENITENCIARIA_DE_LAS_MUJERES_EN_AMERICA_LATINA.
- Sabrina Azevedo Wagner Benetti, Darlen Grasieli Bugs and Carolina Renz Pretto et al. Estratégias de enfrentamento da COVID-19 no cárcere: relato de experiência. *Rev. bras. saúde ocup.*. Vol. 46. DOI: 10.1590/2317-6369000031020.
- Salla, Fernando. 2006. “As prisões em São Paulo 1822-1940”. 2. ed. São Paulo: Annablume; Fapesp. 64-65
- SALVADOR ALVAREZ, Manuel de Jesús et al. 2021. Vigilancia epidemiológica de la COVID-19 en instituciones penitenciarias de la provincia de Santiago de Cuba. *MEDISAN*, Santiago de Cuba, v. 25, n. 6, p. 1411-1423, dic. 2021. Acessado em 27 de outubro. 2022. Disponível em http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1029-30192021000601411&lng=es&nrm=iso.

- Santos, Kalyne Alves Andrade. 2020. "O lugar da mulher trans no cárcere". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade federal de Sergipe. <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/13611>.
- Silva, Gabriel Santos da e Máximo Augusto Campos Masson. "Políticas públicas de educação prisional no Brasil: currículo e orientações internacionais". *Rev. Bras. de Educ. de Jov. e Adultos* 6: 77-101. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educacao-jovensadultos/article/view/5697>.
- Soualiga Newsday. 2022. Prison Director provides IPKO with prison updates. https://www.soualiganewsday.com/index.php?option=com_k2&view=item&id=43569:prison-director-provides-ipko-with-prison-updates&Itemid=518.
- The Conversation. Miranda Cady Hallett, 2020. Mass arrests and overcrowded prisons in El Salvador spark fear of coronavirus crisis. Acessado em 28 de Outubro de 2022. <https://theconversation.com/mass-arrests-and-overcrowded-prisons-in-el-salvador-spark-fear-of-coronavirus-crisis-137673>.
- Torrijo, Hugo Rangel. 2019. "Cooperation and education in prison: A policy against the tide in the Latin American penitentiary crisis". *International Review of Education* 65, no 5, (outubro): 785-809. <https://doi.org/10.1007/s11159-018-9747-5>.
- Transcendemos. s.d. Transcendemos explica. <https://transcendemos.com.br/transcendemos-explica/trans/>.
- U.S Department of State.n.s. 2021. Country Reports on Human Rights Practices: Suriname. Acesso em 28 de Outubro de 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/reports/2021-country-reports-on-human-rights-practices/suriname/#:~:text=There%20were%20credible%20reports%20that,worst%20forms%20of%20child%20labor.>
- UN Human Rights Council, Report of the Special Rapporteur on the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health, Marco de 2017, A/HRC/35/21, Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/593947e14.html>
- UNODC. s.d. "Projects for the implementation of the Prison Reform in Panama". <https://www.unodc.org/ropan/en/PrisonReform/Implementing-Prison-Reform/implementing-prison-reform-in-panama.html>.
- World Bank. 2014. Working from prison, a solution for thousands of inmates in Latin America. 12 de março de 2014. <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2014/03/12/peru-trabajar-desde-la-prision-una-salida-para-miles-de-reclusos-en-latinoamerica>.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL (UNHRC)



SEXUAL VIOLENCE AS A WEAPON OF WAR

*Amandha Jobim Machado Martins¹
Júlia Silveira Pereira²*

ABSTRACT

Sexual violence as a weapon of war has always been viewed as a spoil of war, a tool to punish and terrorize populations and as a strategy in the conflict scenario. Nowadays, it is not different, being understood as a deliberated military tactic, destroying the social cohesion of communities and even being used as a form of ethnic cleansing. This form of violence leads to unwanted pregnancies, sexually transmitted infections, ethnicity issues, traumas, economic difficulties and stigmatization to the victims, affecting economic and social development, even after the conflict. The present guide aims to discuss the topic, shedding light to the problem and instigating the need to seek prevention and justice by the States and the international organizations. Therefore, this Guide is divided in (i) Historical Background; (ii) Statement of the Issue; (iii) Previous International Actions; and (iv) Bloc Positions.

¹ Amandha Jobim is a final year student of Law at the Federal University of Rio Grande do Sul.

² Júlia is a final year student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul.

1 INTRODUCTION

Sexual violence can be understood as a set of acts that may include rape, violation or humiliation against an adult or a child. Since old times, sexual violence has been employed in the war effort, act known as sexual violence as a weapon of war. In this case, sexual violence against the enemy is a deliberated military tactic, destroying the social cohesion of communities and even being used as a form of ethnic cleansing. This form of violence leads to unwanted pregnancies, sexually transmitted infections, ethnicity issues, traumas, economic difficulties and stigmatization to the victims, affecting economic and social development, even after the conflict.

In this Guide we provide the historical background, with theoretical approach and the most remarkable uses of sexual violence in wartime, followed by the international efforts to decrease its use. The statement of the issue provokes a discussion about the use of sexual violence as a weapon of war and the main tools used to charge the perpetrators in the international arena. The previous international actions also discuss the main cases and the results. Lastly, we provide the countries positions regarding the topic.

2 HISTORICAL BACKGROUND

2.1 SEXUAL VIOLENCE AND WAR

Often times, sexual violence and rape are understood as one. According to United States's RAINN (Rape, Abuse, Incest National Network), sexual violence can be used for three different kinds of violations: sexual assault, child sexual abuse and sexual assault of men and boys. Sexual assault covers rape attempt, rape, fondling, touching and any other form of forced sexual interaction between perpetrator(s) and victim(s). Child sexual abuse consists in the sexual assault of a minor, and sexual assault of men and boys is self-explanatory. Therefore, in efforts to avoid any misunderstanding in the proposed discussion, sexual violence stands for the variety of sexual violations and rape stands for the forced intercourse, as specified later in the text (RAINN 2022).

As for the reasons for sexual violence in wartime, authors can't seem to have an understanding. For some, it is simply violence, a byproduct of war, something expected of men in times of distress. For others, especially feminists theorists in International Relations, sexual violence used in conflicts is a well calculated war effort that has the aim to destabilize and subjugate opponents, leaving cities destroyed and peoples traumatized for generations. In the present guide, in order to recognize the trauma and pain experienced by the victims of sexual violence, the second standpoint is used to explain the fenomen of sexual violence during conflicts and its use as a weapon of war (Buss 2009).

Analising the act of rape, especially as an act of men against women,

journalist Susan Brownmiller describes in her book “Against Our Will: Men, Women and Rape” that its origin lies in a primitive idea of prey and predator, woman and man, all due to biological and anatomic differences. Aside from the violent act, rape sets the destiny of a woman: to die fighting, to carry a child, to marry for protection, to be dependent. Wars are no different. In a context of generalized violence and human rights violations, the prospect of sexual violence targeting the enemy is seen as inevitable. From the Holy Wars, Revolutions, World Wars and local conflicts, sexual violence and rape have been used by men as a tool of vengeance, as a time out from the destruction, as a way to dehumanize its victims (Brownmiller 1975).

As for the act of sexual violence, the rape, here understood as the forced vaginal, anal or oral penetration of a person of any gender or sexual identity by either another person or an object, can have different goals according to the context the perpetrators find themselves in. Author Lindsay Stark and Mike Wessells, state that in recent scenarios systematic sexual violence has been used especially as weapon for ethnic cleansing targeting women and girls, for example. Through gang rape, forced pregnancies, insemination and degrading circumstances, groups during wartime find in rape a way to keep their lineage or culture alive, at the same time the ones from their enemies are destroyed (Jones et al. 2014; Stark and Wessells 2012).

Stark and Wessells also remark:

Within armed groups, sexual violence has also been assimilated into norms of machismo and expressed through the sexual domination and degradation of females or weaker males. In conflicts such as those in Liberia and the DRC, men have been reported to engage in individual or gang rape as a means of displaying their masculinity, bonding with peers, and establishing their place in the armed group (Stark and Wessells 2012, 677).

However, the aftermath of sexual violence last long after the wartime. Studies suggest that the families of those engaged in conflicts are prone to suffer intimate violence during and after the war period and that women who already experienced gender-based violence ³are more likely to suffer from it more times during their life period. Stark and Wessells also states that wartime sexual violence is not a one person problem:

The effects of wartime sexual violence are both individual and communal and pertain to both physical and psychological health. Well-known health consequences may include sexually transmitted infections, gynecological problems (including fistula), physical injuries, disability, and maternal mortality. Psychosocial consequences may include depression, suicidal ideation, social stigma and rejection by family or community or inability to marry, impaired ability to fulfill a parental role, exclusion from education and employment, increased risk of further violence, and social dysfunction. The psychosocial effect of sexual violence is greatest for survivors who experience multiple forms of gender-based violence (Stark and Wessells 2012, 677).

3 The United Nations High Commissioner for Refugees presents Gender-Based violence as “harmful acts directed at an individual based on their gender. It is rooted in gender inequality, the abuse of power and harmful norms. Gender-based violence (GBV) is a serious violation of human rights and a life-threatening health and protection issue. It is estimated that one in three women will experience sexual or physical violence in their lifetime. During displacement and times of crisis, the threat of GBV significantly increases for women and girls” (United Nations High Commissioner for Refugees 2022).

The use of sexual violence in times of war as a conflict tactic can be traced back to the old Greece, the Cruzades, the colonization of America and Africa, and even more recently in the conquering wars in Europe. In the next chapters the discussion about the use of sexual violence as a weapon of war is brought up and better explained, but for the the better understanding of the topic in recent world-wide events, we also propose a travel around the main conflicts in the 20th and 21st century, the use of sexual violence and its consequences.

2.2 WORLD WARS

The First World War has its origins with the murder of Franz Ferdinand of Austria and his wife Sophie by Serbian nationalists in 1914. The conflict escalated in such a way that in a period of months the whole European continent ended up engaged in the war effort for one side or the other. It was a short time before the accusations of sexual violence towards women from occupied countries, especially Belgium and France, began:

In September 1914, a fourteen-year-old girl went out to buy bread in her native town of Chateau-Thierry (Aisne). On her way to the shop, she was abducted by a German soldier who took her to a room and raped her. She tried to call for help, but was silenced by the sight of a bayonet and assaulted again. She only escaped a third outrage when she "cried so [hard] that the [last] did not dare do as his comrades", and returned home bleeding and in pain. Her experience was shared by hundreds of other women in the early weeks of the First World War (Harris 1993, 170).

The use of sexual violence by men against women and children during the First World War was not a secret, even in the first months. As historian Ruth Harris studies, when German soldiers enter France, around August 1914, rape allegations had already been made in Belgium, where occupation took place before. From there on, as the German army walked on French territory, the use of rape became a regular practice along with the extermination of villages and use of general violence against French citizens. The testimony above is one of many that came from the French Commission of Inquiry, an organ established in September 1914, whose goal was to list the possible war crimes committed by the German during French occupation, as according to the Hague Convention (Harris 1993).

Many women were listened to and their testimonies collected. The use of sexual violence, beyond the traumatizing effects on the victim, started a new chain of events never documented before. The first is the use of propaganda through newspaper and posters depicting the use of sexual violence against women in occupied countries. This propaganda strategy was noted especially in France and England, where governments, with the support of the media and artists, tried to show the horrors of rape to engage its citizens in the war effort. In a similar way, the perpetrators started to use the rape propaganda as a way

to destabilize the enemy and propagate the idea of fragile masculinity, of men who are not capable of protecting their country and even less their families left behind (Harris 1993; Gullace 1997).

Unplanned pregnancies from the German enemy also became a problem in World War I France. Many women were left alone to face the consequences of unprotected sexual violence in a very catholic, anti-abortion and anti-german country. Abortion, adoption and the "genetics"⁴ became a prominent topic between religious authorities and physicians who feared the propagation of the german lineage and atrocities in French territory. However, at the same time, the sexual violence was still a taboo amongst the women who survived the attack, especially due to the fear of dishonour and shame. The accounts of rape by german soldiers drastically decreased after the first months of war, especially as the war tactics evolved. Scholars argue that for one, the use of sexual violence by the germans, beyond strategic war effort, had much to do with the opportunity to commit such crimes. This scenario changed as the war progressed to the use of trenches and modern weaponry and not the looting of villages, therefore reducing said opportunities to commit rape (Brownmiller 1975; Harris 1993).

The literature about the use of sexual violence in the First World War is not nearly as extensive as the one in the Second World War. Therefore, to grasp the main discussions in the area, we shall expose three topics regarding the events post-1939: the beginning of the war and the german invasion, the end of the war and the soviet advance and, lastly, the sexual violence perpetrated by Imperial Japan. Susan Brownmiller once again is helpful in the understanding of rape in wartime:

A simple rule of thumb in war is that the winning side is the side that does the raping. There are two specific reasons for this, one pragmatic and one psychologic, and neither has much to do with the nobility of losers or with the moral superiority of an heroic defense. First, a victorious army marches through the defeated people's territory, and thus it is obvious that if there is any raping to be done, it will be done on the bodies of the defeated enemy's women. Second, rape is the act of a conqueror. This is more than a truism. It helps explain why men continue to rape in war (Brownmiller 1975, 35).

The Second World War has its start with the invasion of Poland by the Nazi Army in 1939, followed years later by the bombing of Hawaii by the Japanese in 1942. However, the German and Japanese advance in neighboring countries began long before the beginning of the conflict and, along with it, the use of sexual violence against women in occupied countries. The main difference in these cases opposed to the ones presented in the First World War is the use of ideology, especially the fascist conception of superiority and nazi idea of a greater race, in perpetrating sexual crimes. For example, German soldiers many times used public retaliation, nudity and shame against jewish women instead of the act of rape due to the belief of an inferior race. This, however, was not the

⁴ Here in quotation marks because the knowledge at the time was still very incipient and not yet as developed as we have today.

norm and thousands of jewish women in occupied territories were taken hostages, raped and used as sexual slaves by the Nazi army and its allies. The same happened as Japan took over China around 1937, with the main event known as “The Rape of Nanking”. In the same mode as the nazis, by taking a new contry, the army took their crops, their villages, their industries, killed the men and raped the women (Brownmiller 1975).

As for the beginning of the War in Europe, the Nazi army had the advantage and moved on the continent towards Russia. The reports of mass rapes⁵, killings, mutilations, tortures and general use of grotesque forms of violence were unprecedented. Not only the jewish people in occupied countries, who first were segregated, abused and then taken to concentration camps for further torture, the russian citizens suffered from the extreme hatred of the nazis. The main aspect to be taken in consideration here is nazi-fascist ideology, which propagates the ideia of a greater, purest race opposed to an inferior one. Scholars argue that the pillar sustaining this imaginary is the exaggeration of masculinity (the stronger, the better) against femininity (the weaker, the inferior), transposed to a concept of race. Therefore, the use of sexual violence against women, especially those from minority groups, was a strong trait of the nazi advance. More than that, it was a tool used to exterminate lineages, overpower the enemy and propagate their own race (Brownmiller 1975).

Towards the end of the conflict the Axle started to lose their occupied territories until the final surrender of Berlin in may and Tokyo in august of 1945. The Red Army, followed by the American Army, took over the territories of Nazi Germany and started to free its people and discover the atrocities happened in concentration and extermination camps. The final blow was the capture of Berlin, after intense bombing. Even though the winners brought with them a sense of righteousness, the sexual violence against women did not cease. The city, populated mainly by german women, was taken by a wave of rape, abuse, violence and, later on, coercion, prostitution and fraternization. The first to enter the city were the soviets soldiers from the Red Army, after a long battle for the control of the city, then followed by the Americans, in a more “stabilized” scenario (Brownmiller 1975; Grossmann 2011).

As stated by the victims, the rapes were almost an universal experience for the women in the city, with no exception for young or old ages. Houses invaded, traps, gang rapes, the reports stated multilple men from multiple ranks engaged in the activities. As a result, many women killed themselves, were killed or mutilated for resisting, tried to hide or even pretended to be men to escape the fate of sexual violence. The most recurring scenario, however, was the “search” for one partner (read rapist) who would take protection of the victim, providing the amenities unavailable for the mass German population at the time

5 Here understood as the “military strategy of widespread, systematic sexual violence and rape perpetrated intentionally against civilians” (Reid-Cunningham 2008, 279).

and, most importantly, preventing the continuum abuse by multiple men. Opposed to the invasion of Russia, when German men had a superiority ideology, the case with the Russian men was different: many women alleged they were after vengeance for what had happened in their homeland. Brownmiller (1975) describes:

The sexual assault may not have been a logical weapon within a total concept of "destruction of inferior peoples," but it was just as real a humiliation for the female victims. Instead of a motive of out-and-out conquest we may substitute a motivation (or excuse) of retaliation and revenge (Brownmiller 1975, 65).

In Asia, the colonization of neighboring countries by Japan had its beginning long before the Second World War, in 1895 with the colonization of Taiwan. Followed by Korea in 1910 and China in 1937, with the main event being the Rape of Nanking. As exposed before, the events surrounding the control of the Chinese town were so violent that sparked international outrage and damaged the image of Imperial Japan. The situation then became a problem for Emperor Hirohito. Advised by his closest personnel, the Emperor was proposed two solutions: a complete transformation of the Japanese system or the establishment of comfort stations for the soldiers' use. The second one was chosen. (Argibay 2003).

The comfort stations were closed stations where women and girls taken from different countries under Japanese control were enslaved for sexual purposes. The comfort stations had many goals: better control over the troops (with unlimited access to women and girls mass rapes as the one in Nanking would be preventable), prevent resentment by occupied cities (along with the previous point, no mass rapes in occupied cities meant less resentment from its people), stop the spreading of diseases (many soldiers came down with sexual transmittable diseases that required expensive treatment and made them weaker for combat) and, lastly, the secrecy of information (as the women and children captured for the comfort stations did not speak Japanese, the information disclosed by soldiers would not be spread) (Argibay 2003).

It is estimated that as many as 400.000 women and children from occupied countries such as Philippines, Malaysia, East Timor, Korea, China, Taiwan and Indonesia were forced into sexual slavery. The capture of those women and children did not follow a pattern: some were abducted, some were coerced, some were lied to, some were arrested, some were "purchased" from their families, some were abducted. After taken from their families and homes, the women and girls had their liberties taken and were forced to perform sexual services to Japanese soldiers, ranging from 5 to 60 men a day. The comfort system was extremely deadly towards the victim, with fatality rates of 87% (against 27% of Japanese Soldiers in conflict) and persisted from 1937 to 1945 when Japan surrendered (Argibay 2003; "Comfort Women" Justice Coalition 2016).

It is important to note that the cases presented in this topic show only a

small fraction of the injustices and violences women endured during the world wars. When one speaks of the main casualties of the conflicts, women's wounds are almost always neglected or overlooked. Therefore, it's also imperative to have in mind that the impacts of the use of sexual violence in World War I and II persisted long after the end of the war, with trauma playing a huge part in the process of rebuilding life after the conflict.

2.3 BANGLADESH

With the end of the Second World War, India was rebuilt and Pakistan divided in two, the West and the East, with India separating them. The West, now known as Pakistan, had the political, military and economic power. The East, now known as Bangladesh, had the biggest population but was not seen as equal by their western peers, especially due to ethnic and religious differences. The conflict began in March 1971, after eastern Pakistan authority Sheikh Mujibur Rahman claimed for a disobedience movement against the results of the first election since Pakistan's independence, which included both sides of the country. After a seemingly peaceful agreement, Western Pakistan soldiers that had infiltrated the east arrested Rahman and began the killing of Bengali civilians. The Bengali ethnic group consists of both Hindus and Muslims and populated countries such as India and (now) Bangladesh. Western Pakistani, in turn, was essentially Islamic and viewed Bengali people as less than (Boissoneault 2016; Jones 2019).

About this, Sharlach remarks:

The genocide against East Pakistani Bengalis (an ethnic group comprised of both Hindus and Muslims) during the war of 1971 was fueled by West Pakistani perceptions of Bengalis as racially inferior. Rummel notes that the West Pakistanis considered Bengali Hindus to be subhuman, akin to monkeys or chickens. Hindus were the group they earmarked for genocide, but Muslims comprised the majority of the casualties. In response to the genocide by Pakistanis, the Bengalis attacked the 5–6 million non-Bengalis in East Pakistan (especially the Biharis). Bengalis believed the non-Bengalis to be complicit with West Pakistan, and murdered approximately 150,000 of them. (Sherlach 1990, 94).

The war only lasted nine months, but the results express the extreme use of violence during the time. Besides the deaths of approximately 3 million Bengali, 200 thousand women were victims of sexual violence. When raiding houses, Pakistani soldiers would kill the men and rape the women. Sometimes men could be spared if proven to be circumcised and women could be spared if they could sing Muslim prayers. Most of the time, however, this was not the case. The killings perpetrated by the Pakistani were extremely violent, especially towards women and children, which indicates that the practice was a standard or even a policy among the Pakistani Army. The cruelty was extended to rape camps, where Bengali women and children were taken prisoners and used as sexual slaves (Lamble 2019; Sherlach 1990).

The conflict came to an end when Pakistan declared war on India, in December 1971. The country, which had received around 10 million Bengali refugees, then intervened in the conflict, took tens of thousands of Pakistani soldiers as prisoners and finished the massacre once and for all. One more time, women came out of the war as widows, mothers, victims. British-Bangladeshi film-maker Leesa Gazi went after those victims to tell the stories she never heard while growing up. In an article about the Documentary about the cases, called *Rising Silence*, journalist Lucy Lamble says:

On their release, witnessed by Gazi's father, the women would be awarded the honorific title of "Birangona", a war-heroine (literally a brave or courageous woman) by Mujibur Rahman, the "father of the Bengali nation". He ordered rehabilitation centers with vocational training for those whose families wouldn't take them back. Rahman was assassinated in 1975, while he was serving as prime minister, and in the political upheaval that followed, the centers were shut and the women's ordeal was hidden from view. They had to endure decades of shaming and isolation, discrimination that affected the next generation too (Lamble 2019).

The Bangladesh Genocide is not talked about enough. In the heat of the Cold War, interests between capitalist and socialist poles were at its highest in 1971, preventing further interventions or will to help solve the problem. Yet, the Bangladesh Genocide represents one of the three main conflicts that employed sexual violence as a weapon of war and genocide after the Second World War in the 20th century.

2.4 BOSNIA-HERZEGOVINA

The Former Yugoslavia (or Socialist Federal Republic of Yugoslavia - SFRY) was a country first formed in 1918 and then reformed after the Second World War under Socialist regime. According to the United Nations, the country joined six republics: Bosnia-Herzegovina, Croatia, Macedonia, Montenegro, Serbia (with autonomous regions of Kosovo and Vojvodina) and Slovenia and lasted until the 1990s, when the republics started to claim for independence. These events lead to the dissolution of the country and the extremely violent Yugoslav Wars. It's important to note that Yugoslavia had multiple nationalities, ethnicities, language, religions and history of previous conflicts, which all contributed to the violent attacks against minorities (United Nations International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia 2017b).

Even though the country sustained different groups, President Tito's leadership guaranteed a somewhat peaceful and ordained scenario in Yugoslavia. The turnover happened with the junction of three main events: the death of Tito in 1980, the destabilization of the Soviet Regime and the uprising of nationalism in the 1990s. The first countries to proclaim their independence were Slovenia and Croatia. Slovenia quickly succeeded in its purpose, with the conflict known as the "Ten Days War". As for Croatia, the serbian minority in the country uprisd against the independence effort, culminating in a long lasting conflict

that ended only in 1995 with United Nations help (BBC 2016; United Nations International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia 2017a).

Bosnia, in 1992, had the deadliest and most violent of the conflicts surrounding Yugoslavia collapse. The Republic, made out of Bosnian Muslims (43%), Bosnian Serbs (33%), Bosnian Croats (17%) and other nationalities (7%) was torn apart when the Serbian percentage did not agree with the independence effort. Alongside Serbian soldiers, Yugoslavian soldiers who were in Croatia before were deployed to Bosnia and renamed the Bosnian Serb Army to fight against Bosnian Muslims and Croats. Therefore, the conflict had three sides: Bosnian Muslims, Bosnian Serbs and Bosnian Croats fighting for territories. However, it is imperative to understand that not all sides took part in genocide and ethnic cleansing efforts, those being partaken especially by Serbian forces against Muslims and, in lesser strength, against Catholic Croats (BBC 2016; Salzman 1998; United Nations International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia 2017a).

Serbia had been promoting nationalist propaganda long before the start of the Bosnian conflict, especially after the initiative by Kosovo Albanians to gain their independence. At this time, exaggerated claims of mass rapes against Kosovo Serbians arrived and Slobodan Milosevic arose to power as the main advocate for Serbian nationalism against non-Serbs. Soon enough Milosevic took control over the press and television, in efforts towards the nationalist movement. Salzman (1998) states: "National television aired what appeared to be Muslims or Croats raping Serbian women when, in actuality, the scenes showed Serbs raping Muslim or Croat women." (Salzman 1998, 353).

The conflict in Bosnia showed the world the worst in war and finally exposed the sufferings endured by women in periods of conflict. Serbian Army was proven to promote a policy of mass murders and rapes in the attempt to completely exterminate Muslims and Croats from Bosnian territories⁶. According to the United Nations Commission of Experts in analysis to the Bosnian case, the Serbian effort⁷ used five different approaches of sexual violence in the conflict, all of them aiming the ethnic cleansing of Bosnia:

The DELO reports that the Yugoslav National Army (INA) Psychological Operations Department in Belgrade developed a plan to drive Muslims out of Bosnia based on an analysis of Muslim behavior which "showed that their morale, desire for battle, and will could be crushed more easily by raping women, especially minors and even children, and by killing members of the Muslim nationality inside their religious facilities (Salzman 1998, 356).

As for the uses of sexual violence. The first was the use of sexual vio-

6 First, and most importantly, documentation exists substantiating the claim of a Serbian military policy to ethnically cleanse Bosnia-Herzegovina, and designating rape as a specific means of attaining this goal. This policy is clearly spelled out in the so-called RAM plan written by Serb army officers around the end of August 1991 (Salzman 1998, 356).

7 Here understood not only as soldiers but also paramilitaries, civilians, guards, officers and every Serbian man that chose to fight for his country. It's also important to remark that the violations were often perpetrated by former friends or neighbors to the victims, therefore spreading further sense of insecurity during the time.

lence to frighten the minorities in a city/region before the Serbians took control of it. The second was the use of sexual violence when taking control of a city/region or after the place had been secured. In this moment, women and girls were multiple times separated from the men, raped and/or taken to detention camps. The third was the use of detention facilities or refugee camps to assault women and children. At this time women and children were raped by soldiers, paramilitaries, officers and civilians. Sometimes they were killed after the act, other times they were raped in front of other detainees or even raped by them by Serbian orders. The fourth way was the existence of rape camps in the most civilian places after a city was taken over. These camps had the goal to impregnate the captured women and therefore interrupt minorities lineages. Women in these camps were forced to keep the babies, prohibited from leaving the place and oftentimes taken to Serbia to birth them. The last way was camps that provided sex to front line soldiers returning from the war (Salzman 1998).

It is estimated that 50 thousand women and girls were raped in the war, that lasted until 1995. As a result, around 4 thousand babies were born to raped mothers. The aftermath of the conflict can be read at the Previous International Actions topic further ahead.

2.4 RWANDA

Known as the Rwandan Genocide, the ethnic conflict unleashed by Hutu extremists against Tutsi people and Hutu moderates lasted less than three months and resulted in 1 million deaths, in addition to 250.000 women widowed and 400.000 children without parents. Fights for the control of Rwanda had been happening for a long time before the conflict. In 1959, a Hutu group overthrew the Tutsi Monarchy, causing a flow of Tutsi refugees to neighbor countries such as Uganda. An exiled Tutsi group was formed by the name of Rwandan Patriotic Front (RPF) and invaded the country in 1990, resulting in an armed conflict that lasted until 1993 when peace agreements were signed (BBC News 2019; Sharlach 2000; United Nations 2019).

On April 6th 1994 the plane carrying Rwanda and Burundi Presidents, Juvenal Habyarimana and Cyprien Ntaryamira, both Hutu, was shot from the sky by a rocket resulting in their deaths. The accident then sparked the conflict, with both Hutus and Tutsis accusing each other. Hutus extremists then began the genocide of Tutsi people by killing every probable guilty Tutsi such as government opposition and their families. In control of radio stations, names of famous Tutsis were outed to organized militias proceed with the killing, therefore spreading the massacre around the country. Followed by that, a death spree of every Tutsi in the country began. The violence was such that Hutu husbands killed their Tutsi wives and neighbors killed their Tutsi friends. As stated by BBC News (2019), at the time every citizen ID had their ethnicity declared and

Tutsis were killed at checkpoints the exact moment they showed their identification, mainly by machetes (BBC News 2019).

Women and children were not spared of the violence. Even those who were not Tutsi suffered in the hands of the Hutus. It is estimated that women who survived high death rates cities/regions, only survived because they were raped instead. Alongside, many women were taken into sexual slavery by militia or army, and many other were raped and then killed in the conflict. The conflict only ended when the Rwandan Patriotic Front, with support from Uganda's army, conquered territories and took control of the capital Kigali (BBC News 2019).

The distinctive mark of sexual violence in the Rwandan Genocide was the deliberate spreading of sexual transmittable infection, especially HIV, through rape with the goal of making women and children sick and die with the passing of time. Therefore, even though they did not kill the women at the time, they knew that the disease was not easily treated and that the culmination in AIDS would lead to death in a few years. As seen before in the Bosnian case with forced impregnation, this too is a practice of ethnic cleansing and genocide. The other point of the rape was the humiliation and suspicion that the survivors would have to endure after the attack. The first especially due to cultural and religious beliefs, and the second because their survival raised the suspicion that they conspired with the Tutsi (Sharlach 2000). More of the case can also be seen in the Previous International Actions.

3 STATEMENT OF THE ISSUE

In this section, the core aspects of the issue in question will be presented through the analysis of the relevance of the discussion in the context of international law and international relations, the current classification of the sexual violence as an international crime, the mechanisms of protection and responsabilization and transitional justice. Lastly, some case studies will be presented.

3.1 THE RELEVANCE OF THE DISCUSSION

As said before, sexual violence have always been seen as an unfortunate, but inevitable, part of armed conflict. Only in the 90s, however, the problem started to be treated as a major problem, mostly after the Rwandan Genocide and the war in Bosnia and Herzegovina (Arnholt 2016). Then on, the United Nations, through the 1998 Resolution 48, stated the concern regarding women in situations of armed conflict⁸. In modern armed conflicts, this scenario has not

⁸ Declaration on the Elimination of Violence against Women, proclaimed by General Assembly resolution n. 48/104 of 20 December 1993, available in https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.21_declaration%20elimination%20vaw.pdf

changed and currently continues to be a weapon of war, as a way of terrorize populations, practice ethnic cleansing and to weaken the enemy's morale. To Gaggioli (2014), this violence can be committed by a variety of perpetrators, from State actors and peacekeepers to simple individuals, and often is accompanied by other violations, for example, child recruitment.

Likewise, in addition to cases where the victims are kidnapped to be used as sexual slaves or attacked, situations of vulnerability like famine, fear and despair often make individuals, specially women and children, submit themselves to sexual exploitation in exchange for shelter, food or protection. For example, the situation of exploitation of women by Boko Haram group, in Nigeria, women are raped, used as sexual slaves and prostituted to raise funds to the armed group (Matfess; Bloom 2016). As well, the situation of the conflict in Tigray, there is also prostitution in exchange of food (Jiswal 2021).

The issue is so important that the United Nations appointed a Special Rapporteur on violence against women in 1994, where the sexual violence related to armed conflicts are monitored ever since. From 2009, the creation of this UN Special Rapporteur (by Resolution 1325/2000), the Security Council created the Office of the Special Rapporteur on Conflict-Related Violence to forward a report annually.

In the 2019 Report, was highlighted that violation and all forms of exploitation, rape and sexual violence in refugee camps was occurring, mainly against women and girls. Also, there was a growth of practices as strategic conducts of extremist and terrorist groups for recruiting new members, being offered marriage and sex slaves for those who will join the armed group. The report stated the existence of online markets for selling sex slaves for the group obtain profits to sustain its practices.

In the last Report (2021)⁹, amidst the COVID-19 pandemic, not much has changed. It was stated that:

Continued recourse to military than diplomatic means led to displacement on a significant scale, exposing civilians to heightened levels of sexual violence. Rising inequality, increased militarization, reduced civic space [...] to fuelling widespread and systematic conflict-related sexual violence, even in the midst of a global pandemic.

Therefore, the issue of sexual violence, during and after a conflict, remains a major challenge to the United Nations, NGOs, and leaders of States in situation of conflict involving matters of international human rights law (IHRL) and international humanitarian law (IHL), as well international criminal law (ICL). The next subtopic will explore those questions.

3.2 THE CLASSIFICATION OF THE SEXUAL VIOLENCE AS AN INTERNATIONAL CRIME

9 UN, "Conflict-Related Sexual Violence: Report of the Secretary-General," March 29, 2022.

3.2.1 THE DEFINITION OF SEXUAL VIOLENCE

According to the United Nations Response for Sexual Violence and Armed Conflict:

The term “sexual violence” refers to many different crimes including rape, sexual mutilation, sexual humiliation, forced prostitution, and forced pregnancy. [...] may also be looked upon as a means of troop mollification. This is particularly the case where women are forced into military sexual slavery.

In this sense, some may understand that sexual violence, in all forms, is viewed as a weapon of war or as a method of war. However, for Gaggioli (2014), it is difficult to qualify sexual violence as a weapon because, in IHL, the term “weapon” does not have a generally accepted definition, being a unlawful behavior.

In opposition, Gaggioli (2014) understands that sexual violence may be referred as method of warfare, because it can be viewed as a way of overwhelming and weakening the adversary, either directly, or indirectly, by hurting the civilian population perceived as supporting the enemy.

3.2.2 THE PROHIBITION OF SEXUAL VIOLENCE UNDER IHL

International Humanitarian Law (IHL), as the legal framework that must be used in war time, provide protections and prohibitions against rape and other forms of sexual violence. Although rape has been considered a war crime under customary international law since 1899 (Convention with Respect to the Laws and Customs of War on Land, Annex of Regulations), the Geneva Conventions have norms about the protection against this type of violence. In general, the Common Article 3 of Geneva Conventions establishes a general rule that the persons who do not participate in the activities of armed conflict must be treated with humanity in any circumstances and without any kind of distinction, being prohibited, at any time and place, attacks on life, integrity and on the dignity of people, specially humiliating and degrading treatment.

The article 27 of the 1949 IV Geneva Convention, for instance, establishes that women will be especially protected against any attack on their honor and particularly against any act against their honour, enforced prostitution or any form of indecent assault. A step forward was taken by the adoption of the 1977 Additional Protocols. The first Protocol, in its article 75 (2)(b), reiterates the prohibition of attacks against the dignity of persons. The article 76 deals specifically with measures in favor of women and children, establishing that women will be the object of particular protection. This formula is reiterated in Additional Protocol II.

These norms are considered norms of *jus cogens*, that is, imperative of international law and non-derogable, regardless of ratification by States. They

are also part of the customary humanitarian law, according to the Study of Customary Law by the International Committee of the Red Cross, through Rule 93, being applicable both in international armed conflicts and non-international armed conflicts.

As seen, some of the provisions of IHL about international armed conflicts have women as its only beneficiaries. Nevertheless, nowadays, customary law includes men in the categories of sexual violence. About this topic, Sassòli (2019) mentions that:

Due to the influence of ICL over the last 25 years, customary IHL now recognizes that men may also be victims of such crimes and applies the same prohibitions. Even without this development, treaty law of IACs prohibits such practices against men through the prohibitions against inhuman and degrading treatment. In NIACs, Protocol II prohibits sexual violence in gender-neutral language.

Under the Geneva Conventions, only those considered as ‘grave breaches’¹⁰ explicitly incorporate penal sanctions. Even though, sexual violence is not expressly designated as such, they are admitted in offences that are identified as grave breaches, according to the description of the article 147 of the IV Geneva Convention. Also, sexual violence can fit in other categories, like the cases of inhuman treatment or great suffering, which are considered as grave breaches of IHL rules (UN 1998).

The United Nations Response for Sexual Violence and Armed Conflict quote some criticism about the treatment of sexual violence in IHL, stating that:

[...] the absence of express reference to sexual violence as a grave breach is a reflection of the international community’s historical failure to appreciate the seriousness of sexual violence during armed conflict. Another problem with provisions of the Geneva Conventions and Additional Protocols is that they characterize rape and other forms of sexual violence as attacks against the “honour” of women, or at most as an outrage upon personal dignity. The implication is that “honour” (or dignity) is something lent to women by men, and that a raped woman is thereby dishonoured. Failure of these instruments to categorize sexual violence as a violent crime that violates bodily integrity, presents a serious obstacle to addressing crimes of sexual violence against women. It directly reflects and reinforces the trivialization of such offenses.

3.2.3 THE PROHIBITION OF SEXUAL VIOLENCE UNDER IHL

Even if the IHL is the *lex specialis*¹¹, in cases of armed conflicts, human rights law applies at all times. However, there is a lack of specific prohibition against sexual violence in the majority of human rights treaties, being IHL treaties more specific and precise than the human rights ones regarding the prohibition of sexual violence (Gaglioli 2014).

10 Defined as a wilful violation of the relevant rules of armed conflict which endangers the physical or mental health or integrity of any protected person (Eboe-Osuji, Chile - Grave Breaches as War Crimes, available in <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/NR/rdonlyres/827EE9EC-5095-48C0-AB04-E38686E-E9A80/283279/GRAVEBREACHESMUCHADOABOUTSERIOUSVIOLATIONS.pdf>, accessed in July, 2, 2022.

11 In the sense of the legal framework which is specialized in times of armed conflicts and must be, primarily, applied.

There are some punctual exceptions, like the Convention on the Rights of the Child (1989) - which provides that the States must protect children from sexual abuse and exploitation -, the Inter-American Convention on the Prevention, Punishment and Eradication of Violence against Women (1994) - prohibits violence against women in general -, and the Protocol to the African Charter on Human and People's Rights of Women in Africa (2003) - also prohibits violence against women in general, but has provisions specifically regarding armed conflicts.

3.2.4. THE PROHIBITION OF SEXUAL VIOLENCE IN THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT

The Rome Statute provides, in article 7(1)(g), that rape, sexual slavery, enforced prostitution, forced pregnancy, enforced sterilization, or any other form of sexual violence of comparable gravity is considered as a crime against humanity¹². Likewise, the article 8(2)(b)(xxii) consider that the committing rape, sexual slavery, enforced prostitution, forced pregnancy, as defined in article 7(2)(f), enforced sterilization, or any other form of sexual violence also constituting a grave breach of the Geneva Conventions as a war crime in the case of international armed conflicts. The same applies to non-international armed conflicts (article 8(2)(e)(vi).

After the conflicts in Yugoslavia and Rwanda, there where some discussion if sexual violence could be considered as genocide or a crime against humanity, with significant support in a positive answer if the other elements of the crime are present (Diyani 2006). Sexual violence was included in the list of crimes against humanity in the statutes of the International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR), the International Criminal Tribunal for Yugoslavia (ICTY) and the Rome Statue, but must be committed according with the definition of the article 7(1) of Rome Statute.

Considering this, sexual violence can be considered an act of genocide, as in the definition given by the Rome Statute, which is when the acts are committed with intent to destroy, in whole or in part a national, ethnical, racial or religious group (article 6). Gaggioli (2014) explains the Akayesu case, when the ICTR considered sexual violence as genocide, involving ethnic groups:

The most famous case in which sexual crimes were considered as acts of genocide is the Akayesu case. Jean-Paul Akayesu, bourgmestre of Taba commune in Rwanda from April 1993 to June 1994, was convicted for crimes against humanity and for acts of genocide, notably because he knew that members of the Interahamwe had systematically committed rapes and other forms of sexual violence against Tutsi girls and women, he took no measures to prevent or to punish the perpetrators, and he ordered, instigated and aided and abetted sexual violence.

¹² According to the article 7, caput, crimes against humanity is considered as a part of a widespread or systematic attack directed against any civilian population, with knowledge of the attack.

3.3. OTHER MECHANISMS OF PROTECTION

In a comprehensive 2002 Report realized by two independent experts, Elisabeth Rehn and Ellen Sirleaf, due to women being disconnected from the seats of power, there are only few information for preventive actions against sexual violence. According to their research, the status of women is associated with the country's stability, exemplifying with the case of Afghanistan under Taliban, where there were massive human rights violations against women and other gendered violations.

In the report of the Secretary-General of UN about conflicted-related sexual violence, the findings illustrate the need for investment by the international community against sexual violence and impunity. It was endorsed political and financial support by national, regional and international actors to prevent this type of violence, as well as some of these recommendations¹³:

(b) Ensure that sexual violence is incorporated as a stand-alone designation criterion for targeted sanctions, including the imposition of travel and visa bans, the freezing of assets and other financial resources so as to ensure that there are no safe havens for perpetrators and to curtail the financial revenues of armed groups from trafficking for the purposes of sexual exploitation; ensure that sanctions committees have expertise on conflict-related sexual violence and that they continue to invite my Special Representative on Sexual Violence in Conflict for relevant briefings [...]

(c) [...] Encourage all State and non-State parties to conflict to adopt time-bound commitments to prevent and address conflict-related sexual violence, and monitor their compliance [...]

(g) Give due consideration to the early warning signs of sexual violence in its monitoring of global crisis, especially in contexts of rising militarization, unconstitutional changes of power, terrorism, gender-based hate speech.

Besides the protection that IHL, IHRL and the responsabilization by the International Criminal Court and Tribunals, there are others initiatives taken by non-governmental organizations (NGOs) for the protection against sexual violence in armed conflicts. For example, as referred in the Colloquium, organized by the ICRC and the EU¹⁴, was stated that since 2011, the International Red Cross has a model for response at local level during crisis, having three core areas: access to services like health and psychosocial services; creation of safe spaces and working with existing community networks for the support of women and girls; increase of safety through reduction of risks, looking for mechanisms to address sexual abuse, violence and exploitation.

Furthermore, the States also have to take initiative to prevent and ensure respect against sexual violence in cases of armed conflicts, according, not only by the IHL body of law, but also with the human rights treaties that they signed.

13 UN, "Conflict-Related Sexual Violence: Report of the Secretary-General," March 29, 2022.

14 ICRC, "WOMEN & ARMED CONFLICTS and the ISSUE of SEXUAL VIOLENCE," ICRC, 2015, https://www.icrc.org/en/download/file/8598/icrc_report_women_and_war.pdf.

3.4 AFTER THE WAR: TRANSITIONAL AID

The consequences of sexual violence affects all dimensions of a person, sometimes enduring a lifetime, affecting families and communities. Alongside the trauma, sexual violence can also result in economic and social stigma, such as discrimination from harmful social norms, increased risk of violence from partners, rejection and abandonment by family, etc (ICRC 2020). This creates a barrier to reporting the sexual violence suffered which leads to the lack of report everywhere, misleading statistics about the extent of the violence.

In UN Response for Sexual Violence and Armed Conflict (1998) was stated that one of the major reasons for the failure to address sexual violence in Rwanda was the cultural attitudes that inhibited women from talking about the abuses they suffered, since it is a culture that values the “purity” of women. To prevent these situations was recommended necessary measures like the use of female investigators and interpreters and the protection of the women who testify in courts.

In the transitional justice aspect, finding justice for victims and punishing perpetrators are critical as they aim to reduce the consequences of abuses. To Wallstöm (2012), this can be accomplished by three mechanisms of transitional justice:

The first [...] is criminal investigation and prosecution of leaders and perpetrator of conflict-related sexual violence in order to combat impunity for these crimes. [...] Prosecution is also critical for prevention. Impunity is regrettably still the rule rather than exception for crimes of war.

[...] The second pillar is reparations programs that provide support for survivors of war rape. Justice does not only mean punishment for perpetrators but also redress for survivors. [...] In many post-conflict settings, countless women continue to live with the effects of sexual violence without access to medical, psychological, and financial assistance.

The third transitional justice mechanism is truth commissions, which are key to a successful reconciliation process. They can contribute to justice through investigative work, through the provision of reports and recommendations, and by acknowledging war crimes including sexual violence. Survivors have the right to find out the truth about who was responsible for the crimes committed against them. Otherwise, the lack of closure will continue to affect every aspect of their lives. One impediment to the work of truth commissions is the stigma surrounding war rape that hinders many women in talking about the atrocities. Governments and local and faithbased leaders have an important role to play in ending the stigma, and as such they need to start speaking up against sexual violence.

3.5 ONGOING CASES

Every year the United Nations Secretary General releases the “Conflict-Related Sexual Violence” report. The document is submitted to the Security Council and takes into account the year before the report’s release. The 2022 version lists patterns, trends and emerging concerns of sexual violence as a tactic of war and terrorism. This means a list of countries affected by it and the main perpetrators of such violence. The countries named in this year’s report are: Central African Republic, Colombia, Democratic Republic of the Congo, Iraq, Libya, Mali, Myanmar, Somalia, South Sudan, Sudan, Syria and Yemen (United Nations Secretary-General 2022).

Not listed are countries such as Ukraine and Ethiopia, whose conflicts worsened in 2022. Those cases will be further explained in the Bloc Position topic.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

In this section, previous international actions will be discussed, specifically, how the issue of sexual violence in armed conflicts is treated by States and the international community. To this end, initiatives, cases and conventions dealing with the topic will be presented.

4.1 CASES IN AD HOC COURTS

4.1.1 YUGOSLAVIA

In 1993, the Security Council created the ad hoc International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia (ICTY). The statute of the ICTY declared in the article 5(g) rape as a crime against humanity, alongside other crimes such as torture, inhumane acts and enslavement. The ICTY was the first international court to accused persons guilty of rape as a crime against humanity. According to the Tribunal¹⁵, more than seventy individuals have been charged with crimes of this nature and since 2011, almost thirty have been convicted, recognizing sexual violence as a tool of war, used to intimidate and terrorise the enemy. Also, not only sexual violence was considered a crime against humanity, but genocide and war crime. At that time, the Resolution 827 (1993) of the Security Council expressed preoccupation about the immense number of reports about mass killings, rape of women and the practice of ethnic cleansing.

One of the most well known international criminal cases, the Tadić case, was the first international war crime trial since Nuremberg and Tokyo, being also the first involving charges of sexual violence, including sexual violence

against men. About the Tadić case, it was referred that:

[...] In a horrific incident in the Omarska Camp, one of the detainees was forced by uniformed men, including Duško Tadić, to bite off the testicles of another detainee. In May 1997, the Trial Chamber found Tadić guilty of cruel treatment (violation of the laws and customs of war) and inhumane acts (crime against humanity) for the part he played in this and other incidents. Two years later, on appeal, Tadić was additionally sentenced for grave breaches of the 1949 Geneva conventions: inhumane treatment and wilfully causing great suffering or serious injury to the body or health. In the Judgment, the Appeals Chamber set out that "Through his presence, Duško Tadić aided and encouraged the group of men actively taking part in the assault. Of particular concern here is the cruelty and humiliation inflicted on the victim and the other detainees.

Other cases, like Mucić et al, recognized rape as a form of torture, being a grave breach of the Geneva Conventions and a violation of the laws and customs of war. The accused were charged with sexual violence against the Bosnian Serb civilians, as example, raping women during interrogations. The Furundžija case was the first case at the ICTY to concentrate entirely on charges of sexual violence against Bosnian Muslim women during interrogations. In this trial, the judges confirmed that rape may be used as a tool of genocide. Another trial focussed in sexual violence was the Kuranac et al case, about the enslavement as a crime against humanity.

4.1.2 RWANDA

The UN Response for Sexual Violence (1998) voiced that, in 1994, during the conflict in Rwanda, it is estimated that thousands of women were subjected to sexual violence, suffering mutilation, forced into sexual slavery, being raped, sold and taken as wives. The statute for the ad hoc International Tribunal for Rwanda (ICTR) listed rape as a crime against humanity (article 3(g)) alongside with enslavement, torture, imprisonment and other inhumane acts. Also, listed the violations of the Article Common to the Geneva Conventions and of Additional Protocol II, which included outrages upon personal dignity, in particular humiliating and degrading treatment, rape, enforced prostitution and any form of indecent assault (article 4(e)).

The ICTR also became the first international court to accuse a person guilty of rape as a crime of genocide in the Akayesu case, using sexual violence as a way to destroy the Tutsi ethnic group. According to the UN Response for Sexual Violence (1998):

[...] On 23 October 1997, a 35 year old Tutsi woman known as Witness JJ took the stand and gave evidence in trial of Jean Paul Akayesu, one of the first defendants to be tried before the Rwanda Tribunal. Akayesu was bourgmestre (mayor) of the Taba commune in Rwanda during the genocide. Witness JJ described events that had occurred while she was taking shelter in the Taba commune. She told how the Interahmwe would come in and take away young girls and women into a nearby forest and rape them. Witness JJ described a series of occasions on which she was raped multiple times. She also explains how, by pure chance, she narrowly escaped being massacred along with the other women in the commune, because she was out buying food for her baby when the killings began. [...] The original indictment against Akayesu did not allege sexual violence.

The trial commenced, and when other witnesses began to make consistent references in their testimony to widespread sexual violence in the Taba Commune it became clear the issue could no longer be disregarded.

4.2 CASES IN THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT

Regarding the practice of the International Criminal Court (ICC), even though it is specified, as stated above, that sexual violence crimes are considered not only crimes against humanity, but also can be considered as genocide, the opportunity to prosecute sexual violence is rarely seized, having only one final conviction for sexual crimes (Altunjan 2021).

4.2.1 BEMBA CASE

In 2016, the Trial Chamber of the International Criminal Court convicted the former military commander of the Movement for the Liberation of the Congo (MCL) and former vice-president of the Democratic Republic of Congo (DRC), Jean-Pierre Bemba, for war crimes and crimes against humanity, based in his failure to stop his troops from committing murder, rape and pillage in the armed conflict in the Central African Republic. Bemba was sentenced to a 18 years of prison, being the sentence highly praised as a significant step to bring justice to victims of sexual violence and seen as an important advance for ICL.

However, in June 2018, the ICC appeals chamber acquitted Bemba. The Appeals Chamber concluded that the trial had a number of errors, about the question of which measures Bemba should have made which a commander is required to take under article 28 of Rome Statute (Responsibility of commanders and other superiors) (SáCouto 2018).

4.2.2 NTAGANDA CASE

In 2019, Bosco Ntaganda, former leader of the National Congress for the Defense of the People (CNDP), an armed militia operating in the Democratic Republic of Congo (DRC) was convicted on 18 charges of war crimes and crimes against humanity, amongst them crimes of rape and sexual slavery. It was the first final ICC conviction for sexual violence, since the Bemba case was overturned in appeals.

It is an important case because adds jurisprudence and recognition of sexual violence committed by members of an armed group against members of that same armed group or by a member of an opposing group. Also, it recognized the violence against men and boys.

4.3 UNITED NATIONS

Protection against sexual violence in armed conflict has not always been

treated as a priority by the United Nations. One of the first initiatives by the UN was undertaken in 1969, when the Commission on the Status of Women began to consider special protection for vulnerable groups (mainly women and children) during armed conflict (Sirleaf and Reh 2002).

Then, at the request of the Economic and Social Council (ECOSOC), the Declaration on the Protection of Women and Children in the Emergency of Armed Conflict was adopted in 1974. This Declaration recognized the particularities faced by women and children in conflict and the consequent need to special protection, emphasizing the need for States to comply with international obligations, however, it makes no reference to women's vulnerability to sexual violence. One of the examples of international obligations to be obeyed is the Fourth Geneva Convention (1949) which expressly deals with situations of rape, also stipulating that all measures must be taken to prohibit degrading treatment and violence, including sexual violence.

During the 1980s, although there was a continued concern about the vulnerability of women in armed conflicts, there was no explicit reference to sexual violence within the UN framework. Only,

At the end-of-decade Conference held in Nairobi in 1985, the Forward-looking Strategies for the Advancement of Women, adopted to provide a blueprint for the advancement of women to the Year 2000, referred to the especially vulnerable situation of women affected by inter alia armed conflict, including the threat of physical abuse. The general vulnerability of women to sexual abuse and rape in everyday life was recognized, but sexual violence was not specifically linked to armed conflict.⁸ Even in the mid-1980s, sexual violence during armed conflict largely remained unrecognized (Sirleaf and Reh 2002, 8).

It was not until the 1990s that an international interest in protecting against sexual violence during armed conflict began, particularly after the conflicts in Rwanda and Yugoslavia, mainly through United Nations Security Council Resolutions.

Currently, there are several United Nations initiatives for the prevention of conflict-related sexual violence. One of them is the UN Action against Sexual Violence in Conflict, which is a network of 23 UN entities, that aims to prevent, enhance accountability and meet the needs of survivors of sexual violence of armed conflicts. Working through policy creation, guidance and training to inform prevention and response to these issues, UN Action was created in 2007, following the "Call to Action" of the Symposium on Sexual Violence in Conflict and Beyond (2006) and also by appeals from women's rights NGOs and states. UN Action is chaired by the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict (SRSG-SVC) and is governed by directors of member entities, including OHCHR, UNHCR, UNICEF, UNDP, UN Women and UNAIDS.

Another initiative is the creation of the Special Representative of the Secretary General on Sexual Violence in Conflict (SRSG/SVC) which serves as a spokesperson and political advocate on sexual violence related to armed

conflict. As mentioned, the Special Representative is the chair of the UN Action against Sexual Violence in Conflict. The Office was established by Resolution no. 1888/2009, which was of paramount importance for the recognition of these crimes and sealed the change of the international community on the subject. The Office's primary role is to produce the Annual Report on the CRSV, which focuses on countries that have reliable information collected by the United Nations. Thus, there is a public historical record of these crimes, with detailed information about the parties who are suspected or responsible for these acts. Given this, commitments and action plans are developed to deal with these crimes.

4.3.1 SECURITY COUNCIL

The role of the United Nations Security Council was very important for the international recognition of the need for measures against conflicted-related sexual violence, through resolutions, including:

Security Council resolution 1325 (2000) called on Member States to increase the participation of women in the "prevention and resolution of conflicts" and in the "maintenance and promotion of peace and security." It called upon parties involved in armed conflict to abide by international laws that protect the rights of civilian women and girls and to incorporate policies and procedures that protect women from gender-based crimes such as rape and sexual assault.

Security Council resolution 1820 (2008) called for an end to the use of acts of sexual violence against women and girls as a tactic of war and an end to impunity of the perpetrators. It requested the Secretary-General and the United Nations to provide protection to women and girls in UN-led security endeavours, including refugee camps, and to invite the participation of women in all aspects of the peace process.

Security Council resolution 1888 (2009) detailed measures to further protect women and children from sexual violence in conflict situations, such as asking the Secretary-General to appoint a special representative to lead and coordinate the UN's work on the issue, to send a team of experts to situations of particular concern, and to mandate peacekeepers to protect women and children.

Security Council resolution 1889 (2009) reaffirmed resolution 1325, condemned continuing sexual violence against women in conflict situations, and urged UN Member States and civil society to consider the need for protection and empowerment of women and girls, including those associated with armed groups, in post-conflict programming.

Security Council resolution 1960 (2010) asked the Secretary-General to list those parties credibly suspected of committing or being responsible for patterns of sexual violence in situations on the Council's agenda. It also called for the establishment of monitoring, analysis, and reporting arrangements specific to conflict-related sexual violence.

Security Council resolution 2106 (2013) aimed to strengthen the monitoring and prevention of sexual violence in conflict.

Security Council resolution 2122 (2013) reiterated the importance of women's involvement in conflict prevention, resolution and peace-building. (UN Prevent Genocide Rwanda, 2014, 2-3).

More recently, Resolution 2467 (2019) seeks to increase prevention through justice and accountability, stating that a survivor-centred approach must guide every aspect of the response of affected countries and the international community through peace-making initiatives, peace-keeping and peace-building. Furthermore, it also emphasizes the responsibility of caring for survivors, with the provision of essential health services (Office of the Special Representative on

Sexual Violence in Conflict 2019).

4.4 CONFERENCES AND DECLARATIONS

In addition to the aforementioned tools, such as the Rome Statute, Geneva Conventions and UN actions, there are other human rights documents, albeit non-binding, that determine the protection of people against conflict-related sexual violence.

4.4.1 THE DECLARATION ON THE ELIMINATION OF VIOLENCE AGAINST WOMEN (1993)

This declaration considers three main categories of violence against women: sexual, psychological and physical violence. Notwithstanding this is a general declaration, it explicitly recognizes the emergence of protection of women in situations of armed conflict and also refugee and migrant women.

4.4.2 THE FOURTH WORLD CONFERENCE ON WOMEN (1995)

Held in Beijing in 1995, sexual violence against women during armed conflicts was a major theme in the Conference. The subject was identified as one of the 12 critical areas of concern to be addressed by the international community, when there was even a session where stories were told about, for example, the “comfort women” and women from Algeria, Uganda and Rwanda. In the paragraph 135 of the Beijing Platform for Action, there was a recognition of the use of violence against women, like the use of systematic rape as a tactic of war. Sirlaef and Reh 2002).

4.4.3 DECLARATION OF COMMITMENT TO END SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT (2013)

Established by the United Nations during the UN General Assembly in 2013 and endorsed by two thirds of the members, the declaration contains a commitment to end the use of rape and sexual violence as a weapon war (United Kingdom Government 2013).

4.4.4 INTERNATIONAL CONFERENCE FOR THE PROTECTION OF WAR VICTIMS (1993)

Held in Geneva, the participants of the Conference declared that acts of sexual violence constitute grave breaches of international humanitarian law. (Gaggioli 2014).

4.4.5 31ST INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE RED CROSS AND RED CRESCENT (2011)

In this conference, the need to improve the implementation of IHL in the field of sexual violence was highlighted with an objective to prevent and ensure that States takes all feasible measures to prevent this kind of violations (Gaggioli, 2014).

It should be noted that most of these protection mechanisms mainly involve women and children or is it a general approach to sexual violence. This situation causes discussions about the response given by the international community to sexual violence suffered by men and boys. Nowadays, it is recognized that men and boys may also be victims in times of peace or armed conflict, including in the UN Reports on sexual violence, but there is still no concrete effort for the prevention and awareness of the problem (Sivakumaran 2010).

In this way, both the UN and other international organizations such as the International Committee of the Red Cross and the International Courts have been working on the development of prevention mechanisms, but there is still much to be done, especially in the area of justice and reception of victims.

5 BLOC POSITIONS

The **Republic of Armenia** has a long history of conflicts with its neighbors in the Caucasus region. The most recent conflict started in September when Azerbaijan soldiers crossed the border of Armenia, killed multiple soldiers and entered the country. This event ended the cease fire acquired in 2020 when the dispute for the city of Nagorno-Karabakh took place. Recent numbers states that around 200 people were killed and reports of sexual violence against female soldiers were brought up. The main case was of the Armenian soldier Anush Apetyan who were captured by Azerbaijani soldiers, raped, tortured and killed, all while being filmed. Armenia representatives called for support of the international community as the country was being attacked. Most recent information claims that a European Union commission shall be monitoring the country's border with Azerbaijan in order to avoid further turmoil and help establish each country's limits (AlJazeera 2022c; Asbarez 2022; Avedian 2022).

The **Plurinational State of Bolivia** has been through a time of peace since the election of President Luis Arce and the prison of those who usurped power in the events of 2020. The country also did not engage in any kind of inter-estate conflict for a long period of time, being the internal affairs the ones most disturbing. Human Rights Report of 2021 claims that under Janine Añez Government multiple human rights were violated and, as of today, women and

children still are the ones at higher risk of suffering violence. Like many Latin American countries, Bolivia suffers from political and economical crises and has its main allies in the progressive arena (Human Rights Watch 2021a).

As of 2021, one woman is raped every 10 minutes in the **Federative Republic of Brazil**, according to a survey by the Brazilian Forum on Public Security. The country, ruled by right-wing President Jair Bolsonaro, have a long story of rape as a weapon of conflict that can be traced back to its colonization by Portuguese and Spanish invaders who raped the native population and, later on, the enslaved that came from Africa. Most recently, sexual violence was used as torture tool against those considered to be against the military dictatorship (that lasted from 1964 to 1985). Even though the women in the country are still victims of their history and are prone to human rights violations on a daily basis, Brazil's President is known for its sexist behavior and declarations (Agência O Globo 2022; G1 2022; Jorden 2015).

The **Republic of Cameroon** faces three main problems nowadays: the insurgency of Boko Haram extremists in the Lake Chad area, ethnic clashes in the border with Chad and the separatist movement in the english-speaking regions. The anglophone minority occupy two main regions in the country and have been fighting for separatism since 2017. The conflict has been repressed by Government forces (french speaking) and excessive violence has been reported from both sides. Between looting, kidnaps, murders and tortures, rape as a weapon has been used as a war weapon by separatists, government army and civilians. Cameroon Government has been known to express its discontent with rape allegations and blame the other side for the crimes (Allegrozzi 2021; Craig 2021; Human Rights Watch 2021b).

As stated before, the **People's Republic of China** was one of the countries affected by Japan's imperialism in the 20th century, with the famous case of the Raping of Nanking. In last year's Humans Rights Council China urged Japan to face the history and destruction of the events in the War, especially about the "Comfort Women". It is a contradiction given new accusations against China's treatment of the Uighur minority, especially of use of sexual violence such as rape and torture in the so called "re-education" camps. The news about the Uighur camps usually comes from western media websites, but Human Rights organizations claims the Chinese Government "has gradually stripped away the religious and other freedoms of the Uighurs, culminating in an oppressive system of mass surveillance, detention, indoctrination, and even forced sterilization" (Hill, Campanale, and Gunter 2021) (Hill, Campanale, and Gunter 2021; Xinhua 2021).

The **Republic of Côte d'Ivoire** went through a long period of civil war between the years of 2002 and 2011. The north and the south of the country engaged in conflict due to cultural and political reasons, leading to a period of social unrest and violence. Even though many women chose to participate in the

guerrilla movements that spread against the government, acting as combatants, cooks and nurses, many others were once again targeted and victimized by the use of sexual violence by armed men. Reports of assault, rape, humiliations and kidnapping were common from the beginning until the end of the conflict. The war ended in 2011 and since then the country has been enjoying a peaceful time (Diallo 2022; International Rescue Committee 2011).

The **United Kingdom** has been one of the main countries to warn about the use of rape as a weapon of war in the Ukraine War. The British Ambassador to Ukraine, Melinda Simmons, claimed that Russian soldiers are using of sexual violence as part of their arsenal. In the same line, Foreign Office minister Vicky Ford guaranteed that the UK along with international partners is working to tackle this problem. In the Parliament, she added that “The UK continues to act decisively with its allies to punish the Putin regime post-unprovoked aggression against Ukraine. And we will do all we can to bring the perpetrators of war crimes, including sexual violence, to justice” (apud Rodger 2022) (Majeed 2022; Rodger 2022).

Recently, the **United Arab Emirates**, during a Statement at the UN Security Council, highlighted the launch of a National Action Plan for the implementation of Security Council Resolution No. 1325. The action plan focuses on the effective participation of women in the prevention of armed conflict and peacebuilding, as well as the protection of women from sexual and gender-based violence. There is also a commitment to global progress on the issue, serving the UAE on the Board of Generation Equality’s Women, Peace & Security and Humanitarian Action Compact, as well as financial assistance to address sexual violence suffered by the Rohingya Muslim minority and empowerment of Iraqi Yazidi women.

The **Republic of The Gambia** went through a 22 year dictatorship under the rule of Yahya Jammeh that only ended in 2017 when he lost the elections to the current President, Adama Barrow. After Jammeh’s departure from the country, in exile, many accusations against him started to rise. The most striking, perhaps, is from Fatou Jallow “Toufah”, who was raped and tortured by Jammeh and started a movement to expose the atrocities committed by the regime. The new President is well liked by his people and restored many civilian rights, in addition to building better relations with other African leaders (AlJazeera 2022a; G1 2017; Schwarz and Volkmann-Brandau 2019).

The cases of sexual violence as a weapon of war including the **Federal Republic of Germany** are already known in this Guide: the use of rape by German soldiers in the First and Second World Wars and the Rape of Berlin in 1945. These events remain in the memory of the German people and are an important part of their culture. As of today, Germany finds itself in a delicate situation due to the War in Ukraine. At the same time the country has voted for sanctions against Russia and has aligned itself with European Union neighbors,

winter's arrival and necessity of Russian gas has put an end to Germany's eloquent mobilization against Russia (Lieven 2022).

The **Republic of Honduras** has been through a series of internal conflicts like its neighbors Guatemala and El Salvador. The unstable scenario favored the increase of violence and social unrest. Many women and girls are fleeing the country towards the United States due to the fear of being victim of sexual violence and the impunity in gender based violence cases. The left-wing current President, Xiomara Castro, has promised to rid the country of the seeds of the dictatorship that ruled the country for twelve years, proposing a more progressive agenda (Center for Gender and Refugees Studies 2022; International Crisis Group 2022; de Mello 2022).

As shown before, the **Republic of India** has played a major role in the war between Pakistan and Bangladesh in 1971. The two countries share animosities since the establishment of new borders in 1947. At this time a conflict for the region of Kashmir began. Also known as Indian-administered Kashmir or Indian Illegal Occupied Jammu and Kashmir (IIOJK), the region has a muslim majority and is under Indian rule. For some time the Kashmir region possessed some level of autonomy, but it has now ended. As a contested region, Kashmir is vigorously patrolled by Indian soldiers, who were accused of use of excessive force against civilians. Alongside, numerous cases of rape, torture and killings have been reported as a weapon of war against the Kashmiri people, since it aims to destroy their will to live in the region. India, that is famous for its lack of prosecution against rape cases, did not make any formal accusations against its soldiers (Aljazeera 2022b; Associated Press of Pakistan 2020, 2022).

With the Suharto Regime in the **Republic of Indonesia** (1965-1998), mass human rights violations happened across the archipelago. After the Regime, Indonesia passed several regulations inspired by the supremacy of human rights, however, the effort to redress the situation of women victims is little. Women continue to experience violence, including sexual violence, in the ongoing conflicts in Papua, for example. Indonesia has enacted the Human Rights Law and Human Rights Court Law, but no gender-based crimes or sexual violence have ever been brought to trial. This undermines the pursuit of accountability for these atrocities, generating concern in the international community (CEDAW, 2020). In a demonstration at the Open Debate on Sexual Violence in Conflict, in 2019, the State affirmed its position in the sense of condemning the use of sexual violence as a tactic of war, as well as attaching great importance to the efforts made to end and prevent this type of violence. On the occasion, he also stated that the elimination of exploitation and abuse is integrated into the pre-deployment curriculum at the Indonesian Peacekeeping Training Center (Permanent Mission of the Republic of Indonesia to the United Nations 2019).

Japan, in 1932, started to set up "comfort stations" where women were kept to serve as sex slaves to men in the Japanese military, which the majority

was Korean women drawn to the Empire to seek better conditions of life, becoming a system for massive sexual exploitation and enslavement. In the end of World War II, the Military Tribunal for the Far East was held to try crimes against peace, conventional war crimes and crimes against humanity, however, the people responsible for sexual enslavement, torture, abuse and rape of the comfort women were not prosecuted (Desai; Sidhu, 2017). In the last decade, Japan has worked with the UN Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict providing assistance to the Governments of the Democratic Republic of the Congo and Somalia (Peace Women, 2017). More recently, Japan has stated that sexual violence threatens international peace and security, supporting the work of the International Criminal Court and the UN initiatives, providing medical and economic support through international organizations (Arab News Japan, 2022). Also, in the past years Japan took responsibility for its actions in the wartime, but the topic still brings discomfort in debates surrounding accountability. The most recent one being in 2021, when South Korean court determined that Japan should pay monetary compensation to the “comfort women” for the abuse endured in the Second World War. The decision was not accepted by Japan and sparked diplomatic tensions between the two countries (Suk Gersen 2021).

Since the Arab Spring, the **State of Libya** has been experiencing a humanitarian crisis, political and military instability, allowing the perpetration of rape and sexual slavery to continue. This situation is worsened by the use of gender-based speeches, inciting violence, including sexual violence. According to the Report on Conflicted-Related Sexual Violence, sexual violence has been reported against political activists as well as migrants and refugees, girls and women, particularly those who are detained. In these situations, accountability for these crimes perpetrated by members of terrorist groups is low (United Nations Secretary-General, 2021). Given the situation, the UN Security Council has already applied sanctions in 2016, 2018 and 2020, but there has been little progress since then (UNSMIL, 2020).

The **Republic of Malawi** has a long history of gender-based violence, which is recognized by the government itself, having launched a National Plan to Combat Gender-Based Violence (2014) that aims to prevent and respond to those crimes through a variety of actions. (Health Policy Project, 2015). However, given the stigma that victims suffer from society, the rate of complaints is low.

Like the other states mentioned, **Malaysia** also expressed its condemnation of acts of sexual violence in armed conflicts, even indicating special concern for sexual violence perpetrated against men and boys, as well as the practice of forced marriages by armed groups. As an initiative, the government proposed seminars with a gender perspective for peacekeeping troops (Peace Women 2015).

Although it played an important role during World War II, hosting important tours of the conflict, the **Marshall Islands** does not have a history of conflict. Regarding gender, The Republic of the Marshall Islands (RMI) currently has no laws on domestic violence, human trafficking, nor are there minimum sentences or mandatory prosecutions in case of sexual violence. The RMI Constitution has no provisions for guaranteeing women's rights or gender equality and is not in accordance with the Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women. Given the situation, the UN has some programs in the territory, such as the Advancing Gender Justice in the Pacific Program and the Women's Economic Empowerment (UN Women Asia and Pacific n.d).

In the case of the **Islamic Republic of Mauritania**, the criminalization of sexual relations outside of marriage puts victims and survivors of sexual violence at risk, with no respect for dignity and rights when there is an attempt to report it. There are no guarantees of privacy, nor confidentiality, and the survivors suffer social stigma from society and the family, and, in addition, the onus is on the victim to prove that there was a lack of consent, and she may be criminalized herself. Government policies violate several international treaties that the State has signed (Human Rights Watch 2018).

The **Republic of Namibia** is a relatively new country, having gained independence only in 1990. During the German occupation, there was an extermination of about 70% of the group called Hereros of Namibia in 1904. The occupation by South Africa was also brutal due to oppression and racism by the apartheid regime. To this day, some of the remnants of post-conflicts include the culture of violence, including that of women and children (Martin 2020). It is reported that sexual violence in the state also affects boys and men (Sonke Gender Justice 2020). Namibia has made notable progress in trying to address issues of sexual violence and gender-based violence, being part of several international instruments such as The UN Declaration on the Elimination of Violence against Women, The Beijing Declaration and Platform for Action, among others (Martin, 2020).

The **Kingdom of the Netherlands** recently, in the face of allegations of sexual violence during the Russo-Ukrainian conflict, reinforced the need for international commitment on the subject. In his Statement on the Open Debate on Conflict-Related Sexual Violence, he stressed three essential areas: leadership by survivors, there must be access to essential health and justice services; investing in civil society awareness of democracy and law; and the necessity to hold those who perpetrate sexual violence accountable (The Kingdom of Netherlands, 2022). In a survey conducted by Amnesty International on Netherlands laws, it was found that rape is criminalized, with relatively harsh legislation. Furthermore, there is the criminalization of rape as a war crime, with no specific provisions excluding statutes of limitations for rapes committed during war and armed

conflict. The Netherlands is a signatory to the Rome Statute, having ratified it in 2001 (International Amnesty 2021).

As seen in the historical background, the **Islamic Republic of Pakistan** is responsible for one of the main acts of genocides in the 20th century. The war on Bangladesh exposed the many atrocities perpetrated by Pakistani soldiers, especially the use of rape as a weapon of war against Bengali women. Nowadays, Pakistan is one of the main voices to expose the use of violence by India in the region of Kashmir. The disputed region has a muslim majority and India's claim to it is highly contested by Pakistan (Associated Press of Pakistan 2020, 2022). Historically, the Republic of Paraguay, in the process of colonization, was characterized by the subjugation of indigenous people. In that time, there was a cultural institution of *cuñadazgo*, which was the enslavement of Guaraní women under the pretense of marriage. Nowadays, Paraguay has one of the highest rates of child sexual abuse in South America, with one case every three hours. Femicide and domestic violence increase every year (Giménez 2020). According to the UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women pointed out in 2017, indigenous girls and women are at greater risk of suffering from sexual violence, as they are affected by poverty, discrimination and do not have access to basic rights (Human Rights Watch 2022a).

The **Republic of Poland** suffered a great deal in the hands of the German Army in the Second World War. The nazi occupation used of multiple types of sexual violence against the polish women, such as torture, humiliation, kidnappings and rape. Nowadays, Poland is one of the main countries welcoming Ukrainian refugees who fled the war. As a result, the country is deeply engaged in the investigation and prosecution of Ukrainian war crimes, especially the use of sexual violence as a weapon of war (Amos 2022).

As the Fifa's World Cup of 2022 gets closer, more details about the human rights in **Qatar** are being outed to the public. The country is under islamic law, which is very rigorous and punitive against women. Recent report by the Human Rights Watch stated that "Qatar Preventive Security Department forces have arbitrarily arrested lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) people and subjected them to ill-treatment in detention" (Human Rights Watch 2022b). In addition, a rape case of 2016, against a Dutch citizen, received world-wide attention as the 22 year old woman was held in confinement after reporting the crime (BBC News 2016).

The **Republic of Korea** was one of the countries affected by Japan's imperialism in the 20th century. As a result, it is estimated that around 200.000 women and girls were forced into sexual slavery for the Japanese army. To this day, the country demands compensation for the victims of the so-called "comfort stations". The same, however, happens to the victims of South-Korean soldiers in Vietnam. Around 320.000 soldiers were deployed from South Korea to fight alongside the United States in the Vietnam War and committed waves

of mass rapes against women and children in the country. South Korea never acknowledged the event or charged any soldier for the atrocities committed in Vietnam (David 2021; Griffin 2019; Suk Gersen 2021).

The **Federal Republic of Somalia** had great, peaceful times in the past (as nomads and under communist regime). When Dictator Mohamed Siyaad Barre arose, Somalia started to experience war and violence, with rape being used for the first time in the country as a weapon of war. Since then the country went through a civil war, a terrorist insurgency and a drought. As usual, women and children were (and still are) the most affected ones. United Nations Secretary-General report of 2022 states that the terrorist group Al-Shabaab “continued to subjugate areas under its de facto control, with girls being abducted, raped and forcibly married to Al-Shabaab elements when their families were unable to meet extortion demands” (United Nations Secretary-General 2022, 30). Government forces have also been accused of rape in conflict related areas, but as of the time no one has been charged with the crimes (Taako 2020; United Nations Secretary-General 2022).

In october of 2021 the **Republic of Sudan** suffered a Coup D’etat by the military unit that formed the Civilian-Military coalition that would lead the autocratic regime to a democratic government. As the military seized power, protestors took the streets of Sudan and were received with violence. The United Nations Secretary-General report of 2022 says that the use of violence by Government forces, “continued to generate mass population displacement, further exposing women and girls to conflict-related sexual violence” (United Nations Secretary-General 2022, 34). Sudan only prosecuted 6 rapists, against 29 cases reported, showing the neglect of the subject in the current agenda (Gavin 2022; United Nations Secretary-General 2022).

The **United States of America** have been accused of using sexual violence in wars, such as in the Second World War, the Vietnam War and the most recent, War on Terror. Aside from that, many cases of rape against female soldiers have been reported inside the Army itself. Therefore the United States shares a complicated position, since it claims for democracy at the same time it commits war crimes. It is also important to notice that in 2019 the USA threatened to veto a UN Resolution on rape as a weapon of war due to the language on sexual health and abortion on the document (Borger 2019; Jayakumar 2013).

Since the Russian invasion **Ukraine** citizens have been targeted for sexual violence by Russian soldiers. Multiple accounts of invasion and rapes have been registered since the beginning of the siege in march. UN envoy to Ukraine, Pramila Patten said that women and children have been raped for days, genitally mutilated and that Viagra pills have been found in possession of russian soldiers. That all concludes that the use of rape is a institutionalized tool in the russian occupation, which means the use of sexual violence as a weapon of war. Ukrainian government has been pledging for international help since the beginning of

the conflict, that so far is long from finished (AFP 2022; Limaye 2022).

QUESTIONS TO PONDER

1 What mechanisms can the international community develop to protect people against sexual violence in armed conflict, in addition to existing treaties and declarations?

2 Although sexual violence in armed crimes is widely recognized as a gender-based crime, how can States ensure the protection of boys and men who also experience violence of this type? Would this treatment be different from the treatment of women and girls?

3 During transitional justice, what can be expected in the conduct of States to assist victims in terms of psychological, health and social issues?

4 How the use of sexual violence as a weapon of war can help us better understand recent conflicts?

5 What tools can States employ to reduce the use of sexual violence by its army in wartime?

REFERENCES

A AFP. 2022. "Rape Used in Ukraine as a Russian 'Military Strategy,' UN." France 24. October 14, 2022. <https://www.france24.com/en/live-news/20221014-rape-used-in-ukraine-as-a-russian-military-strategy-un>.

African Union. "Protocol to the African Charter on Human and People's Rights of Women in Africa," 2005. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Women/WG/ProtocolontheRightsofWomen.pdf>.

Agência O Globo. 2022. "Bolsonaro Faz Piadas de Cunha Machista E Diz Que Racismo 'Não Existe Da Forma Como Falam' No Brasil." *Www.folhapse.com.br*. 2022. <https://www.folhapse.com.br/politica/bolsonaro-faz-piadas-de-cunha-machista-e-diz-que-racismo-nao-existe/240112/>.

AlJazeera. 2022a. "Gambia's Barrow Pledges Economic Growth as His Second Term Begins." AlJazeera. 2022. <https://www.aljazeera.com/news/2022/1/19/gambias-barrow-sworn-in-for-second-presidential-term>.

———. 2022b. "In Kashmir, India's Home Minister Says No to Talks with Pakistan." AlJazeera. 2022. <https://www.aljazeera.com/news/2022/10/5/in-kashmir-indias-home-minister-says-no-talks-with-pakistan>.

———. 2022c. "What Is behind the Armenia-Azerbaijan Conflict Flare-Up?" AlJazeera. September 2022. <https://www.aljazeera.com/news/2022/9/13/what-is-behind-the-armenia-azerbaijan-conflict-flare-up>.

Allegrozzi, Ilaria. 2021. "Armed Separatists' Abuse Rife in Cameroon's Anglophone

- Argibay, Carmen. 2003. "Slavery and the Comfort Women of World War II." *Berkeley Journal of International Law* 21 (2): 375–89. https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Argibay_-_Sexual_Slavery_the_Comfort_W_of_WWII.pdf.
- Asbarez. 2022. "Azerbaijani Atrocities, Including Mutilation of Female Soldier, Detailed to Foreign Diplomats – Asbarez.com." *Asbarez Newspaper*. 2022. <https://asbarez.com/azerbaijani-atrocities-including-mutilation-of-female-soldier-detailed-to-foreign-diplomats/>.
- Associated Press of Pakistan. 2020. "India Uses Sexual Violence as a Weapon." *The Express Tribune*. August 5, 2020. <https://tribune.com.pk/story/2258065/india-us-es-sexual-violence-as-a-weapon>.
- . 2022. "Indian Forces Using Sexual Violence against Women, Punishment as War Weapon in IIOJ&K: APHC Leader." *Associated Press of Pakistan*. 2022. <https://www.app.com.pk/domestic/indian-forces-using-sexual-violence-against-women-punishment-as-war-weapon-in-iiojk-aphc-leader/>.
- Avedian, Lillian. 2022. "Russia Criticizes EU Agreement to Send Observer Mission to Armenia-Azerbaijan Border." *The Armenian Weekly*. October 12, 2022. <https://armenianweekly.com/2022/10/12/russia-criticizes-eu-agreement-to-send-observer-mission-to-armenia-azerbaijan-border/>.
- BBC. 2016. "Balkans War: A Brief Guide." *BBC News*, March 18, 2016. <https://www.bbc.com/news/world-europe-17632399>.
- BBC News. 2016. "Qatar Convicts Dutch Woman Held 'after Being Raped.'" *BBC News*, June 13, 2016, sec. Middle East. <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-36516006>.
- . 2019. "Rwanda Genocide: 100 Days of Slaughter." *BBC News*, April 4, 2019. <https://www.bbc.com/news/world-africa-26875506>.
- Binaifer Nowrojee, Human Rights Watch/Africa, Project Human, and Droits De. 1996. *Shattered Lives : Sexual Violence during the Rwandan Genocide and Its Aftermath*. New York: Human Rights Watch.
- Boissoneault, Lorraine. 2016. "The Genocide the U.S. Can't Remember, but Bangladesh Can't Forget." *Smithsonian*. December 16, 2016. <https://www.smithsonianmag.com/history/genocide-us-cant-remember-bangladesh-cant-forget-180961490/>.
- Borger, Julian. 2019. "US Threatens to Veto UN Resolution on Rape as Weapon of War, Officials Say." *The Guardian*. April 23, 2019. <https://www.theguardian.com/world/2019/apr/22/us-un-resolution-rape-weapon-of-war-veto>.
- Brownmiller, Susan. 1975. *Against Our Will : Men, Women and Rape*. New York: Ballantine Books.
- Buss, Doris E. 2009. "Rethinking 'Rape as a Weapon of War'" *Feminist Legal Studies* 17 (2): 145–63. <https://doi.org/10.1007/s10691-009-9118-5>.
- CEDAW. 2020. "Violence against Women in Conflict: Indonesia." *Tbinternet.ohchr.org*. June 2020. https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CEDAW/Shared%20Documents/IDN/INT_CEDAW_ICO_IDN_42415_E.pdf.

- Center for Gender and Refugees Studies. 2022. “Thousands of Girls and Women Are Fleeing Rape, Sexual Violence and Torture in Honduras, El Salvador and Guatemala | Center for Gender and Refugee Studies.” Center for Gender and Refugees Studies. 2022. https://cgrs.uchastings.edu/talking_points_and_stories.
- Clark, Janine Natalya. “Blog | Sexual Violence Research Initiative.” www.svri.org, July 15, 2016. <https://www.svri.org/blog/bemba-judgement-and-%E2%80%98justice%E2%80%99-survivors-rape-and-sexual-violence>.
- “Comfort Women” Justice Coalition. 2016. “Remembrance as Resistance.” 2016. <https://remembercomfortwomen.org>.
- Craig, Jess. 2021. “Sexual Violence Pervasive in Cameroon’s Anglophone Regions.” www.aljazeera.com. 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/4/29/gender-based-violence-pervasive-in-camerouns-anglophone-regions>.
- David, Wayne. 2021. “Opinion: South Korea Must Recognise Allegations of Sexual Violence in Vietnam.” *The Independent*. February 28, 2021. <https://www.independent.co.uk/voices/south-korea-vietnam-war-sexual-violence-women-b1806764.html>.
- Desai, Bharat, and Balraj Sidhu. 2017. “Sexual Violence in Conflict Zones a Challenge for International Law?” *Economic & Political Weekly* LII (7): 15–18. <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2021/10/report/sexual-violence-in-conflict-zones-a-challenge-for-international-law/Sexual-Violence-in-Conflict-Zones.-EPW.52.7.-2017.pdf>.
- Diallo, Kamina. 2022. “The Desecuritization of Women in DDR Processes: The Case of Côte D’Ivoire” IPI Global Observatory. October 25, 2022. <https://theglobalobservatory.org/2022/10/the-desecuritization-of-women-in-ddr-cote-divoire/>.
- Dyani, Ntombizozo. “Protocol on the Rights of Women in Africa: Protection of Women from Sexual Violence during Armed Conflict.” *Biblioteca Corte IDH*, 2006. <https://biblioteca.corteidh.or.cr/tablas/R21530.pdf>.
- Eboe-Osuji, Chile. “‘GRAVE BREACHES’ as WAR CRIMES: MUCH ADO about ... ‘SERIOUS VIOLATIONS’?” Accessed July 2, 2022. <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/NR/rdonlyres/827EE9EC-5095-48C0-AB04-E38686EE9A80/283279/GRAVEBREACHESMUCHADOABOUTSERIOUSVIOLATIONS.pdf>.
- Ellen Johnson Sirleaf, Elisabeth Rehn, and United Nations Development Fund For Women. 2002. *Progress of the World’s Women 2002*. New York: United Nations Development Fund For Women.
- Furundžija (IT-95-17/1) | International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. n.d. www.icty.org. <https://www.icty.org/en/case/furundzija>.
- G1. 2017. “Ex-Presidente Da Gâmbia Deixa Banjul Após 22 Anos No Poder.” G1. 2017. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ex-presidente-da-gambia-deixa-banjul-apos-22-anos-no-poder.ghtml>.
- . 2022. “Brasil Teve Um Estupro a Cada 10 Minutos E Um Feminicídio a Cada 7 Horas Em 2021.” G1. 2022. <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/07/brasil-teve-um-estupro-a-cada-10-minutos-e-um-feminicidio-a-cada-7-horas-em-2021.ghtml>.

- Gaggioli, Gloria. "Sexual Violence in Armed Conflicts: A Violation of International Humanitarian Law and Human Rights Law" *International Review of the Red Cross* 96, no. 894 (June 2014): 503–38. <https://doi.org/10.1017/s1816383115000211>.
- Gavin, Michelle. 2022. "Sudan's Coup: One Year Later." Council on Foreign Relations. 2022. <https://www.cfr.org/blog/sudans-coup-one-year-later>.
- Geneva Convention Relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War (Fourth Geneva Convention) (1949). <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/publications/icrc-002-0173.pdf>.
- Giménez, Paola. "#16dayscampaign | 'Gender-Based Violence in Paraguay: The Other Pandemic', by Paola Giménez (OTEP AUTENTICA)." Education International, December 1, 2020. <https://www.ei-ie.org/en/item/23613:-16dayscampaign-gender-based-violence-in-paraguay-the-other-pandemic-by-paola-gimenez-otep-autentica>.
- Goetz, Anne-Marie. n.d. "Sexual Violence as a War Tactic - Security Council Resolution 1888: Next Steps." United Nations. <https://www.un.org/en/chronicle/article/sexual-violence-war-tactic-security-council-resolution-1888-next-steps>.
- Griffin, Jo. 2019. "Women Raped by Korean Soldiers during Vietnam War Still Awaiting Apology." *The Guardian*. January 19, 2019. <https://www.theguardian.com/global-development/2019/jan/19/women-raped-by-korean-soldiers-during-vietnam-war-still-awaiting-apology>.
- Grønhaug, Kristine. 2014. "Rape as a Weapon of War." Norwegian Refugee Council. 2014. <https://www.nrc.no/shorthand/stories/rape-as-a-weapon-of-war/index.html>.
- . "ADDRESSING SEXUAL VIOLENCE." ICRC, 2020. https://www.icrc.org/sites/default/files/wysiwyg/Activities/Sexual-violence/icrc_sexual_violence_special_report_2020.pdf.
- Grossmann, Atina. 2011. "The 'Big Rape': Sex and Sexual Violence, War, and Occupation in Post-World War II Memory and Imagination." In *Sexual Violence in Conflict Zones*, edited by Elizabeth D. Heineman, 137–51. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. <https://doi.org/10.9783/9780812204346.137>.
- Gullace, Nicoletta F. 1997. "Sexual Violence and Family Honor: British Propaganda and International Law during the First World War." *The American Historical Review* 102 (3): 714. <https://doi.org/10.2307/2171507>.
- Harris, Ruth. 1993. "The 'Child of the Barbarian': Rape, Race and Nationalism in France during the First World War." *Past & Present*, no. 141: 170–206. <https://www.jstor.org/stable/651033>.
- Health Policy Project. 2015. "Gender-Based Violence in Malawi: A Literature Review to Inform the National Response." http://www.healthpolicyproject.com/pubs/436_FI-NALHPPMalawiGBVLiteratureReview.pdf.
- Hill, Matthew, David Campanale, and Joel Gunter. 2021. "Their Goal Is to Destroy Everyone":

- Uighur Camp Detainees Allege Systematic Rape.” BBC News, February 2, 2021, sec. China. <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-55794071>.
- Human Rights Watch. 2018. “Mauritania: Rape Survivors at Risk.” Human Rights Watch. September 5, 2018. <https://www.hrw.org/news/2018/09/05/mauritania-rape-survivors-risk>.
- . 2021a. “Bolivia: Events of 2021.” Human Rights Watch. December 10, 2021. <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/bolivia>.
- . 2021b. “Cameroon: Events of 2021.” Human Rights Watch. December 16, 2021. <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/cameroon>.
- . 2022a. “Paraguay’s Draconian Abortion Law Punishes Rape Survivors.” Human Rights Watch. January 5, 2022. <https://www.hrw.org/news/2022/01/05/paraguays-draconian-abortion-law-punishes-rape-survivors>.
- . 2022b. “Qatar: Security Forces Arrest, Abuse LGBT People.” Human Rights Watch. October 24, 2022. <https://www.hrw.org/news/2022/10/24/qatar-security-forces-arrest-abuse-lgbt-people>.
- ICRC. 2015. “WOMEN & ARMED CONFLICTS and the ISSUE of SEXUAL VIOLENCE” 2015. https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/ICRC_Report_Women_and_War.pdf.
- . 2019. https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule93.
- ICTR. “Statute of the International Criminal Tribunal for Rwanda 2007 STATUTE of the INTERNATIONAL TRIBUNAL for RWANDA,” December 31, 1994.
- ICTY. “Landmark Cases | International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia.” www.icty.org. ICTY. Accessed July 3, 2022. <https://www.icty.org/en/features/crimes-sexual-violence/landmark-cases>.
- . “UNITED NATIONS International Tribunal for the Prosecution of Persons Responsible for Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of the UPDATED STATUTE of the INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL for the FORMER YUGOSLAVIA.” ICTY, 1991. https://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_sept09_en.pdf.
- International Amnesty. 2021. “CRIMINALIZATION and PROSECUTION of RAPE in the NETHERLANDS.” 2021. <https://www.amnesty.org/en/wp-content/uploads/2021/07/EUR3524552020ENGLISH.pdf>.
- International Criminal Court. “Rome Statute of the International Criminal Court,” 1998. <https://www.icc-cpi.int/sites/default/files/RS-Eng.pdf>.
- International Crisis Group. 2022. “Honduras.” [Www.crisisgroup.org](http://www.crisisgroup.org). 2022. <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/central-america/honduras>.
- International Federation for Human Rights. “Crimes of Sexual Violence and the Lubanga Case: Interview with Patricia Viseur Sellers,” 2012. <https://www.fidh.org/en/re-gion/Africa/democratic-republic-of-congo/Crimes-of-sexual-violence-and-the>.

- International Rescue Committee. 2011. "Rape and Sexual Abuse Pervasive in Côte d'Ivoire Crisis | International Rescue Committee (IRC)." Rescue. 2011. <https://www.rescue.org/uk/article/rape-and-sexual-abuse-pervasive-cote-divoire-crisis>.
- Jaiswal, Sriansh. "Sexual Violence in Tigray: Dire Humanitarian Crisis Erupting in Ethiopia." Human Rights Pulse, August 21, 2021. <https://www.humanrightspulse.com/mastercontentblog/sexual-violence-in-tigray-dire-humanitarian-crisis-erupting-in-ethiopia>.
- Jayakumar, Kirthi. 2013. "Sexual Violence in the Global War on Terror." Peace Insight. 2013. <https://www.peaceinsight.org/en/articles/sexual-violence-war-on-terror/?location=&theme=women-peace-security>.
- Jayaraman, T Vishnu. n.d. "Rape as a War Crime." United Nations. Accessed May 29, 2022. <https://www.un.org/en/chronicle/article/rape-war-crime>.
- Martin, Mariana. "VIOLENCE against WOMEN and CHILDREN in NAMIBIA: PERSPECTIVES and SYSTEMATIC MEASURES to SUPPORT PERPETRATORS," 2020. https://www.unafei.or.jp/publications/pdf/RS_No110/No110_10_No173_VE_Martin_1.pdf.
- Matfess, Hilary, and Mia Bloom. "Women and Children in the Fufore Camp for Internally Displaced People in Nigeria," 2016. <https://www.inclusivesecurity.org/wp-content/uploads/2016/03/Women-as-Symbols-and-Swords.pdf>.
- McKernan, Bethan. 2022. "Rape as a Weapon: Huge Scale of Sexual Violence Endured in Ukraine Emerges." The Guardian. April 3, 2022. <https://www.theguardian.com/world/2022/apr/03/ll-wars-are-like-this-used-as-a-weapon-of-war-in-ukraine>.
- Mucić et Al. (IT-96-21) | International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia. n.d. www.icty.org. <https://www.icty.org/en/case/mucic>.
- Mureithi, Anita. 2020. "Sexual Violence as a Weapon of War." The Organization for World Peace. May 1, 2020. <https://theowp.org/reports/sexual-violence-as-a-weapon-of-war/>.
- Jones, Adam. 2019. "Bangladesh Genocide - Liberation War Museum." liberationwarmuseumbd.org. 2019. <https://www.liberationwarmuseumbd.org/bangladesh-genocide/>.
- Jones, Nicola, Janice Cooper, Elizabeth Presler-Marshall, and David Walker. 2014. "Shaping Policy for Development Odi.org the Fallout of Rape as a Weapon of War the Life-Long and Intergenerational Impacts of Sexual Violence in Conflict." ODI. <https://cdn.odi.org/media/documents/8990.pdf>.
- Jorden, Danica Jorden. 2015. "Brazil's Truth Commission Details Extent of Rape during Military Dictatorship" Rosa Luxemburg Foundation. January 21, 2015. <https://rosalux.org.br/en/brazil-truth-commission-details-extent-of-rape-during-military-dictatorship/>.
- KUWERT, PHILIPP, and HARALD JÜRGEN FREYBERGER. 2007. "The Unspoken Secret: Sexual Violence in World War II." International Psychogeriatrics 19 (4): 782–84. <https://doi.org/10.1017/s1041610207005376>.
- Lamble, Lucy. 2019. "‘We Lay like Corpses’: Bangladesh’s 1970s Rape Camp Survivors

Speak Out." The Guardian, November 5, 2019, sec. Global development. <https://www.theguardian.com/global-development/2019/nov/05/bangladesh-1970s-camp-survivors-speak-out>.

Lieven, Anatol. 2022. "Why Germany's Pursuit of Peace in Ukraine Is Paralyzed." Responsible Statecraft. October 25, 2022. <https://responsiblestatecraft.org/2022/10/25/why-germanys-pursuit-toward-peace-in-ukraine-is-paralyzed/>.

Limaye, Yogita. 2022. "Ukraine Conflict: 'Russian Soldiers Raped Me and Killed My Husband.'" BBC News, April 11, 2022, sec. Europe. <https://www.bbc.com/news/world-europe-61071243>.

Majeed, Zaini. 2022. "British Ambassador to Ukraine Warns 'Rape Is a Weapon of War, Part of Russia's Arsenal.'" Republic World. 2022. <https://www.republicworld.com/world-news/russia-ukraine-crisis/british-ambassador-to-ukraine-warns-rape-is-a-weapon-of-war-part-of-russias-arsenal-articleshow.html>.

Martin, Mariana. 2020. "VIOLENCE against WOMEN and CHILDREN in NAMIBIA: PERSPECTIVES and SYSTEMATIC MEASURES to SUPPORT PERPETRATORS." https://www.unafei.or.jp/publications/pdf/RS_No110/No110_10_No173_VE_Martin_1.pdf.

Mello, Michele de. 2022. "O Que Esperar Do Governo de Xiomara Castro Em Honduras?" Brasil de Fato. 2022. <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/28/o-que-esperar-do-governo-de-xiomara-castro-em-honduras>.

Mullins, Christopher W. 2009. "'He Would Kill Me with His Penis': Genocidal Rape in Rwanda as a State Crime." Critical Criminology 17 (1): 15–33. <https://doi.org/10.1007/s10612-008-9067-3>.

OAS. "INTER-AMERICAN CONVENTION on the PREVENTION, PUNISHMENT and ERADICATION of VIOLENCE against WOMEN 'CONVENTION of BELEM DO PARA.'" Oas.org, 2019. <https://www.oas.org/juridico/english/treaties/a-61.html>.

Peace Women. "Malaysia." PeaceWomen, February 4, 2015. <https://www.peacewomen.org/content/malaysia-10>.

PEACE WOMEN. 2017. "Statement of the Japan at the May 15 Debate on Sexual Violence in Conflict." PeaceWomen. May 24, 2017. <https://www.peacewomen.org/node/98841>.

Peace Women. 2015. "Malaysia." PeaceWomen. February 4, 2015. <https://www.peacewomen.org/content/malaysia-10>.

Permanent Mission of the Republic of Indonesia to the United Nations. 2019. "PERMANENT MISSION of the REPUBLIC of INDONESIA to the UNITED NATIONS, NEW YORK." Kementerian Luar Negeri Republik Indonesia. 2019. <https://kemlu.go.id/newyork-un/en/read/statement-at-the-open-debate-on-sexual-violence-in-conflict/2630/etc-menu>.

Permanent Mission of the United Arab Emirates to the UN. 2021. "Statement of the UAE at the UN Security Council Open Debate on Conflict-Related Sexual Violence." Permanent Mission of the United Arab Emirates to the United Nations. 2021. <https://uaeun.org/statement/statement-of-the-uae-at-the-un-security-council-open-debate-on-conflict-related-sexual-violence/>.

- RAINN - Rape, Abuse, Incest National Network. 2022. "Types of Sexual Violence." RAINN. October 3, 2022. <https://www.rainn.org/types-sexual-violence>.
- Reid-Cunningham, Allison Ruby. 2008. "Rape as a Weapon of Genocide." *Genocide Studies and Prevention* 3 (3): 279–96. <https://doi.org/10.3138/gsp.3.3.279>.
- Rehn, Elisabeth, and Ellen Johnson Sirleaf. "Women, War and Peace: The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peace-Building." UNFPA, 2002. <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/3F71081FF391653DC1256C69003170E9-unicef-WomenWarPeace.pdf>.
- Rodger, Hannah. 2022. "New Body Needed to Prosecute Rape as War Crime after Reports of Ukraine Atrocities." Yahoo. 2022. https://uk.movies.yahoo.com/body-needed-prosecute-rape-war-111347689.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLnNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAALpN0RAf7581lqxRjxc25dZpNa5amCdDBujHvUhvOITKCdl-166FiAtuH6OLe-FNIWY_jRo0_9luraya8t7FYewQiqihV3Y_xJYX7nsUZiu0dk_iOxT9Xu6NuaUZINWJHzcglTXOXcHxiWqlpfu_M2ydotDiv1uYmGaFr5sSVx3y.
- SáCouto, Susana. "The Impact of the Appeals Chamber Decision in Bemba: Impunity for Sexual and Gender-Based Crimes?" *International Justice Monitor*, June 22, 2018. <https://www.ijmonitor.org/2018/06/the-impact-of-the-appeals-chamber-decision-in-bemba-impunity-for-sexual-and-gender-based-crimes/>.
- Salzman, Todd A. 1998. "Rape Camps as a Means of Ethnic Cleansing: Religious, Cultural, and Ethical Responses to Rape Victims in the Former Yugoslavia." *Human Rights Quarterly* 20 (2): 348–78. <https://www.jstor.org/stable/762769>.
- Sarsilmaz, Meltem. 2021. "The Pain of Systematic Rape Victims in Bosnia Never Ends | Opinion." *Daily Sabah*. July 13, 2021. <https://www.dailysabah.com/opinion/op-ed/the-pain-of-systematic-rape-victims-in-bosnia-never-ends>.
- Sassòli, Marco. *International Humanitarian Law : Rules, Solutions to Problems Arising in Warfare and Controversies*. Northampton, Ma: Edward Elgar Pub, 2019.
- Schwarz, Birgit, and Marion Volkmann-Brandau. 2019. "Gambia's Women Break Their Silence: How Former President Jammeh Trapped, Raped, and Sexually Exploited Women." *Human Rights Watch*. June 26, 2019. <https://www.hrw.org/news/2019/06/26/gambias-women-break-their-silence>.
- Security Council Press Release. n.d. "Women Still Suffering in War Zones, Special Representative Tells Security Council, Highlighting Unmet Global Commitments to Victims of Sexual Violence | Meetings Coverage and Press Releases." *United Nations*. <https://www.un.org/press/en/2021/sc14493.doc.htm>.
- Seifert, Ruth. 1996. "The Second Front." *Women's Studies International Forum* 19 (1-2): 35–43. [https://doi.org/10.1016/0277-5395\(95\)00078-x](https://doi.org/10.1016/0277-5395(95)00078-x).
- Sharlach, Lisa. 2000. "Rape as Genocide: Bangladesh, the Former Yugoslavia, and Rwanda." *New Political Science* 22 (1): 89–102. <https://doi.org/10.1080/713687893>.
- Sonke Gender Justice. 2020. "Addressing Sexual and Gender-Based Violence in Namibia." *Sonke Gender Justice*. 2020. <https://genderjustice.org.za/news-item/addressing-sexual-and-gender-based-violence-in-namibia/>.

CLIMATE CHANGE AND ENVIRONMENTAL DISPLACEMENT

Lucas Isdra¹

Natália Horst Bitencourt²

ABSTRACT

Human activity has become a powerful geological force, provoking impacts on Earth at an unprecedented rate and scale. Those impacts have led to climate change. The effects of global warming are now more visible than ever and are drastically changing human behavior. High temperatures, rise in sea levels, and catastrophic climate events have forcibly displaced populations in numerous countries. In this regard, there is a need for an urgent response by the international community and human rights organizations concerning climate challenges. The present guide aims to discuss the human hole in the climatic crisis and displacement of people due to it, pointing out a path to recognizing climate change and displacement as an important dimension of international politics, the effects and consequences of it and the recent international actions taken to address these problems. In order to do so, this guide is divided into four main parts: (i) Historical Background; (ii) Statement of the Issue; (iii) Previous International Actions; and (iv) Bloc Positions.

¹ Lucas is a second-year student of International Relations at the Federal University of Rio Grande do Sul.

² Natália is a second-year student of International Relations at Federal University of Rio Grande do Sul.

1 INTRODUCTION

Climate change is the long-term shift in weather patterns across the world. This phenomenon can be natural, however, since the nineteenth century, anthropogenic action (human-induced activities) is set to be the main cause of it. In this regard, climate change is caused by the increasing Greenhouse Gases (GHGs) and other pollutants emissions in the atmosphere. The change in weather patterns can cause or affect displacement by both slow-onset and rapid-onset climate disasters, such as droughts, floods, sea-level rises and other types of extreme climate events (Met Office 2018; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) 2020).

Over the two last decades of the 20th century, society became aware of the challenges that the climate regime represented for economic and social development. The international community took action to recognize these issues and to implement environmental policies after science made clear the risks and consequences of it to life on the planet. Yet, climate change continues to be one of the main concerns of the modern world. According to a report issued by the International Panel on Climate Change (IPCC 2018), climate change represents an urgent and potentially irreversible threat to human societies and the planet.

One of the issues linked to climate change, and affected by it, is the forced displacement of people. Environmental displacement refers to the mobility of populations due to natural causes, anthropogenic causes or a mix between the two. In this regard, it does not refer only to displacement and migration caused by human action in the environment (Führ 2019). Climate displacement is related to the migration of populations affected by climate change, forced to leave or prevented from returning to their homes that have become uninhabitable. This process refers to people displaced from their homes by the direct impacts of climate change. In reality, climate displacement is a complex phenomenon related to social, cultural and economic variables. In this sense, gender, economics, politics, social development, and governance interact with environmental factors and impact migration. Climate displacement must be understood as a series of complex human movements, in which all kinds of vulnerabilities affect the decisions on migration (UNESCO 2020). Thus, one must recognize that the issue must include a human rights-based approach. In other words, it must grapple with the recognition of migrants' rights, such as environmental, livelihood, living standards, and housing, among others. Equally important, a human rights approach entails that the international community has to encourage sustainable responses to climate change displacement (Government of the United States of America 2021).

In this regard, the United Nations Human Rights Council (HRC) has an important role in promoting a human rights-based approach to climate action. The HRC was created in 2006 and is a subsidiary body of the General Assembly that replaced the United Nations Commission on Human Rights. HRC's objecti-

ve is to consolidate a system of human rights protection throughout the world. In this sense, it analyses human rights violations, members' performance, and the development of international law. Council meetings take place in Geneva in the presence of 47 members, selected for a three-year term (United Nations Human Rights Council 2022).

The present study guide has the objective of analyzing human rights policies concerning climate change and displacement of people. In order to do so, this paper is divided into four sections: (i) The Historical Background, which will expound the general historical evolution of climate change concerns and a historical assessment to displacement due to environmental issues, also discussing the concept of internally displaced persons (IDPs); (ii) The Statement of the Issue, which will present the different causes and effects of Climate Change highlighting its distinction in Developed Countries, Least Developed Countries, Developing Countries and Small Island Developing States. The Statement of the Issue will bring two case studies (Sudan and India) with the objective of contextualizing the issue in a more practical way; (iii) The Previous International Actions, which will state the actions taken by the international community to face climate change and displacement of people. It will include climate change governance, migration and refugee governance and climate and environmental displacement; and (iv) The Bloc Positions, which will discuss 35 countries of the Human Rights Council positions concerning the matters exposed.

2 HISTORICAL BACKGROUND

The following section aims to present theoretical aspects concerning climate change and environmental displacement from a historical perspective, covering the second half of the twenty century and the twenty-first century. It sets out to outline the recognition of the human impact on the environment, discussing, in this regard, the emergence of the Anthropocene and the demise of the Holocene's stability. Also, it considers the path to understanding climate change as a global matter and the challenges towards making society aware of it. Finally, there is a historical assessment of displacement and an analysis of some concepts that surround this discussion.

2.1 HUMAN ROLE IN THE ENVIRONMENTAL CRISIS

In 2000, Paul Crutzen and Eugene Stoermer proposed the term Anthropocene to nominate a new geological era, where humans have become a powerful geological force, provoking impacts on Earth at an unprecedented rate and scale. Stormer had formally begun the term's use in the 1980s, but Crutzen

called attention to and popularized it. They proposed placing its beginning in the eighteenth century with the Industrial Revolution. Although the debate concerning human impact on the environment has been going on for a long time, the discussion has grown in the twenty-first century and the concept of Anthropocene has become part of popular culture (Trischler 2016).

Anthropocene, in this sense, refers to a time in which human impacts on the Earth system are devastating, including climate change, deforestation, energy use, air pollution, and harvesting of fisheries. Many geologists debated the inclusion of the Anthropocene in the Geologic Time Scale, arousing discussions by the international community and supporting, therefore, that the concept should be more clear in order to be formalized as a geological definition. In 2016, the Working Group on the Anthropocene (WGA)¹ declared that it recommended that the Anthropocene should be established as a new geological epoch, with a start date in the mid-twentieth century, around the time of the Great Acceleration and not around the Industrial Revolution, as proposed by Crutzen and Stoermer (Worm et al. 2017).

Even though the Anthropocene is an unofficial unit of geologic time, the evidence that human behavior has been changing the Earth is more than credible. According to the IPCC (2018), human activities are estimated to have caused approximately 1.0°C of global warming above pre-industrial levels, with the impacts of this already being felt in different world regions. Equally important, evidence can be found in the “Great Acceleration” graphs. The Great Acceleration refers to the period after 1950, when there was rapid growth in human activity and its impacts on the environment, leading to a dramatic transformation in human relations with nature. The graphs, first created in 2004, point out socio-economic and Earth System patterns, showing the relationship between human imprint on nature and Earth trends after 1950. The socio-economic indicators are, for example, urban population, water use, and real GDP. On the other side, some of the Earth’s indicators are carbon dioxide, marine fish capture, methane and, especially, nitrogen to coastal zones.

Human influence on environmental processes can also be sharply seen in the greenhouse effect. Although it is a natural process, human activity has made it an environmental problem, leading to global warming. The Industrial Revolution and the urbanization that has taken place since the 1860s and accelerated in the last decades drastically changed human behavior and, consequently, its interaction with the environment. Agriculture, production, technological innovations, food, transport, energy use, and population growth transformed the world. In this sense, human activity liberated fossil fuels and carbonaceous substances, many of which were stored in the planet for millions of years. This

¹ The Anthropocene Working Group (AWG) is an interdisciplinary research group, established in 2009. The AWG is dedicated to the investigation of the Anthropocene, evaluating the human impact and assessing means to formalize the concept (Zalasiewicz et al. 2017).

increased global warming, sea levels, and pollution at an alarming rate (Wandana et al. 2020).

The studies linking anthropogenic action to weather events have been making progress in proving this relation in the case of individual extreme events that occur over larger scales (do not refer to thunderstorms and tornadoes, for instance). In this regard heatwaves, extreme rainfall events and sea level events associated with tropical cyclones are said to be related to anthropogenic action with high confidence by the scientific community. Also, the World Meteorological Organization (WMO) data shows the number of disasters has increased over a period of 50 years. In this sense, 711 disasters were recorded for 1970 – 1979 and almost 5 times this number (3 536) were recorded in 2000 – 2009 (WMO 2021). This data shows that the “Great Acceleration” graphs are right to relate human action in the environment (that has increased over the decades) with environmental trends.

2.2 THE PATH TO RECOGNIZE CLIMATE CHANGE AS AN INTERNATIONAL MATTER

Climate change emergency is considered to be one of the most dangerous menaces faced by modern humans (United Nations 2021). Even though this matter was first signalled in the nineteenth century by chemist Svante Arrhenius, till very recently it was not a question of discussion in society. It was just in 1979 that the Climate Change problem became an issue discussed globally on the occasion of the First World Climate Conference. Although this conference was unsuccessful initially, it opened the doors for global initiatives (Luterbacher and Sprinz 2001).

In 1983, the United Nations General Assembly created an international group of environmental experts, politicians, and civil servants, named the World Commission on Environment and Development (WCED, also called the Brundtland Commission) that was charged with proposing long-term solutions for bringing about sustainable development, social opportunities, and discussing the global agenda on the environment. The Commission was chaired by Norwegian Prime Minister Gro Harlem Brundtland, who gave name to the Report published in 1987. The Report, also known as “Our Common Future”, established the well-known definition of sustainable development and discussed human responsibility for environmental problems (Jarvie 2016). The Brundtland Report also stated that global environmental problems resulted from the inequality between the Global South and North. In this sense, this report helped to consolidate the vision that cooperation and a Global Agenda on environmental issues were pivotal (ARE 1987)². One must highlight that the initial responses and discourses

² Issues of development and economic inequality have permeated the debate on the environment since very early. The 1972 United Nations Conference on the Environment in Stockholm was the first world conference to bring the environment as a central issue and marked the start of a dialogue between industrialized and

from political authorities strongly pointed out the differential roles of developed and developing countries in causing and combating the climate change problem (Gupta 2010).

In 1985, the Advisory Group on Greenhouse Gases was established and, in 1988, the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) was created. The first IPCC report was published in 1990 and helped to unite the scientific community under the problem of climate change and global warming. Also, it provided recommendations of how these issues should be addressed, including public education and information. (Gupta 2010). Additionally, the establishment of the Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC), in 1988, contributed to provide data and safe tools of analysis on internal displacement to the international community (IDMC 2022a).

Finally, one remaining landmark that we must recognize is the Resolution 43/53 of 1988, in which the UN General Assembly declared that climate change was a common concern of mankind. By way of how it affected humanity as a whole, it was necessary to take action within a global framework (Refugees 2022). Therefore, the creation of the organs cited above and the inclusion of climate change in the international agenda represented an unprecedented effort to recognize the importance of this matter to all societies.

However, the inclusion of climate change in the international agenda has faced many challenges. As scientists and environmental activists fought to address climate change as an international emergency, many interests confronted their vision. This made societal awareness hard to achieve. Thus, climate change denial continues to happen. A number of agents, such as fossil fuel corporations, controversial scientists, conservative think tanks, and foundations, among others, have worked towards strategically denying climate change, discrediting scientific visions and sometimes challenging the seriousness and even the existence of this phenomenon. The motivation varies, from personal to economic, and has the ultimate purpose to undermine the climate change policy. Climate change discussion confronts the capitalist society, once the production model in force is one of the main responsables for this critical environmental situation. Because of this, many sectors opposed government regulation in the economy and acted to attack climate science (Dunlap and McCright 2011).

Highlighting a more positive historical perspective, young people have been taking the lead in the fight against climate change. This public is crucial to spread climate action in society, as they recognize the importance of the discussion and adopt a less conservative position. The Youth Climate Action Research Report 2021 presented that, among those between 11 and 18 years old, 80% believe that climate change is already having a negative effect on people's lives around the world. Also, 57% answered that they are taking climate action, and although the majority of the action is taken in their homes, 23% support actions

developing countries (United Nations 1972).

in the community (InterClimate Network 2020). This data makes it possible to analyse that the new generation is concerned and aware of the effects climate change can bring to the planet and their lives. Furthermore, it indicates the necessity of including this share of the population in the political and environmental movement.

Additionally, one must highlight that “Environmental Justice” has been including a more diverse approach in the climate change movement and evidentiating that climate change and displacement must be seen from a human rights perspective, since male chauvinism, racism, and inequality in general play an important role in determining how people will be affected by these problems. The Environmental Justice (EJ) movement, in this regard, is composed of black communities, indigenous communities, and working-class groups — among others — who combat the disproportionate burden of environmental damage faced by these populations. The EJ movement embraces the movement “Black Lives Matter”, discussing environmental racism, and contributes to the understanding that black communities are and will be more affected by climate change due to the inequalities that surround it. Moreover, the Black Lives Matter movement understands environmental harm as a form of violence and as a form of structural racism. Protests of black communities around these questions have been growing in the last few years and are bringing to light the racial side of climate change (Pellow 2016; Williams 2021).

2.3 THE EMERGENCE OF CLIMATE DISPLACEMENT: A HISTORICAL ASSESSMENT

Weather disasters — such as cyclones, floods, sea levels rise, wildfires, earthquakes and volcanic eruptions — are the number one driver of internal displacement, creating an estimated of 20 million people displaced per year. In addition, climate migrants are usually the underprivileged and most vulnerable ones, making the humanitarian crisis in places affected harder to control. This setting makes the climate regime a social and humanitarian crisis. In 2020, 30.7 million people were displaced by disasters — and weather-related events were responsible for 98 per cent of this number. One must highlight that although the role that climate change plays in driving disaster displacement is often seen as a direct one, not all weather-related disasters and displacement are related to climate change (IDMC 2021; Oxfam 2019).

Currently, the majority of internal displacement is caused by weather-related disasters and not by conflict and violence. In the last decade, environmental displacements were more than twice as many as conflict displacements. Besides, in 2019, the huge majority of disaster displacements (96%) were caused by weather-related disasters, with only 4% being caused by geophysical disasters. This data indicates that climate change is the main triggering of displacement

(United Nations Refugee Agency 2021).

The nomenclature adopted to define people that migrate due to environmental questions is not consensual. In the second half of the twentieth century, it emerged a series of concepts referring to these types of displaced people. Some of these concepts were “ecological refugees”, “climate refugees”, and “environmental refugees” (Claro 2018). The criticism that arose with the word refugee is that according to the United Nations 1951 Convention Relating to the Status of Refugees, the cornerstone of refugee protection, the main requirement to classify a person as a refugee is to be someone leaving because of individual persecution due to race, religion, nationality, political opinion, or membership of a particular social group. Hence, the conception of environmental refugees would not be validated by international law. In a nutshell, the major worry of many researchers and policymakers is not so much with the formal definition as the lack of legal status and normative protection concerning environmentally displaced people (Berchin et al. 2017). It is interesting to point out that some researchers defend the use and expansion of the definition of refugee, not only linked to the 1951 Convention, while others advocate for the reformulation of the convention (Claro 2018).

The term “internally displaced persons (IDPs)” can be used to refer to displaced people inside the frontiers of a country due to environmental questions and other causes. (Berchin et al. 2017). This termination made possible not only avoiding the word refugee but also presenting a more practical reality of people displaced in relation to the environment, since it is widely recognized that more people move within national borders to escape the effects of climate change than across international borders (Rigaud et al. 2018).

The 1998 Guiding Principles on Internal Displacement (the Guiding Principles) describe IDPs as:

persons or groups of persons who have been forced or obliged to flee or to leave their homes or places of habitual residence, in particular as a result of, or in order to avoid the effects of armed conflict, situations of generalised violence, violations of human rights or natural or human-made disasters, and who have not crossed an internationally recognised State border (El-Bushra and Fish 2012).

The category of IDPs is distinct from refugees because refugees have crossed international borders and thus have the right to seek assistance from international organizations and the States they were forced to migrate to. On the contrary, IDPs are displaced within their own country and, although protected by international law in general, are not included in a particularly strong regime of protection of their rights. The principles state that displaced people shall have their right to basic humanitarian assistance (such as food, medicine, and shelter), the right to be protected from physical violence, the right to education, freedom of movement and residence, political rights and economic rights. Displaced people also have the right to assistance from competent authorities in

voluntary and safe return, resettlement or local integration. Nevertheless, in a practical way, the protection of these rights is not coordinated at the international level, since there is no agency or organization designated as responsible for the protection and assistance of IDPs (United Nations High Commissioner for Human Rights 2022).

According to provisions, climate change is a growing factor in causing internal migration. In this sense, internal climate migration will intensify over the next several decades and could accelerate after 2050, if steps are not taken to address and mitigate environmental problems. In this regard, achieving a concept that entails better the reality of people displaced by environmental questions in general — such as the term IDPs — can help the international community in providing a stronger regime of human rights protection. However, one must point out again that there is no consensus on the use of this concept and that it does not include all types of climate migration. For instance, there are climate migrants who cannot be framed in the definition of IDPs because they are forced to leave their countries due to disappearance or lack of livelihood on their own and, thus, are internationally displaced. Those do not fit either in the definition of refugee of the 1951 convention, lacking a regime of protection of their rights (Claro 2018; Rigaud et al. 2018). Climate migrants, thus, face an institutional gap in relation to the protection of their rights.

3 STATEMENT OF THE ISSUE

The following section aims to present some of the major problems involving climate change and environmental displacement. It will further discuss the causes and effects of this phenomenon, approaching how different countries contributed to the intensification of the problem and how they are affected differently by climate change, examining the role of Developed Countries³, Developing Countries⁴, Least Developed Countries (LDCs), and the group of Small Island Developing States (SIDS). It will also discuss the principle of common but differentiated responsibilities and therefore how global social inequality makes countries especially vulnerable to the adverse effects of climate change, affecting Adaptation⁵, Mitigation⁶ and Sustainable Development. Finally, there are two case studies contextualizing the discussion, focusing on Sudan and India.

3 A developed country is a country with a relatively high standard of living, developed industrial base and high human development index (HDI). Countries have also been classified by their level of development as measured by per capita gross national income (GNI).

4 A developing country is a country with a relatively low standard of living, undeveloped industrial base, and moderate to low Human Development Index (HDI) countries have also been classified by their level of development as measured by per capita gross national income (GNI).

5 The process of adjustment to actual or expected climate and its effects. In human systems, adaptation seeks to moderate or avoid harm or exploit beneficial opportunities. In some natural systems, human intervention may facilitate adjustment to expected climate and its effects (IPCC 2018).

6 A human intervention to reduce the sources or enhance the sinks of greenhouse gases (IPCC 2018).

3.1 DIFFERENT CAUSES AND EFFECTS OF CLIMATE CHANGE

Climate change is considered to be one of the biggest threats that humankind has ever faced in modern history, and will require major efforts and cooperation between the States to soften its impacts around the globe (IPCC 2014). Human action through the burning of fossil fuels is the main cause of climate change, it has increased the concentration of greenhouse gases in the atmosphere, greatly intensifying the greenhouse effect and causing global warming (IPCC 2007).

The greenhouse effect is a natural process where the solar energy that was absorbed by the surface and atmosphere of the planet is radiated back to space, but is absorbed by greenhouse gases like carbon dioxide (CO₂), methane (CH₄), nitrous oxides (N₂O), and water vapor (H₂O), and reradiated back to Earth. Without the natural greenhouse effect, the average temperature at Earth's surface would be below the freezing point of water, but human activities are pushing average temperatures beyond an acceptable limit for life on the planet. The average temperature has already risen to 1 °C (IPCC 2018).

The rise of global temperature to above pre-industrial levels is already causing severe consequences that jeopardize millions of lives, exposing the great social inequality between States, seeing how the countries that contributed less to creating the problem will be the ones to suffer its consequences the most (IPCC 2007). Meanwhile, a small group of countries share a much larger contribution in the emission of GHG, but also the technology and resources needed to reduce their own vulnerabilities to climate change externalities.

3.1.1. DEVELOPED COUNTRIES

Since the Industrial Revolution in the nineteenth century, through the burning of fossil fuel, deforestation, and livestock manure, carbon dioxide and other greenhouse gases have been released into the atmosphere at an unprecedented rate by developed states, that is, mainly by the countries members of the European Union (EU), and United States of America, but also Australia, Canada, Japan and New Zealand. Countries that had an early industrialization, enriched and developed while enhancing, for a long time unknowingly, the greenhouse effect.

Among the anthropic vectors of climate change, the energy sector is one of the most important ones, as it is responsible for two-thirds of the global cumulative emissions of GHG (IEA 2011). Unregarding the consequences, the global energetic matrix still depends today on fossil fuels, which are the domi-

nant energy source used, supplying 80% of the world's energy demand in 2019, distributed in the form of oil (30.9%), coal (26.8%), and natural gas (23.2%) (IEA 2021).

It is important to notice that coal releases approximately two times the amount of CO₂ per unit of energy produced by the oil and three times that of the gas, being the “dirtiest” of the fossil fuels. Even so, coal is still used and represented half of the energetic growth from 2000 to 2010. This growth is due to the fast development that some developing countries, especially China and India are experiencing, which are responsible for approximately 2/3 of the total expansion of energy demand in the last two decades (IEA apud THE ECONOMIST 2012). Additionally, coal is a low cost fossil fuel that matches the increasing demand of energy that economic growth results (Viola, Franchini, Ribeiro 2013).

Despite the recent changes in the balance of power that will be further developed later, the developed world is historically responsible for most of the usage of energy and burning of fossil fuels, increasing global warming annually through their historical emissions as a result of the global inequality in energy consumption (Wijaya 2008). As an example of this inequality, in 1973, OECD members⁷ shared 61.1% of the world total energy consumption, while American and African countries shared 6.9% (IEA 2021). Additionally, according to the IEA (2009) from 1980 to 2007, the USA was emitting around 20% of global emissions and the EU around 19%. Given their early industrialization, developed countries have been releasing greenhouse gases into the atmosphere for a much longer time than recent industrializing countries, and because of this, are the ones that historically contributed the most to the aggravation of global warming.

The historical largest emitter is the United States of America, which alone contributed 27% of the world's historic CO₂ emissions from 1850 to 2011, followed by the European Union with 25% summing up to 52% of all emissions (World Resources Institute 2011). This data shows that, even though there is a recent process that Zakaria (2008) categorized as “rise of the rest”, where non-central developing states are gaining influence and raising GHG emissions, the share of historical emissions of the developed countries is the largest contributor to climate change (Ritchie 2019).

In view of the inequalities regarding developing and developed states' contributions to climate change, the climate negotiations taking place in the early 1990s culminated in the Principle of Common but Differentiated Responsibilities as a compromise between developed and developing countries. While allocating duties and rights in combating climate change, this principle, based on

7 Australia, Austria, Belgium, Canada, Chile, Colombia, the Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Israel⁴, Italy, Japan, Korea, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Mexico, the Netherlands, New Zealand, Norway, Poland, Portugal, the Slovak Republic, Slovenia, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, the United Kingdom, the United States.

a human rights approach, takes into account the different contributions to global environmental degradation, the extreme vulnerability and the specific circumstances that are unique to each country.

The existence of this principle, that still holds its importance in every climate negotiation, goes against the constructivist approximations that understand that international law is only conceived in favor of powerful states (Viola, Franchini, and Ribeiro 2013). Developed states, due to their historical emissions, the pressures their societies place on the global environment, the technologies and financial resources they command, are, based on this principle, required to do the most to cut emissions on home ground, and to provide financial resources to enable developing countries to undertake emissions and adapt to climate change, along with sharing technology with less-developed nations (Ki-Moon 2015).

There is a series of rights and norms that approach the requirements just mentioned. The Paris Agreement (2015), provides a framework for financial, technical and capacity-building support to developing countries that need it. In its framework, the Principle of Common But Differentiated Responsibilities is reaffirmed in several articles. The document states that developed countries should provide resources to assist countries that are less endowed and more vulnerable with adaptation and mitigation actions. Furthermore, developed countries should notice the importance of technology for the implementation of mitigation and adaptation, and should strengthen efforts on technology development and technology transfer to developing countries while enhancing the support for capacity-building actions in developing countries, enhancing their ability in dealing with climate change (United Nations 2015).

For the first time, the Paris Agreement encouraged voluntary contributions by other parties and abandoned a top-down approach in allocating specific duties and rights, giving space to South-South cooperation in a human-rights approach to self-respect and self-report through the respective National Determined Contributions of all parties. The Paris Agreement intends that, while developed economies assume their respective responsibilities as the ones that contributed the most to global warming, developing countries can develop their economy and set reduction targets in the light of their national circumstances (Zhang and Zhang 2004).

Finally, it is valuable to notice that environmental displacement is not exclusive to developing and more vulnerable countries, also occurring in developed economies. The United States of America, for example, will be greatly affected by climate change and displacement, but they have the adaptation capacity that lacks in developing economies, as extreme weather events become more frequent and more destructive (Führ 2019; IDMC 2019; Milman 2018).

3.1.2 DEVELOPING COUNTRIES

The large group of 152 developing countries ⁸has participated in a total of 48% of the total CO₂ cumulative emission between 1850 and 2011. The share of more than hundreds of developing states is lower, in that period, than the one that a few developed nations are responsible for emitting. The high disparity in the historical contribution of developed countries to global warming represents a concerning consequence of the gigantic world social-economic inequality in all sectors, but that may be changing (World Resources Institute 2011).

As aforementioned, there is an ongoing process where a group of developing countries are developing fast and becoming more relevant internationally. Viola, Franchini and Ribeiro (2013) conclude that the influence of these emergent states grew in all areas, but especially in the climate negotiations domain. Accordingly, Zakaria (2008) asserts that the world is currently going through a great power shift, the rise of the rest. The rise of the rest, as highlighted previously, is categorized as a shift of power in industrial, financial, social and cultural dimensions, transitioning from the West to the East, with the rise of unconventional States that were not central after the Second World War while the conventional ones lose relevance.

China, Russia, Índia, and Brazil are examples of developing countries that are rising and developing fast. There are several pieces of data that go according to this information. Between 1971 and 2007, the global population went from 3,7 billion to 6,6 billion, mainly outside the USA, EU and Japan (IEA 2009). In 1990, the GDP of Índia, China, Russia and Brazil combined represented around 17% of the global GDP, however, in 2011 the combined GDP was equal to 27% of the global GDP. According to IEA (2021), China's share in total energy consumption escalated from 7.9% in 1973 to 21% in 2019.

This data shows a huge growth in these developing countries, and as a direct consequence of their development, they are starting to share an increasing participation in annual global emissions of GHG, while developed economies are going the other way and reducing their share of annual emissions (Viola, Franchini and Ribeiro 2013). China already is the country that contributes the most annually to GHG emissions, with a share of 30.6%, and if combined with Índia, Rússia and Brazil with 7%, 4.5%, and 1.3%, only four countries of the developing group share 43.4% of global emissions in 2020, while in 1973 it would be of about only 17.7% (Global Carbon Project 2021).

The rise of these recent developing economies has consequences to the climate negotiations. It opens more dimensions of the principle of Common But Differentiated Responsibilities to debate, pushing China to take more ambitious measures in order to contain global warming through South-South

⁸ According to the International Monetary Fund (2011), there are 152 developing countries in the world, including the whole of South America, Africa, almost all Asian countries and other island states.

cooperation. Historical contributions start to lose their emphasis as developed countries question the future responsibility of emerging economies, claiming that their increased emission rate of the present will be their historical responsibilities in the future (Zhang and Zhang 2004). It is concluded that, as a consequence of their development, the outcomes and eventual solutions to all climate change-related crises will increasingly depend on their participation (Viola, Franchini, and Ribeiro 2013).

However, even with the exception of a group of emerging economies, most developing states present development challenges that cause high vulnerability, influenced by historical and ongoing patterns of inequity such as colonialism. As a consequence, global hotspots of high human vulnerability are found particularly in developing countries in West-, Central- and East Africa, South Asia, Central and South America, Small Island Developing States and the Arctic. Because of the high economic importance that climate-sensitive sectors such as agriculture and fishing have and the limited resources and capacity to respond to climate change effects, the countries with the fewest resources will bear the heaviest burden (IPCC 2022).

3.1.3 LEAST DEVELOPED COUNTRIES⁹

The least developed countries are a group of 46 states ¹⁰that are recognized as the world's poorest and most vulnerable countries (Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States (UN-OHRLS) 2009). According to the United Nations, they are defined by three criteria: (i) A low-income criterion, based on a three-year average estimate of the gross national income (GNI) per capita (under \$1,018 for inclusion and above \$1,222 for graduation); (ii) A human resource weakness criterion, involving a composite Human Assets Index (HAI) based on six indicators: (a) under-five mortality rate; (b) prevalence of stunting; (c) maternal mortality ratio; (d) gross secondary school enrollment ratio; (e) adult literacy rate; (f) gender parity index for gross secondary school enrolment; (iii) A composite of a Economic and Vulnerability Index (EVI) that measure structural vulnerability to economic and environmental shocks based on indicators of: (a) the instability of agricultural production; (b) the instability of exports of goods and services; (c) the economic importance of non-traditio

⁹ The list of the least developed countries (LDCs) is decided upon by the United Nations Economic and Social Council and, ultimately, by the General Assembly, on the basis of recommendations made by Committee for Development Policy (United Nations 2014)

¹⁰ Afghanistan; Angola; Bangladesh; Benin; Bhutan; Burkina Faso; Burundi; Cambodia; Central African Republic; Chad; Comoros; Democratic Republic of the Congo; Djibouti; Eritrea; Ethiopia; Gambia; Guinea; Guinea-Bissau; Haiti; Kiribati; Lao People's Dem. Republic; Lesotho; Liberia; Madagascar; Malawi; Mali; Mauritania; Mozambique; Myanmar; Nepal; Niger; Rwanda; Sao Tome and Principe; Senegal; Sierra Leone; Solomon Islands; Somalia; South Sudan; Sudan; Timor-Leste; Togo; Tuvalu; Uganda; United Republic of Tanzania; Yemen; and Zambia. (United Nations 2021).

nal economic activities (d) merchandise export concentration; (e) remoteness from world markets; (f) population size; and (g) share of the population displaced by natural disasters (United Nations 2010).

LDCs are low-income developing countries confronting severe structural impediments to their own development. Over two-thirds of the people living in LDCs live in rural areas, where infrastructure and social provision are most lacking and poverty is most widespread and deepest, with nearly half of the population remaining in extreme poverty (UNCTAD 2015). Today, they are recognized worldwide as states with great vulnerability to the effects of climate change, primarily due to their delayed industrial and economic development and not possessing the resources needed to adapt: “Developing nations seem to be more vulnerable to climate change due to their economy relying more heavily on climate-reliant activities in particular farming” (Fankhauser et al. 2000 apud Wijaya 2014, 2).

Climate change impacts are already more severe and widespread than expected (IPCC 2007). As part of the consequences of climate change that will be felt around the world, climate change will have consequences as: (i) rise in sea level, as a result of glacier melting; (ii) ocean acidification and ocean temperature rise, that endangers the existence of coral reefs and others vital structures affecting both ocean ecosystems and the people that rely on them; (iii) change in weather patterns, resulting in more frequent severe floods and droughts; (iv) an increase in extreme climate events as severe rain and tornadoes (IPCC 2022). As a result of this number of processes, it is expected that hundreds of millions will suffer with the aggravation of the current state of water stress and food insecurity, as agricultural production in many countries and regions will most likely be severely compromised (IPCC 2007).

In terms of security and defense, climate change relevance has increased as it has the capacity to stimulate social and political tensions that may eventually evolve into conflicts intra or inter-states, as well as putting at risk bases soldiers and others defense and strategic resources all over the world (CNA 2007; Goldemberg 2010; Mabey 2008; Broder 2009; Wallace 2009). In terms of health, the temperature and precipitation changes will provide better means to vector-borne diseases such as Lyme disease and Malaria to spread and also increase the global level of subnutrition due to agriculture disruption (De La Torre et al 2009; WorldWatch Institute 2009; Smith 2009).

In the humanitarian dimension, it is noted that the greatest single impact of climate change might be on human migration. As soon as in the mid-1990s it was already reported that approximately 25 million people had been forced to migrate because of environmental pressures including pollution, land degradation, droughts and natural disasters. At present days, migration originating from LDCs totals around 17% of the global migrant population (IOM 2022). A number of analysts have tried to estimate the number of climate migrants, but Myers’

(2005) estimation of approximately 200 million people forced to move by 2050 has become the accepted figure, cited in publications from the IPCC and The Stern Review on the Economics of Climate Change (2006) (IOM 2008). However, it's hard to precisely estimate the dimensions of the impact, given the high complexity of factors that influence migration (Mabey 2008; CNA 2009).

All of these aforementioned events will be a challenge to LDCs development, exacerbating even more global inequality. In order to overcome these challenges, these countries will require great help in adapting, as the adaptations to climate change and variability in farming that are already taking place may not be sufficient for future changes in climate.

3.1.4 SMALL ISLAND DEVELOPING STATES

SIDS already experience significant impacts from a wide range of climate hazards. Sea-level rise has caused the loss of several low-lying Pacific Islands, along with severe erosion. Coastal aquifers – often the primary source of freshwater for islands – are facing decreased water quality from salinisation due to both sea-level rise and increased flooding from coastal storms. Extended periods of drought threaten water security in the Caribbean. Changes to ocean conditions have led to declines in fisheries across the Atlantic, Indian Ocean, Mediterranean and South China Seas region. All of these impacts will have significant negative repercussions for SIDS, with larger economic impacts than the global average, and increased risks for sectors dependent on coastal ecosystems (IPCC 2007).

According to the UN, Small Island Developing States (SIDS) comprise small islands and low-lying coastal countries that face the development constraints of: a small population, limited resources, remoteness, vulnerability to natural disasters and susceptibility to external shocks. For SIDS, both land and ocean have a huge economic, political, and cultural significance. The region is characterized by an ocean-based economy that is focused on maritime transportation and shipping, fisheries, extractive industries and prospecting for oil and gas and tourism (Coelho 2019). Today, an increasing number of these SIDS are starting to self-identify no longer as small islands, but as Large Ocean States, to include the massive ocean areas and natural resources that are within their jurisdiction, that represent 96.5 of its combined area, as only 3.5 is of land (Mead 2021; UNDP 2017; Cheney 2021).

There are 38 SIDS, and although they vary in their geography, climate, culture and stage of economic development, they have many common characteristics that highlight their vulnerability, particularly as it relates to sustainable development and climate change. These characteristics include narrow resource bases, the dominance of economic sectors that are reliant on the natural environment, limited industrial activity, physical remoteness, and limited economies

of scale. The growth and development of SIDS are often further stymied by high transportation and communication costs, heavy dependence on imported fossil fuels leading to high electricity prices, dependency on food and energy imports, disproportionately expensive public administration and infrastructural constraints due to their small size, and little to no opportunity to create economies of scale (UN-OHRLLS 2013).

The small island nations of the Pacific region are among the regions more vulnerable to the acute effects of climate change, as many of these islands are barely a few meters above sea level, more than 80% of the Maldives, for example, are only about 1 meter above sea level (ADB 2019; Omidì 2009). Therefore, the group of small islands have long been internationally recognized as particularly at risk to climate change. These nations are often described as being on the “frontlines of climate change” and have been quite active in calling attention to their high vulnerability, playing a leading role in advocating for stronger ambition to limit global warming through the UNFCCC (Carter 2015).

Due to often being dependent on their natural resources, relying especially on tourism or fisheries, their economies become highly susceptible to natural disasters. Hazards associated with the ocean and cryosphere — including sea level rise, tropical cyclones, and marine heatwaves — are of particular concern for SIDS since many of these nations have close connections between human communities and coastal environments.

Climate change will impact the social and economic fabric of life in small islands, affecting key sectors such as tourism and agriculture, and placing critical infrastructure at risk. The size and relative isolation of the islands will make them feel the effects of climate change more than other countries. Indeed, climate change will place the viability and very existence of many island states at risk (UN-OHRLLS 2009, 31).

Climate change is continuously intensifying these hazards, leading to higher levels of risk as the global average temperatures increase. For example, the impacts of climate change have the potential to make atoll islands such as Kiribati, Tuvalu, and the Maldives uninhabitable, owing to changes in precipitation that would lead to droughts that affect the supplies of drinking water and food security in general (Goulding 2015). The population of those whole countries may be forced to migrate. This, besides representing a humanitarian problem, also brings a normative debate about their residual rights and about the very existence of the State after its physical disappearance (Viola, Franchini, and Ribeiro 2013). If global emissions are not drastically reduced, thousands of low-lying atolls may become uninhabitable within decades, displacing millions (Cassella 2019).

Many SIDS have identified the threat that climate change poses to their survival and effectively channeled their collective vulnerabilities to play a prominent role in climate change negotiations. The Alliance of Small Island States

(AOSIS) created in 1990, has worked hard to place adaptation on an equal footing with mitigation and to ensure funding to help countries adapt to climate change, through the Adaptation Fund and Green Climate Fund. However, with the crisis of covid-19, the situation has worsened even more due to the stagnation of tourism. Furthermore, at the present, SIDS have little access to climate finance, with only 1.5 billion dollars of the 100 billion in climate finance pledged to developing countries in 2019 (Akiwumi 2022).

3.2 ENVIRONMENTAL DISPLACEMENT

Most climate change-related displacement has been internal, and not cross-border (UNFCCC 2017). However, the number of cross borders will increasingly grow, as the physical existence of whole states is threatened by climate change. Furthermore, as SIDS began to face the climate consequences, the question of the rights of climate-induced migrants across international borders was raised, seeing as there is no legally binding definition for them. In this instance, SIDS will be forced to migrate to other countries. Thus they won't be understood as IDPs and neither as refugees protected by the 1951 Convention. The intermingling of climate-induced forced migrants with IDPs, resulting mainly from environmental degradation and development devastation, falls under the mandates of UNHCR's existing voluntary measures, where international communities are made less responsible to mitigate the crisis (McGregor 1994).

Environmental Displacement disturbs in a severe way the lives of those affected. In this sense, they lose their connections, their assets and their livelihoods, without being allowed to the rights that common refugees under international law have. As a consequence of the increasing numbers of environmental displaced people, some organizations have been calling attention to the problem. The United Nations Human Rights Chief, Michele Bachelet, said the environmental threats are the "single greatest challenge to human rights in our era", as they accentuate vulnerabilities. Also, it is important to highlight that some reports have been showing that disasters linked to climate change may worsen poverty, food insecurity, and access to natural resources, causing instability and violence (Bathke 2021).

According to the UNHCR, an annual average of 21.5 million people have been forcibly displaced by weather-related events, leaving their homes to other areas in their countries, with more than 85% of these people being from poor and developing countries (GuhaSapir and Hoyois 2015; Brisman 2013; UNHCR 2008). The numbers are likely to increase more rapidly with the aggravation of global warming. As a consequence of sea-level rise and flooding of many coastal communities, agricultural dislocations, droughts and disruption of monsoon and other rainfall systems, could eventually cause as many as 200 million people to be put at risk of displacement (Myers 1995; Gleick 2000; Pos-

tel 2001; UN Development Programme 2000), forcing people to move within or outside of their country of origin by 2050.

To date, this mobility has been mostly internal and increasingly an urban phenomenon, but cross-border movements are increasing, particularly where climate change interacts with conflict and violence (UNHCR 2020). As cross-border movements increase, “climate refugees” and applied human rights become important subjects. The lack of legal recognition endangers the fast-growing numbers of people who can no longer gain a secure livelihood in their homelands because of drought, soil erosion, desertification, deforestation, and other environmental problems and are forced to abandon their homes (Myers 1997). The White House report admits that current legal instruments to protect refugees “do not readily lend themselves to protect those individuals displaced by the impacts of climate change, especially those that address migration across borders” (The White House 2021, 6).

To rectify this, governments and legal bodies must reframe conditions caused by climate change as a threat to human rights and recognize the deadly threat that environmental displaced people face — even if that threat is not always as immediate as the dangers faced by refugees fleeing war and persecution.

3.3 ADAPTATION, MITIGATION AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

During the 1990s, the main focus of climate change scientific research and international negotiation was focused on climate change mitigation. As a result, the Kyoto protocol was formulated in 1997, prioritizing the reduction of greenhouse gases emissions by developed countries, despite the urge of SIDS and LDCs representatives to take actions to reduce their vast vulnerabilities to climate change.

However, the biggest emitter (USA) refused to sign the Kyoto protocol, as the Bush administration said that the cuts required by the protocol would hurt the U.S. economy without providing significant environmental benefits, and that the developing nations such as China and India should play a greater role in addressing climate change. (Malakoff; Williams 2007). With the other major emitters failing the compromises, and China and India developing and increasingly using more fossil fuels, CO₂ levels are continuously rising, turning adaptation actions into a survival issue for the underdeveloped, as they already feel climate change impacts: “For developing countries, the emphasis is on identifying the threats posed, adapting to the predicted changes, incorporating the changes into mid-range and long-term development plans and securing funding for the proposed and necessary adaptations” (UNFCCC 2009).

Because of the previously stated, in the last years, the importance of adaptation along with mitigation became progressively a more central question.

Both are necessary complements, which only together can significantly reduce the risk that is imposed. Therefore, the actions of mitigation have to be taken by the biggest historical emitters and by emergent countries, to rapidly decrease the emissions of CO₂ that threaten the survivability of the underdeveloped. Seeing as the underdeveloped does not produce much of the GHG and cannot act deeply on their mitigation on national territory, their policy actions are largely restricted to adapting to the challenges that will be felt harder in their national ground as a consequence of socioeconomic inequality (IPCC 2007).

Additionally, adapting is not an easy task in the underdeveloped world. A range of factors including wealth, technology, education, information, skills, infrastructure, access to resources, various psychological factors, and management capabilities can modify the adaptive capacity of a country, which is extremely low mainly in SIDS and LDCs (Block and Webb 2001). Many of the options of adaptation also come with high costs that they lack the resources to achieve. For example, the Government of Jamaica in 1999 estimated the cost of protecting the coasts of Jamaica from sea-level rise of one meter at 462 million US dollars, and the World Bank has estimated that between US\$10 billion and US\$40 billion will be required for adaptation in developing countries, values much too high for small economies (UN-OHRLLS 2009).

In order of solving this matter of resources and funding, the international community has created global grounds and trust funds to assist with adapting and the costs associated, like the Least Developed Countries Expert Group, to assist LDCs to prepare their national adaptations programmes, and the Least Developed Countries Fund, that provides some resources for the adaptation projects. Despite the efforts that are already being made, the most vulnerable countries to climate change effects are still very unprepared and advocating for more help in order to face it. The prime minister of Barbados, Mia Mottley, explained the situation of SIDS in the opening of COP26, and stated that the failure in providing enough funding to small islands developing states is measured in lives, a deeply immoral and unjust aspect of climate change (Wilkinson 2021).

As a consequence of the severe effects that climate change is presently having on people's health and livelihood, especially in SIDS and least developed countries, this group of states have been advocating for a loss and damage mechanism, referring to compensation for destructive impacts of climate change that go beyond what people can adapt or mitigate, or when there is a option of adaptation but a community doesn't have the resources to access it. Loss and damage will continue to affect vulnerable communities, making it a matter of climate justice, however, there is no internationally agreed definition for loss and damage, as conferences fail to produce a formula that links impact, liability and compensation. Furthermore, it can be a difficult topic at UN climate talks, as it's moving away from compensation to support and finance (Liao, Jeffs, and Wallace 2021; Wilkinson 2021; World Resources Institute 2022; Scobie 2022)

3.4 CASE STUDIES

The following subsection aims to present two study cases. The first is from a least developed country situation, portraying the case of Sudan. The second study case discusses India's situation, a developing country with a great population that has been facing environmental crisis impacts. It is expected that the study cases will show a practical dimension of the challenges faced by countries concerning climate change and environmental displaced people.

3.4.1 SUDAN

Sudan is a country located in North Africa that has recently faced conflicts concerning the separation of South Sudan and has a difficult relationship with its natural resources. Also, it has extreme geographic and climatic contrasts. Thus, climate change presents a stress for Sudanese people that already are struggling with poverty, post-conflict recovery and environmental degradation. Rainfall patterns have been changing at an unprecedented rate in Africa and, in a country highly dependent on agriculture to feed its population, the impacts in the next few decades could be catastrophic and lead to food insecurity (Africa Talks Climate 2010).

Sudan is a place deeply reliant on agriculture, both for the economy — the sector accounts for one-third of the country's GDP — and for feeding the Sudanese population — it provides a livelihood to approximately 65 per cent of the population. The demand for food in Sudan is projected to grow in the next decades, as population and incomes tend to increase. This scenario, combined with climate change, could become a severe food security crisis in the country, leading to more migration related to climate change. This said, it is essential to highlight that global warming will affect all territory of Sudan, especially vulnerable sectors like rainfed agriculture¹¹, aquaculture, natural ecology systems and biodiversity, water resources, and energy. Climate change will reflect itself in Sudan through landslides, droughts, temperature increases, rainfall variability, floods, and other weather events that are likely to affect the most vulnerable share of Sudan's population. In this regard, mapping possible effects of climate change in agriculture has the potential to prevent a famine crisis and help policymakers to handle the negative effects of environmental crises and internal displacement that will come with it (Siddig et al. 2020).

Some studies suggest that Sudan is one of the most vulnerable countries concerning the climate change crisis. There is, according to pattern prediction

¹¹ Rainfed agriculture is a type of agriculture that relies on rainfall for water. It provides much of the food consumed by poor communities in developing countries. Additionally, as it depends on rain, weather instability due to climate change will probably increase people who depend on this type of agricultural vulnerability (most farmers and consumers) (Definitions.net, 2022).

studies, a probability that it will face a water crisis in the future. The Nile is the main source of water to Sudan, but the population and economic tendency to growth combined with climate change (rising temperature, evaporation, droughts, and other events) could lead to a crisis in the supply of this resource in the country. This could have a negative outcome in the energy sector, since 68% of energy supply in Sudan is hydroelectricity. Mapping other patterns, authors also suggest that climate change effects will lead to a food insecurity context. In this regard, the decline in rainfall and increase in temperature levels could hamper the production of crops, especially in the south of the country (United States Agency for International Development 2011; 2016).

Studies also predict that the infrastructure of Sudan will need to be re-adapted to face the challenges proposed by the climate change emergency. In this sense, with the increase in temperatures, it will be needed to provide Sudan with building design, ventilation and air conditioning to minimize the heat effects on Sudanese society. Also, as agriculture is pivotal to the country, it will be necessary to construct and maintain efficient and modern irrigation systems. From another perspective, climate events, such as drought and floods, can increase the possibility of disease transmissions, like Cholera and Malaria, which are related to water availability and cleaning. This will make it necessary to provide a strong health system in the country (Climate Centre 2021).

Sudan developed in 2016, along with the United Nations Environment Programme (UNEP), the National Adaptation Plan (NAP). The NAP is a document that identifies challenges and recommendations for action in climate-vulnerable sectors of a country. It seeks to identify the areas affected and address the climate change emergency (UNEP 2017). Furthermore, Sudan signed and ratified the Paris Agreement and committed itself in their Nationally Determined Contribution (NDC) to reduce its greenhouse gases emissions, implement adaptation initiatives — especially in strategic sectors such as agriculture — and enhance research, modeling climate and observations (Siddig et al. 2020).

From another point of view, it is necessary to highlight the importance of people's actions in tackling climate change and minimizing its effects. Although some actions have been taken, there is still a challenge in calling popular attention to the climate problem. Some studies showed that although many Sudanese have noticed changes in the weather and seasons and experienced extreme weather events such as drought, flooding, changes in rainfall, and temperature increases, they do not associate these events with climate change (Africa Talks Climate 2010).

As pointed out before, climate change, combined with structural vulnerabilities results in migration. Climate risk in this context refers to risk assessments based on formal analysis of the consequences and responses to the impacts of climate change in a society. It can be measured by a combination of elements, such as hazard, probability and vulnerability faced by an agent. There

is already a considerable number of internally displaced people and refugees in the country. In 2019, there was an estimated of 1,885,752 IDPs and 1,055,489 refugees in Sudan. The majority of these IDPs were displaced by conflict and violence. However, the number of IDPs by disasters is also high. Additionally, the negative effects of climate change reach more this share of the population (IDPs by conflict and violence or by disasters) and must be prevented and minimized (Climate Centre 2021; UNESCO 2020).

The severity score of Sudan concerning displaced people is set to be 1.38¹². The data also showed that access to water, sanitation and hygiene facilities at sites with IDPs was limited. They were also exposed to a lack of resources in education and to conflicts in many parts of the country. These facts show the severe violations of the rights of internally displaced people in Sudan (Sydney and O'Connor 2021).

From what was discussed, we can therefore analyze that Sudan has many reasons to fight against climate change and cooperate with the international community to mitigate its impacts on the country. There is also a need to discuss this matter internally, in order to make society aware and cooperative. From analyzing a least developed country situation, we can see that climate change causes catastrophic impacts that are added to already difficult living conditions, making it a social, health, economic and environmental crisis.

3.4.3 INDIA

The choice of the Indian case was done with the aim to analyse the consequences of climate change in a developing country with a population of at least 1.2 billion people that already have been suffering from environmental impacts. In this regard, India is seen by many as one of the most vulnerable countries concerning climate change effects (Bhattacharya 2021). In 2021, on the occasion of the Conference of the Parties 26 (COP26), held in Glasgow, the Government of India discussed the concerns of developing countries in climate change action, calling on the developed ones for climate justice and for undertaking their responsibility and reducing gases emissions (Azadi Ka Amrit Mahotsav 2022). However, many states and organizations criticized the country's posture in the last event, when India opposed a commitment to "phase out" coal, switching the phrase to "phase down", which was seen by many as an act of undermining the final agreement (Khadka 2021).

India is the fourth carbon dioxide (CO₂) emitter (in absolute terms) in the world and its fast economic development in the last decades tends to accentuate its dependence on fossil fuels. Yet, India is committed to mitigating the impacts of climate change and reducing its greenhouse emissions. In this instance,

¹² The severity Score is an assessment that analyses the conditions of IDPs in different countries. It is set in a scale from 0 to 2, with 0 being the least and 2 being the ones that face the most severe conditions (Sydney and O'Connor 2021).

in 2008, India launched a National Action Plan on Climate Change (NAPCC) that aimed to promote development while addressing climate change problems. The policies implemented contributed to growth in the use of renewable energy in India (Chandel et al. 2016).

One of the main concerns shown in environmental predictions in India is related to the Monsoon. This weather phenomenon is defined as “tropical and subtropical seasonal reversals in both the surface winds and associated precipitation” (Joint Global Change Research Institute, Pacific Northwest Division, and Battelle Memorial Institute 2009, 15). In this sense, the period of Monsoon is linked to a great amount of rainfall that strongly affects the global hydrological cycle. Scientific predictions suggest that the Indian monsoons have a tendency to intensify with global warming (Joint Global Change Research Institute, Pacific Northwest Division, and Battelle Memorial Institute 2009). Even though monsoons have positive effects on the world’s hydrological system, climate change tends to exacerbate the violence of the rainfalls. The problems surrounding this intensification are related to many consequences, including floods, inundations, and landslides that inevitably result in displacement and destruction of villages around the country (Bhattacharya 2021).

Additionally, there is also the problem of internal displacement by environmental disasters. According to the IDMC, India has one of the highest numbers of internally displaced people by disasters. The number of IDPs by disaster is much higher than the number of IDPs by conflicts and violence, on the contrary of Sudan. India figured out as one of the ten countries with higher numbers of new displacements by disasters in 2020 (3.9 million). In 2021, this number was even higher, with 4.9 million new IDPs displaced by disasters. According to the IDMC, “the scale of displacement is a result of the country’s exposure to intense and frequent hazards, its large population and socio-economic vulnerability”. Although the efforts in 2021 to resettle the Indian IDPs were huge, more than 500,000 were still living in displacement at the end of the year. Also, the severity score of India concerning displaced people is set to be 1.05 (IDMC 2022b; Sydney and O’Connor 2021).

Many IDPs in India live in protracted displacement, having been displaced for up to 25 years. These IDPs have failed to return or find durable solutions and means of living. Protracted displacement is characterized by difficulties in providing IDPs with all types of rights. The majority of IDPs live in camps, facing the same problems highlighted in the case of Sudan (limited access to water, sanitation and hygiene facilities, medical care and food). In India, assisting IDPs is a responsibility of the States, not the central government, which makes it harder to provide a national, unified response to this matter. Not rare, local authorities close camps after a certain period of time to encourage returns, even if there is no assistance and conditions to do so. Moreover, due to ethnicity and religious hostility that characterizes India, it is difficult for IDPs to live safely

and to return to their original places and reestablish their lives (IDMC 2015). This scenario characterizes a strong violation of human rights of the IDPs, since according to the Guiding Principles on Internal Displacement, displaced persons have “the right to assistance from competent authorities in voluntary, dignified and safe return, resettlement or local integration, including help in recovering lost property and possessions” (OHCHR 2022).

By another vision, climate change is disturbing the economic potential of India in the way it causes multiple risks and vulnerabilities. In this sense, infrastructure and properties could be seriously damaged by rising sea-levels. Water security, which is already a concern in the region, could be worsened if the summer monsoon collapses. That could break up the weather equilibrium and increase water scarcity in the region. Also, as India is a country highly dependent on agriculture, environmental impacts on this activity could bring severe damage to the country’s economic development. When the disruption in agriculture becomes severe enough, it leads to displacement of people, since as highlighted before, climate displacement is related to a series of questions, including social, political and economic variables. In this regard, structural inequalities combined with environmental stress usually leads people to decide for mobility, breaking down family structures, for example. As the social, economic and environmental costs of climate change in India are already huge, it’s necessary that the government and policymakers act to minimize the negative consequences of the climate regime and provide social and economic benefits (IDMC 2021; Picciariello et al. 2021).

From the perspectives presented, we can therefore analyze that India, with its big population and its efforts in the last decades to run out of poverty and achieve high development levels, needs to pay attention to its environmental policies. Even though progress has been achieved in the last few years, there is still a path to be thrilled, especially concerning the mitigation of climate change on its population and the necessity to avoid disasters that led to mass migration. Additionally, India represents developing countries in the action taken to fight the climate change regime, highlighting the necessity of uniting economic development and environmental policies.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

This section aims to provide information about previous international actions, discussing the main steps taken by the international community concerning climate change and displacement. On this aspect, it will examine climate change governance — the protocols and forums that discussed climate change and that united the international community towards fighting it —, and migration and refugee governance — which will explore the definition of refugee and the lack of protection to climate migrants. Finally, it will debate measures taken

to address people's displacement, such as the Cancun Adaptation Framework and the Nansen Initiative.

4.1 INTERNATIONAL COMMUNITY IN ACTION

4.1.1 CLIMATE CHANGE GOVERNANCE

Since the decade of 1970, climate change and environmental problems have become a matter of discussion among the international community. A symbol of the beginning of this movement was the 1972 United Nations Scientific Conference, also called the First Earth Summit. Held in Sweden, the forum adopted a declaration that set out principles and measures — including an action plan — for environment preservation. At this conference, it was proposed the implementation of stations to monitor long-term atmospheric trends, including climatic changes (Jackson 2007).

In 1979, the first World Climate Conference took place. It recognized that human activities may cause significant changes in regional and global climate dynamics. It also led to the establishment of the World Climate Programme (WCP). Almost a decade later, in September 1987, another landmark event on the environmental fight path occurred. The Montreal Protocol on Substances that Deplete the Ozone Layer was adopted. It had the objective of addressing ozone layer depletion and it is considered today one of the most successful international community agreements. Its success promoted incentives to negotiate other environmental agreements, more specifically a climate change agreement. Between 1990 and 1992, the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) was negotiated. The convention was adopted in 1992 at the Earth Summit in Rio de Janeiro. And although this document was an advance (in the sense it stated the wish to stabilize Greenhouse Gas (GHG) concentrations at a level that would prevent dangerous human interference in the system), the convention was vague and did not establish palpable measures to achieve this objective (Kreienkamp 2019).

In 1997, the Kyoto Protocol operationalized what had been discussed in the UNFCCC. Because of a difficult ratification process, it entered into force just in 2005. The Kyoto Protocol has an important characteristic that distinguishes it from other following agreements: It only binds¹³ developed countries, recognizing the different responsibilities of developed and underdeveloped countries in the environmental crisis (United Nations Climate Change 2021). The Kyoto Protocol established Greenhouse Gases emissions reduction targets for industrialized countries. The United States withdrew from the protocol in 2001, making its effectiveness and legitimacy harder to achieve (Kreienkamp 2019).

¹³ A binding agreement refers to a legal contract that can be enforced by a court if one of the signatories parties violates a specified clause.

Furthermore, one must highlight that other forums and meetings helped to understand the climate change reality and to make international society aware of its consequences. In this regard, the Conference of the Parties (COPs), that has been taking place since 1995, contributes to keep the debate on climate change alive. The COPs are a series of United Nations climate change conferences whose main goal is to review progress made by members of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) concerning climate change. These meetings are the main decision-making body of the UNFCCC and include all signatory countries' representatives (Met Office 2022).

In 2015, the international community adopted the Paris Agreement at COP 21, the first universal climate treaty, which is legally binding. One of the consensus achieved by the agreement was to limit global temperature rises to 'well below 2°C above pre-industrial levels' (but preferably to 1.5°C above pre-industrial levels). It recognized that developed countries should continue taking the lead on the environmental crisis, however, the agreement measures did not differ much for developed and underdeveloped countries. Additionally, the Paris Agreement adopted another dynamic. The treaty works by reviewing the processes of countries' fight against climate change — its success/achievements in adopting the measures indicated by the treaty and its difficulties concerning greenhouse emissions, for example — and not so much by the hard enforcement mechanisms that existed in the Kyoto Protocol (Kreienkamp 2019). The Paris Agreement works by "pledge and review", using as instrument the NDCs:

Implementation of the Paris Agreement requires economic and social transformation, based on the best available science. The Paris Agreement works on a 5-year cycle of increasingly ambitious climate action carried out by countries. By 2020, countries submit their plans for climate action known as nationally determined contributions (NDCs). In their NDCs, countries communicate actions they will take to reduce their Greenhouse Gas emissions in order to reach the goals of the Paris Agreement. Countries also communicate in the NDCs actions they will take to build resilience to adapt to the impacts of rising temperatures (UNFCCC 2015).

In COP 26, held in Glasgow, the main goal was to keep the global net zero by 2050¹⁴ and a maximum of 1.5°C degrees of warming. One of the main outcomes was the signing of the Glasgow Pact, which reflected on the Paris Agreement and tried to build on it with new measures to tackle climate change (Carver 2022).

Additionally, releasing documents and reports concerning climate change in the decades that follow the subject's first apparition in summit discussions was another way of assuring the discussion about this matter would survive. In this sense, IPCC reports assisted the international community in understanding climate change. They are key to providing information that helps in international negotiations and global and national policies (IPCC 2022).

¹⁴ Net zero means total emissions are equal to or less than the emissions removed from the environment (Carver 2022).

4.2 MIGRATION AND REFUGEE GOVERNANCE

Migration governance can be defined as the combined frameworks of legal norms, regulations, policies, laws and structures that surround and shape the way states and organizational structures handle and approach migration questions (Law insider 2022).

As exposed previously, the United Nations 1951 Convention Relating to the Status of Refugees and the 1967 Protocol to the Convention are international cornerstones in the protection of refugees' rights. The Geneva Convention of 1951 was set out in the context of the post-Second World War as a legally binding treaty. According to the Convention, a refugee is "a person who is outside his or her country of nationality or habitual residence", because of persecution and lack of protection of their rights, as stated before (UNHCR 2011, 3). The term "environmental refugees" for example, does not fit in this definition.

The 1951 convention guarantees a series of rights to refugees — one of the most important ones is the principle of non-refoulement that prohibits a refugee from being returned to a country where he or she faces threats of persecution. Other rights guaranteed by the Convention are: The right not to be punished for illegal entry into the territory of a contracting State; The right to work; The right to housing; The right to education; The right to public relief and assistance; The 1967 Protocol removed the Convention's geographic and temporal limitations, expanding its scope and facilitating its execution (UNHCR 2011).

In opposition to a refugee, a migrant leaves or has left his or her country for a series of reasons, including environmental-led decisions, for instance. The movement can be voluntarily or not. In a nutshell, it is a more general and open concept. The International Organization for Migration (IOM) adopts the term "environmental migrants", to refer to people dislocated due to environmental causes. This concept entails those that are displaced by natural disasters or by the deterioration of their conditions of living. They can be forced to leave or choose to do so and can either move permanently or temporarily. Furthermore, the movement can be within their country or international. However, environmental or climate migrants, like other categories of migrants, lack an international protection regime. Migration and refugee differ, then, not just in conceptualization, but in questions of rights protection (Claro 2018; World Economic Forum 2015).

From another point of view, there are regional devices that discuss migration and that expand the concept of refugee. One example is the 1984 Cartagena Declaration, that reinforced the application of the 1951 Convention but also expanded its reach to fit those displaced in Latin America. Its definition of refugee is of:

Persons who have fled their country because their lives, safety or freedom have been threatened by generalized violence, foreign aggression, internal conflicts, massive violation of human rights or other circumstances which have seriously disturbed public order (Cartagena Declaration on Refugees, Colloquium on the International Protection of Refugees in Central America, Mexico and Panama 1984, 3).

The Cartagena definition was widely adopted in the region, providing authorities with legal instruments to handle the refugee realities with a humanitarian approach. The phrase “circumstances that have seriously disturbed the public order” opens space for questioning whether environmental displaced people in Latin America could find protection in this definition. However, no country in the region has interpreted it to include environmental displaced in the definition. This can change in the future with new interpretations (Refugees International 2021).

From the perspective of the IDPs, the African Union Convention for the Protection and Assistance of Internally Displaced Persons in Africa — known as the Kampala Convention and adopted in 2009 — represented an unprecedented effort to guarantee the rights of people framed in this definition. One of the declaration’s purposes was to provide a legal instrument for the protection and assistance of IDPs. Also, in the declaration, states committed themselves to deal with the challenges of climate change and other environmental problems, pointing out that these were important factors in driving displacement, while also stating its purpose to find durable solutions to refugees and IDPs (Mulugeta Abebe 2011).

Another important landmark in the protection of migrants’ rights is the Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration, adopted in 2018. It is the first UN global agreement on international migration, which represents a landmark step in migration governance. Its aim was to implement an effective system of protection for all migrants, regardless of their migration status. More than that, one of the points defended was that climate change is a major driver of migration. Additionally, the document identified as one of its objectives to “minimize the adverse drivers and structural factors that compel people to leave their country of origin” (IOM 2018, 18). It also recognized that developing mitigation and adaptation strategies and working in regional instances was effective and necessary to manage migration related to climate change (IOM 2018).

In 2020, the United Nations Human Rights Committee (HRC) made an unprecedented decision that represented a step forward in guaranteeing the rights of climate migrants. Ioane Teitiota, born in the Republic of Kiribati — considered a Small Islands Developing State (SIDS) — migrated from his country due to climate change effects. He sought asylum in New Zealand with the allegation that he was forced to migrate due to climate risks. The country refused asylum and having exhausted all internal legal instances, Teitiota brought a case against New Zealand in the HRC, saying that the country had violated his right to life, under the International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR

1966), by forcibly returning him to Kiribati, since he was facing severe risks there. The HRC concluded that there was no violation of this covenant for a series of reasons, including the fact that the situation faced by Teitiota was not considered an imminent threat to his life. Nevertheless, the ruling was considered a landmark event and an advance in climate migrants' rights as the statement of the decision recognized that states can not forcibly return individuals to places where climate change poses a risk to their right to life. This evokes the principle of non-refoulement of the 1951 Convention and contributes, thus, to assure and advance a human rights approach on climate migrants (Steenmans and Cooper 2020).

In view of what has been presented, it can be analyzed that, although there has been progress in recognizing the rights of people displaced due to environmental issues, their situation in international law is still complex. Climate migrants still find themselves in the midst of an institutional gap in relation to the protection of their rights, since they do not fit either in the category of IDPs nor in the category of refugees and lack a regime of protection of their own.

4.3 CLIMATE AND ENVIRONMENTAL DISPLACEMENT

As displacement has been affecting millions of people around the world, it was made necessary to include this subject in the global policy agenda and in climate change discussions. In this regard, measures and actions are being taken to address climate change-related displacement. One of these is the Nansen Initiative. Launched by Norway and Switzerland, it had as result the "Nansen Initiative Agenda for the Protection of Persons Displaced Across Borders in the Context of Disasters and Climate Change", that was endorsed by more than 100 states in 2015. This protection agenda determined tools that assists states to identify, prevent and help people that are displaced because of climate change related consequences. The Nansen Agenda creation was motivated by the recognition that there is no regime of strong protection for people forced by disasters to cross international borders. Its main objective was to establish consensus among states affected by displacement on how to manage and respond to these situations. In 2016, the Platform On Disasters Displacement (PDD) was launched with the objective of following the work of the Nansen Initiative and implementing the Protection Agenda. One of the main objectives of PDD was to support already existing initiatives concerning displacement, migration and climate change (IOM 2018; Kälin 2015).

As the consequences of climate change displacement become more severe, strategies of adaptation to its effects have begun to be discussed in the UNFCCC. In this sense, the Cancun Adaptation Framework, which was adopted on the occasion of COP 16, in 2010, included migration and climate as part of the adaptation process. The framing of human mobility, for the first time, in

the discussion about climate change was a turning point, because it recognized the impact of climate in driving migration and included human mobility in the official climate policy debate. In other words, it set possibilities for making this a topic for policies and action. The document also made clear that parties should enhance their actions on adaptation, assuming “their common but differentiated responsibilities” (Warner 2012, 1067). In summary, the framework suggested adaptation measures related to change-induced displacement, migration and re-location. This debate made human mobility adaptation an area that can be funded financially and where cooperation between the parties can take place (Führ 2019; Warner 2012).

In 2015, on the occasion of COP 21, in Paris, was established the Task Force on Displacement (TFD), under the Executive Committee of the Warsaw International Mechanism for Loss and Damage. The Task Force on Displacement aims to “develop recommendations for integrated approaches to avert, minimize, and address displacement related to the adverse effects of climate change” (Warner 2018, 390). The work plan of the TFD included the objective of supplying data and monitoring displacement. It also aimed to enhance cooperation and engagement on this matter at subnational, national, regional, and international levels. Additionally, the establishment of the Task Force on Displacement helped to bring “loss and damage”¹⁵ to debate and address it. Furthermore, the Task Force was crucial to integrate the debate of human mobility and climate change into the international agenda (Warner 2018).

Besides, the Hyogo Framework for Action, adopted in 2005, and later, the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015–2030, adopted in 2015, contributed to addressing the problems surrounding disasters and their consequences to populations all over the world. The Sendai Framework acknowledged the impact of disaster in forcing human mobility and the links between disasters and climate change. Additionally, it discussed cross-border disaster displacements and aimed at providing measures to address displacement and reduce the number of displaced people. One of its recommendations to achieve progression on this matter was: “To encourage the adoption of policies and programmes addressing disaster-induced human mobility to strengthen the resilience of affected people and that of host communities, in accordance with national laws and circumstances” (IOM 2018, 57).

5 BLOC POSITIONS

Climate change can lead to water resources scarcity in **Armenia**. Also, with the impact of the occurrence of frequent droughts and other weather-re-

¹⁵ “Loss and damage” is a general term used in UN climate negotiations to refer to the consequences of climate change that go beyond what people can adapt to, or when options exist but a community doesn’t have the resources to access or utilize them. Loss and damage is and will continue to harm vulnerable communities the most, making addressing the issue a matter of climate justice (Bhandari et al. 2022).

lated events, the quality of the soil tends to degrade, affecting agriculture and crop production. Furthermore, this could change the development patterns of Armenia, causing for example a rise in poverty and malnutrition (World Bank Group 2021a). The total number of disaster-related IDPs as of the end of 2020 was of 2,700. Many more were displaced due to the conflict between Armenian and Azeri forces. Nevertheless, there is an acceptable level of cooperation of Armenia's government with UN agencies on the question of displacement of refugees and asylum seekers. It is valuable to note that the data about disaster displacements in Armenia is precarious (IDMC 2021; UNHCR 2008).

The **Plurinational State of Bolivia** is ranked 135 in the Climate Vulnerability Index (ND-GAIN Country index) ranking for 2019. Located in central South America, between the Amazon rainforest and the Andes, Bolivia is particularly vulnerable to climate change effects. As a consequence of the aforementioned, poor people in the country are already experiencing the consequences of a problem they did not contribute to, and even though local communities are responding to the challenge by using ancestral knowledge, they are ill equipped. The government of Bolivia recognizes the rights of nature, believing that the planet is an entity with inherent rights that must be protected by the states. The national "Mother Earth Law" and the ratification of the Paris agreement represents Bolivia's dedication to sustainable development and to the rights of nature. In the opening of the last Conference of Party (COP26). Bolivia's mandatar, the president Luis Arce, defended the principle of common but differentiated responsibilities, claiming that the structure promoted by developed countries was only a new process of global colonialism, the "the new carbon colonialism", he also criticized the enduring framework that haven't been able to define a solution to the climate crises, only buying time through green capitalism and market-approaches like global carbon markets, the president defended an alternative model to capitalism, one of living together in harmony with Mother Earth (Wilkins 2021).

The **Federative Republic of Brazil** is the largest country in South America, and has a rich diversity of biomes as the Amazon, Caatinga, Cerrado, Atlantic Forest, Pampa, and Pantanal. Brazil is a developing country that is home to more than 210 million people, approximately 86% of the country's population resides in urban areas and the country's economy is driven mostly by industry, even though Brazil is the largest net-exporter of agricultural commodities. Brazil has adopted the Paris Agreement and committed to reduce its GHG emissions by 37% below 2005 levels by 2025 and a long term goal of hitting net zero by 2050 (Climate Change Performance Index, 2022). Brazil under Jair Bolsonaro administration left the Global Compact for Migration affirming that immigration should be tackled according to the reality of each country, defending Brazil's sovereignty in dealing with migrations, however, the ambassador said that Brazil would still receive Venezuelans escaping from Maduro's regime through

rules that are compatible with the reality of the Country (Casella 2020). Additionally, Brazil has almost 60% of the Amazon on its territory, a region that plays an essential role controlling the climate of the planet as a carbon sink (Greenpeace 2021). While recent data reveal that fires in the Amazon are growing and becoming more intense, the position adopted by Bolsonaro is that the Amazon fires are naturally caused.

As a country of the Sahelian Zone, the **Republic of Cameroon** is vulnerable to climate change and has already been facing its consequences, especially concerning weather-related phenomena (Global Water Partnership 2018). Cameroon is in the 145 position in the Climate Vulnerability Index ranking. The country revised its NDC in 2021, aiming to reflect its vision about the mitigation and sustainable development in the document. The new NDC highlights the goal of promoting development solutions in the five agro-ecological zones of the country (United Nations Development Programme 2022a). Between 2008 and 2021 it occurred 17 disasters events in Cameroon. In the same period, it was recorded 200,240 internal displacements related to weather disasters, mainly floods. Cameroon has the challenge of guaranteeing IDPs rights while managing conflicts with extremist groups, such as Boko Haram (IDMC 2022a; Jimenez-Damary 2018).

People's Republic of China climate policy was rated medium and its actions concerning the environment are ambitious in the next few years. It has the objective of having carbon dioxide emissions peak before 2030 and achieving carbon neutrality by 2060. Its compromise with the United States for the COPs is very important, and should not be dismissed by geopolitical and trade conflicts (Climate Change Performance Index 2021a). China faces enormous challenges in fighting climate change because it is a developing country that needs to grow economically, eradicate poverty, and handle a huge population while achieving sustainable levels (Ministry of Ecology and Environment of the People's Republic of China 2021). Migration in China is increasingly being motivated by climate change and other environmental questions, not only by disasters. Additionally, urbanization and growing coastal cities exacerbate problems related to climate change and led a great amount of internal displacement of people (Climate and Migration Coalition 2017).

The **Republic of Côte d'Ivoire** is in position 142 in the Climate Vulnerability Index (ND-GAIN Country Index) ranking for 2019. The data shows the vulnerability this country faces to climate change. In its updated NDC, released in 2022, Côte d'Ivoire committed itself to achieving carbon neutrality from 2030, a considered ambitious goal. In its adaptation policy, the country pledged to reduce vulnerabilities and increase climate resilience across the following priority sectors: agriculture, food and land use, water, health, and coastal zones (United Nations Development Programme 2022b). The displacement in Côte d'Ivoire comes with a severe humanitarian and political crise. Violations of the

rights of people displaced due to environmental questions are recorded to have been happening. Plus, conflict and violence are set to have caused thousands of displacements recently (IDMC 2021; Human Rights Watch 2016).

The **Czech Republic** ranks at the bottom of the climate change performance for the European Union, and at the 51st, with a very low performance (Climate Change Performance Index 2021b). The average temperature in the Czech Republic has warmed by 2.4° C since the industrial revolution, and if the situation continues to aggravate, there will be lack of water, dry land, shortage of snow, heatwaves, more frequent fires and floods, that will threaten all sectors of the country, impacting directly on the lives of the population (People in Need 2022). Since 2008, Czech Republic has had 29,273 internally displaced people related to environmental disaster reasons such as flood and storm (IDMC 2022). Furthermore, Czech Republic received a great number of refugees fleeing from Ukraine and granted temporary protection, and is involved in international structures that deal with migration such as the International Organization for Migration and the Budapest Group that deals with uncontrolled migration. However, Czech Republic, rejected the Global Compact for Migration, because it defined migration as a natural right (Europe Parliament 2022; DW 2018; IOM 2021).

The **United Kingdom** has a total population of over 67 million people, most of them, 83%, living in urban areas, with the economy being driven by service.. In 2015, the UK signed the Paris Agreement, and in 2019, it became the first major economy country to pass a law to achieve net zero emissions by 2050. In 2021, hosting COP26, the home of the industrial revolution, achieved some credibility in its role of “climate change leader”, appearing as a leader in climate policy (Murphy 2020). In 2011, the United Kingdom government issued a “Foresight”, a landmark study report on migration and global environmental problems, showing that many places were high sensitive to climate change, and that migration should be considered a act of adapting to climate change (Foresight 2011; Adger 2021; Parsons 2021). However, the United Kingdom recently has assumed an increasingly anti-immigrant stance. In 1997, just 3% of the UK population considered immigration to be a key issue, but by the time of the EU referendum, the number was already 48%. In April of 2022, the UK parliament approved the “Nationality and Borders bill”, that would reframe the country’s immigration system, criminalize entering the counter without a visa, threatening “illegal” immigrants and refugees to prison, and allow the government to revoke British citizenship at will, as well as sending people that have illegally entered UK to Rwanda (Lock 2022; Audibert, Dikoff, and Schulkind 2022)

The **United Arab Emirates** chose to make a series of actions to engage itself and others in addressing climate change, also targeting the insecurity that climate change causes. (United Arab Emirates 2022). The UAE was the first Middle Eastern nation to sign the Paris Agreement, later compromising to

achieve net-zero emissions by 2050, have also submitted two Nationally Determined Contribution (NDC) and will be the host to COP28, which will happen in 2023. Additionally, the United Arab Emirates has become one of the main destinations of labor migrants in the Gulf, this led to a work force composed of almost 90% of non-national in 2016, composed mostly by Indian, Bangladeshi and Pakistani (IOM 2020; Malit and Tsourapas 2021).

The **Gabonese Republic** is an important oil producer and is highly based on natural resource extraction. Many of its activities are located in coastal areas. In a positive way, Gabon has committed to reducing its CO₂ emissions (World Bank 2021e). It was also the first country in Africa to receive a payment reward for reducing emissions from deforestation and forest degradation (Norway's International Climate and Forest Initiative 2021). On regard of migration policies, there were reports of harassment and violations of human rights of refugees and asylum seekers. Still, the government has cooperated with UNHCR and other humanitarian organizations to fight the abuses (United States Department of State 2019).

The **Republic of the Gambia** policies and actions on climate change are rated by Climate Action Tracker (CAT) as "1.5°C Paris Agreement compatible" when compared to its share contribution on environmental problems. Gambia presented its second NDC in 2021. Some of the mitigation measures to be taken according to the NDC are agricultural resilience by implementing climate-smart agriculture, reducing food losses, and improving livestock productivity, among others (Climate Action Tracker 2022). From another point of view, even though Gambia has national policies and agreements on migration, migrants usually do not feature in social protection programmes (IOM 2021).

The **Federal Republic of Germany** is known for having a strong environmental framework and a pioneer in environmental protection and sustainable development and being one of the leading industrial countries in terms of its climate change and related renewable energy policies. In 2021, Germany reduced its development co-operation partners from 85 to 60, refocusing towards Africa, the total official development assistance was 32.2 billions dollars, 0.74% of the total GNI (OECD 2022; Weidner 2005). Despite Germany being an progressive player in climate negotiations, their internal measures still aren't enough to achieve the goals that they set for themselves of reducing emissions by 65% by 2030 and net-zero by 2045 (Climate Change Performance Index 2022). Furthermore, Germany stated it would not recognize the flight from climatic conditions and changes as a reason for asylum, as climate displacement isn't regulated by the Geneva Refugee Convention (Schloss 2021; Tidey 2021)

Climate change is leading to the displacement of people in the **Republic of Honduras**. In this sense floods, hurricanes and other extreme events made Honduras' population more vulnerable to violence than already is. Gangs and other violent groups take advantage of this vulnerability to impose their control

and restrict mobility in certain places (UNHRC 2021). As the political and environmental situation in Honduras worsens, its population is forming migrant caravans to leave the country. The majority of these groups has the objective of reaching the United States, and even though the crossing is usually done with risks and violation of their rights, people are willing to do so to escape the deteriorating economic and environmental condition of Honduras. Migration to the US continues to happen in disregard of the agreements between Honduras and the US to make unfeasible the migration (Høvring 2021). In 2021, Honduras reaffirmed its commitment to the Paris Agreement, releasing a new Nationally Determined Contribution (NDC). The NDC reaffirms Honduras's commitment to reducing greenhouse emissions and conserving and restoring forests (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo 2021).

The **Republic of India** was the seventh country most affected by climate change in 2019. The country was severely damaged by heavy rains and extreme events this year, affecting millions of people (Eckstein, Kunzel, and Shafer 2021). India charged action from developed countries in the COP26. Also, the country compromised in the meeting to achieve net zero greenhouse gas emissions by 2070, a considered late deadline by many countries, as it is said that the maximum deadline to keep the temperature rise to 1,5C has to be 2050 (Menon 2021). It had 241 disaster events (a great part of them related to floods) reported between the period of 2008 and 2021, which led to approximately 53.4 million internal displacements due to disasters, one of the highest numbers in the world. As highlighted previously, India lacks a uniform policy and institutional action in handling displaced people. In this regard, the treatment and compensation of IDPs differ a lot from state to state, and not rare violate displaced people rights (IDMC 2015; Lama 2000).

The **Republic of Indonesia** is considered a vulnerable country to climate change, especially in the way its population is located in islands and coastal areas that can be threatened by sea level rise. Because of its geography, Indonesia hosts a variety of ecosystems, including corals and forests. Its economic activity is heavily dependent on these resources and ecosystems. The environmental consequences of climate change offer threats to the social and economic dynamics of the country (Case, Ardiansyah, and Spector 2007). The International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (ICESCR) expressed worries about the multiple violations and discriminations being suffered by internally displaced people in the country. Other authorities highlighted that Indonesia has developed plans for climate change adaptation and mitigation, but it lacks a strong policy on relocation and durable solutions to the displacement of people (Asian Studies Center 2022).

Japan was the 4th most affected country by the effects of climate change in 2019 (Eckstein, Kunzel, and Schafer 2021) and climate change will affect Japan not only economically and physically, but also culturally and intellectually

(Kameyama 2016). Japan set a goal of reducing its emissions by 46% until 2030 and a long term plan for net-zero emissions by 2050. However, Japan's climate policy is insufficient to reach the goals they set, seeing as there are few concrete policies taking place, and despite being an major economic player, Japan's climate change policy is typically influenced by other nations, especially the UK and USA (Hirata, Lida, Okubo 2022). Japan faces recurrent internal displacements as a consequence of the frequent disasters that occur in the country, having a number of 4.6 million internal displacements from 2008 to 2021 because of storms, floods, and earthquakes, but Japan's policy in dealing with this risks have been effective and saved lives (IDMC 2022). Japan is one of the biggest contributors to the UNHCR, signed the 1951 refugee convention but when it comes to refugee protection, as its already traditionally a very closed country, between 2010 and 2019 the number of refugees protected in Japan was of 1,732, mainly from Myanmar. For 2019, only 44 refugees were recognized (UNHCR 2020; M&R 2021).

The **State of Libya** is especially threatened by the effects of climate change, the current on-going war, that impacts the possibility of mitigation, combined with its land being composed by 95% of desert and the harsh climatic conditions, the effects of climate change will damage the agricultural production and, by this, the life of many (International Committee of the Red Cross 2022). Libya represents only 0.25% of the world's emission, and has signed the Paris agreement but did not sign the GCM, having reservations that the GCM aims to legalize illegal migration. Being recognized as a "failed state" (Enayatollah and Mostafa 2016), Libya needs international help in order to adapt and to have sustainable development. Libya, as a consequence of the on-going war, has a great number of internally displaced people, and it's also a dangerous springboard used by people fleeing other neighboring countries such as Níger, Egypt, Chad, Sudan, and Nigeria that are trying to go into Europe. A great number of lives are lost while trying to migrate, an unacceptable and avoidable event that calls for the protection of migrants and their rights (IDMC 2022; UN 2022; IOM 2022).

The **Republic of Malawi** was the fifth country most affected by climate change in 2019. The country was severely damaged by the occurrence of cyclones and rainfalls during the year (Eckstein, Kunzel, and Shafer 2021). In 1994, Malawi ratified the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and in 2016, it adopted the National Climate Change Management Policy (NCCMP), which has the objective to guide the implementation of actions concerning climate change (Republic of Malawi 2021). Malawi had 54 disaster events reported between the period of 2008 and 2021, which led to 688,236 internal displacements. This number is much higher than the displaced by conflict and violence. Additionally, Malawi has been in contact with other countries in Africa to implement migration governance. It is part of the Migra-

tion Dialogue for Southern Africa (MIDSA) (IDMC 2022b; IOM 2022).

Malaysia tends to suffer from inequality and poverty as climate change worsens, because its population depends heavily on natural resources and activities affected by climatic conditions, such as livelihood and fishing. Malaysia has ratified the Paris Climate Agreement and already has implemented national plans concerning environmental policies (ReliefWeb 2021). Malaysia is not a party to the 1951 Refugee Convention nor the 1967 Protocol and international organizations and countries are still working on encouraging the adoption of these documents. Furthermore, it lacks an asylum system regulating the status and rights of refugees. The absence of a legal framework of protection makes the rights of migrants difficult to guarantee (UNHCR 2013).

The **Marshall Islands** is a nation made up of 29 low-lying coral atolls northeast of Australia that is home to around 60.000 people. Even having basically no impact in causing climate change, contributing less than 0.0001% to the share of global emissions (Global Carbon Project 2022), the impact of climate change endangers the very existence of the Marshall Islands and all its population, seeing as it is a poor and underdeveloped country that does not have the means to adapt. Rising sea level is expected to present frequent flooding in the capital Majuro, putting 96% of the city at risk and damaging agriculture (World Bank Group 2021). In this conjuncture, with their national territory and identity threatened, the Marshall Islands assumes a position of a major proponent inside the alliance of small islands developing states and climate negotiations and have an important role in bringing awareness to the matter. The diplomacy of the islands advocates so the international community will commit to reduce carbon emissions and to keep global warming to a maximum of 1.5 Celsius, as well as supporting underdeveloped countries on adapting (Stege 2021). Seeing as The Marshall Islands and other SIDS are in extreme vulnerability, the alliance of small islands developing states share other proposals based in human rights as a way to power and choice to those in need, such as Migration with Dignity, first formulated by a president of Kiribati, Anote Tong, that seeks to maintain cultural integrity and access to education, health and labor for those that migrate, a conceptual framework emphasizes fundamental elements as: freedom of movement; security; equality; the right to work and to have shelter; access to services as healthcare; civil and political rights (McClain, Bruch, and Fujii 2022).

The **Islamic Republic of Mauritania** is considered a transit country for refugees and migrants that are going to North Africa and Europe. In this regard, its policies focus in supporting and protecting these flows rather in settle and integrating them. In 2013, it signed the Kampala Convention on the right of IDPs. It also makes part of the Bamako process, an intergovernmental platform with other African countries that has the compromise of finding solutions for IDPs. The Bamako process has made clear the necessity of a humanitarian approach to people displaced by climate-led disasters and environmental ques-

tions. In its updated NDC, released in 2021, Mauritania pledged to cut greenhouse emissions by 11% in 2030, a more ambitious goal than the previous one (United Nations Development Programme 2022c; d'Orsi and Naldi 2021).

The **Republic of Namibia** is highly dependent on natural resources and on agriculture. In this sense, climate change could have a devastating impact on its economy. In 2011, the country adopted its first National Climate Change Policy and continues to implement other projects with the objective of addressing climate change while paying attention to development priorities. However, the country does not have mitigation and adaptation policies that could be essential in handling the environmental crisis. Namibia is now developing its first Nationally Appropriate Mitigation Action (NAMA) (World Bank Group 2021b). The main drivers of human mobility in the country are sudden onset events such as floods. Namibia developed a migration profile only in 2015, and it was an important step in coordinating and creating policies on migration. By another point of view, even though a national policy on climate change exists, it does not include environmental migration specifically (Government of the Republic of Namibia and International Organization for Migration 2018).

Nepal is a country located at the Himalayas, with a terrain generally mountainous, including the highest peak in the world, the Mount Everest. Climate change will have a very strong effect in Nepal, where increased temperature, increase in precipitation and in droughts, increase in extreme weather events and in glacier melting will damage the agriculture, the infrastructure and will put human security in jeopardy, putting millions of Nepalese at risk (USAID 2022). For this, Nepal has signed the Paris agreement and demanded together with the group of Least Developed Countries that global warming should be limited to 1.5 degrees Celsius, limiting the impact of climate change in the Himalayas (Bhattarai and Karki 2020).

The **Netherlands** is a low lying and dense country that is home to over 17.4 million people. Climate change effects will be felt in the country as heat stresses, flood risks, sea level rise and damage to agricultural production become more frequent events (World Bank Group 2022). To combat climate change that puts 55% of the country at risk of being submerged underwater in the future (IPCC 2007), the Dutch government focused on facing climate change, reducing GHG emissions and taking measures to adapt (Government of Netherlands 2022). Additionally, despite being a "middle power", The Netherlands showed leadership in the process of formulating the European Union's proposal for the 1997 Kyoto conference of parties to the Framework Convention on Climate Change (Kanie 2007). The Netherlands approach to migration is based on the comprehensive approach to migration, that is based on preventing irregular migration while providing legal migration routes as working and students, reception and protection for refugees and displaced people (Justitie 2018).

Due to its great amount of natural resources and the necessity of

growing economically, the **Islamic Republic of Pakistan** faces a tradeoff between environmental protection and economic development. Although the country is working to improve its energy structure and reduce its greenhouse gas emissions, its national priority is to prepare itself with measures of adaptation and mitigation of climate change effects. With the shift in rain regime and other patterns, there are worries about the possibility of water scarcity in the future (World Bank Group 2021c). By another perspective, Pakistan faces heavy rainfall associated to the Monsoons, which leads to a great amount of people internally displaced by weather-related disasters. The country lacks national laws or specific policies to deal with IDPs. Additionally, the treatment of internally displaced by the Pakistani military has contradicted international recommendations, contributing to marginalising this share of the population. Pakistan is not a party to the 1951 Refugee Convention nor the 1967 Protocol (Global Human Rights Defense 2022).

The **Republic of Paraguay** is recognized as vulnerable to climate change impacts. In this sense, the country's reliance on the agriculture sector, animal husbandry and hydroelectric energy production make it vulnerable to climate change regime emergency. As the Paraguay energy sector is majorly based on water force, the reduction in rains and high temperatures could lead to problems in energy supply (World Bank Group 2021e). The country had 376,313 internal displacements between 2008 and 2021. Paraguay has been criticized for its treatment of the indigenous populations that migrate to cities due to the destruction of the forests they live in. Additionally, Paraguay has managed migration in a way that severely disturbs human rights protocols. However, it has reshaped its migration policies in the last few years, improving in many aspects its way of dealing with migrants (Reed 2015; Santi 2020).

The **Republic of Poland** is criticized for not having a long-term strategy until 2050 concerning the climate change emergency. Instead, it plans a 30% GHG reduction by 2030, which is not in accord with the Paris Agreement. However, the country committed itself to some EU climate action goals and did not block them, although they were not included in the national agenda (Climate Change Performance Index 2021c). The country has had some progress — the carbon intensity of the country fell between 2005 and 2019, for example — although it will need to restructure its energy sector, especially its dependence on coal mining if it wants to shift to a low-carbon economy (Erbach 2021). At the same time, Poland has been refusing to follow some measures adopted by European Union on migration — in many occasions the country has adopted an antimigration posture. Poland conservative politics tend to discredit and attack the rights of climate migrants as their immigration becomes a reality (Tiido 2020).

The **State of Qatar** is one of the largest global exporters of liquified natural gas, and as its golf neighbors, is extremely vulnerable to the adverse

effects of climate change. Seeing as it has a population of over 2.8 million, in which 97% live in coastal areas, Qatar is a very much urbanized country, but as a consequence, it has to import the bulk of its food and meet water needs through water desalination. This makes Qatar specially endangered by sea-level rise and compromises the sustainable development of the country (Climate Change Knowledge Portal 2022). The state of Qatar has signed the Kyoto protocol, the Paris agreement and assisted the most affected by climate change, cooperating for a greener future (Government of Qatar 2022).

The **Republic of Korea** is a country in the Asia-Pacific region with a population of over 51 million, with 81% of urbanization (Environmental Performance Index 2020). South Korea is the 12th largest economy in the world, but its power sector is heavily dependent on fossil fuels (US Energy Information Administration 2020). For South Korea, one of the ten emitters of carbon, climate change will largely be felt through extreme weather, floods and droughts in certain areas, but seeing as South Korea imports most of its food, the consequences on food security will not be acute (Feffer 2021). South Korea has made significant international climate commitments, setting a cut of 40% from the levels of emissions of 2018 by 2030 (Farber 2022). However, this goal does not improve the overall rating of “highly insufficient” measures to meet the Paris agreement of 1.5 degrees celsius temperature limit by the Climate Tracker Action, ranking South Korea in the 60th spot at the 2022 Climate Change Performance Index.

The **Federal Republic of Somalia** is a country located in the horn of Africa and has a population of over 15 million people, of which 60% live in rural areas as nomadic or semi-nomadic (USDS 2010). As agriculture is responsible for about 65% of the GDP, climate change has several impacts in Somalia, for it's also a poor and underdeveloped country that lacks the means to adapt to the challenges that are imposed (World Bank Organization 2022). The vulnerabilities of the country are even worse because of 25 years of internal conflicts that made Somalia's governance systems weak (Kinyangi et. al. 2009). For this, the international stance of Somalia is, as observed in the speech of Han. Buri. M. Hanza, head of the Somali delegation at the COP16, that the international community leaves a great deal to be desired in addressing climate change in Somalia, which has problems much like the other Least Developed Countries, but exacerbated by the war.

The **Republic of the Sudan** is located in Africa and is home to more than 49 million people. Because of its underdevelopment, and of the essential role that agriculture and livestock play in its economy, Sudan is among the most vulnerable countries in the world to climate variability and change. Increased frequency of droughts and high rainfall variability over the past few decades have already put stress on the region's rainfed agriculture and pastoralist systems, the dominant livelihoods in rural areas (USAID 2020). Sudan is a party

to the Paris agreement, and, as stated by the representative of Sudan before the Intergovernmental Preparatory Meeting on climate change, has pursued the help of the international community in the means of financing, technological transfer, infrastructure development to complement its own efforts of developing sustainably.

The **United States of America** is a country located in North America that is home to over 349 million people. The USA is a developed country with 82% of its population living in urban areas, and with an economy mainly driven by service, industry and agriculture. The United States of America is historically the country that has contributed the most to global warming (World Resources Institute 2014), and it is already being affected by the effects of climate change, such as more frequent heat waves, extreme weather, increase in precipitation (World Bank Group 2022). During the Trump administration, The United States Of America left the GCM and constantly denied the existence of climate change (Blietzer 2019), even though the population of the United States is severely affected by climate, displacing millions that are forced to flee from storms, wildfires and floods (IDMC 2022; Milman 2018). The Biden-Harris administration has had a posture change compared to the last Trump administration, signing the United States of America back to the Paris agreement and taking measures to reduce GHG emissions (Climate Change Performance Index 2022). Despite United States of America efforts being considered “insufficient” by the 2022 Climate Action Tracker, facing climate change becomes a central point of the current administration (Blinken 2021).

Ukraine is an annex-1 party country in Eastern Europe, with a population of over 44 million people and an economy dominated by industry and agriculture. Ukraine is highly vulnerable to the impacts of climate change, and, for being an annex-1 party, is not eligible to receive climate finance through UNFCCC. Ukraine signed the Paris agreement and made substantial progress on climate action over the past years, but its efforts are considered “highly insufficient” by the Climate Action Tracker of 2021. Furthermore, the recent invasion of Ukraine by Russia threatens even more the climate targets and measures taken, as well as the weapons, jets and tanks impacts negatively on climate change, and exposing the world’s dependence on oil and gas (Braun 2022).

The **Bolivarian Republic of Venezuela** has been going through a migration crisis, with millions of people internally and internationally displaced. Even though the environment is not always recognized as an important factor in this scenario, extreme natural events have been increasing and affecting the country’s population. Climate change, thus, is leading, in some extent to the decision on migration. For example, thousands of indigenous people are facing the risk of losing their homes because of increasing sea levels. By other point of view, the lack of information concerning Venezuelan biodiversity, deforestation and other environmental data has made it difficult to understand the climate

change process in the country (Muggah, Brasil, and Margolis 2022). In the last few years, a severe drought reached the country. Other weather events, such as storms and floods, are set to happen with more frequency and reinforce the violation of environmental rights of the Venezuelan population. In addition to this discussion, one must highlight that Venezuela does not have a national plan for adaptation to climate change or any coordinating strong policy on the matter (Amnistía Internacional 2022).

The **Republic of Uzbekistan** is one of the most susceptible countries to be affected by environmental disasters and climate change. It has ratified the Paris Agreement and in 2021, it adopted an approach to mitigate the consequences of climate change and environmental problems. In this regard, the main worries in its policy concern the drying of the Aral Sea, reduction in the use of hydrocarbons, renewable energy sources, water resources, etc. The Aral Sea is particularly important to understand climate migration in the country. It has dried up over the last decades — a phenomenon motivated by anthropogenic action — and turned the region in a desert of salts, changing the economic sectors of the region and leading inhabitants to migrate. Thousands already left the area and more people are expected to do so — the number of displacements is expected to triple — as the environmental situation continues to worsen (Migrants Refugee 2020; Opinion 2021).

QUESTIONS TO PONDER

1 Should it be developed a human rights protection regime especific for climate migrants or the Convention of 1951 should include people displaced by environmental questions in the definition of refugee?

2 How must the negotiations on climate change advance on the principle of Common But Differentiated Responsibilities, as developing countries begin its path on industrialization and increase its share in the global emissions?

3 What are the next steps to fight displacement? How mitigation and adaptation measures can be implemented in developing countries with more success?

4 How can the international community assure climate migrants rights and dignity while there is not a strong protection regime for this type of displaced people?

5 Developed countries still need to bear heavier burdens while dealing with climate change and its consequences having in account the rise of emergent countries as China and India?

6 How can developed and emerging economies do more to tackle climate injustice and to provide developing and more vulnerable economies their right to development?

REFERENCES

Africa Talks Climate. 2010. "Talks Climate the Public Understanding of Climate Change."

2010. <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08b09ed915d622c000a6d/09-Sudan-Talks-Climate.pdf>.
- Ahlgren, Ingrid, Seiji Yamada, and Allen Wong. 2014. "J U N E 2 0 1 4 Rising Oceans, Climate Change, Food Aid, and Human Rights in the Marshall Islands." https://openresearch-repository.anu.edu.au/bitstream/1885/51404/2/01_Ahlgren_Rising_Oceans%2C_Climate_Change%2C_2014.pdf.
- Amnistía Internacional. 2022. "Clima21: Venezuela No Tiene Un Plan de Acción Y Adaptación al Cambio Climático | Amnistía Internacional | Venezuela." www.amnistia.org. 2022. <https://www.amnistia.org/ve/blog/2022/09/21786/clima-21-venezuela-no-tiene-un-plan-de-aacion-y-adaptacion-al-cambio-climatico>.
- ARE, Federal Office for Spatial Development. 1987. "1987: Brundtland Report" www.are.admin.ch. 1987. <https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>.
- Asian Studies Center. 2022. "Indonesia National Law and Policy Report." https://disasterdisplacement.org/wp-content/uploads/2021/08/Indonesia-Displacement-Law-and-Policy-Brief_English.pdf.
- Azadi Ka Amrit Mahotsav. 2022. "India's Stand at COP-26." [Pib.gov.in](http://pib.gov.in). February 3, 2022. <https://pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1795071>.
- Bates, Diane. 2002. "Environmental Refugees? Classifying Human Migrations Caused by Environmental Change" 23 (5): 465–77. <http://gambusia.zo.ncsu.edu/readings/Bates2002PopEnv.pdf>.
- Bathke, Benjamin. 2021. "'Greatest Challenge to Human Rights' – UN Demands Support for Rising Number of 'Environmental Migrants.'" [InfoMigrants](http://www.infomigrants.net). September 22, 2021. <https://www.infomigrants.net/en/post/35222/greatest-challenge-to-human-rights--un-demands-support-for-rising-number-of-environmental-migrants>.
- Bennhold, Katrin, and Jim Tankersley. 2022. "Ukraine War's Latest Victim? The Fight against Climate Change." *The New York Times*, June 26, 2022, sec. World. <https://www.nytimes.com/2022/06/26/world/europe/g7-summit-ukraine-war-climate-change.html>.
- Berchin, Issa Ibrahim, Isabela Blasi Valduga, Jéssica Garcia, and José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra. 2017. "Climate Change and Forced Migrations: An Effort towards Recognizing Climate Refugees." *Geoforum* 84 (84): 147–50. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2017.06.022>.
- Bhandari, Preety, Nate Warszawski, Deirdre Cogan, and Rhys Gerholdt. 2022. "What Is 'Loss and Damage' from Climate Change? 6 Key Questions, Answered." www.wri.org. April. <https://www.wri.org/insights/loss-damage-climate-change>.
- Bhattacharya, Bibek. 2021. "How Climate Change Is Changing the Indian Monsoon." *Mintlounge*. July 30, 2021. <https://lifestyle.livemint.com/news/big-story/dark-clouds-ahead-how-climate-change-is-changing-the-indian-monsoon-11f627637725104.html>.
- Bhattarai, Kamal Dev. 2020. "Nepal Gets Serious about Climate Change." [TheDiplomat.com](http://thediplomat.com). 2020. <https://thediplomat.com/2020/01/nepal-gets-serious-about-climate-change/>.
- Binaifer Nowrojee, Human Rights Watch/Africa, Project Human, and Droits De. 1996. *Shattered Lives : Sexual Violence during the Rwandan Genocide and Its Aftermath*. New York: Human Rights Watch.

- Chandel, S.S., Rajnish Shrivastva, Vikrant Sharma, and P. Ramasamy. 2016. "Overview of the Initiatives in Renewable Energy Sector under the National Action Plan on Climate Change in India." *Renewable and Sustainable Energy Reviews* 54 (February): 866–73. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2015.10.057>.
- Claro, Carolina A. B. 2018. "O Conceito de 'Refugiado Ambiental.'" *Refugiados Ambientais*, 2018. https://www.academia.edu/35797336/O_Conceito_de_Refugiado_Ambiental_.
- Climate Action Taker. 2022. "The Gambia." *Climateactiontracker.org*. July 6, 2022. <https://climateactiontracker.org/countries/gambia/>.
- Climate and Migration Coalition. 2017. "Climate Change Driving Migration into China's Vulnerable Cities -." *Climate & Migration Coalition*. March 10, 2017. <https://climatemigration.org.uk/climate-change-driving-migration-chinas-vulnerable-cities/>.
- Climate Centre. 2021. "Country-Level: Climate Fact Sheet." *Climate Centre*. 2021. <https://www.climatecentre.org/wp-content/uploads/RCCC-ICRC-Country-profiles-Sudan.pdf>.
- Climate Change Performance Index. 2021a. "CCPI Countries and Rankings: China | Climate Change Performance Index." *Climate Change Performance Index*. November 9, 2021. <https://ccpi.org/country/CHN/>.
- Definitions.net, STANDS4 LLC, 2022. "rainfed agriculture." Accessed July 8, 2022. <https://www.definitions.net/definition/rainfed+agriculture>.
- Dunlap, Riley, and Aaron McCright. 2011. "Organized Climate Change Denial." In *The Oxford Handbook of Climate Change and Society*, edited by John S. Dryzek, Richard B. Norgaard, and David Schlosberg. Oxford University Press.
- Eckstein, David, Vera Kunzel, and Laura Shafer. 2021. "GLOBAL CLIMATE RISK INDEX 2021." *Germanwatch*. https://www.germanwatch.org/sites/default/files/Global%20Climate%20Risk%20Index%202021_2.pdf.
- El-Bushra, Judy, and Kelly Fish. 2012. "Refugees and Internally Displaced Persons." *INCLUSIVE SECURITY*. Accessed June 16, 2022. https://www.inclusivesecurity.org/wp-content/uploads/2012/04/40_refugees.pdf.
- Enayatollah, Yazdani, and Qasemi Mostafa. 2016. "An Analysis on Failed State in Libya." *Www.sid.ir* 2 (6): 61–96. <https://www.sid.ir/en/Journal/ViewPaper.aspx?ID=575735>.
- Environment, U. N. 2017. "Climate Change and Adaptation." *UNEP - UN Environment Programme*. September 21, 2017. <https://www.unep.org/explore-topics/disasters-conflicts/where-we-work/sudan/climate-change-and-adaptation>.
- Erbach, Gregor. 2021. "BRIEFING EU Progress on Climate Action - How Are the Member States Doing?" [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/698766/EPRS_BRI\(2021\)698766_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2021/698766/EPRS_BRI(2021)698766_EN.pdf).
- Fankhauser, Sam. 2017. "Adaptation to Climate Change." *Annual Review of Resource Economics* 9 (1): 209–30. <https://doi.org/10.1146/annurev-resource-100516-033554>.
- Farber, Dan. 2022. "South Korea and Climate Change." *Legal Planet*. June 16, 2022. <https://legal-planet.org/2022/06/16/south-korea-and-climate-change/>.
- Feffer, John. 2021. "The Climate Crisis and Korea." *Institute for Policy Studies*. August 17, 2021. <https://ips-dc.org/the-climate-crisis-and-korea/>.
- Francis, Ellen. 2021. "Marshall Islands Pleads with World Leaders to Stop the 60,000-Person Nation from Drowning." *Washington Post*, 2021. <https://www>.

- Franz, W. 1997. "The Development of an International Agenda for Climate Change: Connecting Science to Policy." 1997. International Institute for Applied Systems Analysis, 1997. <https://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/5257/1/IR-97-034.pdf>.
- Führ, Rodrigo. 2019. "Migrações Ambientais: A Organização Internacional Para Migrações E a Formação de Um Regime Internacional." Undergraduate Dissertation. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/224688/001126269.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Future Earth. 2015. "The Great Acceleration." FutureEarth, January 16, 2015. <https://futureearth.org/2015/01/16/the-great-acceleration/>.
- Global Human Rights Defense. 2022. "Internally Displaced Persons in Pakistan." GHRD. <https://ghrd.org/wp-content/uploads/2022/03/Internally-Displaced-Persons-in-Pakistan.pdf>.
- Global Water Partnership. 2018. "Cameroon: Preparing National Adaptation Plan for Climate Change (NAPCC) and Its Investment Strategy (#492) - GWP". 2018. https://www.gwp.org/en/learn/KNOWLEDGE_RESOURCES/Case_Studies/Africa/cameroon-preparing-national-adaptation-plan-for-climate-change-napcc-and-its-investment-strategy-492/#:~:text=Cameroon%20is%20already%20facing%20consequences.
- Government of Qatar. 2022. "Environment and Sustainability." Government Communications Office. 2022. <https://www.gco.gov.qa/en/focus/environment-and-sustainability/>.
- Government of the Netherlands. 2019. "Climate Policy." Government.nl. 2019. <https://www.government.nl/topics/climate-change/climate-policy#:~:text=To%20combat%20climate%20change%2C%20the>.
- Government of the Republic of Namibia, and International Organization for Migration. 2018. "Assessing the Evidence: Migration, Environment and Climate Change in Namibia - Namibia | ReliefWeb." Reliefweb.int. 2018. <https://reliefweb.int/report/namibia/assessing-evidence-migration-environment-and-climate-change-namibia>.
- Government of the United States of America. 2021. "Report on the Impact of Climate Change on Migration." ReliefWeb. The White House. <https://reliefweb.int/report/world/report-impact-climate-change-migration-october-2021#:~:text=Specifically%2C%20one%20model%20forecasts%20that>.
- Gupta, Joyeeta. 2010. "A History of International Climate Change Policy." Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change 1 (5): 636–53. <https://doi.org/10.1002/wcc.67>.
- Harris, Paul G., org. 2007. Europe and global climate change: politics, foreign policy and regional cooperation. Cheltenham: Edward Elgar.
- Høvring, Roald. 2021. "9 Reasons Why Hondurans Are Forming Caravans and Leaving Their Co..." NRC. 2021. <https://www.nrc.no/perspectives/2021/nine-reasons-why-hondurans-are-forming-caravans-and-leaving-their-country/>.
- Human Right watch. 2016. "The Human Cost of Environmental Protection in Côte D'Ivoire." Human Rights Watch. September 15, 2016. <https://www.hrw.org/news/2016/09/15/human-cost-environmental-protection-cote-divoire>.
- Ida, Tetsuji. 2021. "Climate Refugees – the World's Forgotten Victims." Climate Champions. June 21, 2021. <https://climatechampions.unfccc.int/climate-refugees-the-worlds-forgotten-victims/>.
- IEA. 2021. "Statistics Report Key World Energy Statistics 2021." <https://iea.blob.core.windows.net/assets/52f66a88-0b63-4ad2-94a5-29d36e864b82/KeyWorldEnergyStatistics2021.pdf>.

- Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). 2022. "IPCC — Intergovernmental Panel on Climate Change." Intergovernmental Panel on Climate Change. 2022. <https://www.ipcc.ch/#:~:text=The%20IPCC%20was%20created%20to.>
- Internal Displacement Monitoring Center (IDMC). 2022a. "Cameroon." IDMC. 2022. <https://www.internal-displacement.org/countries/cameroon>.
- Internal Displacement Monitoring Center. 2021. "Global Report on Internal Displacement 2021." https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/grid2021_idmc.pdf#page=7.
- International Organization for Migration (IOM). 2018. "Mapping Human Mobility (Migration, Displacement and Planned Relocation) and Climate Change in International Processes, Policies and Legal Frameworks." <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/WIM%20TFD%20II.2%20Output.pdf>.
- Jackson, Peter. 2007. "From Stockholm to Kyoto: A Brief History of Climate Change | United Nations." www.un.org. June 2007.
- Jarvie, Michelle E. 2016. "Brundtland Report | Publication by World Commission on Environment and Development." In *Encyclopædia Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Brundtland-Report>.
- Jimenez-Damary, Cecilia. 2018. "Cameroon: Four Priorities to Strengthen Protection for Internally Displaced Persons." *Guardian Post*, November 16, 2018. https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/IDPersons/OP_GuardianPostCameroon16Nov2018.pdf.
- Joint Global Change Research Institute, Pacific Northwest Division, and Battelle Memorial Institute. 2009. "India: Impact of Climate Change to 2030." *National Intelligence Council*. https://www.dni.gov/files/documents/climate2030_india.pdf.
- Kreienkamp, Julia. 2019. "The Long Road to Paris." https://www.ucl.ac.uk/global-governance/sites/global-governance/files/the_long_road_to_paris_the_history_of_the_global_climate_change_regime.pdf.
- Lama, Mahendra. 2000. "Internal Displacement in India: Causes, Protection and Dilemmas | Forced Migration Review." *Www.fmreview.org*. 2000. <https://www.fmreview.org/accountability-and-displacement/lama>.
- Law insider. 2022. "Migration Governance Definition." *Law Insider*. October 19, 2022. <https://www.lawinsider.com/dictionary/migration-governance>.
- Linkhart, Doug. 2019. "Civic Engagement for Environmental Sustainability." *National Civic League*. 2019. <https://www.nationalcivicleague.org/ncr-article/civic-engagement-for-environmental-sustainability/>.
- Liselotte, JENSEN. s.d. "Climate Action in Czechia", 6.
- Lock, Helen. 2022. "The UK's 'Anti-Refugee Bill': What Everyone Should Know." *Global Citizen*. February 7, 2022. <https://www.globalcitizen.org/en/content/nationality-borders-bill-refugees-explainer/>.
- Ludwig, Fulco, Catharien Terwisscha van Scheltinga, Jan Verhagen, and Bart Kruijt. 2007. "Policy Department Economic and Scientific Policy Climate Change Impacts on Developing Countries -EU Accountability." [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2007/393511/IPOL-ENVI_ET\(2007\)393511_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2007/393511/IPOL-ENVI_ET(2007)393511_EN.pdf).
- Luterbacher, Urs, and Detlef F Sprinz, eds. 2001. *International Relations and Global Climate Change*. Cambridge (Mass.) ; London: The Mit Press, Cop. <http://ndl.ethernet.edu.et/bitstream/123456789/32966/1/31.pdf.pdf>.
- Lytton, Charlotte. 2018. "Top 10: Climate Change Campaigns." *The Guardian*. The

- Marbella International University Centre. 2019. "Defining Global Governance." Marbella International University Centre. May 15, 2019. <https://miuc.org/defining-global-governance/>.
- McAdam, Jane. 2016. "From the Nansen Initiative to the Platform on Disaster Displacement: Shaping International Approaches to Climate Change, Disasters and Displacement". SSRN Electronic Journal. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2901910>.
- McCarthy, James, Osvaldo F. Canziani, Neil A. Leary, David J. Dokken, and Kasey S. White. 2001. "CLIMATE CHANGE 2001: IMPACTS, ADAPTATION, and VULNERABILITY." https://library.harvard.edu/sites/default/files/static/collections/ipcc/docs/27_WGIITAR_FINAL.pdf.
- McClain, Shanna N., Carl Bruch, and Mai Fujii. 2022. "The Methodology and Application of a Migration with Dignity Framework." *Journal of Disaster Research* 17 (3): 308–14. <https://doi.org/10.20965/jdr.2022.p0308>.
- Menon, Shruti. 2021. "Climate Change: Can India Meet Its Targets?" BBC News, October 27, 2021, sec. India. <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-58922398>.
- Met Office. 2018. "What Is Climate Change?" Met Office. 2018. <https://www.metoffice.gov.uk/weather/climate-change/what-is-climate-change>.
- Met Office. 2022. "What Is COP?" Met Office. Accessed July 20, 2022. <https://www.metoffice.gov.uk/weather/climate/cop/what-is-cop>.
- Migrants Refugee. 2020. "Migration Profile Uzbekistan." <https://migrants-refugees.va/wp-content/uploads/2021/01/2020-CP-Uzbekistan-EN-rcz.pdf>.
- Ministry of Ecology and Environment of the People's Republic of China. 2021. "China's Policies and Actions for Addressing Climate Change (2020)." <http://www.ncsc.org.cn/yjcg/cbw/202111/P020211117418821628432.pdf>.
- Mori, Nobuhito, Tetsuya Takemi, Yasuto Tachikawa, Hirokazu Tatano, Tomoya Shimura, Tomohiro Tanaka, Toshimi Fujimi, Yukari Osakada, Adrean Webb, and Eiichi Nakakita. 2021a. "Recent Nationwide Climate Change Impact Assessments of Natural Hazards in Japan and East Asia." *Weather and Climate Extremes* 32 (June): 100309. <https://doi.org/10.1016/j.wace.2021.100309>.
- Muggah, Robert, Lycia Brasil, and Mac Margolis. 2022. "The Climate Crisis and Displacement in Venezuela." *Humanitarian Practice Network*. April 28, 2022. <https://odihpn.org/publication/the-climate-crisis-and-displacement-in-venezuela/>.
- Mulugeta Abebe, Allehone. 2011. "The Kampala Convention and Environmentally Induced Displacement in Africa." In . <https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/microsites/IDM/workshops/climate-change-2011/SessionIII-Paper-Allehone-Mulugeta-Abebe.pdf>.
- Myers, N. Reviews and a Special Collection of Papers on Human Migration. Source: *Philosophical Transactions: Biological Sciences*, v. 357, 2002.
- Nisbet, Matthew C., and John E. Kotcher. 2009. "A Two-Step Flow of Influence?" *Science Communication* 30 (3): 328–54. <https://doi.org/10.1177/1075547008328797>.
- Norway's International Climate and Forest Initiative. 2021. "Gabon Receives First Payment for Reducing CO2 Emissions under Historic CAFE Agreement." NICFI. June 22, 2021. <https://www.nicfi.no/current/gabon-receives-first-payment-for-reducing-co2-emissions-under-historic-cafe-agreement/>.
- OECD. 2012. "Green Growth in Action: Germany - OECD." *Oecd.org*. 2012. <https://www.oecd.org/greengrowth/greengrowthinactiongermany.htm>
- Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States (UN-OHRLS). 2009.

“The Impact of Climate Change on the Development Prospects of the Least Developed Countries and Small Island Developing States.” https://www.un.org/ohrrls/sites/www.un.org.ohrrls/files/the_impact_of_cc_on_ldcs_and_sids_for_web.pdf.

- Opinion, Guest Contributor. 2021. “Climate Policy of Uzbekistan: Implementation and Adaptation of Measures in the Most Vulnerable Sectors of the Economy.” EU Reporter. December 6, 2021. <https://www.eureporter.co/environment/2021/12/06/climate-policy-of-uzbekistan-implementation-and-adaptation-of-measures-in-the-most-vulnerable-sectors-of->
- Orsi, Cristiano d’, and Gino J. Naldi. 2021. “Climate-Induced Displacement in the Sahel: A Question of Classification.” *International Review of the Red Cross* 103 (918): 1029–65. <https://doi.org/10.1017/s1816383121000941>.
- Osman, Mobark M., and Harun Sevinc. 2019. “Adaptation of Climate-Responsive Building Design Strategies and Resilience to Climate Change in the Hot/Arid Region of Khartoum, Sudan.” *Sustainable Cities and Society* 47 (February): 101429. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2019.101429>.
- Oxfam Media Briefing. 2019. “Forced from Home: Climate-Fuelled Displacement.” OXFAM Media Briefing. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620914/mb-climate-displacement-cop25-021219-en.pdf>.
- Pellow, David N. 2016. “Toward a critical Environmental Justice Studies.” *Du Bois Review: Social Science Research on Race* 13 (2): 221–36. <https://doi.org/10.1017/s1742058x1600014x>.
- Picciariello, Angela, Sarah Id, Amir Bazaz, and Rathin Roy. 2021. “Literature Review the Costs of Climate Change in India a Review of the Climate-Related Risks Facing India, and Their Economic and Social Costs.” ODI. <http://cdn-odi-production.s3.amazonaws.com/media/documents/ODI-JR-CostClimateChangeIndia-final.pdf>.
- Podesta, John. 2019. “The Climate Crisis, Migration, and Refugees.” Brookings. July 25, 2019. <https://www.brookings.edu/research/the-climate-crisis-migration-and-refugees/#:~:text=In%202017%2C%2068.5%20million%20people>.
- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. 2021. “Honduras Releases New National Climate Pledge under Paris Agreement | Programa de Las Naciones Unidas Para El Desarrollo.” UNDP. May 21, 2021. <https://www.undp.org/es/honduras/noticias/honduras-releases-new-national-climate-pledge-under-paris-agreement#:~:text=In%20this%20NDC%2C%20Honduras%20ratifies>.
- Ramlogan, Rajendra. 1996. “Environmental Refugees: A Review.” *Environmental Conservation* 23 (1): 81–88. <https://doi.org/10.1017/s0376892900038285>.
- Reed, Richard K. 2015. “Environmental Destruction, Guaraní Refugees, and Indigenous Identity in Urban Paraguay.” *Climate Change, Culture, and Economics: Anthropological Investigations* 35 (September): 263–92. <https://doi.org/10.1108/s0190-128120150000035011>.
- Refugees International. 2021. “Can Regional Refugee Definitions Help Protect People Displaced by Climate Change in Latin America?” Refugees International. 2021. <https://www.refugeesinternational.org/reports/2021/2/16/can-regional-refugee-definitions-help-protect-people-displaced-by-climate-change-in-latin-america>.
- Refugees, United Nations High Commissioner for. 2022. “Refworld | Protection of Global Climate for Present and Future Generations of Mankind : Resolution / Adopted by the General Assembly.” Refworld. June 2022. <https://www.refworld.org/docid/3b00eff430.html>.
- ReliefWeb. 2021. “Climate Risk Country Profile - Malaysia - Malaysia.” ReliefWeb. August 17, 2021. <https://reliefweb.int/report/malaysia/climate-risk-country-profile-malaysia>.
- Republic of Malawi. 2021. “Republic of Malawi Updated Nationally Determined Con-

tributions.” <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/Malawi%20Update%20NDC%20July%202021%20submitted.pdf>.

Rigaud, Kanta Kumari, Alex de Sherbinin, Bryan Jones, Jonas Bergmann, and Viviane Clement. 2018. “Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration.” Washington: World Bank. Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration.

Ritchie, Hannah. 2019. “Who Has Contributed Most to Global CO2 Emissions?” Our World in Data. October 1, 2019. <https://ourworldindata.org/contributed-most-global-co2>.

Santi, Silvana. 2020. “La Nueva Política Migratoria de Paraguay: Derechos Humanos Y Seguridad Como Pilares Para El Tratamiento Político de La Inmigración.” *Estudios de Derecho* 77 (169). <https://doi.org/10.17533/udea.esde.v77n169a09>.

Scheffran, Jürgen, Tobias Ide, and Janpeter Schilling. 2014. “Violent Climate or Climate of Violence? Concepts and Relations with Focus on Kenya and Sudan.” *The International Journal of Human Rights* 18 (3): 369–90. <https://doi.org/10.1080/13642987.2014.914722>.

Shabi, Rachel. 2019. “How Immigration Became Britain’s Most Toxic Political Issue” *The Guardian*. The Guardian. November 15, 2019. <https://www.theguardian.com/politics/2019/nov/15/how-immigration-became-britains-most-toxic-political-issue>.

Shamsuddoha, Md. 2015. “Climate-Induced Displacement and Migration: Policy Gaps and Policy Alternative a Likely Legal Instrument for a Rights-Based Political Solution.” https://unfccc.int/files/adaptation/groups_committees/loss_and_damage_executive_committee/application/pdf/briefing_paper_climate_induced_displacement_and_migration.pdf.

Shue, Henry. 2015. “Historical Responsibility, Harm Prohibition, and Preservation Requirement: Core Practical Convergence on Climate Change.” *Moral Philosophy and Politics* 2 (1). <https://doi.org/10.1515/mopp-2013-0009>.

Siddig, Khalid, Davit Stepanyan, Manfred Wiebelt, Harald Grethe, and Tingju Zhu. 2020. “Climate Change and Agriculture in the Sudan: Impact Pathways beyond Changes in Mean Rainfall and Temperature.” *Ecological Economics* 169 (13): 106566. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106566>.

Steenmans, Katrien, and Aaron Cooper. 2020. “Ioane Teitiota v New Zealand: A Landmark Ruling for Climate Refugees?” *Coventry Law Journal* 25 (2): 23–32. https://pure.coventry.ac.uk/ws/portalfiles/portal/45460923/Steenmans_et_al_Ioane_Teitiota_Coventry_Law_Journal.pdf.

Steffen, Will, Wendy Broadgate, Lisa Deutsch, Owen Gaffney, and Cornelia Ludwig. 2015. “The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration.” *The Anthropocene Review* 2 (1): 81–98. <https://doi.org/10.1177/2053019614564785>.

Sydney, Chloe, and Alesia O’Connor. 2021. “Severity of Internal Displacement.” Internal Displacement Monitoring Center. Internal Displacement Monitoring Center. https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/2021.11.04_IDMC_SeverityOfDesplacement2021Report.pdf.

The White House. 2021. “Report on the Impact of Climate Change on Migration (October 2021) - World.” ReliefWeb. October 2021. <https://reliefweb.int/report/world/report-impact-climate-change-migration-october-2021-the-economy/>.

Tiido, Anna. 2020. “Climate Change and Migration – What Is Poland Afraid Of?” ICDS. January 17, 2020. <https://icds.ee/en/climate-change-and-migration-what-is-poland-d-afraid-of/>.

Trischler, Helmuth. 2016. “The Anthropocene.” *NTM Zeitschrift Für Geschichte Der Wissenschaften, Technik Und Medizin* 24 (3): 309–35. <https://doi.org/10.1007/s00048-016-0146-3>.

- UNFCCC. 2015. "The Paris Agreement." United Nations Framework Convention on Climate Change. United Nations. 2015. <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>
- United Arab Emirates. 2021. "Climate Action: For the Planet, for the Economy, for the People." Permanent Mission of the United Arab Emirates to the United Nations. July 30, 2021. <https://uaeun.org/climate-action-for-the-planet-for-the-economy-for-the-people/>.
- United Nation High Commissioner for Human Rights. 2022. "OHCHR | about Internally Displaced Persons." OHCHR. 2022. <https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-internally-displaced-persons/about-internally-displaced-persons>.
- United Nations Climate Change. 2021. "What Is the Kyoto Protocol?" Unfccc.int. 2021. https://unfccc.int/kyoto_protocol#:~:text=In%20short%2C%20the%20Kyoto%20Protocol.
- United Nations Development Programme. 2022a. "Cameroon." UNDP Climate Promise. January 2022.
- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). 2020. "The Impact of Climate Displacement on the Right to Education." ReliefWeb. UNESCO. <https://reliefweb.int/report/world/impact-climate-displacement-right-education>.
- United Nations Environment Program (UNEP). 2017. "Climate Change and Adaptation." United Nations Environment Program (UNEP), September 21, 2017. <https://www.unep.org/explore-topics/disasters-conflicts/where-we-work/sudan/climate-change-and-adaptation>.
- United Nations Human Rights Council. 2022. "Welcome to the Human Rights Council." United Nations Human Rights Council. 2022. <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/about-council>.
- United Nations Refugee Agency (UNHCR). 2008. "Armenia: Analysis of Gaps in the Protection of Refugees and Asylum Seekers." https://www.ohchr.org/sites/default/files/lib-docs/HRBodies/UPR/Documents/Session8/AM/UNCTA_UPR_ARM_S08_2010_UNCountryTeamArmenia_Document4.pdf.
- United Nations Refugee Agency (UNHCR). 2021. "Displaced on the Frontlines of the Climate Emergency." ArcGIS StoryMaps. August 18, 2021. <https://storymaps.arcgis.com/stories/065d18218b654c798ae9f360a626d903>.
- United Nations. 1972. "United Nations Conference on the Environment, Stockholm 1972." United Nations. 1972. <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>.
- United Nations. 2010. "LDC Identification Criteria & Indicators | Department of Economic and Social Affairs." Economic Analysis & Policy Division | Dept of Economic & Social Affairs | United Nations. March 4, 2010. <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category/ldc-criteria.html>.
- United Nations. 2014a. "Country Classification Data Sources, Country Classifications and Aggregation Methodology Data Sources." United Nations. https://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2014wesp_country_classification.pdf.
- United Nations. 2021. "Climate Change 'Biggest Threat Modern Humans Have Ever Faced,' World-Renowned Naturalist Tells Security Council, Calls for Greater Global Cooperation | UN Press." Press.un.org. February 23, 2021. <https://press.un.org/en/2021/sc14445.doc.htm>.
- United States Agency for International Development. 2011. "Famine Early Warning Systems Network-Informing Climate Change Adaptation Series a Climate Trend Analysis of Sudan Conclusions." <https://fews.net/sites/default/files/documents/re->

- United States Department of State. 2019. "Gabon 2019 Human Rights Report." United States Department of State. <https://www.state.gov/reports/2019-country-reports-on-human-rights-practices/gabon/>.
- Wandana, Samadhi, Udara Arachchige, Prabodhi Preethika, Rushini Wadanambi, Limasha Chathumini, and Nadeesha Dassanayake. 2020. "(PDF) the Effects of Industrialization on Climate Change." ResearchGate. September 5, 2020. https://www.researchgate.net/publication/344479407_The_effects_of_industrialization_on_climate_change.
- Warner, Koko. 2012. "Human Migration and Displacement in the Context of Adaptation to Climate Change: The Cancun Adaptation Framework and Potential for Future Action." *Environment and Planning C: Government and Policy* 30 (6): 1061–77. <https://doi.org/10.1068/c1209j>.
- Warner, Koko. 2018. "Coordinated Approaches to Large-Scale Movements of People: Contributions of the Paris Agreement and the Global Compacts for Migration and on Refugees." *Population and Environment* 39 (4): 384–401. <https://doi.org/10.1007/s11111-018-0299-1>.
- Watkiss, Paul. 2015. "A Review of the Economics of Adaptation and Climate-Resilient Development." <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/wp-content/uploads/2015/09/Working-Paper-205-Watkiss.pdf>.
- Weerasinghe, Sanjula. 2019. "Overview of UNHCR Study, 'in Harm's Way: International Protection in the Context of Nexus Dynamics between Conflict or Violence and Disaster or Climate Change.'" *International Journal of Refugee Law* 31 (1): 149–60. <https://doi.org/10.1093/ijrl/eez024>.
- Weidner, Helmut, and Lutz Mez. 2008. "German Climate Change Policy" *The Journal of Environment & Development* 17 (4): 356–78. <https://doi.org/10.1177/1070496508325910>.
- Wheeler, T., and J. von Braun. 2013. "Climate Change Impacts on Global Food Security." *Science* 341 (6145): 508–13. <https://doi.org/10.1126/science.1239402>.
- Wijaya, A S. 2014. "Climate Change, Global Warming and Global Inequity in Developed and Developing Countries (Analytical Perspective, Issue, Problem and Solution)." IOP Conference Series: Earth and Environmental Science 19 (1): 012008. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/19/1/012008>.
- Wilkinson, Emily. 2021. "Loss and Damage: What next for the 'Russian Doll' of Climate Change Action?" SOAS Blog. November 17, 2021. <https://study.soas.ac.uk/loss-damage-climate-change/>.
- Williams, Jeremy. 2021. "The Racial Violence of Climate Change." *Foreign Policy*. July 21, 2021. <https://foreignpolicy.com/2021/07/21/the-racial-violence-of-climate-change/>.
- World Bank Group. 2021a. "Armenia Climate Risk Country Profile." Washington, DC: World Bank Group, 2021. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/709836/climate-risk-country-profile-armenia.pdf>.
- World Bank Group. 2021b. "Namibia Climate Risk Country Profile." Washington, DC, World Bank Group: 2022. https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2021-08/15931-WB_Namibia%20Country%20Profile-WEB.pdf.
- World Bank Group. 2021c. "Pakistan Climate Risk Country Profile." Washington, DC: World Bank Group, 2021. https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2021-05/15078-WB_Pakistan%20Country%20Profile-WEB.pdf.
- World Bank Group. 2021d. "Paraguay Climate Risk Country Profile." Washington, DC: World Bank Group, 2021. https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2021-04/15726-WB_Paraguay%20Country%20Profile-WEB-2.pdf.

- World Bank Group. 2021e. "Gabon Climate Risk Country Profile." Washington, DC: World Bank Group, 2021. https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2021-06/15858-WB_Gabon%20Country%20Profile-WEB_0.pdf.
- World Economic Forum. 2015. "Migrant or Refugee: What's the Difference?" World Economic Forum. 2015. https://www.weforum.org/agenda/2015/11/reclaiming-the-term-migrant/?DAG=3&gclid=CjwKCAjwwL6aBhBIeiwADycBII-61mW-Zih1WKcEp3UDR0q8uHkvyVYhmQtqhExmj4ts82HapMqZzZxoCb9cQAvD_BwE.
- World Meteorological Organization (WMO). 2021. "WMO atlas of mortality and Economic Losses from Weather, Climate and Water Extremes (1970–2019)." World Meteorological Organization. https://library.wmo.int/doc_num.php?expl-num_id=10989.
- Worm, Boris, Heike Lotze, Isabelle Jubinville, Chris Wilcox, and Jenna Jambeck. 2017. "Annual Review of Environment and Resources Plastic as a Persistent Marine Pollutant." *Annual Review of Environment and Resources* 42 (August). <https://doi.org/10.1146/annurev-environ->.
- Zalasiewicz, Jan, Colin N. Waters, Colin P. Summerhayes, Alexander P. Wolfe, Anthony D. Barnosky, Alejandro Cearreta, Paul Crutzen, et al. 2017. "The Working Group on the Anthropocene: Summary of Evidence and Interim Recommendations." *Anthropocene* 19 (September): 55–60. <https://doi.org/10.1016/j.ance-ne.2017.09.001>.
- Zhang, Yanzhu, and Chao Zhang. 2004. "Thirty Years with Common but Differentiated Responsibility, Why Do We Need It Ever More Today?" May 4, 2004.
- . 2011. "The 1951 Convention Relating to the Status of Refugee and Its 1967 Protocol." UNHCR. UNHCR.
- . 2013. "UNHCR Global Appeal 2012-2013 - Malaysia." <https://www.unhcr.org/publications/fundraising/4ec23106b/unhcr-global-appeal-2012-2013-malaysia.html>.
- . 2015. "India: Countrywide Response Urgently Required to Address Chronic Internal Displacement." <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/201504-ap-india-overview-en.pdf>.
- . 2016. "Climate Change Risk in Sudan: Country Fact Sheet." <https://www.climate-links.org/sites/default/files/asset/document/2016%20CRM%20Fact%20Sheet-%20Sudan.pdf>.
- . 2021 (IDMC). "Internal Displacement in a Changing Climate." Internal Displacement Monitoring Center. Internal Displacement Monitoring Center. https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/grid2021_idmc.pdf.
- . 2021. "In Honduras, Climate Change Is One More Factor Sparking Displacement." UNHCR. November 9, 2021. <https://www.unhcr.org/news/stories/2021/11/61844eef4/honduras-climate-change-factor-sparking-displacement.html#:~:text=Stories->.
- . 2021. "Migration Governance Indicators - Republic of Gambia." <https://publications.iom.int/system/files/pdf/MGI-Gambia-2021.pdf>.
- . 2021. "Ukraine - Assessment - 13/12/2021." Climateactiontracker.org. 2021. <https://climateactiontracker.org/countries/ukraine/2021-12-13/>.
- . 2021b. "CCPI Countries and Rankings: Czech Republic | Climate Change Performance Index." November 9, 2021. <https://ccpi.org/country/cze/>.
- . 2021c. "CCPI Countries and Rankings: Poland | Climate Change Performance

- Index." Climate Change Performance Index. November 9, 2021. <https://ccpi.org/country/pol/>.
- . 2022. "Global Energy Review: CO2 Emissions in 2021 Global Emissions Rebound Sharply to Highest Ever Level." <https://iea.blob.core.windows.net/assets/c3086240-732b-4f6a-89d7-db01be018f5e/GlobalEnergyReviewCO2Emission-sin2021.pdf>.
- . 2022. "Migration Governance Indicators - the Republic of Malawi." <https://publications.iom.int/system/files/pdf/MGI-Malawi-2022.pdf>.
- . 2022a. "About Us." IDMC. 2022. <https://www.internal-displacement.org/about-us>.
- . 2022b. "Côte D'Ivoire." UNDP Climate Promise. 2022. <https://climatepromise.undp.org/what-we-do/where-we-work/cote-divoire>.
- . 2022b. "India." IDMC. 2022. <https://www.internal-displacement.org/countries/india>.
- . 2022b. "Malawi." IDMC. 2022. <https://www.internal-displacement.org/countries/malawi>.
- . 2022c. "Mauritania." UNDP Climate Promise. 2022. <https://climatepromise.undp.org/what-we-do/where-we-work/mauritania>.
- "Marshall Islands Climate Envoy: 'Failure Is Not an Option.'" 2021. [www.youtube.com](https://www.youtube.com/watch?v=tFjjZSFwDzI&ab_channel=Veritasium). 2021. https://www.youtube.com/watch?v=tFjjZSFwDzI&ab_channel=Veritasium.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL (UNSC)



The Russian-Ukraine War

*Ana Luiza Loh*¹
*Luísa Malfussi Horst*²

ABSTRACT

The invasion of Ukraine by Putin's armed forces in February 2022 — after weeks of negotiations — created a conflict that would be largely broadcasted throughout the whole world. We now follow the onslaughts of Russian troops, with advancing tanks and bombing, on military and civilian targets, beyond the regions of Luhansk and Donetsk (in the eastern part of Ukrainian territory). The lethality of the conflict caused infrastructure destruction, as well as an increase in the death toll of the civilian population and soldiers, several accusations of human rights violations and the emergence of yet another migratory crisis in the 21st century. The escalation of Russian aggressiveness puts to the test the Ukrainian resistance forces, just as the Kremlin's ability to endure the international economic and political sanctions.

¹ Ana Luiza is a fifth-year International Relations student at the Federal University of Rio Grande do Sul.

² Luísa is a fourth-year Law student at the Federal University of Rio Grande do Sul.

1 INTRODUCTION

After months of military escalation and intemperance on the border with Ukraine, Russia attacked the country on February 24th, 2022. The Russian action threatened to destabilize Europe and involve the United States. Russia has been strengthening its military control around Ukraine for the last years, when it has amassed tens of thousands of troops, equipment, and artillery at the country's gates. The mobilization has prompted warnings from U.S. intelligence officials that a Russian invasion could be imminent (Mariotti 2022).

Diplomatic efforts to calm tensions have not come to a conclusion. The independence of Donetsk and Luhansk, two Ukrainian separatist areas, was recognized by Russian President Vladimir Putin. A few days later, the Russian leader authorized a "special military operation" in Donbas, a separatist region in eastern Ukraine. In a speech on state TV, Putin said clashes between Ukrainian and Russian forces were inevitable (CNN 2022).

Russian troops have expanded their presence throughout Ukrainian territory and there are reports of explosions throughout the country. According to Ukrainian Foreign Minister Dmytro Kuleba, Putin has ordered a full-scale invasion of Ukraine. Moscow repeatedly denied that it was planning an attack, insisting that NATO (North Atlantic Treaty Organization) support for Ukraine poses a growing threat on Russia's western flank. An escalation of bombings in eastern Ukraine and a vehicle explosion in the separatist-controlled Donbas has heightened fears that Moscow may be stoking violence to justify an invasion (Bauer 2022).

The escalation in the years-long conflict between Russia and Ukraine has triggered the biggest security crisis on the continent since the Cold War. With that comes the specter of a dangerous confrontation between Western powers and Moscow (CNN 2022). Therefore, it is important to analyze from a historical perspective the relations between the powers involved in the conflict.

2 HISTORICAL BACKGROUND

As previously presented, centuries of bloodshed, foreign domination, and internal divisions have left Ukraine in a delicate position between West and East. Thus, the reasons why the region is at the center of a war stem from a broad historical context to be analyzed. A look at the long and intertwined history of the controversial neighbors reveals how the stage was set for today's conflict.

2.1 THE RUSSIAN EMPIRE AND THE SOVIET UNION

The origin of the Russian Empire goes back to the Grand Principality of Moscow, which dates back to the 16th century, when the troops of the first

Russian Czar - Ivan IV, the Terrible - conquered part of Siberia. Thus, began the process of Russian expansion. In the course of time, the Soviet Union was established in 1922, years ago, after the Bolsheviks' victory in the Russian Revolution of October 1917. In its most developed stage, after World War II, the Soviet Union was composed by 15 republics - Armenia, Azerbaijan, Belarus, Estonia, Georgia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Latvia, Lithuania, Moldova, Russia, Tajikistan, Turkmenistan, Ukraine, and Uzbekistan - and occupied a territory of 22.4 million square kilometers, encompassing nearly 300 million inhabitants (Gail 1990).

During the government of Josef Stalin (1924-1953), the Soviet Union was politically consolidated under a centralized and authoritarian one-party regime. Therefore, the czarist dictatorship was replaced by one of the Communist Party of the Union (CPUS) bureaucracy. The bureaucrats, based on a planned economy in which the means of production were carried out by the socialist state, controlled the Soviet Union, along with various local, regional and national deliberating bodies (Davies 1994).

However, the situation in the Soviet Union began to deteriorate rapidly once Mikhail Gorbachev took power, and the reforms he proposed for the economy did not yield the expected returns immediately. The perestroika reform plan consisted of a series of economic measures of overhaul. According to Gorbachev, it would not be necessary to eradicate the socialist system, but rather its reformulation would be inevitable. He therefore started to reduce the Soviet Union's military budget and to apply a gradual process of privatization, which was soon to lead the country to a situation of economic decline. The scenario worsened with the emergence of self-determination movements in parts of the Soviet territory (Hosking 1987).

Poland and Hungary negotiated free elections. In Czechoslovakia, Bulgaria, Romania, and East Germany, there were mass uprisings, calling for an end to the socialist regime. The culmination was the Fall of the Berlin Wall on November 9th 1989, putting an end to the Iron Curtain³ and, for some historians, to the Cold War itself. In addition, the measures taken by Gorbachev displeased a more traditional wing of the Communist Party, and in August 1991 an attempted coup d'état took place, but it failed and Gorbachev remained in the command of the Soviet Union. Such a context corroborated the end of the Soviet Union, and on December 25th, 1991, Gorbachev resigned. The next day the Soviet Union was dissolved and the Soviet flag was replaced by the Russian flag in Moscow (Mankoff 2022).

The Russian Federation is a semi-presidentialist Federal Republic, and is also the largest country in the world. The Russian territory is 17,124,442

³ The political, military, and ideological barrier erected by the Soviet Union after World War II to seal off itself and its dependent European allies from open contact with the West and other noncommunist areas (Mankoff 2022).

km², and has a population of approximately 145 million people. It has a GDP (Gross domestic product) of US\$ 1.395 trillion, and a per capita income of US\$ 7,742 (Mariotti 2022). The current President is Vladimir Putin. Russia, which until 1988 was part of and led the defunct Union of Soviet Socialist Republics (USSR), has its Armed Forces composed of the Army, Navy, and Air Force, totaling more than 660 thousand effective members, to protect a population of 145 million people and, as mentioned previously, the largest territory on the planet (Mariotti 2022).

2.2 THE REFERENDUM AND UKRAINE'S INDEPENDENCE: UKRAINIAN NATIONAL IDENTITY AND THE RUSSIA-UKRAINE DIPLOMATIC RELATIONS

Notably by this time, several important developments had taken place in Ukraine ever since, including the dissolution of the communist parties and the development of the infrastructure for separate Ukrainian armed forces. Ukraine had even withstood political pressure from Moscow to reconsider its course toward independence and enter into a restructured Soviet Union (Kravchuk 2019).

On January 12th, 1991, a referendum on the Declaration of Independence Act was held in Ukraine. A 92.3% majority of voters approved the Declaration of Independence. The referendum was called by the Parliament of Ukraine to confirm the Act of Independence that was adopted on August 24th, 1991. That same day, the country's presidential elections were held and Leonid Kravchuk was elected as Ukraine's first president. Ukraine was then globally recognized as an independent state —by other countries — on February 12th, 1991 (Kravchuk 2019).

On August 1991, the leaders of the three Slavic republics — Ukraine, Russia, and Belarus — agreed to establish the Commonwealth of Independent States (CIS), which was open to the other republics, and signed a declaration extinguishing the Soviet Union. At the end of the same year, twelve of the fifteen Soviet Republics subscribed to the Commonwealth of Independent States, decreeing the end of the Soviet Union. In a global ceremony, Gorbachev officially declared the end of the USSR and resigned from the government, as aforementioned (Mariotti 2022).

2.3 PREVIOUS RUSSIAN INTERVENTIONS IN UKRAINE

Firstly, on December 5th, 1994, three political agreements were signed at the Organization for Security and Co-operation in Europe conference in Budapest, Hungary to provide security assurances by its signatories in connection with the accession of Belarus, Kazakhstan and Ukraine to the Treaty on the

Non-Proliferation of Nuclear Weapons. These agreements formed the Budapest Memorandum on Security Assurances, which was originally signed by three nuclear powers: the Russian Federation, the United Kingdom and the United States. China and France conceded weaker individual guarantees in separate documents (Mankoff 2022).

The memorandum included security guarantees against threats or use of force against the territorial integrity or political independence of Ukraine, Belarus, and Kazakhstan. As a result, between 1994 and 1996, Belarus, Kazakhstan, and Ukraine gave up the world's third largest arsenal of nuclear weapons. In exchange, the agreement gave Ukraine guarantees that Russia would sign the Nuclear Non-Proliferation Treaty, including against threats or the use of force against the territorial integrity or political independence of Ukraine, as well as those of Belarus and Kazakhstan. The latter two are ruled by Putin's allies nowadays. Another important event took place in 1997, when Russia and Ukraine signed the Friendship Treaty, through which the Russian Federation recognized Ukraine's official borders, including the Crimean Peninsula, a region that holds an ethnic Russian majority (Mankoff 2022). In the early 1990s Crimea declared itself independent from Ukraine and advocated incorporation with Russia. This problem was only alleviated in 1997, when Crimea was given the status of an "autonomous republic" although this was never formally implemented by Kiev (Mankoff 2022).

Another diplomatic crisis occurred in 2003, when Russia unexpectedly began building a dam in the Kerch Strait near the Ukrainian island of Tulza — between Russian territory and the Crimean Peninsula. Kiev considered this a Russian attempt to redraw the national borders. The conflict was only settled after a meeting between the two presidents. The construction was suspended, but the facade of amity between the two parties began to show cracks (Mariotti 2022).

Tensions escalated during Ukraine's presidential elections in 2004, with Russia putting its full weight in support of Viktor Yanukovich, whose opposition was pro-Western candidate, Viktor Yushchenko. The Orange Revolution was another important event as it featured a series of protests and political events, which took place between 2004 and 2005, in response to massive allegations of corruption, voter intimidation, and outright election fraud during the election. The protests were instigated by widely held assumptions that the results of the vote between Viktor Yushchenko and Viktor Yanukovich were rigged in favor of the latter. Yet, the allegedly rigged election was upheld based on Ukrainian law and Yanukovich assumed the presidency. However, in view of the strength and persistence of the opposition movement, the results of the election were annulled and a second one was ordered by Ukraine's Supreme Court. Under intense scrutiny in the vote counting, the second ballot was accepted by electing Yushchenko, who assumed the presidency on February 23rd, 2005, in Kiev

(Mankoff 2022). During Yushchenko's tenure, the Russian Federation reacted by cutting off gas supplies to Ukraine on two occasions, in 2006 and 2009, as well as reducing the pressure on the transmission lines that also carried half of the fuel supplies to the EU, evidencing the clear outrage at Yushchenko's Western leanings. There were reports that Ukraine was allegedly stealing Russian gas that was to be shipped to the EU (Mariotti 2022).

In 2013, Yanukovich's government withdrew from signing a free trade and political association agreement with the European Union. Once again, part of the population took to the streets against the decision, in violent protests that even led to deaths. On February second, 2014, the protests culminated in the ousting of the Yanukovich by the Parliament, in a coup d'état, and the scheduling of early elections for May 25th in that year (Mariotti 2022).

In this interim, a new pro-European Union and anti-Russia government was created, which heightened separatist tensions in the Russian-majority Crimean peninsula, leading to a military escalation with Moscow taking action in the region. Crimea held a referendum that approved its accession to Russia, and Vladimir Putin's government proceeded with the territory's incorporation, even as the West disapproved (Mariotti 2022).

The Kremlin of Moscow took advantage of Kiev's lack of power and annexed the Crimean Peninsula in March, 2014. This was a turning point in relations between the two countries and the beginning of an undeclared war (Mariotti 2022). Donbass did not recognize the provisional government in Kiev as Yanukovich was removed by a coup d'état. Thus began a process to "federalize" Ukraine, giving more autonomy to the Donbass regions. This is immediately repressed by Kiev, and soon started the "anti-terrorist operation" that triggered the civil war. The Kiev government waited until May presidential election to launch a major military offensive, which was called to be an anti-terrorism operation (Mariotti 2022).

In May, magnate Petro Poroshenko was elected in the first round, and a month later, he ended up signing the agreement with the EU that would become the pivot of the whole crisis. The signing took place in the midst of clashes in the east of the country, scene of a pro-Russian separatist movement, threats, and criticism from Moscow's government. Later that year, the Ukrainian Army was able to push back the separatists, but Kiev's new president, Poroshenko, met with Putin in June 2014 on the occasion of the 70th anniversary of the World War II invasion of Normandy. The meeting, which would come to be known as the Normandy Format talks, took place under mediation by Germany and France (Mankoff 2022).

In late August, as Kiev has charged, Russia intervened militarily on a large scale, which the Kremlin denies. Ukrainian forces near Ilovaisk, a small town east of Donetsk, were defeated, in an episode that became a turning point in the war. The conflict ended officially in September with the signing of a ceasefire

in Minsk. The ensuing war of exhaustion that carries on to the present day. In early 2015, the separatists launched a new attack, according to Kiev, supported by Russian troops who removed their identifications from their uniforms prior to the fighting, which Moscow also denies (Mankoff 2022).

Ukrainian forces suffered another defeat, this time in the strategically important city of Debaltseve, from where they were forced to withdraw. Intermediation by the West resulted in what would come to be known as the Minsk Protocol, an agreement that serves as the basis for peace efforts. There were twelve issues, in all, addressed in the Minsk agreements. In addition to an immediate ceasefire, the protocol also established the withdrawal of foreign fighters, a certain level of autonomy for the Donetsk and Luhansk regions, border monitoring and the release of prisoners on both sides. However, the agreement was never fully implemented and failed on several points. Tension grew and conflicts intensified with military moves by NATO and Russia on the borders near Donbass (Bauer 2022). In addition to these events, on the 21st of February 2022, Ukrainian states such as Donetsk and Luhansk were recognized by Putin as independent, flouting the peace agreement signed with Ukraine in 2015 (G1 2022).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

The Russian-Ukraine war started in the beginning of the year and has soon impacted the whole world, whether it being because of the general increase of prices felt in different countries or the considerable media coverage. Once it is an ongoing conflict, in order for this study guide not to become fastly obsolete, we will analyze mostly causes and effects of the actions, instead of simply listing the progression of troops and current facts. Also, for this reason, this study guide will have a time mark and will only analyze the events that happened before July of 2022.

The first section will briefly discuss the invasion itself, indicating the moments that led to it, as well as the supposed reasons for Russia to initiate the invasion. The next section will focus on the global impacts that the invasion created for the countries not directly involved in the conflict, including their counter actions, such as financial sanctions, and also the effects for Russia and Ukraine. Lastly, we will analyze the human rights violations amidst the conflict and the mass migration, presenting the displacement numbers and the most common destinations.

3.1 THE RUSSIAN INVASION

During the month of January of 2022, the Russian military started to position itself along the Ukrainian border as part of a training exercise. Soon

after the Ukrainian president, Volodymyr Zelensky, requested Ukraine to join the North Atlantic Treaty Organization (NATO), the Russian troops invaded the country. On February 14th, in order to justify the invasion, Moscow recognized the independence of two separatists regions in Ukraine and reported that the military action was to defend these regions (G1 2022). The Russian government doesn't acknowledge it as an ongoing invasion, but rather a "special military operation" (Mbah and Wasum 2022). The Ukrainian wish to join NATO was consolidated in a constitutional amendment established in 2019, during the Petro Poroshenko's administration (AP News 2022; Kramer and Bilefsky 2022).

Some authors argue that Russia's initial intentions were a quick takeover of the country after marching towards Kyiv and establishing a new government that would be pro-Moscow. However, the Kremlin never publicly stated its clear intentions. Despite the fact that the Russian military capabilities were more abundant than the Ukrainian ones, the Russian troops failed to do so because there were not enough personnel to carry on a quick invasion and also because of the military aid provided by foreign countries. It was reported that at least 190 thousand Russian troops entered the Ukrainian territory in the beginning of the invasion (Mankoff 2022).

Different authors state that the Ukrainian resistance was not completely expected by Moscow. It received a huge boost when president Zelensky announced that he was going to stay in the country and resist, which increased his approval rating even more (Mankoff 2022; Kirby 2022; Brown et. al. 2022). Besides, there is a great involvement of civilians in the resistance, with some learning how to use firearms (Haynes 2022), while others are engaging in partisan warfare (Mankoff 2022). Once the initial goals could not be accomplished, Moscow's new campaign is focused towards securing the south and eastern regions, where a corridor can be formed, as well as the possibility to obtain financial gains from these territories (Kirby 2022; Mankoff 2022).

On the other hand, authors such as Miller (2022), argue that the last three wars that Russia was involved in, were very well calculated and that this one probably is also. The wars against Georgia in 2008, Ukraine in 2014 and Syria, since 2015, have guaranteed president Putin political gains and enabled his administration to successfully achieve some key political goals. In addition to that, the author emphasizes that a dysfunctional and destroyed Ukraine would already be a political gain to Russia (Miller 2022).

There are several assumptions debated as to why Putin launched this offensive. The first view that will be analyzed is the perception from the Russian government that Ukraine is an important political and economical area of influence. As already stated in this study guide, both countries share similarities in their history, especially regarding the years that they were part of the Soviet Union. In that sense, some political leaders, such as the Russian president Vla-

dimir Putin, the Belarusian president Aleksandr Lukashenko and the former Ukrainian president Viktor Yanukovych, still identify themselves more with the Soviet Union instead of their modern countries. Both Lukashenko and Yanukovych articulated the development of economical and political ties that were beneficial to Russia (Mankoff 2022).

In conformity to the supranational soviet feeling, the Russian government claims that the ultra-nationalist Ukrainian identity was artificially created by the West, in order to weaken Russian influence. President Putin has already spoken about Russia and Ukraine being formed by the same people and often refers to the proximity in religion, ethnic self-determination and language as a justification for the countries to be aligned. For those reasons, Moscow acknowledged that the invasion would be well accepted by some part of the Ukrainians, especially the Russian minority that lives in the country. Besides that, Putin's administration claimed that the Ukrainian government was being oppressive to people in separatists areas and to pro-Russian manifestators, even accusing the execution of a genocide (Ozili 2022; Mankoff 2022).

In order to diminish the Russian influence, Ukraine is trying to migrate towards a more West aligned policy. However, the Ukrainian wish to be part of NATO is perceived as a great menace to Russia's national security. Ever since the annexation of Crimea in 2014, the social support for Ukraine to join NATO has increased, reaching 62% in 2022 and 68% in favor of joining the EU. NATO's expansion towards Russia allows for there to be weapons and US military presence close to Russian borders, which for Russia is a higher cost than the invasion itself (Mankoff 2022).

On the other hand, the western approach argues that the main reason for Russia to launch the invasion was the fear of Ukraine falling out of its control. According to this view, Moscow saw as a threat the fact that Ukraine would be joining organizations and getting closer to western countries. In this sense, Ukraine would no longer be within its area of influence and cope with Russian demands. Ozili states that Russia's intentions were to depose Zelensky and establish a new government that would be once again pro-Russia and keep on following Moscow's orders in the economic and political fields (Ozili 2022). Until the writing of this study guide, the Russian troops have advanced in the Ukrainian territory creating a corridor interlocking Crimea and separatists areas such as Donetsk and Luhansk. Multiple cities have registered bombing throughout this whole invasion (Brown et. al. 2022).

One of Russia's conditions to end the invasion is the assurance of military neutrality of Ukraine. This would mean that Ukraine would not be able to join NATO or any other military alliance that would pose a threat to Russian national security. Besides, Moscow demands the recognition of the independence of the separatists regions, the Popular Republic of Donetsk and the Popular Republic of Luhansk, and the recognition that Crimea belongs to Russia since

2014 (Galvani 2022).

3.2 INTERNATIONAL ECONOMICAL AND POLITICAL IMPACTS

In this section it will analyze the international impact of the conflict for the international community. We will approach the economical results of the sanctions imposed on the Russian government and also its effects for the countries that stated them. Besides, it will address the political and social impacts.

3.2.1 IMPACTS FOR THE INTERNATIONAL COMMUNITY AND COUNTRIES' REACTIONS

Europe is the region that will be most affected by the war. That is, first of all, because of the proximity to Ukraine and its economical connections. Besides that, both Russia and Ukraine are major suppliers of important commodities to different countries in the world. The first examples are titanium and palladium, which are normally used in the making of smartphones, cars and aircraft. The war has hindered their supply, resulting in a major supply chain problem that affects the whole globe. In addition to that, both countries provide an important amount of agricultural commodities and are responsible for one fourth of all the wheat exports in the world, one fifth of all exports of corn and other coarse grains, 80% of all the sunflower oil exports and 13% of world fertilizer supply. In that sense, a decrease in supply of these products affects not only European countries, but the whole world, especially because some are present in standard products used in the daily lives of the general population. Therefore, the war is deeply connected to the increase of the annual inflation in most countries (Liadze et al. 2022). In Ozili (2022), all of the countries analyzed in the study have registered negative economic effects. The table below lists some of these countries and the indicators analyzed.

Table 1 - Economic consequences in the world

Countries	Economic indicators
Netherlands	Business confidence fell to 8.5 points in February 2022 from 9.0 points on January 2022
Turkey	Economic confidence index dropped to 98.2 points in February of 2022 from 100.8 points in January 2022. Also, manufacturing PMI fell to 50.4 points in February of 2022 from 50.5 points in January 2022
Denmark	Manufacturing confidence index fell to -2 point in February 2022 from -1 point in January 2022
Italy	Manufacturing confidence index dropped to 113.4 points in February of 2022 from 113.7 points in January.
Slovakia	Consumer confidence index fell by 0.9 points to -22.3 in February of 2022 from 21.4 in January
Taiwan	Consumer confidence index in Taiwan dropped to 73.19 points in February 2022 from 73.67 points in January 2022
Ireland	The AIB Ireland Manufacturing PMI declined to 57.8 points in February 2022 from 59.4 points in January.
Indonesia	The IHS Markit Indonesia Manufacturing PMI fell to 51.2 points in February 2022 from 53.7 points in January

Source: Ozili 2022

Another factor that creates a bigger disadvantage to Europe is regarding natural gas. Although Russia isn't the biggest exporter of gas, it is the supplier of 40% of all the natural gas used in European homes. For example, Germany and Italy both import 40% of their natural gas from Russia and the number is even

higher in countries in eastern Europe (Mbah and Wasum 2022; Liadze et al. 2022). According to Liadze et al. (2022), if Russia completely stops providing Europe with its natural gas, the continent could go into a deep recession.

Many countries within the European Union stated its disapproval of the invasion and established sanctions. Amongst the financial prohibitions announced by the organization are the ban of Russian enterprises in European trading venues, the ban of Russian deposits above 100 thousand Euros in European banks and any commercial relations regarding oil refining technologies. In addition to that, there will be impositions to the issuance of visas to Russian diplomats and businesspeople, besides the ban of the country from cultural events such as UEFA Champions League and Eurovision (Ozili 2022). More specifically, Germany halted the certification of the new Nord Stream 2 gas pipeline, which cost about 11 billion dollars. This project was finished in September of 2021 and was intended to double the amount of gas transported from Russia to Germany (Ellyatt 2022; Ozili 2022).

Another impact, but on the diplomatic field, was the change in the foreign position of Sweden and Finland. Both countries dropped their historical military neutrality when requested to join NATO in May of this year. Despite the request being well accepted by most of the member States, one member can still veto the entry. The Turkish government stated publicly that it would vote against the entry of the countries due to disputes regarding the Kurdish people. After a meeting at the end of June, the Turkish administration backed down and released a memo welcoming both nations to the organization. As a result, OTAN officially invited the States to join a day later (Picheta and Berlinger 2022).

Some of the impacts of the conflict In the US are the fear of inflation rates increasing due to the changes in commodities supplies, especially of special metals such as palladium. Besides, the higher prices of food and energy will impact the USA just as any other country of the globe, creating uncertainty in the markets. As expected, the US government took actions to help the Ukrainian side and president Biden has condemned the invasion on multiple occasions ("Biden Condemns..." 2022). One of the effective actions that the US government took was the release of one billion dollars in financial aid to be used in the purchase of weapons. Other actions established were the enforcement of sanctions, including the ban on exporting technological weaponry products to Russia, as well as the limitation of US exports of technologies that could be used to target Ukrainians, such as navigation systems, encryption security, lasers and more. In addition to that, the US also banned the Russian Central Bank from using US dollars in transactions and banned the importation of oil and gas from this country (Mbah and Wasum 2022; Ozili 2022). Many US and multinational companies also temporarily closed their stores in Russian territory, while others suspended new sales and customers (The New York Times 2022).

Other nations have also taken actions in support of Ukraine. Some

have established financial sanctions, suspended exports of goods intended to the Russian military forces, canceled export permits, and travel bans. The countries closer to the conflict, such as Estonia, Lithuania, Poland and others, have also banned Russian planes from flying in their airspace. Also, Australia, Canada, Estonia and Germany have offered Ukraine military assistance, while Argentina, India and Thailand have offered humanitarian aid, providing food and medical supply (Ozili 2022).

3.2.2 IMPACTS FOR RUSSIA

As previously stated, many countries acted to impose sanctions and other restrictive measures against Russia, in order to make Putin's administration retreat from Ukrainian territory. However, the sanctions that were meant to harm Russia have not only affected the Russian economy, but also have created spillover effects for all countries around the globe. In this sense, higher prices of food and its ingredients have been registered everywhere (Ozili 2022).

Amongst the sanctions imposed on Russia, there are the restrictions to its Central Bank. As an example the bank suffered the freezing of its reserves abroad and, along with other important Russian banks, was expelled from the Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication, also known as the SWIFT system. This system is the main network that connects banking transactions worldwide (Mbah and Wasum 2022; SWIFT 2022). All of the measures imposed against Russia have contributed to the analysis of a decrease in Russian GDP in the beginning of this year and the next one, as well as an estimated inflation rate reaching around 20% per year (Lee 2022; Mankoff 2022). However, Russia's Central Bank was successful in controlling the inflation rate and in maintaining the ruble at the best rate compared to the US dollar since 2018. Some Western companies, that have initially terminated all activities in Russia, are now going back under different names, such as McDonald's and Starbucks (Ioanes 2022).

In order to respond to the sanctions imposed, Russia established some retaliatory measures. Amongst those actions there is the ban of exports of more than 200 products related to communications, agricultural, electronic and medical equipment. Additionally, the Russian government has also banned Russian companies from paying shareholders outside the country, as well as prohibiting foreigners from selling Russian government stocks (Ozili 2022). Besides that, Russia announced the creation of a new payment system, in which it will be able to sell natural gas to other countries while receiving in Ruble. Some EU nations have already accepted the deal, fearing gas shortages especially during winter (Harlan and Pitrelli 2022).

One of the reasons for Russia to invade Ukraine was to advocate for a military neutrality of the country, that would not allow Ukraine to join NATO.

However, the effects of the invasion have resulted in an acceleration of the requests to join the organization by other states, such as Sweden and Finland (Picheta and Berlinger 2022). Furthermore, it is reported that Russia has already lost about 2% to 4% of its military personnel, including not only between 15 thousand and 33 thousand soldiers, but also around 581 generals and high-ranked officers. Also, it's estimated that Russia has lost around 23-42% of its tanks and 14% of its vehicles (The Moscow Times 2022). Ali (2022) also published that the US government estimates the loss of thousands of Russian high ranked officers and that its chain of command could already be suffering. They also estimate that around 15 thousand people have been killed and 45 thousand wounded (Ali 2022).

3.2.3 IMPACTS FOR UKRAINE

Besides the inflation, increase in living and food prices that has been documented in many countries around the world, Ukraine has to deal with a military conflict in its territory. The main impact of the conflict are the consequences that it poses to its people. Once the displacement of people and human rights assurances are very important matters to be analyzed, both will have a dedicated subtopic on this study guide.

Regarding the territorial invasion, Zelensky affirmed that Russia had already occupied one fifth of the Ukrainian territory in early June (Kirby 2022). As for the economic loss, it is estimated that Ukraine's economy will decrease 45% in 2022 (The World Bank 2022). Analysts assume that the total infraestructural damage caused by the conflict in Ukraine is at least 80,4 billion dollars. According to Dean (2022), as of April 11th, more than 23 thousand residential buildings, eight civilian airports, 205 medical institutions amongst other facilities have been destroyed, damaged or seized (Table 2). Additionally, the only functioning oil refinery in Ukraine was completely destroyed by Russian missiles (Dean 2022).

Table 2 - Losses of Ukraine's economy from damage of physical infrastructure since the beginning of the hostilities as of April 11th 2022

Infrastructure facilities	Number of items	Total damages, \$ million
Residential buildings, thousands sq. meters	23,177	28,965
Roads, km	37,423,92	28,785
Civilian airports	8	6,816
Industrial enterprises, factories	145	6,663
Healthcare institutions	205	1,079
Bridges and bridges crossings	277	1,555
Ports and port infrastructure	2	622
Military airfields	10	390
Administration buildings	54	295
Others	-	5,230
Total	-	80,400

Source: Dean 2022

Regarding casualties, it is estimated that Ukraine loses between 600 and one thousand soldiers per day. Before the war, Ukraine had around 125 thousand people in its troops, with another 102 thousand national and border control guards. After the start of the war, it is estimated that the total number increased to 500 thousand (Harding 2022). This high rate of casualties is viewed with some caution and worries members of the military. Although Ukraine will not run out of soldiers, there are some preoccupations amongst some high ranked officials about the ongoing of the war after losing many well trained qualified unit members (Sparks 2022).

3.3 HUMAN RIGHTS VIOLATIONS AND DISPLACEMENT

After many years of political instabilization and even the annexation of one of its regions, Ukraine is experiencing another year of military conflict in its territory. While most of the population just wants peace and stability, civilians have been forced to join forces with the military to resist the invasion and to protect its country. Others have decided to finally leave their country, fleeing in any way they could. Therefore, the conflict forced more than 12 million people to flee their homes and has created more than 5,6 million Ukrainian refugees until July of 2022 (BBC News 2022b; UNHCR 2022; Mankoff 2022). Besides, more than 3,6 million people have been registered for temporary protection in Europe and over 8,7 million people registered crossing the Ukrainian border, with numbers increasing every month. The country with the highest number of refugees received is Russia, with 1,5 million people. It is followed by Poland, with more than 1,2 people, and Germany, with more than 867 thousand (UNHCR 2022).

In 2022, the European Union established that the Ukrainian refugees have an automatic right to live and work in any of its member states for up to three years. When they arrive in a country, they receive housing in reception centers, food and medical care when needed (BBC News 2022b). Yet, not all refugees have been reportedly treated in a friendly manner. According to the head of Amnesty International Ukraine, Oksana Pokalchuk, non-Ukrainian refugees and black people trying to leave the country have suffered discrimination and violence (Zemelyte 2022).

According to the United Nations High Commissioner for Human Rights, there have been over 10 thousand civilians killed or injured since July 3rd and 335 children killed. The numbers are not precise, meaning that the actual casualties are higher due to the undocumented ones. Both sides of the conflict have been reported to be violating international humanitarian laws. It has been mentioned that the Ukrainian forces arrested over one thousand people for allegedly supporting Russian attacks and the United Nations fears that the arrests have not been in accordance with international laws. Furthermore, it was also documented that the Ukrainian forces are responsible for the disappearance of at least twelve bodies (OHCHR 2022).

On the other hand, Russia launched multiple attacks with missile and rocket systems and is accused of placing cluster munitions inside. Although Russia didn't sign the UN Convention on Cluster Munitions, it is still a great threat to civilians, once this type of munition contains various numbers of submunitions that are scattered throughout a wide area and commonly fail to explode at first. Therefore, posing a threat to the local population during and after the conflict (UNODA n.d.). Additionally, Russia is also accused of placing military targets near civilians and of killings not related to active fighting. The

destruction of over 400 medical and educational facilities have been reported, as well as 270 detentions and enforced disappearance. Both Russia and Ukraine are accused of using human shields during the conflict and reported torturing prisoners (OHCHR 2022).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

In this section we will analyze previous agreements and discussions regarding the Russia-Ukraine conflict. We will describe the actions, as well as its historical context, in order to better understand its relation with the ongoing war. Additionally, we will also analyze its actual effectiveness in preventing a new escalation of conflict.

4.1 MINSK AGREEMENTS

In 2014, several hostilities took place in the separatists regions of Donetsk and Lugansk in Ukraine, as previously stated in the Historical Background of this study guide. The conflict resulted in one third of the Donbass territory being under the control of the separatists and forced more than 110 thousand people to flee their homes. With the mediation of European representatives, as well as from the US, Russia and Ukraine, a ceasefire, disarmament and amnesty was established. After further discussions, the Minsk Protocol, also known as the Minsk I, was signed in September 2014 by Russia, Ukraine and the leaders of the separatists regions (Arbatova 2022). The protocol stated 12 points of actions to be taken, in order to end the conflict. Amongst these points we stress out the insurance of an immediate ceasefire, the decentralization of power, the monitoring of the borders between Russia and Ukraine, the immediate release of hostages, the removal of military formations, militants and mercenaries from the invaded territories, the development of an economical program for the separatists regions, as well as the establishment of local elections (Protocol on the outcome... 2015).

However, the Minsk I agreement was a big failure, once it could not fulfill its main goal of resolution of the conflict and the establishment of peace in the region. Thus, soon after its signature, hostilities began again. In the same way as the first protocol, the Minsk II agreement had the leadership of the European countries, this time in the figures of the German Chancellor, Angela Merkel, and the French President, François Hollande. After another set of discussions, the Minsk II agreement, with the official name of “Package of measures for the Implementation of the Minsk agreements”, was created and signed in February 2015. This new document was meant to complement the first protocol, stating more detailed information on each topic (Arbatova 2022; Åtland 2020; Package of measures... 2015).

Yet, despite the efforts, both agreements failed to maintain peace and stability in the region. Many associate its failure to the rushed drafting of the Minsk II, which resulted in contradictions and was open to different interpretations of its norms. Ukraine expected the Russian military to firstly withdraw from the occupied territories, in order to then establish new elections in these regions and be able to give them more autonomy. On the other hand, the Russian government understood that the elections would take place as soon as their troops left the territory. Even though the European countries were important figures in the ceasefire negotiations, none of them declared to be against or in favor of the different interpretations. Furthermore, the agreement mentioned Ukraine and the separatists but did not mention Russia, enabling them to act as a mediator instead as one of the actors in the conflict. Besides that, some authors estimate that the separatists never actually planned to follow the agreement, especially because it intended to maintain Ukrainian control over the areas and the establishment of elections under Ukrainian laws (Arbatova 2022; Åtland 2020).

4.2 U.S. AND EUROPEAN UNION SANCTIONS TOWARD THE ANNEXATION OF CRIMEA IN 2014

While European countries and the US consider Crimea to be part of Ukraine, Putin remains determined to defend the idea that the peninsula belongs to Russia, warning that Ukraine's entry into NATO could lead the US and Europe into a war with Russia over control of the territory (Zukowska 2018). The news of the annexation was widely criticized internationally, and both the U.S. and the European Union imposed a series of sanctions in response to the annexation of the peninsula, which was considered illegal, including economic sanctions targeting individuals, entities, and specific sectors of the Russian economy (Zukowska 2018).

In 2014, the former president of the US, Obama, signed Executive Order 13660 that authorizes sanctions on individuals and entities responsible for violating the sovereignty and territorial integrity of Ukraine, or for stealing the assets of the Ukrainian people. These sanctions also put in place restrictions on the travel of certain individuals and officials. In addition, there have been other sanctions in the same vein (Zukowska 2018).

On the EU side, the measures were adopted to weaken the Kremlin's ability to finance the war and impose clear economic and political costs on Russia's political elite responsible for the invasion. The measures include individual and economic sanctions, diplomatic measures and restrictions on media, on economic relations with Crimea and Sevastopol, on economic relations with the non-government-controlled areas of Donetsk and Luhansk and also on economic cooperation. It is important to note, also, that The EU has also adopted sanctions against Belarus in response to its involvement in the invasion of

Ukraine (Shagina 2017).

By way of example, we have asset freezes and travel restrictions, which discriminates against 1214 individuals and 108 entities that are subject to an asset freeze and a travel ban because their actions have undermined Ukraine's territorial integrity, sovereignty and independence. The list of sanctioned persons and entities is kept under constant review and is subject to periodic renewals by the Council. Among those listed are Vladimir Putin, Sergey Lavrov, Viktor and Oleksandr Yanukovych, members of the Russian State Duma, members of the National Security Council, military staff and high-ranking officials, businesspeople and oligarchs, including Roman Abramovich, among others (Shagina 2017).

5 BLOC POSITIONS

With regard to the **Republic of Albania's** position, it should be noted that it has been reported that, together with the United States, the country is preparing a draft resolution to condemn Russia's actions in Ukraine and wants to submit it to the UN Security Council, diplomatic sources said. It is important to mention all the problems Albania has been facing in recent weeks on account of Russian-Ukrainian espionage (Therme 2022).

The **People's Republic of China's** stance on the war in Ukraine has been neutral. On one hand, the country has avoided condemning Russia, but on the other, it has shown concern about the Ukrainian situation. Despite the attempt at neutrality, China has exercised judgment on the historical conditions that would have led to the war: the encirclement that the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the United States (US) would have made to Russia in the last decades. Thus, while China's position is that of neutrality between Russia and Ukraine on one front (the conflict), on the other, when it comes to judging the security role of the US and NATO, the country has denounced the expansionist behavior of the US-European alliance and, additionally, refuted any attempt to compare the Russian-Ukrainian situation with the Sino-Taiwanese one (Therme 2022).

The **Federative Republic of Brazil** adopts a position of neutrality in the conflict. According to the Brazilian Foreign Minister, Carlos França, Brazil has a position of balance and impartiality. During a voting in the UN General Assembly, the Brazilian delegation abstained from voting a resolution condemning Russia. Despite this, in a UN Security Council meeting in March of this year, the Brazilian ambassador has demanded an urgent ceasefire and the establishment of peace in the region ("Rússia Agradece Brasil..." 2022; "Brasil Não Tomará Partido..." 2022).

The **French Republic**, as one of Russia's biggest commercial partners, was one of the countries to oppose the Ukrainian entry in NATO in 2008, after the Russian government publicly manifested against it (Liadze et al. 2022; Ozili

2022). In the conflict of 2014, France acted as a mediator for the conflict and its former president, François Hollande, even drafted a peace resolution alongside the German chancellor at the time, Angela Merkel. These efforts culminated in the Minsk Package (Arbatova 2022). Together with the European community, France also imposed sanctions against Russia (Ozili 2022).

Ireland has been very active in defending Ukrainian interests among the European community. Firstly, it supported the Ukrainian candidacy for membership in the European Union and also the expulsion of Russia from the Council of Europe. Together with the EU, Ireland is aiding Ukraine with “humanitarian, political, financial and non-lethal material” (Ireland 2022) and acted in favor of the EU sanctions against Russia. Besides, it has established an Action Plan to assist Ukraine in rebuilding its infrastructure, through an one million Euros donation to the Ukraine Donor Fund in the Council of Europe’s Development Bank (Ireland 2022). In the same way, Russian airlines have been banned from Irish airspace (Ozili 2022).

It should be noted that the countries representing Africa in the Security Council, namely the **Republic of Kenya**, Republic of Ghana and the Gabonese Republic, had to deal with different matters from those addressed here, as they also condemned discrimination against African citizens at the Ukrainian border. Faced with disturbing reports of racist treatment of Africans and African descendants seeking to flee Ukraine to safety, their position was to reaffirm equality in order to stop the mistreatment of African people at Europe’s borders. In this regard, the Kenyan Ambassador to the UN, Martin Kimani, expressed gratitude to countries such as Hungary, Poland, Romania, and Slovakia for allowing Kenyan citizens to flee Ukraine to enter their countries without visas (Therme 2022).

The **Kingdom of Norway’s** importance is evident from its observation centers in the Arctic Circle, where the Russian fleet and Russian submarines that leave from the north of Norway to the North Atlantic can be observed. In addition, the country is a member of NATO. Even though a Russian attack on Norway is unlikely, the country’s Ministry of Defense has chosen to reinforce troops on the borders with Russia (Therme 2022).

The **Republic of India** has maintained its neutrality when it comes to the Russia-Ukraine conflict. India has important commercial connections to Russia, including the import of Russian oil. Therefore, the Indian delegation in the United Nations has abstained from voting in condemning the invasion and the government has even received a diplomatic visit from the Russian Foreign Minister in April of this year (International Crisis Group 2022). Yet, it has not refused from aiding Ukraine with humanitarian goods, such as medical supplies (Ozili 2022).

The **Russian Federation** started doing military training exercises in the Ukrainian border in the beginning of 2022, which culminated in a special

military operation and the recognition of the independence of the separatist regions of Donetsk and Luhansk. The Russian government has already stated its dislike of the OTAN expansion towards the East, claiming the concern on its national security. Some of the conditions to end the conflict are the neutrality of Ukraine, preventing the country from joining any military alliance that would pose a threat to Russian security, the recognition of independence of Donetsk and Luhansk, as well as the acknowledgement of Crimea belonging to Russia since 2014 (Mbah and Wasum 2022; Galvani 2022).

The **United Arab Emirates** surprised its Western allies when it abstained on a United Nations Security Council resolution drafted by the United States that condemned Russia for its invasion of Ukraine. The move represented a declaration of neutrality by one of the United States' closest allies in the Middle East in a war that has polarized the international community. Anwar Gargash, adviser to the UAE president, said that taking sides would only lead to more violence." The UAE's priority would indeed be to encourage all parties to resort to diplomatic action and negotiate to find a political solution (Therme 2022). The United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland also imposed sanctions against Russia, in order to condemn the invasion. The main ones are the freezing of accounts owned by the Russian elite that supports president Putin in British banks, the banning of the use of Pound Sterling for transactions between banks as well as banning some Russian companies from operating in the UK (Ozili 2022). Nevertheless, Russia is a relevant commercial partner for the UK (Liadze et al. 2022).

The **United Mexican States** has an ambiguous positioning to the Russia-Ukraine conflict. The Mexican delegation in the UN has voted in favor of condemning the Russian invasion and demanding an immediate withdrawal of military forces. However, Mexico abstained from suspending Russia from the UN Human Rights Body and also didn't impose sanctions against the Russian government (Reuters 2022; The Associated Press 2022). In contrast, president Obrador called NATO's policy of supplying weapons as immoral, stating that the conflict could have been avoided (The Associated Press 2022).

The **United States of America** abandoned the Intermediate Nuclear Forces Treaty in 2019, after accusing Russia of not complying with it, thus enabling nuclear deployments around the Russian territory (Mankoff 2022). Once the conflict started, the US established, alongside other countries, multiple sanctions against Russia, including the bannement of the exports of war technologies, electronic components used for communications, security and navigation, as well as economic sanctions, such as the bannement from transactions using American dollar (Ozili 2022). Besides, the Biden administration also assisted Ukraine with over one billion dollars for the purchase of security assets (Kirby 2022; Ozili 2022).

QUESTIONS TO PONDER

1 How did the historical relations between Russia and Ukraine influence the ongoing conflict?

2 How and why does the Russian-Ukraine conflict favor the domestic perception of president Putin?

3 Are the international sanctions imposed on Russia fair? Or are they not enough to prevent and reduce further escalation of the conflict?

4 Can the countries maintain the sanctions until a peace agreement is signed? If not, what are the alternatives?

5 How can it be ensured that the human rights violation accusations will be properly investigated and that the supposed perpetrators will have a fair trial?

6 What are the requirements to establish a long lasting peace agreement between Russia and Ukraine? How can other countries help to achieve and maintain that?

REFERENCES

- Ali, Idrees. 2022. "Russia Taking Hundreds of Casualties Daily in Ukraine War -U.S. Official" Reuters, July 22, 2022, sec. Europe. <https://www.reuters.com/world/europe/russia-taking-hundreds-casualties-daily-ukraine-war-us-official-2022-07-22/>.
- AP News. 2019. "Ukraine President Signs Amendment on NATO, EU Membership." AP News. February 19, 2019. <https://apnews.com/article/cb742d45ae394798bbc-7891d30efaa71>.
- Arbatova, Nadezhda. 2022. "Were the Minsk Agreements Doomed to Failure? An Alternative History." Edited by Ekaterina Stepanova and Sergei Golunov. *Pathways to Peace and Security* 1 (62): 107–20.
- Åtland, Kristian. 2020. "Destined for Deadlock? Russia, Ukraine, and the Unfulfilled Minsk Agreements." *Post-Soviet Affairs* 36 (2): 122–39.
- Bauer, Yehuda. 2022. "The Russo-Ukrainian War through a Historian's Eyes." *Israel Journal of Foreign Affairs*, April, 1–4. <https://doi.org/10.1080/23739770.2022.2056376>.
- BBC News. 2022a. "Ukraine Crisis: Nord Stream 2 Pipeline Could Be Axed, US Warns," January 27, 2022, sec. Europe. <https://www.bbc.com/news/world-europe-60151839>. BBC News. 2022b. "Ukraine Crisis: How Many Refugees and Where Might They Go?," May 26, 2022, sec. World. <https://www.bbc.com/news/world-60555472>.
- "Biden Condemns Putin's 'Unprovoked and Unjustified' Invasion of Ukraine." 2022. U.S. Embassy & Consulates in Italy. February 25, 2022. <https://it.usembassy.gov/biden-condemns-putins-unprovoked-and-unjustified-invasion-of-ukraine/>.
- "Brasil Não Tomará Partido Na Guerra Na Ucrânia, Diz Chanceler." 2022. *Poder360*. March 8, 2022.

- Birchfield, Vicki L, and Alasdair R Young. 2018. *Triangular Diplomacy among the United States, the European Union, and the Russian Federation : Responses to the Crisis in Ukraine*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Brown et. al., David. 2022. "Ukraine Invasion: Russia's Attack in Maps." BBC News, February 24, 2022, sec. Europe. <https://www.bbc.com/news/world-europe-60506682>. Davies, R W, Mark Harrison, and S G Wheatcroft. 1994. *The Economic Transformation of the Soviet Union, 1913-1945*. Cambridge ; New York: Cambridge University Press.
- Canada, and Europe." *Advances in Social Sciences Research Journal* 9 (3): 144–53. <https://doi.org/10.14738/assrj.93.12005>.
- Dean, Grace. 2022. "Russia's Invasion Has Caused \$80 Billion Worth of Damage to Ukraine's Physical Infrastructure, Economists Say. This Chart Breaks down What's Been Hit" *Business Insider*. April 12, 2022. <https://www.businessinsider.com/what-ukrainian-infrastructure-damaged-russia-invasion-homes-roads-schools-hospitals-2022-4>.
- Ellyatt, Holly. 2022. "Nord Stream 2 Cost \$11 Billion to Build. Now, the Russia-Europe Gas Pipeline Is Unused and Abandoned." *CNBC*. March 31, 2022. <https://www.cnbc.com/2022/03/31/the-nord-stream-2-pipeline-lies-abandoned-after-russia-invaded-ukraine.html>.
- Freedman, Lawrence. 2019. *Ukraine and the Art of Strategy*. New York, Ny: Oxford University Press.
- G1. 2022. "Cem Dias Da Invasão Russa Da Ucrânia: Veja Os Momentos-Chave Da Guerra." G1. June 3, 2022.
- Gail Warshofsky Lapidus, and In Soviet. 1990. *State and Society : Toward the Emergence of Civil Society in the Soviet Union*. Berkeley, Calif.: Berkeley-Stanford Program In Soviet Studies.
- Galvani, Giovanna. 2022. "Entenda a Guerra Da Ucrânia Em 10 Pontos." *CNN Brasil*. March 25, 2022.
- Galvani, Giovanna. 2022. "Entenda a Guerra Da Ucrânia Em 10 Pontos." *CNN Brasil*. March 25, 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-guerra-da-ucrania-em-10-pontos/>.
- Harding, Luke. 2022. "Ukraine's High Casualty Rate Could Bring War to Tipping Point." *The Guardian*. June 10, 2022. <https://www.theguardian.com/world/2022/jun/10/ukraine-casualty-rate-russia-war-tip-point>.
- Harlan, Chico, and Stefano Pitrelli. 2022. "Europe Accepts Putin's Demands on Gas Payments to Avoid More Shut-Offs." *Washington Post*, May 24, 2022. <https://www.washingtonpost.com/world/2022/05/24/eu-russian-gas-putin-rubles/>.
- Haynes, Deborah. 2022. "Ukraine Tensions: Civilians Learn Gun Skills in Preparation for Large-Scale Russian Invasion." *Sky News*. February 24, 2022. <https://news.sky.com/story/ukraine-tensions-civilians-learn-gun-skills-in-preparation-for-possible-large-scale-russian-invasion-12549790>.
- Hosking, Geoffrey. 1987. *First Socialist Society : A History of the Soviet Union from Within*. Belknap Harvard. <https://abcnews.go.com/International/wireStory/mexican-president-slams-nato-policy-ukraine-85359386>. <https://doi.org/10.1080/1060586x.2020.1720443>.
- Liadze, Iana, Corrado Macchiarelli, Paul Mortimer-Lee, and Patricia Sanchez Juanino. 2022. "Policy Paper N. 32: The Economic Costs of the Russia- Ukraine Conflict." London: National Institute of Economic and Social Research.
- International Crisis Group. 2022. "India's Response to Russia's War in Ukraine." *International Crisis Group*. July 5, 2022.

- Ioanes, Ellen. 2022. "Six Months In, How Are Sanctions Impacting Russia's Economy?" Vox. August 28, 2022. <https://www.vox.com/policy-and-politics/2022/8/28/23325958/sanctions-impacting-russias-economy-putin>.
- Kirby, Jen. 2022. "100 Days In, Russia's War Is Now a Brutal Offensive in Eastern Ukraine." Vox. June 3, 2022.
- Kirby, Jen. 2022. "100 Days In, Russia's War Is Now a Brutal Offensive in Eastern Ukraine." Vox. June 3, 2022. <https://www.vox.com/2022/6/3/23151490/ukraine-war-russia-donbas-sievierodonetsk>.
- Kramer, Andrew E., and Dan Bilefsky. 2022. "Ukraine Submits an Application to Join NATO, with Big Hurdles Ahead." The New York Times, September 30, 2022, sec. World.
- Kravchuk, Paul. 2019. *Politics and Society in Ukraine*. S.L.: Routledge.
- Liadze, Iana, Corrado Macchiarelli, Paul Mortimer-Lee, and Patricia Sanchez Juanino. 2022. "Policy Paper N. 32: The Economic Costs of the Russia- Ukraine Conflict." London: National Institute of Economic and Social Research. <https://www.niesr.ac.uk/wp-content/uploads/2022/03/PP32-Economic-Costs-Russia-Ukraine.pdf>.
- Liadze, Iana, Corrado Macchiarelli, Paul Mortimer-Lee, and Patricia Sanchez Juanino. 2022. "Policy Paper N. 32: The Economic Costs of the Russia- Ukraine Conflict." London: National Institute of Economic and Social Research.
- Mankoff, Jeffrey. 2022. "Russia's War in Ukraine: Identity, History, and Conflict." Center for Strategic and International Studies. Washington: Center for Strategic and International Studies.
- Mankoff, Jeffrey. 2022. "Russia's War in Ukraine: Identity, History, and Conflict." Center for Strategic and International Studies. Washington: Center for Strategic and International Studies. <https://www.csis.org/analysis/russias-war-ukraine-identity-history-and-conflict>.
- Mariotti, Sergio. 2022. "A Warning from the Russian-Ukrainian War: Avoiding a Future That Rhymes with the Past." Journal of Industrial and Business Economics, July. <https://doi.org/10.1007/s40812-022-00219-z>.
- Mbah, Ruth Endam, and Divine Forcha Wasum. 2022. "Russian-Ukraine 2022 War: A Review of the Economic Impact of Russian-Ukraine Crisis on the USA, UK.
- Mbah, Ruth Endam, and Divine Forcha Wasum. 2022. "Russian-Ukraine 2022 War: A Review of the Economic Impact of Russian-Ukraine Crisis on the USA, UK, Canada, and Europe." *Advances in Social Sciences Research Journal* 9 (3): 144–53. <https://doi.org/10.14738/assrj.93.12005>.
- Miller, Chris. 2022. "Why Is Putin at War Again? Because He Keeps Winning" The New York Times, February 25, 2022, sec. Opinion. <https://www.nytimes.com/2022/02/25/opinion/putin-war-russia-military.html>.
- OHCHR. United Nations Human Rights Office of the High Commissioner. 2022. "High Commissioner for Human Rights: High Numbers of Civilian Casualties in Ukraine Raise Concerns That Attacks by Russia Are Not Complying with International Humanitarian Law." OHCHR. 2022.
- Ozili, Peterson K. 2022. "Global Economic Consequence of Russian Invasion of Ukraine." Social Science Research Network. Rochester, NY. 2022. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4064770.
- Ozili, Peterson K. 2022. "Global Economic Consequence of Russian Invasion of Ukraine." Social Science Research Network. Rochester, NY. 2022.
- Package of measures for the Implementation of the Minsk agreements. February 12th 2015. https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/UA_150212_

- Picheta, Rob, and Joshua Berlinger. 2022. "Suécia E Finlândia Estão Prestes a Aderir à Otan. Por Que Isso é Importante E O Que Vem a Seguir." CNN Brasil. July 1, 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/suecia-e-finlandia-estao-pres-tes-a-aderir-a-ot-an-por-que-isso-e-importante-e-o-que-vem-a-seguir/>.
- Protocol on the outcome of consultations of the Trilateral Contact Group on joint steps aimed at the implementation of the Peace Plan of the President of Ukraine, P. Poroshenko, and the initiatives of the President of the Russian Federation, V. Putin. February 24th 2015.
- Reuters. 2022. "Mexico Says It Does Not Accept Russian Invasion of Ukraine," April 9, 2022, sec. Europe.
- "Rússia Agradece Brasil Por Posição Neutra Sobre Crise Da Ucrânia." 2022. Brasil de Fato. August 26, 2022.
- Shagina, Maria. EU SANCTIONS POLICY towards POST-SOVIET CONFLICTS: CASES of CRIMEA, EASTERN UKRAINE, SOUTH OSSETIA and ABKHAZIA. UNISCI Journal, Jan. 2017, www.redalyc.org/pdf/767/76749542005.pdf. Accessed 8 Sept. 2022.
- Sparks, John. 2022. "Ukraine War: 80% of Troops Killed or Injured in Elite Military Unit, Says Commander - and Its Future Is Unclear." Sky News. June 25, 2022. <https://news.sky.com/story/ukraine-war-80-of-troops-killed-or-injured-in-elite-militar-y-unit-says-commander-and-its-future-is-unclear-12639752>.
- SWIFT. 2022. "About Us." SWIFT. 2022. <https://www.swift.com/about-us>. The Moscow Times. 2022. "Russian Army Has Lost up to 4% of Soldiers in 4 Months of War - Report." The Moscow Times. June 20, 2022. <https://www.themoscowtimes.com/2022/06/20/russian-army-has-lost-up-to-4-of-soldi-ers-in-4-months-of-war-report-a78049>.
- The Associated Press. 2022. "Mexican President Slams NATO Policy in Ukraine." ABC News. June 13, 2022.
- The New York Times. 2022. "Here Are Some of the Companies That Have Pledged to Stop Business in Russia." The New York Times, March 10, 2022, sec. Business. <https://www.nytimes.com/article/russia-invasion-companies.html>.
- The World Bank. 2022. "Russian Invasion to Shrink Ukraine Economy by 45 Percent This Year." World Bank. April 10, 2022. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/10/russian-invasion-to-shri-ukraine-economy-by-45-percent-this-year>.
- Therme, Clément. THE UKRAINIAN CRISIS and the NEW WORLD ORDER. 10 Aug. 2022, rasanah-iiis.org/english/wp-content/uploads/sites/2/2022/08/The-Ukrainian-Crisis-and-the-New-World-Order.pdf. Accessed 7 Sept. 2022.
- UNHCR. 2022. "Situation Ukraine Refugee Situation." Operational Data Portal. 2022. <https://data.unhcr.org/en/situations/ukraine>.
- UNODA. United Nations Office for Disarmament Affairs. n.d. "Convention on Cluster Munitions - UNODA." United Nations Office for Disarmament Affairs. Accessed July 20, 2022. <https://www.un.org/disarmament/convention-on-cluster-munitions/>.
- Zemelyte, Beatrice. 2022. "Russia-Ukraine War: 'Not All Refugees Are Treated the Same.'" Aljazeera. June 8, 2022. <https://www.aljazeera.com/news/2022/7/8/russia-ukraine-amnesty-interview>.
- Zukowska, Helena. THE CHARACTER and EFFECTS of SANCTIONS IMPOSED on RUSSIA in CONSEQUENCE of AGGRESSION against UKRAINE. Central European Review of Economics & Finance, 3 Apr. 2018. Accessed 8 Sept. 2022.

Tigray Conflict: The Ethiopian Civil War

Diego Flávio Fontoura José¹
Mariana Missiaggia dos Reis²

ABSTRACT

The conflict between Ethiopia and Tigray National Region State started in November 2020 and has exposed to the world Ethiopia's ethnic tension within its boundaries. After the attack on a Federal army facility performed by Tigrayan's rebels, the Prime Minister Abiy Ahmed started an operation to take over the control of the Tigrayan territory, deploying armed forces and starting military alliances with Eritrea, with potential activities of ethnic cleansing and international war crimes. Moreover, Ethiopia's central government started to obstruct humanitarian assistance and the coverage of the conflict, deepening Tigrayan population's bad conditions, violating several human rights of its own population. Given the present situation, this paper aims to explore Ethiopia's present conflict, as well as its origins and reasons, discussing the basis and possibilities for an international intervention in order to prevent even more conflicts in the country. In order to accomplish such an objective, a literature review is employed, followed by a hypothetical-deductive analysis on the UN Security Council members positions.

¹ Diego is a fourth year Law student at UFRGS.

² Mariana is a second year International Relations student at UFRGS.

1 INTRODUCTION

With the military offenses on November 4, 2020, in the Tigray Region State, a northern region in Ethiopia, a ethnic war was reshaped into a Civil War between the Tigrayan forces – mainly the Tigray People's Liberation Front (TPLF) – and the Ethiopian federative State. The war is being conducted by the federal government, and more specifically by prime-minister Abiy Ahmed's policies, with clear operations of war crimes³ and inhumane conditions to Tigrayans and refugees. Unlike the conciliatory diplomacy seen in the negotiation with Eritrea, solving war between the two countries and earning a Nobel Peace Prize in 2019, Ahmed's conducts has strong trays of authoritarianism and ethnic discrimination towards the Tigray ethnicity (Walsh, Dahir 2022).

Although, the strictness and controlling policies seen in his government are frequent in Ethiopian history. The authoritarianism goes back to the stratified society controlled for centuries by the Amhara people, the aristocracy and the Ortodox Church, unified in a way that prevented an active colonization in the country. The inequality of the system led to the revolutionary process in 1974, with a socialist regime, the Derg, in a military junta government, which profoundly transformed the Ethiopian administrative structure, aiming for land and ethnicity equality. By the end of the 1980's, due to resources allocation conflicts – especially in Tigray's border with Eritrea – and internal crisis of the regime, the Derg was deposed and the Tigrayan forces take power and, intending the regional development of the regions, as a federation, and the right of ethnic self-determination, makes a coalition with the other ethnicities and create the Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front (EPRD). It is essential to consider the fall of the USSR and the beginning of liberalizing measures in the country. (Visentini, 2012)

During the 1990s, Tigray strikes a war with Eritrea, in the northern border of the country, followed by Eritrea's independence and the fight for the town of Badme between the two countries. As a now ally of the United States, Ethiopia uses its influence to isolate Eritrea in the Horn of Africa and in the African continent and, even with international intervention, the conflict keeps unresolved. The situation only changes in 2018, when the Ethiopian prime-minister Abiy Ahmed negotiates peace with Eritrea, in the Algiers Agreements, solving a 16 year war. Nevertheless, peace was not fully installed in the country, since there was a clear hostility coming from Ahmed policies towards Tigrayans, catalyzed by the covid-19. During the pandemic, Ethiopia declares a state of emergency, postponing its elections until further ado. Refusing such a stance, the Tigray Regional State realizes its own regional elections, which are denied by the federal government, leading to the military attacks in November 2020. The

3 A war crime is an action that happens during a period of war, carrying extreme violence and being acknowledged in international law as acceptable. Some examples of war crimes, besides bellicose and military attacks, are intentionally causing starvation and poverty towards civilian population, sexual violence, torture or intentionally causing deprivation of cultural, political or religious symbols of a population (Penrose 2022).

civil war is cruelly conducted with several crimes against the humanity, such as weaponized famine and rape leave the Tigrayans and war refugees in inhumane conditions, composing a humanitarian crisis neglected by the international community. (Istratii, 2021)

2 HISTORICAL BACKGROUND

2.1 THE COLONIZATION PROCESS IN AFRICA

Being analyzed as an advanced stage of the imperialist policy itself, the neocolonialism diffused by the European powers in the African Continent during the 19th and 20th century represents a long and harmful process of cultural erasing and irreparable damage to the local populations⁴. Based on projects of political domination and using, in a coercive approach, economical and financial agencies, neocolonialism has its formal beginning with the Berlin Conference in 1885, in which – on account of the pax brittanica's crisis and the imperialist rivalry found in the European scene – these States disseminate a civilizing mission to the world and export a infrastructure that matches the imperial interests, parting the continent guided by the European rivalry of the time. (Lopes 2011, 12)

Differently from the colonialist policies seen in the American Continent since the end of the 14th century, neocolonialism is now managed by States that have not only governmental headquarters and handle public policies, but also take in consideration the interests of great corporations, once they represent large investors and financial institutions⁵. As said by Lopes, the neocolonial system “loses a fixed reference, a name, becomes more perverse” (Lopes 2011, 15). The main colonial empires of the time were Spain, Portugal, Netherlands, England, France, Belgium, Germany and Italy⁶ (Lopes 2011).

During the subsequent years of the African partitioning, these territories are incorporated to the imperial capitalist States, in the service of the development of these system, in which the origin countries must neglect their cultural particularities, must not give continuity to their own project of development and must not fully consolidate its capitalists estructures, in a way they are preserved, eternally, in a condition of dependence, in the verge of the central States (Wallerstein 2010).

Unlike the remaining African nations, Ethiopia did not have a coloniza-

4 Due to the western capitalist need of expanding and propagating its capital and using the Africans markets as a way of subjugation of the global north interests (Carreras, 1985, 401).

5 Along with the difference of the neocolonialist agents, the interests behind each State are modified and it turns out clear that their objectives are not the peopling or the unification of a land, but the favoring of international capital (Carreras 1985).

6 Germany and Italy were the two nations which had less space in neocolonial politics, specially in the African continent.

tion historic in the same format as its neighbors. Located in Africa's Horn, the country develops its social politics more isolated than the others, which, according to Visentini (2012), is strongly influenced by the region's own geography. The country, even though it never goes through a concrete process of effective colonial administration, faces problems that relate directly with the fascist Italian invasion during the Second World War and with State administration matters, under an attempt of recovering national sovereignty. In the Italian invasion period, in 1935, through Eritrea, in the North, the fascists faced Ethiopian resistance troops, becoming a landmark in Ethiopia's history against colonialism and a symbol of stability in Africa in the eyes of other countries. This is due to the fact that the presence of an extremely diverse culture in Ethiopia, divided in two main ethnicities – Amhara and Oromo –, have its political culture widely controlled by the Amhara – prevailing ethnicity strongly religious and linked to the region of Tigray – and by the Orthodox Church (Visentini 2012). “They acted in unison to foment an imperialist politics, incorporating vast territories to the reign and, as much as possible, avoided any other group obtaining power.” (Schwab 1985). And it was, precisely, these groups – the Church and the Amharas –, through the centralization of resistance forces, that prevented Arabian troops, during the 17th century, and, posteriorly, during the neocolonial period, Italian troops, from invading the region and taking effective power over Ethiopia's State administration. (Visentini 2012; Pankhurst 1978, 865; Cardoso et al 2021, 130)

2.2 AFRICA'S DECOLONIZATION AND THE DEVELOPMENT OF A NATIONAL INSTABILITY IN ETHIOPIA

The decolonization process in Africa starts to take strength from the Second World War, where African countries accomplish their respective emancipation movements. In this context, Ethiopia, as said by Cardoso et al. (2021), performs a role as a “decolonization stronghold in the African continent”, receptioning the Organization of Africa Unity (OAU) and advocating for the emancipation of the remaining colonies (Cardoso et al. 2021, 130).

Even though there was the Italian colonial presence, Ethiopia is one of the only countries in Africa that had not its administrative structures fully subjugated in virtue of the colonial imperialist goal. Nevertheless, the country used to have a socio-political administration strongly linked to feudalism and authoritarian regimes. Even with strict institutions in the country, which had great adhesion in the population, the Ethiopian people were still very concentrated in its ethnicities or its religious group and did not develop a sense of nationalism until the Revolution process in 1974 (Visentini 2012).

The presence of the Church was firmly consolidated and, related to several direct privileges to the Emperor, structured a socio-political system in

which the people sustained four main layers: proprietary elite, the Church, the central government and the Imperial family. Vijay Gupta (1978) states that

the land, most important mean of production, has been grabbed by those classes, being 25 per cent owned by the Church, 20 per cent by the Emperor and its family, 30 per cent by the feudal lords and 18 per cent the State, leaving a mere 7 per cent to the 23 million and odd Ethiopian peasants (Gupta 1978, 158).

These characteristics made the neocolonial time extremely singular for Ethiopia, in a way that, even though it was not essentially colonized, the country still had a society excessively stratified, with peasants and laborers explored by the dominant class through the charge of high taxes. Such inequality was seen clearly in the miserable conditions of peasantry that followed the Ethiopian people during the decades, once the main aspects of the production were destined to sustain the privileges of those who controlled the State and the Ethiopian resources, since the landless peasants were surrendering almost 75 per cent of the production to the landlords. Furthermore, the fragile stability that was seen in Hailé Selassié's Empire was held by the military authority, once the control exercised by the army was strict and ruthless. Living at a substantial level, the Ethiopians that were not from the privileged classes, were not satisfied with the socio-economic situation, leading to a tactile tension. (Schwab 1985; Gupta 1978)

The instability that will take the country to the attempted coup d'état to Hailé Selassié government, in 1960, and, further, to the revolutionary process in 1974, does not begin suddenly, but is the consequences of the exploitation and authoritarian structures found in the country until then. (Visentini 2012).

2.3 THE DEPOSITION OF EMPEROR HAILÉ SELASSIÉ AND THE REVOLUTION OF 1974

The process that precedes the fall of the Emperor revolves around the popular discontentment with the political forces, tougher and more controlling by the day towards the population. Hailé Selassié's government needed to introduce several political and economic reforms nationwide to sustain the military pression and politicization against the State, in a way that, by the end of those, according to Visentini (2012), it had little legitimacy and upheld itself in force only, trying to buy the support of the military sector. Along with the military, the students were also politicizing themselves and had an active role in the revolutionary process in 1974. (Visentini 2012)

The events that led to the Emperor's deposition started in 1973, with a strong sought, causing extensive economic devastation and colossal privations to the population, catalyzed by the oil crisis, in 1973. According to Schwab:

fearing the country's image would be damaged if the international publicity were directed to the [internal] inability in feeding the affected population, Hailé Se-

lassié refused to allow the coming of international aid organizations to succor Ethiopia (Schwab 1985, 14).

The government tries to dodge the crises of any responsibility against it, causing more than 300 thousand people to die due to State neglect. According to Schwab (1985), “the sought and famine were economic catastrophes that became Hailé Selassié’s political coffin” (Schwab 1985, 15). The disapproval found in the crisis converged with the previous instability and unified the numerous niches of opposition against the government leading to the coup d’état in February 1974 and the fall of the monarchy in September (Schwab 1985).

In parallel with the occupation of the administrative spaces of the Ethiopian State, there was still an internal debate in the Army Forces about what type of government should be instaurated: if Ethiopia should be a constitutional monarchy or if there should be a radical transformation in the system. With Salassié’s arrest, the possibilities of negotiation ended, thus, the Provisional Military Administrative Council, or Derg – the Ahmaric word for council –, obliterated the previous socio-political structures of Ethiopia, abolishing the monarchy and moving towards the creation of a new and radical social order, which would be based in a socialist orientation. Part of Dergue relied on basing oneself in the Marxist-Leninist theory, others had less radical proposals. A proletarian party was created, associated with Maoist theories which pointed out how the socialist revolution could not be directed by a military regime. Although, the mark of the time is the political disputes between the most varied sectors of society and between the most distinct projects for the new Ethiopian State (Visentini 2012).

In December 1974, Derg launched the Political Guidelines about Ethiopian Socialism, emphasizing the matters of land reform, social equality and labor dignity – linked with the Ethiopian historical background before the revolution. They mark the introduction of socialist policies and the revolution’s institutionalization, organized from “top to bottom”, according to the Leninist precepts. According to Cardoso et al (2021), “After the revolution, Ethiopia sought an alignment with the East and greater national development, seeking to destroy the archaic structures of the countryside and the clergy” (Cardoso et al 2021, 130). For many analysts, such as Christopher Clapham (1992), the Ethiopian Revolution is the only social revolution that modern Africa has experienced, since it brought profound transformations in the political, economic and social structures, beyond a regional and systemic impact. (Clapham 1992)

2.4 SOCIALIST ETHIOPIA: THE MILITARY REGIME OF MENGISTU HAILE MARIAM

The deposition of Emperor Hailé Selassié, in 1974, as stated by Merriam, 1976, “came in the wake of problems that tested the effectiveness and ultimately the political legitimacy of the old regime” (Merriam 1976, 170). The Provisional Military Administrative Council, or Derg, was established in

the same year, under the command of Major Mengistu Haile Mariam. In march 1975, Derg carries out the Land Reform Act, since, on account of the extreme stratification of the imperial society, a land reform was undeniable, being most of the lands owned by the royal family, the aristocracy, the Church and other feudal landowners. (Merriam 1976)

Even though the Ethiopian structures had been widely transformed from the pre-revolution stratified and unequal system, the socialist military regime still had many opposition movements, mainly the landowners that refused to join the program. These resistance movements were strongly repressed, with several landowners executed, "it is important to remember the regime's direction was composed by military men, and these policies were part of their institutional culture" (Visentini 2012, 139). The opposition was directly linked with the region of Oromo, Tigray and the Somalians, and were responsible for increasing the cost to Derg to consolidate its power. Moreover, the clear discontentment related to Eritrea and the invasion in the country by the Derg in 1976 – defeated by Eritrean forces subsidized by Sudan and Arabian countries – only served to radicalize the Eritrean perceptions about an Amhara domination (Visentini 2012).

In the middle of a Cold War context, Ethiopia's geographic position as a region on Africa's Horn brings attention regarding other nations, making Somalia, in 1977, crave the conquer of Ogaden desert, believing in the Ethiopian inability to defend itself. After the Somali invasion, Ethiopia managed to, with Soviet help, defeat the Somali soldiers. Besides the Soviet Union, the Cuban support – with equipment concession, military armaments, war advisors and qualified troops – was essential to the Ethiopian victory). And it is, right there, in the Ogaden War, against Somalia, with the USSR and the other socialist countries' alliance, that accelerates the "creation of an ideological and military relation between these countries" (Visentini 2012, 141), signing in 1978 with USSR a Treaty of Friendship and Cooperation. At the same time, the United States responded by creating alliances with Egypt, Sudan and Saudi Arabia, opposed to the Ethiopian socialist model. (Kruys 2004; Visentini 2012)

Clapham (1992) highlights:

The six years comprehended between the Ogaden War (1977-78) and the great famine of 1984-85 mark the heyday of the Ethiopian State construction. Despite failing in subjugate Eritrea, and continuing the war in the neighbor region of Tigray, the new military marxist leadership went ahead with the project of control from top to the bottom, in which managed to mobilize all the society resources – in principle for the social and economic development, but, in reality, specially for military purposes (Clapham 1992, 8).

Although, it is this the reason that made the socialist regime lose force and legitimacy through the years: the allocation of the resources in open conflicts, maintaining the coercive posture and the adoption of policies the population disapproved – such as transferring peasants from certain areas to others.

For analysts, such as Schwab (1985), the absence of civilians in a government composed of the military was also a reason to be considered, since the kind of coercive imposition, without civilian participation, is said as, at the same time, original and contradictory to socialist history. The criticism coming from intellectuals – from the agrarian elites mostly – against the regime was of huge importance towards the international public opinion about Ethiopia, which argued with the violence imposed by the Dergue and the lack of progress concerning socialism (Schwab 1985; Visentini 2012)

The fall of the regime comes along with natural conditions of the region: a drought of great proportion assolated the country and, by trying to minimize the damage, the government transfers the peasants to the less affected areas – with no apparent results. The conflicts in Eritrea and Tigray were again urging the allocation of the resources, which hampered the proper aid policies to the drought, aggravating the economic crisis already present. As Tareke, 2009, states:

The economic devastation due to years of war, drought and endless extraction of material and human resources of a society that sank even more in its poverty, charged its debt to the State (Tareke 2009, 241).

Furthermore, the process of militarization of Ethiopian society, started in the War of Ogaden, resulted in the imposition of authoritarian methods of control, which incited poverty and oppression to the society. According to Tareke (2009), “the causes of the rupture between the State and the people revolved around the economic mismanagement, the political repression, the corruption and bureaucratic inefficiency, massive rural displacement and chronic unemployment.” (Tareke 2009, 152).

Clapham (1992) helps understand the scenario at the time:

The political and military failure of Mengistu's socialism was equally dramatic, and indeed the two failures were obviously closely related. The imposition of an exploitative system of economic exactions alienated people from the regime, and even though the government retained control over the major areas of surplus production until the eve of its fall, it can only have encouraged the growth of opposition movements (Clapham, 1992, 115).

All of these factors led to the strengthening of the rebels' fight and incited the erosion of the government's social basis and the discontentment of the people who sustained the regime in the first place. The fight of the Liberation Fronts, such as the Tigrayan People Liberation Fronts (TPLF), against the federal government led, eventually, to the power takeover by the TPLF in 1991 and the fall of the Mengistu regime (Tareke 2009).

2.5 THE ETHIOPIAN PEOPLE'S REVOLUTIONARY DEMOCRATIC FRONT GOVERNMENT

After the Tigrayan People Liberation Fronts (TPLF), a Marxist-Leninist ethno-nationalist liberation movement founded in Tigray, took power in Ethiopia, the Ethiopian People's Revolutionary Democratic Front (EPRDF) regime was established.

After a brief flirtation with the idea of an independent Tigray, the TPLF soon committed itself to fighting for 'self-determination' for all of Ethiopia's different nationalities within a united Ethiopia (Fisher and Gebrewahd 2018, 3).

The TPLF secures full control of the region of Tigray, but, as the Tigrayans were less than 8% of the Ethiopian population, the Front had little legitimacy among the Ethiopians, in this case, composed mostly by the two largest ethnic groups: Oromo and Amhara. Thus, TPLF set about constructing a coalition with movements which had similar ideologies from all across the country, forming the EPRDF in 1989, composed of the four main ethnicities in the country: Amhara, Oromo, Somali and Tigrayans. The new system would take the autonomy and self-government of the regions in consideration and the states would correspond not to their regional identity, but, rather, to ethnic identity (Fisher and Gebrewahd 2018).

This was undertaken, notionally, to ensure that all the country's major nationalities could exercise 'self-determination' at the regional political level, and avoid subjugation by whichever groups dominated at the center (Fisher and Gebrewahd 2018, 4).

Even though the Constitution of 1995 guarded the implicit right of secession, Meles Zenawi – the president and later premier from 1991 onwards – sought to form a cohesive State, considering the minorities representation, given that he was, himself, a Tigrayan minority (Hagmann and Abbink 2011).

The emphasis of the new government in the ethnic matter was considered by analysts, such as Tobias Hagmann and Jon Abbink, the "answer to the ethno-regionally based conflicts and inequalities that had marked Ethiopia before 1991" (Hagmann and Abbink 2011, 579). Even though this ethnic federalism aimed at weakening the central control over the regions, the domination was still strong over those until the 2000s, concerning local bureaucratic troubles and administrative conflicts that EPRDF intervened in, not giving the space to the regions to manage themselves. The Ethiopian State, which was structured on the premise of federative control, was, actually, more centralized than in any previous regime. As mentioned by Cardoso, 2016: "one of the legacies the Derg persevered with time: the authoritarianism" (Cardoso 2016, 135)

This panorama followed the Ethiopian context during the early 2000s, when EPRDF tried to win the support of the population back who, they feared,

viewed ethnic federalism as little more than a smokescreen for EPRDF – or TPLF – national domination. Following the end of the Cold War and the edge of the USSR, the growth rhythm and economic development in the 1990s was low. Due to the international scenery, Africa, as a whole, was put into the margin of the high international politics (Vaughan 2011; Visentini 2018).

With the death of Zenawi in 2012, his successor, the Tigrayan Hailemariam Desalegn, proved to be, in the field of foreign policy, more skilled than his predecessor (Cardoso et al 2021). Along with China's financial support, Desalegn developed the modernization of the energetic complex in the country and accomplished bilateral agreements with other African nations. As Cardoso have said, Desalegn

may have forwarded the institutional reform process, basing itself in a more conciliatory diplomacy with its neighbors and with a wider and modern industrial park project. However, his performance when Ethiopian prime-minister appeared as a hindrance in the political process that followed, factor which led him to renounce his condition in February 15, 2018 (Cardoso et al 2021, 141).

The hostile relations between Ethiopia and Eritrea began way before the conflicts in the 21st century. Being Eritrea invaded by the Italian fascists in 1890 and again during the Second World War, the local forces sought for English aid. The recommendation, via the United Nations General Assembly, in 1952, was to consider the region of Eritrea as part of Ethiopia as a federative unit, submitted to Ethiopian sovereignty. This lack of autonomy was the reason that led to the consistent secession trials from Eritrea until the 1990s (Visentini 2012).

Due to the absence of power after the Derg's fall in 1991, the EPLF, with the leadership of Zenawi, nodded positively to Eritrea, which, in 1993, after a popular referendum, opted for political emancipation. The relations between the Meles Zenawi and Isaias Afewerki – Eritrea elected president – kept friendly until 1998, when border disputes started to occur⁷. The war became a regional crisis when the countries started to form alliances, Ethiopia with Somalia and Eritrea with Sudan. They were soon minimized after international legal arbitration⁸, but resulted in long term hostile relations⁹ between the two countries not being formally resolved until they signed a peace agreement in 2018. Even though the conflict concerned TPLF and EPLF, Tigrayan and Eritrean Liberation Fronts, respectively, the economic crisis, intensified with the coffee price¹⁰ drop in the international market. The interdependence is seen in

7 The war was sparked by a dispute over the border town of Badme, located in Tigray state.

8 The Algiers Agreement, signed in 2000, finally led to a cessation of hostilities, when the parties agreed to a peace deal. The UN Security Council created a Temporary Security Zone, but the tension still continued between the nations until 2018.

9 In 2005, a Court of Hague ruled that Eritrea had violated international law by attacking Ethiopia in 1998. The two nations, accused of supporting rebels, remobilised their troops in the border and maintained a tension without an all-out war.

10 Ethiopia's main commodity.

both economies, especially in Eritrea's dependence on the Ethiopian market, thus, Ethiopia's problems are reflected in Eritrea's economic situation (Cardoso 2016). As an important United States ally, Ethiopia used its influence to isolate Eritrea by pressuring the United Nations, who then accused Eritrea of backing al Shabab fighters in Somalia. Even with the country denying it, the United Kingdom, the United States and its allies placed an arms embargo in 2009, banning travel and freezing its assets. This made Eritrea develop ties with other nations, including Iran, Venezuela and North Korea (Istratii 2021; Cardoso et al 2021).

2.6 ABIY AHMED'S CONDUCT IN THE ERITREA-ETHIOPIA WAR: A NOBEL PRIZE WORTH DIPLOMACY

The peace process started with the new prime-minister of Ethiopia, Abiy Ahmed¹¹, coming to power in 2018, proposing a foreign policy even more conciliatory than the leader before him. One of his proposals was the resolving of Ethiopia and Eritrea tensions, which ended in the same year, when Ethiopia accepted the Algiers Agreement – or The Peace Agreements of July 9th – in its entirety, including the return of Badme to Eritrea, ending the state of war between the nations. The countries reopened embassies, border crossings and trade routes; the thawing of relations guaranteed Ethiopia's access to Eritrean ports, such as Massawa and Assab. As Ethiopia is considered a key component to the Horn of Africa, when resuming operations with Eritrea, the previous condition of Eritrean isolation seen in the late 1990s was replaced with inclusion policies in foreign trade and African diplomacy, intensifying regional cooperation¹². These agreements ceased a 16 year unnegotiated peace and earned the Ethiopian president the 100th Nobel Peace Prize in 2019 (Cardoso et al, 2021).

The policies intended by Abiy Ahmed are seen as conciliatory, consolidating the idea that, since 1974, "the Derg's legacy is being transformed, dialectically, in the bases of the national development of Ethiopia" (Cardoso et al 2021, 147), and turns the socialist experience into the heritage of the Ethiopian State, whether internally or in foreign policy. Nonetheless, the heritage of the Derg period, along with Ethiopian history, follows patterns of military prevalence, and it would not be different after 2018, even with conciliatory measures from the Prime-Minister (Cardoso et al 2021).

Although, the tensions seen in the country did not fully dissipate with Ahmed's policies. Because of instability seen since 1994, since the establishment of a federal system, discontent grew among the population, especially towards

11 Abiy Ahmed, from the Oromo ethnicity, brought a project that emphasized at fostering a sense of national unity in the face of ethnic divisions. The Oromo ethnicity is the ethnic majority in the South of Ethiopia, and, for centuries, was subjugated to the Northern ethnicities interests. Since the beginning of Ahmed's policies, the Tigrayans had seen some hostilities.

12 The end of Eritrean isolation, along with greater participation in the integration process seen in the Horn of Africa, also means to attract foreign direct investment to the modernization of its infrastructure in strategic niches, such as the port sector.

the Tigrayan People's Liberation Front (TPLF), mostly because of accusations of repression and restraint of the opposition. This led to, when appointed as Prime-Minister, the removal of key Tigrayan government leaders of power by Aibiy Ahmed, under the guise of corruption and repression. These acts resulted in an ongoing tension between the Tigrayans and the federal government, even though the rest of the population did not see it in the same way. Ahmed still had great popular acclaim, mostly because of the resolution between Ethiopia and Eritrea, prompting him to win the Nobel Prize in 2019. Concurrently, for the Tigrayans, Ahmed's moves represented an attempt to centralize power and guarantee advantages for himself and his Party¹³ (BBC News 2021).

After Aibiy Ahmed declared the Tigray regional elections as illegal, the TPLF ousted leader, Debretsion Gebremichael, held a position of defiance towards the federal government. The Prime-minister Abiy Ahmed tries, as one of the proposals of his government, to centralize federal power, undoing the policies EPRDF did in the 1990s, by minimizing the regional forces and assembling forces in the federal sphere. However, there was a notable discrepancy towards the ethnicities as the prime-minister had, since the beginning of this role, arrested and expelled Tigrayan leaders from key positions. The Tigrayan people had to refugee themselves in countries such as Sudan, and, those who stayed, claimed discrimination, harassment and abuse coming from the federal government (Cardoso et al 2021).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Based on a federal ethnic governmental system since 1994, Ethiopia has 9 regional states controlled by different ethnic groups (Taye 2017). This system was highly influenced by Tigray's party, the Tigray People's Liberation Front (TPLF), a quite powerful party who ran the country in a four-party coalition since 1991, when the previous military regime was ousted from the government. (BBC News 2020).

During TPLF's term, Ethiopia faced an economic growth and brought stability to the region of the horn of Africa, despite concerns surrounding human rights violations and a not much deeper level of democracy, with an increase in dictatorship measures over the years (Dibu and Ahadu 2020). However, in April, 2018, the social unrests initiated in 2014-2015 and the distrust in the government coalition reshuffled Ethiopia's political system, bringing into power a new prime minister, Abiy Ahmed, who founded a new party, the Prosperity Party (Pinaud 2017).

Under Ahmed's rule, key TPLF's members were removed from gover

¹³ Aibiy Ahmed represented the Prosperity Party, set up in the beginning of his mandate, when he dissolved the coalition of four parties (each ethnicity) in 2019 and tried to symbolize a disconnection from the TPLF in the federal government. Naturally, the TPLF refused to join the Prosperity Party (BBC News 2021).

nment positions, accused of corruption and repression. In addition, the new prime minister ended a long-standing territorial border dispute with Eritrea, a neighboring country with borders along Tigray's territory. Although such movements brought popular acclaim to Abiy Ahmed and its new government, criticism arose from Tigray's local elites, who saw his reforms as an attempt to centralize power and reconfigure Ethiopia's federal system (Dibu and Ahadu 2020).

With the pandemic, elections were postponed by the central government, a movement which did not please Tigray's local political elites, who then forced its own regional election in september 2020 despite the central government decision. This brought even more tension between the central government and TPLF, with the government of Mr. Abiy declaring such elections as illegal (Abai 2021).

In a more offensive approach, the central government suspended funding for the country, cutting ties with central and regional elites, Tigray's administration declared the central government's position as a declaration of war. Afterwards, a capture in an army's facility was addressed to Tigrayan forces by the Federal Government, the basis for which the Federal Government began a military confrontation on Tigray's territory on November 4th, 2020, the day after the attack (Abbink 2021).

3.1 ETHNICAL DISCRIMINATIONS AND TARGETED CRITICISM: POLITICAL CRISIS AND ECONOMIC DEVELOPMENT BEING RELATED WITH THE ACTIONS OF TIGRAY PEOPLE'S LIBERATION FRONT

As mentioned before, when Eritrean and Tigrayan forces overthrew the socialist-military government in 1991, members of the Tigray People's Liberation Front reorganized a new party-coalition known as Ethiopian Democratic Front (EPRDF) and assumed control of the central government. In this process, representatives from many regional's minorities were invited to participate in the new constitutional process, the so-called "Revolutionary Era", in a search for ethno-nationalism (McCracken 2004; Taye 2017)

Despite this apparent search for a diverse ethnic country, international NGOs such as Amnesty International and Human Rights Watch reported a number of cases of ethnic tension and cleansing among the country, specially in regions outside Tigrayan territory. The major disputes regard land and water resources, state resources, such as investments and jobs, and language policy and education, even with fights between regional ethnical groups over the region's control. (Human Rights Watch 2022b)

Within this ethnic tension, the federal system proposed by TPLF with the newest constitutional process brought even more tension to the disparities between ethnic groups, since the majority of conflicts in Ethiopia that are considered as "ethnic" regard disputes about land and the boundaries of territoriali-

zed ethnic groups (Abbink 2006 apud Taye 2017). Due to this process, several inter-ethnic conflicts arose across boundaries of regional states. To a even higher degree, TPLF, or the EPRDF government, became the seed that grew the ethnic federalist conflict (Taye 2017), even with the direct promotion of rivalry between ethnic groups (Vestal 1999; Taye 2017) in order to obtain political and economic advantages (Melesse 2020)

Despite the mixture of regional cultures and ethnicity, the flow of federal (and biggest) funds was monopolized by one ethnic party, the TPLF, from the Tigray region, who holds only 6% of Ethiopia's population (Ghebrezghia-bher and Lubotzky 2021). With this setup and the absence of an effective and transparent system, the federal government was allowed to favor disproportionately the tigray region, with such inequalities promoting even more violent conflicts. (Lancaster 2012)

Despite political issues, during EPRDF's government Ethiopia faced a high economic development. With the downfall of the socialist-military government, the country adopted a series of liberalization policies, with the introduction of a capitalist economy. With a "vanguard capitalist", EPRDF institutionalized a centralization of the government over the economy while allowing public firms to engage in it. From 2004 to 2009, the country's economic growth reached over a 10% increase (Ababa 2006), with a central position occupied by agricultural goods.

Although Ethiopia faced economic development, the country still remained as one of the most poorer countries in the world, with 26% of the country's population living below the national poverty line in 2016 (World Bank 2017). In 2015, the Oromia population started a big popular mobilization against the Addis Ababa Master plan, which planned to extend the capital into Oromia Regional State, provoking possible evictions of Oromo farmers (Amnesty International 2017). The movement spanned across 300 locations (Pinaud 2017).

Despite the government efforts to cancel the Master Plan at the beginning of 2016, the social unrest continued and spread across other regions, claiming other political issues, such as freedom of expression, administrative autonomy and release of the protestors arrested during the mobilization (Amnesty International 2017), opposing to repressive laws, gross human rights violations, and the unbalanced power sharing within the political system (Dibu and Ahadu 2020). The situation escalated when activists declared a "week of rage" after the death of 55 people on a holiday (Amnesty International, 2017).

The government's response was to implement a state of emergency, imposing restrictions over freedom of expression, association, and assembly across the country and increased military activity within its territory. Through the state of emergency, the military activity spread across the country, killing over 1,000 protesters and imprisoning approximately 21,000 people in rehabilitation camps (Humans Right Watch 2018).

As a result of the protests, the prime minister at the time, Hailemariam Desalegn, has willingly been determined to resign his position. On April 25, 2018, Dr. Abiy Ahmed, at the time chairman of the EPRDF party, was elected Ethiopia 's prime minister (Humans Right Watch 2018). The new prime minister initiated a different approach in comparison with his predecessors. He met with several local representatives who were disregarded before, discharged Tigray's politicians accused of corruption and repression, released several high-profile political prisoners, removed the state of emergency, and proposed new liberalization reforms in key sectors. Beyond that, he also ended the No war No peace situation between Eritrea regarding old border disputes (Humans Right Watch 2018), winning the Nobel Prize in 2019 (Abai 2021; The Nobel Prize 2019). However, such achievements were not pleased by EPRDF politicians, especially Tigrayans from TPLF, especially with a unitary vision opposed to the federalist system which could potentially result in the marginalization of Tigrayans and other minority ethnic groups. (Wilmot, Tveteraas, and Drew 2021)

3.2 THE PANDEMIC EFFECT IN ETHIOPIA: AN INSTABILITY CATALYZER

Despite such achievements, the Prime Minister did not achieve to relieve public tension over ethnic disputes. His agreement with Eritrea did not encompass Tigrayan participation, despite the Tigray National Region State (TNRS) sharing borders with Eritrea. Ethnic conflicts did not only arise in the region of Tigray. Abiy Ahmed failed to control the army, police and militias from brutal suppression of ethnic movements across the country (Beken 2012).

During Ahmed's government, more than 2 million people were found displaced due to inter-communal conflicts and violence. In a deeper movement, Ahmed allowed police forces to suppress any sight of opposition. In 2019, he abandoned the EPRDF and merged several ethnically based parties within the name of the Prosperity Party, in which TPFL was not invited (Abai, 2021).

Aside from the country's situation, the polarization between Tigray and the Federal Government only increased. Representatives from the Federal Government and supporters alleged that the TPLF leaders planned a series of violent attempts to undermine the government. Another claim is the growth of vigorously anti-TPLF sentiment in government statements, and government-aligned media. (Human Rights Council 2022b)

Given his bad image and repercussions, and the possibility of a loss in the elections, when his term of office was about to end on October 5, 2020, the Prime Minister postponed elections on the basis of the health issues due the COVID-19 pandemic. The decision was considered unconstitutional by TNRS and TPLF, who conducted their own regional elections on September 9, 2020, with TPLF winning with 98% of the votes and establishing its own government

(Abai, 2021).

Given TPLF's unrest against the Federal Government's decision, Federal and Tigray regional governments declared one another's actions 'unconstitutional'. (Human Rights Council, 2022b). Aside from declaring the Tigray's election illegal, The Central Government did not allow international reporters to cover the regional elections (Abai 2021)

3.3 NOVEMBER 2020 MILITARY OFFENSIVE AGAINST REGIONAL FORCES IN TIGRAY

On November 4, 2020, forces from the Tigray region attacked a Central Government's army facility, alleging preemptive attack on the grounds of intel that the Ethiopian National Defense Forces (ENDF) were setting an attack (Reuters, 2020). On the same day, the Central Government launched a military response to the TPLF's attack and declared a State of Emergency. (Wilmot, Tveteraas, and Drew 2021). Over the process to declare war against the Tigray National Region State, Prime Minister Abiy Ahmed called the action as a "law enforcement operation" aiming to "protect the constitution and restore the rule of law" (Abai, 2021, p. 1), labelling TPLF as a terrorist group (Ghebrezghiabher and Lubotzky 2021). By not allowing third-party assistance or independent observers and destroying livestock and crops, Ethiopia has been sieging Tigray's region, along with allies, such as Eritrea and ethnic militias (Weldemichel 2021), due to the fact that Tigray's supporters attacked facilities in Eritrea and Amhara, a region of Ethiopia. (Bedaso 2021)

The Federal Government suspended electricity, internet, telecommunications, and banking services in Tigray on November 4, 2020. In the following events, Eritrean forces systematically destroyed and looted indispensable goods for survival of the civilian population in the region, killing livestock, razing crops and destroying food storages and homes. The combined effects of such measures condemned Tigray's population to inadequate diets, especially among children, pregnant and lactating mothers, with approximately 90% of the population in dire need of humanitarian assistance. (Human Rights Council 2022b)

Despite no official sources, it is estimated that tens of thousands have been killed, with suspicions of systematic ethnic cleansing among the western regions of Tigray (Reuters 2021). Moreover, reports of famine all over the region due to systematic destruction of food crops, grains stores, livestock (Weldemichel 2021, 2). In addition, the Central Government has cut the internet, electricity, and journalists don't have full access to the region (Bedaso 2021). Despite the occidental pressure, Ethiopia central government has the support of China and Russia, as well as the support of the majority of African countries (Ghebrezghiabher and Lubotzky 2021).

3.4 HUMANITARIAN CRISIS

As seen, the military operation in the northern region of Tigray led to a series of war crimes to its people. Innumerable reports emerged about the increasing discrimination against the Tigrayans and ethnic cleansing process that was applied in the region, coming from its own government, the Ethiopian Federative State. The conflict destabilized not only itself, but also the region of the Horn of Africa, causing, among other serious and inhumane consequences, the migration of many Ethiopians out of the country and the several atrocities committed by the federal government, under the pretext of war. It is important to state that the acts of pure violence and man-made instability in the region must not be justified by the guise of civil war, since the civilians and, mostly, the vulnerable parts of the population, such as women and children, are the ones being affected by the war policies seated by the political leaders. The policies seen in Ethiopia, towards the civil population of Tigray, are going beyond cruelty and represent a lack of compromising with the Ethiopian population. Ahmed's tactic of war has been the continued restriction of humanitarian access and international aid to the affected population, forcing more than two million people to leave the country, flying to Sudan, in example, and at least 2,3 million people in direct need of assistance (Human Right Watch 2018; Istratii 2021).

3.4.1 TIGRAYANS NEED OF ASSISTANCE

Several relatories had proven that Ahmed policies, and the Ethiopian troops more precisely, were discriminatory to the Tigrayans, such as indiscriminate artillery strikes on residential areas and civilians; the systematic raping of women and girls; the intimidation, harassment, and imprisonment of ethnic Tigrayans; and "the looting and destruction of property, hospitals, and religious sites and treasures by federal and ally militant elements" (Istratii 2021, 1). The refugee crisis¹⁴ displaced over 4,1 million people since the attacks in November 2020, once "most displaced people leave their homes with barely any belongings and arrive exhausted from walking long distances over harsh terrain, while the number of children suffering severe acute malnutrition is rising on a weekly basis" (Migrants Refugees 2020, 1).

The Tigray region is classified in Integrated Food Security Phase Classification (IPC)¹⁵ phase 4, which means the country is in emergency status, when

14 Many Tigrayans left the region to find refuge in countries like Sudan. Although, even for Eritrean refugees in Tigrayan soil, the conditions found are inhumane, such as rape, executions, sexual abuse, kidnapping and food and medicine blockade. The refugee movement has also received attacks from the Ethiopian government (Human Rights Watch 2022b).

15 The Integrated Food Security Phase Classification is an analysis classification that states the degree of food security and nutrition, mostly related to decision making. When using the IPC classification and analytical approach, the governments can determine the severity and magnitude of food insecurity, malnutrition situations and famine conditions in a region or country, relying on international scientific standards of measurement (IPC Info, n.d.).

talking about food insecurity and malnutrition, even with over 350 thousand people being classified in phase 5, that represents a catastrophe status, being in famine conditions. The extreme hunger, due to the blockage of food access and humanitarian aid, led to the fact that hundreds of thousands may starve to death in Ethiopia, and, to this moment, people are already dying from starvation and unclear water. The government's troops do not allow the Tigrayans to harvest and have destroyed hundreds of farms and fields, leading to the catalysis of a widespread famine in the region. This made the population or to depend exclusively on aid or to starve. (Omna Tigray 2021; BBC News 2021; Istratii 2021; Migrants Refugees 2021; Human Rights Watch 2018; IPC Inf n.d.)

Nonetheless, the situation of inhumane actions by Ethiopia's government troops cannot only be seen as a consequence of the conflict itself, but it is also a form of weaponized war crimes against the Tigrayan forces, to weaken the troops and fragilize the region. The weaponized starvation¹⁶ makes Tigray be "starved into submission" (The Economist 2021) and represents a cruel and, yet, strategic policy of Ahmed's government, in an attempt to win the war, whatever the cost. Besides the weaponized starvation, weaponized rape¹⁷ is also used to spread the violence and as an excuse from the federal troops to "cleansing the blood lines", in consonance with an ethnic cleansing process seen widely in 21st century Ethiopia. As reported by Romina Istratti,

It is important to recognize that Tigray is a highly religious society that appreciates bodily virginity, especially for women and girls prior to marriage, and the systematic and degrading type of sexual violence used seems intentional to permanently damage (physically and socially) the victims, debasing also the religio-cultural values of the people (Istratii 2021, 3).

Along with the lack of assistance to these people, the federal government is also blocking banking and communications and targeting aid workers from international assistance. Between June 28, 2021, and April 2022, the consistent blockages by the central government and obstruction of humanitarian access to the region led The UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (UNOCHA) to referred to such denial of assistance as as a "de facto blockade" (Human Rights Council 2022b).

As of August 2022, the Ethiopian government has not granted approval for the Human Rights Council members of the investigation panel to travel to the conflict area, despite repeated requests (Kassa 2022). The crimes of war are not only directly concerning the population, but also the Tigray's structures that provide assistance and refuge to the people, seen in the destruction of hospitals and medical facilities, schools and residential buildings. This same month, the Director General of the World Health Organization announced that the huma-

16 Weaponized starvation is the withholding of food during times of conflict, being just as detrimental as guns, bombs, and explosives of opposed armies (Omna Tigray, 2021).

17 Weaponized rape is a tactic used to shred the social tissue of the communities, their ability to resist the violence and surviving the conflict (Norwegian Refugee Council, 2014).

nitarian crisis in Ethiopia was even worse than the one in Ukraine. (Akinola 2022)

The targeting violence is translated into men-made instability and destabilization of Tigrayan force, once Ahmed's policies have been intended to deprive access to all ways of reconsolidation and restructuring of the TPLF. The Ethiopian's government states "there's only 'remnants' of resistance by Tigrayan rebels and promises it will soon be in full control" (BBC News 2021). Attacking the civilians in a cruel and atrocious way, the federal government, on one hand, undermines the enemy (the Tigrayan forces) and, on the other, buries Ethiopian diplomacy and compromises its influence in the Horn of Africa. (Refugees International 2022; Istratii 2021).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

In November 2020, the Office of the UN High Commissioner for Human Rights (OHCHR) and the EHRC published the report of their joint investigation into human rights violations and abuses committed by all parties in the context of the Tigray conflict between November 3, 2020 and June 28, 2021. The report acknowledges it was not a comprehensive investigation and calls for further independent investigations and for accountability (Bader 2021). As of December 2020, Amnesty International and Human Rights Watch launched an investigation on the reports of crimes against humanity. Based on 427 interviews, the investigations lasted until March 2022. The report revealed numerous abuses as part of a widespread and systematic attacks against the Tigrayan civilian population perpetrated by Amhara regional offices and special militias with the complicity of federal forces (Human Rights Watch 2022b)

No international actions over the conflict have been taken by the United Nations Security Council. As in the first week of March, 2021, Ireland proposed a drafted statement to condemn the conflict. It would be the first step from the Security Council to pursue action against the war. The proposed statement did not mention sanctions or Eritrea forces' role in the conflict although it called for an end to the violence in the region. Such a statement was dismissed given the objections of India, Russia, and China (Lederer 2021). Sudan offered to mediate the conflict during the events. The Sudanese Prime Minister and chairman of the Intergovernmental Authority on Development (IGAD), Abdalla Hamdok, offered himself to start a negotiation in order to pursue peace. Such an offer was denied by the Ethiopian government based on the lack of trust due to the invasions of Sudanese army in Ethiopia in the region of al-Fashaga (Tekle 2021).

In June, the African Commission on Human and People's Rights (ACHPR) launched a commission of inquiry into violations committed in Tigray (African Union 2021). In response, Ethiopian authorities urged it to "immediately cease," proposing a joint probe with the national EHRC instead, which

the inquiry rejected citing concerns around independence (Human Rights Watch 2022a). The same month, the African Union launched an inquiry into human rights violations in Tigray. The body was created under the African Commission on Human and Peoples' Rights, and started its investigations initially in Gambia. The mandate comprehended the possibility to investigate allegations of violations of international human rights law and international humanitarian law. Such action was not well received by the Ethiopian government, who criticized the inquiry and instead requested a joint investigation with Ethiopia's Human Rights Commission (EHRC) (Aljazeera 2021; Human Rights Watch 2021).

In July 2021, Kenya, Niger, and Tunisia released a press statement following the UN Security Council Briefing on Peace and Security in Africa to call for a ceasefire, humanitarian access, and support for an investigation led by the ACHPR. Such a statement provoked little impact on the Security Council's strings (Human Rights Watch 2022a). In August 2021, the USAID administrator, Samantha Power, visited Ethiopia alongside with other USAID representatives to provide humanitarian support amidst the conflict and the COVID-19 pandemic. The visit provided food for delivery across all Ethiopia including Tigray. Moreover, the USAID representative held a meeting with Ethiopian Minister of Peace, Muferiat Kamil, to remove bureaucratic barriers preventing humanitarian aid. Also, the administrator announced 195.6 USD million to support the COVID-19 situation within the country amidst the conflict. (USAID, 2021) Moreover, the European Union and the United Kingdom also supported the country with humanitarian aid (Borrell 2021; McKeon; European Commission, n.d.).

The same month, the United States imposed sanctions over Eritrea due the country's operation in the Tigray region under the Global Magnitsky Human Rights Accountability Act. The statement calls for Eritrea forces to be removed from the Tigray region permanently. Eritrea replied calling such statements based on false allegations (Anna 2021). Moreover, on September 18, the U.S. government issued an executive order with sanctions on individuals and entities liable for the abuses and humanitarian aid obstruction (Human Rights Watch, 2022a). The European Union followed this movement by adopting the "European Parliament resolution of 7 October 2021 on the humanitarian situation in Tigray" urging sanctions regarding the responsables for obstructing humanitarian aid, calling an arms embargo, and for an international investigation mechanism (European Parliament 2021).

At the end of 2021, the United Nations Human Rights Council voted to launch a one-year investigation over the alleged massacres and other crimes committed since the war began. The Resolution S-33/1 established a three-member mandate to conduct impartial investigations into the allegations of violence and abuses against international human rights law and violations of international humanitarian law and international refugee law in the country's

territory, including the gender dimensions of the abuses. (Human Rights Council 2022a). The Human Rights Council's report of September 19, 2022, reaches similar outputs as the reports from Amnesty International and Human Rights Watch, with gender-based sexual violence committed by both sides of the conflict:

that there are reasonable grounds to believe that violations, such as extrajudicial killings, rape, sexual violence, and starvation of the civilian population as a method of warfare have been committed in Ethiopia since 3 November 2020. The Commission finds reasonable grounds to believe that, in several instances, these violations amount to war crimes and crimes against humanity (Human Rights Council 2022b).

The investigation conducted from December 2020 to March 2022 by Amnesty International and Human Rights Watch also set a summary of key recommendations. Such recommendations are aimed at the Federal Government and regional authorities within Ethiopia, and also to the African Union and the United Nations Members. (Human Rights Watch 2022a).

Regarding the recommendations to the Federal Government and local authorities, the request comprehend: a publicly order to the security forces to end all violations of international human rights and humanitarian law; a demobilization and disarmament of irregular forces, such as Fano and other militias; a suspension of civilian officials and military forces implicated in the abuses in Western Tigray, pending investigation for the alleged actions; discipline or prosecute those responsible for crimes against humanity and war crimes since November 2020; an authorization for the deployment of an AU-led international peacekeeping force; a release of those under arbitrary detention; an order to restore basic services; and finally establish, along with UN agencies, an independent body that can organize and monitor returns of displaced persons (Human Rights Council 2022b).

As for the African Union and Member of the United Nations, the requests comprehend actions to: immediately press all parties to the conflict to immediately facilitate access to humanitarian assistance; address Ethiopia's issue in the Security Council agenda, establishing an arm's embargo, with an UN monitoring body; support a an AU-led international peacekeeping force in Western Tigray; assist with the establishment of an independent body that can organize and monitor returns; identify individuals and make recommendations on how those liable for the crimes conducted in the war shall be held accountable; and finally, the investigation and prosecution of those credibly implicated in serious crimes under international law (Human Rights Council 2022b).

In October 2022, Australia, Denmark, Germany, the Netherlands, the United Kingdom, and the United States launched a Joint Statement on Resumption of Hostilities in Northern Ethiopia. The document regards its concerns over the escalation of the conflict and calls for a ceasefire. The end of the document

also requested the involved parties to participate in African Union-led talks aimed at helping Ethiopia achieve a lasting peace. (United States Department of State 2022)

5 BLOC POSITIONS

The **Republic of Albania's** position concerning the Ethiopian conflict coincides with the other European and Western countries' policies, condemning the acts of international law violation and the instability in the Horn of Africa. Thus, Albania's positioning goes alongside with the UN mediated resolutions to incite the talk between both parties and come to an agreement and the appliance of humanitarian aid and restoration of basic conditions to those affected by the war (Global Security 2022).

The **Federative Republic of Brazil's** position towards the Ethiopian conflict stays alongside with the United States and European countries. Brazil has long-term diplomatic relations with Ethiopia, mostly concerning both countries' cultural diversity and regional dominance, considering the war to be a hindrance to its development. Hence, the country supports the talk between the parties and the ceasefire, along with the provision of humanitarian aid to those who were affected by the conflict. Thus, Brazil agrees with the Western countries that this matter is of urgent notoriety and must be mediated by International Organizations, such as the UN and African Union (Brazilian Government 2021).

The **Republic of China's** position on the conflict has a non interventio-nal tendency, since Ethiopia, along with other African nations, have strong economic relations with China, being a major foreign investor in the country. The country considers the conflict of great magnitude in a regional proporcion, since it causes the misery and deprivation of thousands of human lives. Nonetheless, the conflict has ethnic and historical roots, and interfering in it symbolizes a violation of Ethiopian's sovereignty. China considers the conflict to be an internal affair of the African country and is in strong opposition with the proposals of international interference by UN peacemakers, as the parties must come to a ceasefire by themselves. China sees the proposing of continuous interventions in the countries as an Ocident's attempt to contribute to instability and affect national politics. The country argues alongside Russia and India (Center for Preventive Action 2021; Nyabiage 2021).

The **French Republic** considers the Tigray conflict as a serious matter and a case of humanitarian crisis. As a strong valuer of international institutions, France believes the UN intervention in Ethiopia is the most recommended form of solving the conflict. The country is very concerned by the hostilities found in northern Ethiopia and calls for an agreement from both parties. The country has a historic relation with Ethiopia as a financial aid supporter concerning

Ethiopian culture and agriculture, hence, sees a strong potential in Ethiopia in becoming an African pole of development and stability. The civil war would, then, symbolize a hindrance between this future development, since it promotes a political and economic crisis. France calls on both parties to resume peace talks under the oversight of the African Union and to ensure access to humanitarian aid to the population affected by the conflict. Until the parties come to an agreement, France will cut all the military loans to Ethiopia, once it does not agree with the proposed conduct. Restoring basic conditions of human care in the northern region must be a priority, as well as certifying security to those who had to flee the country due to the war-state. The actions of the Ethiopian and Tigrayan forces must be abided by international law and the assurance of humanitarian aid must be a priority to all the actors involved in the conflict (France Diplomacy 2022).

Following its previous diplomatic actions, **Gabonese Republic** positioning in the Tigray conflict shows strong relation with the African Union resolutions, which include the support of the ceasefire and the immediate supply of humanitarian aid to the people affected by the conflict. The country is aligned with the other African nations and agrees with the African Union mediation (Harter 2022).

Along with Gabon and other African countries, the **Republic of Ghana** considers the Tigray conflict to be a catastrophe of humanitarian crisis, followed by dire human conditions and a barrier to development. The country values the work and ideals of international organizations such as the United Nations and the African Union, and, even being part of the Non-Aligned Movement, stays aside the respect of international law and the settlement of disputes through peaceful means. Hence, Ghana calls for the withdrawal of troops and for the talk of both parties, coming, at end, to an agreement. All the civilians harmed by the war must be assisted and the region of Northern Ethiopia must take human basic conditions into consideration (Ministry of Foreign Affairs and Regional Integration 2021).

The **Republic of India** stays alongside with the Russian and Chinese foreign policy, considering the Tigray conflict, along with the humanitarian crisis, as a relevant matter, even though it considers the international mediation to be a form of interference and violation of national sovereignty. Thus, India considers vital resolutions of humanitarian ceasefire in the Tigray region and the granting humanitarian access to a majority of areas under stress while backing the country's territorial integrity. India has a non-interference position in Ethiopia's sovereignty and in the foreign affairs of the country (Sibal 2021).

The **Republic of Ireland** follows the tendency of other European and Western countries concerning the Tigray conflict in Ethiopia. The country calls for prioritizing the matter in the UN Security Council since the lack of action in the Council represents the continuity of dire conditions to thousands of ci-

viles. Thereby, Ireland is deeply concerned with the humanitarian crisis seen in Ethiopia and calls for ceasefire and provision of immediate aid to those affected by the war, supporting the UN decisions to mediate the conflict (The Institute of International and European Affairs 2021).

As a southern neighbor of Ethiopia, the **Republic of Kenya's** government is in constant alert regarding the dispersion of the conflict. Thereby, it fully supports the efforts of the African Union to mediate the ceasefire and provide humanitarian aid, assisting those in need and restoring the status of stability and regional influence Ethiopia once had (Ministry of Foreign Affairs and Regional Integration 2022; Tekle 2022).

The **United Kingdom** sees the Tigray-Ethiopian conflict as catastrophic for people in Ethiopia, since it promotes instability and dire humanitarian conditions for the citizens. The focus should be in the conflict resolution, thus both parties must come to an agreement so the country can resume its development and economic growth project. The UK calls for the ceasefire from Tigrayan forces and a withdrawal of Eritrean troops from Tigray, once the resumption of fighting makes the path to peace much more difficult. It is crucial that the Ethiopian federal government restores services in Tigray to assist the thousands of people that were affected by the civil war, guaranteeing unfettered humanitarian access and ceasing hostilities. The crown approves all actions – mediated by international organizations or not – to promote peace in the region, such as the African Union's mediation efforts and considers the UK diplomatic strengths to be helpful for Ethiopia to end the political unrest and find a lasting peaceful solution. Furthermore, the UK will strongly support all aims to ensure accountability for violations and abuses of international law, including by the Ethiopian Civil Rights Commission and the International Commission of Human Rights in Ethiopia (Kaamil 2021; Foreign, Commonwealth & Development Office and Vicky Ford MP 2022).

The **United States of America** has a strong and firm position towards the Ethiopian Conflict. With the imposition of sanctions to Eritrea in November 2021, the US argues the country is compromising Ethiopia's integrity by supporting the attacks in the Northern region and promoting a humanitarian catastrophe. The US condemns the continuous role of the Ethiopian federal government and considers the conflict has a potential risk of imploding and leading to a widespread turmoil in the Horn of Africa if the rebels and the government don't come to an agreement. The country reiterates its support to the actions of the African Union and sees the intervention in the country as a way to promote peace and find a mutual solution. The US embassy in Ethiopia described the situation as "strongly unstable" and advised the American citizens in Ethiopia to leave the country as soon as possible. Washington considers the acts of the Ethiopian government as a form of ethnic cleansing and is deeply concerned by the life-threatening situation in Tigray. It remains its firm position

that there must be credible investigations into and accountability for atrocities committed by any party to the conflict as part of any lasting solution to the crisis. The country must cooperate with the UN Commission of Experts on Human Rights in Ethiopia and other foreign forces, besides the UN and African Union, should withdraw their forces from Ethiopian territory, so the mediation can be made in terms of international law. Continuously, the US urges all parties to ensure the cessation of hostilities, giving priority the sustained humanitarian access, transparent investigations into human rights abuses and violations of all actors (Efe 2021; Price 2022; United States Department of State 2022).

The **United States of Mexico** stays alongside with the United States and the UN positioning concerning the Tigray-Ethiopian conflict, being its main concerns the humanitarian crisis and the current state of violation of human rights in the region. Hence, the country calls for the withdrawal of all troops and the provision of immediate humanitarian aid to those affected by the war (ENA Reliable News Source, 2022).

Similar to the United States of America and its fellow European countries, the **Kingdom of Norway** agrees with the UN position in mediating the conflict and believes the resolutions should emphasize in the insurance of rapid, safe and unimpeded access of humanitarian aid to the region, along with the facilitation of the work of international humanitarian organizations by the parties and the full respect of international humanitarian law (Norway Government 2021).

Alongside with China, the **Russian Federation** has an opponent position towards the foreign intervention forces in the conflict. The West presence in Ethiopia is seen as a form of retaining a colonial mindset in the region. Ethiopia has a historic tie with Russia, consolidated since the Soviet Union supported Derg's regime, thus the Russian Federation considers and values Ethiopian sovereignty, proposing a non-interference posture coming from the UNSC, since the conflict is an internal affair. One can not deny that the current situation of the African Nations has the West as the main cause of undevelopment and instability: bringing more international mediation would violate the Ethiopian capacity to deal with conflicts within borders, given the nation should not be supervised by the Western countries. Differently from the West, Russia sees Ethiopia as a strong actor of stability in the Horn of Africa and operates in terms of largely cordial relations (Grindnefe 2022; Keenan Institute 2021).

The **United Arab Emirates** consolidates a long-term policy of solidarity with the African countries, as seen in Ethiopia. When donating tonnes of food to ease the situation of thousands of human lives that suffer from the effects of the conflict, the United Arab Emirates stands as a supporter of the immediate ceasefire and the withdrawal of all troops. The country aims at achieving security and stability in all friendly African countries, given it believes the world must stand in solidarity and unite in solving humanitarian challenges (Hussein and

Nashar 2022).

QUESTIONS TO PONDER

1 Due to Ethiopian history concerning military presence in its politics, what is the role of the armed forces in the current conflict?

2 After Aibya Ahmed's Nobel Prize recognition in 2019 for the peace agreements between Ethiopia and Eritrea, what is the message sent to the international community concerning the strikes to Tigrayan forces and local civilian population about Ethiopia's leader and the role of the country in the Horn of Africa's stability?

3 How does the colonial past and the ethnic war in the country configure the conflict?

4 In what way can the international organizations mediate the conflict and supply humanitarian aid without compromising Ethiopian sovereignty?

5 Should the international community, specifically the United Nations, act directly to prevent inhumane conditions – such as those seen to the civilians in Tigray – due to armed conflicts from happening to other African countries that struggle with ethnic questions or should it reinforce its support in the decision-making of those governments?

REFERENCES

- Ababa, Addis. 2006. "Ethiopia: Building on Progress a Plan for Accelerated and Sustained Development to End Poverty (PASDEP)." https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Policy-Documents/Plan_for_Accelerated_and_Sustained_%28PASDEP%29_final_July_2007_Volume_I_3.pdf.
- Abai, Mulugeta. 2021. "War in Tigray and Crimes of International Law." Canadian Centre for Victims of Torture.
- Abbink, Jon. 2021. "The Atlantic Community Mistake on Ethiopia: Counter-Productive Statements and Data-Poor Policy of the EU and the USA on the Tigray Conflict." African Studies Centre Leiden University. <https://scholarlypublications.universiteit-leiden.nl/access/item%3A3158743/view>.
- Ahmed, Kaamil. "Ending Tigray conflict will test UK's claim to be 'force for good'" 2021. The Guardian. <https://www.theguardian.com/global-development/2021/apr/30/ending-tigray-conflict-ethiopia-will-test-uks-claim-to-be-force-for-good>
- Akinola, Adeoye O. "African Union at 20: Ethiopian–Tigray crisis remains a blemish, By Adeoye O. Akinola" Premium Times Nigeria. August 27, 2022. <https://www.premiumtimesng.com/opinion/550973-african-union-at-20-ethiopian-tigray-crisis-remains-a-blemish-by-adeoye-o-akinola.html>.
- Aljazeera. 2021. "African Union Launches Probe into Alleged Rights Abuses in Tigray." [Www.aljazeera.com](https://www.aljazeera.com/news/2021/6/17/african-union-launches-probe-alleged-rights-abuses-tigray). June 17, 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/6/17/african-union-launches-probe-alleged-rights-abuses-tigray>.

- Amnesty International. 2017. "A Government Plan, a People's Protest and a Government's Response." Amnesty International. March 3, 2017. <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2017/03/ethiopia-state-of-emergency-violates-human-rights/>.
- AP News. 2022. "Ethiopian prime minister in UAE as Tigray war rages on". 2022. AP News
- Bader, Laetitia. 2021. "International Investigation Needed into Abuses in Ethiopia." Human Rights Watch. November 4, 2021. <https://www.hrw.org/news/2021/11/04/international-investigation-needed-abuses-ethiopia>.
- BBC News. 2021. "Ethiopia's Tigray Crisis: The Long, Medium, and Short Story." BBC News, November 29, June 2021. <https://www.bbc.com/news/world-africa-54964378>.
- Bedaso, Dedefo. 2021. "Human Rights Crisis in Tigray Region of Ethiopia: The Extent of International Intervention and PM Abiy Ahmed's Denial of Humanitarian Access into the Region." University of Cincinnati School of Law. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3858886.
- Beken, C. V. D. 2012. *Unity in Diversity - Federalism as a Mechanism to Accomodate Ethnic Diversity: The Case of Ethiopia*. LIT Verlag.
- Borrell, Josep. 2021. "We Need Humanitarian Access to Tigray as Urgent First Step towards Peace in Ethiopia | EEAS Website." *Www.eeas.europa.eu*. European Union External Action. January 15, 2021. https://www.eeas.europa.eu/eeas/we-need-humanitarian-access-tigray-urgent-first-step-towards-peace-ethiopia_en.
- Brazilian Government. "Conflict in Ethiopia". November 12, 2021. <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/conflict-in-ethiopia>
- Cardoso, Nilton César Fernandes; Conceição, Guilherme Geremias; Sardo, Igor Estima. 2021. "Ascensão regional etíope: a política externa de Mengistu Haile Mariam a Abiy Ahmed Ali" *Brazilian Journal of African Studies* 6 (11): 129-151. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/110655/64186>
- Cardoso, Nilton César Fernandes. 2016. "Segurança regional no Chifre da África: conflitos, agendas e ameaças." *Brazilian Journal of African Studies* 1 (2). 137-172. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/68849/40023>
- Carrera, José U. Martínez. 1985. "Introducción a la Historia Contemporánea 1770-1918" Madrid: Ediciones ISTMO.
- Center for Preventive Action "War in Ethiopia" 2022. CFR. <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/conflict-ethiopia>
- Clapham, Christopher. 1992. "The socialist experience in Ethiopia and its demise" *Journal of Communist Studies* 8 (2), p. 105-125, doi: 10.1080/13523279208415149
- Dibu, Worku, and Ephrem Ahadu. 2020. "Post 2018 Political Reforms in Ethiopia: Its Achievements and Challenges." *AGATHOS* 11 (1): 439-51.

- Efe, Lusa. “Governo da Etiópia pede a EUA que reverta decisão nas sanções à Eritreia” 2021 DW.COM <https://www.dw.com/pt-002/governo-da-etioopia-pede-a-eua-que-reverta-decisao-nas-sancoes-a-eritreia/a-59810472>.
- ENA Reliable News Source “Mexico Sees Ethiopia’s National Dialogue Way to Consolidate Democracy” May 28, 2022. ENA Reliable News Source. <https://www.ena.et/en/?p=36089>
- European Parliament. 2021. “Texts Adopted - Humanitarian Situation in Tigray - Thursday, 7 October 2021.” www.europarl.europa.eu. October 7, 2021. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2021-0421_EN.html.
- Fisher, Jonathan and Gebrewahd, Meressa Tsehay. 2018. “‘Game over?’ Abiy Ahmed, the Tigrayan People’s Liberation Front and Ethiopia’s Political Crisis.” *African Affairs*. 1-13. doi:10.1093/afraf/ady056
- Foreign, Commonwealth & Development Office and Vicky Ford MP. “UK Minister for Africa statement of conflict in Ethiopia”. 2022. UK Government.
- France Diplomacy. “Ethiopia - Resumption of hostilities in the north” 2022. France Diplomacy. <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/ethiopia/news/article/ethiopia-resumption-of-hostilities-in-the-north-08-25-22>
- Ghebrezghiabher, Habtom Mehari, and Asher Lubotzky. 2021. “Is Ethiopia Collapsing? Implications for Israel and the Region from the Tigray War.” *Strategic Assessment* 24 (4): 103–9.
- Global Security. “Foreign Relations” 2022. Global Security. <https://www.globalsecurity.org/military/world/europe/al-foreign-relations.htm>
- Grindnefe, Ilya. “Russia’s Africa moves force Europe rethink on Ethiopia.” 2022. Politico. <https://www.politico.eu/article/europe-russia-ethiopia-rethink/>
- Grønhaug, Kristine. 2014. “Quiet, cheap and scarily efficient: Rape as a weapon of war” Norwegian Refugee Council. July 3rd, 2022. <https://www.nrc.no/shorthand/stories/rape-as-a-weapon-of-war/index.html>
- Gupta, Vijay. 1978 “The Ethiopian Revolution: Causes and results.” *India Quarterly* 34, no. 2: 158–74. <http://www.jstor.org/stable/45071379>.
- Hagmann, Tobias and Abbink, Jon. 2011. “Twenty years of revolutionary democratic Ethiopia, 1991 to 2011.” *Journal of Eastern African Studies* 5 (4), p. 579-595, doi: 10.1080/17531055.2011.642515
- Harter, Fred. “African Union Peace and Security Council Meets on Tigray War”. October 21, 2022. Voa News. <https://www.voanews.com/a/african-union-peace-and-security-council-meets-on-tigray-war-/6800077.html>
- Human Rights Council. 2022a. “OHCHR | International Commission of Human Rights Experts on Ethiopia.” OHCHR. 2022. <https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/ichre-ethiopia/index>.
- . 2022b. “Report of the International Commission of Human Rights Experts on Ethiopia.” OHCHR. 2022. https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hr-bodies/hrcouncil/regularsession/session51/2022-09-19/A_HRC_51_46_Advan

- Human Rights Watch. 2018. "World Report 2018 - Ethiopia: Events of 2017 - Ethiopia." United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. January 18, 2018. <https://reliefweb.int/report/ethiopia/world-report-2018-ethiopia-events-2017>.
- . 2022a. "Ethiopia: Events of 2021." Human Rights Watch. January 13, 2022. <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/ethiopia#dbaad>.
- . 2022b. "'We Will Erase You from This Land: Crimes Against Humanity and Ethnic Cleansing in Ethiopia's Western Tigray Zone.'" Human Rights Watch. April 6, 2022. <https://www.hrw.org/report/2022/04/06/we-will-erase-you-land/crimes-against-humanity-and-ethnic-cleansing-ethiopias>
- Hussein, Hazem; Nashar, Khoder. "UAE airlifts 30 tonnes of food aid to Ethiopia's Tigray region". 2022. Reliefweb. <https://reliefweb.int/report/ethiopia/uae-airlifts-30-tonnes-food-aid-ethiopia-s-tigray-region-0>
- Istratii, Romina. 2021. "On the conflict of Tigray." Public Orthodoxy ____ <https://publicorthodoxy.org/2021/06/29/conflict-in-tigray/>
- IPC Info. "IPC Overview and Classification System" Integrated Food Security Phase Classification" <https://www.ipcinfo.org/ipcinfo-website/ipc-overview-and-classification-system/en>
- Kassa, Lucy. 2022. "New Evidence Emerges of Atrocities in Tigray as UN Investigators Battle for Access." The Globe and Mail, August 3, 2022. <https://www.theglobeandmail.com/world/article-ethiopia-tigray-sexual-violence-investigation/>.
- Keenan Institute. "Global Perspectives - Ethiopia-Russia Relations." 2021. Wilson Center <https://www.wilsoncenter.org/event/global-perspectives-ethiopia-russia-relations>
- Kruys, George. 2004. "Lessons from African Wars: Implications for the SANDE." Strategic Review for Southern Africa 26 (1) p. 15-39.
- Lancaster, Ross. 2012. "Federalism and Civil Conflict: The Missing Link?" M.A. Thesis, University of North Texas. <https://digital.library.unt.edu/ark:/67531/metadc149626/>.
- Lederer, Edith M. 2021. "Diplomats: UN Fails to Approve Call to End Tigray Violence." AP NEWS. March 6, 2021. <https://apnews.com/article/russia-violence-india-humanitarian-assistance-ethiopia-f93a9a6bc7c0845a37cf7e3e3757e1e7>.
- Lopes, Ana Mónica Henriques. 2011. "Neocolonialismo na África" Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. 4 (8), p.12-21.
- McKeon, Christopher. 2021. "UK Pledges £29m Extra in Aid for Northern Ethiopia as Tigray Conflict Spreads." Ca.movies.yahoo.com. October 15, 2021. <https://ca.movies.yahoo.com/uk-pledges-29m-extra-aid-230100081.html>.
- Melesse, Kassahun. 2020. "Tigray's War against Ethiopia Isn't about Autonomy. It's about Economic Power." Foreign Policy. November 19, 2020. <https://foreignpolicy.com>.

com/2020/11/19/tigray-tplf-war-against-ethiopia-abiy-ahmed-isnt-about-autonomy-its-about-economic-power/.

- Merriam, John G. 1976. "Military Rule in Ethiopia," *Current History* 71 (421), p. 170-173, 183-184 <https://www.jstor.org/stable/45314275>
- Ministry of Foreign Affairs and Regional Integration. "Ghana's Foreign Policy Guideline". 2022. <https://mfa.gov.gh/index.php/foreign-policy/ghanas-foreign-policy-guideline/>
- Migrants Refugees, 2021. Emergency situations: Tigray, Ethiopia (emergency). Migrants Refugees. July 2nd, 2021. <https://migrants-refugees.va/country-profile/tigray-ethiopia/>
- Norway Government. "SC: Ethiopia" Norway in the UN. November 8, 2021. <https://www.norway.no/en/missions/UN/statements/security-council/2021/sc-ethiopia2/>
- Nyabiage, Jevans. "China votes 'no' on Tigray abuses probe by UN team, calls it interference in Ethiopia's affairs" December 19 2021. *South China Morning Post*. <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3160246/china-votes-no-tigray-abuses-probe-un-team-calls-it>
- Omna Tigray, 2021. Weaponized Starvation in Tigray. Omna Tigray. June 29th, 2022. <https://omnatigray.org/wp-content/uploads/2021/04/Starvation-1.pdf>
- Pankhurst, Richard. 1978 "The decolonization of Africa: southern Africa and the Horn of Africa". Warsaw. p. 119-132.
- Penrose, Mary Margaret. "war crime". *Encyclopedia Britannica*, May 23rd. 2022, <https://www.britannica.com/topic/war-crime>. Accessed 12 October 2022.
- Permanent Mission of Norway to the United Nations. "Tigray/Ethiopia" 2021. Norway in the UN. <https://www.norway.no/en/missions/UN/statements/security-council/2021/sc-tigray--ethiopia/>
- Pinaud, Margaux. 2017. "Ethiopia – June 2017 Update." *ACLEDA*. July 17, 2017. <https://acleddata.com/2017/07/17/ethiopia-june-2017-update/>.
- Price, Ned, Department Spokesperson. "Reports of Mass Atrocities in Western Tigray". 2022. U.S. Department of State. <https://www.state.gov/reports-of-mass-atrocities-in-western-tigray/>
- Reuters. 2020. "Inside a Military Base in Ethiopia's Tigray: Soldiers Decry Betrayal by Former Comrades." Reuters, December 17, 2020, sec. Editor's Picks. <https://www.reuters.com/article/us-ethiopia-conflict-attack/inside-a-military-base-in-ethiopia-conflict-over-2-million-people-displaced-by-conflict-in-ethiopia-tigray-region-local-official-idUSKBN28R11E>.
- . 2021. "Over 2 Million People Displaced by Conflict in Ethiopia's Tigray Region - Local Official." Reuters, January 6, 2021. <https://www.reuters.com/article/uk-ethiopia-conflict/over-2-million-people-displaced-by-conflict-in-ethiopia-tigray-region-local-official-idUSKBN29B1N7>.
- Schwab, Peter. 1985. *Ethiopia: Politics, Economics and Society*. London: Francis Pinter Publishers.

- Tareke, Gebru. 2009. "The Ethiopian revolution. War in the Horn of Africa." London: Yale University Press.
- Taye, Bekalu Atnaфу. 2017. "Ethnic Federalism and Conflict in Ethiopia." *African Journal on Conflict Resolution* 17 (2): 41–66.
- Tekle, Tesfa-Alem. 2021. "Sudan Still Pushing to Mediate Tigray Conflict: PM Hamdok." *The East African*. August 18, 2021. <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/rest-of-africa/sudan-pm-roots-for-peaceful-end-to-tigray-conflict-3515446>.
- . 2022 "Kenya's Ruto, Ethiopia's Abiy hold bilateral talks" *Sudan Tribute*. October 6, 2022. <https://sudantribune.com/article265042/>
- The Economist. 2021. Ethiopia's government appears to be wielding hunger as a weapon. *The Economist*. July 3rd, 2022. <https://www.economist.com/leaders/2021/01/23/ethiopias-government-appears-to-be-wielding-hunger-as-a-weapon>
- The Institute of International and European Affairs. "Forging a path to peace in Tigray: Ireland and the UN Security Council". 2021. <https://www.iea.com/blog/forging-a-path-to-peace-in-tigray>
- The Nobel Prize. 2019. "The Nobel Peace Prize 2019" *NobelPrize.org*. 2019. <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2019/abiy/facts/>.
- United States Department of State. 2022. "Joint Statement on Resumption of Hostilities in Northern Ethiopia." United States Department of State. October 12, 2022. <https://www.state.gov/joint-statement-on-resumption-of-hostilities-in-northern-ethiopia/>.
- Vaughan, Sarah. 2011. "Revolutionary democratic state-building: party, state and people in the EPRDF's Ethiopia." *Journal of Eastern African Studies* 5 (4) p. 632–634. doi: 10.1080/17531055.2011.642520
- Vestal, Theodore M. 1999. *Ethiopia: A Post-Cold War African State*. Praeger.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2012. "As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia." São Paulo: Editora Unesp.
- Visentini, Paulo Gilberto Fagundes et al. 2018. *Guia da Política Externa dos Estados Africanos*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Walsh, Declan; Dahir, Abdi Latif. 2022. "Why is Ethiopia at War With Itself?" *The New York Times*. March 16, 2022. <https://www.nytimes.com/article/ethiopia-tigray-conflict-explained.html> Accessed in October 12, 2022.
- Weldemichel, Teklehaymanot G. 2021. "Inventing Hell: How the Ethiopian and Eritrean Regimes Produced Famine in Tigray." *Human Geography*, November. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177%2F19427786211061431>.
- Wilmot, Claire, Ellen Tveteraas, and Alexi Drew. 2021. "Dueling Information Campaigns: The War over the Narrative in Tigray." *Ermias Haile*. August 25, 2021. <https://ermiashaile.com/2021/08/24/dueling-information-campaigns-the-war-over-the-narrative-in-tigray/>.
- World Bank. 2017. "The World Bank in Ethiopia" *World Bank*. 2017. <https://www.worldbank.org/en/country/ethiopia/overview>.
- . n.d. "World Development Indicators | DataBank." *World Bank - Databank*. Accessed July 2, 2022. <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&country=ETH#>.